

Dar voz ao _____ silêncio

Comissão Independente para
o Estudo dos Abusos Sexuais de
Crianças na Igreja Católica Portuguesa

RELATÓRIO FINAL

Dar voz ao _____ silêncio

COMISSÃO INDEPENDENTE PARA O ESTUDO
DOS ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS
NA IGREJA CATÓLICA PORTUGUESA

RELATÓRIO FINAL

Pedro Strecht (coordenador), Álvaro Laborinho Lúcio,
Ana Nunes de Almeida, Catarina Vasconcelos,
Daniel Sampaio e Filipa Tavares

com

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA (GIH)

Francisco Azevedo Mendes (coordenador),
Júlia Garraio, Rita Almeida de Carvalho
e Sérgio Ribeiro Pinto

Vasco Ramos

Ana Sofia Varela
Catarina Pires

Luís Filipe Guerra (revisão)
Richard Wall (tradução)

LISBOA, FEVEREIRO 2023

AGRADECIMENTOS

A Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa agradece a todas as pessoas, instituições e organizações que contribuíram para a realização deste trabalho.

Reforça ainda mais esse gesto nos seguintes casos específicos:

TODAS AS PESSOAS VÍTIMAS QUE DERAM VOZ AO SILÊNCIO.

Conferência Episcopal Portuguesa, nomeadamente D. José Ornelas, D. Virgílio do Nascimento, Padre Manuel Joaquim Barbosa, pelo convite efetuado, disponibilidade para satisfazer todas as necessidades requeridas pelo trabalho da Comissão e ainda pelo respeito absoluto pelo seu dever de isenção e independência. Do secretariado, um agradecimento a Ismael Mendes Marta e a Manuel Pedreiro, pela sua disponibilidade e apoio a todas as solicitações técnicas da Comissão Independente.

Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal, seus constituintes e em especial a sua presidente, Irmã Maria de Fátima Guedes, bem como os superiores e superiores gerais que aceitaram ser entrevistados no contexto do presente estudo.

Equipa do Grupo de Investigação Histórica, constituída por Francisco Azevedo Mendes (coordenador), Júlia Garraio, Rita Almeida de Carvalho e Sérgio Ribeiro Pinto, que realizou *pro bono* todo o exigente e sigiloso trabalho nos Arquivos Históricos da Igreja.

Empresa LabSit, e em especial Ruben Silva, que criou *pro bono* o *site* e desenvolveu todo o trabalho técnico de apoio à conceção e operacionalização do inquérito *online* e respetiva base de dados.

Margarida Rêgo, pela criação do *spot* para a divulgação e apelo ao testemunho, e Joana Bernardo, por ter dado a sua voz ao mesmo, ambas em registo de *pro bono*.

Todas as Dioceses, Comissões Diocesanas e Coordenador Nacional (José Souto de Moura) que divulgaram os contactos da Comissão e o seu apelo ao testemunho.

Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, que receberam pessoalmente a Comissão, divulgando o seu apelo e reforçando a importância deste desígnio.

Ministério Público e Polícia Judiciária, pela colaboração prestada.

Todas as pessoas e instituições (incluindo ONG e IPSS) que trabalham na área da proteção de crianças em risco e ainda que respondem terapeuticamente a adultos vítimas de abuso na infância, sobretudo: APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (João Lázaro), CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (Rosário Farmhouse), IAC – Instituto de Apoio à Criança (Dulce Rocha, Manuela Eanes), Associação Quebrar o Silêncio (Ângelo Fernandes), Serviço de Escuta da Companhia de Jesus (Sofia Marques), CNE – Conselho Nacional de Escutas (Padre Luís Marinho), Padre João Eleutério (UCP – Faculdade de Teologia).

Ministério da Saúde (e ex-ministra Marta Temido), pela possibilidade de divulgação do cartaz da Comissão nos Centros de Saúde; Associação Nacional de Farmácias, pela reportagem e destaque na revista *Saúde*; Fundação do Futebol.

Câmaras Municipais de Lisboa (Carlos Moedas) e Porto (Rui Moreira), pela afixação em locais públicos de publicidade (*MUPI*) ao trabalho da Comissão.

Universidade Católica, reitora Isabel Capelo Gil e diretores dos Polos de Braga e Viseu, onde a Comissão realizou conferências.

Todos os membros da sociedade civil que se empenharam nesta causa: subscritores da Carta Aberta à Conferência Episcopal Portuguesa (Nuno Caiado), Joana Bernardo (voz do *spot* áudio da Comissão), autores de textos de apelo ao testemunho divulgados no *site* e na comunicação social (ver anexo) e leitores de textos em Conferências de Imprensa da Comissão Independente (Padre José Manuel Pereira de Almeida, Manuel Luís Goucha, Carolina Patrocínio), divulgadores de artigos sobre o trabalho da Comissão (revista do IAC, Folha da Paróquia de Santa Isabel, revista *Saúda* da Associação Nacional de Farmácias).

Participantes no Encontro organizado pela Comissão e realizado em maio de 2022 na Fundação Calouste Gulbenkian, recordando Isabel Soares, João Francisco Gomes e Padre Anselmo Borges.

Fundação Calouste Gulbenkian e seus presidentes durante este período (Isabel Mota e António Feijó), pela cedência de instalações para as atividades públicas da Comissão.

Padre Hans Zollner e os membros da Comissão alemã *Westphahl Spilker Wastl*, Martin Pusch e Ulrich Weiss, pelo apoio conferido através das suas experiências profissionais nesta área, e ainda a Comissão Espanhola, coordenada por Javier Cremades, pelo interesse demonstrado no trabalho da Comissão Independente.

Por último, um agradecimento muito especial a todos os órgãos de comunicação social (televisão, jornais e revistas, rádio), que tanto colaboraram na divulgação do apelo ao testemunho e, em alguns casos, reforçaram o presente estudo através de jornalismo de investigação.

A todas as vítimas que deram voz ao silêncio

As vítimas

(T: número do testemunho, género: M/F/Outro, ano de nascimento)

T3, M, 1990	T49, F, 1961	T92, M, 1964
T4, F, 1976	T50, F, 1997	T93, M, 1973
T5, M, 1962	T51, Outro, 1979	T94, F, 1967
T6, M, 1972	T52, M, 1956	T98, M, 1971
T8, M, 1956	T53, F, 1982	T99, M, 1969
T9, F, 1964	T54, F, 2004	T100, F, 1960
T10, F, 2002	T55, F, 1986	T101, F, 1950
T11, M, 1968	T56, F, 1948	T102, M, 1976
T12, F, 1989	T57, M, 1941	T103, M, 1974
T13, F	T58, F, 1979	T104, F, 1959
T14, F, 1950	T59, M, 1963	T105, F, 1973
T16, F, 1957	T60, F, 1977	T106, M, 1978
T17, M, 1974	T61, M, 1979	T107, F, 1972
T18, F, 1944	T62, F, 1962	T108, M, 1950
T19, M, 1985	T63, F, 1950	T109, M, 1998
T20, F, 1959	T64, F, 1968	T110, M, 1971
T21, F, 1954	T65, F, 1948	T112, F, 1950
T22, M, 1957	T66, M, 1969	T113, F, 1951
T23, M, 1960	T67, M, 1973	T114, M, 1976
T24, M, 1960	T68, M, 1988	T115, F, 1959
T25, M, 1956	T69, F, 1974	T116, F, 1977
T26, F, 1960	T70, M, 1963	T119, M, 1980
T27, F, 2001	T71, F, 1950	T120, F, 1965
T28, F, 1969	T72, F, 1959	T121, M, 1963
T29, F, 1977	T73, M, 1961	T122, F, 1951
T30, F, 1981	T74, M, 1953	T123, M, 1940
T31, M, 1953	T75, M, 1955	T124, M, 1981
T32, M, 1946	T76, M, 1953	T125, F, 1990
T33, F, 1953	T77, M, 1955	T126, M, 1948
T34, F, 1963	T78, M, 1961	T127, F, 1976
T35, F, 1958	T80, F, 1960	T128, F, 1941
T36, M, 1989	T81, F, 1950	T129, F, 1949
T37, F, 1991	T82, M, 1974	T130, F, 1941
T38, F, 1975	T83, F, 1973	T131, M, 1954
T39, M, 1961	T84, M, 1956	T132, F, 1961
T40, F, 1955	T85, M, 1964	T133, M, 1978
T41, M, 1970	T86, F, 1953	T134, M, 1956
T42, M, 1956	T87, M, 1975	T135, F, 1974
T43, M, 1945	T88, F, 1947	T136, F, 1967
T44, F, 1957	T89, F, 1972	T137, M, 1934
T46, M, 1957	T90, M, 1960	T138, F, 1970
T47, M, 1947	T91, M, 1961	T139, F, 1981

T140, M, 1979	T190, M, 2006	T239, M, 1970
T141, M, 1966	T191, F, 1985	T240, M
T142, M, 1962	T192, F, 1962	T241, F, 1964
T143, M, 1970	T193, M, 2003	T242, F, 2000
T144, M, 1985	T194, F, 1963	T243, M, 1979
T145, M, 1952	T195, M, 1970	T244, M, 1983
T146, M, 1979	T196, M, 1997	T245, M, 1998
T147, M, 1946	T197, M, 1977	T246, M, 1986
T148, M, 1981	T198, M, 1956	T247, F, 1979
T149, M, 1953	T199, F, 1963	T250, M, 1974
T150, M, 1987	T200, M, 1956	T251, M, 1979
T151, M, 1950	T201, M, 1952	T252, M, 2009
T152, F, 1973	T202, F, 1977	T253, M, 1965
T153, M, 1975	T203, M, 1973	T254, M, 1983
T154, M, 1935	T204, F, 1953	T255, M, 1938
T155, M, 1958	T205, F, 1960	T256, M, 1989
T156, M, 2003	T206, M, 1955	T257, M, 1976
T157, M, 1978	T207, F, 1956	T258, F, 1944
T158, F, 1969	T208, F, 1971	T259, M, 1950
T159, M, 1967	T210, M, 1958	T260, M, 1971
T160, M, 1975	T212, M, 1961	T261, M, 1957
T161, M, 1960	T213, M, 1946	T262, M, 2009
T162, M, 1979	T214, M, 1944	T263, F, 2009
T163, M, 1963	T215, M, 1990	T264, M, 2004
T164, Outro, 1960	T216, M, 1969	T265, M
T165, M, 1952	T217, F, 1962	T266, F
T167, M, 1956	T218, M, 1972	T267, F
T168, M, 1997	T219, M, 1958	T268, M, 1981
T169, M, 1976	T220, M, 1938	T269, F, 1960
T170, M, 1952	T221, F, 1968	T270, M, 2007
T171, M, 1977	T222, F, 1943	T271, M, 1966
T172, M, 2002	T223, F, 1961	T272, F, 1979
T173, M, 1981	T224, F, 1960	T273, M, 1978
T174, M, 1969	T225, M, 1986	T274, M, 1986
T176, M, 1986	T226, M, 1991	T275, M, 1977
T177, F, 1969	T227, F, 1953	T276, F, 1986
T178, M, 1971	T228, M, 1956	T277, M, 1976
T179, M, 1967	T229, M, 1950	T278, F, 1974
T180, F, 1984	T230, F, 1960	T279, M, 1965
T182, F, 1950	T231, F, 1959	T280, F, 1947
T183, M, 2006	T232, F, 1960	T281, M, 1962
T184, M, 1996	T233, F, 1990	T282, M, 1977
T185, F, 1998	T234, F, 1968	T283, M, 1970
T186, M, 1992	T235, F, 1969	T284, M, 1992
T187, M, 1996	T236, M, 1980	T286, F, 1960
T188, F, 1987	T237, M, 2004	T287, F, 1954
T189, F, 1964	T238, M, 1969	T288, F, 1954

T289, M, 1974	T336, F	T384, F, 1974
T290, F, 1965	T337, M, 1992	T385, F, 1958
T291, F, 1953	T338, M, 1956	T386, F, 1962
T292, M, 1941	T339, F, 1971	T387, F, 1950
T293, F	T340, M, 1976	T388, M, 1965
T294, F, 1972	T341, M, 1975	T389, F
T295, M	T342, M	T391, F, 1978
T296, F	T343, M, 1979	T392, F, 1966
T297, F	T344, M, 1958	T393, F, 1956
T298, M	T345, F, 2011	T394, M, 1994
T299, F, 1972	T346, M, 1968	T396, M, 1980
T300, F, 1959	T347, F, 1978	T397, F, 1975
T301, M, 1966	T348, M, 1980	T398, M, 1971
T302, M, 1955	T349, M	T399, M
T303, M, 1972	T350, M, 1977	T400, M, 1968
T304, F, 1998	T351, M, 1980	T401, F, 1973
T305, F, 1958	T352, F, 1969	T402, F, 1976
T306, M, 1960	T353, F, 1965	T403, F, 1975
T307, F, 1963	T354, F, 1953	T404, F, 1975
T308, F, 1977	T355, M, 1975	T405, F, 1977
T309, F, 1998	T356, M, 1953	T406, M, 1993
T310, F, 1957	T357, F, 1976	T407, M, 1959
T311, M	T358, F, 1970	T408, M, 1966
T312, M, 1980	T359, M, 2001	T409, F, 1975
T313, M, 1968	T360, M, 2003	T410, M, 1935
T314, M, 1951	T361, M, 2005	T411, F, 1976
T315, F, 1938	T362, M, 2005	T412, F, 1976
T316, F, 1971	T363, F, 2000	T413, M, 1946
T317, F, 1990	T364, M, 1969	T414, F, 1976
T318, F, 2004	T365, M, 1990	T415, M, 1968
T319, M, 1953	T366, M, 1967	T416, M, 1963
T320, F, 1941	T367, F, 2008	T417, F, 1962
T321, M, 1956	T368, M, 1950	T418, F, 1955
T322, M	T369, M, 1974	T419, F, 1989
T323, M	T370, F, 2016	T420, M, 1961
T324, M, 1972	T371, M, 1962	T421, F, 1954
T325, M, 1933	T372, M, 1978	T422, F, 1968
T326, F, 1959	T373, M, 1977	T423, F, 1946
T327, F, 1976	T374, F, 1984	T424, F, 2004
T328, M, 1969	T375, M, 1989	T425, F, 1954
T329, M, 1971	T376, M, 1975	T426, M, 1946
T330, M, 1984	T377, M, 1974	T427, M, 1985
T331, F, 1959	T378, M, 1978	T428, M, 1960
T332, M, 1996	T379, F, 1981	T429, M, 2013
T333, F, 1981	T380, M, 1946	T430, M, 1974
T334, M, 1954	T381, F, 1952	T431, M, 2009
T335, F, 1970	T383, M, 1975	T432, F

T433	T470, F, 1977	T507, F, 1940
T434, M, 1979	T471, F, 1976	T508, M, 1965
T435, M, 1991	T472, F, 1945	T509, F, 1970
T436, M, 1978	T473, M, 1953	T510, F, 1990
T437, M, 1957	T474, M, 1980	T511, M, 1987
T438, M	T475, F, 1973	T512, F, 1967
T440, M, 1979	T476, M, 1974	T513, M, 1954
T441, M, 1970	T477, M, 1949	T514, M, 1963
T442, M, 1957	T478, M, 1965	T515, M, 1988
T443, F, 1979	T479, M, 1950	T516, M, 1968
T444, F, 1960	T480, M, 1957	T517, M, 1960
T445, M, 1959	T481, F, 1977	T518, F, 1971
T446, M, 1969	T482, M, 1949	T519, F, 1970
T447, M, 1977	T483, F, 1952	T520, M, 1959
T448, F, 1996	T484, M, 1990	T521, M, 1978
T449, M, 1963	T485, M, 1997	T522, F, 1969
T450, M, 1963	T486, F, 1978	T523, F, 1980
T451, F, 1962	T487, M, 1990	T524, M, 1964
T452, F, 1969	T488, M, 1981	T525, F, 1975
T453, F, 1953	T489, M, 1980	T526, M, 1976
T454, M, 1952	T490, F, 1969	T527, M, 1983
T455, M, 1995	T491, F, 1972	T528, F, 1952
T456, M, 1987	T492, F, 1972	T529, F, 1962
T457, F, 1976	T493, M, 1951	T530, M, 1991
T458, F, 1973	T496, M, 1974	T531, M, 1997
T461, M, 1958	T497, F, 1957	T532, F, 1969
T462, F, 1968	T498, F, 1961	T533, F, 1969
T463, M, 1970	T499, M, 1984	T534, F, 1968
T464, F, 1964	T500, M, 1963	T535, M, 1968
T465, F, 1974	T501, M, 1958	T536, M, 1957
T466, M, 1955	T502, F, 1943	T537, M, 1958
T467, F, 1959	T503, M, 1957	T538, F, 1963
T468, F, 1985	T504, M, 1980	T539, M, 1979
T469, M, 1981	T505, M, 1954	T540, M, 1960
	T506, M, 1949	

Índice Remissivo

SUMÁRIO EXECUTIVO	21
1. PONTOS DE PARTIDA	61
1.1. <i>A decisão da Conferência Episcopal Portuguesa</i>	<i>61</i>
1.2. <i>Composição e objetivos da Comissão Independente</i>	<i>62</i>
1.3. <i>Metodologia do trabalho</i>	<i>65</i>
1.4. <i>Estrutura do Relatório.....</i>	<i>67</i>
2. OS CONCEITOS.....	69
2.1. <i>O ponto de vista psicopatológico.....</i>	<i>69</i>
2.1.1. <i>O bem-estar emocional das crianças: uma questão recente</i>	<i>70</i>
2.1.2. <i>A sexualidade na infância.....</i>	<i>72</i>
2.1.3. <i>Abuso sexual de crianças: o que é?</i>	<i>73</i>
2.1.4. <i>O que se sabe sobre crianças vítimas de abusos sexuais</i>	<i>75</i>
2.1.5. <i>O perfil psicológico da pessoa abusadora</i>	<i>77</i>
2.1.6. <i>As crianças abusadas: porque não falam do que sofreram?.....</i>	<i>80</i>
2.1.7. <i>O sentimento de culpa.....</i>	<i>84</i>
2.1.8. <i>Como e a quem comunica a criança o abuso?.....</i>	<i>85</i>
2.1.9. <i>Os impactos negativos do abuso sexual na vida adulta</i>	<i>88</i>
2.2. <i>O ponto de vista jurídico: crianças e abusos, lei civil e lei canónica</i>	<i>90</i>
2.2.1. <i>O que se entendeu por abuso sexual de crianças?</i>	<i>90</i>
2.2.2. <i>A representação social da criança e da infância</i>	<i>94</i>
2.2.3. <i>Os crimes sexuais como crimes contra as pessoas</i>	<i>97</i>
2.2.4. <i>Dever de denúncia por parte de quem tenha tido conhecimento da prática de abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa.....</i>	<i>105</i>
2.2.5. <i>A Comissão Independente e o Ministério Público.....</i>	<i>106</i>
2.2.6. <i>Dos alegados «abusadores» ainda no ativo</i>	<i>108</i>
3. METODOLOGIAS E CAMINHOS DE ABORDAGEM.....	111
3.1. <i>Uma abordagem em profundidade — dar voz</i>	<i>111</i>
3.1.1. <i>As pessoas vítimas: testemunhos presenciais e telefonemas</i>	<i>111</i>
3.1.2. <i>Outras vozes: o topo da hierarquia da Igreja Católica portuguesa</i>	<i>119</i>
3.1.3. <i>A análise da imprensa</i>	<i>123</i>
3.2. <i>A recolha de informação extensiva: o inquérito por questionário</i>	<i>127</i>
3.2.1. <i>O guião do inquérito online.....</i>	<i>128</i>
3.2.2. <i>A divulgação do apelo ao testemunho.....</i>	<i>134</i>
3.2.3. <i>A amostra.....</i>	<i>136</i>
3.2.4. <i>A validação dos testemunhos recebidos</i>	<i>138</i>
3.3. <i>O estudo exploratório dos arquivos</i>	<i>141</i>
3.3.1. <i>A análise dos abusos sexuais nos arquivos</i>	<i>141</i>
3.3.2. <i>O acesso institucional aos arquivos eclesiais</i>	<i>144</i>
3.3.3. <i>O inquérito preliminar aos membros da CEP e da CIRP</i>	<i>146</i>
3.3.4. <i>A localização dos testemunhos da Comissão no quadro eclesial.....</i>	<i>146</i>
3.3.5. <i>Os vetores do estudo</i>	<i>147</i>
3.4. <i>Dilemas éticos.....</i>	<i>149</i>
4. O QUE NOS DIZ A AMOSTRA? RESULTADOS.....	155
4.1. <i>A situação atual das pessoas vítimas de abuso</i>	<i>155</i>
4.1.1. <i>Género</i>	<i>156</i>
4.1.2. <i>Idade e escalões etários</i>	<i>157</i>

4.1.3.	Distribuição geográfica.....	158
4.1.4.	Condição perante a profissão	160
4.1.5.	Escolaridade	162
4.1.6.	Grupo doméstico de residência, estado civil e existência de filhos	164
4.1.7.	Relação com a Igreja Católica	166
4.2.	<i>A família de origem das pessoas vítimas.....</i>	168
4.2.1.	Situação conjugal dos pais na infância	168
4.2.2.	Profissão dos pais	169
4.2.3.	Número de irmãos e posição na fratria.....	170
4.3.	<i>Ao tempo do primeiro abuso</i>	172
4.3.1.	Idade ao primeiro abuso	172
4.3.2.	Os abusos no tempo histórico	174
4.3.3.	Grupo doméstico ao tempo do início do abuso	178
4.3.4.	Institucionalização	181
4.3.5.	Localidade onde ocorreu o abuso.....	181
4.3.6.	Situação das crianças vítimas à data do primeiro abuso	185
4.3.7.	Escolaridade frequentada pelas crianças vítimas ao primeiro abuso	185
4.4.	<i>O abuso</i>	187
4.4.1.	Modalidades do abuso.....	187
4.4.2.	Local onde aconteceu o abuso.....	194
4.4.3.	Frequência, periodicidade, duração do abuso e existência de mensagens associadas ao abuso	196
4.4.4.	O que levou ao fim da situação de abuso	198
4.4.5.	Estimativa de quantas outras pessoas eram vítimas	199
4.5.	<i>A pessoa abusadora</i>	202
4.5.1.	Género	202
4.5.2.	Escalões etários	202
4.5.3.	Estatuto na Igreja	203
4.5.4.	Relação entre pessoa abusada e pessoa abusadora	204
4.6.	<i>Depois do abuso</i>	208
4.6.1.	Revelação do abuso	208
4.6.2.	A quem revelou o abuso	208
4.6.3.	A quem revelou na família	210
4.6.4.	Idade em que revelou o abuso.....	210
4.6.5.	Como reagiram à denúncia do abuso.....	213
4.6.6.	Tomada de medidas após a denúncia	214
4.6.7.	Apresentação de queixa(s) a membros da Igreja Católica.....	215
4.6.8.	Processo em tribunal e consequências para a pessoa abusadora.....	216
4.7.	<i>Uma cartografia: os espaços sociais do abuso.....</i>	217
4.8.	<i>A partir da cartografia: os abusos contados na primeira pessoa.....</i>	222
4.8.1.	Os espaços de retiro, reclusão ou isolamento das crianças (com dormida).....	223
4.8.2.	Os escuteiros, as excursões, os acampamentos	233
4.8.3.	O confessorário	236
4.8.4.	Dentro da igreja: sacristia, altar, auditório, gabinete do padre	240
4.8.5.	A casa de família.....	247
4.8.6.	Os colégios católicos	253
4.8.7.	Os espaços privativos do padre: a casa e o carro	258
5.	DO SILÊNCIO À VOZ: AS PALAVRAS DAS VÍTIMAS.....	263
5.1.	<i>Por que razão resolveu dar agora o seu testemunho?</i>	263
5.1.1.	A Comissão e as notícias	263
5.1.2.	A relação com a Igreja Católica portuguesa: retaliação impulsiva vs. colaboração compreensiva	269
5.1.3.	Os «outros» significativos	276

5.1.4.	«Ajudar os outros»	278
5.1.5.	Participar num estudo científico.....	280
5.1.6.	A oportunidade enquanto imperativo ético	281
5.1.7.	Vencer obstáculos emocionais: superar o medo e a culpa, «os fantasmas» persecutórios, «desabafar», «sentir-se mais livre»	283
5.1.8.	O anonimato e a acessibilidade (inquérito e plataforma <i>online</i>)	286
5.1.9.	Outras razões para testemunhar agora	287
5.2.	<i>A aproximação da pessoa abusadora à pessoa vítima</i>	291
5.2.1.	O que lhe dizia para se aproximar de si?	291
5.2.2.	O que lhe dizia para abusar de si?	298
5.2.3.	O que lhe dizia depois da situação de abuso?	305
5.2.4.	Prometia-lhe recompensas e/ou castigos, ou para outros membros da sua família, ou de próximos de si? Se sim, quais?	312
5.3.	<i>Consequências físicas, psicológicas ou outras do abuso sexual</i>	317
5.3.1.	Consequências físicas	317
5.3.2.	Consequências psicológicas do abuso sexual.....	322
5.4.	<i>Impacto na sua relação com a Igreja Católica</i>	331
5.5.	<i>O que pode a Igreja fazer para evitar estas situações?</i>	339
5.6.	<i>Como pode a Igreja reparar estas situações?</i>	348
6.	VOZES DA HIERARQUIA: BISPOS, SUPERIORAS E SUPERIORES GERAIS EM 2022	353
6.1.	«A fé vem do berço»	356
6.2.	O seminário	358
6.3.	A vocação.....	362
6.4.	Dioceses e carismas.....	364
6.5.	O problema dos abusos sexuais na Igreja Católica	367
6.6.	E no dia a dia? O conhecimento direto de abusos sexuais de crianças	371
6.7.	O que dizem sobre a Comissão Independente?	373
7.	O QUE NOS DIZEM OS ARQUIVOS ECLESIASTICOS?	377
7.1.	<i>Contextos da análise</i>	377
7.1.1.	A diversidade eclesial: administração e demografia	377
7.1.2.	A realidade arquivística: documentação e sondagens	381
7.1.3.	A localização dos casos: o quadro eclesial	384
7.2.	<i>Dentro do arquivo: estudos de caso</i>	390
7.3.	<i>Conclusões e pistas para investigações futuras</i>	442
8.	NOTAS FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	447
8.1.	<i>Recomendações Gerais</i>	449
8.2.	<i>Recomendações específicas à Igreja Católica portuguesa</i>	451
8.2.1.	Uma outra cultura	451
8.2.2.	O lugar da vítima	452
8.2.3.	A reparação da vítima.....	454
8.2.4.	Da ocultação à desocultação.....	454
8.2.5.	Arquivos históricos da Igreja	455
8.2.6.	Medidas de prevenção	455
8.2.7.	Formação	457
8.3.	<i>Algumas sugestões para a sociedade em geral</i>	458

8.4. Uma última recomendação	460
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	463
ANEXOS	468

Índice de Figuras e Tabelas

Figuras

Figura 1 – NÚMERO DE CHAMADAS RECEBIDAS	117
Figura 2 – NÚMERO DE CHAMADAS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (DISTRITO) DA PESSOA VÍTIMA	118
Figura 3 – EVOLUÇÃO DOS ACESSOS AO QUESTIONÁRIO	135
Figura 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS VÍTIMAS POR GÊNERO (%)	157
Figura 5 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR GÊNERO E ESCALÃO ETÁRIO (%)	158
Figura 6 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)	158
Figura 7 – RESIDÊNCIA ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS: POR DISTRITO (N)	159
Figura 8 – RESIDÊNCIA ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS, POR CONCELHOS DO CONTINENTE (N)	160
Figura 9 – CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO PESSOAS VÍTIMAS (%)	160
Figura 10 – PROFISSÃO DAS PESSOAS VÍTIMAS EM GRANDES GRUPOS, TOTAL E POR GÊNERO (%)	161
Figura 11 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)	163
Figura 12 – GRUPO DOMÉSTICO ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)	164
Figura 13 – ESTADO CIVIL ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)	165
Figura 14 – EXISTÊNCIA DE FILHOS DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)	166
Figura 15 – RELAÇÃO ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS COM A IGREJA CATÓLICA (%)	166
Figura 16 – SITUAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)	168
Figura 17 – PROFISSÃO DE PAI E MÃE DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)	169
Figura 18 – NÚMERO DE IRMÃOS (%)	170
Figura 19 – POSIÇÃO NA FRATRIA, TOTAL E POR GÊNERO (%)	171
Figura 20 – DISTRIBUIÇÃO DO ABUSO POR IDADE DA PESSOA VÍTIMA (%)	172
Figura 21 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ABUSOS POR IDADE E GÊNERO DA PESSOA VÍTIMA (N)	174
Figura 22 – DÉCADA EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO (%)	175
Figura 23 – QUINQUÊNIO EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO (%)	176
Figura 24 – IDADE EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO, POR DÉCADA	177
Figura 25 – IDADE MÉDIA EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO AO LONGO DO TEMPO, POR GÊNERO (EM ANOS)	178
Figura 26 – GRUPO DOMÉSTICO DE RESIDÊNCIA AO PRIMEIRO ABUSO, AO LONGO DO TEMPO (%)	180
Figura 27 – LOCAL ONDE OCORREU O ABUSO: DISTRITOS (N)	182
Figura 28 – LOCAL ONDE OCORREU O ABUSO: CONCELHOS (N)	183
Figura 29 – LOCALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ONDE OCORREU O ABUSO: CONCELHOS (N)	184
Figura 30 – SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS VÍTIMAS À DATA DO PRIMEIRO ABUSO (%)	185
Figura 31 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE FREQUENTADA PELAS CRIANÇAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)	186
Figura 32 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	190
Figura 33 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR ESTRUTURA FAMILIAR À DATA DOS ABUSOS (%)	190
Figura 34 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL (%)	191
Figura 35 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR SITUAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)	192
Figura 36 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR PROFISSÃO DO PAI (%)	192
Figura 37 – LOCAL ONDE ACONTECEU O ABUSO (%)	194
Figura 38 – FREQUÊNCIA DO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	197
Figura 39 – DURAÇÃO DO ABUSO (%)	198
Figura 40 – FREQUÊNCIA DO ABUSO POR GRANDE GRUPO (%)	198
Figura 41 – RAZÕES PARA O FIM DA SITUAÇÃO DE ABUSO (%)	199
Figura 42 – SENTIA SER A ÚNICA OU SABIA QUE EXISTIAM MAIS VÍTIMAS (%)	200
Figura 43 – GÊNERO DA PESSOA ABUSADORA (%)	202
Figura 44 – ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA (%)	203
Figura 45 – ESTATUTO DA PESSOA ABUSADORA (%)	204
Figura 46 – CONHECIA PESSOA ABUSADORA (%)	205
Figura 47 – ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA PELO GÊNERO DA PESSOA VÍTIMA (%)	205
Figura 48 – ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA PELO ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA VÍTIMA (À DATA DO PRIMEIRO ABUSO)	206
Figura 49 – ALGUMA VEZ REVELOU O ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	208
Figura 50 – A QUEM REVELOU O ABUSO, POR GÊNERO (%)	209
Figura 51 – A QUEM DA FAMÍLIA REVELOU O ABUSO, POR GÊNERO (%)	210
Figura 52 – COM QUE IDADE REVELOU O ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	211
Figura 53 – IDADE EM QUE REVELOU O ABUSO AO LONGO DO TEMPO (%)	213

Figura 54 – COMO REAGIRAM À DENÚNCIA DO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	213
Figura 55 – COMO REAGIRAM À DENÚNCIA DO ABUSO, TOTAL E POR GRUPO ETÁRIO DAS PESSOAS VÍTIMAS À DATA DA PRIMEIRA REVELAÇÃO (%)	214
Figura 56 – FOI TOMADA ALGUMA MEDIDA PARA AFASTAR PESSOA ABUSADORA (%)	215
Figura 57 – FOI APRESENTADA QUEIXA A MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA (%)	215
Figura 58 – EXISTÊNCIA DE PROCESSO EM TRIBUNAL (%)	216
Figura 59 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS ENTRE AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS	221
Figura 60 – EVOLUÇÃO NUMÉRICA DO CLERO SECULAR E REGULAR (INCLUINDO RELIGIOSAS) EM PORTUGAL (1953-2016)	380
Figura 61 – DISTRIBUIÇÃO DOS TESTEMUNHOS À COMISSÃO INDEPENDENTE, POR DIOCESE ..	389

Tabelas

Tabela 1 – EXEMPLOS DE PROFISSÕES POR GRUPO PROFISSIONAL	162
Tabela 2 – MEDIDAS DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA AO PRIMEIRO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO...	174
Tabela 3 – GRUPO DOMÉSTICO DE RESIDÊNCIA AO PRIMEIRO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	179
Tabela 4 – MEDIDAS DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA IDADE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO, TOTAL E POR GÊNERO	181
Tabela 5 – MODALIDADES DO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)	188
Tabela 6 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO.....	189
Tabela 7 – MODALIDADES DO ABUSO AO LONGO DO TEMPO (%).....	193
Tabela 8 – LOCAIS ONDE OCORREU O ABUSO AO LONGO DO TEMPO (%)	196
Tabela 9 – TABELA DE EQUIVALÊNCIAS (%)	201
Tabela 10 – MODALIDADES DO ABUSO E GRUPO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA (%)	207
Tabela 11 – MEDIDAS DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA AQUANDO DA PRIMEIRA REVELAÇÃO.....	212
Tabela 12 – RESULTADO DOS PROCESSOS EM TRIBUNAL.....	216
Tabela 13 – VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS	217
Tabela 14 – VALORES PRÓPRIOS E PERCENTAGEM DOS EIXOS	218
Tabela 14 – INTENSIDADE DO TRABALHO GIH NOS ARQUIVOS DIOCESANOS	382
Tabela 16 – QUANTIFICAÇÃO DOS CASOS NAS DIOCESES	385
Tabela 17 – QUANTIFICAÇÃO DOS CASOS NOS INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS.....	386
Tabela 18 – QUANTIFICAÇÃO DOS CASOS NOS INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS	387
Tabela 19 – QUANTIFICAÇÃO DE CASOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	388

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa constituiu-se após um convite dirigido a Pedro Strecht, no final de 2021, por parte de D. José Ornelas, presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP). Iniciou os seus trabalhos em janeiro de 2022, definindo o tempo de um ano como prazo de duração dos mesmos, com a apresentação final de um relatório.

A equipa foi escolhida por Pedro Strecht e organizada de forma paritária, multidisciplinar, integrando profissionais de reconhecido mérito e com diferentes percursos de vida: Pedro Strecht (coordenador, médico pedopsiquiatra), Álvaro Laborinho Lúcio (juiz conselheiro jubilado), Ana Nunes de Almeida (socióloga), Catarina Vasconcelos (cineasta), Daniel Sampaio (médico psiquiatra) e Filipa Tavares (assistente social). A Comissão contou ainda com a participação de Vasco Ramos (sociólogo), Ana Sofia Varela (psicóloga clínica) e Catarina Pires (jornalista)

Para o estudo dos Arquivos da Igreja, a Comissão convidou Francisco Azevedo Mendes (historiador), que constituiu autonomamente o Grupo de Investigação Histórica (GIH) com outros três investigadores: Júlia Garraio (especialista em estudos de género), Rita Almeida de Carvalho (historiadora) e Sérgio Ribeiro Pinto (historiador).

2. A Comissão assumiu a sua identidade plena como **grupo de estudo**, isto é, como uma equipa de profissionais que se dedicaria à construção do conhecimento sobre o tema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica durante o tempo determinado, excluindo desde logo funções de entidade judicial em busca de denúncias e alegadas acusações ou, numa outra perspetiva, enquanto equipa de intervenção e apoio na área da saúde mental.

Durante o trabalho, foram estabelecidos inúmeros contactos com estruturas da Igreja Católica e da sociedade civil, com destaque na área da proteção e intervenção em menores ou adultos vítimas. O mesmo ocorreu com as instâncias jurídicas competentes para o efeito, nomeadamente o Ministério Público.

Para a divulgação do apelo ao testemunho, a Comissão contou com a intervenção de órgãos de comunicação social, bem como de outros contactos realizados. Disponibilizou um número de telefone para receber depoimentos, organizou um *site* com um inquérito *online*, facilitou o acesso à receção de informação pelo correio. Criou a possibilidade de entrevistas presenciais.

3. Definiu como **objetivo** o estudo dos abusos sexuais de crianças por membros e/ou colaboradores da Igreja, entre 1950 e 2022, para um melhor conhecimento do passado e adequada ação preventiva e de intervenção futura.

4. Tomando como referência de abuso sexual todos os tipos previstos na lei penal portuguesa, a Comissão fez uma **opção metodológica de fundo**: colocar no centro do seu estudo a pessoa vítima, encorajá-la a testemunhar e dar-lhe voz, tornando-a protagonista de uma experiência traumática que interessava conhecer, caracterizar e

interpretar. Não se tratou, portanto, de uma análise institucional nem se perspetivou trazer para o estudo as experiências ou trajetórias das pessoas abusadoras.

Cruzou-se uma abordagem **qualitativa** e **quantitativa** do tema. Qualitativa, pois através dos testemunhos das vítimas, dos seus relatos individuais (captados ao longo das entrevistas presenciais e da análise dos discursos diretos nas perguntas abertas do inquérito) procurou-se aprofundar e interpretar as experiências singulares do abuso. Entrevistaram-se ainda bispos diocesanos e superiores e superiores gerais de Institutos Religiosos portugueses. Mas também ótica quantitativa, através de uma análise de todo o material resultante da aplicação de um inquérito com perguntas de resposta padronizada, para um tratamento extensivo da informação recolhida (estatística bi e multivariada), construindo-se indicadores numéricos e cruzando-os entre si, tendo em vista a caracterização dos abusos em diversas dimensões.

A Comissão fez ainda uma análise de conteúdo de notícias da imprensa, nacional e local, e, após autorização escrita do Vaticano, o Grupo de Investigação Histórica desenvolveu um estudo exploratório dos arquivos históricos da Igreja portuguesa, quer em todas as dioceses quer em alguns institutos religiosos.

5. Foi aprofundado, a partir de pontos de vista disciplinares distintos, psicopatológico e jurídico (e respetiva revisão literária), o **conceito de abuso sexual de crianças**.

6. Do ponto de vista psicopatológico, o tema dos abusos sexuais de crianças só recentemente teve um olhar centrado no sofrimento da vítima e no seu impacto traumático posterior. Um marco fundamental dessa evolução é a Convenção para os Direitos da Criança (1989), ao estabelecer artigos na defesa do seu «superior interesse».

Os abusos de crianças (menores de 18 anos) são mais comuns do que se pensa. Dados de uma metanálise destacam 18% de prevalência na população feminina e 8% na masculina. Englobam diversas situações atualmente previstas na lei. Em geral, predominam as vítimas raparigas sobre os rapazes, e a idade mais comum do abuso é a pré-adolescente. A maior percentagem acontece de forma continuada, em espaços físicos de socialização da criança, sobretudo na família. São cometidos por abusadores maioritariamente masculinos, muitos fazendo parte do seu universo relacional prévio, contribuindo assim para a sua perpetuação.

Habitualmente, são as vítimas a iniciar o **silenciamento**, por sentimentos de **medo, vergonha e culpa**. Os que revelam as situações são uma expressiva minoria. Quando o fazem, não existem quadros anteriores típicos, e concretizam-no junto de pessoas próximas; da atitude destas depende a evolução futura da situação. No momento e durante fases posteriores da vida adulta, é necessário suporte psicológico e/ou psiquiátrico para intervir em diversos quadros clínicos, como as perturbações de ansiedade e do humor depressivo ligadas a situações de *stress* pós-traumático. Não há evidência de que a maior parte das vítimas passe posteriormente à posição de abusador, mas sabe-se que crianças abusadas em estruturas ou instituições fechadas tendem a repeti-lo mais tarde, reproduzindo relações patológicas de poder e hierarquia distorcida sobre outros menores.

O **perfil dos abusadores** é variado. Predominam adultos jovens com estruturas psicopatológicas, agravadas por fatores de risco como o alcoolismo ou o mau controlo de impulsos. Destacam-se as perturbações de personalidade, com facetas socialmente integradas, revelando capacidade de sedução e manipulação. É raro reconhecerem os atos praticados, sem consciência crítica, sendo vulgar darem continuidade aos mesmos. As respostas com sucesso terapêutico são escassas, mas é fundamental ditar o afastamento de cargos ou atividades que impliquem contacto com crianças. No caso de abusadores em contexto religioso, o acompanhamento espiritual, embora muito importante, não é suficiente. É necessária uma intervenção psiquiátrica e psicológica intensiva e duradoura.

7. Do **ponto de vista jurídico** (lei civil e lei canónica), a definição de abusos sexuais de crianças sofreu uma longa evolução histórica. «A criança enquanto sujeito de direito», hoje aceite, não é ainda um dado universal. Resulta de uma forma psicossocial a partir da qual olhamos a pessoa com menos de 18 anos de idade, tratando-a como «criança» e não já como «menor». É daquela que cumpre partir ao encontro do direito.

A **definição de abusos sexuais acolhida pela Comissão** seguiu a previsão do **Código Penal Português** na sua versão atual. Salienta-se, na evolução legislativa verificada entre 1950 e 2022, a revisão daquele diploma ocorrida em 1995, na qual, pela primeira vez entre nós, os crimes sexuais foram tratados como «**crimes contra as pessoas**», nomeadamente os que, tendo como vítimas crianças, vieram a constituir capítulo autónomo, sob a designação de «crimes contra a autodeterminação sexual».

Abandonava-se, assim, o previsto, primeiro, no Código de 1886, que integrava tais infrações no capítulo dos «crimes contra a honestidade», e, mais recentemente, no Código de 1982, que as passou a qualificar como «crimes contra valores e interesses da vida em sociedade».

Quanto ao **Direito Canónico**, a prática de abusos sexuais por membros do clero era vista inicialmente como «corrupção de jovens», que a instituição previa e punia severamente. Na aproximação ao Concílio Vaticano I (1869, Pio IX), inicia-se uma era de evitamento do domínio público da descrição destes factos, em alegada defesa do bom nome da Igreja. Este ponto inspirou o Direito Canónico nas versões de 1917 e 1983, sendo que esta última foi aprovada em obediência à linha estabelecida no Concílio Vaticano II (1961, João XXIII), em que, a despeito da abertura então verificada, a previsão de abusos sexuais em geral e daqueles outros praticados sobre menores, vem ainda tutelar, por um lado, o «Mandamento Sexto do Decálogo» e, por outro, os «bons costumes», mantendo-se a Igreja como a principal vítima da ação do agente infrator.

Importante foi, pois, a recente posição tomada pelo Papa Francisco. Publicou, entre outros textos, a sua Carta Apostólica sob forma de «Motu Proprio» *Vos Estis Lux Mundi*, na qual, expressamente, escreve que «os crimes de abuso sexual ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e lesam a comunidade dos fiéis».

Neste domínio, não cabe, nem jamais poderia caber à Comissão, qualquer intuito ou prática de investigação criminal, uma vez que, no modelo português, é o **Ministério Público** (MP) que detém a titularidade exclusiva tanto da ação penal, como da direção da investigação criminal, seja esta executada por si ou por outro órgão de polícia

criminal. Desde o primeiro momento, ficou explícito que seriam remetidas para o MP informações extraídas dos testemunhos que revelassem a prática de crimes deste tipo, praticados em data situada dentro do prazo para o exercício do respetivo procedimento criminal. A Comissão não assumiu, em tais casos, a condição de sujeito processual, mas sim de elemento de ligação entre o testemunho recolhido e a magistratura com competência exclusiva para lhe dar o respetivo tratamento jurídico. Neste âmbito, foram enviados 25 casos para o Ministério Público. Não deve surpreender que nestes casos exista um escasso número de resultados, semelhante, aliás, ao ocorrido em outros países e/ou comissões que realizaram estudos idênticos. A Comissão recebeu um número importante de testemunhos em que constam nomes e locais de alegados abusadores e abusos. Algumas das pessoas neles referenciadas faleceram, outras estão vivas e mantêm as suas funções religiosas. Destas, a Comissão decidiu dar conhecimento ao MP, enquanto, de ambas, foi constituído um anexo a este relatório, a entregar à CEP.

8. Os instrumentos metodológicos usados neste estudo são comuns em Ciências Sociais: o inquérito por questionário e a entrevista. Mas também se procedeu, numa tradição dos estudos da área da História, à análise da documentação de arquivos: no caso e de forma inédita em Portugal, tendo em conta o tema, os da própria Igreja Católica.

9. No início dos trabalhos, foi anunciada a abertura de uma **linha telefónica** para a recolha de contactos e depoimentos a integrar na amostra final, estes até 31 de outubro. O número 917 110 000 funcionou diariamente das 10h00 às 20h00, com registo de mensagens, e foi atendido por membros especializados da Comissão, disponíveis para entender os motivos do contacto, registar depoimentos para um preenchimento acompanhado do inquérito ou orientar para outros serviços e instituições casos que não pertenciam ao âmbito deste trabalho.

Durante o período, registaram-se 365 chamadas telefónicas. O tempo médio de atendimento foi de 50 minutos. Nos primeiros três meses de funcionamento registaram-se 46% dos contactos. Notaram-se picos associados à divulgação do trabalho da Comissão em notícias de canais de televisão. Várias pessoas ligaram mais do que uma vez, acrescentando dados ou solicitando outras respostas. Registou-se um número baixo de chamadas «em branco» ou de «conteúdo desadequado».

Por telefone, marcou-se a quase totalidade de **entrevistas presenciais**: 51, de pessoas de diversas zonas do País. Realizaram-se entrevistas por Zoom quando as vítimas viviam fora de Portugal continental ou quando não lhes era possível a deslocação. Destas 51 pessoas, 34 (23 homens e 11 mulheres) foram vítimas diretas de abuso. Quanto às outras 17, a entrevista serviu para referenciar casos conhecidos e/ou entregar documentação sobre o tema.

Todas as entrevistas foram feitas por dois membros da Comissão, com um tempo previsto de 60 minutos, na maioria dos casos largamente ultrapassado. Adotou-se uma metodologia comum: o início centrava-se no registo de um discurso livre da vítima, passando-se de seguida para um padrão de entrevista semiestruturada, procurando sempre respeitar-se o ritmo de cada pessoa, frequentemente de elevada intensidade emocional.

Em vários casos, foi a primeira vez que as vítimas falaram sobre o sucedido e algumas pediram para se fazerem acompanhar por pessoa próxima.

10. A análise de conteúdo da imprensa foi considerada uma área importante para o estudo. Sendo que o arco temporal em causa era o de 1950-2022, existiram diferenças na visibilidade do tema, ligadas à ocorrência de mudanças sociais, culturais e políticas. O facto de haver censura em Portugal até 1974, limitou em muito a publicação de notícias sobre abusos sexuais de crianças por parte da Igreja Católica, pelo que a análise acabou por recair sobretudo no pós-25 de Abril.

Procedeu-se a uma pesquisa *online* do tema a partir de palavras-chave. Depois, as mesmas palavras foram procuradas numa amostra de jornais, nacionais e regionais, atendendo ao seu tempo de existência, cobertura, relevância regional e nacional. Por último, foram realizadas pesquisas em arquivos físicos de órgãos de comunicação que já se encontram digitalizados e são de fácil acesso. Foi nítida uma evolução na abordagem do tema, quase sempre ligada a factos que se tornaram públicos por processos judiciais ou quando a atividade de jornalismo de investigação levou à revelação de certas situações desconhecidas. Da pesquisa resultaram registos de 19 casos.

O papel da **comunicação social** definiu-se como fundamental para a divulgação do apelo ao testemunho e informação e divulgação do tema, bem como na investigação de casos específicos junto da sociedade civil.

11. Foi colocado *online*, no site «darvozaosilencio.org», um **inquérito por questionário**, garantindo o anonimato de quem o preenchesse enquanto vítima. O inquérito é uma técnica que permite a recolha e o tratamento de informação sobre características, comportamentos ou valores e opiniões de grandes populações ou grupos representados numa amostra. Pretendia-se reconstruir o perfil das pessoas abusadas, o abuso e o contexto em que ocorre, o impacto na pessoa vítima, bem como o perfil das pessoas abusadoras. Para além disso, desejava-se recolher opiniões sobre medidas a adotar no futuro, pela Igreja Católica portuguesa, relativamente ao tema.

Dentro do inquérito combinou-se uma modalidade tipicamente quantitativa (escolha múltipla padronizada, filtros binários SIM/NÃO que permitem um tratamento estatístico imediato) com uma abordagem mais qualitativa e personalizada (cujo resultado são discursos diretos, de escrita livre, sem formato ou conteúdo prévios, que mais tarde seriam objeto de uma exaustiva análise de conteúdo). O inquérito não continha quaisquer perguntas sobre a identidade (nome, morada, contacto) da pessoa vítima ou sobre a identidade da pessoa abusadora.

O inquérito foi visionado 2771 vezes e preenchido com o testemunho de 564 pessoas. O tempo médio registado em cada foi de 22 minutos. Foram validados 512 depoimentos de pessoas vítimas. O guião foi construído com uma linguagem inclusiva, clara, simples, realista e respeitadora da capacidade ou necessidade de cada qual reportar tão-só e apenas o que entendesse revelar.

Seguindo uma lógica temporal evolutiva, o **guião** contemplava dois momentos distintos da vida do entrevistado. De um tempo presente, solicitava-se informação de natureza sociográfica sobre a pessoa vítima (ex.: género, ano de nascimento, local de residência, profissão, nível de escolaridade, religião e prática religiosa, grupo doméstico

de residência); e ainda sobre a sua família de origem. De um tempo passado, solicitava-se à pessoa para recuar ao momento da infância e adolescência em que foi abusada e nos desse um conjunto detalhado de informações sobre o seu contexto de vida na altura, a modalidade de abuso que sofrera e a pessoa agressora que o praticara.

12. Para a **validação** cuidada dos testemunhos, procurou-se a sua consistência narrativa e a triagem de falsas informações, excluindo casos que correspondessem a categorias de idade fora do estipulado, discursos de distorção da memória traumática ou mesmo a confabulações sobre a realidade.

13. Obteve-se uma **amostra** descrita como uma «*respondent-driven sample*», particularmente adequada para entrar progressivamente em populações «escondidas» ou silenciadas.

O facto de ser um inquérito *online* implicava o domínio de competências digitais por parte da pessoa que responde, as quais estão desigualmente distribuídas na população portuguesa. Os mais idosos, os menos escolarizados, os trabalhadores manuais, encontram-se em clara desvantagem face aos mais jovens, os possuidores de frequência de ensino superior ou aqueles que, diariamente e até por motivos profissionais, trabalham com computador e Internet. Preencher um inquérito implica uma familiaridade com um tipo de racionalidade tanto lógica como abstrata, o que pode excluir franjas de população. Para além de limitações que se prendem com a técnica e a plataforma digital, há que contar com uma distribuição muito desigual do poder de manter ativa uma certa atitude de «tomada de palavra». **Da amostra não podem, assim, fazer-se quaisquer extrapolações para o universo em geral**, na medida em que não é igual a probabilidade de cada pessoa abusada na Igreja Católica pertencer à amostra, bem como nesta não se reproduzem as características sociodemográficas do universo.

14. Embora o centro de gravidade da análise desta Comissão fosse a pessoa vítima de abuso sexual na infância e adolescência, pareceu-nos importante ouvir, através de entrevistas, **os atuais líderes da Igreja Católica portuguesa** (bispos no ativo, superiores e superiores gerais de Institutos Religiosos). Falando a partir da sua posição cimeira na instituição, eram informadores privilegiados sobre o tema em análise, desde logo porque foi graças à sua iniciativa que, na prática, este Estudo foi encomendado.

Tornou-se interessante reconstituir as suas histórias de vida, moldadas pelo tecido social e cultural envolvente. O conhecimento dos seus contextos de partida pareceu-nos uma peça preciosa para entender o modo como exercem e como pensam hoje o seu papel dentro da Igreja Católica. Desde cedo nos apercebemos, aliás, de que esta não falava, implícita ou explicitamente, a uma só voz e essa **pluralidade interna** merecia ser aprofundada.

As entrevistas duravam, em média, uma hora e foram todas realizadas (com exceção de uma, por imprevisto) por dois membros da Comissão — a esmagadora maioria delas por duas mulheres. O guião da entrevista era propositadamente aberto e pouco diretivo. Foi realizado um total de 32 entrevistas (19 bispos, 13 superiores e superiores gerais).

15. Uma outra frente de trabalho consistiu no estudo exploratório dos arquivos históricos da Igreja. Pela primeira vez, um grupo de cientistas sociais, o Grupo de Investigação Histórica (GIH), teve acesso aos arquivos das dioceses e institutos religiosos portugueses com a finalidade de analisar documentos que indicassem situações de abuso sexual de crianças entre 1950 e 2022.

O estudo implicou a consulta de várias séries documentais e com graus diferentes de confidencialidade: documentos institucionais, como as fichas com as nomeações de párocos, documentação mais reservada como a correspondência eclesiástica, as investigações prévias e os processos administrativos penais. Alguma desta documentação encontra-se nos arquivos secretos das dioceses e institutos. Realizou-se um primeiro mapeamento da estrutura (variável) dos arquivos eclesiásticos com o objetivo de identificar onde se poderiam encontrar indícios e provas de abusos sexuais. Para além do arquivo secreto — onde as investigações prévias e os processos administrativos penais são guardados —, a prioridade foi dada aos processos individuais do clero e à correspondência eclesiástica.

O acesso do GIH a documentação com um tal grau de sigilo foi discutido e acordado previamente entre as hierarquias católicas e entre estas e o GIH. A carta do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Pietro Parolin, de 9 de junho de 2022, permitiu agilizar a abertura dos arquivos eclesiásticos portugueses ao GIH.

A partir de junho de 2022, o GIH iniciou contactos com os bispos diocesanos e os superiores dos institutos, com vista à deslocação da equipa aos arquivos, apresentando as suas notas metodológicas, validadas pelo Vaticano. Foram assinados acordos de confidencialidade, comprometendo-se o GIH a anonimizar toda a informação recolhida na documentação.

Uma primeira etapa do **processo de pesquisa** consistiu no pedido, às 21 dioceses e aos 127 institutos religiosos membros da CIRP (Confederação dos Institutos Religiosos de Portugal), da realização de um levantamento de casos de abuso sexual de crianças nos respetivos arquivos entre 1950 e 2022. Todos os bispos e institutos responderam ao inquérito. Numa segunda fase, o GIH deslocou-se aos arquivos com vista à consulta da documentação relativa aos casos identificados pelas dioceses e institutos. Foi consultada, também, documentação referente a eclesiásticos sobre os quais tinha obtido, por outras vias, indícios de eventuais abusos sexuais (ex.: testemunhos recebidos pela Comissão e imprensa). Foram sistematicamente localizados esses testemunhos no quadro eclesiástico, identificando as dioceses e os institutos envolvidos. Em certos arquivos, o GIH fez pesquisas aleatórias pontuais ou sistemáticas. Em alguns casos, não existiam verdadeiros processos individuais de sacerdotes que reunissem toda a documentação a seu respeito, mas apenas copiadores de correspondência expedida e correspondência recebida arquivada cronologicamente, cuja dimensão (centenas de *dossiers*) tornou impossível uma análise aprofundada no prazo estabelecido para a entrega do presente relatório.

Embora o GIH tenha sido mandatado pela Comissão Independente para iniciar a pesquisa a partir de 29 de março de 2022, o debate interno por parte da Igreja Católica portuguesa relativamente às modalidades de abertura dos seus arquivos levou a que o contacto do GIH com a documentação só se tenha iniciado a partir do início de outubro. Deste modo, o GIH realizou apenas uma primeira abordagem arquivística a um fenómeno pouco estudado em Portugal. Mesmo assim, este estudo de carácter

exploratório permitiu gerar conhecimento significativo sobre o tema e certamente irá abrir caminho para investigações futuras com um maior alcance, profundidade e grau de sistematização.

16. No decorrer do estudo, surgiram vários **dilemas éticos**, debatidos e tratados em equipa. Do ponto de vista médico e psicológico, como no da área jurídica, a Comissão garantiu sempre o anonimato das vítimas — tanto no sigilo na transmissão de informação ao Ministério Público (nos casos não prescritos), como nos contactos com a comunicação social, na articulação com a CEP ou na consulta de arquivos da Igreja. A base de dados dos testemunhos ficou blindada ao exterior.

Eis alguns dilemas com que a Comissão se confrontou: a sua isenção e «independência», assegurada pelas competências profissionais e científicas dos seus membros, e afirmação de autonomia face a qualquer forma de poder, incluindo o da Igreja, que solicitou o estudo; o impacto das notícias nas vítimas, tanto nas que ousaram falar como nas que escolheram manter-se em silêncio, pois a evocação do tema produz uma revisitação do trauma; a questão dos «números» de pessoas abusadas/abusadoras, contornada através da distinção de diferentes patamares; a relação com a comunicação social; a importância de fazer passar publicamente a mensagem de distinção entre a parte (os membros da Igreja abusadores) e o todo (a Igreja Católica portuguesa).

17. Foi portanto a partir de 512 testemunhos que se realizou a **análise estatística da base de dados resultante da amostra**, bem como a interpretação das narrativas decorrentes das perguntas abertas.

Apurou-se que predomina o género masculino, num total de 57,2% dos casos, sobre 42,2% do feminino (o que, numa ótica comparativa com estudos similares, é uma percentagem muito alta); a idade atual média desta população é de 52,4 anos; 88,5% das vítimas vivem em território nacional, mas chegaram também testemunhos de pessoas que vivem agora na Europa Ocidental, continentes americano e africano; em Portugal, os cinco distritos com mais depoentes são, por ordem decrescente: Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Leiria; 53% da população participante é católica, 25,8% de praticantes; 40,9% são casados e 60% têm filhos (média de 1,99 por casal); 32,4% dos respondentes são licenciados, 12,9% possuem mestrado; as profissões dominantes são as de «especialistas de áreas intelectuais e científicas», o que comprova a natureza enviesada da amostra.

Ao tempo do primeiro abuso, 58,6% das crianças vítimas residiam com os pais, sendo que a esmagadora maioria vivia em núcleos familiares de «casal com filhos» (54,9%); cerca de 1 em cada 5 vítimas vivia num contexto institucional e 7,8% em arranjos monoparentais.

A maior percentagem de crianças foi abusada entre os 10 e os 14 anos de idade, sendo a média de 11,2 anos. Há diferenças entre raparigas e rapazes: 11,7 anos *vs.* 10,5 anos.

No tempo, o maior número de abusos sexuais situa-se no intervalo entre o início da década de 1960 e 1990, em que estão referenciados 58,3% dos testemunhos. De 1991 até hoje, concentram-se 21,9% das situações. Ao longo das décadas existe um aumento da idade da primeira situação de abuso.

Quanto ao local geográfico onde ocorreu o primeiro episódio de abuso, encontra-se uma significativa dispersão por 129 dos 308 concelhos do País. Os distritos com

maior número de ocorrências, em ordem decrescente, são: Lisboa, Porto, Braga, Santarém e Aveiro.

À data do abuso, a maior parte das vítimas estudava (88,1%) e frequentava o 1.º e o 2.º ciclos (58,5% dos casos).

Predominam as modalidades com manipulação de órgãos sexuais, masturbação, sexo oral e sexo anal, bem como cópula completa.

A modalidade de abuso varia entre géneros, destacando-se o predomínio dos casos de abuso envolvendo sexo anal, a manipulação de órgãos sexuais e a masturbação em rapazes e dos casos de insinuação em raparigas.

Ao longo das décadas, há aumento das formas de abuso que implicam a masturbação e o sexo oral, bem como o visionamento e pornografia infantil.

Quanto aos locais mais comuns de abuso, destacam-se por ordem decrescente: seminários (23% dos casos), igreja sem outra especificação (18,8%), confessionário (14,3%), casa paroquial (12,9%) e escola religiosa (6,9%). Ao longo das décadas existe um declínio dos seminários enquanto local preferencial; surgem picos de casos em locais externos à igreja, como nos agrupamentos de escuteiros, entre os anos de 1991 e 2010.

Quanto à frequência dos abusos, em 57,2% dos depoimentos estes ocorrem mais do que uma vez. «Mais do que um ano» foi o tempo de duração referido por 27,5% dos respondentes: os abusos são múltiplos e continuados. O seu final é descrito como ocorrendo por «afastamento da vítima» do local e/ou da pessoa em causa (31,6%), seguindo-se a referência a «maior capacidade de defesa física e psicológica» da vítima em 31,4% das situações.

No perfil da pessoa abusadora, existem destaques: em 96,9% dos testemunhos é do género masculino, em 77% dos testemunhos é referida com o estatuto de «Padre» e em 46,7% das situações aquela já era anteriormente conhecida da vítima.

Há uma relação entre a idade dos abusadores, as modalidades de abuso e os locais onde o mesmo tem lugar. Os abusadores mais jovens, com maior frequência, praticam abusos com recurso à penetração e em espaços isolados/de retiro. Quando os abusadores são de meia-idade, há uma maior diversidade tanto nas modalidades do abuso, como nos contextos onde o mesmo ocorre. Em idades mais avançadas, predominam as modalidades de abuso sem toque no corpo e no espaço do confessionário ou da igreja.

No tempo que se sucedeu ao abuso, 51,8% dos inquiridos afirmam que revelaram mais tarde a situação, e em 48,2% dos casos a participação neste estudo constituiu a primeira vez em que a situação é descrita a outrem.

O abuso foi revelado sobretudo em meio familiar (51,7%). Os rapazes tendem a contar ao cônjuge e a amigos; as raparigas aos ascendentes, em especial às mães. Em 54% das situações, a revelação só surgiu em idade adulta (maiores de 18 anos) e mais cedo no grupo das raparigas. A idade de revelação tem vindo a diminuir ao longo das décadas.

A reação dos outros perante a revelação foi a de «acreditarem» em 56,2% dos casos, embora com maior expressão quando a vítima já era adulta e/ou pertencia ao sexo feminino. No tempo posterior ao abuso, nota-se a ausência de resposta externa: em 65,8% dos depoimentos, nenhuma medida foi tomada para afastar o abusador, 77% das

vítimas nunca apresentaram queixa a pessoas ou estruturas da própria Igreja e só 4,3% formalizaram queixa em tribunal.

Em 58,5% dos casos, as vítimas referem ter conhecimento de outras situações de abuso, embora com graus muito variáveis de precisão e rigor. Numa estimativa grosseira, por defeito, calculamos que as 512 pessoas vítimas conheçam ou tenham estado em contacto com perto de 4300 outras vítimas.

18. Num segundo momento, e através de uma **análise estatística multivariada (análise de correspondências, AC)**, procurou-se identificar e caracterizar os padrões de associação entre o local onde ocorreram os abusos, as modalidades de abuso, as características e papéis dos abusadores e as características das pessoas vítimas. Esta análise permitiu identificar três eixos que explicam acima de 80% da variância das variáveis originais, sendo que nos concentrámos na explicação dos dois primeiros. Permitiu, ainda, desenhar uma **cartografia espacial dos abusos**.

O **primeiro eixo** (na horizontal) explica perto de 53% da variância e surge claramente associado a um contraste entre os **espaços da ação ou errância quotidianas dos sacerdotes** e os **espaços de retiro, reclusão, isolamento e dormida das crianças**. Assim, este eixo tem como lugares prototípicos as situações de abuso ocorridas em confessional, que contrastam, em absoluto, com os abusos infligidos em seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento, bem como os abusos ocorridos em locais associados às atividades dos escuteiros (acampamentos, etc.). A distribuição das modalidades de abuso não é alheia às **características físicas dos espaços**: o eixo contrapõe as modalidades de abuso mais violentas, sejam o sexo anal ou o sexo oral, bem como a masturbação, práticas em geral mais demoradas e mais difíceis de dissimular, às modalidades mais fugazes e fáceis de camuflar, ainda que não menos invasivas, sejam elas o toque em zonas erógenas ou o sugestionamento.

O contraste entre estes dois polos também se relaciona com as **características e estatutos(s) do(s) abusador(es)**, em particular a sua **idade**: encontram-se os mais jovens (com idades até 20 anos) junto ao polo que corresponde aos espaços de retiro, e os mais velhos no polo dos espaços de errância sacerdotal. E ainda, com o **género** das pessoas vítimas. As modalidades que incluem alguma forma de penetração física (sexo anal, sexo oral) associam-se tipicamente às do sexo masculino e aos espaços de retiro, enquanto as modalidades de abuso com toque de zona erógena ou por insinuação estão associadas às raparigas e aos espaços e percursos de errância quotidiana dos sacerdotes.

O **segundo eixo** explica perto de 21% da variância das variáveis. Contrasta as **situações de abuso ocorridas em espaços coletivos com abertura à comunidade** (de que o exemplo mais paradigmático são os colégios católicos), com **situações ocorridas nos espaços privativos do abusador** (a casa paroquial, a casa de férias, o carro). No que diz respeito a pessoas abusadoras, este eixo estabelece um contraste entre as situações em que aquelas são membros consagrados de ordens religiosas ou educadores, como no caso de **professores** ou **diretores de instituições de ensino**, e aquelas em que os abusadores são **chefes de grupos de escuteiros**. É importante referir que o segundo eixo também contrasta claramente as **idades das vítimas**, sobretudo no caso dos rapazes, aparecendo os mais jovens associados a abusadores mais jovens, membros consagrados de ordens religiosas e/ou educadores,

enquanto as vítimas com idades acima dos 14 anos aparecem associadas a escuteiros e a colaboradores do clero.

Atrás de cada número, há uma vida e uma experiência concreta que, embora partilhe elementos com tantas outras histórias, tem aspetos singulares, únicos e irrepetíveis. Partindo dos lugares onde ocorreram os abusos, procurámos depois dar voz à diversidade de situações, seja em termos do género das vítimas, da década em que ocorreram os abusos ou da desigualdade socioeconómica entre famílias de origem. São os **abusos contados na primeira pessoa**.

Seguindo os eixos da cartografia, construiu-se assim uma **galeria de quarenta e nove retratos**, estruturados em torno dos **sete espaços** de abuso identificados, partindo de narrativas concretas que chegaram à Comissão.

19. Foi realizada uma **análise de conteúdo temática** às respostas dadas às **perguntas abertas** do inquérito.

O inquérito dava voz direta às vítimas sobre circunstâncias envolvendo o abuso: em que se traduzia a aproximação da pessoa abusadora (o que lhe dizia antes, durante e após o abuso), as suas consequências físicas, psíquicas, na relação com a Igreja (crença, práticas e fé), registando-se ainda a opinião de cada uma delas sobre o que poderia a Igreja fazer para evitar e reparar o sucedido. Perguntava-se ainda se gostaria de acrescentar algum outro detalhe ao que descrevera e procurou-se compreender por que razão cada pessoa decidiu dar agora o seu testemunho.

Não foi fácil escutar, registar ou ler cada um destes textos. As descrições eram emocionalmente intensas, transportavam a voz destes adultos para a sua experiência infantil de abuso e a forma como o mesmo os marcou até aos dias de hoje.

Muito menos foi simples, de entre tantos casos possíveis, proceder à escolha dos exemplos a apresentar e estruturá-los em grupos consistentes. Seguiram-se critérios como a representatividade estatística do descrito na amostra, a singularidade do depoimento, a intensidade emocional do registo, a diversidade de género, grupo etário, classe social, década do abuso, modalidade de abuso, entre outros.

20. «Por que razão deu agora o seu testemunho?»

As respostas contemplaram os seguintes razões: a criação de uma comissão independente e externa à Igreja, com profissionais reconhecidos que transmitiam «confiança»; as notícias que surgiam nos órgãos de comunicação social, sobretudo a televisão; a relação da vítima com a Igreja Católica portuguesa, quer numa ótica de «retaliação impulsiva» quer de «colaboração compreensiva»; o papel direto dos «outros significativos»; ajudar as outras pessoas; participar num estudo científico; uma oportunidade única e um imperativo ético; vencer o medo e a culpa, «os fantasmas» que perseguem, «*desabafar*» e «*sentir-se mais livre*»; o anonimato, a acessibilidade da plataforma *online*; perceber que, afinal, «*não era a única vítima*»; o resultado de um acompanhamento psicoterapêutico; a morte da pessoa abusadora ou de familiares associados ao caso; só agora compreender que o que sucedeu na infância foi um abuso sexual.

21. Apesar de centrado na pessoa vítima, através do inquérito conseguimos também «**ouvir falar**» a **pessoa abusadora**. A propósito do tema da aproximação à vítima, retirámo-la do seu silêncio e demos-lhe voz através da narrativa da pessoa que responde. O que lhe dizia para abusar de si?

Foram registados muitos testemunhos em que antes, durante e após o abuso sexual, existiram **formas de abuso e maus-tratos emocionais** a vítimas, contidos nas próprias palavras que lhes eram dirigidas pelo abusador, com implicações na facilitação do abuso sexual e a sua continuidade; no silenciamento por parte da vítima; na impunidade da pessoa agressora e a culpabilização da vítima ou na distorção da imagem individual ou de relação de si própria; no impacto traumático do abuso, quando aconteceu, tal como nas consequências posteriores.

22. «O que lhe dizia a pessoa abusadora para se aproximar de si?»

Muitos inquiridos responderam «**Nada**». Aparentemente redutor, este «*Nada*» é bem revelador da perceção do «direito/poder» que o adulto sente em relação à criança sobre a qual age sem que nada lhe seja devido verbalizar. O «nada» demonstra ainda a sua proximidade silenciosa, não comunicada, também ela desde logo incomunicável por parte da criança que a sofre. E é um «nada» que assenta numa estrutura de poder e de domínio do adulto sobre ela.

Outros testemunhos revelam modos como o adulto tenta criar vínculos de apoio e suporte à vítima e/ou à sua família próxima, **manipulando** a sua perceção dessas **fragilidades**: emocionais, escolares, familiares, económicas e ainda espirituais/religiosas como ponto de partida para o abuso. A transmissão da ideia da necessidade de uma «purificação» é também comum. Noutros, a vítima é induzida para determinadas experiências que, tendo uma conotação positiva (atividades de lazer externas, férias), se transformam no palco do abuso, aumentando o registo de distorção e confusão consolidado pela própria criança. Surgem ainda relatos em que a aproximação é centrada numa sedução de características pessoais da vítima, nomeadamente físicas e não raramente as genitais ou respeitantes a certos caracteres sexuais secundários.

Existe pois um clima antecipatório, progressivo, raramente sob ameaça ou coação física, em que o abusador faz uso da sua proximidade com a criança e/ou sua família (inúmeras vezes é «um dos nossos») para a seduzir e concretizar posteriormente o abuso, bem como para o continuar.

23. «O que lhe dizia durante o abuso?»

A invocação verbal do que surgia como um «**desígnio divino**» e a consequente necessidade de o mesmo ter de ser cumprido era um argumento recorrente. Sendo as pessoas abusadoras vistas como símbolos de um certo estatuto, bem como portadoras de um poder não apenas divino, mas também social e cultural em determinados meios locais, as palavras utilizadas na dominação da criança tomam a forma de **imperativos**, ordens e regras inquestionáveis: «*mandava fazer o que queria*».

Dos testemunhos ressalta ainda o facto de o abusador tentar neutralizar o aspeto patológico e criminoso do ato, **normalizando-o** diante da criança, dando-lhe um falso significado ou negando o seu acontecimento, projetando para outro, incluindo a figura

ou a vontade de Deus, a sua hipotética causa e concretização. Noutras, **o abuso é imputado à criança** como sendo, afinal, uma vontade sua, algo que deseja ou que vai valorizar positivamente no futuro. Por fim, uma parte significativa dos testemunhos demonstram como alguns abusos se escudam na transmissão de supostos **ensinamentos** «científicos» e didáticos acerca do corpo humano (ex.: o funcionamento dos órgãos sexuais).

24. «O que lhe dizia depois do abuso?»

Na maioria dos casos, as vítimas sublinharam que, após o abuso ter ocorrido, lhes era expressamente pedido ou dada a **ordem de «segredo»**, sendo comum que a pessoa abusadora recorresse, por vezes, a diversas formas de chantagem sobre a criança, por exemplo a ameaça de divulgação do seu comportamento a outros membros da família ou amigos. O desprezo e humilhação, ridicularizando-a na sua sempre mais frágil relação com o adulto, aumentam os sentimentos de solidão e abandono. Há ainda situações que surgem nestes registos, oscilando entre um agir com aparente neutralidade e outras em que surge o convite ou a obrigatoriedade para a repetição dos crimes de abuso sexual. Os depoimentos testemunham o clima emocional de terror, de uma verdadeira atitude de **«banalidade do mal»**.

25. «Dava-lhe recompensas ou castigos?»

Apenas uma minoria de pessoas da amostra refere ter havido recompensas ou castigos após o abuso, estes muitas vezes anunciados sob a forma de ameaça física ou psíquica, quer à vítima quer a pessoas da sua ligação próxima e sentidas como elos frágeis (mãe, irmãos, por exemplo). Quanto a recompensas, distinguem-se situações-padrão: benefícios financeiros para a família desfavorecida (comida, livros, roupa); uns «trocos» ou «moedas», pequenos contributos financeiros; guloseimas ou doçarias (pequenos excessos cobijados por crianças que vivem quotidianos de grande privação); objetos relacionados com a própria simbologia religiosa católica, tais como santos e medalhas.

26. As respostas às **consequências físicas do abuso** estão ausentes em 55,9% dos casos, em parte porque na amostra as situações de sexo anal e de cópula consumada não são a maioria, embora as primeiras existam de forma mais marcada nos rapazes e ligadas a espaços fisicamente fechados como seminários, colégios internos ou instituições de acolhimento.

Quase metade dos inquiridos nega a existência de consequências físicas, mas 21,6% dos casos reportam-nas. Destas, verifica-se que grande parte tem origem emocional, fazendo parte de **patologia psicossomática**: perturbações de ansiedade e do humor (depressivo) implicando alterações do sono, do padrão alimentar, da imagem do corpo e da vivência da própria sexualidade. Há ainda depoimentos em que são reportadas **lesões físicas** em estruturas do corpo, ligadas a situações de penetração por sexo anal e cópula, sendo que a maioria nunca foi revelada pelas vítimas.

Na amostra obtida, em casos descritos na imprensa ou obtidos por testemunho de outrem (familiar, por exemplo), surge um número elevado de casos que terminaram em **suicídio** consumado, num total de sete.

27. Ao contrário do que se refere quanto às consequências físicas do abuso, no que diz respeito ao **impacto psicológico** verifica-se nesta amostra que uma imensa maioria das pessoas respondeu afirmativamente, descrevendo a intensidade da qualidade negativa das mesmas com bastante detalhe e quase sempre reportando-as a um carácter permanente, isto é, prolongando-se até aos dias de hoje, mesmo quando sobre elas existe alguma oscilação temporal.

As respostas abertas organizam-se em **cinco grandes grupos**. No primeiro, encontramos os testemunhos que sublinham, sobretudo, a presença, multiplicidade, intensidade sintomatológica e duração temporal desses impactos. Um segundo grupo foca a sua resposta em sentimentos de medo, culpa, vergonha, nojo, humilhação, confusão, desconfiança e insegurança, revolta e solidão. Num terceiro grupo, denunciam-se perturbações de ansiedade (angústia e pânico, fobias, alguns transtornos obsessivo-compulsivos) e do humor, na linha depressiva e suas respetivas consequências (por exemplo, perturbações alimentares, do sono, comportamentos autoagressivos e tentativas de suicídio, com internamento hospitalar). Num quarto conjunto de testemunhos sublinham-se impactos na vivência da sexualidade: o abuso veio desencadear dúvidas sobre a orientação sexual, atrasou ou impossibilitou o início da vida sexual com outros parceiros ou, mesmo, inviabilizou a construção de relações afetivas duradouras ou gratificantes. Muitas das vítimas evocaram, ainda, a necessidade que sentiram de procurar, em determinada fase da sua vida, apoio especializado, em consultas de psicologia ou de psiquiatria, com recurso recorrente a medicação psicofarmacológica.

As respostas confirmam, no geral, o que é comum encontrar nas referências bibliográficas sobre o impacto deste tipo de trauma não só na criança vítima, como no adulto em que posteriormente ela se torna. **Nenhum abuso sexual deixa uma criança emocionalmente indiferente.** A sua marca existe sempre, mesmo quando negada, controlada pelo próprio. O sofrimento vivido é não só pressentido como grave, como raramente é revelado em tempo devido, arrastando-se num silêncio de décadas, em muitos casos até à atualidade e ainda na perspetiva negativa da sua continuidade futura.

28. No que respeita ao impacto na **relação posterior com a Igreja**, sabemos que a maioria dos testemunhos corresponde a vítimas que, enquanto crianças, se descreviam como religiosas e praticantes, no seu ambiente familiar e social. Decorrendo nesse contexto e perpetrado por pessoas da Igreja, existiu o desenvolvimento posterior de uma «desconfiança básica» que ainda persiste hoje e, em bastantes casos, perdura através de movimentos de proteção da geração seguinte, os filhos e/ou os netos.

Num primeiro grupo, mais expressivo, as pessoas revelaram um corte com a instituição Igreja e o abandono total ou parcial de práticas religiosas, embora permaneçam católicas, expressando a sua fé através de outras formas. O estudo evidencia o facto de a Igreja ter perdido fiéis como consequência direta da existência de abusos sexuais de crianças praticados pelos seus membros. O mesmo tem efeito extensivo a outros que, não diretamente abusados, se solidarizam com o sofrimento das vítimas diretas. Num segundo grupo, constam os relatos de vítimas que fizeram uma distinção entre a pessoa abusadora e a instituição Igreja, diferenciando assim a «parte» do «todo»

e, embora com crítica ativa, prosseguiram católicos e praticantes. Há um último grupo que cortou definitivamente com o sentido de crença e fé, tornando-se agnóstico ou ateu.

29. «O que poderia fazer a Igreja para evitar o sucedido?»

A quase totalidade da amostra respondeu a esta pergunta aberta. Há diversas sugestões registadas, destacando-se as ligadas à questão da sexualidade do clero, do seu conhecimento, prática e respeito integrador por parte da Igreja Católica. Predominam os comentários que indicam a necessidade da formação e supervisão dos seus membros, facultadas por profissionais creditados e externos às estruturas em causa. Muitos referem a necessidade de eliminar o celibato obrigatório, de respeitar a livre orientação sexual e/ou vivência de uma sexualidade ativa, a integração e participação das mulheres em práticas religiosas e na hierarquia da Igreja, a extinção de certos modelos de relação com os crentes, como as confissões em espaços físicos fechados.

Em número significativo, surgem opiniões ligadas a atitudes mais punitivas sobre os agressores, incluindo a castração física ou química obrigatória e ainda mudanças legislativas mais duras, que consideram não só como necessárias, mas adequadas: mudança da moldura penal, aumento de penas ou de prazos de prescrição destes crimes.

Por último, existe um grupo de respostas que pede uma mais célere intervenção judicial, quer ao abrigo da Lei canónica quer ao abrigo da Lei penal. É opinião significativa a lentidão de respostas jurídicas e a sua posterior implementação: surge referido um sentimento de «impunidade» e/ou «proteção» da pessoa abusadora por parte da Igreja ou do próprio Estado.

30. «O que poderia fazer a Igreja para reparar o sucedido?»

O número maioritário dos inquiridos responde pela negativa: **sobre o sucedido não há reparação possível para as vítimas**. Nota-se, contudo, uma expectativa referida em muitos testemunhos: a necessidade de apoio psicológico/psiquiátrico atual e futuro.

A mais expressiva percentagem de respostas refere-se a um pedido público de desculpa por parte da Igreja Católica portuguesa em relação às vítimas de abuso sexual praticado pelos seus membros, a que acrescentam o desejo de compromisso de respostas futuras de prevenção e intervenção adequadas.

31. As entrevistas realizadas a todos os bispos diocesanos no ativo (com exceção de um) e a superiores e superiores gerais de alguns institutos religiosos deslocaram o olhar em profundidade, de um universo amplo de pessoas vítimas de abuso sexual enquanto crianças e jovens, para o topo da hierarquia da instituição que tutelava as pessoas abusadoras.

Desde logo, **um contraste** importante: o fluxo, a intensidade e gravidade dos sinais dados pelas pessoas vítimas não encontraram tradução nos testemunhos desta elite. Posição defensiva face ao risco de eventuais suspeitas e acusações de ocultação? Ilustração de clericalismo e da prioridade concedida, antes de tudo, à defesa da reputação da instituição? São perguntas em aberto. Mas talvez a estas se junte outro fator: a criação da Comissão, a visibilidade pública do problema, o crescendo de notícias sobre casos de

«pedofilia na Igreja» gerou, a partir de um certo momento, um processo de constatação irreversível e irrefutável do problema junto da sua hierarquia.

Em que famílias crescem e encontram a fé estes e estas dirigentes? Que trajetória formativa os/as marca? Como caracterizam as dioceses que tutelam ou a ação da sua congregação? Qual o seu entendimento da relevância do problema dos abusos sexuais na Igreja Católica portuguesa? Que experiência possuem de contacto direto com casos de abusos sexuais de menores praticados por pessoas, consagradas ou leigas, ligadas à Igreja Católica portuguesa? O que pensavam, no momento da entrevista, do trabalho da Comissão Independente? Estas eram as **perguntas** que estruturavam o **guião**.

O reconhecimento do problema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa é descrito como muito recente. Emerge uma posição de «fora para dentro», diante de casos e escândalos sucedidos de grande dimensão pública, e ainda hierarquicamente vivida de «**cima para baixo**», atribuindo-se ao Papa Francisco o movimento mais profundo deste processo de confronto com a realidade.

Embora se registassem graus de desconhecimento diferente no interior do grupo de bispos e na comparação entre bispos e superiores e superiores gerais, ao tempo das entrevistas a questão é ainda aparentemente negada pela maioria enquanto algo de que possam ter tido vivência direta, quer durante a sua formação quer já no âmbito das respetivas atividades pastorais.

Alguns — muito poucos — já introduzem na sua narrativa o evoluir recente da própria representação da infância, da sua vulnerabilidade e dos seus direitos, bem como de formas anteriores de lidar com os acontecimentos, em que uma atitude clericalista denegava ou projetava defensivamente a ocorrência da situação, resultando numa total paralisia real de reconhecer e responder adequadamente ao problema. Acresce a referência a práticas de menorização da importância ou da ocultação desses abusos sexuais, ou ao expediente de «mudança de paróquia» da pessoa abusadora, explicitamente reconhecidas por alguns dos entrevistados, tanto bispos como superiores e superiores gerais.

No que respeita à **dimensão formativa** da elite masculina, consolidada nas suas etapas iniciais durante o período da ditadura, podemos constatar, em primeiro lugar, a importância decisiva que a formação adquiriu na construção de notáveis percursos individuais de **mobilidade social ascendente**, face às famílias de origem. Para além dos fatores espirituais na origem da decisão, «*ir para padre*» implicou «*ir estudar*» e obter um diploma de ensino superior, facto muito raro entre os filhos das classes desfavorecidas da época (de onde a maioria provém). Depois, e focando-nos agora nas experiências subjetivas que estão por detrás de tais «**trajetórias improváveis**», das entrevistas masculinas parece deduzir-se uma enorme contenção de vivências emocionais e afetivas próximas (físicas e psíquicas) a partir da entrada em formação no seminário, bem como a incapacidade de abordar o tema e a vivência da sexualidade em geral (a própria e a dos outros) ou o reconhecimento de que cada padre, bispo, religioso ou religiosa é, antes de o ser, uma pessoa, homem ou mulher, marcado pelas suas próprias vivências, a visão do outro e de um mundo em abrupta mudança. Mundo este tão distante daquele que conheceram durante a própria infância, vivida em famílias ditas hoje «tradicionais», orientadas por princípios morais vigorosos, inseridas em pequenas comunidades rurais, onde os valores religiosos do catolicismo eram sólidos e praticados nos gestos e ritmos, privados e coletivos, do dia a dia.

32. As pesquisas nos arquivos diocesanos e dos institutos religiosos permitiram identificar novos indícios de casos de abusos sexuais de crianças, envolvendo vítimas e abusadores (eclesiásticos e leigos ao serviço da Igreja Católica). Destes casos, alguns foram identificados pelas próprias dioceses e institutos religiosos e outros pelo GIH. Relativamente aos abusadores referenciados nos testemunhos recolhidos pela Comissão Independente, o GIH não encontrou qualquer vestígio documental na maioria dos casos de abusadores reportados à Comissão. Isso não deve causar estranheza, uma vez que uma parte significativa das vítimas ouvidas pela Comissão afirma que não reportou os abusos nem quando ocorreram, nem posteriormente.

Dos casos de abuso sexual identificados nos arquivos, alguns deram origem a investigações prévias e a processos administrativos penais. As punições aplicadas foram diversas: envio para retiros espirituais, destituição de funções, transferência de paróquia, permanência na mesma sob vigilância, redução ao estado laical. Apenas numa minoria houve julgamento nos tribunais civis.

O aumento exponencial de casos documentados a partir de 2010 prende-se com a implementação das Diretrizes para a Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis, que obrigaram as dioceses e os institutos religiosos a seguir determinados procedimentos perante a existência de denúncias. A gestão informal, predominantemente oral, que se verificou em numerosos casos do século XX (o bispo ou o superior fazia uma admoestação e vigilância ao abusador) torna-se cada vez mais insustentável em face da pressão social e da crescente mediatização dos abusos sexuais na Igreja Católica. As mudanças sociais na perceção da violência sexual, a projeção mediática das comissões de investigação aos abusos sexuais na Igreja Católica noutros países e a «libertação da palavra» em movimentos como o #metoo criaram uma maior abertura para as vítimas denunciarem os abusos sexuais, inclusivamente os ocorridos há décadas.

Parte das denúncias feitas depois de 2010 reporta-se a abusos sofridos em décadas anteriores. Até 2010, havia normas processuais pelas quais se regiam os bispos e os superiores dos institutos religiosos, mas o certo é que a documentação atesta que havia grande margem de autonomia na gestão dos casos. O GIH encontrou referência a abusos que eram do conhecimento da autoridade diocesana sem que tivesse sido possível encontrar documentação relativa a eventuais investigações internas. A partir da década de 2010, há uma sistematização e uniformização dos procedimentos perante denúncias: investigação prévia, comunicação à Congregação para a Doutrina da Fé, abertura de processo administrativo penal. Todavia, nem mesmo esta sistematização elimina a diversidade existente ao nível da implementação das diretrizes da Santa Sé e também no que diz respeito ao funcionamento das Comissões de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis — as que privilegiam a investigação e as que se focam no apoio às vítimas e na prevenção, o que, naturalmente, tem efeitos distintos em quem as procura.

Nas investigações prévias dos anos 1950, 1960 e 1970, os abusos sexuais de crianças e adolescentes tendem a ser enquadrados no regime da moralidade e dos bons costumes. A motivação primeira das hierarquias é frequentemente a proteção da boa imagem da Igreja, enveredando pelo encobrimento público (e eventualmente admoestação interna) e, em casos considerados mais graves, como o «desfloramento», forçando acordos para o pagamento de indemnizações. Domina um entendimento da Igreja Católica como entidade lesada pela divulgação dos casos, o que conduz à hostilização de quem não aceita o silêncio. O sofrimento da vítima não está no centro das medidas adotadas. Nas investigações dos últimos anos

parece haver uma inversão. A pesquisa já não indicia o encobrimento, embora a atenção à vítima dependa muito de cada contexto eclesial e das respectivas Comissões de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis.

Para terminar, uma advertência. Também os dados apurados nos arquivos eclesiais relativamente à incidência dos abusos sexuais devem ser entendidos como a «ponta do *iceberg*»: ficou cabalmente demonstrado que um número indeterminado de vítimas não reportou os abusos à Igreja Católica; muitas das queixas terão sido tratadas informalmente, não deixando qualquer rasto documental; com algum grau de probabilidade, a eventual prática de expurgos dos arquivos sem respeitar as normas impostas pela legislação canónica terá sido praticada (convicção partilhada com muitos clérigos contactados). Acresce a ambiguidade que caracteriza uma parte significativa da correspondência eclesial do século XX. É frequente o problema dos abusos sexuais não ser referido explicitamente. A documentação regista transferências internas ou mesmo de país sem explicitar a razão, ou simplesmente referindo de maneira vaga a necessidade de evitar escândalo público. O investigador vai diligentemente atrás desses indícios, sem sucesso. Muitas vezes, não encontra nada, noutras as formulações são tão ambíguas que podem referir-se a casos de outra natureza seja desvio de dinheiro, seja homossexualidade ou envolvimento com mulheres adultas e casadas. Perante este silêncio dos arquivos, estamos ante um nó górdio. E a nossa quantificação e análise fica irremediavelmente condicionada.

33. Este Relatório termina com um conjunto de Notas Finais e Recomendações.

Quanto a **notas finais**, vale a pena referir algumas.

Tema delicado, pouco estudado em Portugal, os abusos sexuais de crianças na Igreja tomaram uma visibilidade inédita com o Estudo. Havendo vias de comunicação abertas, seguras, independentes para «falar disso», aparecem testemunhos consistentes que são passíveis de tratamento científico.

Os abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa existiram no passado e existem ainda no presente. **Portugal não é um caso à parte** face a outros países. As 512 vítimas diretas põem-nos no encalço de, pelo menos, outras 4300 e, se pensarmos que os abusos aconteciam, na esmagadora maioria dos casos, muito mais do que uma vez sobre a mesma criança, levam-nos a muitos milhares de abusos praticados. Encontrámos, no tempo e no espaço, uma notável diversidade de contextos em que aqueles aconteceram. A Comissão captou a ponta de vários *icebergs* respeitantes a vertentes deste fenómeno, vividos em certos tempos históricos e lugares institucionais.

Todas as modalidades de abuso descritas na atual Lei Penal foram encontradas na amostra, desde as menos invasivas às mais invasivas, embora estas acabassem por ser, relativamente a outras, predominantes. As modalidades do abuso **não se distribuem estatisticamente ao acaso**: dependem do tempo em que ocorreram, de lugares/espacos, de perfis de vítimas e de suas famílias, de perfis de pessoas abusadoras, no caso esmagadoramente padres, e pertencentes a franjas etárias distintas. Num tratamento estatístico mais sofisticado, propusemos uma cartografia dos abusos.

Algumas daquelas pessoas abusadoras referenciadas ainda permanecem em atividade eclesial.

Em alguns contextos, os abusos tiveram carácter sistémico, isto é, ancoravam-se na estrutura de funcionamento de certas instituições da própria Igreja. Uma atitude clericalista, a ignorância ou a desvalorização dos direitos da criança, o fechamento aos olhares de fora, tudo ditou a perpetuação dos abusos e reforçou o silenciamento das vítimas. O carácter sistémico dos abusos não pode, porém, generalizar-se a toda a Igreja, pois diz respeito a uma minoria percentual da totalidade dos seus membros. **Sistémica foi a ocultação** desde logo ditada pelos próprios, bem como dos superiormente colocados na hierarquia que deles tiveram conhecimento.

O trabalho dos **meios de comunicação social** para a divulgação do apelo a «dar voz ao silêncio», bem como algum jornalismo de investigação revelaram-se fundamentais para a adesão de pessoas vítimas ao Estudo. A visibilidade mediática crescente que o tema foi adquirindo ao longo dos meses contribuiu também, de certa maneira, para a correspondente tomada de consciência por parte de muitos bispos e outros membros da Igreja que, no início dos trabalhos da Comissão, pareciam mostrar-se ainda alheados e distantes do problema.

34. Destacam-se, finalmente, algumas **sugestões e recomendações** sentidas como mais importantes pela Comissão, e que se agrupam em diferentes temas destinados à Igreja Católica e à sociedade em geral. A Comissão faz recomendações gerais, recomendações específicas à Igreja Católica portuguesa e, também, à sociedade como um todo.

IGREJA:

- Proposta de uma nova Comissão para continuidade do estudo e acompanhamento do tema (multidisciplinar, membros internos e externos à Igreja).
- Reconhecimento, pela Igreja, da existência e extensão do problema e compromisso na sua adequada prevenção futura.
- Cumprimento do conceito de «tolerância zero» proposto pelo Papa Francisco.
- Dever moral de denúncia, por parte da Igreja, e colaboração com o Ministério Público em casos de alegados crimes de abuso sexual.
- Pedido efetivo de perdão sobre as situações que aconteceram no passado e sua materialização.
- Formação e supervisão continuada e externa de membros da Igreja, nomeadamente na área da sexualidade (sua e das crianças e adolescentes).
- Cessação de espaços físicos fechados, individuais, enquanto locais de encontro e prática religiosa.
- Medidas preventivas eficazes, incluindo «manuais de boas práticas» e «locais de apoio ao testemunho e acompanhamento das vítimas e familiares».
- Apoio psicológico continuado às vítimas do passado, atuais e futuras (responsabilidade da Igreja e articulação com o Serviço Nacional de Saúde).

SOCIEDADE CIVIL:

- Necessidade da realização de um estudo nacional sobre abusos sexuais de crianças nos seus vários espaços de socialização.
- Reconhecimento inequívoco dos Direitos da Criança.
- Empoderamento das crianças e famílias sobre o tema: o papel da Escola.
- Aumento da idade da vítima para efeitos de prescrição de crimes.

- Celeridade da avaliação e resposta do sistema de justiça.
- Reforço do papel da comunicação social na investigação e tratamento do tema.
- Aumento da literacia emocional sobre as verdadeiras necessidades do desenvolvimento infantojuvenil, sobretudo no campo afetivo e sexual.

EXECUTIVE SUMMARY

1. At the end of 2021 D. José Ornelas, President of the Portuguese Episcopal Conference (CEP) invited Pedro Strecht to set up an **Independent Commission for the Study of Child Sexual Abuse in the Portuguese Catholic Church**. The Commission started working in January 2022, setting a timetable of one year to complete its work and to submit a report.

Pedro Strecht (Commission Chairman, child and adolescent psychiatrist) selected a gender-balanced multidisciplinary team to include recognized professionals with varied career paths: Alvaro L. Lucio, retired judge-counsellor; Ana Nunes de Almeida, sociologist; Catarina Vasconcelos, filmmaker; Daniel Sampaio, psychiatrist; Filipa Tavares, social worker. Sociologist Vasco Ramos, clinical psychologist Ana Sofia Varela and journalist Catarina Pires also worked directly with the Commission throughout.

For the study of the Church's Archives, the Commission invited historian Francisco Azevedo Mendes to set up an independent **Historical Research Group** (GIH) with three other researchers: gender studies specialist Júlia Garraio and historians Rita Almeida de Carvalho and Sérgio Ribeiro Pinto.

2. The Commission identified itself wholly as **a study group**, that is to say, as a team of professionals dedicated to developing knowledge on the topic of child sexual abuse in the Catholic Church during the period of time specified in its mandate. From the outset it thus ruled out any role as a judicial body looking for denunciations or allegations and, in a different perspective, as an intervention and support team in the field of mental health.

In the course of its work, the Commission had numerous contacts with organisations of the Church and civil society, with particular emphasis on those who protect and intervene on behalf of minor and adult victims. The same emphasis governed contacts with the competent legal authorities in this case, namely the Public Prosecutor's Office.

In order to publicise its appeals for witness statements, the Commission relied on the media and other forms of contact. A phone number was made available to receive testimonies, and a website was built to host an online survey. The Commission also made it possible for information to be sent by post, and provided for the possibility of in-person interviews.

3. The objective of the Commission's work was defined as the study of child sexual abuse by members of the Church and/or those who worked with it, between 1950 and 2022, with a view to obtaining a better understanding of the past and of what action is best suited to action and preventing abuse in the future.

4. Taking as its point of reference for sexual abuse all types of such abuse as defined in the Portuguese Penal Code, the Commission made **a fundamental methodological choice**: to put the abuse victim at the centre of its work, encouraging

them to bear witness, giving them a voice, and making them the protagonists of a traumatic experience which it was necessary to get to know, to describe and to interpret. The work was not therefore an institutional analysis, nor did the study consider the life experience and trajectories of the abusers.

The study incorporated **qualitative and quantitative approaches** to the topic. The qualitative aspect is to be found in victims' testimony and their individual stories (captured during in-person interviews and by analysing their direct responses to the open questions in the survey), through which the Commission sought to investigate in depth and to interpret specific experiences of abuse. Members of the Commission also interviewed diocesan bishops and superiors general of Portuguese religious institutes. The **quantitative** approach focused on analysis of all the survey material deriving from standardized response questions, for an extensive treatment of the information collected (bi- and multivariate statistics), putting together numerical indicators and comparing them to each other, with a view to describing the abuse in several different dimensions.

The Commission also undertook content analysis of news in the national and local Press. In addition the GIH, having obtained written permission from the Vatican, carried out an exploratory study of the historical archives of the Portuguese Church in every diocese and in some religious institutes.

5. An in-depth examination of **the concept of child sexual abuse** was conducted, adopting different disciplinary angles, namely the psychopathological and the legal (together with a review of their respective literatures).

6. **From the psychopathological point of view**, the topic of child sexual abuse has only recently come to focus on the suffering of the victim and its subsequent impact in terms of trauma. A major landmark in developments in this area was the UN Convention on the Rights of the Child (1989), which included articles in defence of children's best interests.

Abuse of children (minors under 18 years of age) is more common than is generally accepted. Data from a meta-analysis reveal a prevalence of 18% in the female population and 8% in the male. Abuse includes several situations currently defined by law. In general, there are more girl victims than boys, and the most common age for abuse is pre-adolescence. Most abuse takes place on a continuous basis, in physical spaces where the child is socialised, above all the family. It is committed by mostly male abusers, many of them part of the child's prior network of relations, contributing to perpetuation of the crime.

It is usually the victims who opt to **remain silent**, on account of their feelings of **fear, shame and guilt**. Those who reveal what they have undergone are in a significant minority. When they do, there are no typical precedents, and they do so in front of people who are close to them; future progression of the abuse depends on the latter's attitude. Both at the time the abuse takes place and in subsequent stages of adult life, psychological and/or psychiatric help is needed to deal with various clinical symptoms such as the anxiety and depression associated with post-traumatic stress. There is no evidence that the majority of victims subsequently become abusers, but it is known that children who were abused in closed organisations or institutions tend to perpetuate it

later, reproducing pathological relationships of warped hierarchy and power over other minors.

Abuser profiles are varied. They are mostly young adults with symptoms of psychopathology, aggravated by risk factors like alcoholism and poor impulse control. Personality disorders are prominent, while some socially integrated aspects provide evidence of an ability to seduce and manipulate. They rarely acknowledge their acts, and lack a critical conscience, so that they commonly continue to abuse. Instances of successful therapy are rare, but it is fundamentally important to remove abusers from their posts and from activities which involve contact with children. In the case of abusers from a religious background, spiritual follow-up is important, but it is not enough. Intensive and long-lasting psychiatric and psychological work is required.

7. In legal terms (in both civil and canon law), the definition of child sexual abuse has a long history. “The child as legal subject”, a definition accepted today, is still not a universal given. It is the result of the psycho-social way we look at the person who is under 18 years of age, treating her as “a child” and no longer as “a minor”. It is on the basis of that definition as child that the relevant legislation is to be defined.

The Commission adopted the definition of sexual abuse provided for in the **Portuguese Penal Code** in its current version. Among the legislative changes to this definition between 1950 and 2022, the revision of 1995 is perhaps the most significant, in that, for the first time in Portugal, sexual crimes were defined as “**crimes against the person**”. In particular we should note that, where the victim was a child, these crimes were incorporated in a separate section of the Code, under the heading of “crimes against sexual self-determination”. These changes reflected the abandonment, first of all, of the provisions of the 1886 Code, which included such crimes under the heading of “crimes against honesty”, and secondly and more recently, those of the 1982 Code, which described them as “crimes against the values and interests of life in society”.

Canon Law initially regarded the practice of sexual abuse by members of the clergy as “corruption of youth”, a crime envisioned by the institution and severely punished. Alignment with the Vatican Council (1869, Pius IX) initiated an era during which description of these facts in the public domain was avoided, allegedly to defend the good name of the Church itself. This was the inspiration for Canon Law in its 1917 and 1983 versions, the latter being approved in line with Vatican II (1961, John XXIII). Despite the opening up which took place at that time, the provisions of Vatican II regarding sexual abuse in general, and child sexual abuse in particular, continued to fall under the “Sixth Commandment of the Decalogue” and, on the other hand, under “good manners”. The Church was still regarded as the main victim of its offending members’ acts.

The position recently adopted by Pope Francis is significant. Amongst other texts, he published his apostolic letter “*Vos Estis Lux Mundi*”, in the form of a *motu proprio*. In this document he expressly states that “the crimes of sexual abuse offend Our Lord, cause physical, psychological and spiritual damage to the victims and harm the community of the faithful”.

In this respect it is not and never would be the purpose of the Commission to undertake any criminal investigation, given that in Portugal it is the **Public Prosecutor’s Office** (**Ministério Público**) which is tasked exclusively with both criminal prosecutions and the

management of criminal investigations, whether carried out by itself or another criminal policing organ. It was made clear from the outset that any information extracted from witness statements which might reveal criminal activity of this kind would be submitted to the Public Prosecutor, provided that those acts had been perpetrated on a date still within the time limit for initiating criminal procedures. In such cases the Commission would not be party to the case, but rather a link between the testimony provided and the judicial body exclusively responsible for the initiating the corresponding legal process. The Commission submitted 25 cases to the Public Prosecutor. It is not surprising that there are very few results in such cases, a situation which, moreover, is like that in other countries or with commissions which undertook similar studies.

The Commission received a significant number of witness statements containing names of abusers and details of where the alleged abuse took place. Some of the people mentioned have since died, while others are alive and retain their positions in the Church. The Commission decided to notify the Public Prosecutor of the latter, while all of these details are included in an annex to this report, to be submitted to the CEP.

8. The methodological tools in this study are those commonly applied in the social sciences: the questionnaire survey and the interview. At the same time, however, the Commission followed a study tradition in the field of History by analysing documentation in the archives: in this particular case and for the first time in Portugal, bearing in mind the topic under study, in those of the Catholic Church itself.

9. When the work began, it was announced that **a telephone line** would be set up to collect contacts and witness statements for inclusion in the final sample, up to 31 October 2022. Specialist members of the Commission answered calls to the number 91 711 00 00 daily from 10 a.m. to 8 p.m., with a facility for recorded messages to be left outside these hours. They were available to analyse the reasons for the call, record testimonies by filling out the survey and to direct callers whose cases fell outside the scope of the Commission's work to other institutions or organisations.

A total of 365 calls were recorded during the period in question. Average call time was 50 minutes, and 46% of all calls took place within the first three months. Peak times reflected occasions when the Commission's work was publicised on television. Several callers rang more than once, adding new information or posing new questions. There was a small number of blank or inappropriate calls.

Nearly all requests for in-person interviews (51, from various parts of the country) were made by phone. Where victims resided outside continental Portugal, interviews were held online, using Zoom. Of these 51 persons, 34 (23 men and 11 women) were direct victims of abuse. In the remaining 17 cases, contact was made for reference purposes or for the submission of relevant documentation.

All interviews were conducted by two members of the Commission. The time allocated for each was 60 minutes, which was exceeded in most cases. A uniform methodology was adopted, initially focused on recording the victim's free discourse, then moving on to a standard pattern of semi-structured interview, always respecting each person's own pace, which was frequently affected by the very intense emotions involved.

In several cases this was the first time victims had spoken on what had happened, and some of them requested that someone close to them be present with them at interview.

10. Content analysis of newspaper articles was a key area of study. Given that the time period covered was 1950 to 2022, there were significant differences in coverage of the topic, reflecting social, cultural and political changes. Censorship in Portugal up until 1974 was a major limiting factor for the publication of abuse-related news. For this reason most of this analysis relates to the period after the revolution of April 1974.

An online search was carried out using keywords related to child sexual abuse. Subsequently the same words were searched for in a sample of national and regional newspapers, taking into account the length of time they had been in existence, coverage, and national and regional significance. Searches were also carried out in those archives of media organisations which have been digitalised and are easily accessible. A clear pattern emerged, of increasing coverage of the topic over time, nearly always associated with facts which came to light as result of court cases or when investigative reporting uncovered certain facts which until then were not known. This work produced records of 19 cases of abuse.

The role of the **media** was fundamental both in disseminating the appeal for witnesses and information on the topic and for the investigation of specific cases in civil society.

11. A questionnaire survey was placed online on the site “darvozaosilencio.org” (Giving Silence a Voice), victims who completed it being assured of anonymity. Surveys are a technique which makes it possible to collect and handle information on the characteristics, behaviours, values and opinions of large populations or groups, using a representative sample. The aim was to construct profiles of abused persons and to detail the type of abuse perpetrated and the context in which it took place, together with its impact on the victim. Profiles of abusers were also created. In addition, the Commission sought to gather opinions on relevant measures to be adopted for the future by the Portuguese Catholic Church.

The survey sought to combine typically quantitative elements (standardised multiple choice and binary yes/no filters allowing for immediate statistical handling) with a more qualitative and personalised approach (producing direct free writing, not subject to any prior format or content, to be exhaustively content analysed later on). No questions were asked about victims’ or abusers’ identities (names, addresses, contact details).

The survey was viewed 2771 times and completed by 564 persons who provided testimony. The average time spent on each was 22 minutes. 512 victim witness statements were validated. The script was developed using inclusive, clear, simple and realistic language which respected each individual’s ability or need to report precisely and only that which he or she wished to reveal.

Following chronological development, **the script** focused on two distinct moments in time in the life of the interviewee. From the present day, it requested information of a sociographical nature on victims (e.g. gender, year of birth, place of abode, occupation, level of educational attainment, religion and religious practice, household and family of origin).

From the past, it requested that victims go back in time to their childhood and adolescence, when they suffered abuse, and provide detailed information on their life at that time, the type of abuse and who the abuser had been.

12. In order to **validate** the witness statements the Commission looked for consistency and sought to weed out untrue information. Age categories outside the stipulated parameters were excluded, as were accounts distorted by traumatic memories and confabulations.

13. A **respondent-driven sample** was obtained. This type of sample is particularly suitable for progressively uncovering information about groups which have been “concealed” or silenced.

The fact that the survey was online meant that respondents needed to have IT skills, which are unevenly distributed in the Portuguese population. Those who are older, have lower educational attainment levels, or are manual workers are at a disadvantage compared to younger people, those who have been to university or those who work with computers and the Internet on a daily basis or in their jobs. Completing a questionnaire involves some familiarity with a type of rationality which is both logical and abstract, and this may exclude certain people at the margins. Beyond technology-related limitations, the ability to speak out and the strength of personality to do so consistently is very unevenly distributed. It is therefore not possible to extrapolate from this sample to the wider world. The probability of being included in the sample is not the same for every person abused by a member of the Catholic Church. Nor does the sample reflect in their entirety the social and demographic characteristics of the universe so sampled.

14. Although the primary focus of this Commission’s study was on persons who had been victims of sexual abuse in childhood and adolescence, it seemed to us that we ought to hear what the **current leaders of the Church** (diocesan bishops, and superiors general) had to say. Being at the top of the institution, they were in a privileged position to provide information on the topic under study, not least because it was on their initiative that this study was commissioned.

It was interesting to reconstruct their life stories, which have been shaped by the social and cultural fabric of which they are a part. Understanding where they had come from was a valuable element in our appreciation of how they think of their roles within the Catholic Church and how they fulfil them today. It became clear early on that the Church did not speak with just one voice, whether explicitly or implicitly. Studying that internal plurality was a worthwhile endeavour.

These interviews lasted on average an hour. With one unexpected exception, they were nearly all conducted by two female members of the Commission. The interview script was purposely open and not very directive. The total number of interviews held was 32 (19 bishops, 13 superiors general)

15. Another area of the Commission’s work was an exploratory study of the **Church’s historic archives**. For the first time a group of social scientists, the GIH - *Grupo*

de Investigação Histórica (Historical Research Group) was given access to the archives of Portuguese dioceses and religious institutes for the purpose of analysing documents which might reveal situations of child sexual abuse between 1950 and 2022.

The study involved consulting several sets of documents, some more confidential than others: institutional documents, like the index cards containing details of the appointment of parish priests, more sensitive documentation such as ecclesiastical letters, preliminary investigations and administrative papers relating to criminal cases. Some of this documentation is in the secret files of the dioceses and religious institutes. The GIH did preliminary mapping of the different ways in which the ecclesiastical archives were organised, with the aim of identifying where evidence for and proof of sexual abuse might be found. In addition to the secret files – where preliminary investigation and criminal case documentation is stored – the priority was to look at individual clergymen's cases and the ecclesiastical correspondence.

GIH access to documentation which was so confidential was discussed and agreed beforehand among the Catholic hierarchy and between it and the GIH. A letter of 9 June 2022 from the Vatican Secretary of State, Cardinal Pietro Parolin, made it possible to open the Portuguese ecclesiastical files up to the GIH.

The GIH started contacting diocesan bishops and superiors of the religious institutes from June 2022 onwards, to agree times for the team to visit the archives, on presentation of their methodological notes as approved by the Vatican. Confidentiality agreements were signed, with the GIH undertaking to make all documentary data collected anonymous.

The first stage of the research work involved asking the 21 dioceses and the 127 religious institutes based in Portugal to carry out a survey of the number of child sexual abuse cases in their archives from 1950 to 2022. All the bishops and religious institutes responded to the survey. In the second stage, GIH members visited the archives to consult the corresponding documentation. They also consulted other documents relating to members of the Church about whom the group had obtained, through other channels, evidence of possible sexual abuse (e.g. testimonies to the Commission and the Press). The testimonies were systematically matched to ecclesiastical records, identifying the dioceses and religious institutes involved. In some of the files the group made random searches on a case-by-case or systematic basis. For some of these cases, the files contained no individual records for each priest containing all the relevant documentation, but only copies of outward and inward correspondence and chronologically filed inward correspondence. The extent of this documentation (hundreds of files) made it impossible to do a full analysis within the time frame for submitting this report.

The GIH had been instructed by the Commission to start its research from 29 March 2022 onwards, but the time required for internal discussion in the Portuguese Catholic Church on how it would open up its archives meant that GIH only started working on the documents in early October. This meant that the group has made only a preliminary archival approach to an issue which has been little studied in Portugal. Even so, this study, which was of an exploratory nature, generated significant knowledge of the topic and will no doubt open up a path for future, more thorough, in-depth and systematic research.

16. Several ethical dilemmas arose in the course of the Commission's work. These were discussed and dealt with in a team setting. From the medical, psychological and legal points of view, the Commission always ensured that victim anonymity was maintained – whether in the confidentiality of communications with the Public Prosecutor's Office (in non-proscribed cases), contacts with the media, co-ordination with the CEP or when consulting the Church's archives. The witness statement database was shielded from the outside world.

The following are some of the ethical issues which the Commission faced:

- Maintaining the impartiality and independence of the Commission itself. These were assured through the academic and professional qualifications of its members and the assertion of its autonomy vis-a-vis any type of power, including that of the Church itself which had commissioned the study;
- The impact of news on the victims, both those who had had the courage to speak out and others who chose to remain silent, given that the very fact of raising the subject revisits the trauma;
- The question of “numbers” - of those abused and of the abusers. This was dealt with by defining different thresholds;
- The relationship with the media;
- The importance of getting across to the public the message that there is a distinction to be made between the parts (those members of the Church who perpetrated abuse) and the whole (the Portuguese Catholic Church).

The Commission was made aware that some alleged abusers were still active in the Church and that there is therefore a risk that they may continue to commit the same crimes: a list was prepared on the basis of the data collected. Names were submitted to the Public Prosecutor as the work progressed, and a complete list of the names was provided to it on completion.

17. Statistical analysis of the database produced by the sample and interpretation of the subjective data derived from open questions were carried out using the 512 testimonies received.

Results revealed that the number of males is significantly higher than females. They represent 57.2% of cases compared to 42.2% for females. In comparison with similar studies, this is a very high percentage difference. The current average age of the sample is 52.4 years; 88.5% of the victims live in Portugal, but testimonies were also received from persons now living in Western Europe, the Americas and Africa. In Portugal, the five districts with the highest numbers, in descending order were Lisbon, Porto, Braga, Setúbal and Leiria. 53% of those in the sample are Catholic, 25.8% of them practising. 40.9% are married, and 60% have children (an average of 1.99 per couple). 32.4% of respondents have a university degree, 12.9% of them have Master's degrees. The main occupations represented are “specialists in intellectual and scientific fields”, which demonstrates the biased nature of the sample.

At the time they were first abused, 58.6% of the child victims were living with their parents, the vast majority of them in ‘couple with children’ family units (54.9%).

Approximately 1 in 5 victims were living in institutions and 7.8% in monoparental arrangements.

The majority of these children were abused between the ages of 10 and 14, the average age being 11.2. There is a difference here between girls and boys: 11.7 years as opposed to 10.5 years.

The largest number of instances of sexual abuse in time took place between the beginning of the 1960s up to 1990, a period which accounts for 58.3% of testimonies. The period from 1991 to the present day accounts for 21.9% of cases. Over the years there was an increase in the age at which abuse first took place.

The geographical location of first abuse is significantly dispersed over 129 of the country's 308 districts. Those with the highest number of cases, in descending order are Lisbon, Porto, Braga, Santarém and Aveiro.

On the date the abuse took place, most victims were studying (88.1%), and attending the first and second cycles of the education system (58.5% of cases).

The main types of abuse are manipulation of the sexual organs, masturbation, oral and anal sex as well as full copulation.

The type of abuse varies according to gender. The main types of abuse among boys are anal sex, manipulation of the sexual organs and masturbation, and verbal innuendo among girls.

Over the years there was an increase in types of abuse involving masturbation and oral sex, and viewing of child pornography.

The places where abuse took place, in descending order, were: seminaries (23% of cases), church otherwise unspecified (18.8%), confessional (14.3%), rectory (12.9%) and religious school (6.9%). There was a decline in the use of seminaries over the period. At times there were peaks of cases in places outside the Church, such as among boy scout groups between 1991 and 2010.

57.2% of the testimonies mention that abuse took place on more than one occasion. "For more than a year" was the duration mentioned by 27.5% of respondents, the types of abuse many and ongoing. They are reported as coming to an end when "the victim went away" from the place and/or person in question (31.6%), and as a result of the victim's greater "capacity for physical and psychological self-defence" in 31.4% of cases.

Among abuser profiles the following stand out: 96.9% are male, 77% of cases involve "the Priest", and in 46.7% of cases the perpetrator was already known to the victim.

Age of the abuser, types of abuse and locations where it took place are related factors. Younger abusers more often resort to penetration in secluded spaces or hideaways. Middle-aged abusers are prone to a greater variety of types and locations of abuse. Much older abusers resort to forms of abuse in the confessional which do not involve bodily contact.

51.8% of those surveyed said that they revealed the abuse later in the period after it had occurred. For 48.2% their taking part in this survey was the first time they described their experiences to someone else.

The abuse was mainly revealed in a family setting (51.7%). Males tend to tell their spouses and friends, females their parents, and mothers in particular. For 54% of cases, it

was only as adults (over 18 years of age) that they told of their experiences, but earlier in the female group. Over time the age at which abuse was revealed has come down.

The reactions of others were to believe the accounts in 56.2% of cases, although this was more likely when the victim was already an adult and female. It is noteworthy that in the period following the abuse there was no external response: for 65.8% of cases, nothing was done to remove the abuser, 77% of the victims never made a complaint to Church people or organisations, and only 4.3% took their cases to court.

In 58.5% of cases, victims mention that they knew of other cases of abuse, although their recollections of these vary considerably in terms of precision and accuracy. In a very rough calculation, we estimate that the 512 victims knew of or were in contact with close to 4,300 other victims.

18. A second stage of the Commission's work involved **multivariate statistical analysis (correspondence analysis, CA)**, through which we sought to identify and describe the patterns of association between places where abuse occurred, types of abuse, characteristics and roles of abusers and characteristics of the victims. The CA enabled us to identify three axes which account for over 80% of the variance in the original variables, albeit we focused on explaining the first two. It also allowed us to design a **spatial map of the abuse**.

The first (horizontal) axis accounts for about 53% of the variance and is clearly associated with a contrast between **locales in which the clergy move around on a daily basis** and places which were **hidden away, secluded and isolated or where children slept**. On this axis we typically find situations of abuse which took place in the confessional, in absolute contrast to abuse perpetrated in seminaries, religious boarding schools or refuges, as well as abuse which occurred in places associated with scouts' activities (the national scouts' organisation CNE, camps, etc.). There is a clear correlation between the distribution of types of abuse and the **physical characteristics of these locations**: the axis contrasts the more violent types of abuse like anal and oral sex and masturbation, which take longer and are more difficult to conceal, with the more fleeting albeit no less invasive types which are easier to camouflage, whether they involve touching an erogenous zone or suggestion.

The contrast between these two poles is also related to **the characteristics and status(es) of the abuser(s)**, particularly their **age**: the younger ones (up to age 20) are found alongside the pole for places of refuge, the older ones by the places they frequent daily. It is also related to victims' **gender**. Types of abuse involving some form of physical penetration (anal and oral sex) are typically associated with male gender and secluded spaces, while abuse involving touching erogenous zones or through insinuation are associated with female gender and the locations and trajectories which priests frequent on a daily basis.

The second axis accounts for some 21% of the variance. This is an axis which contrasts **situations of abuse in collective spaces open to the community** (the most typical example being Catholic schools), with **situations occurring in private locations** belonging to the abuser (rectories, holiday homes, cars). For abusers, this axis highlights the contrast between situations in which they are consecrated members of religious orders or educators, as in the case of **teachers** or heads of educational

institutions, and those in which the abusers are in charge of **scout** groups. It is important to note that the second axis also clearly contrasts **the ages of the victims**, particularly in the case of boys, with the younger victims being associated with younger abusers, ordained members of religious orders and/or educators, while victims over 14 are associated with scouts and auxiliary members of the clergy.

Behind each number there are lives and concrete experiences which are unique and unrepeatable, despite sharing elements with so many other life stories. Starting out from the locations where abuse took place, we sought to give a voice to the variety of situations found, in terms of gender of victims, the decade in which they occurred and the social and economic inequalities in families of origin. The narratives of these abuses are **in the first person**.

On the basis of the mapping described above, we were able to construct **a gallery of 49 portraits**, built on **seven identified types of locations** where the abuse occurred, relying on the concrete narratives given to the Commission.

19. A **thematic content analysis** was carried out on the responses to the **open questions** in the survey.

Victims were given a voice directly to describe the circumstances involving abuse: how did the abusers approach the victims (what did they say before, during and after the abuse), what were the physical and psychic consequences on victims' relationship with the Church (belief, practice, faith), and what were each victim's opinions on what the Church could do to avoid repetition of what had happened and to repair the damage. The Commission further enquired as to whether victims would like to add any more information and sought to understand why each victim had decided to come forward with their testimony.

It was not easy to listen to, record and read each of these statements. Descriptions were charged with emotional intensity, taking these adults back to their childhood experiences of abuse and recording how it had affected them down to the present day.

It was no less difficult to select examples for submission from among so many potential cases and to organize them into consistent groupings. The criteria adopted ranged from how statistically representative the description in each sample was to the uniqueness and emotional intensity of the testimony, as well as diversity of gender, age, social class, time period and type of abuse, amongst others.

20. “Why now did you come forward to give your testimony?”

The answers provided include the following reasons: the fact that an independent commission had been set up, outside the Church, made up of acknowledged professionals whom the victims felt they could trust;

- news which appeared in the media, especially TV;
- the victim's relationship with the Portuguese Catholic Church, both in terms of “impulsive retaliation” and “an understanding collaboration”;
- the direct role of significant others;
- helping others;

- taking part in a scientific study;
- a unique opportunity and an ethical imperative;
- conquering fear, guilt, and the ghosts chasing them, “letting off steam” and “feeling more free”;
- anonymity, and the easy access to the online platform;
- realizing that in the end “they were not the only victim”;
- the result of psychotherapy;
- the death of the abuser or of family members tied to the case;
- only now understanding that what occurred in childhood was sexual abuse.

21. Even though our work was focused on the victim, the survey enabled us to “**hear the abuser speaking**”. Addressing the topic of how abusers approached the victims revealed the voice of the abuser, the responder’s narrative bringing it out of the silence. “What did the abuser say in order to abuse you?”

There were many testimonies which recorded various **forms of emotional abuse and maltreatment** of victims before, during and after the sexual abuse itself, contained in the very words which the abuser directed at the victim with a view to facilitating and continuing the sexual abuse; in the silencing of the victim; in the impunity of the aggressor and blaming of the victim, and in the distortion of the victim’s self-image or relationship to themselves; and in the traumatic impact of the abuse when it actually happened, as well as its consequences later.

22. “What did the abuser say to get close to you?”

Many interviewees replied “**Nothing**”. While this “nothing” is apparently reductive, it clearly reveals the adult’s perception that he has rights or power over the abused child without the child being entitled to say anything. The “nothing” also demonstrates the child’s silent, uncommunicated proximity, something which the suffering child is also unable to communicate. It is a “nothing” which rests on a structure of power and dominion of the adult over the child.

Other testimonies reveal how the adult tries to create ties to help and support victims and/or their close family, **manipulating** their perception of their various **weaknesses** – emotional, educational, family, financial and spiritual/religious – as the starting point for the abuse. Common too is conveying the idea of the need for “purification”. Other testimonies show how victims are led to engage in certain positively connoted activities (outdoor leisure, holidays) which are transformed into places where abuse occurs, increasing the distortion and confusion already established in the child’s mind. Other narratives emerge in which the approach focuses on the seduction of victims’ personal characteristics, in particular the physical, most often genital or relating to certain secondary sexual characteristics.

There is therefore a climate of anticipation and progression, sometimes with physical threats or coercion, in which abusers take advantage of their proximity to the child and/or its family (often the abuser is “one of ours”) to seduce and subsequently abuse them, and to continue the abuse thereafter.

23. “What did they say while the abuse was taking place?”

A recurring theme was that what was happening had a ‘**divine purpose**’ which consequently needed to be fulfilled. With abusers being seen as having a certain symbolic status, and not just divine power but social and cultural importance in certain local contexts, the words used to dominate the child take on the form of **imperatives**, as unquestionable orders and rules: [the abusers] “*told us to do what they wanted*”.

What further emerges from the testimonies is the fact that abusers try to downplay the pathological and criminal aspects of the act itself, **normalizing it** to the child, attributing a false meaning to it or denying that it has occurred, projecting the alleged reasons for it onto others, including the person or the will of God. In other cases the abuse is **imputed to the child**, as being after all its own will, something which the child desires and will value positively in the future. Finally, some testimonies reveal how some abusers cover up their abuse by claiming they are conveying supposedly “scientific” **teachings** related to the human body (e.g. how the sexual organs work).

24. “What did they tell you after the abuse had taken place?”

In most cases, victims stressed that after the abuse had occurred they were expressly asked or **ordered to “keep it secret”**, abusers commonly resorting to various forms of blackmail, often by threatening to reveal the child’s behaviour to family members or friends. Contempt and humiliation, making the child feel ridiculous in its always vulnerable relationship with adults, increase victims’ feelings of loneliness and abandonment. Among these testimonies are also situations where abusers oscillate between apparent normality and invitations or orders to repeat the criminal sexual abuse. The testimonies bear witness to an emotional atmosphere of terror and to abusers’ regarding their crimes as mere instances of “**the banality of evil**”.

25. “Did they reward or punish you?”

Only a minority of those in the survey sample mention having received a reward or punishment following the abuse, the latter often announced by way of physical or psychological threats to the victim or to close family members regarded as weak links (mother and siblings, for example). Rewards follow certain standard patterns: material benefits for disadvantaged families (food, books, clothes); some “loose coins” or “pocket change”, small amounts of money; cakes or sweets (small treats much sought after by children whose day-to-day life was one of privation); objects related to Catholic religious symbolism itself, such as figures of the saints and medals.

26. In 55.9% of cases there are no responses to questions about **the physical consequences of the abuse**, partly because the majority of the situations described do not involve anal sex or full copulation, although the former are more frequent with boys and take place in physically enclosed spaces such as seminaries, boarding schools or refuges.

Almost half of those surveyed state there were no physical consequences, but 21.6% of cases do report them. Most of these turn out to be emotional in origin, and are **psychosomatic**: anxiety and depression involving changes to sleep patterns, eating habits, body image and sexuality. There are also statements which attest to physical

injuries in certain parts of the body, where there was penetration through anal sex or copulation, but most of these were never revealed by the victims.

Information from the sample, from newspaper reports and testimonies of others (e.g.. family members) shows that a large number of cases (7 in total) ended in effective **suicide**.

27. In contrast, the vast majority of the victims in this sample confirmed the **psychological impact** of the abuse, describing the intensity of their negative feelings in considerable detail and almost always relating them to permanent damage, that is to say, to ongoing damage over a long period of time right down to the present day, even if the feelings come and go.

The open responses fall into **5 major groups**. The first group encompasses testimonies which stress that those impacts are present, in many ways, with strong and long-lasting symptoms. The second group stresses feelings of fear, guilt, shame, disgust, humiliation, confusion, distrust, insecurity, indignation and loneliness. The third group focuses on feelings of anxiety (anguish and panic, phobias, some obsessive-compulsive disturbances) and fluctuations in temper, with depression and its consequences (for example, stomach upsets, poor sleep, episodes of self-harm and attempts at suicide, with hospitalization). The fourth group stresses the impact on their sex life: the abuse led them to question their sexual orientation, delayed or hindered the development of a sex life with partners and even made it impossible for them to build lasting or gratifying emotional relationships. Many of the victims also mentioned the need they felt to seek specialised support at certain points in their lives, in psychological or psychiatric consultations, with a recurrent need to use pharmaceutical drugs.

In general terms the responses confirm that which is commonly mentioned in bibliographical material on the impact of this type of trauma on both child victims and the adults which they become. **Sexual abuse leaves no child emotionally unaffected**. Its mark is always there, even when the victim denies it through self-control. The suffering which victims go through is not only felt to be serious, but is rarely revealed at the appropriate time, so that the victim is dragged through decades of silence, in many cases down to the present day and with the negative prospect that the suffering will continue into the future.

28. As far as the **future relationship with the Church** is concerned, we know that with most of these testimonies the child victims described themselves as persons who in their family and social contexts were religious and practising. For these reasons, and with the abuse being perpetrated by members of the Church, they later developed a “basic mistrust” which persists to this day and in many cases leads them to want to protect subsequent generations of their children and/or grandchildren.

The larger group among these revealed that they cut contact with the Church and partly or entirely ceased to be practising, although they remain Catholic and express their faith by other means. The study shows that the Church lost faithfulness groups as a direct result of child sexual abuse perpetrated by its members. This effect extends to others who while not having been abused themselves, are in sympathy with the suffering of the victims. There is a second group of victims who told of making a distinction between the

abusers and the institution itself, thereby differentiating between the part and the whole and remaining practising Catholics while actively criticizing the Church. There is a final group which cut off all faith and belief and became agnostic or atheist.

29. What could the Church do to avoid what happened?

Nearly all respondents answered this open question. Several suggestions were made, with particular emphasis on the need for the Catholic Church to be aware of, understand and respect the sexuality of the clergy. Most commentary points to the need for training and supervision of its members, by accredited professionals from outside the Church. Many mention the need to do away with compulsory celibacy, respect for freedom of sexual orientation and/or an active sex life, integration and participation of women in religious practice and hierarchy, and the ending of certain forms of contact with believers such as confessions in physically confined spaces.

A significant number expressed opinions pointing to harsher punishment for the aggressors, including compulsory chemical or physical castration, and changes to strengthen the legislation, which they believe to be not only necessary but appropriate: changes to the legal framework, longer sentences and extending the statute of limitations for these crimes.

Finally, there is a set of responses urging faster action by the courts, either under canon or criminal law. A significant body of opinion among responders criticises the length of time it takes to get justice from the courts and have it implemented subsequently: there is a widespread sense that abusers go unpunished or are protected by the Church and by the State itself.

30. What could the Church do to make amends for what happened?

The majority of respondents give a negative answer to this question: **there is no possible reparation to the victims for what happened.** There is however an expectation mentioned in many of the testimonies: the need for psychological and psychiatric help currently and in the future.

The highest percentage of responses mentions a public apology by the Portuguese Catholic Church to the victims of sexual abuse perpetrated by its members. Respondents add to this the desire for a commitment to appropriate future solutions to prevent and act upon abuse.

31. Interviews conducted with currently active diocesan bishops (except for one, Beja) and superiors/superiors general of some religious institutes, shifted our in-depth focus from investigation of a large number of victims of sexual abuse when they were children and adolescents to the top of the **institutional hierarchy** in charge of the abusers.

A significant factor emerged immediately in that the volume, intensity and seriousness of signals from the victims found no echo in the testimonies of this elite. Was this a defensive posture against the risk of possible future suspicion and accusations of concealing the problem? Was it an example of clericalism and the priority attributed to defending the institution's reputation above all? These questions remain unanswered.

But there may be another factor in play: at a certain moment in time the setting up of the Commission, the public visibility of the issue, the crescendo of news about cases of “paedophilia in the Church” provided the Church hierarchy with irreversible and irrefutable evidence of the problem.

The following were the questions contained in the script. In what families did these leaders grow up and find their faith? How were their formative years? How do they describe the dioceses they supervise and the work of their congregations? What is their understanding of the significance of the sexual abuse problem in the Portuguese Church? What experience do they have of direct contact with cases of child sexual abuse by lay people or clergy associated with the Portuguese Catholic Church? At the time of their interviews, what did they think of the work of the Commission?

Respondents in this group stated that acknowledgement of the problem of child sexual abuse in the Portuguese Catholic Church is very recent. Their position revealed that the impetus was “from the outside in”, when faced with the widely publicised cases and scandals that occurred, but in hierarchical terms the problem was experienced from “top to bottom”, Pope Francis being credited with the initiative of a deeper acknowledgement of reality.

Despite some differences in degrees of unfamiliarity with the question, both among the bishops and in the comparison of bishops and superiors, at the time of these interviews most of them still apparently denied having had direct experience of the issue, whether during their training or once they were engaged in pastoral activities.

Some of the narratives – but very few – covered the recent emergence of the representation of childhood and its rights and vulnerabilities, and referred to older ways of dealing with events, in which a clericalist attitude denied or responded defensively to the occurrence, leading to effective total paralysis of any ability to acknowledge the problem and deal with it in an appropriate way. There are also references to the practice of belittling the significance of sexual abuse, concealing it, and the expedient of the abuser “moving parish”, which both bishops and superiors explicitly acknowledged.

With regard to the formative period of the male clerical elite, the initial stages of which took place in the time of the *Estado Novo* dictatorship, we may conclude, first, that remarkable individual trajectories of upward social mobility vis-a-vis their families of origin played a crucial role. In addition to the spiritual factors behind the decision to become a priest, it involved studying and obtaining a university degree, a very rare thing among the children of the disadvantaged classes at that time. Secondly, and focusing now on the subjective experience behind such “**unlikely trajectories**”, the interviews seem to point to enormous efforts to contain the intimate life of emotions and affections (both physical and psychic) once interviewees started training in the seminary, as well as to an inability to address the topic and the experience of sexuality in general (their own and that of others) or to recognise that before they became priests, bishops, or other religious person these were all persons, men and women, with their own life experience, view of the other and of a world undergoing abrupt change. A world very different from the world they knew as children, which they experienced in families today described as “traditional”, guided by strong moral principles, being part of small rural communities where the religious values of Catholicism were solid and reflected in the individual and collective gestures and rhythms of everyday life.

32. The research in the archives of the dioceses and religious institutes identified new cases of child sexual abuse, involving victims and abusers (clergymen and lay people in the service of the Catholic Church). Some of these were identified by the dioceses and religious institutes themselves and others were identified by the GIH. The GIH did not find evidence in the majority of cases of abuse reported to the Commission. This should not be surprising since many of the victims whose testimony was heard by the Commission stated that they did not report the abuse either at the time it occurred or subsequently.

Of the total of suspected cases of sexual abuse identified in the archives, some gave rise to preliminary investigations and administrative criminal proceedings. Various forms of punishment were applied to abusers: some were sent to spiritual retreats, some were removed from their posts, some transferred to another parish, some remained in their parish but under surveillance, and others were defrocked. Only in a very small number of cases was there a trial in the civil courts.

The exponential growth in the number of documented cases from 2010 onwards reflects the implementation of the Guidelines for the Protection of Minors and Vulnerable Persons, which required the dioceses and religious institutes to follow certain defined procedures whenever allegations had been made. Informal, mainly oral methods of dealing with many cases in the twentieth century (the bishop or superior would issue a warning and start surveillance of the abuser) became increasingly unsustainable in the face of social pressure and the increasing visibility of sexual abuse in the Catholic Church in the media. Changes in social perceptions of sexual violence, media projection of commissions investigating sexual abuse in the Catholic Church in other countries, and “freeing people to speak out” in movements such as #metoo created an opening for victims to report sexual abuse, including that which had occurred decades earlier.

Some of the post-2010 allegations relate to abuse suffered in previous decades. Until 2010, bishops and superiors of congregation followed certain standard procedures, but the documentation clearly shows that there was very significant room for autonomy in case management. The GIH found references to abuse which was known to the diocesan authority for which there was no documentation relating to possible internal investigations. From 2010 onwards, uniform standard procedures were adopted for dealing with complaints: preliminary investigation, notifying the Congregation for the Doctrine of the Faith, opening of criminal administrative proceedings. However, not even these standard procedures did away with the diversity of ways of implementing the Holy See’s guidelines and the operation of Commissions for the Protection of Minors and Vulnerable Persons – some of which focus more on investigation and others on support for the victims and prevention. These differences naturally make for different outcomes for those who resort to them.

In the preliminary investigations of the 1950s, 1960s and 1970s, child and adolescent sexual abuse tend to be classified as questions of morality and good manners. The primary motivation of the hierarchies is to protect the Church’s good name, by choosing to cover things up publicly (and possibly issuing warnings internally) and, in cases regard as more serious such as “deflowering”, forcing agreements for the payment of compensation. The prevailing interpretation is that the Catholic Church is the aggrieved party, in cases which are made public, and this leads to antagonising those who do not accept remaining silent. The victim’s suffering is not at the heart of the measures adopted. In investigations in recent years there seems to have been a turnaround. The

research shows less evidence of cover-ups, although attention to the plight of the victim depends to a great extent on which church is involved, together with its respective Commission for the Protection of Minors and Vulnerable Persons.

In closing, a warning. The data on the incidence of sexual abuse uncovered in the ecclesiastical archives must be seen as the “tip of the iceberg”: it was thoroughly demonstrated that an indeterminate number of victims did not report the abuse to the Catholic Church; many of the complaints were dealt with informally, leaving no document trail; there is a strong degree of probability that files may have been purged without following the rules laid down by Canon Law (a conviction shared by many clergymen contacted). To this must be added the ambiguity surrounding much of the twentieth-century church correspondence. It is often the case that the problem of sexual abuse is not mentioned explicitly. The documentation records internal transfers or even a transfer to another country without providing reasons for those transfers, or simply makes vague reference to the need to avoid public scandals. Researchers will look in vain for such evidence. Often they find nothing at all, while sometimes the reports are so ambiguous that they may refer to cases of a different sort such as embezzlement, homosexuality or involvement with adult married women. Faced with this silence of the files, we find ourselves with a Gordian knot. And our efforts at quantification and analysis are irretrievably compromised.

33. The Commission’s report concludes with a series of **Final Remarks and Recommendations**, some of which are summarised below.

Child sexual abuse in the Church is a delicate subject which has been little studied in Portugal. It has acquired unprecedented visibility with this study. With secure and independent channels being open to “talk about it”, consistent testimonies arise and can be handled scientifically.

Sexual abuse of children in the Portuguese Catholic Church took place in the past and still exists in the present. **Portugal is not an isolated case**, compared to other countries. The 512 direct victims in this study lead us to at least another 4,300 and, if we reflect that abuse in the vast majority of cases took place on more than one occasion against the same child, to many thousands of instances of abuse. Over time and space we have found a notable diversity of contexts in which abuse occurred. The Commission has uncovered the tips of various icebergs of these occurrences, at various moments and institutional contexts in times past.

All the types of abuse described in current Criminal Law were found in the sample, from the least to the most invasive, although the latter were found to be more frequent than the former. In statistical terms, **types of abuse are not randomly distributed**: they depend on the time they occurred, on places/spaces, on victim and victims’ family profiles, and on abuser profiles, in this case nearly all priests of various different age ranges. A map of the abuse was prepared, based on a more sophisticated statistical analysis.

Many of the abusers mentioned are still practising in the Church.

In some circumstances, the abuse was systemic in nature, that is to say, it was anchored in the operating structure of certain institutions of the Church itself. A clericalist attitude, being ignorant of or devaluing the rights of the child, shutting out the eyes of the

outside world - all this ensured that the abuse would continue and that the silencing of the victims would increase. The systemic nature of the abuse does not, however, apply to the whole of the Church, because it reflects the behaviour of a minority of all its members. **Concealment by the abusers themselves was systemic**, as was that of those above them in the hierarchy who had knowledge of their acts.

The work of **the media** in general and of some investigative journalists in particular has been of fundamental importance in disseminating the appeal to “giving a voice to the silenced” and encouraging them to come forward to the Commission with their testimonies. The growing media visibility of the topic over these last few months also undoubtedly helped to raise awareness among many bishops and other members of the Church who seemed still somewhat alienated and far removed from the problem when the Commission started out on its work.

34. The Commission made a number of **suggestions and recommendations** which it sees as being important. Some of these are general in scope, others are specific to the Catholic Church, and still others apply to society as a whole.

THE CHURCH:

- A new multidisciplinary Commission is proposed, with membership drawn from within and outside the Church, to continue the study and monitor the problem.
- Recognition by the Church of the existence and extent of the problem and a commitment to appropriate measures to prevent it in the future.
- Observance of the “zero tolerance” concept proposed by the Pope
- A moral duty on the part of the Church to denounce cases of alleged crimes of sexual abuse and to collaborate with the Public Prosecutor’s Office in such cases.
- Effective requests for forgiveness of situations which occurred in the past and putting them into practice.
- Ongoing external training and supervision of members of the Church, with specific reference to sexuality (their own and that of children and adolescents)
- Ceasing religious practice and meeting in closed, individual physical locations.
- Effective preventive measures including “best practice manuals” and provision of “support and locales for victims and family members to testify, and corresponding follow-up”
- Ongoing psychological help for past, present and future victims (as a responsibility of the Church and in coordination with the National Health Service
- SNS)

CIVIL SOCIETY:

- A national study to be carried out on child sexual abuse in the various locations where they are socialised
- Unequivocal recognition of the Rights of the Child

- Empowerment of children and families in relation to the role of the school
- Adjusting the statute of limitations by increasing the upper age limit of the child victim
- Speed in the courts' assessment and response
- Strengthening the role of the media in investigating and dealing with the problem
- Improving emotional literacy in connection with the true development needs of children and young people, especially in the realm of love and sex.

1. PONTOS DE PARTIDA

1.1. A decisão da Conferência Episcopal Portuguesa

A decisão da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) de criar uma Comissão de Estudo para os abusos sexuais praticados por membros da Igreja Católica, em novembro de 2021, surge na sequência das diretrizes lançadas pelo Papa Francisco em 2019, defendendo uma posição de «tolerância zero» perante situações de abusos sexuais de crianças. Esses princípios já tinham levado à criação, nesse mesmo ano, de vinte e uma Comissões Diocesanas, constituídas por profissionais de várias áreas e, logo no início de 2022, de uma Coordenação Nacional das mesmas, presidida pelo juiz conselheiro Dr. José Souto de Moura.

Em Portugal, o impacto mediático, na comunidade católica, da publicação e discussão, em finais de 2021, do relatório francês produzido pela *Commission indépendante sur les abus sexuels dans l'Église*, foi também certamente importante na construção deste processo, bem como de uma carta endereçada à CEP no início de novembro de 2021 e subscrita por um grupo de 276 católicos portugueses, que tornou clara a sua mensagem:

«Apelamos urgentemente à CEP que se alinhe com as orientações do Papa Francisco e tome, com carácter de urgência, a decisão de lançar uma investigação nacional rigorosa, abrangente e verdadeiramente independente, com o arco temporal de 50 anos [...]. Se queremos manter um diálogo com a sociedade a que pertencemos e servimos, não existe alternativa [...] só a verdade nos permite um relacionamento livre e transparente com aqueles a quem a nossa fé nos convida a servir». (*Público*, 9 de novembro de 2021)

A decisão da CEP de criar a presente Comissão foi decidida por maioria e tornada pública após a sua 201.^a Assembleia Plenária, que decorreu em Fátima em novembro de 2021. No final, o seu presidente afirmou: «O que interessa, a acentuação que se pôs, é a liberdade de pensamento e de ação desta Comissão na busca intransigente da clareza que queremos para esta questão».

O contacto direto para a criação da Comissão foi dirigido pessoalmente a Pedro Strecht por D. José Ornelas, presidente da Conferência Episcopal, então Bispo de Setúbal e, desde 13 de março de 2022, Bispo de Leiria-Fátima que, conjuntamente com o seu vice-presidente D. Virgílio do Nascimento Antunes, Bispo de Coimbra, e o Padre Manuel Joaquim Barbosa, secretário-geral da CEP, reuniram inicialmente com o coordenador indigitado, dando-lhe total liberdade para escolher a equipa com quem desejasse vir a trabalhar. Foi-lhe conferida plena autonomia e absoluta independência para a conceção e o planeamento dos trabalhos em tempo desde logo acordado entre as partes e com a duração de um ano (2022), seguido de entrega e apresentação públicas do respetivo Relatório.

A apresentação pública da criação da Comissão teve lugar no dia 2 de dezembro de 2021, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, tendo estado presentes e tomado a palavra D. José Ornelas e Pedro Strecht, coordenador indigitado para o referido trabalho, sendo que nesse momento foram anunciados os elementos por si escolhidos para a equipa, bem como os objetivos gerais a alcançar em atitude de total idoneidade

profissional, e em profundo respeito pelo anonimato das pessoas vítimas e pessoas alegadamente abusadoras, vivas ou entretanto falecidas.

Desde o início do estudo, a Comissão definiu ainda como prioritária a articulação com outras estruturas pertencentes à esfera da Igreja Católica, estabelecendo desde logo contacto com a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), organismo de direito pontifício constituído em 2005, com sede em Lisboa, de que é presidente a Irmã Maria da Graça Alves Guedes, religiosa do Amor de Deus. A CIRP inclui os Institutos Religiosos masculinos e femininos, bem como as Sociedades de Vida Apostólica, assim representados pelos seus superiores/as gerais ou equiparados/as.

1.2. Composição e objetivos da Comissão Independente

A Comissão teve propositadamente uma composição paritária, com igual número de homens e de mulheres, provenientes de gerações diferentes e com experiências de vida pessoal muito diversas. Tratava-se de uma equipa multidisciplinar (ciências médicas e psicológicas, sociais e jurídicas), abrangendo especialistas que tinham como interface comum o trabalho profissional sobre a infância e as crianças, associado ao estudo e à defesa do seu bem-estar global e seus direitos. A Comissão incluiu ainda um elemento representativo da sociedade civil, que procurava dar outra visão à problemática em estudo, interpellando os especialistas com questões possíveis de colocar por qualquer pessoa perante um tema de que tem somente um conhecimento comum.

Fizeram parte da Comissão:

Pedro Strecht (n. 1966) (coordenador), médico pedopsiquiatra. Trabalha em atividade privada. Licenciado pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, foi médico do Departamento de Pedopsiquiatria do Hospital de Dona Estefânia. Foi professor do ensino secundário oficial e particular e também da Universidade Católica Portuguesa. Entre outros cargos, já exerceu funções clínicas como supervisor do Projeto de Apoio à Família e à Criança Maltratada, nos Centros Educativos da Bela Vista e Padre António Vieira, no Chafitô, na Associação Questão de Equilíbrio, coordenou a Equipa de Intervenção Psicossocial no âmbito do projeto de reconversão do Casal Ventoso, fez parte do Gabinete de Intervenção em Crise da Casa Pia de Lisboa, foi médico na Cooperativa A Torre, diretor da Casa da Praia – Centro Dr. João dos Santos e, mais recentemente, médico do Lar de Infância e Juventude GPS e diretor clínico da Comunidade Terapêutica ART, em Castro Verde. Foi colunista da revista *Pais e Filhos*, do jornal *Público* e, até recentemente, da revista *Visão*. Tem mais de quatro dezenas de livros publicados no âmbito da sua área profissional e no campo infantojuvenil.

Álvaro Laborinho Lúcio (n. 1941), juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, antigo ministro da Justiça, (1990-1995). Foi diretor da Escola de Polícia Judiciária (1978-1979) e do Centro de Estudos Judiciários – CEJ (1979-1990). Deputado à Assembleia da República (1995-1996), foi também ministro da República para a Região Autónoma dos Açores (2003-2006) e presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho (2013-2017). Membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, é também Doutor *Honoris Causa* em Ciências da Educação pela Universidade do Minho. Colabora com várias instituições ligadas à intervenção e proteção de crianças em risco. Tem publicados diversos artigos e livros, estes, também na área da ficção, nomeadamente do romance.

Ana Nunes de Almeida (n. 1957), socióloga, investigadora coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde é, desde 2016, presidente do seu Conselho Científico. Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Apoio à Criança e do Conselho de Ética do Laboratório Pro-Child. Foi presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (1994-1998) e pró-reitora da Universidade de Lisboa (2006-2010). Tem desenvolvido pesquisa e publicado na área da sociologia da infância e das crianças, em que se destacam estudos sobre família, escola, pobreza, novas tecnologias de informação e comunicação, catástrofes e animais de companhia. Coordenou, em 1999, e por encomenda da Assembleia da República ao Centro de Estudos Judiciários, o estudo sobre *Maus-Tratos a Crianças na Família* (Lisboa: Assembleia da República, 2001).

Daniel Sampaio (n. 1946), psiquiatra, professor catedrático jubulado de Psiquiatria e Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Diretor do Serviço de Psiquiatria do Hospital de Santa Maria (2014-2016). Introdutor da Terapia Familiar em Portugal, a partir da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, de que foi cofundador. Esteve também ligado à formação das sociedades científicas Núcleo de Estudos do Suicídio, Núcleo de Doenças do Comportamento Alimentar e Sociedade Portuguesa de Suicidologia. Autor ou coautor de trabalhos científicos sobre vários temas de Psiquiatria e de trinta livros sobre a família, a adolescência e a escola. Foi coautor e apresentador de vários programas na rádio e televisão e de crónicas na imprensa.

Filipa Tavares (n. 1968), assistente social e terapeuta familiar. Trabalhou vinte e cinco anos numa Instituição Privada de Solidariedade Social, Centro Dr. João dos Santos — Casa da Praia (1996-2021), tendo desenvolvido intervenção terapêutica com foco em famílias disfuncionais e de risco psicossocial. Representante da instituição em diversas instâncias dedicadas à defesa do interesse da criança e respetivas famílias desde a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, como na Rede Social de Lisboa, nos serviços de ação social das Juntas de Freguesia de Santa Maria de Belém, Alcântara e Ajuda. Participou em inúmeros projetos de investigação-ação, nomeadamente com a Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal de Lisboa, Direção-Geral de Saúde e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Formadora em projetos dirigidos a técnicos da área social, educação e saúde, esteve na coordenação do Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Catarina Vasconcelos (n. 1986), cineasta, licenciada pela Faculdade de Belas-Artes de Lisboa com pós-graduação em Antropologia Visual no ISCTE e mestrado em Comunicação Visual no Royal College of Art, Londres. O seu trabalho mais recente, a longa-metragem *A Metamorfose dos Pássaros*, tornou-se um dos filmes mais premiados a nível internacional. Aceitou participar na Comissão Independente como observadora externa, com a perspetiva de dar um olhar não relacionado com as áreas da especialidade já presentes na comissão.

Ao longo do seu tempo de trabalho, colaboraram ainda diretamente com a Comissão uma psicóloga clínica, Ana Sofia Varela¹ (que apoiou o atendimento telefónico), e uma jornalista em tempo parcial e durante os primeiros seis meses de 2022,

¹ Ver todos os CV nos Anexos.

Catarina Pires, responsável pela análise da Imprensa. Vasco Ramos, sociólogo, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, participou no tratamento estatístico dos dados resultantes da aplicação do inquérito por questionário, bem como na interpretação dos seus resultados. E Helena César no apoio à comunicação e do apelo ao testemunho perto da sociedade civil.

Em estreita articulação com a Comissão e a seu convite, mas com total autonomia de ação, foi constituído o Grupo de Investigação Histórica, com a missão específica de estudar os arquivos históricos da Igreja Católica portuguesa: Francisco Azevedo Mendes (coordenador, historiador, professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho), Júlia Garraio (especialista em estudos de género, investigadora do Centro de Estudos Sociais — Universidade de Coimbra), Rita Almeida de Carvalho (historiadora, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e Sérgio Ribeiro Pinto (historiador, investigador no Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa).

A Comissão iniciou os trabalhos em dezembro de 2021, com a conceção científica do seu Estudo, o planeamento das várias etapas fundamentais para a sua estruturação, definindo objetivos e metodologias, bem como metas a atingir de acordo com um cronograma inicial que se delineou para o período correspondente ao ano civil de 2022. Ficou desde logo contemplada a entrega de um relatório final à CEP, findo esse mesmo prazo estipulado, com posterior apresentação e divulgação públicas.

Desde a primeira hora, a Comissão assumiu a sua identidade plena e fundadora como grupo de estudo, isto é, como uma equipa de profissionais que se dedicaria à construção do conhecimento sobre o tema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica durante o tempo determinado — excluindo liminarmente funções de entidade judicial em busca de denúncias e acusações ou, numa outra perspetiva, de grupo de intervenção e apoio psicoterapêutico. Não excluiu, obviamente, a reflexão implícita sobre o impacto social do tema, nem a necessidade de articular o seu trabalho com os órgãos de comunicação social, sobretudo no campo da divulgação do apelo ao testemunho.

No decorrer dos trabalhos, sentiu-se a necessidade cíclica de realinhar estratégias em face de condicionantes externas não previsíveis inicialmente, quase sempre secundárias ao avanço e análise do percurso até então percorrido. A Comissão partiu para o terreno com muitas incógnitas, abraçando um desígnio até então pioneiro em Portugal, um tema desde logo considerado difícil, o abuso sexual de crianças, dispondo de escassas referências comparativas, e sabendo de antemão que encontraria resistências tanto na sociedade civil, como na Igreja Católica portuguesa. Estudar abusos sexuais em geral, e na Igreja em particular, implica «desocultar» estruturas de poder, manipulação e exploração de crianças no mais íntimo do seu ser, em práticas seguramente instaladas desde há décadas ou mesmo séculos.

Tendo como objetivo o estudo dos abusos sexuais de crianças — isto é, e segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), de pessoas até aos 18 anos de idade — na Igreja Católica portuguesa (praticados por sacerdotes, membros de institutos religiosos ou de organizações/movimentos tutelados pela mesma Igreja e seus colaboradores) e definindo um arco temporal de 1950 a 2022, a Comissão estruturou um lema inspirador para o seu trabalho, apelando a que todas as pessoas que em criança tivessem sido vítimas desses abusos pudessem assim, de diversas formas, prestar o seu testemunho ou depoimento: *dar voz ao silêncio*.

1.3. Metodologia do trabalho

Tomando como referência de abuso sexual os tipos previstos na lei penal portuguesa, a Comissão Independente fez, portanto, uma opção metodológica de fundo: colocar no centro do seu estudo a pessoa vítima, encorajá-la a testemunhar e dar-lhe voz, tornando-a protagonista de uma experiência única que interessava caracterizar, aprofundar, interpretar.

Não se tratou, portanto, de uma análise institucional, «a partir de cima», que procuraria definir e caracterizar sinais de abuso através de teias e personagens existentes em instituições ou redes da hierarquia católica. Nem, ainda, de tentar trazer para o estudo a perspetiva, as experiências ou trajetórias das pessoas abusadoras que, como é sabido, quase nunca se identificam nesse papel, tornando de extraordinária dificuldade e morosidade essa eventual tarefa. Toda a pesquisa se centrou na pessoa vítima, na sua narrativa singular, a qual se procurou reconstituir do passado (momento do abuso) para o presente. A Comissão optou, aliás, por designar as diversas formas de participação das pessoas vítimas como «testemunhos», excluindo o uso da palavra «denúncia», dado que esta pressupõe uma leitura judicial que não esteve presente no campo do presente trabalho.

Se o objetivo era que a vítima desse voz ao seu silêncio, foi necessário criar instrumentos de recolha de informação que permitissem captá-la o mais fácil e fielmente possível. A Comissão construiu para tal um inquérito por questionário, composto por perguntas fechadas e perguntas abertas, colocado *online* (para autopreenchimento ou preenchimento com ajuda de um membro da Comissão) e pôs à disposição de todos uma linha telefónica (para onde qualquer pessoa podia ligar e prestar testemunho ou dar informações julgadas importantes) e ainda a possibilidade de ser recebido pessoalmente em entrevista presencial.

A esta abordagem, que partiu de pessoas, juntou-se a dos arquivos históricos da Igreja Católica portuguesa, neles se procurando e estudando documentação sobre abusos sexuais de crianças entre 1950 e 2022 por parte de membros da Igreja, de modo a perceber-se de que forma a estrutura eclesial lidara, do ponto de vista arquivístico, com a ocorrência destes crimes.

O estudo integrou, assim, uma visão qualitativa e quantitativa do tema. Qualitativa, pois através dos testemunhos das vítimas, dos seus relatos individuais (captados ao longo das entrevistas presenciais e a análise dos discursos diretos nas perguntas abertas do inquérito) se procurou aprofundar e interpretar experiências únicas e singulares de vítimas de abuso. Entrevistámos, entretanto, bispos diocesanos e superiores e superioras gerais de institutos religiosos portugueses, de modo a reconstruir as suas biografias e trajetórias formativas, espirituais e os modos como encaravam o problema dos abusos sexuais das crianças na Igreja.

Após autorização expressa do Vaticano subsequente a um plano de trabalhos previamente organizado e proposto pela equipa de historiadores, coube a esta, por seu turno, a possibilidade de reconstituição em detalhe de casos e processos encontrados nos arquivos a propósito de queixas, denúncias ou participações de vítimas à Igreja, da localização de alegadas pessoas abusadoras na base de dados da Comissão Independente ou, neste caso ainda, encontrados na análise sistemática de documentação constante dos mesmos arquivos.

Mas ótica quantitativa, também, pois não se descurou tirar o máximo partido do potencial resultante da aplicação de um inquérito com perguntas de resposta padronizada para fazer um tratamento extensivo da informação recolhida, construindo indicadores numéricos, cruzando-os entre si, tendo em vista a caracterização dos contextos de abuso.

Para a organização prática do trabalho e pressupondo o sigilo profissional dos membros da Comissão e o anonimato das vítimas, decidiu-se trabalhar em espaço próprio e autónomo, tendo sido escolhido para o efeito um pequeno apartamento exteriormente descaracterizado, em prédio habitacional no centro de Lisboa, cuja localização se manteve em sigilo, exceto para os casos em que foram agendadas entrevistas presenciais com pessoas que a contactaram para o efeito. Toda a logística necessária para o funcionamento, incluindo espaço de reuniões e atendimento, tal como a disponibilidade para a aquisição do material de trabalho, foram rapidamente compreendidas e tornadas reais pela resposta da CEP.

A construção de um *site* com informação respeitante à organização e evolução do trabalho da Comissão foi fundamental como forma privilegiada de acesso ao inquérito *online* para que, em anonimato e mediante a formulação de diversas perguntas, qualquer pessoa vítima de abuso na infância o pudesse preencher de forma simples e direta.

O site «darvozaosilencio.org» ficou disponível a partir da data de apresentação da Comissão e do início formal dos seus trabalhos, a 10 de janeiro de 2022, e manteve-se ativo até ao tempo final de recolha de material para o estudo, a 31 de outubro de 2022, criando-se igualmente desde logo um *mail* próprio: geral@darvozaosilencio.org.

Para facilitar o contacto de população que não manejava com facilidade as tecnologias de informação, foi criado um Apartado, numa estação central dos CTT — Correios de Portugal, em Lisboa, para o qual qualquer pessoa podia enviar depoimentos e/ou informação por si considerados úteis, ao cuidado da Comissão. A este chegou alguma correspondência, incluindo testemunhos de vítimas, devidamente recolhida e tratada dentro do âmbito do estudo.

Foram realizados, ao longo do tempo, múltiplos contactos com estruturas diversas, quer da Igreja quer da sociedade civil, tendo em vista a divulgação do apelo ao testemunho, por um lado; e, por outro, a recolha de informação, sugestões ou críticas por parte de pessoas ou instituições já existentes no terreno e desenvolvendo trabalho regular na área da infância, desde a educação à proteção e intervenção social, médica ou jurídica.

A Comissão procurou, por todos os meios ao seu alcance, mobilizar as partes interessadas para que estas, de forma idónea e empenhada, pudessem ser agentes ativos no decorrer dos trabalhos, tentando-se assim o maior envolvimento possível de toda a sociedade perante o tema dos abusos sexuais de crianças não só na Igreja, mas ainda, de forma genérica, em todos os lugares da infância (e desde logo a nível das dinâmicas intrafamiliares).

1.4. Estrutura do Relatório

Incluindo este capítulo inicial, focando pontos de partida do estudo, o presente Relatório encontra-se estruturado em oito capítulos.

Começa-se por apresentar, no **Capítulo 2**, a grelha de leitura teórica da realidade, aprofundando, a partir de dois pontos de vista disciplinares distintos (o psicopatológico e o jurídico), o conceito de abuso sexual de crianças. Para além da discussão de diversos conceitos associados ao tema, procura mostrar-se como a área médica (sobretudo, a da saúde mental) e a jurídica foram influenciadas por uma nova representação social da criança e da infância e vice-versa, as quais encontram tradução em textos internacionais fundamentais em torno dos seus direitos a partir da década de 80 do século passado. Deste roteiro retira-se também a listagem dos tipos de abuso a considerar no estudo, bem como os instrumentos de interpretação de resultados.

Depois da teoria e dos conceitos, o **Capítulo 3** ocupa-se de instrumentos metodológicos, isto é, das escolhas que a Comissão fez sobre os modos de estudar a realidade. Não só numa ótica qualitativa, como, tal como se explicou anteriormente, numa ótica quantitativa. Os instrumentos usados neste Estudo são muito utilizados em Ciências Sociais: o inquérito por questionário e a entrevista. Mas também se procedeu, numa tradição dos estudos da área da História, à análise da documentação de arquivos (no caso, os da Igreja Católica). Por uma questão de rigor e transparência, são sucessiva e detalhadamente apresentados nos seus aspetos mais técnicos, mas também nas suas potencialidades e limitações, os vários instrumentos mobilizados pela Comissão para dar voz ao silêncio das vítimas — e a amostra de que a sua aplicação resulta. É importante os leitores acompanharem a montagem e construção, também deste lado do avesso, de um percurso de investigação científica, pois os resultados obtidos, a jusante, são obviamente cúmplices das escolhas metodológicas feitas a montante. Este capítulo encerra com a apresentação de alguns dilemas éticos com que a Comissão se confrontou ao longo do seu estudo.

Revelados os pontos de partida, o Relatório debruça-se sobre a apresentação de resultados a partir do **Capítulo 4**. Realiza-se aqui uma descrição estatística bivariada da amostra, que é também uma caracterização dos contextos do abuso ao longo do tempo. São sucessivamente descritos a situação atual das pessoas vítimas, as suas famílias de origem, a situação das crianças ao tempo do primeiro abuso, as modalidades do abuso, o perfil das pessoas abusadoras e o pós-abuso. Elabora-se uma estimativa (mediante critérios determinados pela Comissão) do número total de crianças que, a partir dos testemunhos recolhidos, terão sido igualmente vítimas da mesma experiência, abdicando-se de uma projeção do número total de eventuais crimes que cada uma dessas situações implicaria. A segunda parte do capítulo mantém-se no campo da análise estatística da amostra, mas desta vez na perspetiva de uma análise fatorial de correspondências, que permite identificar padrões subjacentes aos dados, isto é, proximidades e distâncias entre variáveis, arrumando-as numa cartografia em que surgem perfis-tipo de lugares e contextos de abuso. Esses perfis-tipo serão depois ilustrados a partir de casos reais provenientes da amostra, completamente anonimizados.

Partindo igualmente da amostra, o **Capítulo 5** recupera as narrativas das pessoas vítimas, tal como surgem nas respostas a várias questões de resposta aberta do inquérito, num complexo registo e leitura de dados qualitativos, tão importantes como

subjetivos. Deixamos as contagens, os números e as percentagens, os indicadores para nos focarmos nas palavras escritas e na sua análise de conteúdo aprofundada. Várias eram essas perguntas: Por que razão resolveu dar agora o seu testemunho? Como se processava a aproximação da pessoa abusadora à criança vítima (o que lhe dizia e prometia antes, durante e após o abuso)? Quais as consequências físicas, psicológicas ou outras do abuso sexual? De que forma afetou a relação da pessoa vítima com a Igreja Católica? O que poderia fazer a Igreja para evitar e reparar estes crimes, junto das vítimas?

O **Capítulo 6**, resultando de entrevistas individuais a bispos diocesanos e a alguns superiores e superiores gerais, conduz a um olhar sobre o topo da hierarquia da Igreja Católica portuguesa, tornando-os sujeitos ativos através da sua própria palavra. O objetivo foi reconstruir, a partir dos seus discursos, um conjunto de biografias espirituais, percursos formativos e vocacionais, bem como obter a visão de cada um/uma sobre o problema e a realidade dos abusos sexuais na Igreja Católica em Portugal.

O **Capítulo 7** estrutura-se em torno do estudo dos arquivos da Igreja Católica portuguesa, desenvolvido pelo Grupo de Investigação Histórica (GHI) junto das dioceses e institutos religiosos. Os resultados são apresentados sob vários ângulos. Num primeiro momento, contextualiza-se e descreve-se a realidade documental dos arquivos, a estruturação das suas séries de informação, as suas diferenças e afinidades, bem como os níveis de intensidade do trabalho desenvolvido, explorando as suas margens de possibilidade. Depois, quantificam-se os dados da Comissão localizados no quadro eclesiástico, alinhados, por um lado, com as respostas das dioceses e dos institutos religiosos ao inquérito efetuado pelo GIH e, por outro, com os novos casos documentados pelo estudo arquivístico do GIH. Por último, apresenta um conjunto de estudos de caso, nos quais se procura adensar qualitativamente as micro-histórias de vida que se cruzam nas situações de abuso no âmbito da Igreja Católica, escrutinando atitudes, as normas e as práticas, detetando os ecos das linguagens e das conjunturas históricas. Neste «arquivo» dos próprios arquivos eclesiásticos, conseguem-se fixar sucessivas camadas das presenças e das ausências dos rastros documentais do abuso sexual de crianças nos arquivos institucionais da Igreja Católica portuguesa entre 1950 e 2022.

No **Capítulo 8**, a Comissão apresenta alguns tópicos finais, tal como um conjunto de recomendações gerais, prioritariamente dirigidas à Igreja Católica portuguesa, mas também à sociedade civil.

Por último, os **Anexos** incluem documentação diversa, relativa a diferentes etapas do trabalho, que foi considerado útil incluir neste Relatório.

2. OS CONCEITOS

Partindo de duas perspectivas disciplinares distintas, apresentamos e aprofundamos neste capítulo o conceito de abuso sexual de crianças. Fica, assim, montada uma grelha de leitura teórica da realidade que permite enquadrar o problema que inspira todo o estudo, como ainda fornecer instrumentos de procura e interpretação de dados.

2.1. O ponto de vista psicopatológico

O estudo elaborado pela Comissão assenta, de igual modo, no que até à data se destaca do ponto de vista científico sobre o tema dos abusos sexuais de crianças em geral. Como já é sabido, esta é uma realidade que toda a sociedade, incluindo os profissionais da área da saúde mental, só há poucas décadas começaram a valorizar, descrever e, posteriormente, a sistematizar segundo certos conceitos teóricos e práticos tidos como mais comuns nestas situações.

O tema teve um mais amplo destaque recente, sobretudo a partir do início do presente século. No campo da Igreja Católica, foi assumido como não apenas existente e praticado por alguns dos seus membros, com estudos realizados em diversos países a demonstrarem-nos como realidade inequívoca, mas também destacado como um fenómeno sobre o qual se pede agora «tolerância zero». Na sociedade em geral, um olhar muito mais atento e cuidado sobre pontos essenciais ao desenvolvimento infantojuvenil, tornou-o não só juridicamente penalizável enquanto crime, como também ditou o desejo de uma muito mais eficaz promoção e proteção dos Direitos Universais da criança.

Existem, contudo, conceitos que já tinham sido desenvolvidos há bastante mais tempo, por exemplo desde o início do século XX, mas nunca integrados como um todo na abordagem teórica do tema. Foi também, como em muitas outras situações, a análise mais profunda de certa psicopatologia de adultos que conduziu à importância do conhecimento das suas origens, muitas delas afinal secundárias a episódios traumáticos vividos na infância e adolescência que, permanecendo omissos e sem o suporte terapêutico adequado, determinavam posteriormente queixas variadas, mas quase sempre muito significativas.

No campo do abuso sexual de crianças em geral, tal como no que dele importa quando é praticado por membros da Igreja, a Comissão entendeu como útil integrar no presente relatório uma prévia revisão literária sobre o tema, certamente sucinta, mas clara e objetiva no que se deseja evidenciar como pontos de análise para a melhor prevenção dos abusos sexuais de menores de 18 anos de idade, bem como de factos importantes a ter em conta na necessidade de uma intervenção diagnóstica e terapêutica precoce que, por último, determine uma melhor reintegração psicossocial de vítimas e de alegados abusadores.

O mesmo ainda, no que toca ao impacto posterior dos abusos sexuais sofridos na infância, alertando para o facto de este estudo assentar na análise de testemunhos de pessoas vítimas, hoje em dia maiores de idade, mas ainda a viver com diversas sequelas secundárias dos mesmos, com claras repercussões na sua área individual, familiar, social, profissional, entre outras, como também é comum descrever-se nas referências bibliográficas sobre o tema.

Assim, este capítulo organiza-se como introdução teórica ao conceito geral de abuso sexual de crianças e seus efeitos posteriores nas respetivas pessoas vítimas.

2.1.1. O bem-estar emocional das crianças: uma questão recente

O abuso sexual de crianças é ainda hoje um tema de difícil abordagem perante a sociedade em geral. Em termos históricos, a consciência pública do problema é muito recente, bem como o reconhecimento do impacto traumático que cada situação provoca logo que acontece, tal como as dificuldades futuras que, em grau variável, sempre determina. Aliás, este fenómeno corresponde a uma longa evolução do próprio conceito de infância e, ainda posteriormente, do tempo de transição que antecipa a vida adulta, a adolescência, sendo que o mesmo acontece perante a forma como estas fases têm vindo a ser olhadas ao longo das últimas décadas, mesmo à luz de avanços permitidos por novos conceitos da área das neurociências, quer pelo lado do desenvolvimento normal quer do ponto de vista patológico, incluindo as situações de trauma.

Do ponto de vista histórico, é interessante partilhar as palavras de LLOYD de MAUSE (1995) quando afirmava que a história da infância é um longo pesadelo do qual só muito recentemente estamos a acordar. Utilizando dados reportados de outros tempos e sociedades do passado, a confrontação com esta realidade não permite espaço de dúvida: o reconhecimento da criança enquanto ser autónomo, dependente de cuidados de outrem até para fisicamente existir, tal como de boa e adequada estimulação múltipla para se desenvolver, é uma conquista extremamente recente. Remonta à modernidade europeia, quando a família se «sentimentaliza» (Ariès, 1973), entre a burguesia urbana: o seu fundamento parece assentar agora nas relações afetivas entre marido e mulher, por um lado, e pais e filhos, por outro, as quais tomam a dianteira sobre outras razões instrumentais de transmissão da ordem patrimonial.

Nesta «família relacional» (Singly, 2017) que, pela primeira vez, fecha o seu domínio privado ao espaço público envolvente, muda radicalmente o lugar e a maneira de olhar para a criança. Esta não é mais encarada como um pequeno adulto — em muitos casos colocada precocemente na rede de trabalho familiar desde que fisicamente apta para tal —, mas como um ser único, a merecer proteção e amor por parte dos adultos responsáveis por ela. O seu lugar de socialização privilegiado passa a ser, aliás, a escola, onde é colocada entre os pares para aprender e desenvolver competências técnicas, mas também os valores que fundam um certo conceito de cidadania moderna.

Entre este ideal da infância e a realidade das condições de vida das crianças nas sociedades contemporâneas, há obviamente distância e desfasamento. Mas é a partir deste novo paradigma que determinadas situações anteriormente consideradas como adequadas passam a ser, hoje, consideradas sob um olhar mais apurado e crítico em várias áreas do conhecimento.

Efetivamente, só a segunda metade do século XX permitiu grande visibilidade a um novo olhar sobre a infância e a adolescência, valorizando o bem-estar global dos mais novos, alicerçado num conceito cada vez mais diverso de família, mas sempre enquanto espaço de relação com figuras de referência, tal como na interação com o meio envolvente enquanto um todo multifatorial, para o desenvolvimento de adultos e de sociedades mais saudáveis, justas, pacíficas e cultas. O destaque dado à consagração destas questões ganhou forma maior através da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pelas

Nações Unidas em 1989, que, no seu artigo 34.º, se reporta ao facto de os Estados Partes se comprometerem a proteger a criança (definida como qualquer indivíduo menor de 18 anos) de todas as formas de abuso e exploração sexuais. Para além de propor o conceito de «superior interesse da criança», a Convenção foi inovadora na medida em que, aos direitos da proteção e da provisão, juntou os direitos de participação da criança em todos os assuntos que lhe dizem diretamente respeito.

Foi também apenas ao longo do século anterior, nomeadamente após a Segunda Guerra Mundial, que a própria visão da psicologia e da psiquiatria da infância e adolescência se desenvolveu, com o trabalho científico de diversos autores que proporcionaram o início de importantes estudos e teorias sobre questões ligadas ao funcionamento emocional das crianças, acompanhada pelo aparecimento de respostas autónomas e de referência nessa área agora designada por saúde mental, tal como a validação cada vez mais recente, neurobiológica e química, da sustentação orgânica para muitos desses pressupostos.

De facto, após um longo período de desconhecimento ou desvalorização da infância, evoluiu-se de um «mundo dos indefensáveis», no conceito de Einar Helander (2004), para um outro em que existe uma capacidade de cuidar das crianças de forma «suficientemente boa» através de um «amor incondicional», segundo conceitos de Donald Winnicott (2005), prevenir a perpetuação transgeracional de problemas por mecanismos de defesa como a «identificação ao agressor», descrito por Anna Freud (1992), de estar em relação com os mais novos através de uma adequada «sintonia afetiva», tal como a descreveu Daniel Stern (2000), ou ainda de conhecer e valorizar «pontos de mudança» do desenvolvimento, tal como bem os definiu T. Berry Brazelton (1992).

Também no clássico exemplo que considera a vida humana à superfície da Terra como uma reta de cem metros, só os últimos breves centímetros correspondem ao que hoje se pode considerar como o tempo de sociedades ditas evoluídas, marcadas pela presença do *homo sapiens sapiens*, que tem consciência não só de si mesmo, como do outro. Está atualmente assente a ideia de que o que somos enquanto adultos tem as suas raízes profundas na forma como cada qual vive a sua infância, bem como da constante interação entre genética e meio ambiente: são essas as grandes determinantes da qualidade das relações emocionais que marcam a estrutura de personalidade de cada um e a maneira como se relaciona com todos os que o cercam.

Cuidar do outro, enquanto função básica dizendo respeito ao papel dos adultos perante toda e qualquer criança, implica atualmente uma noção muito ampla que torna necessária não apenas a capacidade de suprir as suas necessidades fisiológicas básicas, mas estar consciente de outras que pedem proteção, estimulação e respeito pela sua individualidade e livre autonomia. Saúde, educação, integração social ou proteção jurídica, são exemplos de áreas de interface cada vez mais presentes no que Françoise Dolto (2015) definiu como «o verdadeiro interesse da criança», cuja defesa se vem tornando cada vez mais inequívoca em todas as sociedades.

Breve tempo nos separa pois do ponto em que a humanidade se tornou finalmente atenta e apta para lidar com a importância do tempo inicial do crescimento da espécie humana, o mais longo de todos os seres vivos, num movimento inequívoco de menor tolerância para tudo quanto possa significar a presença do trauma e as suas respetivas consequências no presente e no futuro na vida de cada qual e de relação com

os outros, ajudando qualquer criança a olhar para si e para o mundo em redor, no que John Bowlby (1988) definiu como um saudável padrão de «confiança básica».

2.1.2. A sexualidade na infância

A referenciação psicossocial do tema da sexualidade como algo evolutivo em cada ser humano e tendo as suas raízes na infância é, de igual modo, reportada ao início do século XX, com os trabalhos pioneiros de Sigmund Freud. Foi o seu estudo sobre pessoas adultas cujos sintomas principais se deviam a inibições ou distorções graves das vivências emocionais da sexualidade que levaram progressivamente a que, mais tarde, este conceito fosse encarado não apenas como algo dizendo respeito a uma vivência meramente física de correspondência exclusiva ao instinto básico de reprodução, mas integrasse claramente o desenvolvimento progressivo das suas representações mentais.

Assim, esta área pode e deve ser hoje olhada de forma diversa, integradora do «eu» e do «outro» e, acima de tudo, como ponto altamente positivo no equilíbrio somático e psíquico do ser humano, correspondendo à saudável vivência de áreas do desenvolvimento individual e relacional, e não enquanto tema alheio ao crescimento infantojuvenil ou lido de forma idêntica à dos adultos, exclusivamente valorizado sob o primado da genitalidade. A força pulsional que subjaz à própria sexualidade é imensa e nela reside um dos maiores pilares da própria existência humana, da criação do que também significa o belo, o bom e o justo. Ela é definitivamente a base da existência de um amor próprio e, sobretudo, de um verdadeiro amor ao outro.

De facto, a sexualidade humana corresponde a muito mais do que a algo meramente vivido ou projetado para uma simples função fisiológica ou corporal, semelhante à de outras espécies. Ela implica uma longa e renovada construção mental da imagem do próprio e do outro que, em última instância, conforme descrevia Teresa Ferreira (2001), corresponde ao desejo básico e universal da pessoa de «amar e ser amado», numa noção muito mais vasta em que é obviamente incluída a perceção subjetiva dos sentimentos de cada um, presentes muito para além de uma básica função reprodutiva e de perpetuação da espécie.

Neste longo e complexo trajeto, a forma vivida e vivível da sexualidade enquanto conceito não é igual para os adultos quando comparada com a perspetiva da criança nas suas diferentes etapas de crescimento, nem depois na adolescência, na qual o desenvolvimento físico, pubertário, permite literalmente a rapazes e raparigas atingir um poder reprodutivo. Perante o olhar distorcido do adulto, a criança ou o adolescente pode ser sempre foco de projeções patológicas de perturbações evolutivas da vivência da sexualidade, como acontece em diversas perversões, sendo que por imaturidade física e emocional se torna num alvo fácil e indefeso de ações abusivas, de que as sexuais são exemplo milenar.

No desenvolvimento da sua sexualidade, ficam assim os mais novos dependentes da modelação por múltiplos fatores externos, sejam eles de ordem familiar, social, cultural e até religiosa, que claramente têm evoluído ao longo dos tempos e, tal como em outras áreas, de maneira tanto mais rápida e diversa quanto para mais próximo se olha temporalmente. O mesmo acontece em relação à forma como os adultos os acompanham em atitude de uma saudável presença interativa, enquanto modelos primordiais de relação e que, numa função contentora e organizadora dos mais novos, devem zelar por

evitar presenças de qualidade intrusiva e traumática que, no fundo, estão presentes em situações de abuso.

O desenvolvimento sexual do ser humano é um conceito que evoca outros como os de intimidade e privacidade, livre escolha e consentimento, resultado de um diálogo único entre o corpo e a mente do próprio e a sua representação pessoal, interna, do outro. É evolutivo para o próprio, também em cada tempo psicossocial em que este mesmo se referencia. Por exemplo, anteriormente o conceito em abstrato era ligado a um fim reprodutor, até pela inexistência de meios contraceptivos que permitissem, como hoje, definitivamente dissociar a sexualidade da procriação; e estava assente no casamento entre duas pessoas de sexos diferentes em que a lei patriarcal atribuía ao homem o poder de ditar regras e tornar a mulher sua submissa. Atualmente, assiste-se a uma mudança radical de paradigmas, integrando-se nas sociedades contemporâneas uma ideia mais ampla, diversificada, autónoma e individualizada da sexualidade.

Mas, apesar de todas estas mudanças, persiste o problema do abuso sexual de menores como um tema a que se resiste olhar e compreender melhor, para saber continuar a prevenir e a intervir de forma precoce em diversas áreas afins.

2.1.3. Abuso sexual de crianças: o que é?

O abuso sexual de uma criança define-se como um comportamento pelo qual um adulto, tirando partido da sua superioridade, usa uma criança (ou um adolescente com menos de 18 anos) para obter prazer sexual, estimulação ou gratificação sexual. Pode ocorrer com imposição de contacto físico (carícias, masturbação, sexo oral, vaginal ou anal com penetração), ou através de visão de pornografia, observação de adultos em práticas sexuais, ou pedido de favores sexuais a um adulto (Castro *et al.*, 2018).

Mas, se há unanimidade sobre a dramática existência milenar da situação do abuso sexual de crianças, outrora sentido como aceite em certos contextos, hoje os valores dominantes sobre a infância obrigam a olhá-la de uma outra maneira, não a tolerando e penalizando-a criticamente (do ponto de vista individual, social e, mais recentemente, jurídico). O mesmo consenso existe hoje em torno de factos sobejamente comprovados na literatura, entre os quais destacamos:

Os estudos de prevalência devem ter em conta a definição de abuso sexual de crianças, o contexto psicossocial onde ocorre, a legislação que o enquadra e as modalidades de abuso. Apesar de as diferenças metodológicas entre os estudos terem impacto nos resultados, a investigação tem demonstrado que o problema tem uma escala global e uma dimensão considerável na infância e adolescência em geral.

Só a partir dos anos de 1970 o abuso sexual de crianças passou a ser estudado de modo mais sistemático e foi considerado como maus-tratos, porque até então era frequentemente referido como uma fantasia da própria criança, uma situação impossível de ocorrer numa família, ou pelo menos em algumas delas, ou até em instituições, muito menos se regidas pela própria Igreja. Esta mudança de paradigma deve-se à abertura ao conceito evolutivo de sexualidade, sobretudo nos países ocidentais, aos movimentos em defesa dos direitos das mulheres e, acima de tudo, ao valor traumático dado à situação em si, integrando como possível que também o mesmo acontecesse tendo como vítimas elementos do sexo masculino.

Sabe-se agora que o maior número de abusos sexuais ocorre debaixo de um espaço físico conhecido e comum no dia a dia da criança, a começar pela sua própria casa (na forma intrafamiliar) ou local de residência, incluindo a institucional, e é perpetrado por um adulto que quase sempre lhe era próximo antes, durante e depois do abuso, razão pela qual e, de uma maneira geral, estes factos tendem muito mais facilmente a ser múltiplos, isto é, continuados no tempo e concretizados de forma progressiva no que diz respeito à sucessiva quebra de limites ou barreiras físicas e psicológicas da própria vítima. No caso das instituições religiosas, como acontece no presente estudo, a vulnerabilidade da criança é ampliada por uma crença religiosa e espiritual, compromisso, fidelidade e até medo, em que a pessoa abusadora (a quem a criança foi entregue para educação, amparo ou formação religiosa) tira partido da sua autoridade, aparente impunidade e relação prévia de confiança, utilizando estratégias de sedução e controlo para efetivar tais atos.

O mesmo é descrito em estruturas institucionais, sobretudo as fechadas à interação com o exterior; disso são exemplo os espaços de acolhimento para crianças em risco e também, em casos mais recentes, os de carácter escolar ou desportivo. Nestes últimos, o ambiente tantas vezes competitivo entre as próprias crianças, estimula padrões de relação com adultos (professores, treinadores) em que o receio de não integração ou exclusão conduzem ao risco de dependência em que podem mais facilmente emergir padrões de abuso diverso, incluindo o sexual (Soares, 2022)

Sabe-se também que o abuso sexual ocorre com maior frequência quando a criança é ainda pré-adolescente, quase sempre tem menos de 13 anos e a idade de início situa-se na maioria dos casos entre os 9 e os 10 anos, segundo a maioria dos estudos realizados sobre o tema.

Por questões de diferença de maturidade física, cognitiva e emocional entre um adulto e uma criança, o abuso sexual engloba habitualmente as formas de abuso físico e psicológico, podendo também ser encarado do ponto de vista de «abuso de poder» entre duas pessoas com capacidades de resposta totalmente diferentes, incluindo as de leitura e significado dos factos e da apreciação das consequências futuras que o mesmo acarreta: o adulto sabe, de forma livre, consciente e intencional (com dolo), ao que vai e o que pretende, enquanto a criança é usada como mero objeto (ou parte de objeto) funcional, manipulável, coagível, logo, exposta de forma desprotegida perante os objetivos do abusador.

Face ao abuso sexual, é ainda comum assistir-se a movimentos bastante ambivalentes por parte da sociedade em geral: por um lado, emerge uma posição empática de compaixão e empatia que se reporta à necessidade de proteção das vítimas, a par da zanga, revolta e repulsa pelas eventuais pessoas abusadoras e os seus diversos atos, mas, por outro, põe-se em causa a veracidade do acontecimento, repete-se a fragilidade da verificação da prova do ocorrido, em que não raras vezes o que existe é apenas a voz da criança perante a versão do próprio adulto, que com facilidade omite, nega ou busca proteção junto de grupos de pertença que reforcem o seu estatuto de poder sobre os mais novos e frágeis. Também por isso, é comum a evolução de uma posição inicial, dura e convicta, de «como é possível ter acontecido?» para uma postura posterior, hesitante ou de negação: «será que foi mesmo verdade?».

Por outro lado, sempre que o tema dos abusos diz respeito a estruturas, instituições, grupos profissionais ou outros movimentos de índole corporativa, torna-se fácil a confusão pública entre indivíduos como eventuais autores destes crimes e o grupo em que se inserem, ora com expansão da ideia falsa de ligação do todo (a instituição, por exemplo) com a sua parte (a pessoa), ora com a defesa maciça do todo em relação à mesma parte que sente como sua, não destacável nem passível de ser individualizada.

Este é um risco recorrente que, no caso, alguns sectores da própria Igreja Católica reconhecem sob a forma do que Hans Zollner destaca como o excesso de «clericalismo», em que se assiste a uma defesa intensa e reativa a tudo o que, vindo de fora e sendo até conotado com uma atitude de verdadeira ajuda, é sentido afinal como um julgamento ou um ataque. Nada pior para facilitar a perpetuação transversal (no momento) e longitudinal (ao longo dos anos) de qualquer problema deste tipo ou semelhante.

Por isso, um abuso sexual de crianças é sempre algo que se pode validar não só pelo efeito traumático vivido no plano do acontecimento real, concreto, tal como no domínio da representação mental do mesmo, subjetiva, quer no momento em que ocorre quer ao longo de toda a vida futura da vítima nos seus diversos planos: afetivo, sexual, relacional, escolar, profissional, social.

O seu acontecimento é sempre portador de sofrimento e disrupção múltipla e nunca suscetível do que se poderá denominar clinicamente como «cura»: as suas marcas permanecem, como uma cicatriz de uma ferida grave no corpo, sendo que o que as pode distinguir é a capacidade de cada qual, sozinho ou recorrendo a diversos níveis de suporte (familiar, social, terapêutico), as integrar de forma mais ou menos dolorosa na estruturação da sua personalidade. Dito de outra forma, sofrer um abuso sexual na infância ou adolescência, independentemente de outras características que melhor o podem definir, induz sempre um traço de fratura na linha de vida daquele que o sofreu, cuja marca (por mais indelével que permaneça) perdurará para sempre.

2.1.4. O que se sabe sobre crianças vítimas de abusos sexuais

Quando se pensa na questão específica de crianças vítimas de abuso sexual é também possível estabelecer a presença de alguns padrões comuns a vários estudos, revisões literárias e à própria prática clínica: sexo, idades, tipo de abuso, silenciamento e formas de expressão sintomatológica predominantes são tópicos que se podem referir através do que surge como mais habitual. Contudo, é fundamental ter em conta que, tal como em outras áreas da infância e adolescência, cada caso é um caso e se generalizar ajuda a definir quadros, essa atitude não pode nem deve levar a qualquer *a priori* na análise das situações, desde as aparentemente mais simples a outras de características ainda mais bizarras ou perversas e inesperadas. O que é então frequente nos abusos sexuais de crianças?

Predominam as vítimas do sexo feminino. Mas, há campos específicos em que o grupo de rapazes é maioritário, como nos casos reportados na Igreja em geral. A constatação e a aceitação de rapazes enquanto vítimas é algo de ainda historicamente mais recente e, infelizmente, durante várias décadas erradamente confundida com a questão da homossexualidade, quer dos abusadores quer das vítimas. Sabe-se que a maior parte dos abusadores de crianças são, na sua forma socialmente assumida e ainda

na sua estruturação emocional, heterossexuais, muitos deles tendo relações com adultos de sexo oposto ou sendo pais de crianças.

Por outro lado, a quase totalidade dos homossexuais vive a sua vida emocional e afetiva com pessoas de faixas etárias superiores a 18 anos de idade e orientação idêntica, sem que sequer se constitua esta mesma questão de abuso. Embora esta questão esteja hoje absolutamente clarificada do ponto de vista científico, ela é ainda objeto de vulgar confusão entre vários estratos das sociedades, incluindo em posições que persistem como um dogma dentro da própria Igreja que, por exemplo, nega casamentos entre pessoas do mesmo sexo ou a confissão e a comunhão a quem não tenha assumido orientação heterossexual.

A grande percentagem de abusadores pertence ao sexo masculino. É raro haver mulheres abusadoras, embora a sua existência não deva ser menosprezada, sobretudo em estruturas ou locais fechados, no que diz respeito ao seu funcionamento de grupo ou até de ligação social; como exemplo, pode referir-se colégios internos para crianças só do sexo feminino liderados e organizados exclusivamente por pessoas adultas do mesmo género, ou locais de formação religiosa exclusivos para raparigas ou mulheres.

Os abusos são habitualmente continuados, isto é, só numa menor percentagem de casos é que têm lugar de forma isolada. Uma vez que o abusador é, comumente, pessoa próxima e tem ligação afetiva com a criança, então existe uma aproximação progressiva que conduz a formas de abuso mantidas no tempo e cada vez mais intensas na sua qualidade, uma vez que há barreiras físicas e psicológicas que se vão sucessivamente rompendo ao longo das situações.

O que pode começar por ser uma aproximação verbal e de toques físicos exteriores em zonas erógenas, evolui com facilidade para formas de abuso mais intrusivas, envolvendo exposição e manipulação clara (unívoca ou mútua) de órgãos genitais até à possibilidade última de penetração oral, vaginal ou anal.

Sobre esta questão, as próprias crianças são muito explícitas a referir, ainda que por vezes só anos mais tarde, a forma intrusiva e por isso mesmo traumática como sentiram estas formas de abuso que se distinguem perfeitamente de manifestações de afeto ou até de maior envolvimento físico e emocional de proximidade, como pode ser comum em algumas culturas, de que a latina não é mesmo exceção. Mal seria, aliás, se uma fosse objeto de confusão com outra, e aquilo que são tantas vezes normais movimentos físicos e sentimentais de proximidade, companheirismo, felicidade e partilha, viessem a ser interpretados e censurados como hipotéticas formas de abuso, quando verdadeiramente não o são e, como é totalmente explícito na clínica, nunca os mais novos o valorizam geralmente como tal.

As situações de acontecimento único são mais frequentes quanto maior é o prévio distanciamento relacional entre abusador e vítima, bem como em crianças mais velhas que por si mesmas têm maior capacidade de referenciação e comunicação com adultos próximos, incluindo os seus familiares mais chegados. As situações em que o abusador surpreende a criança em ato único e inesperado são de mais fácil gestão emocional para a vítima; de facto, torna-se possível que ela projete num outro, desconhecido, a causa e a culpa da situação traumática em si, longe de teias de relação afetivas em que o abusador é figura presente no seu espaço relacional, como acontece nos casos mais comuns.

Todos os estudos de abuso sexual de crianças revelam ainda um outro dado importante: os dados que vêm a ser conhecidos expressam sempre uma pequena parte da realidade existente, no que vários autores descrevem como «efeito *iceberg*». De facto, a parte emergente, visível destas enormes massas de gelo constitui apenas uma pequena percentagem da totalidade do seu volume, que se mantém abaixo da superfície da água. Os números são variáveis, mas nas situações de abuso sexual de crianças estima-se que a parte conhecida do fenómeno seja apenas 20 a 30% da totalidade do ocorrido, sendo que a restante permaneça, por vários fatores descritos, como omissa ou desconhecida no momento vivido e, de igual modo, ao longo do tempo.

2.1.5. O perfil psicológico da pessoa abusadora

Um dos aspetos mais complexos do tema dos abusos sexuais de menores tem desde logo que ver com as descrições científicas sobre o perfil psicológico da própria pessoa abusadora, tantas vezes «adaptada» do ponto de vista familiar, social ou profissional, simultaneamente capaz de produzir semelhantes atos e, de forma habitual, de os repetir sobre o mesmo ou outros de forma que muitos consideram apenas controlável, mas nunca verdadeiramente curável.

Mas uma das explicações comuns para esta aparente ambivalência reside no facto de a maioria dos abusadores serem adultos com uma perturbação grave de personalidade, com partes do seu funcionamento não integradas num todo coerente e harmónico. Ou seja, um número significativo destas pessoas apresenta o que se designa por patologia limite ou «*border-line*» da personalidade, sendo que esta se organiza de forma clivada, em cujas diversas facetas podem não só coexistir, como apenas manifestarem-se em contextos específicos. Disso são exemplo personalidades narcísicas, perversas, que contêm em si partes não integradas do seu próprio eu, como Melanie Klein descreveu há quase um século, e outros autores como Otto Kernberg reportaram como possibilitando o facto de, nestes casos, o mesmo adulto ser uma e diversas pessoas conforme certas condições.

Por isso, os abusadores são pessoas que costumam revelar características essencialmente autocentradas com traços de facilidade de relação, mas também de sedução e fácil manipulação do outro. Quando frustradas ou impedidas de prosseguir neste modelo de relação, incluindo mais tarde pela própria vítima, podem reagir de forma fortemente retaliatória e até destrutiva do outro, que pretendem continuar a controlar, subjugar e maltratar ao sabor dos seus próprios impulsos.

Claro que existem outros fatores desencadeantes ou potenciadores da estrutura de funcionamento psíquico de uma pessoa abusadora, entre os quais os mais comuns são o alcoolismo, o consumo e dependência de drogas, a integração em meios sociofamiliares promíscuos, os défices intelectuais ou cognitivos com mau controle dos impulsos em geral e dos sexuais em particular e ainda a possibilidade de uma história anterior de abuso sexual na própria infância, tal como todas as situações que, de certo modo, possam condicionar a vivência da área da sexualidade plenamente integrada numa vida afetiva e de relação saudável com o próprio (na sua dualidade mente/corpo) e, sobretudo, com o outro.

Mas há também muitas pessoas abusadoras com um nível elevado do seu funcionamento intelectual e cognitivo, com estruturas altamente narcisistas, ou seja, centradas em si mesmas: de verdade, a criança nunca é investida enquanto um ser amado

no seu todo, nem sequer como um todo. É apenas utilizada como mero objeto ao serviço do impulso de outrem, a quem serve apenas como parte de algo: um lado físico para que se olha e patologicamente se investe (e, por vezes, também numa área restrita como a genital) sem nunca ter em conta a respetiva correspondência emocional do outro.

São raras as situações em que uma criança é sexualmente abusada por um elemento que é totalmente estranho ao seu próprio mundo relacional. A regra diz respeito a contextos em que a mesma é conhecedora do adulto antes, durante e depois da situação. São os casos em que a vítima está claramente referenciada a essa pessoa, com quem mantém contacto regular, por vezes até diário, com ela habitando ou convivendo debaixo dos mesmos tetos, existindo relações emocionais e afetivas significativas, incluindo familiares, de amizade próxima, de vinculação, fidelidade e até de submissão socialmente hierárquica, como pode acontecer nas situações reportadas a membros da Igreja.

Dentro de tal perfil, não é raro estas pessoas terem ainda um ascendente emocional dinâmico, sedutor (e, por isso mesmo, manipulador) do outro, que as leva a serem olhadas por muitos apenas por esse lado clivado da sua personalidade, logo, descritas como próximas, prestáveis, disponíveis, embora com facilidade aconteça a possível eclosão de outras facetas opostas: a impulsividade, a dificuldade perante a frustração ou a contrariedade (a própria negação da criança perante a repetição dos mesmos atos), os comportamentos persecutórios e destrutivos do outro sempre que este lhe escapa perante a mera satisfação do seu impulso.

Por isso se diz que uma pessoa abusadora nunca ama a criança que abusa, mesmo que essa noção possa ter contornos confusos para a vítima em determinadas idades e circunstâncias: como integrar a imagem de um adulto próximo (por vezes, até um familiar) que é carinhoso, dá prendas, leva a passear, diverte e depois abusa, ou de um outro adulto em quem até os próprios pais confiam plenamente e não se interrogam, apontado como alguém moralmente íntegro e adequado no contacto e na relação social (um padre, um treinador desportivo, por exemplo), mas que depois quebra limites físicos e emocionais de forma impensável e não integrável por quem os sofre?

Da mesma maneira, é extremamente difícil que, qualquer que seja a situação de abuso em causa, o abusador a consiga assumir enquanto seu autor, logo, culpado dos atos por si cometidos. A clivagem mantém-se, num modelo de resposta que Donald Winnicott (1990) descrevia como «falso-self» ou, mais tarde outros autores referiram como «personalidades *as if*», e a ela acrescem defesas como a denegação ou a projeção patológica: em termos simples, um abusador dirá sempre que não aconteceu, que se aconteceu não foi com ele, ou se dizem que foi com ele então é porque alguém (a vítima ou outros) o querem simplesmente perseguir e prejudicar em diferentes áreas, quase sempre a pessoal e a profissional. São assim capazes de, na ausência de um olhar técnico e tantas vezes pericial, enganar facilmente o observador, vitimizandose, fazendo então valer a sua palavra contra a do outro, sempre mais frágil e desprotegido: a criança vítima.

Assim sendo e por último, nunca é de esperar que um abusador, incapaz de se reconhecer como autor dos seus próprios crimes, seja muito menos capaz de ter qualquer tipo de atitude que, não incluindo a noção de culpa, possa permitir um gesto de reparação para com o outro: reconhecimento do que aconteceu, pedido de desculpa, entre outros possíveis.

Fechando este tema, surge ainda mais uma pergunta habitual: é expectável que os abusadores tenham sido, eles próprios, crianças abusadas de maneira idêntica e, por isso mesmo, meros agentes do sofrimento que um dia sentiram de maneira idêntica? Na realidade, a existência de um mecanismo de defesa como a «identificação ao agressor» pode facilitar esse processo em que a criança repete mais tarde, na posição adulta e de abusador, o que sofreu anteriormente enquanto vítima.

Contudo, no caso dos abusos sexuais de crianças, muitos estudos referem a ausência deste padrão naqueles que os cometem, exceto em casos como em certas realidades vividas na Igreja, quando o mesmo corresponde ainda a modelos de relação hierárquicos (de poder), presentes em estruturas demasiado fechadas em si, em que o próprio abuso poderia corresponder a um ritual patológico de iniciação ou de integração no grupo, como, por exemplo, a existente num seminário.

Em resumo, pode referir-se que a literatura científica em geral é escassa sobre as características psicossociais dos abusadores que, como em outras circunstâncias da psicopatologia, não são nunca homogêneas ou mesmo patognomónicas. Podem ser pessoas de todos os níveis sociais, em regra bem inseridos nas suas respectivas comunidades, embora com predomínio do sexo masculino e grande variabilidade de idades. Insinua-se com facilidade junto das crianças e nas suas famílias, não raramente fazem parte delas, ou ocupam lugares proeminentes em organizações infantojuvenis. Muitas vezes prestam relevantes serviços às famílias ou às estruturas onde abundam crianças, numa fase anterior ao ato abusivo (por exemplo, clubes desportivos ou atividades comunitárias com jovens).

No contexto da Igreja, podem pedir a colaboração de crianças para cerimónias religiosas, sentidas como naturais dentro desse contexto, mas sobretudo, até de reforço narcísico das crianças ou, em outros casos, ter com elas um discurso de grande sedução, idealização e suposto investimento e progressão em diferentes áreas, incluindo a religiosa.

Durante muito tempo considerou-se que, em grande percentagem, os abusadores tinham sido eles próprios vítimas de abuso sexual na infância, mas investigações mais recentes estão longe de confirmar esta necessária transmissão intergeracional. No entanto, pode-se afirmar ser relativamente comum o facto de os abusadores terem observado ou sido vítimas de abuso sexual na infância (Clayton, 2018), ou outras formas de abuso e maus-tratos intrafamiliares.

É importante compreender, no que diz respeito aos abusadores, quais serão outras condicionantes que podem estar na base do abuso sexual de crianças:

- Existe uma motivação prévia para a interação sexual com uma criança. Esta interação satisfaz uma importante e patológica necessidade emocional, relacionada com perturbação do desenvolvimento emocional do abusador, necessidade de controlo e influências socioculturais a defender, já que existe ainda uma certa ideia de masculinidade que exige domínio e poder nos relacionamentos sexuais. No caso de o abusador ter sido ele próprio vítima, pode existir identificação com o agressor. Existe também um «alerta sexual» perante a criança, por experiências na infância do agressor ou por exposição prévia a pornografia. As alternativas de gratificação sexual não estão tão disponíveis ou não preenchem lacunas de desenvolvimento.

E existem fatores:

- Que impedem ou diminuem a inibição interna. Incluem situações de alcoolismo, perturbação psicótica ou *border-line* da personalidade, perturbação do controlo dos impulsos ou experiências familiares relacionais que não reforçaram a noção de regras, limites, a perceção do impacto dos atos no outro.
- Que ultrapassam os inibidores externos. Dizem respeito às circunstâncias em que a vítima está mais acessível diante do impulso maligno da pessoa abusadora, por exemplo quando outro familiar ou figura cuidadora não estão presentes, à noite em acampamentos sem supervisão de outros, num confessionário ou espaços fechados, por exemplo, etc.
- Que reduzem a capacidade de resistência da criança vítima. Tal pode existir quando a criança está emocionalmente insegura ou sem apoio emocional significativo, como em rapazes ou raparigas inibidos, com estruturas depressivas do seu funcionamento psíquico, sem figuras familiares de relevo (ausência física ou emocional de progenitores), que não foram informadas em idade adequada da existência e dos contornos dos abusos sexuais ou quando têm uma relação de extrema confiança com o abusador, circunstância que ocorre na maior parte dos casos, quer por ascendente deste quer por fragilidade da mesma (Bancroft, 2009).

O método mais eficaz de desencorajar as agressões sexuais é a ameaça de sanção legal (Bancroft, 2009), pelo que se deve proporcionar às vítimas diversos contextos em que possam fazer o seu testemunho e revelação que, contudo, são quase sempre muito raros de acontecer. À justiça exige-se investigação rápida e decisão célere, dado o sofrimento das vítimas e a possibilidade de o agressor repetir o seu crime.

As intervenções terapêuticas junto dos agressores sexuais vão desde a redução do desejo sexual por hormonoterapia ou terapêutica farmacológica até tratamentos psicológicos (psicoterapêuticos) intensivos e continuados.

2.1.6. As crianças abusadas: porque não falam do que sofreram?

Este é um tema essencial para quem se debruça sobre este assunto que, desde logo, levanta várias questões do mundo emocional das crianças vítimas:

Porque não falam do que sofreram? Quando o fazem, como e a quem o revelam? Qual a atitude predominante de quem os ouve? Que imaginam como reação do outro e quais os sentimentos predominantes que se erguem e, indiretamente, perpetuam o seu silêncio e o aparente triunfo e impunidade do agressor?

Talvez se possa começar por referir a noção de «trauma», descrita por Sándor Ferenczi há quase cem anos (Fergusson, A., & Gutiérrez-Peláez, 2022), bem como o conceito associado de «sideração psíquica», ligado a um estado físico e emocional traduzido numa total incapacidade de reagir perante um acontecimento inesperado, intenso, incapaz de ser gerido por quem o sofre, ultrapassando assim qualquer capacidade de defesa, logo, capaz de deixar marca em quem o sofre, não só no momento vivido como, se não entendido e posteriormente integrado dentro do sofrimento que causou, para o resto da vida. Implica assim graves consequências possíveis de acontecer

em qualquer área do bem-estar humano: individual, relacional (incluído na forma afetiva e sexual), profissional, social.

Este é um dos primeiros pontos que condiciona o facto de, por longos períodos, estas situações permanecerem interiormente como partes vividas como externas ao próprio eu, no que Barbara Dockar-Drysdale (1991) descreveu como «estados de não integração psíquica», aliás também característicos de outros tipos de abuso de crianças. Zonas negras do funcionamento psíquico que permanecem como partes dolorosas e inacessíveis ao próprio, que não as deseja reconhecer como suas, e ao outro que as tenta tocar no sentido de minimizar o sofrimento que elas causam. Partes também elas clivadas, que se fecham em si mesmas e resistem a uma hipótese futura de apoio, incluindo o terapêutico: é o que Rolene Szur (2016) denomina como «dupla privação», referindo-se ao muro defensivo que se ergue sobre a própria experiência traumática e impede a ajuda que é necessária para a minorar.

Para muitos, existe ainda a confusão de uma situação de abuso com atos de proximidade física, interpretados até como forma de amor ao outro, obviamente falsa, mas podendo ser sentidas desse modo ilusório pela criança, sobretudo quanto mais nova e/ou mais desprotegida de boas experiências emocionais precoces. É justamente o caso daqueles que viveram infâncias ou adolescências mais desamparadas, em que a ausência de presença e afeto predominou (por exemplo, falta de figuras familiares de referência), tal como a possibilidade de presenças de qualidade distorcida (nas situações em que o que foi anteriormente vivido já era também marcado pelo próprio abuso, incluindo do ponto de vista sexual).

Mas não, nunca o abuso corresponde a um ato de amor e proteção da criança, mesmo que ela o possa confundir como tal e ainda que perante circunstâncias externas que ampliem essa ilusão: promessa de recompensas financeiras, vivência de momentos ou experiências nunca anteriormente proporcionados, disponibilidade para apoiar outros familiares, sobretudo em situação de maior fragilidade. O mesmo acontece no que diz respeito a sensações físicas ou respostas fisiológicas sentidas ou vividas pela criança durante o momento do abuso, como ereção, orgasmo, ejaculação; nenhuma corresponde a mais do que a uma simples resposta somática, não mentalizada naquele momento específico, muito menos no futuro. Contudo, as mesmas crescem de igual modo à sensação de confusão e ambivalência que é normal nas vivências intrapsíquicas da criança abusada.

Outra zona de perguntas habituais compreende todas aquelas que dizem respeito à compreensão da gama de respostas emocionais possíveis das crianças vítimas de abuso sexual. De novo, cada situação tem de ser enquadrada dentro do seu contexto, destacando-se a idade da vítima, estrutura prévia de desenvolvimento (pontos fortes e fragilidades), qualidade do meio familiar ou outro de referência e vinculação primordial, tipo de abuso e padrão do abusador, presença (ou não) de outras «âncoras psíquicas», na designação de James Garbarino (2000), traduzidas pela possibilidade de existência de outros pontos de suporte, referência e apoio psicossocial do seu quotidiano individual. Não existe, assim, algo de patognomónico da situação de abuso sexual de crianças, ou seja, não existem sinais ou sintomas que por si só caracterizem a situação, exceto algumas marcas físicas que o podem evidenciar (e, mesmo essas, podem não existir em avaliações médico-legais posteriores), o que torna o abuso um quadro de difícil deteção clínica, perturbando desse modo os modelos de intervenção terapêutica precoce.

Contudo, é possível estabelecer pontos habitualmente característicos de diversas situações a que é importante saber estar atento. As crianças menores de 5 a 6 anos raramente verbalizam o sucedido, pois têm por si só dificuldade em nomear o que esteve em causa e ainda porque há áreas do seu desenvolvimento, incluindo a linguagem ou as noções de espaço e tempo, que estão em fase de consolidação. Facilmente podem mimetizar o que lhes aconteceu, agindo de forma comportamental explícita sobre outros de idades próximas, ora na mesma posição de vítimas, ora tomando o lugar do abusador. Sem representação mental da sexualidade da forma que é posteriormente interpretada pelos adolescentes ou pelos adultos, são quase sempre bastante transparentes no que transmitem, mesmo quando de forma quase inesperada ou até chocante para o adulto utilizam vocabulário que, não lhes sendo comum, só confirma a situação a que estiveram expostos. Podem ainda estar presentes diversas queixas comportamentais extremas, como a agitação ou a inibição excessiva, as alterações alimentares ou de sono, a procura de maior proteção junto dos que conhece e evitamento de outros, incluindo a pessoa abusadora, com clara oscilação pós-traumática: ou seja, quem melhor as conhece sente de forma súbita estas alterações, como se de facto tivesse existido uma mudança nítida entre um antes e um depois da situação de abuso.

Nas idades até à entrada na puberdade e adolescência já existe uma noção diferente do corpo bem como dos seus naturais limites, pessoais e relacionais. Noções como as de intimidade e de privacidade desenvolvem-se, o reconhecimento e a expectativa no contacto físico com os outros define-se melhor, a intencionalidade implícita em atos conectados como sexualmente explícitos começa a ser perceptível para a criança que lhes começa a dar conotações ligadas com diversos sentimentos.

Por isso, é comum que não só sejam estas as idades mais reportadas em diversos estudos sobre abuso sexual de crianças, como ainda uma daquelas em que estas se encontram em posição de frágil defesa perante os acontecimentos, a que não raramente associam noções de medo, vergonha e culpa tão fortes que podem mesmo funcionar como os maiores desencadeantes do silenciamento dos mesmos, sobretudo se praticados por pessoas que fazem parte da esfera do seu mundo relacional, juntando-se assim uma sensação estranha de dualidade que favorece a condição de estranheza sobre o sucedido, agravada ainda quando o abusador descreve estes mesmos atos de diversas formas que, sendo incongruentes, a criança aceita com facilidade, normalizando.

Também porque em muitos casos podem existir forças de coação externa que ajudam a perpetuar este silêncio, como no caso de ameaças diversas feitas por parte do abusador em relação à criança ou a outros de quem ela gosta ou se sente próxima. Mais tarde, é habitual que muitas vítimas afirmem, com culpabilidade, que poderiam ter reagido de outra maneira, numa eventual melhor defesa física e até emocional. Mas, neste campo, sabe-se da desvantagem existente entre adultos e crianças, sendo que a estas não resta muito mais do que tudo o que representa a sua fragilidade.

A forma como o abuso sexual é prioritariamente expresso nestas idades é ainda, e de novo, o silêncio, na forma descrita por Joan Symington (2018) por «dor encarcerada» ou «aprisionada». Mas o conflito e o sofrimento dão sempre alguns sinais ou sintomas, mesmo que nem sempre valorizados pelo próprio ou por todos quantos melhor conhecem aquela criança. As queixas somáticas são habituais, por muito inespecíficas que sejam, como as dores de cabeça ou abdominais, tais como a forma como alimentação e sono, enquanto funções básicas, podem aparecer alteradas, sendo o mais

comum a insónia inicial com necessidade de referenciação aos adultos cuidadores, e a quebra de apetite ou o seu aumento indiscriminado e compensador. As alterações do comportamento são também comuns e de aparecimento pós-traumático, como a agitação e instabilidade psicomotora, agressividade ou inibição de relação geral ou peculiar, como, por exemplo, em relação a figuras que no todo ou em parte representem simbolicamente a figura do agressor. A recusa de deslocação ou de frequência de local anteriormente conhecido e, para o adulto, sem explicação aparente, pode surgir como evitamento de nova exposição traumática.

Nestas idades, muitos autores destacam a importância do tipo de estrutura de funcionamento psíquico prévio à situação do abuso, bem como a diferença que pode fazer na capacidade da criança se defender melhor consoante a qualidade das relações familiares ou outros recursos disponíveis e ao seu alcance. Por exemplo, é útil compreender que são de maior risco as crianças com frágil imagem de si, emocionalmente inseguras, com desejo de agradar e corresponder ao outro, destituídas de uma boa capacidade de afirmação pessoal (por inibição emocional ou atraso cognitivo), ávidas de contacto e relacionamento, tantas vezes indistinto, com um outro que mesmo ilusoriamente as acolha e valorize, como acontece em muitas que estão institucionalizadas, naquelas que têm percursos de vida marcados por perdas significativas ou que crescem em ambientes desestruturados e eles próprios traumáticos.

Surge depois a adolescência, em que as transformações físicas da puberdade conferem às raparigas e rapazes a capacidade reprodutora, mas, acima de tudo, uma vivência da sexualidade sob o primado da sua parte genital, ou seja, num modelo já idêntico ao do adulto, exceto na maturidade emocional para a viver de forma livre e consciente que ainda se encontra em desenvolvimento. Na grande parte dos estudos sobre abuso sexual de crianças, a entrada na adolescência costuma ditar uma diminuição abrupta dos casos referenciados; contudo, existem muitas situações em que a pessoa abusadora procura inequivocamente esta faixa etária, justamente porque vê nela as tais características de desenvolvimento corporal aproximadas às do adulto, sabendo que mesmo aí pode continuar a contar com a sua supremacia emocional sobre os mais novos, logo, com uma maior capacidade de seduzir, manipular e controlar.

De qualquer maneira, a adolescência é também uma fase característica para que, muitos que foram abusados em idades anteriores, consigam finalmente ter uma leitura mais definida (nomeável e psiquicamente representável no seu significado, causas e consequências) daquilo por que passaram. Se não foi possível que verbalizassem antes o que aconteceu, ou mesmo se disso deram sinais ou sintomas anteriores cuja leitura não foi valorizada, então nessas idades é comum haver uma capacidade nova e mais forte de falar, exprimindo claramente o sucedido ou, em número significativo de situações, expressar de forma mais grave os factos de que foram vítimas.

É dentro desta possibilidade que podem eclodir queixas psicopatológicas, claramente pós-traumáticas, como as perturbações de relação e comunicação com o outro em que predomina o medo de não ser aceite ou integrado no grupo, as queixas de comportamento alimentar como forma de ataque ao corpo, as autoagressões como sinal de descarga de um sofrimento emocional que é vivido como insuportável (sem possibilidade imaginável de ajuda ou esperança), a desregulação da vivência da própria sexualidade (com inibição extrema ou um agir compulsivo da mesma), o consumo de substâncias aditivas enquanto forma compensatória de controlo de estados emocionais de que se destacam os de

fundo depressivo e ansioso, tal como os de franca desorganização psíquica, incluindo perturbações da linha «border-line» ou mesmo psicótica.

Muitas vezes, é ainda na adolescência que a vítima pode passar a reproduzir o que lhe sucedeu, agora no papel oposto, de abusador. Controlar o impacto traumático sofrido através da reprodução da situação é, infelizmente, uma evolução psicopatológica possível, facto tanto mais comum quanto o abuso decorre em espaços ou estruturas fechadas, muitas vezes dominadas por uma hierarquia de poder abusivo, em que os mais velhos sujeitam os mais novos àquilo a que foram sujeitos no passado, como foi comum na estrutura da própria Igreja.

2.1.7. O sentimento de culpa

Um fator fundamental a esclarecer é a noção de culpa que quase sempre é vivida pela pessoa errada: a vítima. Numa percentagem altíssima de casos, as crianças sentem, mesmo mais tarde em adultas, que, pelo menos em parte, o acontecimento poderia ter sido por elas evitado, por vezes até num nível de pensamento mágico, impossível perante a realidade que viveram. Culpabilizam-se por se sentirem como «escolhidas», por acharem que «atraíram» ou seduziram a pessoa abusadora, que não se defenderam suficientemente bem, pois poderiam ter reagido física ou emocionalmente de maneira diferente, que poderiam ter logo verbalizado o sucedido ou entendido o que estava implícito em acontecimentos aos quais só conseguiram dar um efetivo entendimento anos depois.

Importa também esclarecer que, mesmo revelando outras facetas positivas na relação com a vítima, verdadeiramente o abusador não as amava, não as protegia e, acima de tudo, as usou e quase sempre impôs de forma implícita ou explícita o seu poder (físico, emocional, hierárquico, económico, social, entre tantos outros) sobre a criança, deixando-a cativa de uma relação patológica que, como é habitual, esta sentiu como não tendo saída possível. Acrescentando ainda que, como é comum, o que lhe aconteceu na vivência distorcida e patológica com aquela pessoa, de certeza outros viveram também e muito possivelmente em circunstâncias similares ao por ela revelado; ou seja, é importante que a vítima saiba que não está só, que este problema não lhe diz, infelizmente, respeito apenas a si. A quebra de sentimento de solidão, facilmente associado ao estigma da não integração ou mesmo da exclusão social, é fundamental na evolução psíquica daqueles que passaram por abusos sexuais na infância.

Neste contexto, é de igual modo fundamental esclarecer que a revelação posterior do abuso nem sempre provoca ou amplia sentimentos negativos de rejeição e até de humilhação por parte do outro. Isto é, que a maior parte das pessoas a quem a vítima ousar revelar (embora seja útil protegê-la no sentido de não sentir necessidade de o fazer indistintamente) irá ter para com ela uma atitude empática, de suporte e apoio face ao sucedido, de sintonia afetiva para com a intensidade do seu sofrimento que muitos nem conseguem sequer imaginar neles próprios, reforçando até a coragem que cada qual teve de dar voz ao seu silêncio, bem como a ampla disponibilidade de presença e acompanhamento não só no presente, mas diante do futuro.

Viver livre, no presente, de um passado traumático, saber que ele existiu, conseguir lidar com esse acontecimento, dar-lhe o enquadramento verdadeiro que reforça sempre a segurança de não repetição do mesmo, evitar a sensação de medo e

vergonha perante o outro que pode ser verdadeiramente compreensivo sobre o que aconteceu no passado, projetar-se no futuro de uma forma positiva, permitindo-se vencer imagens traumáticas ligando-se agora a vivência de boa qualidade emocional, num movimento de reforço da sua capacidade psíquica. Eis alguns tópicos para a ajuda de quem revela episódios anteriores de abuso sexual decorridos na infância.

Muitos adultos vítimas de abuso sexual em crianças não esperam atualmente uma reparação jurídica dos crimes que sofreram. Os processos judiciais são longos, pedem a produção de prova que nem sempre é fácil, muito menos quando sobre o ocorrido passaram anos e em que o que é vulgar acontecer é o confronto de uma voz contra outra, a da pessoa ofendida *versus* a do agressor. Mas, ainda que em fantasia, há sempre algo que quem foi vítima de abuso sexual na infância espera do seu agressor: o reconhecimento do sucedido e o pedido de perdão associado que, não apagando o registo psíquico do trauma, pode sempre ajudar a minimizá-lo no sentido de uma reparação moral da vítima.

Mas, sobre este ponto, sabemos como isso é bem raro de acontecer, por razões já expostas: faz parte do perfil psicopatológico de quem comete este tipo de crime ser incapaz de reconhecer a sua autoria, o impacto que teve no outro, a necessidade de reparação emocional de quem o sofreu. Daí que a maior parte das vítimas, mesmo como adultos, permaneça na ilusão de ser possível não integrar na mesma pessoa estas facetas opostas: enquanto ela mesma (pessoa com facetas que podem ter sido importantes para a vítima) e enquanto abusadora.

2.1.8. Como e a quem comunica a criança o abuso?

Outra questão que se coloca, sobretudo a partir do momento em que a criança ou o adolescente toma consciência efetiva daquilo por que passou, diz respeito a um nível de conflito intrapsíquico que é comum acontecer: a quem comunicar o abuso? Como vai reagir essa pessoa? Acredita, culpabiliza, ignora ou reforça o silêncio? Que mandado surge por parte do adulto que ouve? E, nos casos em que o adulto recebe como válida a situação, como procede face à vítima? É habitual existirem muitos casos que dão lugar a queixas-crime? E daí, que é possível esperar da resposta jurídica existente? Existem muitas condenações dos abusadores? Reconhecem estes os factos e são capazes de algum movimento de reparação face às vítimas?

Começando pelo último ponto: os abusadores apresentam, por norma, uma psicopatologia própria que quase nunca lhes permite reconhecerem-se como culpados. Se confrontados com qualquer suspeição, respondem tipicamente através de defesas comuns, como a negação, a clivagem e a projecção, que numa linguagem comum podem ser traduzidas da seguinte forma: não aconteceu, se ocorreu não foi comigo, ou se sou apontado como abusador, então é porque alguém quer o meu mal, está a perseguir-me, a agir por inveja ou maldade, entre outras hipóteses possíveis. Como estas são áreas de «não integração psíquica», o próprio não as consegue aceitar como sendo efetivamente suas, logo, a possibilidade de assumir a culpa e, posteriormente, ter uma atitude de reparação (incluindo um pedido de desculpas) torna-se algo impossível.

Só em alguns casos, em que existe uma condenação jurídica, é que alguns abusadores aceitam a sua posição de autores do crime, mas quase sempre pelo facto de o mesmo poder implicar uma redução de pena efetiva e quase nunca por uma posição

convicta daquilo de que foram causadores. Aliás, a grande maioria daqueles que cumprem até pena de prisão continua vulgarmente até ao final a negar os factos que lhe foram imputados. É também por isso que a grande maioria das pessoas abusadoras tende a prosseguir no tipo de crimes em que se iniciou, já que estes traços de personalidade não são reconhecidos como patológicos pelo mesmo: a necessidade de ajuda, partindo do princípio de que algo está mal e pode ou deve ser objeto de intervenção terapêutica, é negada e a atividade tende a perpetuar-se, mesmo que transitoriamente adormecida ou aliviada em certos momentos em que possa existir um maior controlo externo.

Por isso mesmo, nos raros casos em que as situações apontadas dão origem a queixa-crime, a prova em tribunal é extremamente difícil de ser produzida. Na maior parte dos casos, depara-se com a versão da criança contra a palavra do abusador, pois nem todas as formas de abuso implicam agressão física e, mesmo quando esta existe, as suas marcas são quase sempre objeto de perícia tardia, pelo que os seus sinais efetivos são igualmente raros de encontrar. No depoimento da criança é ainda comum poderem-se encontrar diversos pontos de fragilidade que, embora em nada o desvirtuem, são facilmente utilizados como argumento de pouca credibilidade dos factos: por exemplo, os mais novos podem ter dificuldade em referenciar-se corretamente do ponto de vista espaciotemporal, sendo raro que as suas narrativas possam ser idênticas desde o primeiro até ao último momento.

Mesmo quando revela as circunstâncias de que foi vítima, a criança nem sempre descreve tudo desde o início; o mais comum é que vá referindo, a pouco e pouco, cada vez mais detalhes do que lhe aconteceu, existindo sempre áreas que podem até ser omissas ou pouco claras, pois não se pode esquecer que o próprio acontecimento traumático tende com frequência a ser objeto de recalcamento, instalando-se uma natural nebulosa sobre a verdade factual do abuso. Acresce ainda que, em capacidade narrativa, de linguagem e, sobretudo, de capacidade argumentativa e manipulatória, os adultos são muito mais hábeis a construir defesas conscientes que passam pela omissão e distorção de detalhes concretos, descredibilizando assim a já frágil posição da vítima. Por tudo isto, podemos olhar para os números respeitantes a situações de abusos sexuais de crianças como se observa a imagem de uma pirâmide: na base, todos os casos eventualmente ocorridos e, no topo, aqueles que foram passíveis de queixa, depois de processo-crime e, por último, os que resultaram em condenação efetiva do seu autor.

Voltando a um ponto anterior, pode perguntar-se com justa dúvida: a quem revela habitualmente a criança este tipo de factos? Quais os seus receios comuns e que tipo de reação pode ainda esperar, na sua fantasia ou na realidade, do adulto a quem comunica? Porque cala com tanta frequência, mesmo quando sobre o que aconteceu já tem ideia consciente, contribuindo assim para o que a literatura descreve como um «fenómeno de *iceberg*», em que apenas 20 a 30% dos casos que acontecem emergem à tona da água e se tornam revelados?

O habitual nos casos de abuso sexual é que a criança não os verbalize durante muito tempo, às vezes até nunca ao longo da sua vida maturativa. Embora cada vez mais exista uma consciencialização precoce do corpo, dos limites pessoais e direito à privacidade e intimidade, tal como são abordados em espaço escolar temas da sexualidade em geral, a verdade é que quanto mais recuamos no tempo histórico mais perceptível é a ideia de que este era e ainda é um assunto pouco aceite ou resolvido pela sociedade em geral, incluindo dentro das próprias dinâmicas familiares. De verdade, o

primeiro impedimento à verbalização do ocorrido é devido ao próprio silenciamento que a criança impõe a si própria: sozinha, por forças de coação interna movidas por sentimentos injustos de vergonha, medo e culpa, ou também por forças externas em que pode ser coagida a não falar, como nos casos em que sobre ela e/ou familiares próximos pende uma ameaça verbal ou física.

É, por isso mesmo, comum que mesmo quando se sente apta a narrar os factos de que foi vítima, a criança se questione internamente sobre qual vai ser a resposta possível dos que lhe são mais próximos ou queridos. Sobre isso, predomina uma questão central na fantasia infantil: o medo de perda de amor do outro sobre si, expresso no receio de não aceitação, rejeição ou ainda na hipótese de sentir que vai magoar terceiros, ainda mais do que a si mesmo. Mas, quando finalmente ousa transmitir o seu sofrimento, é comum que a criança escolha de forma consciente ou não aquele que sente como próximo, neutro, com eventual capacidade de a ouvir e, sem ampliar angústias, possa continuar a seu lado. Neste ponto, reside a chave de minimização dos efeitos traumáticos do abuso sofrido anteriormente: qual a reação de quem ouve e passa a ter conhecimento do sucedido? Acredita? Como atua e responde a partir de então, isto é, protege verdadeiramente a criança e ajuda-a, ou confirma e amplia os seus receios?

A evolução social das últimas décadas tem evidenciado cada vez mais disponibilidade interior dos adultos para saberem valorizar a palavra da criança. Por muito que o tema seja difícil de aceitar, ele existe e pode dizer respeito a qualquer um, de forma transversal e em todo o tipo de famílias, meios sociais ou económicos. Ouvir e acolher a criança é sempre o mais importante, sem que nesse momento sejam exercidos prévios juízos de valor sobre o que pode ter acontecido na realidade: é importante distinguir logo entre uma verdade narrativa e descritiva de cada vítima e a verdade factual que ela encerra e de que, mais tarde, se pode ter de vir a fazer prova, inclusivamente jurídica.

Mas se olharmos para há algumas décadas, temporalmente não muito afastadas, compreende-se que o ónus do negativo ficava com facilidade na criança e não no abusador. Para muitos adultos, assumir a situação de vítima de um filho ou de um menor à sua guarda (como, por exemplo, numa instituição) dizia respeito a uma realidade que, por diversos fatores, se desejava evitar. Nas situações referentes a membros da Igreja, sabe-se hoje que essa era uma posição comum, em que caberia à criança e sua família o eventual risco pessoal e social de ocultação, exclusão e, em alguns casos, de repressão e retaliação posterior. Para quê então falar do sucedido? Arriscar, expor a vítima e/ou a própria família? Enfrentar a força e até mesmo o poder do agressor, mesmo olhando-o do ponto de vista hierárquico ou social?

Em muitos casos, e ao longo de décadas, presumiu-se erradamente que melhor seria negar, omitir, ocultar. Por isso, ainda hoje se destaca nas situações de abuso sexual de crianças, como em outras de que a violência doméstica é exemplo comum, a existência do «efeito *iceberg*»: os casos conhecidos, emergentes, correspondem sempre a uma percentagem pequena face à totalidade de situações que se estima existirem.

Os casos de falsas alegações são raros e, quando existem, têm quase sempre por detrás a posição de um adulto que sobre elas tenta tirar determinados benefícios secundários, como em situações de «alienação parental». Acresce ainda que o discurso manifesto ou latente dos mais novos não é complexo de validar e, em caso de dúvida, a sua própria evolução temporal é decisiva para melhor o esclarecer; ou seja, em situações

que não correspondem à verdade, ele entra rapidamente em contradição ou assume até um registo de confusão de fácil percepção em que se compreende a manipulação de que a criança está quase sempre a ser vítima.

Por outro lado, quando a narrativa corresponde à realidade, a criança mantém o essencial do que vai descrevendo, sendo natural que possa ir progressivamente acrescentando mais dados quantitativos e qualitativos sobre os crimes de que foi vítima; por exemplo, quando algumas admitem o que ocorreu, é normal que numa primeira fase o descrevam só em parte, no fundo, exatamente a mesma parte que conseguem integrar e verbalizar sobre o sucedido. Depois, e sobretudo à medida que avança a relação de confiança com o seu interlocutor (por exemplo, um terapeuta), vão surgindo mais detalhes que, por exemplo, correspondem a formas mais graves do mesmo abuso não inicialmente assumidas.

De notar, contudo, que pode ser habitual a criança não ser absolutamente concreta quando questionada sobre certos dados fundamentais para a produção de prova jurídica, estabelecendo-se um intervalo entre o que realmente aconteceu e o tipo de acusação que daí possa surgir em relação ao alegado abusador. Como aspetos habituais, relembra-se a pouca consistência de referências de espaço e de tempo nos mais novos, bem como o efeito imediato de algumas defesas psíquicas que, perante a intensidade do acontecimento traumático, favorecem um certo apagamento de detalhes do momento no que aparece descrito num certo grau de «défice mnésico pós-traumático».

Apenas na adolescência podem surgir situações em que, pela presença de certa psicopatologia, o menor pode manipular conscientemente informação referente à eventual presença de um abuso. Nesses casos, tal como em alguns outros ocorridos em idades mais novas, pode ser importante fazer uma avaliação psicológica detalhada que inclua provas projetivas de personalidade, úteis para o esclarecimento da estrutura de funcionamento psíquico da criança em causa. São casos mais comuns em raparigas do que em rapazes e correspondem quase sempre à presença de fragilidades graves já anteriores à situação do abuso, como histórias de vida marcadas por maus-tratos, abandono ou negligência.

2.1.9. Os impactos negativos do abuso sexual na vida adulta

Uma extensa metanálise incluindo 217 publicações entre 1980 e 2008, envolvendo 331 amostras independentes num total de 9 911 748 participantes, encontrou elevados níveis de vitimização sexual para rapazes e raparigas. As estimativas de abuso sexual de crianças revelam que a situação é mais frequente no sexo feminino, atingindo valores de 180/1000 (18%), do que no sexo masculino 76/1000 (8%). Os valores mais baixos de prevalência para rapazes e raparigas foram encontrados na Ásia; os valores mais elevados para raparigas foram descritos na Austrália e a maior prevalência para rapazes foi relatada em África. (Stoltenborgh *et al.*, 2011). Outros estudos indicam que 85 a 95% dos abusadores são homens e que o comportamento de abuso de uma criança se repete em muitos casos (Glaser, 2018).

A maioria (60%) das vítimas de abuso sexual de crianças apresenta sintomas moderados a graves de psicopatologia (Maniglio, 2011). As reações traumáticas das crianças podem incluir uma variedade de respostas, como perturbações emocionais intensas e contínuas, sintomas de ansiedade e depressão, alterações comportamentais, dificuldades de

autorregulação, problemas de relacionamento, perda de capacidades anteriores, problemas de desempenho acadêmico, de sono e de alimentação (Soares, 2022).

Um estudo que engloba 19 metanálises de 559 estudos sobre as consequências psiquiátricas do abuso sexual de crianças, englobando 4 089 547 participantes, concluiu que o trauma referido estava associado a 26 de 28 evoluções (*outcomes*) específicas, sendo as associações mais robustas com a perturbação de *stress* pós-traumático, a esquizofrenia e o abuso de drogas (Hailes, 2019).

Outra investigação pretendeu estudar a associação entre abuso sexual de crianças e o aumento de tentativas de suicídio no futuro. Esta metanálise analisou 12 874 trabalhos publicados em língua inglesa desde 1 de janeiro de 1988 até 1 de junho de 2017. Foram selecionados 47 trabalhos referentes a 151 476 indivíduos. A conclusão é a de que o abuso sexual de crianças é um fator de risco significativo para a tentativa de suicídio, quando comparado com a população que não foi vitimizada (Qin Xiang Ng *et al.*, 2018).

Há sempre riscos na evolução futura de uma criança que sofreu abusos sexuais. Eles são múltiplos, variáveis conforme diversas circunstâncias, mas existem e, mesmo quando nunca abandonam o silêncio exterior de cada um, permanecem como conflituais e causadores de sofrimento e mal-estar num diálogo interno patológico que perdura ao longo da vida, afetando o próprio e a sua relação com tudo e todos os que o cercam. Mesmo com períodos de aparente apagamento da experiência traumática, podem sempre existir episódios de reativação, desencadeados por fatores externos, num quadro típico de *stress* pós-traumático.

Claro que o mais frequente é, desde logo, pensar-se no impacto negativo que o abuso terá no desenvolvimento da área da sexualidade, sendo o mais comum a dificuldade em manter um contacto espontâneo e saudável com o outro, estando presente o medo de não afirmação da sua identidade ou género, a fantasia de desvalorização perante o outro, o receio de não ser realmente amado por outrem, mas apenas usado do ponto de vista físico em que a sexualidade não é integrada numa representação mental positiva.

Mas outras evoluções negativas são comuns, com amplo destaque para a desvalorização e distorção da imagem corporal, problemas alimentares, de sono, comportamentos aditivos ou autolesivos, tentativas de suicídio ou até mesmo suicídios consumados. Existe ainda, como atrás foi referido, o risco de perpetuação transgeracional do abuso, em que, por identificação ao agressor, a criança outrora abusada se torna num adulto abusador, capaz de repetir o mesmo por que passou, embora quase sempre no papel inverso, numa reversão psíquica defensiva em que age e inflige ao outro a dor que ele próprio sentiu. Estas situações são sempre mais comuns em estruturas ou dinâmicas fechadas, de que são exemplo habitual as instituições de acolhimento de menores, os espaços de formação religiosa como seminários, entre outros.

Do ponto de vista psicopatológico, predominam, assim, expressões sintomatológicas diversas de quadros de perturbação de ansiedade, de alterações do humor (na linha depressiva) e, em alguns casos, um nível de desorganização emocional característica de distúrbios de personalidade, de que se podem destacar os que correspondem à patologia limite ou «*border-line*». Nestes, é possível encontrar uma clivagem afetiva em relação a certo agir comportamental abusivo e um nível de defesas maciças como a clivagem e a projeção que retiram ao abusador qualquer capacidade de autorregulação, consciência mórbida sobre o ocorrido, ausência de perceção do impacto

dos seus próprios atos no outro: em suma, a impossibilidade de se aceitar como agente causador de sofrimento do outro, incapaz de ter presente um verdadeiro sentimento de culpa, logo, sem movimento de reparação possível face ao sucedido.

Por último, os estudos sobre abuso sexual de crianças referem sempre a necessidade de apoio psicológico e pedopsiquiátrico à vítima e à sua família. Insiste-se na necessidade de confirmação plena da ausência de risco face à repetição do sucedido e ainda na importância da existência de uma verdadeira reparação daquele que passou pelo acontecimento traumático. Nada poderá nunca apagar a memória efetiva desses momentos, nem também nunca nenhuma terapia ou outro tipo de medida poderá aliviar na totalidade o sofrimento ocorrido. Contudo, é sempre possível minorá-lo e torná-lo integrado na experiência de vida daquela pessoa como um todo evolutivo, quer a nível individual quer relacional, fazendo com que o episódio do trauma possa não conter em si o nível de sofrimento individual de tantas pessoas adultas, como este estudo tornou absolutamente evidente em diversas áreas, incluindo as de rotura total com a Igreja Católica portuguesa.

2.2. O ponto de vista jurídico: crianças e abusos, lei civil e lei canónica

Tendo em conta a natureza da Comissão Independente, enquanto comissão *ad hoc* sem enquadramento institucional de natureza pública, uma das primeiras questões a decidir foi a da definição de «abusos sexuais», isto é, do estabelecimento de um critério objetivo que permitisse identificar o abuso sexual por forma a evitar, por um lado, preconceitos e falsos moralismos, tantas vezes despidos de uma razão universalmente consensualizada; e, por outro, a entrada no debate que, muito legitimamente, a doutrina ainda vai alimentando, na busca de um consenso definitivo sobre o que deva ter-se por abuso sexual de crianças.

2.2.1. O que se entendeu por abuso sexual de crianças?

A Comissão optou por acolher as soluções que, entre nós, o Direito Criminal encontrou ao criminalizar as condutas que hoje se reúnem sob a designação lata e abrangente de «abuso sexual», estas já, por sua vez, coincidentes com as soluções avançadas pela *Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais*, assinada em Lanzarote, em 25 de outubro de 2007 (Convenção da Lanzarote).

Na verdade, cabendo ao Direito Criminal a proteção de bens jurídicos, isto é, a defesa de valores que a consciência coletiva reconhece e elege e a lei penal tutela consagrando como crime a sua violação, o critério definido pelo legislador penal afigurou-se como sendo o que de forma mais objetiva se oferecia para determinar, para efeitos deste Estudo, a opção a tomar. Temos, assim, por «abusos sexuais», todas as ações e práticas de natureza sexual que a lei penal portuguesa qualifica como crime, a saber, nos termos do *Código Penal Português*

SECÇÃO II

Crimes contra a autodeterminação sexual

Artigo 171.º

Abuso sexual de crianças

1 — Quem praticar ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 — Se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

3 — Quem:

- a) Importunar menor de 14 anos, praticando ato previsto no artigo 170.º; ou
- b) Atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos;
- c) Aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais; é punido com pena de prisão até três anos.

4 — Quem praticar os atos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

5 — A tentativa é punível.

Artigo 170.º

Importunação sexual

Quem importunar outra pessoa, praticando perante ela atos de carácter exibicionista, formulando propostas de teor sexual ou constrangendo-a a contacto de natureza sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 175.º

Lenocínio de menores

1 — Quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor ou aliciar menor para esse fim é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

2 — Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

- a) Por meio de violência ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;
- d) Atuando profissionalmente ou com intenção lucrativa; ou
- e) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;

é punido com pena de prisão de dois a dez anos.

Artigo 176.º

Pornografia de menores

1 — Quem:

- a) Utilizar menor em espetáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim;
- b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim;
- c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir, ceder ou disponibilizar a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior;
- d) Adquirir, detiver ou alojar materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 — Quem praticar os atos descritos no número anterior profissionalmente ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de um a oito anos.

3 — Quem praticar os atos descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 recorrendo a violência ou ameaça grave é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

4 — Quem praticar os atos descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 utilizando material pornográfico com representação realista de menor é punido com pena de prisão até dois anos.

5 — Quem, intencionalmente, adquirir, detiver, aceder, obter ou facilitar o acesso, através de sistema informático ou qualquer outro meio aos materiais referidos na alínea b) do n.º 1 é punido com pena de prisão até 2 anos.

6 — Quem, presencialmente ou através de sistema informático ou por qualquer outro meio, sendo maior, assistir, facilitar ou disponibilizar acesso a espetáculo pornográfico envolvendo a participação de menores é punido com pena de prisão até 3 anos.

7 — Quem praticar os atos descritos nos n.ºs 5 e 6 com intenção lucrativa é punido com pena de prisão até 5 anos.

8 — Para efeitos do presente artigo, considera-se pornográfico todo o material que, com fins sexuais, represente menores envolvidos em comportamentos sexualmente explícitos, reais ou simulados, ou contenha qualquer representação dos seus órgãos sexuais ou de outra parte do seu corpo.

9 — A tentativa é punível.

Artigo 176.º-A

Aliciamento de menores para fins sexuais

1 — Quem, sendo maior, por meio de tecnologias de informação e de comunicação, aliciar menor, para encontro visando a prática de quaisquer dos atos compreendidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 171.º e nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo anterior, é punido com pena de prisão até 1 ano.

2 — Se esse aliciamento for seguido de atos materiais conducentes ao encontro, o agente é punido com pena de prisão até 2 anos.

Artigo 176.º-B

Organização de viagens para fins de turismo sexual com menores

1 — Quem, no contexto da sua atividade profissional ou com intenção lucrativa, organizar, fornecer, facilitar ou publicitar viagem ou deslocação, sabendo que tal viagem ou deslocação se destina à prática de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual de menor, é punido com pena de prisão até 3 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 — O disposto no número anterior aplica-se ainda que as condutas contra a liberdade e a autodeterminação sexual de menor praticadas no local de destino não sejam nessa jurisdição punidas ou quando nesse local não se exerça o poder punitivo.

Pode, assim, concluir-se que a previsão do Código Penal Português, na sua atual versão, vem a abarcar todas as práticas que, ao longo do tempo, puderam ser qualificadas como de abuso sexual, seja até 1982, com a previsão da «cópula» em determinadas circunstâncias, do «atentado ao pudor» e do «rapto com fim desonesto»; seja a partir de 1982, com a previsão da «cópula ou ato análogo»; do «atentado ao pudor», definido como «o comportamento pelo qual outrem é levado a sofrer, presenciar ou praticar um ato que viola, em grau elevado, os sentimentos gerais de moralidade sexual» e da «homossexualidade com menores»; seja finalmente, após as Revisões de 1995 e as que se lhe seguiram, tudo permitindo, numa síntese ainda que grosseira, conservar, como práticas a qualificar como abusos sexuais, o «ato sexual de relevo, a cópula ou coito anal, o ato de carácter exibicionista, a conversa obscena ou escrito, o espetáculo ou objeto pornográfico, a utilização do menor em fotografia, filme, ou gravação pornográfica, a importunação sexual».

Entretanto, sem embargo de se ter hoje por adquirido que a condição de criança termina aos 18 anos de idade, não permite, isso, concluir que todo o ato sexual praticado com, ou sobre uma criança, seja qualificado, pela Lei Penal, como abuso sexual de criança. Aliás, é a própria Lei a prevê-lo, quando fixa, para idêntica prática, idades diferentes com vista a considerar preenchido o tipo de crime em causa. Importa, assim, distinguir as situações em que os crimes cometidos contra crianças, até aos 18 anos, o são nos mesmos termos dos que são praticados contra adultos, como é, entre outros, o de violação, e, aí sim, para efeitos do presente Estudo, estes serão também abusos sexuais sobre criança, em razão da idade; daqueles outros em que os factos praticados, seja após os 14 anos da vítima, seja após os 16, não enquadram nenhum tipo de crime.

Tal não significa, porém, que estes últimos devam ser arredados do âmbito deste Estudo e essa foi a opção da Comissão Independente. Na verdade, para o Direito Canónico, todos os atos sexuais praticados com ou sobre indivíduos com idade inferior a 18 anos, por sacerdote, clérigo, ou outro, no seio da Igreja, são de classificar como abusos sexuais sobre crianças. A dúvida estaria, pois, em saber se também estes, quando excluídos pela Lei Penal em razão da idade, devem ser, ainda assim, aqui considerados, tudo levando a concluir, a nosso ver, pela positiva. Com efeito, tratando-se de definir abusos sexuais, o recurso ao critério da Lei completa o seu objetivo no tempo da

qualificação dos factos como tal, não interessando já, para este Estudo, a fase posterior da sua qualificação, ou não, como crime.

Outra questão se suscitou, entretanto, agora quanto à consideração no tempo, das condutas classificadas pela Lei, na sua última versão, como abuso sexual.

Como é sabido, a Lei Penal não é suscetível de aplicação retroativa, pelo que ninguém pode ser condenado por qualquer ação ou omissão não prevista pela lei como crime, à data da sua ocorrência. Perguntar-se-á, então, se os atos que a Lei Penal, na sua última versão, prevê como constituindo abuso sexual, podem ser indiferentemente considerados no arco temporal do Estudo (1950-2022), mesmo se praticados muito antes da sua consagração enquanto tal.

E a resposta pareceu não poder, por razões idênticas, deixar de ser positiva. Na verdade, do mesmo modo que os crimes prescritos, não podendo já ser investigados e julgados, não impedirão que os respetivos factos venham a ser considerados como abusos sexuais para efeitos deste Estudo, também a prática de atos sexuais não previstos ao tempo da sua realização, mas ulteriormente valorados como crime, deverá ser considerada para os mesmos efeitos. Não podendo, em qualquer dos casos, proceder-se à perseguição penal dos autores das práticas em questão, não perdem estas a sua natureza de abusos sexuais, natureza, essa, respaldada, ainda que posteriormente, em critérios definidos pela lei. De facto, o que está aqui em causa não é a relevância penal da conduta, mas sim o critério para a qualificação desta como abuso sexual.

Em síntese, e para efeitos deste Estudo, optou a Comissão por trabalhar sobre a definição de abusos sexuais seguida pelo Código Penal Português, na sua última versão.

Concluiu-se, assim, que o enunciado de situações apresentadas a título de exemplo, no Inquérito (nomeadamente sexo oral a si ou a outro, sexo anal, a si ou a outro, manipulação de órgãos sexuais, masturbação a si, a outro ou ambos, exibição de zonas genitais, suas, de outro, de ambos, etc.) corresponde por inteiro ao critério aqui referido, sendo que, a todas elas, outras poderão ser acrescentadas, desde que também essas se enquadrem nas linhas agora deixadas definidas, designadamente, aquelas que o Vaticano, através do seu *Vademecum* de 16 de julho de 2020, veio enunciar como abusos sexuais, a saber, «por exemplo, relações sexuais (com e sem consentimento), contacto físico de ordem sexual, exibicionismo, masturbação, produção de pornografia, indução à prostituição, conversas e/ou propostas de carácter sexual inclusive através dos meios de comunicação», desde que reconhecidas como tal pela Lei Penal em vigor.

2.2.2. A representação social da criança e da infância

Encontrado o critério para a definição de «abuso sexual», foi o sentido a atribuir à figura da «criança» que veio ocupar a atenção da Comissão, na consciência de que tal indagação viria necessariamente a refletir-se na condição de *vítima* dos referidos abusos e bem assim na maior ou menor gravidade de cada um.

O objetivo da Comissão Independente foi não só o de estabilizar o conceito de criança, mas também o de identificar toda a extensão, nomeadamente jurídica, do seu significado.

Com o advento dos chamados direitos humanos de terceira geração e, sobretudo, com a força reivindicativa que veio impulsionando a sua concretização, assistiu-se à

chegada, ao direito e aos direitos, com autonomia própria, de novos «sujeitos» e, por via disso, a uma interessante inversão metodológica que não pôde deixar de *refletir-se* na investigação.

Matéria que a muitos títulos interpela hoje a comunidade, constitui, este, um tema de capital importância não só tendo em conta a sua dimensão social e humana, mas também em termos de verdadeiro conhecimento a produzir.

Desta feita, o objeto de estudo impôs a sua própria «complexidade» como condição da sua compreensão e, ao fazê-lo, veio convocar as mais diversas áreas do saber, indispensáveis, todas elas, para a formulação de princípios e para a formatação de regras positivas, tanto conceptuais, como de ação prática.

Hoje, com a declaração de que «a criança é um sujeito de direito», tudo tende a modificar-se, sendo certo que a expressão assim construída vem colocar logo na sua decomposição questões tão fundamentais e tão difíceis como as de saber o que é a «criança», porventura a mais complexa de todas; como se define e densifica, para o direito e fora de uma conceção tradicional de cunho essencialmente patrimonialista, a ideia de «criança sujeito»; qual o conteúdo material do reconhecimento da «criança como sujeito de direitos»; e, finalmente, quais os direitos da criança.

As ciências sociais, a partir da década de 70 do século XX, vieram demonstrar que, historicamente, a noção de infância ou de criança, tal como a reconhecemos hoje, não constitui um dado universal. Pelo contrário, é uma construção social, fruto de um certo tempo e de um certo espaço. É nos finais do século XVIII, num Ocidente europeu em processo de industrialização, que nas famílias da burguesia urbana surge uma nova representação da criança (Ariès, 1973). Ao contrário do que sucedia nas sociedades rurais de Antigo Regime, onde ela era vista como um pequeno adulto e posta a trabalhar na rede de trabalho familiar para a sobrevivência logo que fisicamente apta, ela é agora considerada, nestas famílias onde parece ser o sentimento (entre os membros do casal, entre pais e filhos) o princípio fundador da ordem doméstica — mais do que a transmissão ou a conservação do património —, um ser com individualidade e vulnerabilidade próprias, a quem os progenitores devem amar e proteger. É nesta concha afetiva, associada a um espaço privado (a casa, resguardada dos olhares de fora), que a criança cresce e o seu lugar de socialização primordial deixa de ser o trabalho para passar a ser a escola, onde aprende entre os seus pares. A infância é, portanto, um produto da modernidade, e, através de vários processos sociais, a sua representação burguesa tende a tornar-se hegemónica — dentro de cada sociedade, nos seus vários grupos sociais; mas, também, a nível global. Ora, a evolução do direito não foi obviamente estranha a esta mudança de valores.

A Comissão tomou como referência a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, desde logo reconhecendo, nela, a consagração da criança como sujeito de direito e bem assim o estabelecimento da diferença entre a mais tradicional condição jurídica de «menor», e a de «criança». Aquela, uma ficção do direito, por ele criada; esta, uma realidade antropológica, anterior ao direito, a este se impondo enquanto tal. Ora, partindo em busca da definição da figura da vítima a considerar também para efeitos deste estudo logo se compreende bem a diferença de sentido e de valor, mal se passa da «vítima-menor», para a «vítima-criança».

Tudo aponta, pois, para que seja justamente a partir da consideração da criança como ser autónomo e completo, diferente do adulto, e procurando conhecê-la nessa diferença culturalmente identificadora, que se chegará à criança enquanto sujeito. Importa, pois, conhecer esse sujeito «novo». Só a partir daí, será possível a densificação do conceito de «interesse superior da criança», também esse, pedra de toque essencial para a boa compreensão da Convenção, de cujos termos se retira que:

Artigo 3.º

1. Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança,

sendo que apenas depois se logrará, finalmente, chegar à construção da figura da criança sujeito de direito e titular de direitos próprios pelo simples facto de ser criança.

Seja, porém, qual for a orientação adotada, parece pacífico poder afirmar-se que só aí se inscreverá, então, a passagem da clássica figura da «criança objeto», para a moderna conceção da «criança sujeito», com todas as consequências daí resultantes (Lúcio, 2010).

Assim se entenderá ser a ideia de «criança sujeito», conjugada com a dimensão cultural que enformará, em cada caso, o conteúdo do «superior interesse da criança», a determinar o sentido e os limites do próprio direito da criança, ou, dizendo de outro modo, do direito próprio da criança como sujeito.

É, pois, da criança, como ser socialmente construído, que cumpre partir ao encontro do direito e, aí, dos seus próprios direitos.

Ora, é para esta inversão que a Convenção abre portas, cabendo ao legislador ordinário, em cada Estado subscritor, conformar o direito positivo ao objetivo assim definido, partindo, repete-se, do concreto que é a criança, e não do abstrato ficcionado no qual se ancorou por demasiado tempo a figura do «menor».

É longa a lista de exemplos de maus-tratos, abusos sexuais, abandono, falta de afeição, ou negligência que colocam a criança em situação de perigo. A sua afirmação como ser autónomo e completo, obviamente diferente da pessoa adulta, não nega, antes a confirma, a sua condição de ser-em-desenvolvimento e, também por isso, de pessoa a proteger. Todavia, é a relação da criança com o direito, nele se «intrometendo» como sujeito, que vem dar, à proteção assim referida, a natureza de objeto do respetivo direito, ou seja, do direito à proteção. Dizendo de outro modo, é a criança, enquanto sujeito, que é titular do direito à proteção, nomeadamente, com vista a ver assegurado esse outro seu direito, agora, a um desenvolvimento harmonioso e saudável.

É essa, pois, em última análise, a imagem da criança-sujeito. Da criança recebida no interior do direito e capaz de condicionar a própria formação e a interpretação deste. Assim se compreende, além do mais, o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, onde se afirma, nos termos do seu

Artigo 34.º

«Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais. Para esse efeito, os Estados Partes devem, nomeadamente, tomar todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir:

- a) Que a criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma atividade sexual ilícita;
- b) Que a criança seja explorada para fins de prostituição ou de outras práticas sexuais ilícitas;
- c) Que a criança seja explorada na produção de espetáculos ou de material de natureza pornográfica».

Disposição esta que veio a conhecer significativos desenvolvimentos em inúmeros diplomas, entre os quais se destaca a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, 2011/92/EU, de 13 de dezembro relativa à luta contra os abusos sexuais e a exploração sexual dos menores e a pornografia infantil.

Foi, pois, neste percurso sobre o tema do abuso sexual de crianças, partindo da *criança*, indo ao encontro da realização do seu *superior interesse* e respeitando a sua *dignidade* enquanto *sujeito-pessoa*, que a Comissão se confrontou com a necessidade de se deter na identificação do valor ou bem jurídico violado através da prática de crimes sexuais tendo como vítima a criança. E logo foi possível entender ser este um tópico de significado decisivo para compreender muitos dos contornos de que se reveste o tema a tratar no presente Estudo, versando exatamente os abusos sexuais de crianças por membros da Igreja Católica portuguesa, definido que está, para este efeito, que o objeto de estudo se traduz nas ações e práticas de natureza sexual que a lei penal portuguesa qualifica como crime, cometidas sobre crianças, menores de dezoito anos, na Igreja Católica portuguesa, no período compreendido entre 1950 e 2022.

2.2.3. Os crimes sexuais como crimes contra as pessoas

Após a revisão do Código Penal Português ocorrida em 1995, pela primeira vez, entre nós, os crimes sexuais passaram a ser considerados crimes contra as pessoas. O correspondente Capítulo veio tratar «dos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual», deixando definitivamente para trás a nomenclatura vinda do Código de 1886, onde eram tratados como crimes «contra a honestidade»; e, mais tarde, a que, de forma já pouco compreensível, o Código Penal de 1982 viera a adotar prevendo os mesmos crimes sob o Título «dos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade», integrando-os no Capítulo relativo aos «crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social» e, aí, na Secção «dos crimes sexuais».

Foi, pois, apenas, na reforma de 1995 que os crimes sexuais passaram a ser considerados crimes «contra um valor estritamente individual, o da liberdade de determinação sexual» (Dias, 1999), abandonando-se, além de outras conceções, aquela que, fundada no respeito pela «moralidade sexual», influenciara o Direito Penal chamado a defender os bons costumes e a honestidade, ele próprio, tornado instrumento das «ideologias morais» (Dias, 2022), em boa parte ainda dominantes. É então, e só

então, que o Direito Penal abandona a punição fundada em referências de ordem moral, mais próprias de um «interesse da comunidade», avançando para a «proteção da liberdade sexual das pessoas» (Dias, 1999).

Por via disso, é ainda a Lei Penal que vem estabelecer a diferença entre liberdade sexual e autodeterminação sexual, tomando esta como bem jurídico a tutelar sempre que a vítima seja «menor de 14 anos» (abuso sexual de crianças) e estendendo-a, conforme os casos, a menores entre 14 e os 18 anos («abuso sexual de menores dependentes»), ou entre 14 e 16 anos («atos sexuais com adolescentes»; e «atos homossexuais com adolescentes»).

Afinal, o que estava verdadeiramente em causa era o relevo a conceder à pessoa da vítima e, por isso mesmo, à relação desta com o valor ou bem jurídico a tutelar pelo direito.

Significativos são, entretanto, os passos que parte da doutrina jurídica veio e continua a dar na busca de uma adequada conformação do bem jurídico protegido pelas normas que punem tal tipo de criminalidade. Matéria ainda hoje a reanimar a discussão no seio da academia (Dias, 1999; e Dias, 2022), não é, porém, este, nem o lugar, nem o tempo para sobre ela a Comissão Independente tomar posição, antes aceitando como boa a leitura que a tal propósito sucedeu à referida Revisão de 1995. É assim que, à liberdade de determinação sexual, veio juntar-se, a par da autodeterminação sexual, o «livre desenvolvimento da personalidade do menor na esfera sexual» (Dias, 1999), desse modo cumprindo, o Direito, a «função de proteção penal das crianças e dos jovens até certos limites de idade», assegurando-lhes, dessa forma, um saudável desenvolvimento da vida sexual (Dias, 1999).

Pode, pois, afirmar-se que, a partir de 1995, a par da consideração da criança como sujeito, vinda, ainda que timidamente, já de antes, se desenvolve, no âmbito do Direito Penal, e em torno dos crimes sexuais, um modelo de previsão, repressão e reparação centrado na pessoa da criança/vítima, e não, como vimos, no interesse da comunidade e na projeção, nesta, dos efeitos da ação criminosa na honestidade da vítima, na moralidade sexual, enfim, nos bons costumes. É aí que se manifesta a força do antes referido direito de proteção, tendo a criança como sujeito. Na verdade, sendo o crime contra a autodeterminação sexual, a sua previsão tutela, desde logo, a liberdade, como bem jurídico referencial de toda a criminalidade sexual, mas, mais do que isso, garante a proteção da pessoa vítima, quando criança, na medida em que os atos que integram o crime põem em causa o adequado desenvolvimento desta.

Entretanto, entre nós, na linha evolutiva da legislação anterior, entre a qual se destaca o Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro (Organização Tutelar de Menores), vem a lume, a 1 de setembro de 1999, a Lei n.º 147/99 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) na qual se considera que

Artigo 3.º

«a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

[...];

b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;

[...]».

A passagem dos finais do século XX ao século XXI vem, assim, a constituir um marco decisivo na consideração da *criança* e da sua qualidade como sujeito, revestido de plena dignidade humana e tido como sujeito autônomo de direito e de direitos. É, entretanto, esta qualidade que vem influenciar diretamente a sua condição como vítima de crimes, nomeadamente de crimes sexuais e, bem assim, de outros maus-tratos físicos ou psíquicos o que, além do mais, vem a refletir-se diretamente nas próprias decisões dos tribunais, a incorporarem agora, nos seus fundamentos, argumentos que o quadro legal anterior não contemplava e, por isso, não impunha no contexto do julgamento a proferir. Exemplo concludente de tal mudança é o que pode retirar-se do

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 22-01-2020:

«A especial vulnerabilidade da criança associada à gravidade dos danos causados ao desenvolvimento da sua personalidade fundamenta a necessidade da sua especial proteção no tocante a quaisquer condutas de natureza sexual que, com elas ou nelas, sejam levadas a cabo. Estas condutas de sexualização forçada das crianças, designada como violência sexual pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, são por este caracterizadas como uma das formas de obstaculização do gozo e exercício dos seus mais elementares direitos. Daí que a Convenção dos Direitos da Criança, vigente na ordem interna desde 21 de outubro de 1990, estabeleça, nos seus artigos 19.º e 34.º, que as crianças têm o direito a estar protegidas de todas as formas de violência sexual. Não obstante, é um facto público e notório que os abusos sexuais a crianças são uma conduta criminosa com elevada incidência. No estudo realizado pela UNICEF [...] em 2014 afirma-se mesmo que se estima que cerca de 120 milhões de raparigas, com idade inferior a 20 anos, já tenha sido sujeita a relações sexuais forçadas ou à prática de qualquer ato sexual sem o seu consentimento. Esse mesmo estudo indica serem de diferente natureza as consequências de se haver sofrido um abuso sexual. Para além das eventuais consequências físicas diretas, como a exposição ao HIV ou a gravidez precoce, também se verificam comportamentos de autoagressão, desenvolvimento de distúrbios alimentares, como bulimia e anorexia. Igualmente é afetada a saúde mental, sendo frequente, na adolescência a ocorrência de depressão, isolamento, comportamento suicida, autoagressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, consumo de substâncias e comportamento sexual inadequado».

Eram, entretanto, consequências como estas que levavam, conjuntamente com outras, boa parte da literatura a falar em «morte da infância».

Questão diferente é, porém, a de saber qual o reflexo de tal mudança no todo social e na aceitação, neste, não só da sua ocorrência, mas também, e sobretudo, do seu significado, designadamente quanto aos efeitos produzidos na pessoa da vítima-criança. E aqui vem o tema implicar a dimensão cultural que, pela sua própria natureza, sempre o envolve, explicando boa parte das suas pré-compreensões, tecidas em torno de matérias, cada uma delas revestida de complexidade própria, desde a da sexualidade em geral, até à da imagem pública da Igreja, passando pelo conceito de criança e, claro, pela relação a estabelecer entre todas elas.

Ora, neste ponto, se é já abundante a literatura científica produzida, escasseia ainda a palavra das pessoas vítimas, a expressão externa das consequências dos atos que as atingiram e, por conseguinte, do sofrimento por eles provocado. Daí também a importância dos testemunhos reunidos através do Inquérito que a Comissão lançou, onde abundam os exemplos das marcas devastadoras que o abuso sexual deixou nas suas vidas (ver capítulos seguintes), de entre os quais se retiram, apenas a título de exemplo, entre tantos outros, os seguintes, colhidos ao acaso:

Marcou muito o resto da vida que tive. Passei muitos anos na escuridão. (T376, M)

Ainda hoje sinto vergonha, culpa. (T409, M)

Várias tentativas de suicídio. (T371, M)

Baixa de autoestima crónica, dificuldade de socialização, dificuldade em integrar-me no meu grupo de pares. (T340, M)

Foi horrível. Ainda hoje é. (T339, F)

Destruíu o meu futuro. (T329, M)

Quando de lá eu saí era um farrapo psicológico. (T255, M)

Ainda hoje sinto a mão nojenta a acariciar-me a nuca. (T131, M)

É com a força desta realidade que a comunidade não pode deixar de ser confrontada, na consciência de que, seja quem for a pessoa abusadora, seja qual for o seu estatuto ou o estatuto da instituição que representa, é sempre a pessoa vítima a reclamar a compaixão, a justiça e o respeito que lhe são devidos.

Tanto basta, pois, para impor a urgência da desocultação de uma realidade que, por demasiado tempo, também a coberto da cultura instalada na sociedade, foi escapando ao conhecimento do público e, por via disso, à formação de uma responsável consciência coletiva sobre a gravidade do fenómeno. Não faltaram, porém, razões para que tal tivesse acontecido.

De acordo com a Lei Penal portuguesa, os crimes sexuais foram, salvo raras exceções, todos eles, até 2007, crimes de natureza semipública, dependendo o exercício do respetivo procedimento criminal de queixa da pessoa ofendida ou de quem a representasse.

Entendera-se até então que entre o desvalor resultante, para a pessoa vítima, do sofrimento da prática do crime e o que resultaria para ela do conhecimento público da sua condição de abusada sexualmente haveria que estabelecer-se uma ponderação de interesses cuja decisão deveria sempre caber a quem sofreu a ofensa. Entre o bem jurídico violado, o desvalor da conduta da pessoa agente do crime, as consequências para a pessoa vítima de tal violação e os efeitos sociais resultantes para esta do conhecimento público do caso, estes últimos vieram, por longo tempo, a prevalecer sobre a livre iniciativa a conceder ao Ministério Público para iniciar oficiosamente o procedimento criminal e, afinal, exercer a respetiva ação penal. E, de tal forma o argumento convencia o legislador que este, mesmo alterando o bem jurídico violado pela prática de um crime

sexual, manteve a natureza semipública destes, fazendo depender a ação do Ministério Público de queixa da pessoa vítima ou de quem a representasse.

Era assim no Código Penal de 1886, assim continuou a ser com o Código de 1982 e assim se manteve, ainda que com ligeiras alterações, mesmo após a revisão de 1995, apesar da mudança então introduzida no bem jurídico tutelado pelas normas que previam e puniam os respetivos crimes.

Apenas em nova revisão, em 2007, os crimes sexuais contra menores de idade passaram a ter natureza pública, não dependendo mais, o respetivo procedimento criminal, de queixa da pessoa vítima ou de quem a representasse, assim prevendo o Código Penal no seu

Artigo 178.º, n.º 1

«O procedimento criminal pelos crimes previstos nos artigos 163.º a 165.º, 167.º, 168.º e 170.º depende de queixa, salvo se forem praticados contra menor [...]».

No mesmo sentido avançaria, depois, a já referida Convenção de Lanzarote.

Esta é, porém, matéria de particular melindre, desde logo, quando se carrega para o domínio onde importa estudar as evidentes práticas de ocultação que, ao longo dos tempos, foram acompanhando este tipo de criminalidade, conhecendo-se, como se conhecia, a exclusão a que eram votadas as pessoas vítimas, sobre quem recaía a vergonha da ofensa sofrida, não raras vezes um juízo de culpabilidade, em suma, a sua desacreditação social. Por isso que, ainda hoje, não seja incomum o desejo formulado pelas pessoas vítimas no sentido de não ser revelada a sua identidade, de não haver denúncia criminal, exigindo mesmo o silêncio quanto à sua identificação. A ocultação do crime transformava-se, assim, em regra, regra essa, em boa medida, respaldada na própria previsão da lei e também aceite pela comunidade.

Ora, uma vez alterada a lei, cabe perguntar se, a tal mudança legislativa, correspondeu também a desejada mudança de atitude, designadamente em termos sociais, sobretudo sabendo-se da gravidade que assume a prática do abuso sexual sobre crianças, desde logo, a começar pela família, até chegar a várias outras instituições que não apenas a Igreja e, nesta, não apenas a Igreja Católica. Por isso, o tema da *ocultação* apresenta-se como tópico central a marcar também o objeto do presente Estudo.

2.2.4. E do lado do Direito Canónico?

Entretanto, enquanto isto, com algumas semelhanças, mas ainda em termos bem diferentes, foi evoluindo o Direito Canónico, nomeadamente nos tempos mais recentes, aqueles que mais interessam a este trabalho.

Matéria que, desde sempre, ocupou a atenção da Igreja, a prática, por membros do clero, de abusos sexuais sobre «menores» era vista inicialmente como exemplo de «corrupção de jovens» que a instituição previa e punia severamente. Com avanços e recuos, bem conhecidos, ao longo da História, na aproximação ao Concílio Vaticano I, deu-se início a «uma era de secretismo» que, em muito, ainda encontra eco em sectores,

não desprezíveis, mais conservadores do clero, nos nossos dias (Cfr. Gomes, 2021). O objetivo era, como para estes ainda é, o de evitar a publicidade, ou conhecimento público dos abusos, em defesa do bom nome da própria Igreja. Assim se inspirou o Direito Canônico, ele próprio.

Mais recentemente, quer na versão do Código de Direito Canônico, de 1917, quer na de 1983, aprovada em obediência à linha dos princípios estabelecidos pelo Concílio Vaticano II, a previsão dos abusos sexuais em geral, e daqueles outros praticados sobre «menores», decorria da violação do «Mandamento Sexto do Decálogo». Vencido o tempo do secretismo, para alguns, a partir dos anos 80, ainda assim, para o novo Código, a relação entre a culpa do agente (sacerdote, clérigo ou outro) e o juízo de censura correspondente esgotava-se no interior dessa outra relação entre quem infringia e os valores próprios da Igreja, dessa forma postos em causa. O sujeito sobre quem se exercia o abuso surgia, pois, como elemento externo, distante do conceito civil de «vítima». Por isso que não se encontre referências nem sequer à honestidade, mas sim, nesse ponto, apenas aos «bons costumes», cuja violação se repercutia também na imagem pública da Igreja, esta, assim, também ela, eleita como vítima da ação de quem cometia a infração. O próprio agravamento da sanção, sempre que os abusos eram exercidos sobre menores de dezasseis anos, se explica pela maior gravidade do ilícito e pela repercussão dessa gravidade no prestígio moral e nas exigências espirituais da Instituição. É, aliás, o que resulta do

Cân. 1395

«[...] o clérigo concubinário, fora do caso referido no cân. 1394, e o clérigo que permanecer com escândalo em outro pecado grave externo contra o sexto mandamento do Decálogo, seja punido com suspensão, e se perseverar no delito depois de admoestado, podem ser-lhe acrescentadas gradualmente outras penas até à demissão do estado clerical.

§ 2. O clérigo que, por outra forma, delinquir contra o sexto mandamento do Decálogo, se o delito for perpetrado com violência ou ameaças ou publicamente ou com um menor de dezasseis anos, seja punido com penas justas, sem excluir, se o caso o requerer, a demissão do estado clerical»,

texto, este, que deve ler-se em conjugação com os Cânones 1385, 1387, 1389 e 1395, entre outros.

Ora, esta é, em alguma parte, ainda hoje, a cultura que inspira a Doutrina da Igreja nesta matéria, como se depreende da leitura do Artigo 6 do Anexo 1 das Diretrizes da Congregação para a Doutrina da Fé — Modificações introduzidas na Carta Apostólica sob forma de «Motu Proprio», *Sacramentorum sanctitatis tutela* de 30 de abril de 2001 (normas substanciais e processuais atualizadas a 21 de maio de 2010):

«[...] §1. Os delitos mais graves contra os costumes, reservados ao julgamento da Congregação para a Doutrina da Fé, são:

1.º o delito contra o sexto mandamento do Decálogo cometido por um clérigo com um menor de dezoito anos; neste número, é equiparada ao menor a pessoa que habitualmente tem um uso imperfeito da razão;

2.º a aquisição ou a detenção ou a divulgação, para fins de libidinagem, de imagens pornográficas de menores com idade inferior aos catorze anos por parte de um clérigo, de qualquer modo e com qualquer instrumento.

§2. O clérigo que pratica os delitos a que se refere o §1 seja punido segundo a gravidade do crime, não excluída a demissão ou a deposição».

Sem embargo do evidente esforço de atualização, persiste a qualificação dos delitos «contra os costumes» e a acomodação dos abusos sexuais como delitos «contra o sexto mandamento do Decálogo», o mesmo se verificando, aliás, em nova e recente alteração às normas anexas ao m.p. *Sacramentorum sanctitatis tutela*.

Porém, várias outras foram as modificações acolá introduzidas, nomeadamente a que, de acordo com o artigo 7, veio alargar, de forma significativa, o prazo de prescrição para tais delitos e onde se observa, aí sim, uma procura de valorização da pessoa vítima do abuso:

[...] «§1. Salvaguardando o direito da Congregação para a Doutrina da Fé de derrogar a prescrição para cada um dos casos, a ação criminal relativa aos delitos reservados à Congregação para a Doutrina da Fé extingue-se por prescrição em vinte anos.

§2. A prescrição decorre segundo o cân. 1362 §2 do Código de Direito Canónico e do cân. 1152 §3 do Código dos Cânones das Igrejas Orientais. Mas no delito a que se refere o art. 6 §1 n. 1, a prescrição começa a decorrer a partir do dia em que o menor completou dezoito anos».

Passos decisivos foram, por outro lado, dados pelo Papa Francisco, de entre eles se destacando a sua Carta Apostólica sob forma de «Motu Proprio» *Vos Estis Lux Mundi*, na qual, em 2019, começa por afirmar que «os crimes de abuso sexual ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e lesam a comunidade dos fiéis. Para que tais fenómenos, em todas as suas formas, não aconteçam mais, é necessária uma conversão contínua e profunda dos corações, atestada por ações concretas e eficazes que envolvam a todos na Igreja, de modo que a santidade pessoal e o empenho moral possam concorrer para fomentar a plena credibilidade do anúncio evangélico e a eficácia da missão da Igreja».

E, em 16 de julho de 2020, o Vaticano faz publicar, como documento da Congregação para a Doutrina da Fé, o seu *Vademecum sobre Alguns Pontos de Procedimento no Tratamento dos Casos de Abuso Sexual de Menores Cometidos por Clérigos*, sobre o qual se disse constituir um passo decisivo para romper com um passado de encobrimento, de desconsideração pelas pessoas vítimas e de proteção de quem delas abusava, tudo em nome da reputação da instituição religiosa (Gomes, 2021).

Entretanto, o Papa proclamava, contra os abusos sexuais da Igreja Católica, a sua política de «tolerância zero».

Assim se aproxima, finalmente, o Direito Canónico do Direito Penal do Estado, vindo ambos a convergir, com as naturais diferenças resultantes da natureza própria de

cada um, na definição do valor a tutelar por ambos, também centrado na pessoa da vítima que, quando criança, se analisa, no Direito Canónico, na punição das condutas que provocam «danos físicos, psicológicos e espirituais» e, no Direito Penal, como vimos, na repressão das práticas que atingem «o livre desenvolvimento da personalidade do menor na esfera sexual».

E a mudança não é, evidentemente, desprezível.

Ao colocar a pessoa vítima, também ela, no centro da ofensa, e nos termos em que o faz, é o próprio Direito Canónico a reconhecer a excecional importância dos efeitos externos dos abusos sexuais cometidos no seio da Igreja, valorizando a pessoa vítima sofredora da ofensa e, assim, recusando a ocultação das suas práticas, até então tidas como violadoras apenas, ou essencialmente, de valores e interesses próprios da Instituição.

Daí a razão de ser deste Estudo e da Comissão dele encarregada.

Também aqui, porém, nem sempre a palavra dos textos encontra eco no todo da sociedade a que se dirigem, não sendo ainda raros os que ora negam a realidade, ora a diminuem quantitativa e qualitativamente, ora lhe introduzem ruídos diversos afastando a atenção do que é verdadeiramente essencial.

Parece-nos evidente que a Igreja, durante as décadas que interessam a este Estudo, não só conviveu com a prática, no seu interior, de inúmeros crimes de abuso sexual sobre crianças, como primou pela sua ocultação. Logo à partida deste trabalho, os resultados de estudos realizados noutros países, a leitura de textos produzidos por individualidades, consagradas ou leigas, ligadas à Igreja Católica, não deixavam margem para dúvidas sobre estas práticas (aliás confirmadas, como se verá mais adiante neste Relatório, por certos bispos e superiores e superiores gerais entrevistados). De notar, porém, que não terá tido, a Igreja, omissão diferente da que tiveram as famílias e a sociedade em geral, ela própria, protagonizando a cultura do tempo, por sua vez respaldada na própria lei em vigor.

Tendo a Igreja, como valores a proteger, o Sexto Mandamento do Decálogo e os bons costumes com reflexo na imagem de si própria, menosprezou por demasiado tempo a pessoa das vítimas-crianças, elas mesmas, por sua própria natureza, incapazes de voz credível aos olhos do mundo. A ocultação do fenómeno correspondia afinal a uma cultura. Errada cultura, mas uma cultura aceite pela comunidade, também ela, em boa parte, cúmplice interessada do silêncio assim instalado. Às pessoas vítimas cabia a guarda do seu próprio segredo, condenadas ao silêncio e a um sofrimento interior, também ele ocultado, ao longo de uma vida. Verifica-se, assim, que «o segredo, conjugado com a responsabilização da criança, por parte do agressor, pelas consequências para ele próprio, para a criança e para a família, [ou instituição], se revelar de alguma forma a situação [...], são fortes travões à revelação» (Alberto, 2022).

Impunha-se, por isso, a necessidade de tratar, ainda que muito sumariamente, a questão do dever de denúncia.

2.2.4. Dever de denúncia por parte de quem tenha tido conhecimento da prática de abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa

Questionando-se ainda hoje se existe, para os membros da Igreja Católica, enquanto tais e em abstrato, o dever de denunciar os crimes sexuais de natureza pública (após 2007), cumpre começar por desligar a natureza, pública ou semipública do crime, do respetivo dever de denúncia. Com efeito, não é da referida natureza pública que resulta o dever jurídico de denúncia, dever que, no nosso sistema processual penal, está, em regra, ligado à qualidade do sujeito denunciante e não à natureza do crime a denunciar. Assim, segundo o

Artigo 242.º do Código de Processo Penal

«1. A denúncia é obrigatória, [...]

- a) Para as entidades policiais, [...];
- b) Para os funcionários, na aceção do artigo 386.º do Código Penal, quanto a crimes de que tomarem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas»;
- c) [...];
- d) [...],

Ora, sendo, embora, vastíssima a lista de funcionários ou equiparados prevista naquele referido artigo 386.º, é legítima a conclusão de que nela não vêm a caber também membros, quaisquer que eles sejam, da Igreja Católica portuguesa, apenas enquanto tal, conclusão a retirar tanto do texto do artigo citado, como ainda, se tanto fosse necessário, da leitura conjugada deste com a da previsão do artigo 5.º da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, onde se prevê que «os eclesiásticos não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do seu ministério».

Tal, porém, não invalida que outra seja a conclusão a retirar quando, passando do abstrato, se olha à situação concreta a avaliar. Aí importa já considerar qual a relação, nomeadamente de natureza jurídica, que, no caso, se estabelece entre a Igreja, a pessoa que abusa e a criança abusada, começando por definir o estatuto jurídico da entidade ao serviço da qual se encontra aquele ou aquela que abusa, como, por exemplo, no caso de se tratar de instituição particular de solidariedade social, ou qualquer outra à qual seja reconhecida a qualidade de pessoa coletiva de utilidade pública.

Por outro lado, dada a relação de confiança que, naturalmente, se encontra na base da ligação da criança, e sua família, a uma instituição como a Igreja Católica, não pode esta deixar de assumir a condição de «garante» de bens jurídicos que, ainda que não consagrada pela lei civil, resulta inequivocamente dos fundamentos do Direito Canónico e jamais pode ser desprezada pelos membros da Igreja, no seu todo.

Também por isso, importa reter que o que está em causa não é apenas o dever jurídico de denúncia, mas, para além deste e independentemente dele, também o dever ético, moral e cívico de denunciar. Basta pensar em situações em que à pessoa abusadora foi permitido que prosseguisse o exercício das suas funções, ainda que deslocada para local diferente daquele em que terá cometido o primeiro abuso conhecido. Em situações

destas, a questão está em saber se não é a própria instituição, uma vez evitada a denúncia, que acaba por violar os seus deveres de «vigilância» e sobretudo de «proteção», exatamente os que dão corpo àquela sua referida condição de «garante».

Neste tema, como se sabe, as opiniões são divergentes, sendo que, cada caso, ao apresentar contornos específicos, distinguindo-o dos restantes, acaba por sugerir respostas também diferentes. Entre situações não conhecidas ocultadas pelas próprias vítimas ou seus familiares; até outras denunciadas por aquelas ou por estes, mas com pedido de segredo relativamente à Justiça do Estado; passando por queixas reclamando a intervenção desta, ou nada dizendo nesse ponto, tudo foi sendo, ao longo do tempo, tratado por forma a evitar o conhecimento público dos casos, aparentemente em nome da salvaguarda de outros bens «maiores» a preservar, nomeadamente, os bons costumes e o bom nome da própria Igreja.

Porém, se até à revisão da lei penal que em 2007 veio atribuir natureza pública aos crimes sexuais contra «menores», a caracterização destes como semipúblicos sempre poderia justificar o silêncio da Igreja, já, a partir de então, mais difícil se torna aceitar tal omissão. Na verdade, tanto num caso como no outro estamos perante crimes cometidos na Igreja, com a diferença, porém, de que a sua denúncia às autoridades com competência para a correspondente investigação estava, no primeiro caso, sempre dependente da vontade da pessoa vítima ou de quem a representasse, enquanto, a partir de 2007, passou a bastar ao Ministério Público o conhecimento dos factos para, sem mais, dar início ao respetivo inquérito. Ali, sempre a Igreja poderia bastar-se com o funcionamento da sua estrutura interna com vista ao apuramento da verdade e ao procedimento a adotar quanto à conduta da pessoa abusadora. Já, porém, a partir do momento em que o crime adquire natureza pública, a ausência de comunicação ao Ministério Público transforma o silêncio em verdadeira ocultação. Pior! É que, enquanto a omissão de denúncia no primeiro caso, correspondia, ou podia corresponder ao interesse da pessoa vítima, e tinha, então, cobertura na própria lei, agora, idêntica omissão, independentemente da vontade da pessoa abusada, já não encontra na lei qualquer suporte. Em termos mais claros, o que está em jogo é uma omissão de denúncia de um crime público ocorrido no seio da Igreja e supostamente praticado por um membro seu. Como agiria a Igreja se, em vez de um crime sexual cometido contra crianças, estivesse colocada perante um crime de homicídio? Que peso atribuiria aí ao respeito pelo mandamento quinto do Decálogo e pela defesa do bom nome da Instituição? E, todavia, a citada alteração legislativa, equiparando a natureza destes crimes, não veio a encontrar, até há bem pouco, correspondência na atitude da Igreja Católica perante os abusos sexuais de crianças praticados por membros seus.

Foi, pois, neste caldo de cultura, que veio a instalar-se a ocultação que agora se pretende, em boa parte, «desocultar».

2.2.5. A Comissão Independente e o Ministério Público

Como é sabido, não cabe à Comissão Independente proceder a qualquer tipo de investigação de natureza criminal o que, a ser sequer esboçado, redundaria em grave ilegalidade. No modelo português, o Ministério Público, que detém a titularidade exclusiva da ação penal, é também a entidade a quem cabe dirigir a investigação criminal, seja esta executada por si, diretamente, ou por órgão de polícia criminal.

Dada a natureza pública dos crimes de abuso sexual de crianças, deliberou a Comissão que os testemunhos que lhe chegassem seriam, depois de analisados, remetidos para o Ministério Público, para os efeitos que aí fossem considerados adequados.

Por parte da Comissão, cujo interesse imediato era o de obter o máximo de testemunhos espontâneos, foi assegurado às vítimas que os dados de identificação indireta que fizessem chegar não seriam revelados, assim honrando o compromisso de sigilo com elas firmado.

Numa primeira fase, a Comissão contactou o Gabinete da Criança, do Jovem e da Família, da Procuradoria-Geral da República, propondo o estabelecimento de uma linha permanente entre ambos, cabendo ao Gabinete, como devia ser, a definição do caminho a dar aos elementos que a Comissão fosse fornecendo. Para tanto, a Comissão Independente centrou o seu procedimento nos seguintes tópicos:

- Tendo como missão principal o estudo dos abusos ocorridos no período decorrido entre 1950 e 2022, a Comissão recebeu testemunhos de pessoas vítimas, ora através do seu relato pessoal em reunião presencial, ora através do preenchimento do inquérito *online*, para o efeito elaborado. Tanto num caso, como no outro, os testemunhos são, na sua maioria, anónimos, sendo prestados sob a garantia de absoluto sigilo. Relatam situações de abuso, indicando, por aproximação, as respetivas datas, os locais e o modo de execução das práticas em causa, sendo frequente surgir a identificação da pessoa abusadora apenas referida pela função que exercia ou pelo cargo que desempenhava no seio da Igreja.
- A maior parte das ações testemunhadas ocorreu e terminou há muito mais de dez anos pelo que, na sua quase totalidade, cai já fora do prazo legal para o exercício da ação penal, por prescrição do respetivo procedimento criminal. Outros casos há, porém, em que aquelas ocorreram, ou podem ter ocorrido em tempo que permita que aquele procedimento possa vir a ter lugar.
- Ora, não cabendo à Comissão formular qualquer juízo sobre a probabilidade de êxito da correspondente investigação criminal, apenas lhe resta remeter para o Ministério Público informação organizada em fichas construídas a partir dos testemunhos recebidos, sem embargo de reconhecer que, em alguns casos, os elementos disponíveis podem não apontar sequer para um razoável início de produção de prova. Esta é, todavia, conclusão que não cabe à Comissão formular, sendo certo que jamais poderia reter os elementos que detém em seu poder e sobre cujo valor indiciário nenhum juízo lhe compete emitir.
- Não devendo, assim, a Comissão, deixar de remeter o material de que dispõe, não significa tal remessa para o Ministério Público uma qualquer tentativa de transferência de responsabilidade pela eventual impossibilidade de exercício da correspondente ação penal.

Desde o primeiro momento ficou, pois, claro que para ali seriam remetidas fichas de testemunhos: a) revelando a prática de crimes; b) praticados em data cabendo dentro do prazo para o exercício do respetivo procedimento criminal; e c) com a informação que resultasse do testemunho prestado anonimamente.

Para o cálculo do prazo referido em *b)* usou-se um critério alargado, antecipando logo que em algumas situações o prazo estaria ultrapassado, sendo certo, porém, que tal decisão caberia sempre ao Ministério Público.

Quanto ao referido em *c)* também se deixou, desde o primeiro momento, a indicação de que vários dos casos seriam praticamente insuscetíveis de investigação, por falta de dados relevantes. Uma vez mais, aí, a Comissão tomou como bom o princípio de que lhe não cabia proceder a qualquer avaliação sobre o maior ou menor sucesso da investigação criminal em causa. Na verdade, aquela não age dentro do estatuto de sujeito processual, não apresentando, tecnicamente, qualquer denúncia, mas sim como elemento de ligação entre quem lhe entrega um testemunho e a Magistratura com exclusividade para lhe dar o adequado tratamento penal e processual penal.

Não surpreende, pois, que os resultados, neste domínio, sejam escassos, como, aliás, aconteceu em situações semelhantes noutros países. Ao todo, foram remetidos para o Ministério Público 25 (vinte e cinco) testemunhos.

2.2.6. Dos alegados «abusadores» ainda no ativo

Questão diferente foi, entretanto, colocada pela verificação, em vários dos testemunhos prestados, de situações de abuso sexual de crianças praticados por elementos da Igreja Católica portuguesa ainda hoje no ativo.

Entre estes, encontra-se referência a factos que, por prescrição do respetivo procedimento criminal, não são já suscetíveis de investigação criminal; e a outros praticados, esses, em tempo próprio para que se dê, ainda agora, início àquele procedimento.

Neste último caso, nenhum problema se suscita, uma vez que o envio ao Ministério Público dos dados constantes dos respetivos testemunhos, na parte que interessa à investigação criminal, não deixará de incluir já a extensão desta à eventualidade de continuação da atividade criminosa das pessoas em causa.

Já, porém, nas situações em que, com a pessoa alegada abusadora ainda no ativo, se encontra vedado o procedimento criminal pelos factos testemunhados, duas interrogações se perfilam. A primeira no sentido de saber se, sem crime a investigar, cabe ainda ao Ministério Público o poder de averiguar da eventual atividade criminosa de alguém sobre quem impende a suspeita de, no passado, ter infringido, apenas com o fundamento de que, a confirmar-se tal, será de prever o prosseguimento, no presente, de idênticas condutas. Embora tudo aponte para que tal não seja possível, quer à luz das Leis Penal e Processual Penal, quer em face do próprio texto da Constituição da República Portuguesa, ainda assim poderá concluir-se que tal decisão sempre haverá de caber ao Ministério Público e não à Comissão Independente.

Porém, outra face do mesmo problema subsiste ainda. A Comissão Independente teve sempre como seguro que o seu compromisso de sigilo junto das possíveis vítimas constituía, como se verificou constituir, o argumento mais sólido para levar ao seu testemunho que, sendo prestado, na maioria dos casos, sem revelação da identidade de quem o presta, sempre comporta dados que, cruzados entre si, bem podem conduzir àquela identificação, por via indireta. Ora, um desses dados, neste ponto, mais eficazes, seria sempre a identificação da pessoa alegada abusadora, o que ocorreria na sua

revelação tanto ao Ministério Público, como à hierarquia da própria Igreja Católica, nomeadamente às Comissões Diocesanas, mas não só. Libertar, no mesmo tempo previsto para o Estudo da Comissão, informação dessa natureza, para lá dos casos ainda suscetíveis de investigação — e essa irrecusável —, seria colocar em risco o sentido e os efeitos desejáveis do Estudo em curso.

Decidiu, assim, a Comissão Independente, depois de muito ponderar, que a lista das pessoas alegadas abusadoras ainda no ativo, seria remetida, apenas no termo dos trabalhos, tanto ao Ministério Público, como à Conferência Episcopal Portuguesa, entidade que promoveu o presente Estudo, para a análise que aí se julgar adequada, recomendando, embora, e em ambas as situações, o máximo respeito pelo sigilo desde o início garantido.

3. METODOLOGIAS E CAMINHOS DE ABORDAGEM

Depois da teoria e dos conceitos, este capítulo ocupa-se de instrumentos metodológicos, isto é, das escolhas que a Comissão fez sobre os modos de estudar a realidade. Não só numa ótica qualitativa, como, tal como se explicou anteriormente, numa ótica quantitativa.

3.1. Uma abordagem em profundidade — dar voz

Uma opção fundamental da nossa abordagem metodológica às pessoas vítimas de abusos sexuais em crianças por membros da Igreja Católica portuguesa, foi colocá-las no centro do presente Estudo, procurando dar-lhes voz ativa e livre, anónima, salvaguardada num plano de total intimidade e privacidade. Assim, cada uma podia escolher por *motu proprio* como dizer, o que dizer sobre o abuso, em que circunstâncias o fazer, dando-se-lhe para tal opções diversas, através da disponibilização de vários canais de comunicação.

Para além do inquérito *online*, cujo guião seguia uma ordem determinada de questões, mas permitia sempre à pessoa que usasse da palavra livremente naquelas perguntas de resposta aberta, a Comissão pôs à disposição das vítimas a possibilidade de realização dos testemunhos presencialmente ou por telefone; dessa modalidade ocupamo-nos no primeiro ponto desta secção.

Numa ótica igualmente qualitativa, mas desta vez com o objetivo de conhecer a elite eclesial portuguesa e compreender alguns dos seus pontos de vista sobre o problema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica, realizámos entrevistas aos atuais bispos diocesanos e a uma amostra de superiores e superiores gerais de congregações religiosas que, no seu domínio de intervenção, lidam com crianças. Apresentámos metodologicamente esta etapa no segundo ponto.

Por último, focámo-nos numa análise da imprensa, nacional e regional, que tinha por objetivo recolher notícias, reportagens sobre abusos sexuais de crianças no âmbito da Igreja Católica portuguesa, entre 1950 e a atualidade.

3.1.1. As pessoas vítimas: testemunhos presenciais e telefonemas

Os testemunhos presenciais

Sendo o nosso objeto de estudo dirigido para as vítimas em si mesmas, foi a elas que se quis chegar dando-lhes a palavra e ouvindo a sua voz, disponibilizando para isso uma pessoa especializada da equipa da Comissão para o atendimento geral telefónico e outras duas sempre escaladas para receber quem requisitasse a possibilidade de um atendimento presencial, deslocando-se à sede da Comissão, que desde sempre permaneceu em local anónimo e exteriormente descaracterizado, num pequeno apartamento no centro de Lisboa.

Procurou-se que o máximo de vítimas pudesse dar o seu testemunho, sentindo-se, para além de atendidas, entendidas e amparadas no seu sofrimento, lembrando sempre que cada uma conta, na sua forma singular de comunicar e exprimir o que sente. Deixou-se expressa, de forma sempre clara, a disponibilidade da Comissão para qualquer

necessidade de contacto pessoal futuro, assegurando que todos se sentissem pessoas e, acima de tudo, que ninguém se imaginasse usado como apenas um número, outro mais e, depois, abandonado a uma eventual continuidade da sua própria solidão e sofrimento.

Desde o início dos trabalhos, 51 pessoas contactaram a Comissão para marcar um dia e uma hora para virem pessoalmente dar o seu testemunho: ou seja, mais do que preencherem um inquérito anónimo disponível *online*, abordarem o seu caso telefonicamente ou expondo-o por *email* ou em carta, esses adultos fizeram questão de falar pessoalmente com membros da Comissão, dando assim a sua cara, quebrando o seu anonimato, desejando participar de uma maneira ainda mais ativa e explícita do que outros neste estudo.

Desse número total, resultaram diretamente 34 depoimentos (de 23 homens e 11 mulheres) que confirmaram abusos sexuais sofridos enquanto crianças, por parte de alegados abusadores membros da Igreja Católica. Outras 14 foram pessoas que vieram dar testemunhos considerados importantes ou fundamentais para o presente estudo, ou seja, possuíam conhecimento direto de casos ou situações muito diversas de abuso que aconteceram à sua volta; estes eram validados posteriormente pelo cruzamento de informação com outros testemunhos. Houve ainda mais 3 pessoas que, tendo sido também ouvidas pessoalmente, não foram consideradas para o presente estudo, uma vez que à data referida do abuso tinham uma idade já superior a 18 anos, logo, situavam-se fora da faixa etária contemplada no estudo.

Os entrevistados tinham, em média, uma idade (48 anos) inferior à da totalidade da amostra, tendo a pessoa mais nova recebida 22 anos e a mais velha 73 anos. Houve 5 entrevistas pessoais por Zoom a pessoas a residir fora de Portugal. As outras 29 residiam em vários distritos do País: 14 em Lisboa, 2 em Setúbal, 3 no Porto, 2 em Vila Real, 2 em Coimbra, 2 em Leiria, 1 em Braga, 1 em Aveiro, 1 em Santarém, 1 em Castelo Branco.

As pessoas vieram quase sempre sozinhas e de vários pontos do país, sendo que em alternativa foram realizadas algumas entrevistas por Zoom para algumas que geograficamente viviam muito longe de Lisboa ou até mesmo fora de Portugal continental, incluindo pontos da Europa e de países do continente americano. Contudo, houve pessoas que se deslocaram de longe, preferindo mesmo assim estar «face a face» com membros da Comissão. Algumas pediram e preferiram vir acompanhadas à entrevista, com alguém que consideravam da sua confiança e cuja presença era indicada como um reforço da sua sensação de segurança junto de «estranhos».

Optar por vir falar diretamente com um outro, em vez de preencher um inquérito *online* ou falar por via telefónica do seu caso específico, revela uma espantosa «força do eu», muitas vezes expressa como «libertadora» da angústia ainda hoje vivida. Para outros, significou a necessidade de se certificarem que, para a Comissão, era verdade o que contavam, que os seus membros estavam realmente disponíveis para ouvir e ajudar a reconstituir o passado, nunca para criticar ou julgar. Também houve quem sentisse nesta deslocação um reforço da necessidade de um anonimato, que um telefonema ou o preenchimento poderia não cumprir na totalidade. De sublinhar, ainda, que vários declararam estar em processo terapêutico e que fora o próprio psicólogo ou psiquiatra quem os encorajara a vir.

Todas as entrevistas foram feitas por dois membros da Comissão, habitualmente de géneros diferentes, com um tempo previsto de 60 minutos, na maioria dos casos largamente ultrapassado. Foi adotada como metodologia comum um início centrado no

registo de um discurso livre da vítima, passando-se de seguida para um padrão de entrevista semiestruturada, procurando sempre respeitar-se o ritmo de cada pessoa, frequentemente de elevada intensidade emocional.

A todas as pessoas foi pedida autorização para um dos membros da Comissão apontar à mão factos e dados diversos reportados, tal como outra matéria de relevo obtida ao longo da entrevista. Não foi realizado qualquer registo áudio ou de imagem, sendo que isso foi sempre referido a todos os participantes. No final de cada um destes momentos, procurou-se ainda atender a dois aspetos considerados essenciais pela Comissão:

- A possibilidade de qualquer vítima poder voltar a recorrer presencialmente a este registo, facto que aconteceu em alguns casos;
- A certificação de que, antes de abandonar o espaço de trabalho da Comissão, a pessoa se encontrava estável emocionalmente para regressar por si só ao seu ambiente de vida natural e, se possível, que indicasse por mensagem a chegada ao seu destino, sobretudo para aquelas que vieram de mais longe.

E se na chegada à entrevista as pessoas revelavam ansiedade sobre o momento, ou duvidavam sobre se teriam ou não agido bem em ter vindo, seguia-se depois um momento de maior certificação da confiança no interlocutor, do seu perfil profissional e da sua disponibilidade para escutar o que cada qual apenas quisesse transmitir, nunca como uma obrigação, mas acima de tudo como forma de conhecimento e libertação. Várias sabiam bem que não tinham sido as únicas vítimas diante de alegados abusadores: referiam amigos, colegas de seminário ou de escola, amigas da mesma turma, «raparigas daquele tempo», camaradas do mesmo grupo de escuteiros; outros descreviam-nas de forma anónima, mas segura, como muito prováveis vítimas, pois o que presenciavam nesses momentos era a total repetição de cenários por si mesmos já bem conhecidos.

Uma quebra emocional era sobretudo evidente quando o discurso se centrava nos abusos sexuais, em detalhes precisos mas de difícil verbalização na forma como os mesmos ocorreram, tal como a maneira como marcaram o desenvolvimento posterior de cada qual em diversas áreas ou também, e quase sempre, na incapacidade que a maioria das vítimas teve ao longo da vida em falar deste trauma e suas consequências particulares, incluindo a própria relação com a Igreja de que muitos, com mágoa referida autonomamente, se afastaram até aos dias de hoje.

No tempo específico da entrevista foi várias vezes nítido o movimento regressivo perante os observadores, recuando claramente a um tempo traumático das suas infâncias: diante dos membros da Comissão estavam, nesses precisos e dramáticos instantes, as vozes das crianças que nunca conhecemos enquanto tal, mas que facilmente se reconstruíam em imagens internas de uma dor imensa nunca até agora acolhida, integrada e ultrapassada.

De notar ainda que houve casos em que este encontro presencial com membros da Comissão foi mesmo a primeira vez em que as pessoas abusadas verbalizaram a outrem o sucedido, o seu «segredo» como várias vezes referiam, em múltiplas ocasiões ainda vinculados nos típicos sentimentos de vergonha, de culpa e até de medo.

As entrevistas realizadas foram de alto impacto emocional para as vítimas. Mas ouvi-las foi também, para qualquer membro da Comissão, uma forma extremamente

impactante de se confrontar com múltiplas realidades dolorosas, muitas delas inimagináveis pela forma e intensidade, pelo desamparo prévio da criança vítima, a sua fragilidade social ou familiar, a incapacidade de adultos valorizarem queixas expressas de diversas formas, pela dificuldade de verbalizar o sucedido durante décadas. Impactante, também, pela inépcia ou negação por parte de membros da hierarquia da Igreja que, em certos casos, haviam sido informados dessas situações; pelo questionamento comum sobre a utilidade, agora e tanto tempo depois, de falarem de um passado inalterável, do qual expressavam quase nula expectativa reparadora, exceto o quase comum lamento de um «porquê eu?» ou até «e os outros? Como é que ninguém falou?», entre tantos e diversos exemplos possíveis de apontar que permanecem sem resposta lógica possível de devolver. Para os membros da Comissão, este confronto com a condição humana nas suas dimensões mais perversas, pela mão das próprias vítimas, deixou marcas fundas que carregarão para sempre.

A todas estas pessoas, que em muitas situações trouxeram não apenas a sua própria experiência de abuso sexual na Igreja Católica portuguesa, como a de muitas outras crianças e adolescentes que conheceram e viveram o mesmo tipo de trauma, é impossível não expressar um agradecimento redobrado perante o seu raro exemplo de coragem e determinação, num exemplo de vida que tocou profundamente todos os membros da Comissão e, sem qualquer dúvida, enriqueceu muitíssimo a informação quantitativa e qualitativa que foi a base deste estudo.

Os telefonemas

A par das entrevistas presenciais, de 11 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 (datas de início e de conclusão do Estudo), esteve a funcionar uma linha telefónica para a recolha de testemunhos, com dígitos de fácil memorização, 917 110 000, a qual funcionou os cinco dias da semana, no horário compreendido entre as 10h00 e as 20h00, com possibilidade de registo de mensagens verbais e escritas. Tal como acontecera com os outros instrumentos de recolha de informação, garantiu-se o total anonimato de números e/ou nomes de todas as pessoas que a utilizaram.

A linha telefónica serviu não só para ajudar pessoas vítimas a completar o inquérito *online*, esclarecer dúvidas técnicas ou pormenores do seu preenchimento, como também para prestar informações sobre qualquer aspeto do funcionamento da Comissão. Foi ainda útil para muitas pessoas que a utilizaram no intuito de revelar informação e pistas para este tema de estudo, identificando, por vezes, nomes, locais, vítimas e pessoas abusadoras. Estas pistas eram depois objeto de uma análise mais cuidada, com o objetivo de serem validadas. Registaram-se chamadas de pessoas que quiseram partilhar problemas pessoais, mesmo que não do âmbito deste trabalho, mas que assim puderam ser devidamente encaminhadas. Houve ainda, como era expectável e embora em número muito pouco significativo, chamadas «silenciosas», «insultuosas» ou simplesmente consideradas «falsas» sobre os contextos referidos.

O atendimento desta linha foi assumido por um elemento especializado da Comissão, assistente social e terapeuta familiar de formação, coadjuvado por um outro, externo, com formação e prática em psicologia clínica. Todas as chamadas foram contabilizadas e feita a sua categorização, como adiante se revela em detalhe. Nenhuma foi gravada.

Foi também um dos meios utilizados para a marcação de entrevistas presenciais, sempre que solicitadas, culminando na decisão sobre uma data e hora de atendimento, bem como do respetivo local.

Não se tratava de uma linha de apoio psicológico ou de emergência em geral, mas foi sendo ensaiado, construído e seguido um protocolo de atendimento que acolhesse este primeiro e essencial momento de escuta de muitos que contactaram em evidente sofrimento e expectativa emocional, tantas vezes logo perceptível pelo tom de voz, pela hesitação em falar e sobre o que falar. Considerou-se fundamental dar um espaço contendor e respeitador do ritmo e capacidade de cada qual em verbalizar situações que também, em muitos casos, nunca anteriormente tinham sido reveladas, bem como assegurar a disponibilidade total para outro qualquer contacto posterior, o qual, aliás, veio a acontecer em muitos casos e funcionou como um esteio de suporte em momentos de oscilação ou até de «crise» emocional de bastantes pessoas vítimas.

No início de cada atendimento, procedia-se a uma introdução ao trabalho geral da Comissão e objetivo do Estudo, bem como à apresentação da profissional da Comissão que estava ao telefone, voltando a reforçar-se como garantia prévia o anonimato de quem contactava (muitos não hesitaram, no final, em revelar o seu nome e incluir o seu contacto telefónico e/ou o endereço eletrónico), a par do sigilo profissional de quem rececionava o telefonema.

Tal como numa entrevista presencial, o acolhimento é uma etapa muito importante para ajudar a criar um ambiente mais descontraído e empático com quem procura o outro, facto ainda mais relevante perante a dureza do tema. Também por isso houve muitas vezes a necessidade, sentida desde logo, sobretudo quando se tratava de pessoas vítimas que estavam mais fragilizadas do ponto de vista emocional ou nas quais transparecia uma atitude de maior impulsividade e fragilidade de organização ou até de expressão comunicacional, de dar tempo, não interromper silêncios, aguardar pela sua capacidade progressiva de ir expondo os factos que a levaram a contactar a Comissão.

Procurou-se recorrer a uma linguagem adequada, simples e assertiva, num modelo de escuta ativa, favorecendo a comunicação espontânea, seguindo e respeitando o tempo e o padrão comunicacional de cada vítima, dando espaço a um diálogo construtivo, em vários casos de organização e devolução de sentimentos e pensamentos expostos de forma muito intensa.

Neste processo, existiram ainda momentos de organização narrativa ou das referências espaciotemporais por parte do interlocutor que, sem induzir ou frear um discurso que sempre se valorizou como o mais espontâneo possível, ajudaram a relacionar factos concretos com as respetivas experiências traumáticas, encadeando de início mais as questões do presente, para então se poder iniciar uma viagem narrativa até ao passado, quase sempre a mais longa e emocionalmente complexa.

Procurou-se, ainda, criar todas as condições para que qualquer pessoa conseguisse, de uma forma livre e apoiada, expor-se sem sentir qualquer *a priori*, incluindo a de diversos juízos de valor: a escuta esteve sempre virada para a intenção de «recolher informação», «ajudar a reconstituir uma biografia», nunca para «duvidar», «desmentir», «criticar», «avaliar» ou «julgar». A pessoa vítima parecia reviver a sua situação como se a mesma fosse ainda a presente no aqui e agora, de uma maneira tão intensa como claramente dolorosa e angustiante: tratava-se de a ouvir sem a poder ver,

estar próximo sem a envolver ou tocar, compreender sem poder apagar da memória traumática de cada adulto momentos tão duros do seu tempo de infância.

Mas, noutros casos, o encadeamento e a organização do discurso eram tão reais e por si só coerentes e concretos que a comunicação parecia fluir ainda mais naturalmente, com muito menor necessidade de interrupção ou balizamento do interlocutor, notando-se aí um nível maior de amadurecimento emocional na tomada de decisão de contactar a Comissão. Revelavam-se, de novo, anos de sofrimento e de silêncio, desvendados agora de forma tão mais objetiva quanto integrada, correspondendo em certos casos a pessoas que haviam passado por processos terapêuticos pós-traumáticos ou àquelas em que, simplesmente, a globalidade dos seus recursos individuais, familiares ou outros estiveram sempre presentes de forma mais coesa ao longo do tempo.

Num telefonema não conseguimos aferir os sinais não verbais de comunicação e relação de quem o realiza, mas as palavras expressas e o agradecimento posto num tom de voz sereno e aliviado no final do telefonema foram evidências de reconhecimento e satisfação por parte das pessoas vítimas em terem ousado realizar este contacto.

Alguns dados adicionais. Nos casos em que fomos contactados por vítimas na primeira pessoa, a duração das chamadas oscilou entre os quarenta minutos e uma hora e meia. A conversa não terminava sem colocar à pessoa interlocutora a pergunta: «como se sente, agora?». As respostas obtidas foram elucidativas de gratidão (por se ter sido ouvido sem julgamento), do sentimento de libertação, de tomada de um certo poder (transformar um testemunho individual num desígnio coletivo). Eis alguns exemplos:

Falar é um ato libertador, obrigado. (M)

Temos que dar voz a estes assuntos. (M)

Agora o problema passou a não ser só meu. (F)

Não queria morrer sem contar o que me aconteceu. (M)

Sinto-me aliviado. (M)

Dar o passo para falar, fez bem. (M)

Sinto-me ansioso porque não vou denunciar ninguém e ele vai continuar a abusar de crianças. (M)

Falar assim, é mais fácil. (F)

Apaguei por uma questão de sobrevivência, deixei de pensar e agora reacendeu. (M)

Obrigada por me ouvir. (F)

Resolvi me libertar. (F)

Obrigada, mais uma vez por me ter atendido. (M)

Estou mais tranquila, vou ligar ao meu marido a dizer que consegui contar, ele vai ficar contente. (F)

Tem sido um caminho de procura, sensação que este telefonema é um pilar importante. (F)

Rever isto tudo foi importante para perceber o significado disto tudo. (M)

Libertei a minha mágoa, sinto-me melhor. (F)

Isto estava bloqueado e deixou de estar, recordar é aceitar que aconteceu. (M)

Quanto à caracterização das chamadas, podemos afirmar que, entre o dia 11 de janeiro de 2022 e o dia 31 de outubro de 2022, a Comissão recebeu um total de 365 chamadas telefónicas. A nível da sua distribuição ao longo do tempo, cerca de metade (46,45%) foi atendida nos primeiros três meses de trabalho, com uma maior incidência no mês de janeiro (28,96%), logo após criação da Comissão. Do número total de chamadas (n=365), 102 resultaram no preenchimento de inquérito com a ajuda de um membro da Comissão.

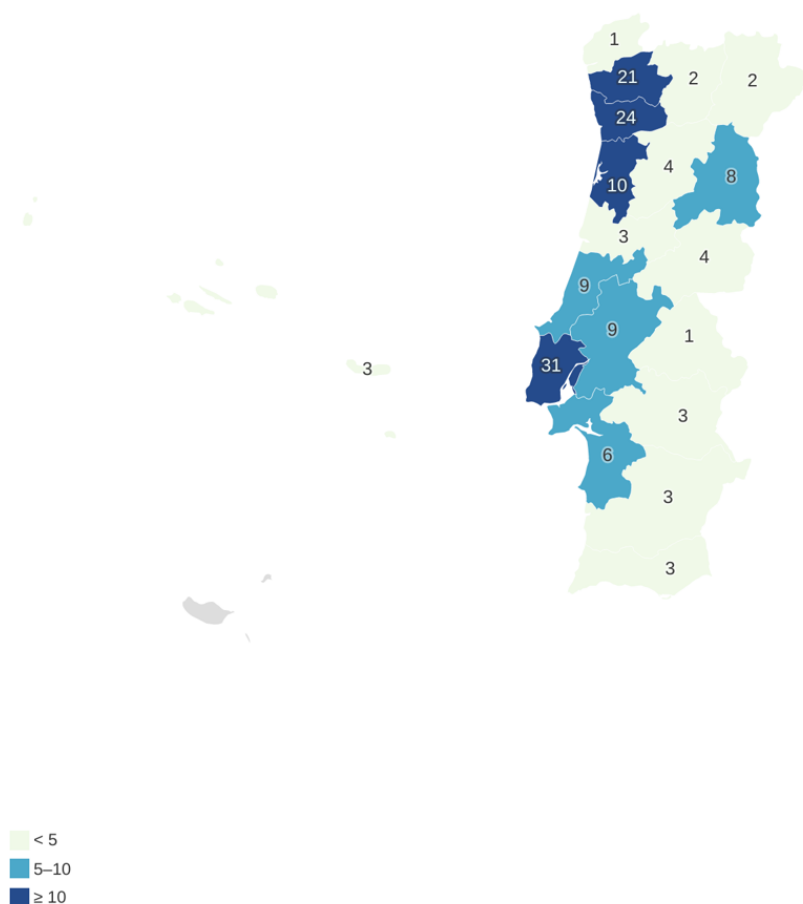
Figura 1 – NÚMERO DE CHAMADAS RECEBIDAS



No que se refere à caracterização das pessoas que ligaram, foi possível recolher os seguintes dados:

- 203 eram do sexo masculino;
- 225 não referiram o ano de nascimento; dos restantes, a média de idades foi de 60; a pessoa mais nova tinha 25 anos e a mais velha 89;
- 206 não referiram a zona de residência; dos restantes 159, é interessante notarmos que a maioria se concentra em distritos com grandes cidades do litoral do País (toda a mancha alargada da Área Metropolitana de Lisboa, com Santarém e Leiria; Porto/Aveiro/Braga e do Interior, Guarda).

Figura 2 – NÚMERO DE CHAMADAS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (DISTRITO) DA PESSOA VÍTIMA



Relativamente ao conteúdo destas chamadas telefónicas, registámos as seguintes categorias:

- Ajuda ao preenchimento de inquérito pela vítima: 102;
- Testemunhos na terceira pessoa: 18;
- Informação relevante sobre situações de abuso sexual na Igreja, com identificação de locais e/ou nomes de possíveis abusadores: 24;
- Outros tipos de abuso (de poder, físico) por membros da Igreja, a crianças: 12
- Abusos de crianças fora da Igreja Católica: 9;
- Abusos de adultos (físicos ou psicológicos) fora da Igreja Católica — vítimas e testemunhas: 19;
- Pessoas com necessidade de apoio psicossocial: 19;
- Pessoas vítimas que pediam ajuda/acompanhamento e foram reencaminhadas: 3;
- Marcação de entrevista/Zoom/chamada: 32;
- Pedidos de informação (acerca dos trabalhos da Comissão): 41;
- Outros (chamadas de apoio *vs.* crítica à Comissão, telefonemas após programas televisivos): 55;
- Chamadas fora do âmbito do estudo: 31.

Vale a pena referir, para terminar, que recebemos no nosso apartado nove cartas que continham testemunhos na primeira pessoa ou, ainda, provenientes de testemunhas diretas de abusos sexuais de crianças na Igreja Católica.

3.1.2. Outras vozes: o topo da hierarquia da Igreja Católica portuguesa

Embora o centro de gravidade da análise desta Comissão fosse a pessoa vítima de abuso sexual na infância e adolescência, pareceu-nos importante ouvir, através de entrevistas, os atuais líderes da Igreja Católica portuguesa. Falando de um lugar diferente da balança do poder (a partir da sua posição cimeira na instituição que tutelava ou tutela as alegadas pessoas abusadoras), são informadores privilegiados sobre o tema em análise, desde logo porque foi graças à sua iniciativa que, na prática, este Estudo foi encomendado. É certo que o impulso dado pelo Papa Francisco constituiu uma forte pressão externa para a tomada de iniciativa por parte dos bispos portugueses; mas a decisão final de criar uma Comissão Independente foi da própria Conferência Episcopal Portuguesa e esse protagonismo, coletivo e individual, era um objeto a merecer atenção. Na componente qualitativa deste Estudo, tornava-se pois relevante aceder a estes protagonistas, dar-lhes voz e procurar compreender o significado que atribuíam ao momento que estávamos a viver.

Para além disso, interessou-nos reconstituir, resumidamente, as suas histórias de vida, moldadas pelo tecido social e cultural onde se inscreveram. Estes homens (no caso dos bispos e dos superiores gerais) e estas mulheres (no caso das superiores gerais) tiveram uma experiência de família, de infância, de socialização, religiosa e escolar, a que os valores que hoje defendem não são certamente estranhos. O conhecimento dos seus contextos de partida pareceu-nos uma peça preciosa para entender o modo como exercem e como pensam hoje o seu papel dentro da Igreja Católica. Desde cedo nos apercebemos, aliás, de que esta não falava, implícita ou explicitamente, a uma só voz e essa pluralidade interna merecia ser aprofundada.

Ao contrário das pessoas vítimas, que vieram até nós, neste caso o esforço para aceder a esta franja da Igreja Católica partiu da Comissão. Aliás, esse é um dado curioso que vale a pena registar: com uma exceção (o Serviço de Escuta dos Jesuítas em Portugal, que imediatamente após a sua criação nos enviou um *email* de incentivo e disponibilidade total para participar no Estudo), a Comissão não recebeu de qualquer outro membro ou estrutura da Igreja Católica um contacto espontâneo mostrando vontade ou interesse em colaborar. Uma vez encomendado o Estudo, nesses meses iniciais pareciam remeter-se a uma mera posição de espera, exterioridade e distância.

Em 25 de fevereiro de 2022, lançámos aos dezoito bispos portugueses e aos três administradores diocesanos das dioceses em sede vacante, através do *email* da Comissão, um convite «para uma reunião (por Zoom, sendo mais prático) com o objetivo de aprofundar diversos temas como: o percurso como homem de fé; as características da diocese que coordena; o seu entendimento da relevância do problema dos abusos sexuais na Igreja portuguesa; a organização dos arquivos históricos da diocese e o processo de acesso ao espólio que contém (para os anos 1950-presente)». Este convite era precedido de um parágrafo de apresentação em que se esclarecia: «No âmbito do trabalho que está a desenvolver, a Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças

na Igreja Católica Portuguesa pretende marcar reuniões com informadores privilegiados que a possam ajudar a enquadrar o tema, tanto do ponto de vista das respetivas experiências de terreno, como das perceções pessoais sobre esta realidade. O contributo dos bispos da Igreja é obviamente fundamental para tal esforço de contextualização».

A reação inicial ao convite permitiu imediatamente distinguir atitudes distintas. Estávamos no início do nosso trabalho, esta era a primeira abordagem direta com que se confrontavam, a visibilidade mediática do tema (e da Comissão) era então baixa e também por isso estas reações permitiram captar de uma forma «genuína» como se posicionavam os bispos face a um primeiro contacto direto. Quatro deles responderam nas primeiras trinta e seis horas, mostrando-se inteiramente disponíveis e sugerindo datas para a reunião. Outros quatro, certamente apreensivos com o tópico relativo ao acesso aos arquivos históricos, responderam que reservariam a sua resposta sobre esse ponto para depois de uma reunião do Conselho Permanente da CEP dali a cerca de três semanas «*com alguém dessa Comissão*». Em seu entender, era importante coordenar formas de procedimento com todas as dioceses e, portanto, as conversas deviam ser programadas para um tempo posterior, para que houvesse uma certa regulação. Chegou-nos, ainda, *feedback* negativo pelo modo informal como o convite fora feito aos bispos: contacto direto com cada um deles, por *email*, assinado por um coletivo (Comissão Independente) e propondo um contacto via Zoom. Os restantes cinco responderam ao longo das duas semanas seguintes.

Ao todo, e à primeira chamada, responderam doze bispos e um administrador diocesano. Seguiu uma segunda a 17 de março de 2022 (dois dias após a realização da referida reunião em Fátima). Todos os restantes bispos, com exceção de um, responderam ao *email* e aceitaram o convite para a reunião. As entrevistas decorreram entre 3 de março e 19 de maio de 2022. O administrador diocesano de Bragança-Miranda (em sede vacante) delegou a entrevista no presidente da Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis. Um bispo (Beja) e um administrador diocesano (Setúbal) nunca responderam às chamadas da Comissão.

As entrevistas aos 19 bispos duraram, em média, uma hora e foram todas realizadas (com exceção de uma, por imprevisto) por dois membros da Comissão Independente — a maioria delas por duas mulheres.

A interação estabelecida foi quase sempre de grande cordialidade e empatia connosco e com o trabalho da Comissão. Só num caso a entrevista foi presencial, fazendo-se o bispo acompanhar de um assessor. De resto, todas as outras foram realizadas por Zoom, plataforma com a qual todos estavam familiarizados. Do lado dos bispos, foram efetuadas a partir de lugares de trabalho, onde eram visíveis *dossiers* e livros, imagens religiosas (quase sempre da Virgem Maria). Com exceção de um, apresentaram-se sempre de colarinho clerical, crucifixo ao pescoço e anel episcopal.

Apenas em três situações sentimos tensão face à nossa iniciativa, manifestada logo no início da conversa, mas que se manteve ao longo dela. Ora porque insistíamos em fazer Zoom («*estas conversas não são para se ter em Zoom*»); ora porque consideravam «*disparatado*» fazer perguntas sobre a sua infância e vida pessoal; ora porque havia pressa de terminar a entrevista, pois havia «*pessoas à espera*» para serem recebidas. «*Se não têm mais nada, gostava de abreviar*». Foram também objeto de censura, logo no início, comportamentos da Comissão que os tinham chocado. Um deles, a realização de uma conferência de imprensa no dia 12 de abril (na data dos três meses

de funcionamento da Comissão Independente), em plena Semana Santa. Um dos bispos comentou, com severidade: «*Todos os anos, na quarta-feira santa, há notícias contra a Igreja. Estão sempre a acusar os bispos*».

Quanto aos superiores e superiores gerais de congregações religiosas, uma chamada semelhante saiu para os 16 selecionados (segundo critérios fundamentados no capítulo 6 deste Relatório) a 20 de junho e a 29 de setembro de 2022. Responderam positivamente treze pessoas, sendo que três nunca responderam ao *email* enviado (por duas vezes). A adesão ao convite foi, no caso deste grupo, mais imediata e incondicional. As entrevistas foram realizadas sempre por duas mulheres da Comissão Independente, entre 28 de junho e 17 de outubro de 2022. Uma delas decorreu anteriormente, pois o Provincial dos Maristas contactara-nos antes, por iniciativa própria (30 de março de 2022), procurando dar-nos conta dos casos com que se confrontara nos colégios que a ordem tutela e os protocolos de proteção que desde então estavam em funcionamento.

Se algumas irmãs tinham vestido o hábito de freira nas entrevistas, os superiores gerais (com exceção de um) apresentaram-se descontraidamente vestidos com roupa comum. Com todos, sem exceção, o ambiente criado durante a entrevista foi excelente. Ao contrário dos bispos, apesar de tudo mais formais e racionais no trato e no uso da linguagem, os superiores e as superiores gerais deixaram mais frequentemente soltar as suas emoções e dúvidas, o seu humor e, sobretudo, a sua perspetiva crítica face ao conservadorismo da hierarquia da Igreja portuguesa, na sua linguagem, na atitude de certos bispos. Apenas com eles/elas ouvimos frases como «*sinto-me uma pessoa realizada*», «*sou uma mulher feliz*».

O guião da entrevista era propositadamente aberto e pouco diretivo. Estando perante uma população altamente escolarizada, habituada a usar da palavra e a encadear o pensamento, o que nos pareceu mais interessante foi proporcionar espaço para abordar, sem caminhos estruturados, e pelas suas próprias palavras, os temas propostos para a conversa. Técnica qualitativa por excelência, a entrevista permite aprofundar o pensamento dos entrevistados, levá-lo por outros caminhos não previstos, descobrir e decodificar ditos e não ditos.

O papel do entrevistador é sobretudo o de criar um espaço de expressão livre para o entrevistado, coibindo-se de emitir juízos de valor face ao que ouve, ou de desconstruir argumentos esgrimidos a partir de um contraditório. A questão da relação de poder desigual que tradicionalmente se estabelece entre entrevistador (quem pergunta) e entrevistado (a pessoa que responde), tão discutida na literatura científica, assume talvez, neste caso particular, contornos distintos. Sobretudo no caso de certos bispos, e quando a entrevista era conduzida por duas mulheres, aconteceu por vezes sentirmos a relação inversa, isto é, de que quem respondia se sentia (e mostrava) numa posição de superioridade em relação a quem perguntava.

A entrevista não começava sem antes esclarecermos certos considerandos formais: não estávamos a gravar vozes ou imagens (facto que nos impediu de realizar uma transcrição para uma análise sistemática de conteúdo posterior) e solicitando permissão para tomar notas, no sentido de podermos reproduzir com fidelidade o testemunho daquela pessoa. Organizava-se em torno de quatro tópicos principais, sendo que o último foi sendo progressivamente abandonado a partir do momento em que o Grupo de Investigação Histórica se passou a ocupar dos arquivos da Igreja. Esses tópicos desdobravam-se em quatro conjuntos de perguntas:

- Como se tornou um homem/uma mulher de fé? Percorríamos depois um roteiro por várias outras: pode-nos falar sobre a sua infância, a família e a comunidade onde cresceu? Como surgiu a vocação e em que lugares adquiriu formação para se tornar sacerdote ou membro de uma ordem religiosa?
- Como caracteriza a diocese [bispos] que lidera do ponto de vista histórico, social, cultural, eclesial? Quem vai à igreja? Quem não vai à igreja? Quais as suas principais preocupações hoje como bispo? Com que problemas lida no seu dia a dia?
- O que distingue a sua congregação religiosa [superiores e superiores gerais] das outras? Qual o seu carisma e quais os seus âmbitos de intervenção?
- O que nos tem a dizer sobre o problema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa? Por que razão ocorre agora esta viragem no modo de lidar com ele? Na sua vida de sacerdote/membro de congregação religiosa, confrontou-se com casos de abuso sexual de crianças? — onde, de que tipo, quem envolviam (pessoas vítimas e agressoras), o que fez, com quem falou, houve consequências? O que pode a Igreja fazer para reparar estes crimes? Que recomendações gostaria de deixar à Igreja portuguesa para evitar que estes crimes se repitam no futuro?

No decurso destas entrevistas, houve um quinto tópico que se foi impondo com alguma autonomia: a própria Comissão Independente. Não hesitámos, assim, em procurar que nos devolvessem a sua avaliação sobre o nosso trabalho.

No caso dos bispos, a entrevista terminava com um pedido de divulgação, no *site* da diocese e nas folhas diocesanas/paroquiais, nas redes sociais (como Facebook, Twitter e Instagram) do apelo ao testemunho da Comissão Independente. Um deles não apreciou a ideia: «*Os bispos tomarem parte ativa no apelo ao testemunho?*»

Não tendo sido gravadas, as entrevistas não puderam obviamente ser transcritas. Para cada entrevistado foram reunidos os apontamentos tomados pelos dois entrevistadores e, sistematicamente, elaborada uma ficha descritiva onde, para além de datas e factos concretos do seu percurso de vida (ex.: número de irmãos, atividades profissionais de pai e mãe, práticas de religiosidade em casa e na família, ano de entrada no seminário e sua organização, formação escolar, ano de ordenação/profissão votos perpétuos, experiência sacerdotal ou como membro da congregação religiosa), se reuniram todos os comentários tecidos de natureza mais qualitativa (sobre a descoberta da fé, a experiência de família ou de seminário, as opiniões sobre o tema dos abusos sexuais contra crianças na Igreja Católica portuguesa). Obtivemos, no total, trinta e cinco fichas, as quais serviram de base para a construção do Capítulo 6 deste Relatório.

Para os membros da Comissão que participaram nas entrevistas, esta etapa do estudo — uma das primeiras — revelou-se extremamente interessante. Por um lado, representou a entrada num mundo cujas lógicas internas não lhes eram familiares e dele se conseguiu extrair informação de importância notável para os objetivos do Estudo. Por outro, permitiu-lhes estabelecer uma relação direta e próxima com personagens-chave do topo da hierarquia da Igreja. E descobrir, por entre as suas narrativas, dimensões subjetivas da sua condição humana. Não só numa vertente mais solar, mas revelada por vezes também através de um lado lunar, nas suas emoções e fragilidades, dilemas e

perplexidades, dor e revolta. Agradecemos, a todos e a todas, o tempo que nos disponibilizaram para falar de si.

3.1.3. A análise da imprensa

A comunicação social, nomeadamente a imprensa, tem tido um papel fundamental na denúncia de casos de abuso sexual de crianças na Igreja Católica em todo o mundo e na pressão sobre a mesma para que resolva este grave problema, que assume em muitos casos e países um carácter sistémico. A título de exemplo, podemos destacar o *Boston Globe*, que, em 2002, publicou o resultado de meses de pesquisa da sua equipa de jornalistas de investigação — a *Spotlight* —, revelando a prática continuada de abuso sexual de menores por parte de quase oitenta padres, com a cumplicidade da hierarquia da Igreja Católica de Boston, Estados Unidos da América, que durante décadas encobriu os casos, causando a renúncia do cardeal daquela Arquidiocese, Bernard Law. Ou referir o caso do *El País*, que em 2021 entregou ao Papa Francisco um relatório de 385 páginas, com os resultados de uma investigação de três anos sobre os abusos sexuais contra menores no seio da Igreja Católica em Espanha, envolvendo centenas de clérigos e milhares de vítimas, ao longo de décadas.

Assim, a Comissão Independente, quando iniciou o seu estudo, considerou importante perceber a cobertura feita pela comunicação social portuguesa dos casos de abuso sexual de crianças no seio da Igreja Católica portuguesa, no período em análise, isto é, de 1950 até ao presente. Este trabalho foi realizado entre fevereiro e julho de 2022.

Tarefa difícil, quase como procurar uma agulha num palheiro, dado que, se os arquivos dos jornais nacionais nunca foram considerados uma prioridade, nas últimas décadas o desinvestimento na área tem sido enorme e são raros aqueles que têm um sistema de arquivamento de notícias por temas, o que facilitaria, em muito, a pesquisa. Acresce que, até 1974, Portugal viveu em ditadura, com os jornais reféns de uma censura prévia que impedia qualquer publicação que beliscasse a imagem e o bom nome não só da elite política no poder, como da Igreja Católica, sua aliada.

A impossibilidade, e improdutividade, de consultar todos os jornais nacionais e regionais, diários e semanários (ou mesmo os principais), desde 1950 até ao presente, levou-nos a estabelecer uma metodologia de trabalho que se assemelhou à construção de um *puzzle* ou ao desenrolar de um fio de Ariadne que nos conduzisse ao máximo de resultados possível.

As palavras-chave da pesquisa online

Numa primeira etapa, a pesquisa foi feita *online*, no Google e, um a um, nos *sites* dos jornais, nacionais e regionais, através de palavras-chave definidas: «abuso»; «abuso sexual»; «abuso sexual de menores»; «abuso sexual de menores na Igreja Católica»; «abuso de crianças»; «abuso crianças Igreja Católica»; «abuso sexual padre»; «abuso menores padre»; «abuso crianças padre»; «Igreja Católica»; «padre condenado»; «julgamento padre»; «padre investigado»; «investigação Igreja Católica», entre outras variações destas palavras-chave, juntas e isoladas.

A esta pesquisa inicial, seguiu-se outra, ainda *online*, cujas palavras-chave utilizadas foram nomes de instituições referidas em contactos feitos com a Comissão, assim como nomes de casos concretos surgidos na pesquisa inicial.

Da soma destas pesquisas, terão sido consultadas/lidas mais de 500 notícias, menos de metade das quais dizia respeito a casos de abuso sexual de crianças na Igreja Católica portuguesa.

Os jornais consultados

Depois da consulta a céu aberto no Google, centrámo-nos nos jornais propriamente ditos. Primeiro *online*, foram consultados os seguintes *sites* da imprensa nacional e regional: *Correio da Manhã*, *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Expresso*, *Observador*, *I, Sol*, *Visão*, *Sábado*, *Jornal do Fundão*, *Diário de Notícias da Madeira*, *Açoriano Oriental*, *As Beiras*, *Diário de Coimbra*, *Reconquista*, *O Mirante*, *O Minho*, *Diário do Minho*, *A Voz de Trás-os-Montes*, *Diário de Leiria*, *Jornal Região de Leiria*, *Diário de Aveiro*, *Diário de Viseu*, *Diário do Alentejo*, *Correio do Alentejo*, *Jornal do Algarve*, *Sul Informação*.

Os critérios que presidiram à escolha destes títulos foram os da antiguidade, cobertura e relevância regional e nacional. Procurámos obter, através desta escolha, uma abrangência de todo o território português. Numa segunda fase, as mesmas palavras-chave utilizadas na pesquisa *online*, a que acresceram nomes de casos concretos surgidos nessa primeira fase de pesquisa, foram utilizadas na consulta dos arquivos físicos dos jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *Expresso* e *Diário de Notícias da Madeira*, que têm o seu arquivo físico digitalizado e parcialmente consultável.

A jornalista escolhida pela Comissão para fazer esta pesquisa apresentou-se sempre nessa qualidade aos responsáveis pelos jornais, para além de explicar o âmbito e objetivos do seu trabalho. Os serviços de arquivo garantiram, aliás, disponibilidade para enviar quaisquer artigos/edições que não estivessem consultáveis *online*. Esta segunda fase da pesquisa permitiu encontrar notícias de casos mais antigos, de que não tínhamos referência ainda, como a do «padre de Aveleda» e a do «padre da Cruz Quebrada» (anos 1990).

De referir que foram contactados telefonicamente todos os jornais regionais selecionados, assim como o *Correio da Manhã*, no sentido de agilizar o acesso ao arquivo físico. Não obtivemos resposta por parte do *Correio da Manhã* e, não tendo os restantes o arquivo organizado por temas, considerou-se inexequível a deslocação às instalações e consulta de todos os jornais desde os anos 50 até ao presente. Como resultado desta pesquisa mais focada, foram encontrados dezanove casos de abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa registados na imprensa, alguns dos quais já haviam sido reportados pelas próprias vítimas à Comissão Independente, através de reuniões presenciais e preenchimento de inquérito *online*. No caso de não haver duplicação, os casos foram introduzidos, por um membro da Comissão, na base de dados.

Esses dezanove casos noticiados, por vezes em mais do que um jornal, referiam-se a:

António Grosso, vítima, entre 1963 e 1964, no Seminário de Santarém e no Refúgio da Mãe do Céu, em Fátima. Testemunho à *Visão* em 2002;

Padre António de Sousa, Diocese de Coimbra, Paião, Figueira da Foz, 1971. Reconstituição do caso no *Observador*, em 2019;

Padre Joaquim Carneiro, Aveleda, Diocese de Braga, 1992. *Público*, *A Capital* (1992, 1994);

Padre Frederico Cunha, Funchal, Diocese do Funchal, fins dos anos 1980, inícios dos anos 1990, 1992. *Expresso*, *O Jornal*, *A Capital*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário de Notícias da Madeira*, *Público*, *Jornal de Notícias* (1992 a 1998);

Padre Região Oeste e Zona Oriental de Lisboa, Diocese de Santarém e Diocese de Lisboa, entre os anos 1990 e 2010. *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Público* (2013);

Padre da Cruz Quebrada, Diocese de Lisboa, finais dos anos 1990. *Expresso*, *Público*, *Sol* (2012, 2013);

Sacristão do Arco da Calheta, Ponta do Sol, Diocese do Funchal, 2001. *Diário de Notícias da Madeira*, *Público*, *Correio da Manhã*, *Lusa* (2001);

Padre Anastácio Alves, Funchal, Diocese do Funchal, 2004, 2008 e 2018. *Diário de Notícias da Madeira*, *Observador*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Açoriano Oriental*;

Padre Heitor Antunes, Vila Real, Diocese de Vila Real, 2004. *Observador*, *Voz de Trás-os-Montes*, *Correio da Manhã*, *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Sábado*, *Lusa*, *Jornal da Madeira* (2019);

Padre de Setúbal, Diocese de Setúbal, 2008. *Expresso* (2013);

Padre Luís Miguel Mendes, Seminário Menor do Fundão, Diocese da Guarda, 2011-2012. *Público*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Observador*, *As Beiras*, *Reconquista*, *O Mirante*, *Jornal do Fundão*, *Lusa*. O caso foi amplamente noticiado entre 2012 e 2017;

Catequista, Aveiras de Baixo, Azambuja, Diocese de Santarém, 2011-2012. *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Público*, *Sol*, *O Mirante*, *Rede Regional*, *Lusa* (entre 2012 e 2014);

Padre Pedro Ribeiro, Miranda do Douro, Diocese de Vila Real, 2013. *Observador*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Público*, *Voz de Trás-os-Montes* (2016);

Padre António Júlio Santos, Golegã, Diocese de Santarém, 2013. *O Mirante*, *Correio da Manhã*, *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Observador*, *Sol*, *I*, *Visão*, *Sábado*, *Lusa* (2013 a 2015 e depois, em 2019, no *Observador*);

Chefe dos Escuteiros de Belém, Diocese de Lisboa, 2014. *Visão*, *Correio da Manhã*, *Sol*, *Diário de Notícias*;

Casal de Acólitos, Oliveira de Azeméis, Diocese de Aveiro, 2014-2018. *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã* (2022);

Padre José Belmiro Rodrigues, Diocese de Bragança-Miranda, 2018. *Correio da Manhã*, *Observador*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Sol*, *Sábado* (2019);

Chefe dos Acólitos de Felgueiras, Diocese do Porto, 2018. *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Observador*, *Semanário de Felgueiras* (2021);

Padre Luís Miguel Costa, Viseu, Diocese de Viseu, 2021. *Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público, Observador, O Novo, Jornal do Centro* (2021).

Os casos que terão merecido maior atenção mediática foram o do padre Frederico Cunha, em 1992, e o do vice-reitor do Seminário Menor do Fundão, padre Luís Miguel Mendes, entre 2012 e 2017.

De cada um destes dezanove casos foi elaborada uma ficha da qual constava, para além do guião do inquérito *online*, uma parte introdutória com os seguintes campos: jornais em que o caso foi noticiado, data das notícias, relevância das mesmas e tipo de suporte (*online*, papel, ambos).

Além destes, outros oito casos, envolvendo padres em Lisboa, Funchal, Fafe, Coimbra, Tortosendo, Colares e Faro foram notícia em vários jornais nacionais e regionais, mas, porque os dados eram insuficientes ou porque as acusações não se enquadravam como «abuso sexual de menores», não foi preenchida ficha de caso. Foi, ainda assim, feito o levantamento das notícias sobre os mesmos.

Os casos de abuso sexual de crianças na Igreja Católica têm vindo a merecer cada vez mais atenção da parte da comunicação social, tendo o interesse e a cobertura mediática aumentado consideravelmente no último ano em virtude da criação desta Comissão, cujo trabalho tem sido acompanhado de perto e tem levado a que aquela se debruce mais sobre o tema e o aprofunde. No entanto, o que se verifica, através da pesquisa feita, é que, ao longo dos anos, a esmagadora maioria das notícias/reportagens surgem quando casos de abuso sexual de crianças na Igreja Católica chegam à polícia, ao Ministério Público ou aos tribunais.

Há exceções, porém. O jornal regional *O Mirante*, por exemplo, noticiou a 5 de dezembro de 2013 o caso do padre da Golegã, José Júlio Santos, quando este estava a ser investigado apenas internamente e no segredo da Diocese de Santarém, que só o suspendeu de funções após a publicação da notícia. A Polícia Judiciária teve conhecimento do caso através do jornal.

Há, por outro lado, vários exemplos de reportagens em que os jornais, apesar de os casos estarem em investigação, os aprofundaram e fizeram eles próprios trabalho investigativo. Por exemplo, em fevereiro de 2013, o jornal *Expresso* publicou uma série de reportagens sobre «o padre do Oeste e Zona Oriental de Lisboa» e o encobrimento, por parte da hierarquia da Igreja Católica, dos abusos por este cometidos. O jornal digital *Observador* publicou, em fevereiro de 2019, a grande reportagem «Em Silêncio», que resultou do trabalho exaustivo de uma equipa de jornalistas que, durante três meses, investigou os últimos casos denunciados e revelou novas informações, dados, documentos e depoimentos inéditos sobre abusos de crianças na Igreja Católica portuguesa e o seu encobrimento.

Ao longo dos anos, e particularmente ao longo deste último ano, as televisões também fizeram importantes reportagens e jornalismo de investigação sobre abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa, mas tendo em conta a limitação de tempo e recursos disponíveis para este estudo, centrámo-nos na imprensa e não analisámos a cobertura noticiosa televisiva ou radiofónica.

No que antevíamos como resultado expectável, o trabalho de análise da imprensa deu pouco frutos — ao contrário das outras abordagens desenvolvidas neste Estudo. Por um lado, antes de 1974, a censura prévia impedia a publicação de notícias sobre assuntos,

como este, sensíveis para o regime. Em democracia, e mesmo nos anos em que no estrangeiro decorriam investigações sobre abusos do clero, permaneceu um tema adormecido. Até à criação da Comissão Independente.

3.2. A recolha de informação extensiva: o inquérito por questionário

Para além de uma abordagem qualitativa, e mantendo sempre o foco na perspetiva da pessoa adulta vítima de abuso sexual durante a sua infância e adolescência, a Comissão Independente construiu um outro instrumento de recolha de informação sobre o tema a partir de um inquérito por questionário. Podemos assim dizer que, a um olhar em profundidade e minucioso sobre uma pessoa e um caso concreto em particular, se veio juntar a possibilidade de captar, numa ótica de grande angular, informações sobre situações, comportamentos e representações a partir dos testemunhos de um grande número de pessoas abusadas que decidiram preencher o inquérito, contando, segundo um guião preestabelecido, a experiência por que passaram. Nem todo o guião, porém, como se mostrará mais à frente, impunha um formato fechado de resposta. Justamente porque pensávamos que era cada pessoa única que devia tomar a primazia, ele oferecia a possibilidade de o/a respondente contar, em registo livre e autonomamente, o que sentiu, como integrou e elaborou (ou não) a situação de trauma, de que forma isso mudou o seu rumo de vida.

Um inquérito por questionário é uma técnica sistemática, estandardizada, de recolha de informações sobre características, comportamentos ou valores/opiniões de grandes populações ou grupos, representados numa determinada amostra. Permite, assim, uma descrição em extensão de um conjunto diverso de facetas transversais de uma determinada realidade, ou ainda os seus contrastes internos, dificilmente acessíveis à observação direta ou mesmo a uma abordagem em profundidade. Através de um inquérito aplicado por alguém (investigador) numa relação comunicacional com a pessoa inquirida, ou mesmo se autoadministrado (isto é, quando a própria pessoa o preenche individualmente) consegue-se recolher grande quantidade de informação pronta a utilizar do ponto de vista de análise estatística e, com ela, operacionalizar um trabalho científico de que resultam apuramento de totais ou, no caso de uma amostra não representativa do universo, permitindo estudar relações entre diversas variáveis, como aconteceu no presente estudo.

O inquérito *online* (cujo guião se insere nos Anexos) estava acessível a partir do *website* darvozaosilencio.org (<https://form.jotform.com/darvozaosilencio/inquerito>), e disponibilizado logo a partir do dia seguinte à apresentação formal da Comissão, 11 de janeiro de 2022. Foi considerado para o estudo até ao dia 31 de outubro de 2022, dada a necessidade de interpor uma data final que permitisse atempadamente o tratamento estatístico e posterior introdução do resultado da análise destes dados no Relatório final.

Do ponto de vista técnico, e no que se refere a plataformas de inquéritos, com o apoio da empresa LabSit (<https://labsit.io/>), a Comissão Independente optou pela da Jotform, pela forma segura e protegida que dispõe para a criação de formulários digitais e por todas as vantagens designadas em nota de rodapé como «certificados de

segurança»². A par destas especificações de segurança, apresenta também uma grande versatilidade para a criação e edição de formulários, para além da facilidade de visualização de resultados. Apenas dois membros da Comissão tinham acesso à base de dados, e dela se faziam sistematicamente cópias de segurança.

O inquérito *online* estava alojado no *website* «Dar Voz ao Silêncio» (darvozaosilencio.org), construído a partir da plataforma Wordpress, pelas vantagens de ser *open source* e, desta forma, menos suscetível de erros, já que pressupõe uma grande comunidade a desenvolver atualizações e a garantir a sua integridade; e também pela sua versatilidade e capacidade de se adaptar às necessidades do Estudo, suportar a maioria do tipo de dados e ser otimizada para SEO, por forma a alcançar o maior número possível de pessoas³.

3.2.1. O guião do inquérito *online*

No âmbito dos objetivos gerais do Estudo, pretendia-se com este inquérito reconstruir o perfil das pessoas abusadas, o abuso e o contexto em que ocorre, os seus impactos na pessoa vítima, bem como o perfil das pessoas abusadoras. Para além disso, desejava-se recolher opiniões sobre políticas a adotar no futuro pela Igreja Católica portuguesa relativamente às pessoas vítimas e aos abusos sexuais, em geral. A construção do guião obedeceu justamente a essa pretensão.

Sabemos que não há sociedades de «iguais» sem diversidade ou assimetrias resultantes de diferentes heranças culturais, condições de género, de geração, sociais ou económicas e, no caso do presente estudo, até de diferentes intensidades de ligação à Igreja e prática do culto religioso católico em Portugal. Daí a necessidade de se ponderar cuidadosamente, num inquérito, o uso das palavras. É que elas podem ter interpretações e valorizações distintas consoante, por exemplo, a idade, o sexo ou o nível de escolaridade (três variáveis clássicas) de quem responde a este tipo de inquérito.

Procurou-se, assim, manter uma linguagem inclusiva, clara, simples, realista e respeitadora da capacidade ou necessidade de cada qual reportar tão-só e apenas o que entendesse revelar, a partir de uma experiência que, mesmo tendo contornos comuns, é sempre de elevada especificidade individual, na forma como é vivida e sofrida. Se já a

2 Certificados e segurança: a) SSL 256-bits: o inquérito é transferido através de uma conexão SSL (Secure Socket Layer) de 256 bits que usa um certificado SHA256. Este é o nível de proteção padrão do setor; b) Formulários Criptografados: as submissões de inquéritos são criptografadas usando a tecnologia RSA 2048 diretamente no computador do utilizador e então transferidos e armazenados de forma segura nos servidores da Jotform; c) conformidade com RGPD: a plataforma está em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia.

3 Plugins — Elementar: gestão e criação de interfaces; PDF Embedder: apresentação de PDF integrado; Really Simple SSL: garantia de conexão segura; Site Kit by Google / WP Statistics: gestão de analytics; W3 Total Cache: incremento de velocidade de carregamento; Wordfence Security: proteção contra ataques através de firewall; Yoast SEO: otimização de SEO; WP Hide & Security Enhancer: proteção do ambiente de edição.

expressão «abuso sexual de crianças» é vaga, pois engloba acontecimentos absolutamente diversos no campo da transposição de limites físicos respeitantes à própria criança e adolescente, então a sua vivência interior pós-traumática é sempre elaborada de forma específica, e para ela concorrem os mais variados fatores — desde a estrutura emocional prévia da criança, pontos de suporte e referência afetiva como a família ou a presença de outros adultos enquanto modelos saudáveis de relação. O próprio tempo histórico tem o seu peso: assiste-se, com o decorrer das décadas, a um progressivo estado de menor tolerância social a este tipo de situações. Em parte alguma do inquérito se propunha uma definição prévia dessa expressão, «abuso sexual», embora as modalidades consideradas no guião traduzissem todas as categorias contempladas na atual lei portuguesa.

Por outro lado, deu-se grande atenção a outros detalhes de linguagem, tais como a utilização de palavras ou expressões como «género», entre outras, para evitar a colagem direta a categorias binárias, a partir das quais alguém se pudesse sentir automaticamente excluído. Usámos também os termos «pessoa vítima» e «pessoa abusadora», correspondendo à preocupação de não reduzir aqueles ou aquelas que prestaram testemunho à condição redutora de uma mera «vítima» (nem tão-pouco à de «abusador/abusadora»), sobretudo quando é sabido e revelado em estudos que incidem sobre este tema que tantos fizeram e ainda fazem um enorme esforço psíquico para fazer valer o lado saudável do seu funcionamento individual, social, familiar e até profissional, numa atitude de enorme «resiliência», termo introduzido nesta área por Boris Cyrulnik (1999), médico pedopsiquiatra, ele mesmo «sobrevivente» a um campo de extermínio nazi, onde permaneceu quase analfabeto até parte da sua adolescência.

As modalidades de abuso sexual são enunciadas, sem rodeios, segundo os termos utilizados na lei ou no discurso médico (ex.: «toque de zonas erógenas», «masturbação», «sexo oral», «sexo anal», etc.). E quando equacionámos escolhas difíceis entre categorias, potencialmente incompreensíveis para alguns, a opção foi deixar a resposta em aberto, de modo que o respondente utilizasse as suas próprias palavras e expressões. Foi, por exemplo, o caso das profissões (da pessoa vítima, dos seus pais), descritas pela mão do respondente, reservando-se a sua recodificação para as categorias socioprofissionais oficiais para uma fase posterior.

Num tema tão delicado como o dos abusos sexuais na infância, em que se solicitava a cada qual que revivesse, no aqui e agora, uma anterior situação traumática, quase sempre de sofrimento prolongado no tempo (tantas vezes ainda ligada a sentimentos de culpa, vergonha e medo) e para a qual, em muitos casos, seria possível ser este o primeiro momento de revelação do mesmo, procurou-se, pois, construir um guião o mais confortável possível para quem o desejasse preencher. Por isso, foi fundamental assegurar, desde logo, que nenhuma questão fosse de resposta obrigatória e a qualquer momento o preenchimento do inquérito poderia ser interrompido, submetendo-o de forma incompleta. Assim, se é certo que não se incluíram no guião respostas do tipo «não sabe/não responde» (para evitar fugas ao preenchimento ou respostas potenciadoras de dúvida), a liberdade de passar à pergunta seguinte assegurava a preservação dessa possibilidade de «não-dito». Houve o cuidado de iniciar o preenchimento com perguntas de tonalidade predominantemente neutra (uma caracterização individual e sociofamiliar do respondente), servindo de introdução e familiarização com um instrumento de estudo que sugeria depois um recuo temporal à

infância e à experiência concreta de abuso(s), que obviamente tocava no foro mais íntimo e subjetivo de cada pessoa.

Dentro do próprio inquérito, combinou-se, portanto, uma modalidade tipicamente quantitativa (escolha múltipla padronizada, filtros binários SIM/NÃO que permitem um tratamento estatístico imediato) com uma abordagem mais qualitativa e personalizada (cujo resultado são discursos diretos, de escrita livre, sem formato ou conteúdo prévios, que mais tarde seriam objeto de uma exaustiva análise de conteúdo). Por exemplo, no caso da descrição das modalidades de abuso sexual de que a pessoa fora vítima na infância, decidiu-se pela sua apresentação em perguntas de resposta fechada, divididas em subcategorias, pois essa pareceu a maneira menos perturbadora de entrar num campo tão sensível. Outras foram deixadas em aberto para se aceder, com mais profundidade e na primeira pessoa, às descrições de determinadas dimensões associadas ao abuso (modos de aproximação da pessoa abusadora, impacto psicológico, físico ou espiritual), o mesmo se verificando em espaços para respostas ligadas à possibilidade de recomendações à Igreja para evitar no futuro a repetição deste tipo de casos, ou mesmo, no tempo presente, o que poderia fazer para reparar o seu impacto junto das vítimas. Para estes pontos do questionário, não houve qualquer limitação na dimensão das respostas, em termos de número de palavras ou de caracteres.

Esta alternância intencional podia também contribuir para tornar menos plano, do ponto de vista cognitivo ou afetivo, o próprio preenchimento do guião, evitando secundariamente a presença de respostas de características mais impulsivas ou o risco de desinteresse conducente à desistência de cada pessoa que o preenchia. Como veremos mais adiante, estas opções deram o seu fruto, pois as pessoas, sem sinais de cansaço, dedicaram cuidada atenção e preencheram com muitos novos detalhes as respostas abertas às perguntas finais, de âmbito mais geral. A quantidade e qualidade dessas respostas em estilo livre excederam as expectativas da Comissão e vieram a tornar-se pontos desenvolvidos de análise.

Depois da leitura dos objetivos do estudo, da garantia de anonimato do testemunho e do reforço sempre presente do sigilo profissional, da confirmação de que qualquer resposta seria apenas utilizada no contexto deste trabalho e ainda após o registo de um consentimento informado (sem a qual não era possível iniciar o inquérito), iniciava-se então a possibilidade do seu preenchimento, de forma autónoma ou com o suporte telefónico de um elemento da Comissão.

Seguindo uma lógica temporal evolutiva, o guião contemplava dois momentos distintos de vida do entrevistado, sendo que ambos partilhavam a intersecção da memória real do abuso, por um lado, e, por outro, a posterior construção emocional do acontecimento (à luz da leitura de um adulto, quando só posteriormente pôde adquirir um outro significado que a partir daí foi mais ou menos elaborado e integrado nas suas diversas perspetivas) e do impacto traumático do mesmo.

De um tempo presente, solicitava-se informação de natureza sociográfica sobre a pessoa vítima como, por exemplo, género, ano de nascimento, local de residência, profissão, nível de escolaridade, religião e prática religiosa, grupo doméstico de residência; e, ainda, dados sobre os pais (profissões, conjugalidade), de modo a perceber qual o seu meio social de origem.

De um tempo passado, solicitava-se à pessoa para recuar ao momento da infância e adolescência em que foi abusada e nos desse um conjunto detalhado de informações

sobre o seu contexto de vida na altura, a modalidade de abuso que sofrera e a pessoa agressora que o praticara.

Na reconstituição desse mesmo passado sucediam-se diversas perguntas, todas importantes para melhor retratar este tipo de acontecimento e o seu contexto, tendo como pano de fundo o interesse em testar hipóteses oriundas do estudo da literatura científica sobre o tema. Eis as perguntas, a que juntamos, a título ilustrativo, algumas das questões que as motivaram:

— A idade na altura do primeiro abuso, género, local de residência, com quem residia, a existência de irmãos e lugar na fratria, atividade predominante (estudo e/ou trabalho), nível de escolaridade. Aconteceu habitualmente em idades pré-adolescentes, atingiu mais raparigas como é mais comum quando se aborda o tema dos abusos sexuais em geral? Maior escolaridade e menor fragilidade sociofamiliar (presença e proteção parental, não exploração por trabalho infantil que até tardiamente foi comum em Portugal) são fatores de proteção?

— As modalidades de abuso de que fora vítima, que incluíam: exibição de zonas genitais, manipulação de órgãos sexuais, toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas, masturbação, sexo oral, cópula consumada, sexo anal, (incluindo o uso de preservativo e eventual gravidez), visionamento conjunto de pornografia, recolha de imagens do seu corpo (zonas genitais) isoladamente ou em situação de abuso ou ainda outra (qual?) — pergunta deixada em aberto, de modo a permitir que a pessoa descrevesse, com as suas próprias palavras, aspetos que declinavam com mais detalhe as respostas fechadas anteriormente apresentadas ou ilustravam subdimensões específicas das categorias macro. Interessava-nos saber, por exemplo, se se encontrava uma progressão das formas de abuso sexual, no sentido de serem mais frequentes os atos reportáveis como externos ou menos invasores dos limites corporais da pessoa vítima em relação a outros crimes, em que a pessoa abusadora avança no contacto e transgride e invade cada vez mais esses obstáculos. Saber, também, se essas formas de abuso oscilavam conforme as idades, o género da pessoa vítima, a sua origem social ou até a própria mudança social ao longo das décadas.

— O local onde ocorreu essa situação de abuso, se dentro ou fora da igreja, frequência e regularidade do abuso, tipo de mensagem enviada pela pessoa abusadora para se aproximar da vítima e consumir o facto ou o que levou ao final dos episódios de abuso. Haverá preponderância estável ou evolutiva do local? Ocorre mais ou menos num espaço físico fechado, de menor controlo por outros e simbolicamente carregado de uma imagem de segurança, proteção e entrega (pessoal e ao outro) como é uma igreja? Ou o abuso transborda para espaços exteriores à igreja, disseminando-se por outros locais onde se desenrolam atividades religiosas?

— Se sentira que fora a única vítima dessa pessoa abusadora ou sabia que havia mais e, se havia mais, quantas seriam? Ou seja, a criança sentiu-se discriminada negativamente (ou, em casos de maior distorção psíquica, positivamente) por se sentir única, logo, elegida entre outras como diferente e viveu esse(s) episódio(s) na sua maior solidão individual, ou teve a perceção precoce ou posterior de que era uma entre as demais, tornando assim possível uma maior capacidade de projetar para a pessoa agressora a culpa e a malignidade da situação sofrida?

— A pessoa abusadora, quem era? Género, idade aproximada, estatuto na Igreja, como e onde a conheceu, o que lhe dizia para se aproximar/abusar de si, o que lhe dizia depois de abusar de si, se prometia recompensas ou castigos. Se é um facto que, sobre o tema objeto do estudo, o comum é a pessoa abusadora pertencer ao sexo masculino, realidade reforçada pela circunstância de as vocações e, sobretudo, de alguns dos seus ministérios ser exclusivo do exercício dos homens, já sobre a idade reporta-se a dificuldade que a criança tem quase sempre em atribuir uma idade certa ao adulto (tantas vezes numa visão altamente discrepante da realidade), que pode ou não ser posteriormente (re)construída na leitura dos factos. É ainda útil compreender o que é verbalizado (ou não) antes e depois do abuso, se eram expressos benefícios ou retaliações para e sobre a vítima (e/ou pessoas próximas da sua relação), dado que esses são fatores concretos que podem reforçar o silenciamento da criança, assim coagida externamente por outro, em relação a quem está sempre em desvantagem (afetiva, cognitiva, hierárquica).

— Se alguma vez revelara o abuso a alguém, quanto tempo depois do abuso o fez, como reagiram as pessoas a quem contou, se foram tomadas medidas para a afastar dessa pessoa, se houve processo em tribunal ou alguma vez a pessoa abusadora reconheceu o que lhe fez. Trata-se de obter dados para o estudo de um aspeto fundamental na caracterização dos abusos sexuais de crianças: a ocultação involuntária do próprio que, por diversos mecanismos de defesa, não revela o sucedido ou, se o faz, tal apenas acontece num típico distanciamento temporal que reforça a ideia da sua incapacidade de defesa autónoma, como defende juridicamente a pessoa abusadora, pois permite, entre outros factos, que prazos de queixa previstos na lei sejam ultrapassados. O mesmo sobre a possibilidade de a pessoa abusadora reconhecer o seu ato e ser assim capaz de um gesto de culpa própria e reparação construtiva do outro, facto habitualmente raríssimo exceto quando o mesmo depreende, por si ou intervenção direta de outrem, que pode dessa forma diminuir riscos e tempos de certas molduras penais.

Esta bateria de perguntas reportava-se a uma primeira situação de abuso sexual, cometido por uma certa pessoa abusadora. Mas poderia dar-se o caso de a mesma vítima ter sido abusada por outros membros ou colaboradores da Igreja Católica, num plano de continuidade de factos que, ao contrário do que por vezes se pensa, não desvaloriza os acontecimentos (como se uma acomodação existisse por parte da vítima perante o trauma), antes reforça a sua gravidade. Por isso mesmo, o inquérito continha uma outra parte em que se solicitava que a pessoa descrevesse, pelas suas próprias palavras, esses outros abusos de que fora vítima.

No final, o inquérito terminava com um conjunto de perguntas, todas elas de modalidade aberta, sobre mais pontos considerados fundamentais para o Estudo. Nelas obtínhamos uma descrição absolutamente pessoal sobre a forma singular como este trauma a marcara. Dava-se-lhe a oportunidade de se expressar de forma livre sobre a sua visão atual dos acontecimentos, bem como sobre a expectativa em relação à Igreja, pressupondo-se que, pelo menos à época do abuso, existia uma relação de proximidade e prática religiosa frequente. Os temas eram os seguintes:

- As consequências que o abuso teve na vida de cada pessoa abusada, tanto a nível físico, como psicológico, como ainda na sua relação direta com a Igreja Católica.
- A razão por que resolvera dar agora o seu testemunho.
- O que deveria a Igreja fazer para evitar estas situações.
- Como poderia a Igreja reparar estes crimes.
- Se queria acrescentar algum outro ponto ao seu testemunho.

Vale a pena sublinhar que o inquérito não continha quaisquer perguntas sobre a identidade (nome, morada, contacto) da pessoa vítima ou sobre a identidade da pessoa abusadora. Do ponto de vista de um estudo científico sobre abusos sexuais de crianças, os nomes em concreto são irrelevantes para o objetivo traçado, pois o que importa é construir uma tipologia de contextos de abuso, associados a perfis-tipo de pessoas vítimas e de pessoas abusadoras. Mais especificamente, garantir o anonimato das primeiras era um princípio fundamental de partida: ninguém, em caso algum, deveria sentir-se exposto (ou em risco) na sua pessoa concreta, sendo que a garantia desta proteção podia levá-la a sentir-se eventualmente mais segura para colaborar com a Comissão Independente e assim aprofundarem-se os seus testemunhos. Não sendo esta Comissão uma equipa de investigação criminal, estava absolutamente fora de questão procurar recolher nomes de alegados suspeitos destes crimes ou encorajar denúncias. No entanto, tornou-se inevitável o confronto com numerosos casos de pessoas que, ao preencherem o inquérito autonomamente ou através do contacto com a Comissão, decidiram expressamente identificar-se, oferecendo-se até (algumas delas) para uma colaboração futura e/ou a solicitar um contacto direto com a Comissão. Outras, também, decidiram revelar a identidade concreta dos seus abusadores nos campos abertos do questionário (por exemplo, incluindo-o na resposta à pergunta «Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu testemunho?»).

Maioritariamente preenchido a solo por pessoas vítimas de abuso, houve inquéritos em que foi solicitado o apoio de um membro da Comissão para o fazer. Esse preenchimento foi feito através de entrevista presencial ou telefonema.

Acrescentou-se ainda, na base de dados, a informação relativa a quinze casos recolhidos na imprensa, suficientemente documentados para os campos em análise, sendo que todos haviam sido validados pela justiça. Para não correr o risco de duplicação de casos na base de dados (reportados por fontes diferentes), a Comissão reservou a informação prestada pelas Comissões Diocesanas (no total de oito casos) e pelo Corpo Nacional de Escutas (no total de dezanove) para a análise qualitativa. Acresce que, não raro, nessa informação enviada estavam omissos campos fundamentais para o tratamento estatístico (ex.: sexo e idade da pessoa vítima ao tempo do abuso, caracterização da pessoa abusadora). Foram transferidos para a base de dados diferentes testemunhos detalhados e remetidos à Comissão por *email* ou também por carta, em correio tradicional, para o apartado criado para o devido efeito.

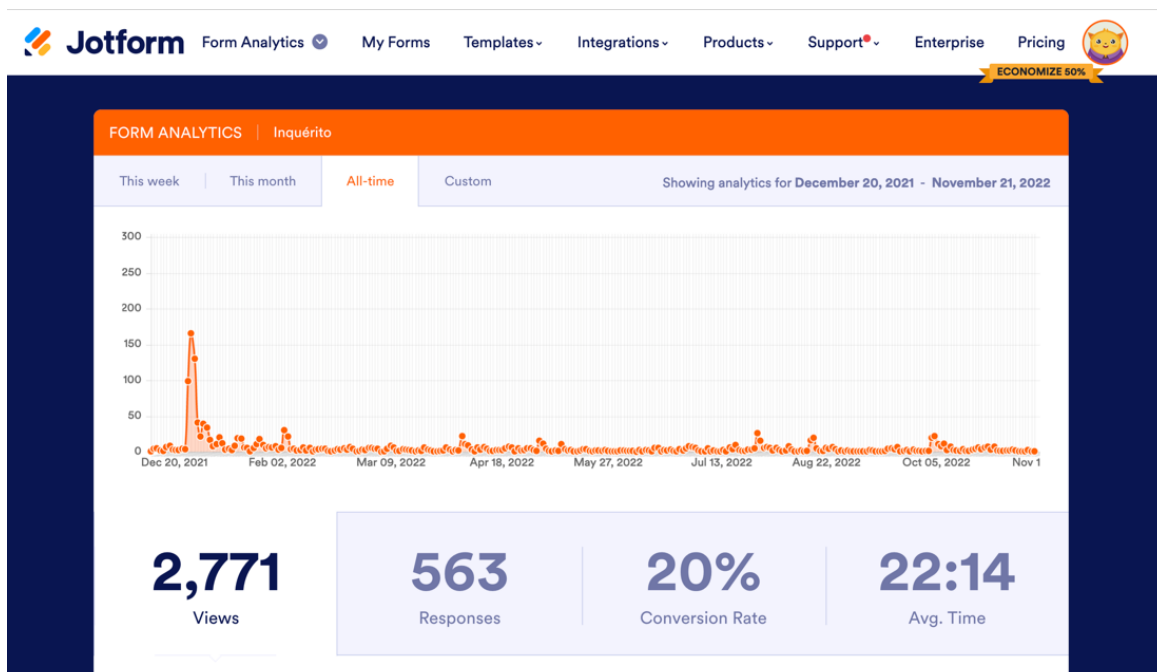
3.2.2. A divulgação do apelo ao testemunho

No início do presente trabalho e, aliás, até ao termo da recolha da informação, desconhecia-se a verdadeira dimensão e características do universo a quem se dirigia o inquérito. Quantas pessoas, residentes em Portugal ou no estrangeiro, haviam sido vítimas de abuso sexual praticado por membros ou colaboradores da Igreja Católica portuguesa, durante a sua infância e adolescência? Que perfil sociodemográfico apresenta esta população? Perante respostas de contornos totalmente desconhecidos, definiu-se uma estratégia própria: lançar o inquérito, difundi-lo através do maior número possível de meios como forma de «apelo ao testemunho», sob o lema «dar voz ao silêncio», esperando assim que a amostra se fosse construindo progressivamente, não sem que ao longo do tempo do estudo a Comissão fosse desenvolvendo persistentes esforços para que esta mesma mensagem pudesse tocar o maior número possível de pessoas, bem como a sua desejada diversidade.

Sobre esta necessidade de difusão do apelo ao testemunho, foi desde logo colocada bastante ênfase no papel proativo da própria Igreja, e a resposta existiu com intensidade e distribuição diocesana variáveis. Registaram-se pontos comuns como, por exemplo, a publicação do cartaz de apelo ao testemunho e contactos da Comissão no *site* de cada diocese, de forma mais ou menos visível. Mas notaram-se também assimetrias consideráveis, pautadas por diferentes níveis de adesão no interior do grupo dos bispos diocesanos — uns claramente procuraram divulgar o apelo através de todas as plataformas de que dispunham, outros limitaram-se a um modesto anúncio na página da diocese. Foram muito raros os apelos diretos e pessoais, através da comunicação social (nomeadamente a televisão), dirigidos a potenciais pessoas vítimas para que colaborassem com a Comissão, por parte de bispos ou sacerdotes. De notar ainda que algumas congregações religiosas pertencentes à Conferência dos Institutos Religiosos em Portugal foram claramente mais responsivas ao nosso pedido de divulgação do que as tuteladas pela Conferência Episcopal Portuguesa. O Serviço de Escuta dos Jesuítas em Portugal, como já referido, constituiu, aliás, caso único: antes de ser contactado pela Comissão Independente, felicitou-nos e declarou, nos primeiros dias da nossa existência, a sua disponibilidade total para colaborar.

A Comissão fez ainda repetidos apelos ao testemunho em diferentes órgãos de comunicação social, com destaque para a televisão, jornais e revistas, rádios, de âmbito nacional, regional e internacional (no caso, pensando na diáspora portuguesa). A importância da televisão revelou-se notável: quando a informação (sobre a Comissão Independente, as suas conferências de imprensa, as declarações públicas de líderes políticos e religiosos), ou peças jornalísticas eram difundidas através deste meio, a afluência de testemunhos à base de dados aumentava significativamente. A título ilustrativo, apresentamos de seguida a evolução dos acessos ao questionário e do seu preenchimento *online*, ritmada por momentos-chave de reportagem nas televisões:

Figura 3 – EVOLUÇÃO DOS ACESSOS AO QUESTIONÁRIO



A curva ao longo do tempo mostra alguns picos, depois da «explosão» registada nos dias a seguir à apresentação pública da Comissão, sendo que correspondem a momentos de mediatização do tema. Esta estatística revela que o inquérito foi visionado por 2771 pessoas e preenchido por um total de 563 (20% do total de visionamentos). Certamente com grandes oscilações, demorava, em média, 22 minutos a ser completado.

A Comissão contactou ainda diversas estruturas de proteção e intervenção na infância, solicitando a mesma divulgação. Podem destacar-se: a Quebrar o Silêncio (que logo no dia seguinte à tomada de posse solicitou um encontro), a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJCJ), o Instituto de Apoio à Criança (IAC), a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). Divulgou ainda o seu apelo a várias associações de antigos alunos seminaristas, coletividades locais e regionais, Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos (PAJE), movimentos de jovens, Corpo Nacional de Escutas (CNE).

Seguiram cartas pessoais e cartazes para todos os Institutos religiosos masculinos e femininos de Portugal, bem como para as Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis, e ainda para todos os trezentos e oito municípios portugueses, pedindo a sua colaboração na divulgação do apelo ao testemunho, sendo que neste último caso se procurava o envolvimento da chamada «sociedade civil». Não foram esquecidas associações de emigrantes, como as Casas dos Açores, ou ainda a Fundação do Futebol, a Associação Nacional de Farmácias, a Associação ILGA Portugal, a Associação dos Imigrantes nos Açores, a Associação para a Inclusão Social, a Associação Alternativa contra as Dependências, a Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional.

O grau de empenhamento e nível de assertividade de resposta da sociedade civil foi extremamente variável. Por exemplo, contactados pessoalmente e por carta os

trezentos e oito municípios de Portugal, raríssimos foram os que deram resposta efetiva, destacando-se, apesar de tudo, casos como Lisboa e Porto, onde a colocação de *MUPI* em espaço público foi também alcançada durante um certo período.

Procurámos envolver pessoas de faixa etária mais jovem e já universitária no sentido da divulgação e formação sobre o tema em geral, como aconteceu através de contactos com associações académicas de universidades portuguesas e com a Reitora da Universidade Católica Portuguesa, que se prontificou a divulgar e a organizar sessões neste âmbito, nos polos de Braga e Viseu, com a presença de membros da Comissão.

Para a divulgação junto de uma população eventualmente mais distante da utilização de novas tecnologias de informação e ainda na tentativa posterior de tocar em pessoas com menor qualificação académica, por análise intermédia do desvio da amostra até então recolhida, foram estabelecidos contactos com a Associação Nacional de Farmácias e o Ministério da Saúde, sendo que através da primeira foi alcançada divulgação na revista *Saúda* e, no segundo caso, logrou-se ser autorizado pela então ministra da Saúde o envio de cartazes A4 para a totalidade dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar, como forma de publicidade estática dos contactos e apelo da Comissão.

Por último, a Comissão honra-se da resposta positiva dada ao seu trabalho pelo Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e pelo presidente da Assembleia da República, Professor Doutor Augusto Santos Silva, que receberam em audiência privada os seus elementos. Apesar de várias tentativas de contacto, não foi possível agendar uma reunião com o primeiro-ministro, Dr. António Costa.

3.2.3. A amostra

Obtivemos, assim, e em certo sentido, uma amostra descrita como uma «*respondent-driven sample*» (Heckathorn, 1997), particularmente adequada para entrar progressivamente em populações «escondidas» ou silenciadas, autoexcluídas pelo estigma do abuso e do seu sofrimento individual, em que a sua identificação pública com uma categoria considerada como «pejorativa» é tida como estigmatizante ou ameaçadora para a estrutura de personalidade do próprio.

Dentro do prazo definido de um ano e de um plano de orçamento inicialmente apresentado e algumas vezes revisto sempre com a concordância e disponibilidade da Conferência Episcopal Portuguesa, esta estratégia metodológica pareceu exequível e coerente com os objetivos globais solicitados à Comissão. Neste ponto, o trabalho aproximou-se de uma das opções tomadas pela *Commission indépendante sur les abus sexuels dans l'Église* (criada em 2018 e cujo Relatório foi apresentado em 2021). A CIASE lançou também um «*appel à témoignage*», entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, permitindo recolher 1448 questionários preenchidos por pessoas confrontadas com uma ou mais situações de abuso sexual na Igreja enquanto «menores» (termo utilizado pelo respetivo grupo — ver CIASE, 2021).

Mas, ao contrário daquela equipa, não foi possível lançar um inquérito sobre violências sexuais em geral a uma amostra estatisticamente representativa da população, o que, no caso francês, permitiu estimar a prevalência de abusos sexuais perpetrados por membros do clero, comparando posteriormente esta prevalência com a revelada em

outras esferas de socialização como a família, a escola, as atividades desportivas, ou em outras religiões. Para além da recolha de testemunhos, a equipa francesa trabalhou adicionalmente sobre estas «violências sexuais na população» com uma amostra por quotas de 28 010 pessoas, interrogadas pela Internet. Esse facto permitiu fazer comparações relevantes entre os abusos na Igreja e outros lugares da infância e a extrapolação da sua prevalência para a totalidade da população francesa.

Da amostra portuguesa não podem, assim, fazer-se quaisquer extrapolações para o universo em geral, na medida em que não é igual a probabilidade de cada pessoa abusada na Igreja Católica pertencer à amostra, bem como nesta não se reproduzem as características sociodemográficas do universo. Mas se os totais não assumem o mesmo relevo do que numa amostra probabilística, pode ainda assim revelar-se muito interessante o estudo interno das relações entre as variáveis ilustradas no guião.

A amostra obtida tem algumas características que vale a pena destacar, mesmo antes de se apresentar de modo sistemático o seu retrato detalhado (ver Capítulo 4 do Relatório). O facto de ser um inquérito *online* estruturado para ser autoadministrado — embora estivesse aberta a possibilidade de o seu preenchimento ser feito com a ajuda de um membro da Comissão — implicava o domínio de competências digitais por parte da pessoa que responde, as quais, sabemos, estão desigualmente distribuídas na população portuguesa. Os mais idosos, os menos escolarizados, os trabalhadores manuais, por exemplo, encontram-se em clara desvantagem face aos mais jovens, os possuidores de frequência de ensino superior ou aqueles que, diariamente e até por motivos profissionais, trabalham com computador e acedem regularmente à Internet. Preencher um inquérito, por outro lado, implica também uma certa familiaridade com um tipo de racionalidade tanto lógica como abstrata, o que pode excluir — de novo — franjas de população mais aptas em outros tipos de saberes. Claro que estas podiam recorrer ao telefone ou à entrevista presencial, mas tais opções implicam sempre níveis de exposição individual, mesmo em anonimato, superiores aos do inquérito. Escrever uma carta ou um *email* foram, ainda, soluções escolhidas por alguns.

De qualquer forma, preencher um inquérito *online* sobre um tema tão delicado como o abuso sexual de que se foi vítima na infância pressupõe a disponibilidade de um tempo assumidamente dedicado para tal e a certeza da existência de um espaço privado onde, a sós, se responde às sucessivas perguntas. Pede-se ainda, numa perspetiva fácil de entender, uma estruturação intrapsíquica mínima que o permita sem que o balanço perante o sofrimento revisitado rapidamente o boicote. As condições de vida em geral de uma larga franja de portugueses tornavam esse desígnio de um grau de dificuldade acrescido.

Por último, falar sobre este tema, em tantos casos só possível após décadas, pressupõe uma capacidade cognitiva e emocional importante para que o mesmo ainda persista na memória individual como um acontecimento tão igualmente presente como distante, num difícil equilíbrio entre a possibilidade de revisão interior de factos com a mínima reativação de dor na atualidade. Para alguns, é uma tarefa que parece possível; para outros, compreende-se que prefiram literalmente não voltar a pôr o dedo na ferida.

O que alguns autores descrevem como a capacidade de literacia emocional é geralmente baixa. As competências emocionais raramente são valorizadas e desenvolvidas na infância ou adolescência. A visão da saúde mental mantém-se erradamente projetada para a grave doença psiquiátrica e não para algo que constitui a

unidade somatopsíquica de cada indivíduo desde o seu nascimento. Logo, e embora se assista a uma lenta inversão deste panorama, muitas pessoas não se sentem minimamente predispostas a falar de si ou da sua intimidade, muito menos numa área que toca à sua maior privacidade, como acontece num tema tão complexo como a sexualidade. Há pelos menos duas razões para o compreender.

Porque, desde logo, este é um movimento que rapidamente encontra defesas psíquicas maciças como o recalçamento, a negação ou a clivagem, que o impedem de ser tocado; evitar um novo confronto doloroso com a própria experiência de trauma é a solução inconsciente para, em muitos casos, evitar a desagregação mental e até a doença psiquiátrica, tantas vezes assente em perturbações depressivas e de ansiedade intensa que, ainda com frequência, evocam teias de relações psicopatológicas com a pessoa abusadora, locais e circunstâncias dos factos, existência (ou não) e modelação de respostas de outros (incluindo a família de origem).

Porque, também, não se quer assumir o risco de «falar disso» pela primeira vez em toda a vida, desconhecendo-se os efeitos dessa revelação sobre o equilíbrio emocional no presente. Ou, por último, questionando-se ainda, numa atitude clara de desvalorização pessoal: porque seria o seu testemunho importante? «Porque serei eu, agora, importante?» E, finalmente, como é expectável imaginar, na expressão da continuidade de um sentimento de esperança e de ajuda sentidas como impossíveis (estados mentais de «hopelessness» e «helplessness», descritos por James Garbarino, 2000), que mudaria para mim ou para o abusador a possibilidade do meu testemunho?

Por isso, para além de limitações que se prendem com a técnica e a plataforma digital utilizadas entre diversos indivíduos e grupos sociais, há que contar sempre com uma distribuição muito desigual do poder de manter ativa uma certa atitude de «tomada de palavra». Nem todos se sentem capazes de falar de si a outros, mesmo beneficiando da barreira protetora de não se sentirem visualmente observados (como acontece num telefonema) ou de reviver agora situações de sofrimento estigmatizantes vividas na infância.

3.2.4. A validação dos testemunhos recebidos

Uma das questões com que qualquer equipa de pesquisa se confronta quando recolhe dados junto de uma população através de técnicas como entrevistas ou inquéritos por questionário é a questão da veracidade das respostas obtidas. Apesar de todos os cuidados postos na redação do guião, da exclusão de testemunhos manifestamente falsos, pode-se sempre discutir genericamente se quem responde está ou não a contar a verdade, ou se aquilo que afirma corresponde ao que exatamente viveu, sem construção do que é descrito como a ocorrência de «falsas memórias». Este é um tema recorrentemente discutido na literatura científica, nomeadamente na área da psicologia social, facto que, por si mesmo, constitui uma forma estruturada de corretamente enquadrar este tipo de dúvidas.

Em vez de «verdadeiras» ou «falsas», devemos ter em conta que as respostas obtidas são sempre elaboradas no quadro de uma relação que se estabelece entre quem pergunta e quem responde. São mediadas pela representação mental que a pessoa constrói da situação a que está a responder e é essa mesma narrativa interna que constitui o próprio resultado da inquirição. Como em seu tempo observou Serge

Moscovici (1976), autor da teoria das representações sociais, a pessoa que responde a um inquérito ou a uma entrevista fá-lo sempre em determinado contexto, a partir da realidade em que está inserida e adaptando-se à relação estabelecida com quem pergunta, o destinatário do seu discurso, mesmo que este não esteja à sua frente e exista e persista no que também é possível designar como «diálogo interno»: a comunicação do sujeito consigo mesmo, para a qual evoca todo o tipo de experiências emocionais anteriores, tanto factuais como subjetivas.

Não se trata, pois, de avaliar uma eventual falta de autenticidade ou da presença de uma atitude psíquica destinada a esconder uma verdadeira opinião, mas simplesmente de «resolver» a situação, de corresponder à relação social em que se foi envolvido. Aqui, como em outros tipos de metodologias, estamos diante de factos construídos numa relação social e não de dados neutros preexistentes no terreno.

Tendo estes pressupostos em mente, houve obviamente um processo de validação dos testemunhos recolhidos. Assim, de um total de 563 inquéritos recebidos, houve 51 que foram eliminados com base em diferentes razões que se exemplificam:

- Os abusos ocorreram quando a pessoa (vítima) tinha 18 ou mais anos de idade. Na presente amostra, este constituiu o motivo de eliminação mais frequente. Mesmo quando conscientes de terem ultrapassado o limite etário compreendido no estudo, houve respondentes que esperavam uma validação do seu testemunho, esgrimindo argumentos como este: «*naquela altura ainda era uma criança*»;
- Existência de contradições internas no testemunho, como no caso em que, ao percorrer-se o conjunto de respostas às várias perguntas do guião, se encontravam inconsistências ou contradições significativas. Alguns exemplos: responder numa pergunta que o abuso ocorria na «*confissão*», mas adiante associar-lhe o horário «*entre a meia-noite e as duas da manhã*»; afirmar, primeiro, que o abuso acontecia às «*quartas-feiras*» e, mais adiante, associar a sua regularidade às «*terças e quintas*»; apresentar datas desencontradas entre, por exemplo, data de nascimento e data do primeiro abuso;
- Apresentar números inverosímeis, como no caso de referência a um certo seminário menor, afirmar-se que «*naquele ano houve pelo menos 1000 crianças abusadas*» no seu interior, sabendo-se por outra via que, nessa época, o seminário tinha uma população não superior a 200 rapazes;
- Submissão de inquéritos em duplicado, provavelmente causada por instabilidade na ligação à Internet ou no acesso ao questionário, identificáveis por terem exatamente a mesma hora de submissão e uma total coincidência das respostas;
- Abusos praticados a portugueses residentes no estrangeiro, mas não por membros da Igreja Católica portuguesa: por exemplo, um testemunho que reporta crimes alegadamente cometidos por um sacerdote de um colégio católico em Madrid;
- Conter insultos expressamente dirigidos à Comissão, acusando-a de, a título de exemplo, «*estar ao serviço da Maçonaria*» ou de «*Satanás*» ou de com o seu trabalho, solicitado pela própria Conferência Episcopal Portuguesa, pretender «*destruir a Igreja e os padres*», afirmando-se ainda que «*O Papa [Francisco] é um herege*»;

— Testemunhos incompletos, com apenas uma ou duas respostas, provavelmente preenchidas por parte de pessoas que desejariam conhecer ou treinar o uso do guião.

A amostra final contou, assim, com 512 testemunhos.

3.3. O estudo exploratório dos arquivos

3.3.1. A análise dos abusos sexuais nos arquivos

O fenómeno dos abusos sexuais de crianças e adolescentes no Portugal contemporâneo é uma realidade pouco conhecida. Para isso contribui a quase ausência de conhecimento científico sobre o tema. O interesse mediático, despertado nos primeiros anos do século XXI pelo espoletar do chamado caso «Casa Pia», tem conhecido oscilações, não parecendo ter despertado o interesse da academia para, de modo abrangente e interdisciplinar, estudar esta problemática. Para isso contribui, também, a que parece ser uma muito limitada percepção social da abrangência do fenómeno.

Mais mediatizada tem sido a incidência dos abusos sexuais de menores por membros da Igreja Católica, acompanhando os desenvolvimentos que resultaram dos trabalhos de comissões independentes de investigação levados a cabo noutros países (*e.g.* Estados Unidos da América, Irlanda, França, Holanda, entre outros).

Desse interesse resultaram os trabalhos de investigação jornalística de João Francisco Gomes e Sónia Simões, cujo conjunto de reportagens compõem a série «Em silêncio» (*Observador*, 2019). Aquele autor publicou posteriormente uma monografia sustentada, sobretudo, em documentação pública, no depoimento de vítimas, em entrevistas realizadas nas suas comunidades e, nalguns casos, na consulta de processos do Ministério Público (Gomes, 2021). A esses trabalhos soma-se o conjunto de reflexões sobre as condicionantes do exercício do poder eclesiástico (Eleutério, 2022), publicados no decorrer dos trabalhos do Grupo de Investigação Histórica (GIH).

Desafiado a estudar uma parcela — por mais relevante que seja — do fenómeno dos abusos sexuais de menores na sociedade portuguesa, a que respeita aos membros da Igreja Católica portuguesa, o GIH confrontou-se com essa limitação bibliográfica de partida, a que se juntava o tempo limitado que tinha para realizar o seu estudo. Mas beneficiava da possibilidade de, pela primeira vez, aceder aos arquivos eclesiásticos.

Foi a conjugação dessas circunstâncias que conduziu à opção por um estudo de natureza exploratória. Trata-se, por isso, de uma abordagem que não tem o propósito de esgotar o tratamento deste tema. Pelo contrário: foi pensado e levado a cabo como uma primeira aproximação que tem por finalidade última incentivar e promover estudos futuros que possam abarcar as diferentes dimensões do fenómeno complexo e, dessa forma, contribuir para um conhecimento mais detalhado da sua incidência no conjunto da sociedade portuguesa.

O GIH optou por privilegiar a dimensão empírica, centrando-se exclusivamente nos arquivos eclesiásticos, uma vez que beneficiava dessa faculdade. Definido o alcance exploratório e a incidência arquivística da sua investigação, definiram-se os seguintes objetivos: apurar as evidências existentes naqueles arquivos dos casos de abuso sexual de menores por eclesiásticos portugueses e outras entidades ao serviço da Igreja Católica portuguesa entre 1950 e 2022; identificar os casos de que houve queixa às autoridades eclesiásticas ou de que estas tiveram notícia pública; precisar o modo como as autoridades eclesiásticas lidaram com os casos de abuso de que tiveram conhecimento, no respeitante à vítima e ao abusador, tal como a eventual evolução desses procedimentos, indicando os elementos e as circunstâncias que contribuíram para isso.

O alcance exploratório e incidência empírica levaram a que se privilegiasse a consulta do maior número de arquivos eclesiásticos católicos, com uma dupla intencionalidade: circunstanciar a diversidade de contextos sociais e eclesiais compreendidos no período de setenta e dois anos em análise; mapear, através das eventuais evidências documentais ou das suas ausências, o modo como esses diferentes contextos contribuíram para a evolução das percepções sobre a extensão do fenómeno. Estes propósitos requeriam uma abrangência documental o mais ampla possível, independentemente da natureza ou do quadro de classificação e custódia dos documentos, devendo abranger os arquivos históricos, correntes e secretos das instituições eclesiais.

O GIH beneficiou do trabalho realizado pelas várias comissões que nas últimas décadas têm vindo a investigar os abusos sexuais na Igreja Católica em países como os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Irlanda, a Austrália, a França e a Bélgica. Ao contrário do que se verifica em Portugal, nesses países existe um conhecimento significativo da incidência dos abusos e dos seus contextos. Veja-se, por exemplo, o caso da Alemanha, país onde surgiram, desde os anos 90, várias notícias e reportagens na comunicação social sobre casos de abuso de menores por membros da Igreja Católica e onde, em 2010, o tema ganhou grande espaço mediático, a par de um intenso debate e reflexão na sociedade e no seio da hierarquia católica. Desde então foram realizadas várias investigações e estudos sobre o tema. Merece destaque — até pelo contraste que permite estabelecer com o panorama académico português — o projeto de quatro anos levado a cabo pelas universidades de Mannheim, Heidelberg e Gießen: o chamado «estudo MHG» (Dreßing *et al.*, 2018). Para lá deste projeto de âmbito nacional que representou um marco no contexto alemão, realizaram-se, entretanto, várias investigações a algumas dioceses e arquidioceses que têm permitido completar, rever e, sobretudo, aprofundar o trabalho pioneiro do projeto MHG. Há ainda a referir que o Parlamento Alemão apoiou a constituição de uma Comissão Independente para investigar de forma abrangente os abusos sexuais de crianças na sociedade alemã, dedicando uma das linhas de investigação às Igrejas Católica e Luterana, tendo sido publicado o respetivo relatório (Kolwalski 2018).

Na definição da incidência do seu estudo e da metodologia a seguir, o GIH usufruiu, de forma particular, do trabalho realizado pela comissão que investigou a arquidiocese de Munique e Freising, bem como a que estudou a diocese de Münster. A investigação à arquidiocese de Munique e Freising foi realizada por um gabinete de advogados a partir de uma abordagem jurídica ao enquadramento dos casos, ao papel das hierarquias e ao apuramento das suas responsabilidades (Westpfahl *et al.* 2022). Quando iniciou os seus trabalhos, o GIH reuniu-se com Ulrich Wastl e Martin Pusch, membros desta equipa, que partilharam as suas experiências e fizeram sugestões metodológicas. O GIH também prestou especial atenção ao trabalho da comissão de Münster (Frings *et al.* 2022), constituída por uma equipa de cientistas sociais com abordagens qualitativas transdisciplinares. A estrutura de parte dos estudos de caso do presente relatório (nota biográfica do padre, situação de abusos sexuais, percurso do padre após a situação de abusos e conclusão) inspira-se na organização dos estudos de caso do relatório de Münster.

Dadas as condicionantes temporais, o GIH definiu duas modalidades de acesso aos arquivos, inspirando-se em procedimentos seguidos no caso francês e em comissões

alemãs: indiretamente, primeiro, através de um questionário fechado remetido aos prelados e aos superiores dos institutos religiosos; diretamente, depois, pela consulta da documentação identificada pelas autoridades eclesiásticas, sendo alargada a investigação a outras séries documentais consideradas relevantes para o objeto da investigação.

O presente estudo exploratório alimenta-se, assim, da tensão entre o carácter pioneiro que resulta da incidência sobre os arquivos eclesiásticos portugueses e o conhecimento da investigação realizada noutros países que ajudou a delinear metodologias e pistas de análise.

Este estudo assume, assim, um carácter exploratório, trabalhando sobre a ausência de investigação sobre o tema em Portugal no sentido de avançar com um conjunto de propostas que permita estudar este fenómeno de forma aprofundada e longitudinal.

Dadas as condicionantes assinaladas, procurou-se uma investigação empírica rigorosa mas cuja intensidade teve uma incidência variável, dependente, em larga medida, da dimensão muito diferente dos arquivos das diversas dioceses e institutos religiosos: em alguns casos, essa pesquisa foi mais abrangente (pesquisas aleatórias de largas dimensões e, em casos pontuais, compreendendo a leitura de todos os processos individuais dos padres de uma diocese); noutros casos, a pesquisa foi mais circunscrita e direcionada para as situações reportadas pelos bispos e superiores de institutos religiosos (que são normalmente as situações em que houve investigações e processos canónicos, que tendem a estar separados no arquivo secreto dessas instituições).

Foi a opção por um estudo de alcance exploratório e de incidência empírica exclusivamente centrada nos arquivos eclesiásticos que determinou a dimensão que os estudos de caso assumem na economia deste relatório. Antes de mais, porque se assumiu a impossibilidade de conhecer a extensão da incidência dos abusos sexuais exclusivamente através dos arquivos, uma vez que a esmagadora maioria das vítimas não denunciou os abusos na altura em que ocorreram; mas, também, por causa das limitações inerentes ao próprio arquivo. Acresce o facto de se considerar que esta metodologia constitui uma ferramenta privilegiada para a definição de hipóteses de interpretação, a abertura de ulteriores pistas de investigação e a formulação de conclusões preliminares. Procura-se, no conjunto dos casos apresentados, enunciar padrões e tendências, esboçar hipóteses que lancem bases para futuras pesquisas mais consolidadas e com objetivos mais ambiciosos de sistematização.

Esta primeira abordagem exploratória ao fenómeno dos abusos sexuais de crianças e adolescentes por membros da Igreja Católica portuguesa permitiu traçar um mapa preliminar de algumas das fontes e metodologias essenciais à sua compreensão, dimensionando as necessidades de investigação que este objeto de investigação continua a exigir. Estudos posteriores devem considerar a necessidade de realizar uma investigação que considere a diacronia — nunca inferior à década —, um recorte geográfico amplo e uma abordagem interdisciplinar, mobilizando as metodologias de áreas tão distintas quão complementares no tratamento histórico deste tema como o direito, a criminologia, a sociologia, a antropologia, a psiquiatria, a psicologia, a teologia, os estudos de género e masculinidades, os estudos culturais, entre outras. As metodologias devem, tanto quanto possível, ser híbridas, intercetando análises quantitativas, qualitativas e hermenêuticas.

3.3.2. O acesso institucional aos arquivos eclesiásticos

No dia 29 de março de 2022, a CI mandou o GIH para o estudo dos arquivos eclesiásticos entre 1950 e 2022. No dia 11 de abril de 2022, o GIH endereçou uma carta a solicitar uma reunião a cada um dos responsáveis diocesanos.

Entre 18 de abril e 5 de maio de 2022, o GIH teve reuniões com membros da CEP, designadamente, com o cardeal-patriarca de Lisboa, os arcebispos de Braga e de Évora e os bispos do Porto, do Algarve, de Coimbra, de Portalegre e das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

Essas reuniões iniciais mostraram a necessidade de preparar, com a segurança jurídica necessária, a forma de que se revestiria o acesso do GIH aos arquivos. Consensualizou-se, nesse processo, a vantagem de se garantir um acesso uniforme aos arquivos de todas as dioceses, institutos regulares e sociedades de vida apostólica.

O comunicado final da 202.^a Assembleia Plenária da CEP, ocorrida entre 25 e 28 de abril de 2022, deu conta da constituição do GIH, fixando o propósito de «estudar este drama na vida da Igreja, com o objetivo de chegar, de forma inequívoca e eficaz, ao esclarecimento e à verdade dos factos através do estudo dos Arquivos Históricos existentes em cada Diocese, num trabalho de colaboração e confiança mútua com cada Bispo Diocesano». A CEP e a CIRP reiteraram, nessa ocasião, «todo o interesse em colaborar com a Comissão Independente e a Equipa por esta designada, respeitando a Lei Civil, a Lei Canónica e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados».

No dia 11 de maio de 2022 ocorreu uma reunião em Fátima entre o GIH e o presidente da CEP, D. José Ornelas, onde se debateu a questão das condições efetivas de acesso aos arquivos diocesanos por parte do GIH. Foi aí decidido que o GIH elaborasse notas metodológicas que permitissem à CEP estabelecer contactos, em Roma, na semana seguinte, com vários Dicastérios sobre o acesso aos arquivos eclesiásticos pelo GIH.

A primeira versão das notas metodológicas, enviada ao presidente da CEP, tem a data de 15 de maio de 2022. Nestas notas metodológicas — contemplando a cronologia de constituição do GIH, os contactos estabelecidos, os objetivos do GIH, a documentação arquivística a consultar e a metodologia de levantamento e análise dos dados a efetuar, com o seu faseamento —, o GIH solicitava que a CEP envidasse, formal e informalmente, todos os esforços para garantir o acesso do GIH aos arquivos diocesanos a partir de junho de 2022, desencadeando os atos derogatórios necessários e suficientes para o efeito.

O presidente da CEP, D. José Ornelas, o bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, e os três arcebispos metropolitanos realizaram em Roma, a 18 de maio, uma reunião com o cardeal Marc Ouellet, Prefeito da Congregação para os Bispos e o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Ladaria, abordando a questão do acesso aos arquivos diocesanos secretos e reservados no processo de estudo sobre abusos sexuais. Nessa ocasião ficou decidido que o presidente da CEP escrevesse ao secretário de Estado do Vaticano, pedindo que fosse autorizado ao GIH o acesso aos arquivos eclesiásticos, também os secretos e reservados. O presidente da CEP escreveu ao secretário de Estado do Vaticano no dia seguinte.

No dia 1 de junho de 2022 ocorreu uma reunião em Lisboa entre o GIH e a direção da CIRP, tendo por base as notas metodológicas, onde se debateram questões relativas aos arquivos dos institutos religiosos e sociedades de vida apostólica de Portugal.

No dia 9 de junho de 2022, em carta dirigida a D. José Ornelas, o cardeal Pietro Parolin, secretário de Estado da Santa Sé, comunicou o seguinte: «L’Istruzione *Sulla riservatezza delle cause*, del 6 dicembre 2019, ha rimosso il Segreto pontificio dalle denunce, dai processi e dalle decisioni relativi ai delitti *contra sextum* commessi da chierici o membri di Istituti di Vita Consacrata o di Società di Vita Apostolica, che restano comunque coperti dal Segreto d’ufficio. Spetta pertanto a ciascun Ordinario autorizzare il Grupo di investigazione storica della Commissione Indipendente a consultare la documentazione custodita negli archivi ecclesiastici, anche segreti, sempre sotto la supervisione del Vescovo diocesano o del Superiore maggiore.»

A carta do secretário de Estado validava a interpretação das normas canónicas apresentadas pelo presidente da CEP, confirmando que não havia qualquer obstáculo jurídico relativamente ao acesso aos arquivos secretos das dioceses, desde que o bispo respetivo o autorizasse.

Todos os bispos portugueses concederam essa autorização.

A carta do secretário de Estado do Vaticano assinalava, ainda, a «speciale cura — raccomandandolo espressamente ai membri della Commissione — di trattare com riservatezza le informazioni di cui verranno a conoscenza, al fine di tutelare adeguadamente la privacy e il buon nome delle persone coinvolte». Nesse sentido, referia a conveniência de serem revistas as notas metodológicas preparadas pelo GIH, de modo que explicitassem a distinção adequada de dois elementos: «a) le diverse fattispecie secondo la loro gravità; b) i casi provati da quelli non provati».

Procurando responder aos requisitos apresentados, o GIH elaborou um acordo de confidencialidade que seria assinado pelos seus membros e pelos responsáveis eclesiais.

Concluídas estas diligências necessárias, o GIH estabeleceu as seguintes fases de trabalho:

Fase 1. Identificação dos casos de abuso de menores em cada diocese, instituto religioso e sociedade de vida apostólica de Portugal, entre 1950 e 2022, com a «separação» da documentação de interesse. Este inquérito seria feito pelos serviços eclesiais competentes, podendo contar com a colaboração do GIH, se os mesmos considerassem necessário. A análise preliminar dos conteúdos é feita através de uma grelha de análise preparada pelo GIH.

Fase 2. Comparando os casos identificados na Fase 1 com dados disponibilizados pela CI, o GIH solicitará a consulta de outros processos.

Fase 3. O GIH procederá à análise da documentação identificada nas Fases 1 e 2.

Fase 4. Consulta eventual, por parte do GIH, de outras peças documentais, com critérios objetivos de densificação da informação sobre os casos de abuso sexual contra as crianças.

Fase 5. Entrevistas eventuais, por parte do GIH, a clérigos e membros dos institutos religiosos e sociedades de vida apostólica sobre os casos de abuso sexual contra as crianças.

3.3.3. O inquérito preliminar aos membros da CEP e da CIRP

O acesso indireto aos arquivos, atrás aludido, justificou-se pela necessidade de otimizar a investigação, tendo em conta o tempo definido para a entrega dos resultados da investigação e a quantidade de arquivos a consultar, com a dimensão do volume documental expectável.

No sentido de uniformizar os resultados da investigação indireta, o GIH preparou um inquérito preliminar que remeteu aos prelados e aos superiores dos institutos religiosos. Estes, diretamente ou através de alguém por si designado, procederiam à identificação dos documentos relevantes para a investigação que permitisse responder aos campos da grelha de análise preparada.

Essa grelha comportava os campos seguintes:

Nome do abusador ou, em caso de anonimização, um identificador numérico ou alfanumérico; estatuto do abusador na Igreja ou relativamente à Igreja (ex.: presbítero, pároco, catequista, professor/a, etc.); nome da vítima ou, em caso de anonimização, um identificador numérico ou alfanumérico; idade da vítima no momento do abuso; género da vítima; local onde ocorreu o abuso (paróquia ou instituição); data em que ocorreu o abuso; frequência do abuso; quem denunciou; existência de inquérito, processo eclesiástico ou processo civil; tipo de medidas preventivas ou punitivas adotadas; referência documental/arquivística do caso; campo livre para anotações consideradas relevantes.

O GIH obteve resposta de todas as autoridades eclesiásticas a quem remeteu este inquérito.

3.3.4. A localização dos testemunhos da Comissão no quadro eclesiástico

Foi parcialmente coincidente o período em que a CI acolheu o testemunho das vítimas e a investigação preliminar solicitada pelo GIH às autoridades eclesiásticas católicas.

Cedo se tornaram expectáveis as diferenças entre a dimensão dos testemunhos recolhidos e o conjunto do levantamento documental que resultaria do inquérito preliminar. Quer porque a atividade da CI abriu um novo ambiente que permitia a expressão da voz das vítimas quer porque a esmagadora maioria dos testemunhos tinham carácter de novidade.

Sendo a investigação do GIH norteada pelo suporte arquivístico, exigia-se comparar os resultados obtidos a partir dos testemunhos das vítimas com os decorrentes do inquérito preliminar. Essa atividade implicou a tarefa de referenciar geograficamente os casos de abuso reportados à CI, vinculando-os a um espaço administrativo da Igreja Católica. Esse trabalho fez-se em colaboração com as autoridades eclesiásticas, permitindo suprir as eventuais e plausíveis lacunas ou imprecisões dessa natureza nos testemunhos (por exemplo, a vítima poderia saber que um pároco pertencia a uma ordem ou congregação; ou suceder o abuso ter ocorrido numa circunscrição eclesiástica que não corresponde, atualmente, à que seria há quarenta anos). Só referindo com precisão o testemunho a uma circunscrição ou instituição eclesiástica seria possível determinar o

arquivo a consultar no sentido de indagar as eventuais referências à ocorrência, quando tivessem sido objeto de queixa anterior às autoridades eclesiais; identificar o tratamento institucional das queixas; o modo de atuação institucional relativamente às vítimas e aos presumíveis abusadores; a eventual evolução do tratamento institucional dos casos de abuso.

Esse trabalho permitiu, por um lado, estabelecer a cartografia das dioceses portuguesas, considerando as alterações à malha diocesana ocorridas em 1975 e 1977; e, por outro lado, quantificar, por diocese ou instituto religioso, os casos reportados à CI e os de que há vestígios documentais, resultantes dessa e de outras fontes.

3.3.5. Os vetores do estudo

A investigação histórica nos arquivos eclesiais orientou-se por dois vetores fundamentais: um quantitativo e outro qualitativo.

Relativamente ao primeiro, procurou-se medir a dimensão do fenómeno, tanto quanto a documentação o permita. Considerando a pluralidade de instâncias administrativas da Igreja Católica, quer seculares quer regulares, importa referir os casos de abuso, quer os resultantes dos testemunhos prestados à CI quer os identificados pela investigação em arquivo, aos vários tempos e espaços abrangidos pelo estudo exploratório do GIH.

Para isso importa conhecer o enquadramento normativo dos arquivos eclesiais, o que revela uma potencial abrangência documental que ultrapassa, em muito, o conteúdo do Arquivo Secreto. Esta terminologia, sendo precisa, uma vez que etimologicamente indica o que está separado, segregado, refere um conjunto restrito de documentação que, pelo seu carácter delicado ou sensível — e não apenas do âmbito de que esta investigação se ocupa — não está acessível, antes de mais, aos eclesiais da cúria diocesana e ao pessoal do respetivo arquivo.

No entanto, essa designação induz, frequentemente, equívocos discursivos, assacando propósitos conspirativos a uma prática institucional que teria tradução arquivística. A alteração recente (2019) da denominação do Arquivo Secreto Vaticano para Arquivo Apostólico Vaticano procurou desfazer esse equívoco, mas ela mantém-se no que respeita a essa parte dos arquivos diocesanos.

Era necessário, por isso, que o trabalho incidisse sobre o conjunto das partes que compõem os diversos arquivos eclesiais, de modo a perceber o fluxo da informação, o seu tratamento institucional e arquivístico, no sentido de se apurar numericamente a dimensão do fenómeno e em que medida teve tradução documental. A investigação nos arquivos procurou: determinar a existência de queixas, as formas que assumiram e as instâncias eclesiais que as receberam; identificar os tipos de tratamento concedido às vítimas e aos seus testemunhos; descrever os procedimentos das autoridades eclesiais relativamente aos eclesiais e leigos cujo comportamento foi objeto de queixa; esclarecer se dessas queixas resultaram processos judiciais canónicos e civis e quais as respetivas sentenças e penas.

Como construções sociais que são, os arquivos revelam pelo que contêm, mas também pelo que eventualmente lhes falta. Dado que se tratava de inscrever o fenómeno

dos abusos sexuais de menores num tempo relativamente extenso, era necessário completar a dimensão quantitativa com uma incidência qualitativa.

Esta poderia permitir avaliar os ambientes sociais e eclesiais que facultaram ou impediram a manifestação da voz da vítima. Neste sentido, a eventual diferença de dimensão entre os testemunhos chegados à CI e os vestígios arquivísticos é eloquente quanto ao contexto social alargado e, por isso, também quanto ao contexto eclesial que contribuiu para silenciar o fenómeno.

Além disso, uma análise qualitativa visa fornecer um quadro de compreensão mais denso sobre a diversidade dos contextos geográficos, sociais e institucionais e o modo como eventualmente evoluíram ao longo da cronologia em apreço.

Assim, para lá da documentação de arquivo, considerados de forma abrangente os seus fundos e séries, importa ter presente as determinações legislativas e administrativas, tanto as canónicas quanto as civis, avaliando de que forma terão impactado os procedimentos institucionais das estruturas da Igreja Católica portuguesa e o modo como isso se torna visível na documentação produzida e na sua custódia.

Seguindo o modelo usado em investigações similares, como, por exemplo, a investigação à diocese de Münster (Frings *et al.* 2022), o GIH optou pela apresentação de estudos de caso. Estes pretendem ter um carácter exemplificativo, pelo que o seu conjunto não esgota a totalidade das situações encontradas. Procura-se, através desta modalidade, fornecer um panorama circunstanciado mais robusto sobre as práticas e as linguagens das lideranças eclesiais no que respeita aos abusos sexuais de menores, bem assim a sua evolução ao longo da cronologia que baliza o estudo. Aí se compreende, também, o esforço de distinção entre o universo eclesiástico e laical e, ainda, a apresentação dos trâmites seguidos nos casos em que houve lugar a processos administrativos e judiciais, as respetivas partes e conclusões.

3.4. Dilemas éticos

Desde a sua criação e no decurso dos seus trabalhos, a Comissão confrontou-se, naturalmente, com várias questões de contornos éticos. Partilhamos neste ponto algumas delas.

Desde logo, à partida, a da própria natureza da Comissão e o estatuto de «independência» a reclamar para ela. Sendo o estudo a realizar da iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa e tendo sido esta a criar a respetiva Comissão e a designar o seu coordenador, prontamente se colocou a questão da sua independência e, assim, do rigor das conclusões que, no final, viessem a apurar-se. Na verdade, ao menos do ponto de vista formal, dificilmente se daria por garantida aquela independência, tendo em conta o modelo de constituição e a origem da Comissão, o tema a estudar e a incidência dos resultados no seio da instituição promotora da iniciativa.

A solução estaria, pois, por um lado, na garantia de isenção prestada por todos e cada um dos seus membros, sendo que essa isenção seria, por sua vez, a garantia de uma independência de procedimentos, isto é, de uma indispensável independência e autonomia na ação face à entidade que encomendou o Estudo.

Os diferentes membros da Comissão possuem, como qualquer outra pessoa, e usando um termo weberiano, uma certa «relação aos valores» face ao problema em causa, face à Igreja ou à fé católica; o importante não é negar que essa relação existe (porque existe sempre em qualquer ator social), mas garantir sempre que a intromissão desses valores na atividade de conhecimento é vigiada, controlada e neutralizada através de protocolos metodológicos robustos de abordagem científica da própria realidade. A independência da Comissão passaria, assim, também pela garantia do exercício pleno das competências profissionais dos seus membros, já que estas reclamam padrões de objetividade e autonomia face a qualquer forma de poder. Por outro lado, a Comissão constitui-se de forma paritária, integrando pessoas de diversas áreas profissionais, sendo que cada um dos seus constituintes tem ainda o seu próprio percurso pessoal e social marcado por vivências amplamente distintas.

A Comissão tomou, a solo, todas as decisões relativas ao modo de abordagem da questão dos abusos sexuais na Igreja Católica, à construção dos instrumentos de recolha e tratamento de informação, à interpretação dos resultados, à divisão das tarefas entre os membros da equipa e todos os contactos com o exterior, incluindo a comunicação social. Gozou, assim, em todas as fases e frentes da pesquisa, de total liberdade de pensamento e atuação, sem nunca ter existido qualquer fonte externa, nomeadamente da própria Igreja, de pressão ou limitação de qualquer dos seus atos.

Foi, pois, esse espírito de isenção e independência que presidiu aos trabalhos da Comissão e, agora, se projeta, em todas as suas dimensões, no Relatório final do Estudo realizado e nas suas conclusões que, de certo modo, permanecem ainda em aberto ao necessário debate público que se lhe pode seguir.

De entre estas conclusões, uma se destacava, entretanto, colocando também ela problemas de natureza ética que importava debater e resolver, sobretudo tendo em conta os apelos contraditórios que vinham tanto do exterior, como da própria hierarquia da Igreja Católica, relativamente à expressão quantitativa que viesse a ser dada ao número de vítimas de abuso apurado para o período em que incidiu o Estudo empreendido.

Não que a Comissão estivesse particularmente empenhada em apresentar quantificações de um fenómeno que — sabemos bem da literatura científica — dificilmente se capta na sua real dimensão; à Comissão sempre interessou muito mais, em abstrato, a preservação de uma perspetiva humanística no seu estudo, do que uma mera análise contabilística de números, desligada de contextos temporais, sociais e culturais que os enquadram e permitem avançar na sua interpretação.

Por isso, mais interessante, pelo contrário, seria reconstituir — numa ótica qualitativa — cenários, contextos, perfis-tipo de abuso a partir da recolha de narrativas de pessoas (testemunhos/depoimentos) que passaram por experiências de abuso sexual na sua infância e juventude, abusos esses cometidos por membros da Igreja Católica portuguesa. Mas percebeu-se, desde o início, que a questão do «número» seria um elemento-chave do debate público que acompanharia o Estudo e viria a realizar-se depois da sua apresentação.

A questão dos «números» foi, assim, contornada através da distinção de diferentes patamares. Um primeiro, refere-se ao número de pessoas vítimas que prestaram testemunho; um segundo, calculado a partir do número de crianças próximas de si que o/a respondente referia saber que eram também abusadas na Igreja Católica, ampliava-o e permitia uma perceção da dimensão da rede de vítimas associadas às primeiras. Acresceria um terceiro número, referente ao do total de crimes alegadamente cometidos, e de extrema dificuldade de quantificação a partir da informação recolhida (razão pela qual foi posto de lado o seu cálculo). E ainda um quarto, de relevo, ligado ao número registado de pessoas referidas como abusadoras, umas vivas, outras já falecidas, esse sim, passível de contabilização.

Para tanto, foram definidos critérios o mais transparentes e rigorosos possível (sempre discutíveis, sabemo-lo) que permitissem calcular, sempre por defeito, os números a considerar como totais, o que, tendo sido feito, levou a uma expressão quantitativa aproximada de abusos, assumidamente inferior ao que outro tipo de critério, mais aberto e menos exigente, poderia, também legitimamente, conduzir. Os critérios são apresentados no Capítulo 4 e Capítulo 7 deste mesmo Relatório.

É absolutamente certo que, sem a colaboração da comunicação social, a Comissão Independente nunca teria conseguido ocupar um espaço mediático necessário para fazer chegar ao maior número de pessoas a sua mensagem de «dar voz ao silêncio», e isto independentemente da sua idade, género, condição social, cultural e económica, pertença étnica, entre outros fatores, crenças ou práticas religiosas passadas ou atuais, entre outras características de diversidade que sempre se desejaram não ser fator de exclusão, mas sim de inclusão ativa no próprio estudo.

Se foi pela «voz» da comunicação social, em todas as suas componentes (televisão, jornais, revistas, rádios, com contornos locais/regionais, nacionais e até internacionais), que os apelos ao testemunho foram amplificados, a pressão e proximidade deste «poder» ao longo de todo o trabalho teve de ser constantemente debatida e ponderada no interior da Comissão. A escolha de determinados momentos que se constituíram como janelas de oportunidade ou, ao contrário, de tempos de recolhimento absoluto sobre o trabalho a desenvolver constituiu um tema de debate assíduo em muitas reuniões da Comissão. A sua independência jogava-se também a este nível: era crucial não deixar flutuar a agenda científica ao sabor da lógica dos *media*.

Por outro lado, a visibilidade mediática que, sobretudo graças à comunicação social, adquiriu o tema do abuso sexual de crianças na Igreja Católica e, secundariamente, do mesmo tema na sua própria generalidade e extensão (sabe-se que o maior número de crianças vítimas sofreu os seus abusos sexuais no seio familiar), veio por certo perturbar e desinquietar quotidianos de cidadãos anónimos que já haviam neles eventualmente «integrado» aquela experiência traumática, quer do ponto de vista psíquico individual quer relacional, passados tantos anos, como se verificou na maioria dos casos, sobre a data inicial do seu acontecimento.

A Comissão encarou esta exposição como o que se pode descrever, psiquicamente, como um «dano colateral»: muitas vítimas descreveram a ambivalência experienciada com o reencontro com factos, fantasias, sentimentos negativos, medos, terrores diversos do seu passado infantojuvenil, bem como das múltiplas repercussões posteriores, na vida adulta, que, se nuns casos pareciam integrados, noutros permaneciam como nunca revelados até ao momento atual.

Para certas pessoas vítimas, foi a possibilidade (nalguns casos e, infelizmente, primordial) de deles falarem, de se sentirem ouvidas, amparadas, compreendidas, vencendo sentimentos de solidão, vergonha, culpa, desamparo ou abandono individual ou relacional, experimentando assim o que muitas descreveram como um sentimento de «libertação» pelo qual aguardavam há décadas, facto que, entre outros, também explica a imensa afluência de contactos logo nos primeiros dias de trabalhos da Comissão: a verdadeira «explosão» de um «segredo», assim referido em tantas ocasiões, ao qual também reportavam sentimentos de zanga e revolta pelo sucedido, bem como a forma como o mesmo parecia aguardar a possibilidade de revelação.

Mas outras vítimas, mesmo ao participarem, não deixaram de tornar explícito como essa mesma atitude lembrou experiências negativas, atuando assim como reforço de situações de verdadeiro *stress* pós-traumático, que em diversos casos, sempre analisados e de resposta variável conforme cada qual, impuseram eticamente à Comissão a necessidade de criar ou reforçar respostas múltiplas de apoio psicossocial.

Mas... e aquelas pessoas vítimas que mesmo assim se mantiveram em silêncio, as que legitimamente optaram por não participar no estudo e que, de novo e até certo ponto sós no seu mal-estar, se debateram em diversas ocasiões (sobretudo as de maior exposição pública do tema) com as memórias de sofrimento e dor? Até que ponto esse seu silêncio não lhes agravou um sentimento de culpa, já que nem no passado — e agora também no presente — tiveram capacidade para «falar disso»? Como dar-lhes segurança na sua peregrinação interior, como dizer-lhes — como fizemos a tantos outros — que a culpa fica sempre com a pessoa abusadora? Ou que, de verdade, não têm de se sentir sós?

E nesse grupo, que não é difícil imaginar como quantitativamente muito extenso, o que se passou com eventuais vítimas, atualmente ainda menores de idade, que possam ter passado pelo mesmo e que, por restrições diversas, não tenham ousado assumir dar o seu testemunho? A Comissão registou, por exemplo, depoimentos diretos de menores de 18 anos que justamente o expressaram dessa forma, num apelo anónimo que não permitia qualquer pista direta para outro tipo de sinalização e suporte.

Este tipo de dilema é impossível de conhecer na sua amplitude quantitativa, bem como na sua dimensão qualitativa, mas ele esteve sempre presente nos trabalhos da Comissão, conduzindo a duas respostas impossíveis: uma, no suporte individual dado a pessoas adultas que o reportaram no seu contacto direto; outra, na sugestão que adiante

se formula (Capítulo 8) de constituição de uma (outra) equipa que possa liderar a continuidade da receção de testemunhos e o encaminhamento de vítimas para os necessários apoios, de diversa índole, que possam agora e no futuro vir a necessitar.

Grande parte dos trabalhos da Comissão passou pelo contacto com as pessoas vítimas, tenha ele sido presencial, por via telefónica, ou pelo preenchimento do inquérito *online* disponibilizado pela Comissão. Como pressuposto de um testemunho consciente e livre, entendeu a Comissão Independente dever garantir, em todos os casos, o anonimato de quem o prestava, assegurando o sigilo quanto à sua identidade, não divulgando factos que, direta ou indiretamente, pudessem conduzir ao conhecimento por terceiros da pessoa vítima em causa.

Tal decisão, de todo essencial para assegurar um mínimo considerável de testemunhos, não deixou de colocar, e de novo, problemas eticamente colaterais, mas de importante significado, trazendo à consideração da Comissão a necessidade de fazer escolhas difíceis entre valores de peso semelhante, mas em conflito, rejeitando uns para poder afirmar os outros.

Assim aconteceu no conjunto dos testemunhos remetidos ao Ministério Público para investigação (ver 2.2); bem como na decisão de não remeter, durante a recolha de informação, à hierarquia da Igreja Católica, nomeadamente à Conferência Episcopal Portuguesa, a lista de pessoas abusadoras ainda no ativo (ver mais detalhes em 2.2). A proteção das vítimas, muitas vezes acossadas pelo medo de serem descobertas e de perseguições que daí pudessem resultar por parte da Igreja, foi a nossa prioridade.

Estabelecidos os princípios e procedimentos suscetíveis de criar um ambiente de confiança entre os elementos da Comissão e as pessoas vítimas dispostas a testemunhar, outras passaram a ser as questões envolvendo, uma vez mais, dilemas éticos a considerar. Desde a escolha, entre os membros da Comissão, das pessoas mais adequadas para cada uma das entrevistas, designadamente em termos de género e de perfil profissional de base, até ao registo a adotar em cada encontro, passando pela capacidade de gerir a necessária distanciação em cada testemunho prestado e a inevitável emoção criada em quem a recolhia, em cada entrevista, pelo sofrimento brutal que sempre acompanhava o testemunho direto do mesmo.

Como agir diante de alguém em grande mal-estar, sem dispor de instrumentos e de poder para intervir para lá do foco do trabalho da Comissão, limitado como estava ao Estudo, isto é, ao conhecimento da situação? Não cabendo, e de novo, à Comissão Independente investigar criminalmente, fazer um acompanhamento psicoterapêutico ou arbitrar eventuais indemnizações a quem a elas se sente com direito, como conseguir então manter a ligação com a pessoa vítima, que se expõe, numa entrega plena de si e da sua mais profunda intimidade, proporcionando-lhe a melhor resposta possível que, naturalmente, poderia ter como expectativa? O que se lhe deveria oferecer como suporte adequado, para além da afirmação explícita da certeza de que cada testemunho é único, cada testemunho conta, e com ele se consegue reconstruir um *puzzle* complexo para apurar a verdade? Sem a possibilidade de estruturar um apoio direto, nomeadamente médico ou psicológico, a prestar, como fazer o mais adequadamente possível, perante situações de necessidade tão evidente nesses domínios?

Como gerir os silêncios de tantas das vítimas e demonstrar-lhes, sem usar a sua fragilidade, que a sua decisão de testemunhar é não só um ato de cidadania ativa corajoso e solidário, como pode contribuir de forma decisiva para uma alteração das práticas e

dos comportamentos de muitos, das omissões de tantos outros, da desvalorização social do sofrimento alheio?

Com pessoas vítimas tão diferentes umas das outras, com formações culturais igualmente distintas, oriundas de espaços geográficos e territoriais diversamente caracterizados, com famílias de origem e de pertença tão variadas, como estabelecer um espaço e um tempo de confiança da parte de quem presta o testemunho, e de persuasão respeitadora pelo lado de quem conduz a entrevista ou recebe o respetivo contacto e a sua intensa narrativa?

Seja pela experiência concreta, através do testemunho presencial ou via telefónica, seja pelo contacto com os resultados dos inquéritos respondidos, a imensa diversidade de situações exigiu sempre uma inteira disponibilidade de todos os membros da Comissão para partir para cada entrevista ou leitura de caso como se fosse o primeiro ou único na sua singularidade. Aqui se colocavam questões que interpelavam a relação entre «razão e emoção», sendo que ambas tinham de ter o seu lugar, tanto na forma de ouvir, conter, devolver o que era verbalmente (ou por outros modos) transmitido, como na atenção com que se lê e se interpreta cada caso, melhor, cada pessoa em si mesma.

Um último tópico refere-se à dificuldade que a Comissão teve de fazer passar, sobretudo junto de alguns *media*, mas talvez sobretudo dentro de muitos setores da própria Igreja, uma das suas mensagens repetidas à exaustão: o Estudo que realizava não era um estudo *contra* a Igreja Católica portuguesa, ou *contra* pessoas em particular, nomeadamente alegadamente abusadoras. Foi um estudo realizado a pedido daquela, destinando-se a apurar o conhecimento e a caracterização de situações de abuso sexual decorridas no passado e até ao presente, de modo a preveni-las no futuro.

A Comissão sempre distinguiu o todo da parte, a árvore da floresta: as pessoas abusadoras, membros da Igreja Católica portuguesa ou seus colaboradores diretos, constituem uma franja reduzida de um grande universo em que a esmagadora maioria dos seus membros nunca praticou crimes desta ordem. O estigma negativo que pode atingir todos eles, membros saudáveis de uma estrutura de grande significado e implantação na sociedade portuguesa, como é a Igreja Católica, constitui, porém, um dano ético colateral sobre o qual existiu consciência crítica e que, através da intervenção pública, sempre procurámos contrariar.

Estas são, porventura, algumas das questões com contornos éticos com as quais a Comissão Independente se confrontou e considerou como as de maior relevo, e que sempre procurou conhecer e ultrapassar segundo o que, caso a caso, considerou ser o melhor interesse das pessoas vítimas e a prossecução do estudo para que foi mandatada.

A terminar, um derradeiro dilema ético que a Comissão Independente devolve ao exterior e importa ver encarado no futuro imediato:

Que fará a Igreja Católica portuguesa, e a sociedade civil em geral, deste estudo, suas conclusões e respetivas sugestões para o futuro?

4. O QUE NOS DIZ A AMOSTRA? RESULTADOS

Revelados os pontos de partida do estudo, apresentamos e discutimos, nos pontos seguintes, os principais resultados obtidos através das várias técnicas de recolha de informação operacionalizadas.

Foram validados 512 testemunhos do inquérito *online* e este número de pessoas vítimas de abuso na sua infância constitui a nossa amostra, que procuramos caracterizar neste capítulo. Se bem que os números, neste domínio, devam ser sempre considerados com prudência, podemos apesar de tudo compará-los aos de outras amostras de estudos com objetivos semelhantes e que, tal como o presente, partiram do testemunho de pessoas abusadas em criança na Igreja Católica. Por exemplo, a equipa francesa trabalhou com duas amostras, uma das quais obtida justamente através de um *appel à témoignage* a nível nacional. Nesse caso, entre junho de 2019 e outubro de 2020 registaram-se 6471 contactos de vítimas, às quais foi proposto o preenchimento anónimo de um questionário *online*: obtiveram-se 1448 respostas de «menores» ou «pessoas vulneráveis» no momento do abuso (CIASE, 2021). Se tivermos em conta que a população francesa é cerca de seis vezes superior à portuguesa, podemos concluir que a dimensão da nossa amostra é comparativamente considerável.

A apresentação dos resultados segue a ordem dos temas sucessivamente abordados no guião do inquérito. Sempre que possível, são interpretados ou comparados com os obtidos pela equipa francesa no que respeita àquela sua amostra semelhante à nossa, isto é, construída a partir de testemunhos chegados à Comissão depois do lançamento do apelo nacional à participação⁴. O facto de este ser o primeiro estudo sobre abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa limita, por agora, obviamente outros horizontes comparativos.

4.1. A situação atual das pessoas vítimas de abuso

Neste primeiro ponto, e tomando como referência o tempo presente, procuramos caracterizar o perfil e a situação das pessoas vítimas cujos testemunhos constam da base de dados resultante do inquérito *online*. Apresentam-se as respostas totais e, onde se justifique (*i.e.*, por serem estatisticamente significativos), diversos cruzamentos de variáveis.

⁴ A equipa francesa trabalhou, igualmente, com uma amostra estatisticamente representativa da «população geral», administrada por inquérito *online* entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, junto de uma amostra por quotas de 28010 pessoas residentes em França, com mais de 18 anos. Este inquérito versava as violências sexuais, em geral, de que as pessoas haviam sido vítimas durante a infância e adolescência — na família, na escola, na igreja, nas atividades desportivas, entre outros locais e atividades.

4.1.1. Género

A maioria das pessoas que responderam ao questionário identificaram-se como sendo do género masculino (57,2%), sendo que 42,2% se identificaram como mulheres. Duas pessoas (0,4%) identificam-se com outro género e uma pessoa não respondeu (0,2%). Apesar de uma sobrerrepresentação masculina na amostra, a sua componente feminina é muito significativa, comparativamente a outras amostras internacionais de pessoas abusadas na Igreja Católica, onde a proporção de rapazes vítimas é sempre bastante maior.

Numa síntese apresentada no relatório francês (CIASE, 2021), em que se compara o sexo das pessoas vítimas de abuso em vários países onde se realizaram estudos sobre o tema, muito embora recorrendo a metodologias bem diferentes (Estados Unidos, 2008; Países Baixos, 2011; Alemanha, 2014, 2015; Austrália, 2017; França, 2021), pode notar-se que os homens constituem um grupo que perfaz um total compreendido entre 64 e 82% das amostras, enquanto a percentagem de mulheres oscila entre os 17 e os 35%.

A presença destacada de mulheres na amostra portuguesa, comparativamente a outras referidas, poderá ter na sua origem, entre outros fatores, a sua posição de destaque em áreas como o nível de educação atualmente atingido e o mercado de trabalho. Ao contrário de outros países europeus (nomeadamente os acima referidos), a taxa de atividade feminina (a tempo inteiro) em Portugal é extraordinariamente alta, o que sinaliza uma franja de população autónoma, com mais treino de expressão pública e que, portanto, se sente capacitada para dar testemunho sobre a sua experiência de vida.

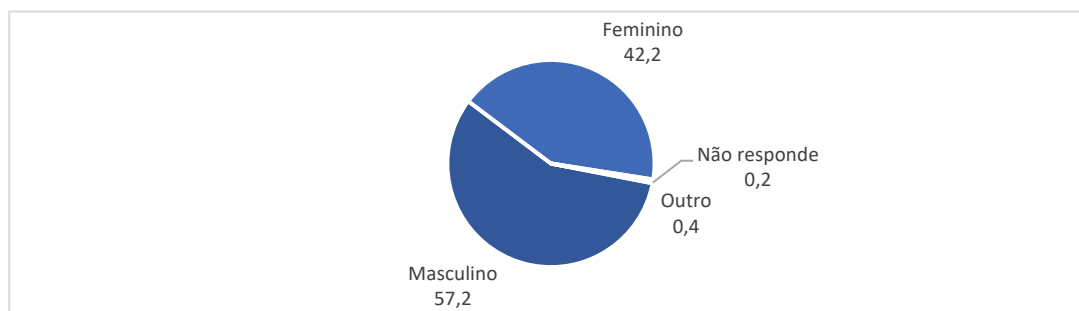
Por outro lado, se recuarmos no tempo, sabemos que em áreas rurais do País, fustigadas pela emigração masculina na década de 60, as mulheres que ficavam assumiram papéis de liderança junto das suas famílias e explorações agrícolas. O mesmo acontece em áreas urbanas, com a partida dos homens para a Guerra Colonial, sendo as mulheres mais escolarizadas que ocupam precocemente lugares profissionais de um mercado de trabalho em expansão (serviços de saúde, justiça, educação). Esta tradição de autonomia, aliada à sua relação próxima com as estruturas da Igreja nas comunidades rurais, poderá ter contribuído para a presença forte das mulheres na amostra.

Surge-nos, assim, um sinal de que, ao contrário do que sucede nos estudos de abusos sexuais de crianças em geral, são os rapazes (e não as raparigas) que aqui constituem a maioria. É um dado abundantemente confirmado na literatura: embora com exceções, e porque a maioria das situações de abuso acontecem em meio familiar, as meninas têm duas vezes mais probabilidade de ser abusadas do que os meninos (Soares, 2022). No caso dos abusos na Igreja, a prevalência inverte-se, o que alguns autores explicam pela conjugação de fatores como um «efeito de oportunidade», já que o acesso de membros da Igreja a rapazes (e em especial pré-adolescentes) foi durante várias décadas muito mais facilitado do que a raparigas; destaca-se a importância da existência dos seminários, até enquanto espaços de ensino e formação para muitos que, posteriormente, não seguiam a vida religiosa e ali encontravam um porto de abrigo tido como positivo (sobretudo nos meios rurais e no interior do País), e alguns colégios internos religiosos, quase sempre destinados a elites de sexo masculino.

Ao mesmo tempo, pode pesar neste facto uma forma predominante de representação metafórica sobre a imagem da mulher, ora tida como sinal de pureza intocável — de que a suas próprias mães ou a Virgem Maria são o expoente máximo, com importância redobrada em Portugal após as aparições de Fátima em 1917 —, ora encarada como fonte da tentação

perversa e do mal, afinal o símbolo do descrito «pecado original». Assim, muitos rapazes deste grupo de vítimas acabavam por ser provavelmente integrados e socializados em meios fisicamente e psicologicamente fechados na sua estrutura e dinâmica relacional, estruturalmente e hierarquicamente masculinos, onde também o desconhecimento e a ambivalência sentida perante o que significa e de que se reveste a imagem do feminino, sobretudo na sua forma sexuada, os levaria a manter distância e receio face a uma realidade em si mesmo desconhecida (CIASE, 2021), tanto desejada como temida e moldada por padrões de masculinidade de contornos atualmente, no mínimo, discutíveis.

Figura 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS VÍTIMAS POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

4.1.2. Idade e escalões etários

Em termos etários, as pessoas vítimas que responderam no inquérito têm idades compreendidas entre os 6⁵ e os 89 anos. Assinale-se ainda que em 21 casos (3,9% do total) foi indicada a idade atual, com o claro significado de que os abusos ainda estão a acontecer no presente. A idade média atual, em 2022, das pessoas vítimas é de 52,4 anos, apontando para um perfil de adulto em plena idade ativa, ligeiramente inferior à encontrada nos estudos alemães (55,5 anos no de 2014 e 54,9 no de 2015) e bem aquém do número encontrado no relatório francês (62 anos). O desvio-padrão é largo, compreende 15,96 anos.

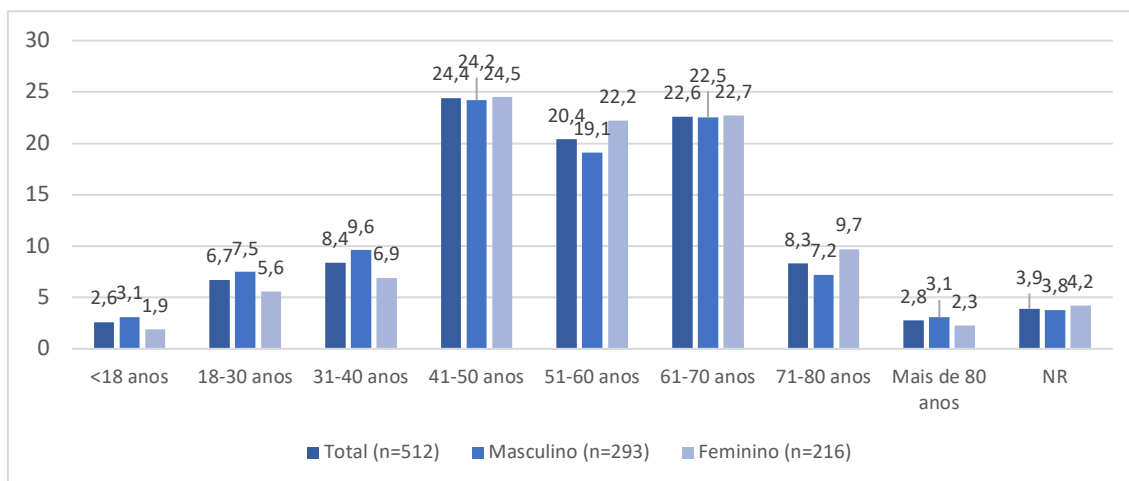
Um quarto das vítimas tem até 43 anos, o que parece ser bastante significativo, sendo que outro quarto tem 64 ou mais anos. A idade mais comum (moda) é de 62 anos. Embora a diferença não seja estatisticamente significativa, os homens que testemunham nesta amostra tendem a ser ligeiramente mais novos do que as mulheres (51,6 *vs.* 53,5 anos).

Considerando agora a distribuição por escalões etários, cerca de dois terços das pessoas vítimas têm idades compreendidas entre os 41 e os 70 anos de idade. O escalão etário com o contingente mais numeroso é o que inclui o intervalo entre os 41 e os 50 anos (24,4% no total, com valores similares para homens e mulheres). Segue-se o escalão etário que vai dos 61 aos 70 anos, com 22,6% do total dos casos (também com valores similares em ambos os géneros). O escalão etário dos 51 aos 60 anos acumula 20,4% dos casos, existindo neste caso um maior pendor feminino (22,2% *vs.* 19,1%). As pessoas vítimas com idades entre os 71 e os

⁵ Inquérito preenchido por familiar da criança.

80 anos correspondem a 8,3% dos casos, predominando igualmente o género feminino (9,7% vs. 7,2%). O escalão etário dos 18 aos 30 anos representa 6,7% das respostas e o escalão dos 31 aos 40 anos acumula 8,4% do total das vítimas. Em sentido inverso aos escalões etários mais velhos, entre os mais novos existe um ligeiro predomínio dos homens (7,5% vs. 5,6% e 9,6% vs. 6,9%, respetivamente). Por fim, assinala-se que as «não respostas» têm valores muito próximos para homens e mulheres.

Figura 5 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR GÉNERO E ESCALÃO ETÁRIO (%)



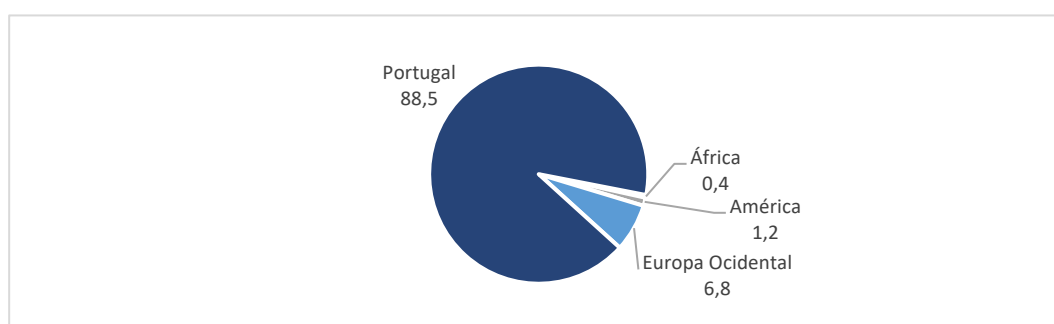
Fonte: Inquérito online; n=512

4.1.3. Distribuição geográfica

Por país/continente

A esmagadora maioria das pessoas vítimas reside atualmente em território português (88,5%). Em 6,8% dos casos vivem em outros países da Europa Ocidental (com destaque para o Reino Unido, a França e a Suíça, destinos frequentes da emigração nacional). Existem ainda respostas de pessoas que vivem no continente americano (1,2%, em países como Canadá, Estados Unidos da América ou Brasil) e em países de África (0,4%, tais como Guiné ou Angola). Em 3,1% dos casos, as pessoas vítimas não indicaram o local da sua residência atual.

Figura 6 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)

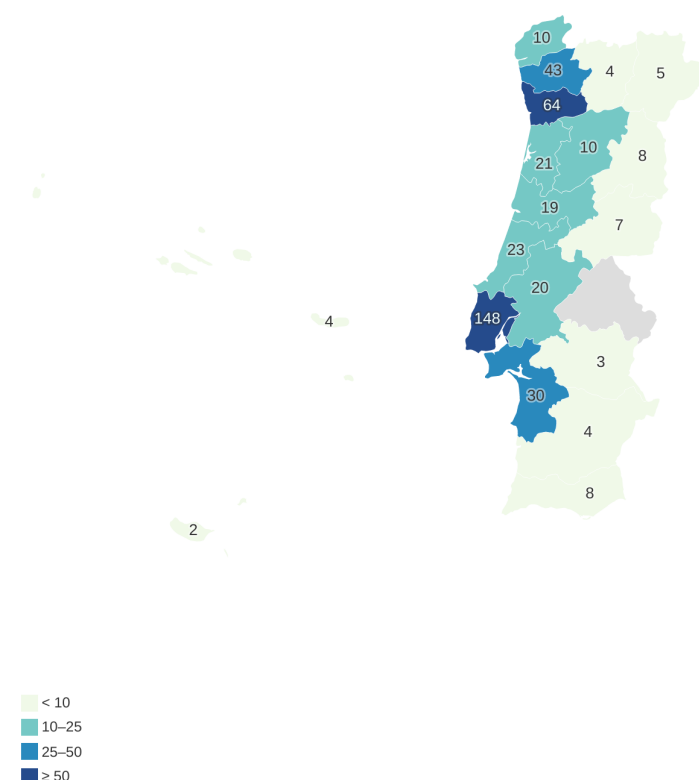


Fonte: Inquérito online; n=512

Por distrito

As vítimas residentes em território nacional estão dispersas um pouco por todo o espaço geográfico português, existindo casos em todos os distritos e regiões autónomas, com exceção do distrito de Portalegre. No entanto, a maioria das pessoas reside em distritos do litoral oeste, seguindo a tendência da distribuição nacional da população portuguesa, com destaque para Lisboa (148 casos), Porto (64 casos) e Braga (43 casos). Seguem-se os distritos de Setúbal (30 casos), Leiria (23 casos), Aveiro (21 casos), Santarém (20 casos), Coimbra (19 casos), Viana do Castelo e Viseu (10 casos em cada). Nos restantes distritos, os valores são inferiores aos 10 casos. Por fim, deve assinalar-se que em 20 casos as pessoas vítimas não forneceram informações que permitissem identificar o distrito onde residem.

Figura 7 – RESIDÊNCIA ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS: POR DISTRITO (N)



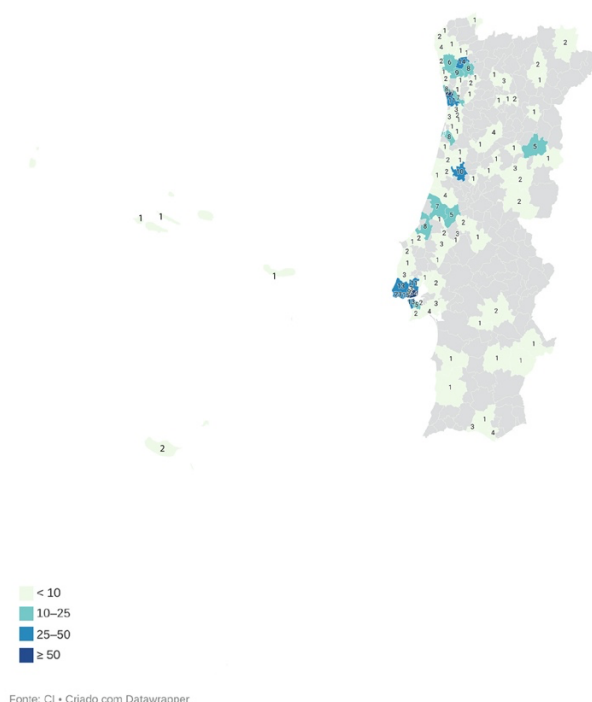
Fonte: CI • Criado com Datawrapper

Fonte: Inquérito *online*; n=433

Por concelho

A análise da distribuição residencial atual das vítimas por concelhos do continente reforça a noção de que as mesmas se concentram nas áreas metropolitanas e no litoral. Os dez concelhos com mais pessoas abusadas que responderam ao inquérito são: Lisboa (64), Porto (27), Cascais (23), Oeiras (15), Braga (14), Almada (13), Sintra (13), Loures (11), Vila Nova de Gaia (11), Coimbra (10). Existem pessoas vítimas a residir em 106 dos 278 concelhos de Portugal Continental. A estes juntam-se pessoas residentes em três concelhos da Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Velas) e um da Região Autónoma da Madeira (Funchal). Em 29 casos, as pessoas vítimas não forneceram informações suficientes para identificar o concelho onde residem.

Figura 8 – RESIDÊNCIA ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS, POR CONCELHOS DO CONTINENTE (N)

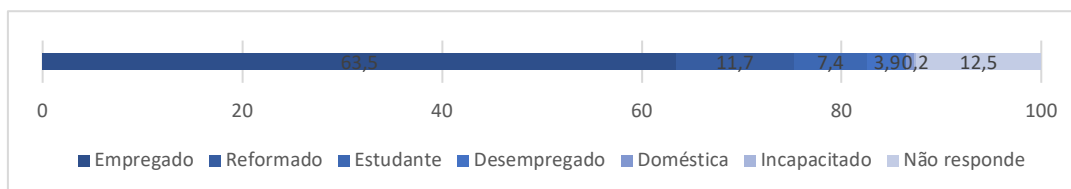


Fonte: Inquérito online; n=424

4.1.4. Condição perante a profissão

O questionário incluiu uma questão em relação à profissão atual das vítimas. Da análise das respostas obtidas derivámos duas variáveis: a condição atual perante o trabalho e a profissão (atual ou última)⁶. A maioria está empregada (63,5%), sendo que 11,7% estão reformados/as e 7,4% são estudantes. A categoria de desempregada/o engloba 3,9% das respostas e as domésticas estão presentes numa proporção residual (0,2%). Uma em cada oito (12,5%) não respondeu à questão, tendencialmente mais os homens do que as mulheres (13,6% *vs.* 11,1%).

Figura 9 – CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO PESSOAS VÍTIMAS (%)



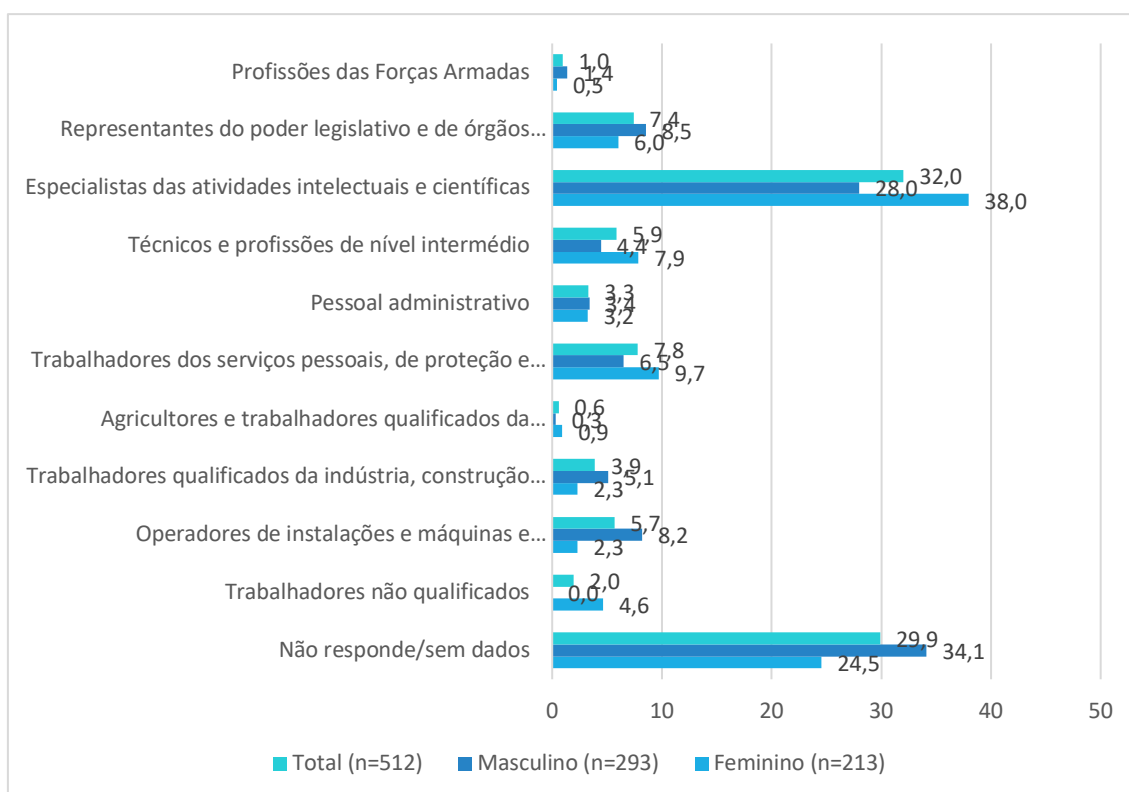
Fonte: Inquérito online; n=512

⁶ As profissões foram classificadas em Grandes Grupos Profissionais (classificação a 1 dígito), com o recurso à Classificação Nacional das Profissões (CPP 2010).

No que diz respeito às profissões desempenhadas pelas pessoas vítimas (no presente ou no passado), o grupo profissional mais representado é, de longe, o dos «especialistas das atividades intelectuais e científicas» (32%). O segundo grupo mais numeroso é o dos «trabalhadores dos serviços pessoais de proteção e segurança e vendedores» (7,8%), seguidos dos «representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores» (7,4%), «técnicos e profissionais de nível intermédio» (5,9%) e dos «operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem» (3,9%). O pessoal administrativo representa apenas 3,0% da amostra, tendo os restantes grandes grupos profissionais valores inferiores⁷.

Assinale-se ainda que as mulheres tendem a estar sobrerrepresentadas nos grupos com mais qualificações (especialistas das atividades intelectuais e científicas e técnicos e profissões de nível intermédio), ao passo que é tendencialmente maior a proporção de homens tanto em profissões de representação, gestão e direção, como em profissões manuais ou de operação de máquinas. Por último, a ausência de dados é também mais significativa entre os homens.

Figura 10 – PROFISSÃO DAS PESSOAS VÍTIMAS EM GRANDES GRUPOS, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

⁷ Os dados disponíveis não permitem classificar a profissão para cerca de três em cada dez casos. De qualquer maneira, este resultado vem confirmar o enviesamento da amostra, pois as profissões mais qualificadas têm um peso totalmente desproporcionado em relação à população portuguesa no seu todo.

Tabela 1 – EXEMPLOS DE PROFISSÕES POR GRUPO PROFISSIONAL

Grupo Profissional	Exemplos de Profissões
Profissões das Forças Armadas	Militar, Militar Reformado
Representantes do poder legislativo e de órgãos	Empresário, Diretor de Alfândega, Diretora de Recursos Humanos, Diretor Financeiro
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Advogada, Antropólogo, Economista, Enfermeiro, Engenheiro, Jornalista, Médico, Professor do Secundário, Professora Universitária, Psicólogo
Técnicos e profissões de nível intermédio	Avaliador, Desenhadora, Educadora de Infância, Fotógrafo, Inspetor, Técnico de Radiologia, Técnico de Saúde
Pessoal administrativo	Administrativo, Secretária, Caixa Bancário
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	Auxiliar de Ação Médica, Balconista, Comissário de Bordo, Cozinheiro, Guarda Prisional, Vigilante
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	Agricultor
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	Canalizador, Eletricista, Modista, Ourives, Padeiro, Pasteleiro, Pintor, Serralheiro
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Bate-chapas, Mecânico, Operário Metalúrgico, Motorista, Operário Fabril, Taxista
Trabalhadores não qualificados	Empregada de Limpeza, Porteira

4.1.5. Escolaridade

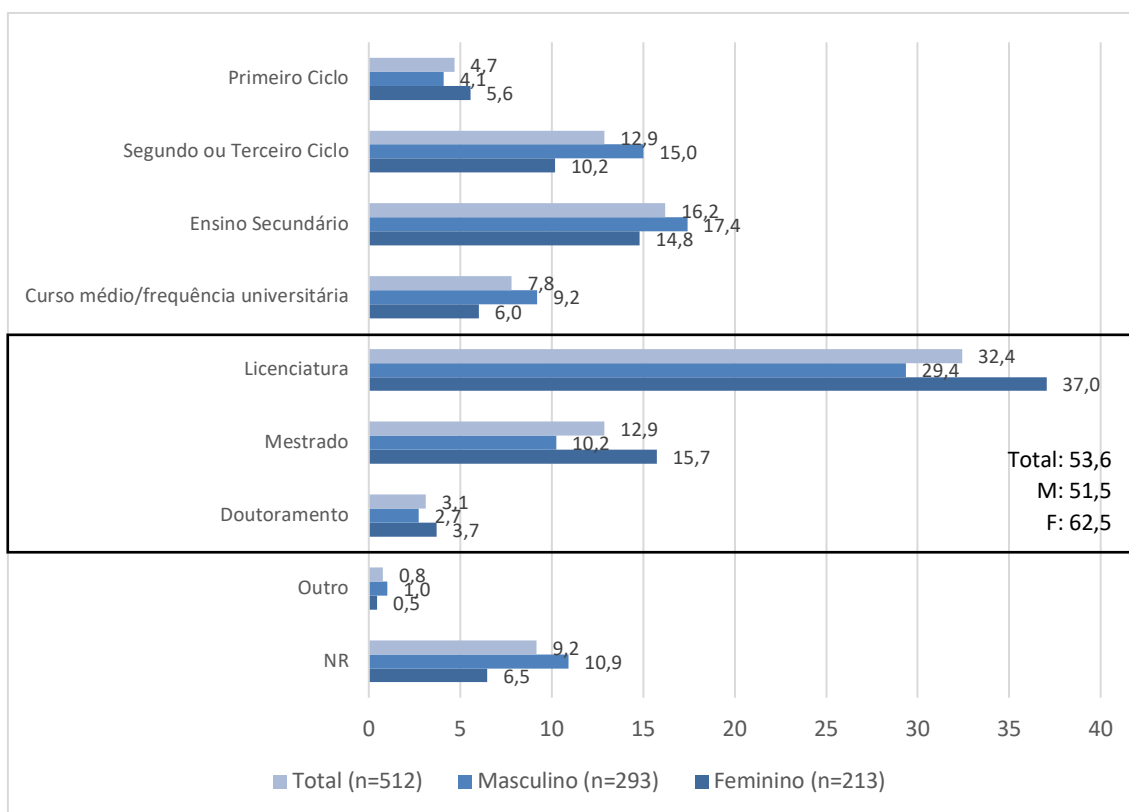
No que diz respeito à escolaridade, a maioria das pessoas vítimas completou uma licenciatura (32,4%), sendo que 12,9% terminaram mestrado e 3,1% concluíram um doutoramento. As que concluíram o ensino secundário representam 16,2% da amostra e as que abandonaram os estudos no final do segundo ou terceiro ciclo representam 12,9%. Por fim, 4,7% das pessoas vítimas têm o primeiro ciclo e 9,2% não forneceram dados acerca da sua escolaridade.

Em termos globais, a amostra tem um padrão de escolaridade muito acima da média da população portuguesa. De facto, a maioria das pessoas que responderam a este inquérito tem grau de escolaridade equivalente a um curso médio ou qualificação superior (somando os vários graus e níveis, esse valor ascende a 56,3%). Ora, em termos comparativos, segundo dados do INE — Instituto Nacional de Estatística (2021), a

percentagem da população portuguesa com idade entre os 16 e os 89 anos com ensino superior cifra-se nos 24,1%⁸.

Por último, assinalamos que é mais numeroso o contingente de mulheres com licenciaturas, mestrados ou doutoramentos. Neste caso, o pendor mais escolarizado das mulheres na amostra acompanha a tendência nacional.

Figura 11 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

Podemos, assim, dizer que na nossa amostra há uma presença fortíssima (e desproporcionada, tendo em conta o universo constituído pela população portuguesa) de pessoas das classes médias urbanas e qualificadas. Um resultado semelhante foi encontrado noutros estudos, nomeadamente pela equipa francesa na amostra que resultou, tal como a nossa, de um «apelo ao testemunho» (CIASE, 2021). Embora se perceba que a exclusão das classes populares traz limitações à representatividade da amostra e à interpretação dos resultados, é apesar de tudo interessante constatar que os abusos sexuais de crianças na Igreja são transversais na sociedade portuguesa e não afetaram apenas pessoas que constituiriam hoje franjas excluídas ou marginalizadas.

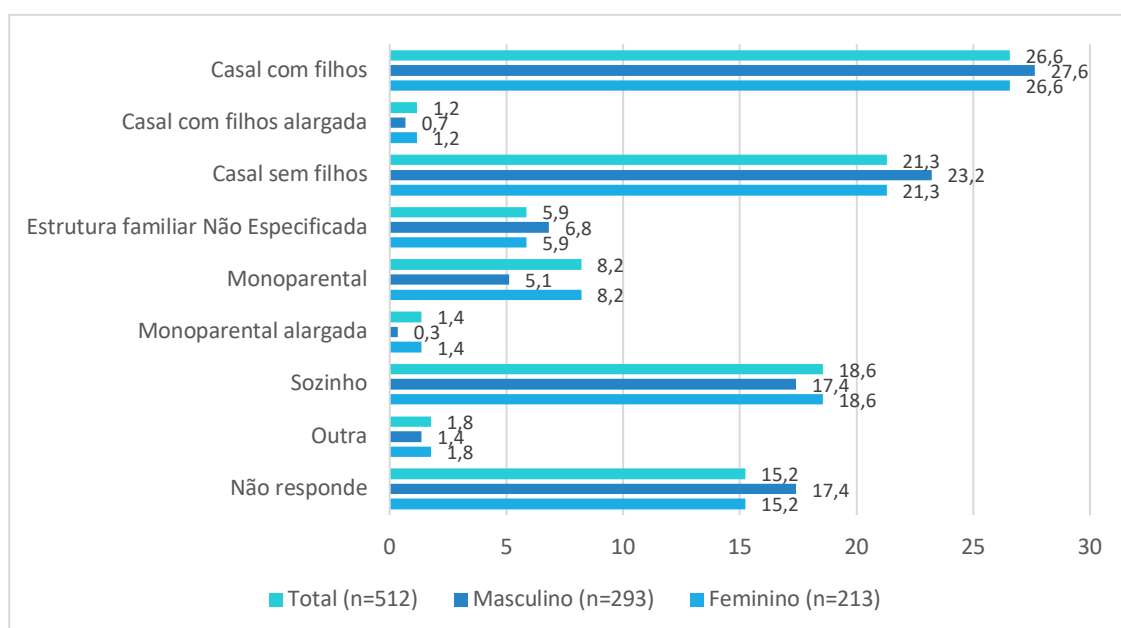
⁸<https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+com+idade+entre+16+e+89+anos+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-2101>

Nem todas as pessoas vítimas são oriundas de famílias favorecidas (como se verá mais adiante), mas, de facto, a generalidade são hoje pessoas ativas, com profissões reconhecidas, plenamente integradas no mundo do trabalho e com bons capitais escolares. Eis um resultado que desconstrói uma ideia falsamente comum: a ideia de que as vítimas seriam hoje exclusivamente pessoas pertencentes a universos de precariedade, pobreza e exploração social e económica. Pelo contrário: muitos estão no meio de nós, entre os leitores deste relatório e, os que não estão, importa continuar a conhecer de forma mais aprofundada, eventualmente em estudos posteriores.

4.1.6. Grupo doméstico de residência, estado civil e existência de filhos

A partir das respostas abertas em relação à questão «com quem vive atualmente», procurámos agrupar as vítimas em grupos domésticos que se aproximam das classificações estatísticas em uso no nosso país. A maior parte delas pertence a um grupo doméstico de «casal com filhos»⁹ (26,6%, aos quais se somam 1,2% dos casais com filhos e outras pessoas ou «alargada»¹⁰). O segundo grande contingente diz respeito àqueles que vivem em situação de «casal sem filhos» (21,3%). A terceira situação mais comum é a dos que residem «sozinhos» (18,6%).

Figura 12 – GRUPO DOMÉSTICO ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

⁹ Assinala-se que as pessoas podem ser classificadas nesta estrutura, assim como em outras, a partir de posições diferentes na mesma: quando são um elemento do casal que declara viver com cônjuge e filhos; ou quando são filhos que vivem com os pais.

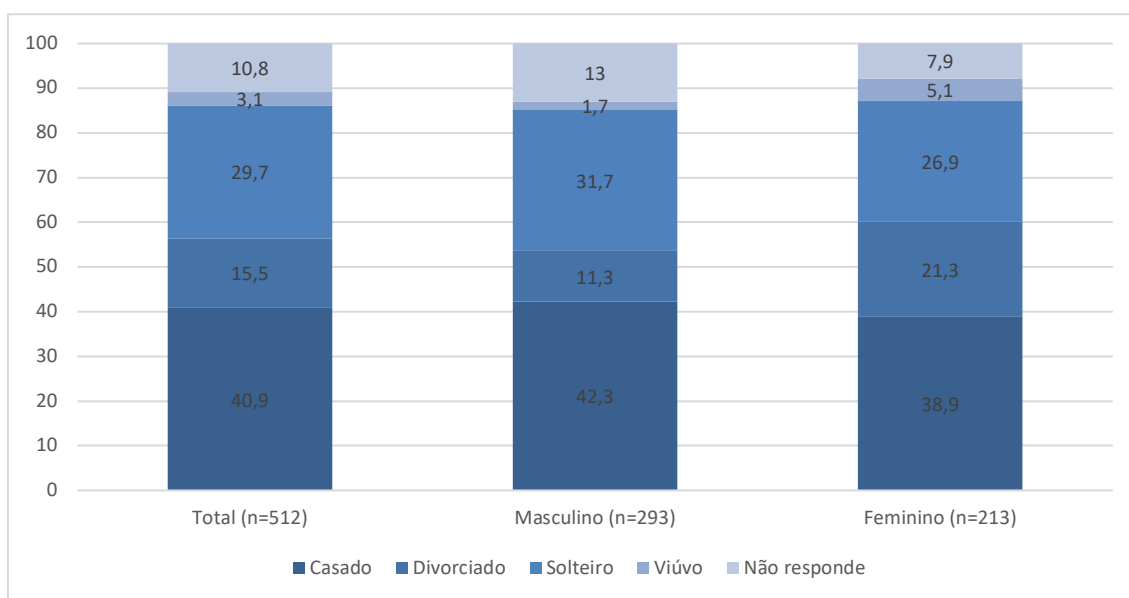
¹⁰ Esta categoria dá conta de grupos domésticos em que, para além de pais e filho/a(s), residem outras pessoas (aparentadas ou não-aparentadas).

Seguem-se os grupos domésticos «monoparentais» (aqueles em que mãe ou pai sem cônjuge reside com filho/a[s]) com 8,2%, aos quais se podem somar 1,4% de casos em que a residência é partilhada com outra(s) pessoa(s) (avós, tios, outros familiares). Em 5,9% dos casos, as respostas das pessoas vítimas são imprecisas e não permitem classificar o grupo doméstico de residência (respostas tais como: «vivo com família»; «com familiares», entre outras). Por fim, 15,2% dos participantes não respondeu à questão.

Embora ténues, existem diferenças entre a situação familiar de homens e mulheres na amostra. Há mais homens do que mulheres em situação de casal, seja com filhos (27,6% vs. 26,6%), seja sem filhos (23,2% vs. 21,3%). Em sentido oposto, são mais as mulheres a viver sós (20,4% vs. 17,4%), bem como em situação de monoparentalidade (8,2% vs. 5,1%). Por fim, assinala-se ainda que a proporção de homens que não fornece elementos caracterizadores da sua situação familiar é superior à das mulheres (17,4% vs. 12,5%).

Ainda em relação à situação familiar atual, as pessoas foram questionadas acerca do seu estado civil. A maioria declara ser casado/a (40,9%), sendo 29,7% solteiros/as e 15,5% divorciados/as. Por último, 3,1% são viúvos e 10,8% não forneceram informações sobre essa situação. Na comparação entre homens e mulheres, é de assinalar que tanto a proporções de homens casados como de homens solteiros são mais elevadas do que as de mulheres com os mesmos estados civis. Em sentido oposto, há uma proporção significativamente mais elevada de mulheres divorciadas. Também existem mais viúvas do que viúvos, no entanto a diferença é menos acentuada. Tal como em relação à composição do agregado doméstico, foram mais os homens que não forneceram informações em relação ao estado civil.

Figura 13 – ESTADO CIVIL ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)

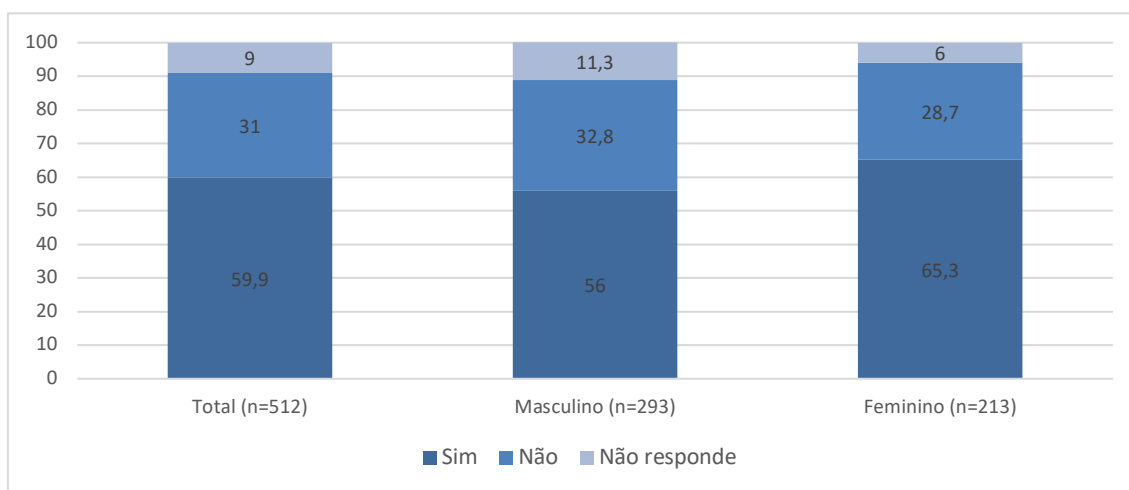


Fonte: Inquérito online

Cerca de 60% das pessoas vítimas têm filhos, sendo a percentagem mais elevada entre as mulheres do que entre homens (65,3% vs. 56%). O número de filhos entre as pessoas vítimas oscila entre 1 e 6. A média é de 1,99 filhos (com um desvio-padrão de

1,02) e a situação mais frequente (moda) é a de terem dois filhos. Entre os casais com filhos na amostra, 33,6% têm um filho, 46,4% têm dois filhos e 20% têm três ou mais filhos. Estes dados indicam que o número de filhos por casal é superior ao da população portuguesa em 2021 (INE, 2021). A título de exemplo, os dados dos Censos de 2021 mostram que 58,1% dos núcleos familiares de casais de facto têm um filho, 32,9% têm dois filhos e 9% têm três ou mais filhos.

Figura 14 – EXISTÊNCIA DE FILHOS DAS PESSOAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÊNERO (%)

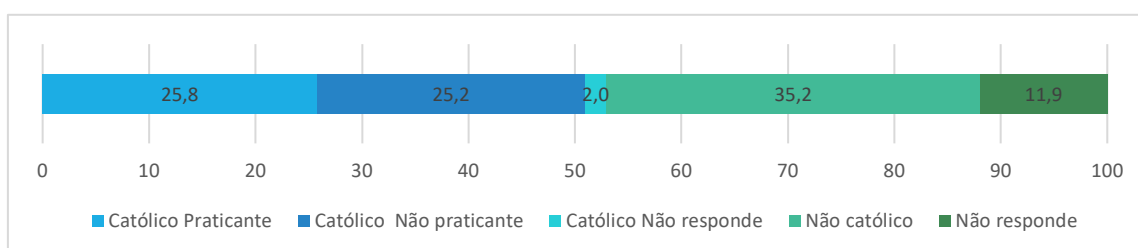


Fonte: Inquérito online

4.1.7. Relação com a Igreja Católica

As pessoas vítimas foram igualmente questionadas sobre a sua relação atual com a Igreja Católica. A maioria identifica-se como católica (53% dos casos, sendo que metade desses, ou seja, um quarto do total da amostra, se declara atualmente católico praticante (25,8%). Um pouco mais de um terço das pessoas vítimas (35,2%) afirma não ser católico e 11,9% não respondeu à questão. Ou seja, trata-se de uma amostra em que existe um forte pendor de crença, fé e prática religiosa católicas, o que reforça a importância do estudo para cumprimento dos propósitos inicialmente definidos.

Figura 15 – RELAÇÃO ATUAL DAS PESSOAS VÍTIMAS COM A IGREJA CATÓLICA (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

Vale a pena sublinhar que não só os abusos sexuais na infância atingiram crianças de famílias com práticas católicas, como ainda hoje a maioria dos sobreviventes continua a declarar-se católico — portanto, com ligações efetivas a essa religião. Curiosamente, e como veremos mais adiante nas respostas às perguntas abertas, muitos foram, porém, os que problematizaram essa ligação após as situações de abuso sofridas na infância. Em qualquer caso, no passado como no presente, o catolicismo é uma referência incontornável para estas pessoas e para a população portuguesa em geral (INE, 2021), facto que implica o sério empenhamento atual no reconhecimento e acolhimento desta franja de pessoas vítimas, bem como no afastamento dos perpetradores desses crimes.

4.2. A família de origem das pessoas vítimas

Neste segundo tópico, incluem-se elementos de caracterização das origens sociais e familiares das vítimas, bem como alguns indicadores acerca dos seus progenitores e irmãos.

4.2.1. Situação conjugal dos pais na infância

Em dois terços dos casos, as vítimas provêm de contextos familiares em que os pais estão ou estiveram sempre em conjugalidade, naquilo que se pode considerar, numa linguagem comum, um «modelo clássico de família». Um em cada cinco casos (20,7%), porém, tem origem em contextos familiares em que os pais não vivem ou viveram sempre juntos, o que representa uma percentagem significativa, se nos lembrarmos que os números deste estudo se referem a um arco temporal longo, remontando a épocas onde o divórcio era uma realidade quase incipiente a nível nacional. Efetivamente, as razões para que tal tenha acontecido são diversas, destacando-se, por ordem de importância relativa, uma separação/divórcio, mas também realidades bem distintas como o facto de pai e mãe nunca terem coabitado, a morte de um dos progenitores ou a emigração. Em 13,3% dos casos, os inquiridos não responderam à pergunta.

Figura 16 – SITUAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)



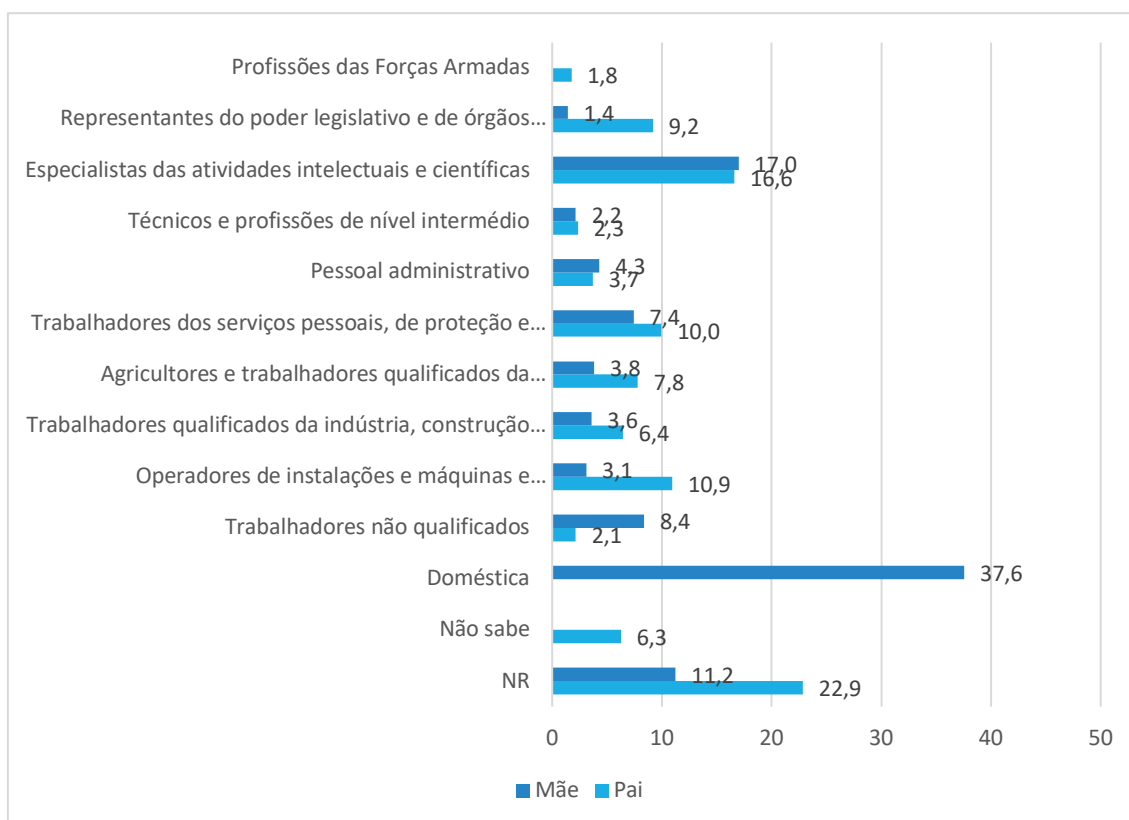
Fonte: Inquérito online; n=512

4.2.2. Profissão dos pais

De modo a obter algumas informações acerca das origens sociais das pessoas vítimas, os inquiridos foram questionados em relação à profissão do pai e da mãe. Quase 30% da amostra não responde sobre a profissão do pai ou declara não saber. Embora as três profissões do topo constituam 27,6% no caso do pai e 18,4% no caso da mãe, há uma proporção considerável de trabalhadores de serviços, agricultura, indústria e operários (37,2% no caso dos pais, 26,3% no caso das mães). As domésticas constituem 37,6% da amostra de mães, espelhando uma realidade sociofamiliar do passado que muito tem mudado ao longo das últimas décadas.

Este espetro de profissões que conseguimos apurar aponta, em primeiro lugar, para a grande diversidade das origens sociais das pessoas da amostra. Depois, para a presença mais destacada de classes ditas «populares» entre os pais, bem mais significativa do que a dos filhos que hoje testemunham. É uma tendência que ilustra os processos de mudança social que afetaram a sociedade portuguesa ao longo destas décadas, nomeadamente o avanço da escolarização e do emprego feminino. Não sendo um dado inesperado, vale a pena referir que não há vítimas que, atualmente, se declarem «domésticas».

Figura 17 – PROFISSÃO DE PAI E MÃE DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)



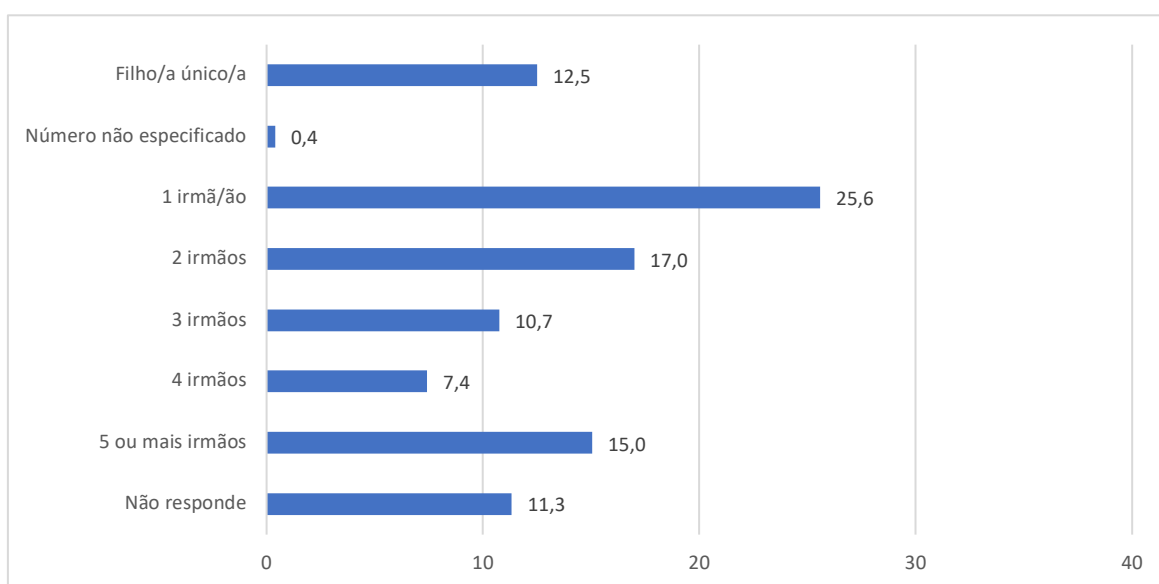
Fonte: Inquérito online; n=512

4.2.3. Número de irmãos e posição na fratria

A maioria das pessoas vítimas tem irmãos, sendo o contingente mais numeroso (25,6%) o daqueles que têm apenas um irmão/uma irmã. No entanto, na maioria dos casos, as pessoas vítimas estão integradas em fratrias de três ou mais descendentes (50,1%), atualmente designadas por «famílias numerosas», que são uma percentagem muito baixa da totalidade. Em apenas 1 em cada 8 casos (12,5%) as pessoas vítimas são filho/a único/a.. Estamos perante uma amostra em que, ao contrário do universo, as descendências numerosas assumem um peso notável: as vítimas com três ou mais irmãos perfazem 33%. Como já indicámos, a mesma categoria no Portugal contemporâneo cifra-se em torno dos 9% entre os núcleos familiares de facto com filhos e nos 6,8% nos núcleos familiares de direito (INE, 2021).

O facto de haver mais crianças em casa, abrindo — aos olhos da pessoa agressora — o leque de potenciais confidentes ou pares a quem a vítima pode confiar o seu segredo, não parece constituir um travão para o abuso — no que constitui outro sinal do poder e ascendente que tem quem abusa sobre aquela criança, o que favorece a ocultação do crime pela própria vítima, não se assumindo como possível fator de proteção dos outros. Por outro lado, noutras perspetivas possíveis e construídas a partir de dados revelados neste estudo, pode também colocar-se como hipótese o facto de nas famílias numerosas, sobretudo em décadas anteriores e em populações rurais ou de mais baixa escolaridade, as crianças e os adolescentes viverem um nível de autonomia demasiado precoce, gozando de uma menor atenção e controlo parental, sendo que ainda, em muitos casos, não era raro a figura paterna se encontrar ou ser descrita como mais ausente fisicamente (emigração, por exemplo) ou emocionalmente, deixando assim os mais novos em posição de eventual maior vulnerabilidade.

Figura 18 – NÚMERO DE IRMÃOS (%)

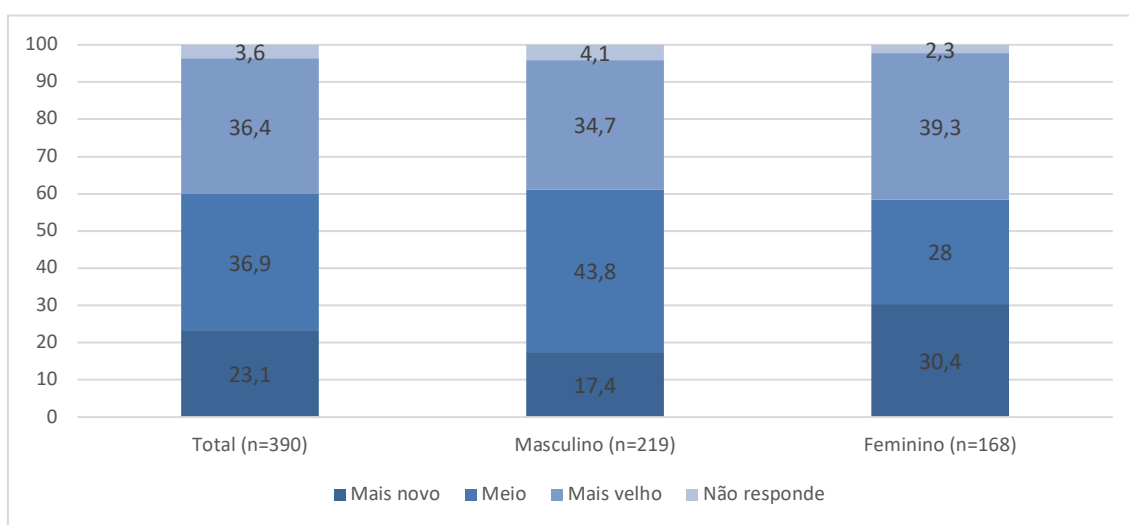


Fonte: Inquérito online; n=512

Entre aqueles que provêm de fratrias de dois ou mais irmãos, as situações mais comuns são aquelas em que as pessoas vítimas são um dos irmãos do meio (36,9%) ou o irmão mais velho/a irmã mais velha. Comparando homens e mulheres, existe uma diferença significativa: entre os homens é maior a proporção dos que se encontram no meio da fratria; no caso das mulheres, é mais elevada a proporção das que são as mais novas.

Abre-se, assim, outra porta de investigação que poderá ser útil prosseguir, para melhor analisar fatores de risco e/ou proteção entre fratrias de irmãos e respetivo género. No entanto, e no que diz respeito ao primeiro tópico, segundo a visão de certos autores, ser «irmão do meio» pode ser considerado como fator de alguma desproteção significativa, uma vez que o primeiro filho pode ter um olhar e uma atenção especial dos pais, um pouco como surge em algumas referências literárias em relação a descrições do mais novo. Contudo, o que parece mais seguro afirmar-se atualmente é que será difícil uma generalização deste tipo de dado, porque não só as crianças têm sempre as suas singularidades próprias, como os próprios pais, quando o são mais do que uma vez, se encontram eles próprios em fases sempre diferentes das suas vidas individuais e de relação.

Figura 19 – POSIÇÃO NA FRATRIA, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

4.3. Ao tempo do primeiro abuso

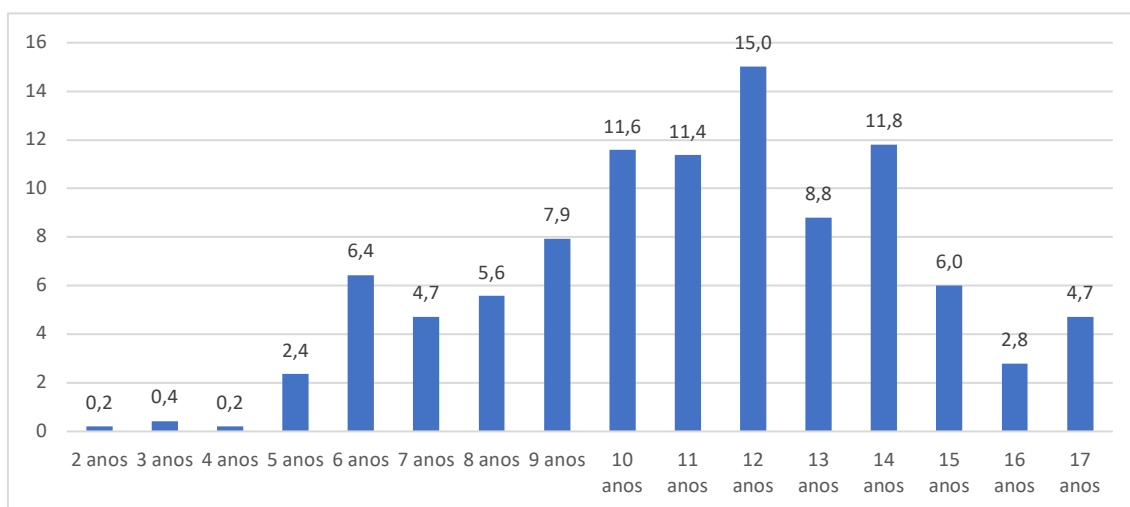
Vamos agora remontar ao tempo do primeiro abuso, procurando caracterizar o momento no qual ele ocorreu na trajetória de vida das vítimas. Adicionalmente, situamos o abuso no tempo histórico e no território nacional, que obviamente sofreu evoluções e mudanças muito significativas de 1950 a 2022, incluindo a passagem do regime ditatorial para a vivência em democracia. Onde se justifique, a experiência de abuso é cruzada pelo gênero e idade da pessoa abusada, numa tentativa de aprofundamento de resultados.

4.3.1. Idade ao primeiro abuso

O gráfico seguinte mostra a distribuição percentual da idade em que ocorreu o primeiro abuso para as pessoas que a especificaram (em 46 casos a idade não foi mencionada, menos de 10% do total). Embora existam relatos residuais de abusos a partir dos 2 anos de idade, reportados por outrem, a incidência torna-se frequente logo a partir dos 6 anos (6,4%), sendo mais elevada no intervalo entre os 10 e os 14 anos. Em termos absolutos, a incidência é mais alta aos 12 anos, com 15% dos casos. Contudo, analisando o mesmo gráfico, ressalta a evidência da faixa etária compreendida entre os 10 e os 14 anos de idade (justamente a correspondente ao início da puberdade e adolescência) como a claramente de maior risco: nela se situam mais de metade (58,6%) dos casos testemunhados neste estudo.

Muitos autores destacam esta idade como crítica por vários fatores de conjugação física e psicossocial: se muitos dos rapazes e raparigas iniciam as transformações físicas da puberdade, nomeadamente no que concerne ao crescimento corporal genital, tornando-os mais próximos da realidade do adulto através da aquisição dos designados caracteres sexuais secundários, por outro lado, são ainda suficientemente frágeis e vulneráveis na sua capacidade de defesa autónoma, como por vezes se regista quando existem primeiras abordagens tendentes a possíveis abusos em adolescentes mais crescidos, logo, com um maior nível de maturidade global.

Figura 20 – DISTRIBUIÇÃO DO ABUSO POR IDADE DA PESSOA VÍTIMA (%)



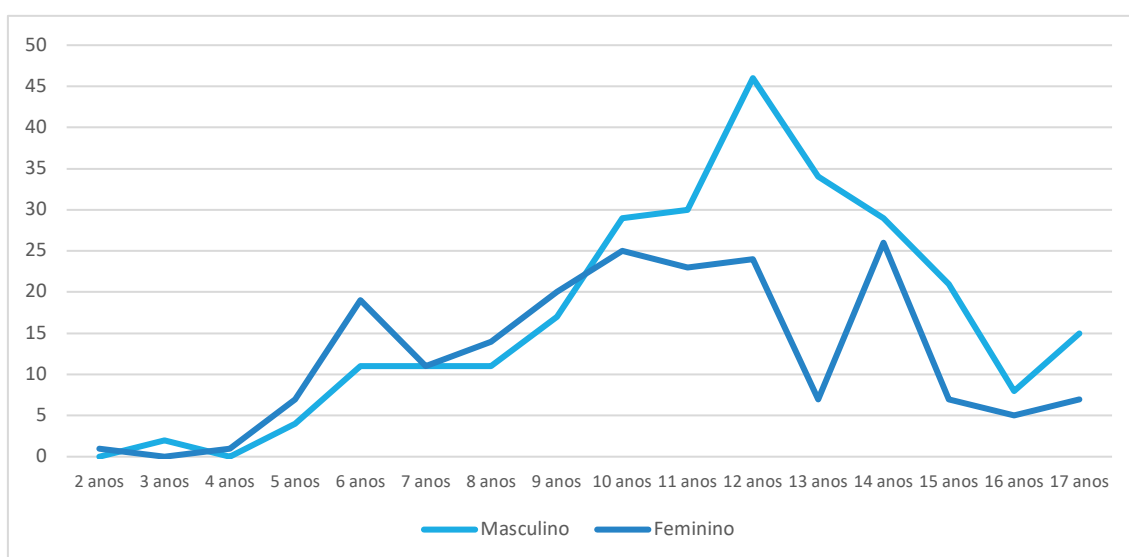
Fonte: Inquérito online

Em média, o primeiro abuso ocorreu aos 11,2 anos, sendo o desvio-padrão de 3,1 anos. A idade mais comum do primeiro abuso (moda) é a dos 12 anos. A maioria dos primeiros abusos ocorreu entre os 10 e os 13 anos de idade da criança (46,8%); mas se a estes juntarmos os correspondentes a idades mais novas (2-9 anos, 27,8%), obtemos uma percentagem de 74,6%. Outros 25,3% de pessoas vítimas foram abusadas em idades mais velhas (14-17 anos). Comparativamente aos resultados de outros estudos, como os da equipa francesa, a presente amostra destaca-se por um menor peso relativo do grupo entre os 10-13 anos, e um destaque proporcionalmente mais evidente no grupo entre os 14-17 anos (CIASE, 2021).

Em média, a primeira situação de abuso sofrida pelos rapazes ocorre numa idade mais tardia do que entre as raparigas (11,7 *vs.* 10,5 anos), sendo esta diferença estatisticamente significativa, facto eventualmente justificável por ser sabido que as mesmas transformações pubertárias ocorrem, de modo geral, mais precocemente no sexo feminino. Não obstante, a idade mais comum do primeiro abuso entre as raparigas é superior à dos rapazes (moda: 14 *vs.* 12 anos). Por outro lado, no caso dos rapazes, a distribuição concentra-se no intervalo entre os 10 e os 14 anos, enquanto nas raparigas a maioria dos casos ocorre entre os 8 e os 13 anos, destacando-se neste caso o que parece ser uma fragilidade de janela temporal mais aberta no caso do sexo feminino, facto que pode merecer mais aprofundamento, sobretudo em eventuais distribuições por décadas e locais de abuso: por exemplo, houve décadas com fenómenos endémicos de abusos sexuais de rapazes em seminários, onde muitos ingressavam finda a então escolaridade primária (atual 1.º ciclo).

Efetivamente, na comparação do número de casos de abuso sofridos em função do género e da idade, confirma-se uma maior concentração de situações sobre os rapazes em torno dos 11 a 14 anos, ao passo que nas raparigas a distribuição é mais dispersa, sendo que esta disparidade também se observa no trabalho publicado pela equipa francesa. Contudo, nesse estudo, é mais acentuado o diferencial entre os números absolutos (e relativos) de casos ocorridos com rapazes e raparigas entre os 10 e 14 anos, para o qual contribuirá uma amostra mais representativa do sexo masculino. Como mencionado anteriormente, a amostra portuguesa tem uma saliência de mulheres sem paralelo em trabalhos similares, num registo que mereceria uma posterior análise mais cuidada sobre os diversos fatores que a podem determinar. Uma das hipóteses a ter em conta, e referida por outros autores, é a de que os homens adultos tendem a omitir mais este tipo de trauma, pois culturalmente ligam-no ainda a uma realidade errada, mas ainda existente, que é o eventual significado «homossexual» do abuso, reforçando para esses sobretudo os sentimentos de vergonha narrativa dos mesmos, bem como o medo ainda presente de eventual rejeição relacional e social. Aliás, noutras áreas, este *a priori* vincado de uma cultura muito latina assente em modelos distorcidos de uma certa «masculinidade», em que para o sexo masculino resta mostrar força, capacidade ou domínio (e não fragilidade, inabilidade ou submissão), está também presente e parece ser uma das causas para que, por exemplo, em adultos se registe menor número de casos de consultas na área da saúde mental a homens, quando na infância e adolescência é justamente este o grupo predominante.

Figura 21 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ABUSOS POR IDADE E GÊNERO DA PESSOA VÍTIMA (N)



Fonte: Inquérito online

Tabela 2 – MEDIDAS DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA AO PRIMEIRO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO

Medidas	Total (n=466)	Masculino (n=268)	Feminino (n=197)
Média	11,2	11,7	10,5
Desvio-padrão	3,1	2,9	3,2
Moda	12	12	14
Mínimo	2	3	2
Percentil 25	9	10	8
Mediana	11	12	11
Percentil 75	14	14	13
Máximo	17	17	17

Fonte: Inquérito online

4.3.2. Os abusos no tempo histórico

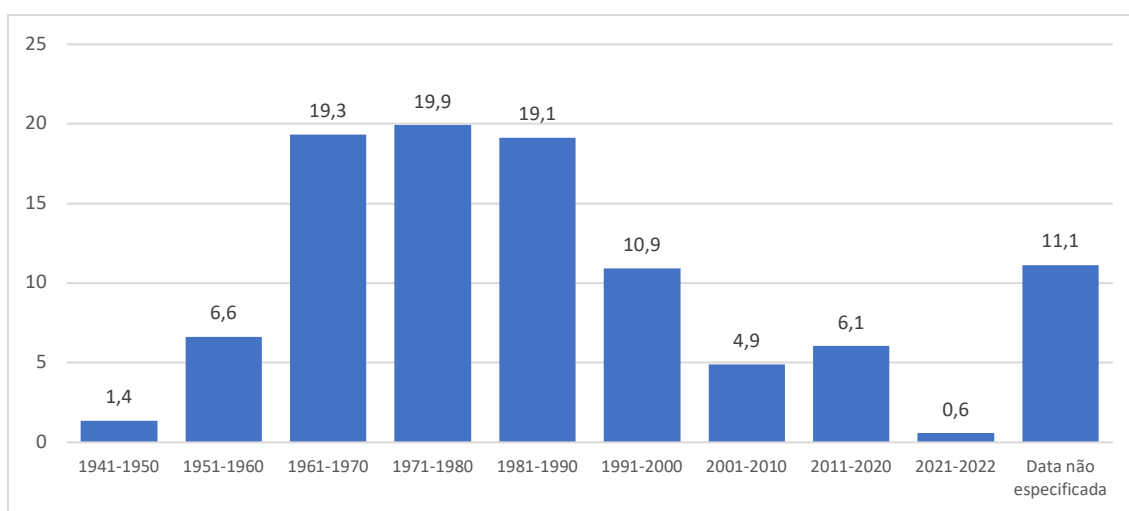
Os casos de abusos sexuais em criança, reportados pelas pessoas adultas que responderam ao inquérito, distribuem-se ao longo de um período que começa em 1945 e termina em 2022, ou seja, até incluindo situações que foram descritas ainda antes do tempo determinado para este estudo. Neste intervalo, há ocorrência de casos em todos

os anos exceto em 1949. Alguns anos destacam-se por terem frequências mais elevadas. A título de exemplo, os seguintes anos têm valores superiores a 10 casos: 1962, 1965, 1967, 1968, 1969, 1973, 1974, 1976, 1978, 1980, 1982, 1983, 1985, 1987, 1989, 1991 e 1992.

A década mais longínqua (1941-1950) representa 1,4% dos casos e a década seguinte inclui 6,6% das situações. Nas décadas entre 1961 e 1990 concentra-se a incidência mais elevada desta amostra, ultrapassando mais de metade da totalidade dos registos (58,3%), sempre com valores próximos dos 20% por cada uma delas, correspondendo aproximadamente a 100 casos por década aqui revelados. No período imediatamente posterior, entre 1991 e 2000, observa-se um decréscimo para cerca de metade dos valores das décadas anteriores (10,9% e 50 casos). Já na primeira década do século XXI registam 4,9% das primeiras situações de abusos (25 casos), valor que aumenta na década entre 2011 e 2020 (6,1%, 31 casos testemunhados). A curva dos abusos no tempo tem, portanto, uma forma de U invertido, sendo apenas ligeiramente interrompida entre as duas primeiras décadas do século XXI, em que a descida contínua é contrariada por um ligeiro acréscimo em 2011-2020.

Há, porém, uma nota de fundo que deve ser feita sobre a incidência do abuso sexual ao longo das décadas. Como se verá mais à frente, a esmagadora maioria das crianças não o revela imediatamente após ter sucedido: há um intervalo de tempo, em média, de mais de 10 anos entre o momento em que o abuso ocorre (11,2 anos da vítima) e o momento em que ele é revelado (21,9 anos, como se verá mais à frente). Tendo este período de desfaseamento em conta, a tendência para o decréscimo dos abusos a partir do século XXI tem de ser lida com muita prudência.

Figura 22 – DÉCADA EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO (%)

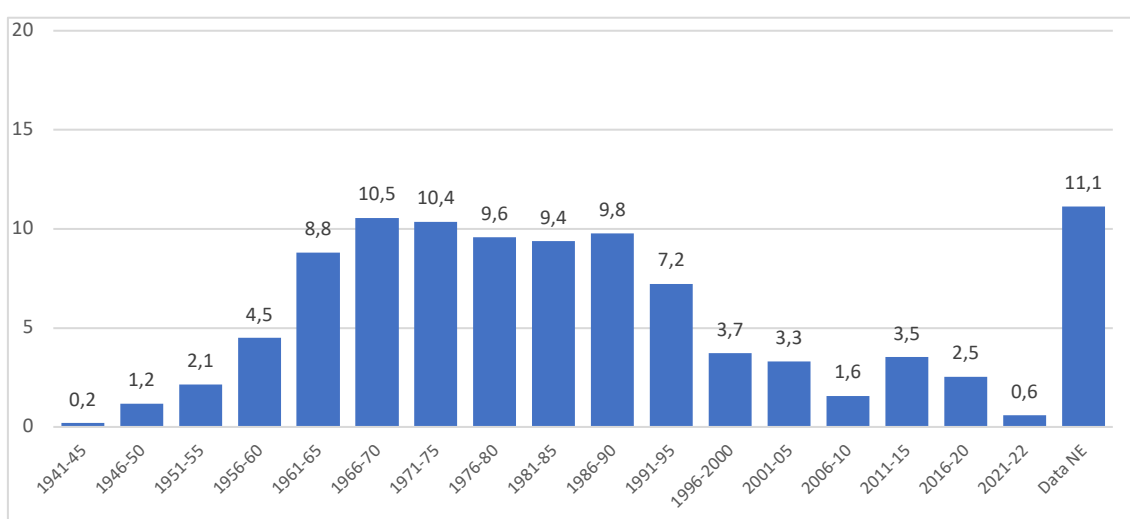


Fonte: Inquérito online; n=512

Tendo por referência os quinquênios contados a partir de 1941, constatamos que a quebra observada na década entre 1991 e 2000 ocorre logo no seu início. A partir daí, o número de casos observados no final da década (1996-2000, 3,7%, 19 casos) é próximo dos valores observados nos quinquênios subsequentes (2,5% a 3,5%, entre 13 e 18 casos), com exceção do período entre 2006 e 2010 (1,6%, 6 casos).

Em termos da realidade histórica, sobretudo do ponto de vista social, a queda do regime ditatorial com a revolução do 25 de Abril e a respetiva instauração da democracia, facto com um impacto tão grande na mudança de valores e práticas em vários outros domínios da sociedade portuguesa, não parece ter representado imediatamente uma viragem significativa de comportamentos nesta área, como aliás se confirma na figura seguinte: entre 1966 e 1990 as percentagens mantêm-se, com pequenas oscilações nos valores máximos de testemunhos. Foram precisos mais anos para que uma evolução aparente neste campo se registasse, e aí podem ter tido forte significado a entrada de Portugal na União Europeia e as mudanças legislativas significativas que se sucederam, nomeadamente na área da proteção global do bem-estar e direitos das crianças.

Figura 23 – QUINQUÉNIO EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO (%)



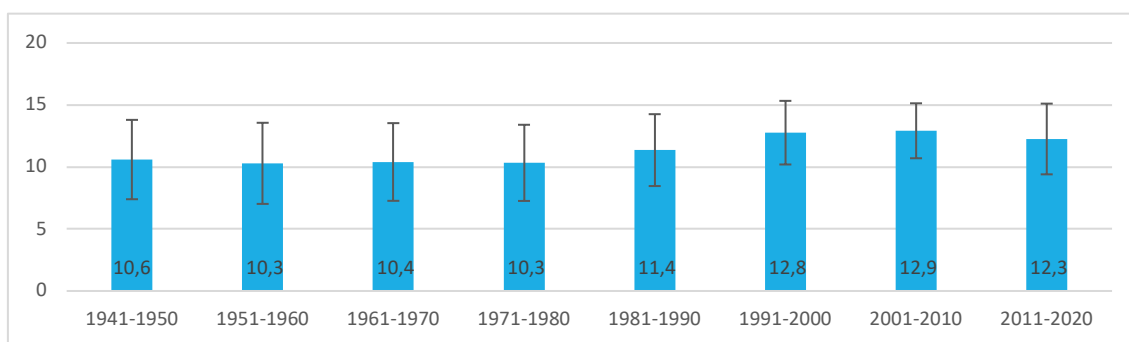
Fonte: Inquérito online; n=512

Idade ao primeiro abuso, ao longo do tempo

A idade em que ocorreu o primeiro abuso tem aumentado ao longo das décadas, um dado sem dúvida importante. Entre 1960 e 1980, em média, as vítimas tinham em torno dos 10 anos de idade. A partir de meados dos anos 1980 observa-se uma tendência ascendente, agora, em média, acima dos 12 anos. Esta subida da idade ao tempo do primeiro abuso pode associar-se, por um lado, à lenta difusão nas estruturas da Igreja de uma nova representação psicossocial da criança, conhecedora e consciente das suas etapas e necessidades evolutivas, olhada não como objeto menor à mercê de qualquer ato praticado pelos adultos, mas antes como uma pessoa com direitos próprios, designadamente o direito à sua integridade e proteção, e especificamente no campo da proteção de crimes de abuso sexual. O mesmo acontecendo à própria noção de «família», hoje em dia inequivocamente integrando muito mais diversidade do que a descrita de forma tradicional e ainda simbolicamente representada nos cânones da religião católica, bem como à aceitação e integração social de diversas formas de vivência adulta da sexualidade.

Mas podem existir também outros fatores a explorar melhor, como a questão de estes dados serem resultante da presença de crianças em círculos e rituais próximos da Igreja, em idades precoces, com o retrocesso da sua institucionalização em seminários ou internatos, ou ainda a vertiginosa quebra da fecundidade desde meados da década de 80 do século passado até aos dias de hoje, ou ainda o recuo do número de católicos praticantes que os dados mais recentes também vêm revelando.

Figura 24 – IDADE EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO, POR DÉCADA



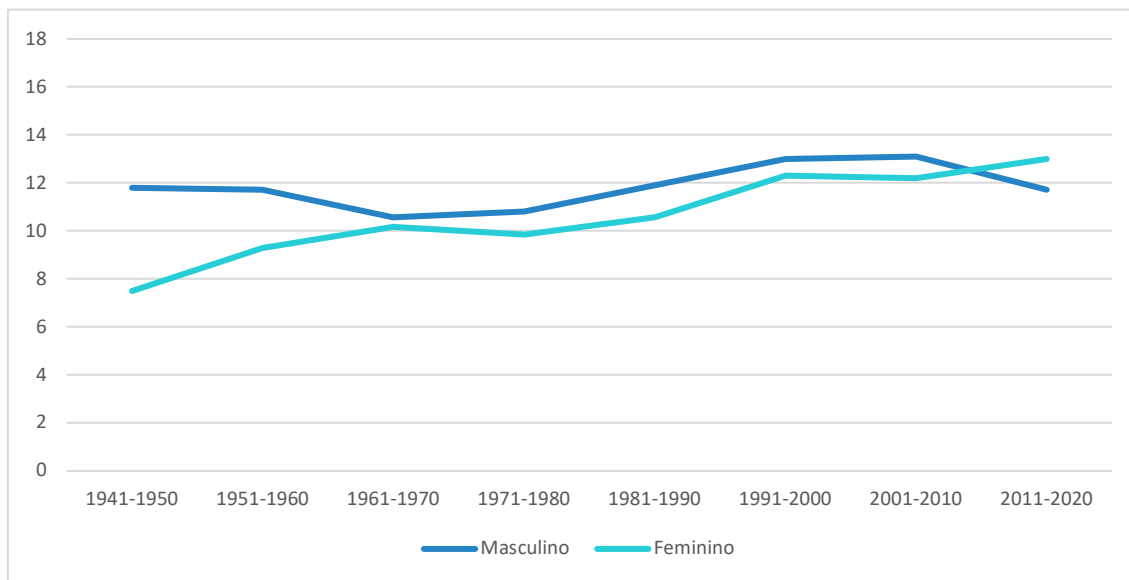
Fonte: Inquérito online

Quando analisamos a idade de ocorrência do primeiro abuso, ao longo das décadas, em função do género, constatamos que não só há aumento da idade média das pessoas vítimas, como se observa uma convergência entre a idade das do género masculino e feminino. Efetivamente, nas décadas mais distantes, os rapazes vítimas de abuso tendiam a ser mais jovens do que as raparigas, facto que provavelmente se associava a experiências como as do seminário ou do internato, bem documentadas neste estudo, mais frequente nesse tempo entre os primeiros.

No entanto, nas décadas mais recentes as idades são mais aproximadas e entre 2011-2020 até se observa que as vítimas do género feminino são mais velhas do que as do género masculino. Consultando o gráfico apresentado, podemos ainda dizer que a idade do primeiro abuso nas raparigas oscila mais ao longo do tempo, enquanto a dos rapazes é mais estável. Uma primeira hipótese explicativa prende-se com o facto de a vida quotidiana das raparigas e das mulheres portuguesas ter mudado de uma forma bem mais acentuada do que a dos homens ao longo das últimas décadas (Almeida, 2011): terão as transformações exteriores (de valores, de comportamentos) um impacto maior nas ocorrências entre as raparigas do que entre os rapazes? Eis mais outro tema a explorar em trabalhos futuros. Outra hipótese que se associa nesta área relaciona a diferença com os ambientes «típicos» de abuso de uns e outros: confessionário para as meninas, seminários e internatos para rapazes e, assim sendo, uma natural mudança de local de ocorrências poderia ser determinante para a explicação do sucedido. Importa também perceber até que ponto algumas formas de abuso sexual de raparigas, implicando a sua eventual visibilidade por uma hipotética gravidez, podem ser ou não inibidoras de determinados atos, sendo que nesse campo específico a evolução social também foi grande, incluindo as novas formas de contraceção utilizadas comumente

pelos jovens e a possibilidade de interrupção voluntária da gravidez ter atualmente outras definições mais claras.

Figura 25 – IDADE MÉDIA EM QUE OCORREU O PRIMEIRO ABUSO AO LONGO DO TEMPO, POR GÉNERO (EM ANOS)



Fonte: Inquérito online

4.3.3. Grupo doméstico ao tempo do início do abuso

Usámos as respostas em relação à questão «com quem vivia na altura do abuso» para classificar as pessoas vítimas em grupos domésticos, recorrendo à mesma estratégia usada para as suas famílias de origem.

No total, 58,6% das crianças vítimas residiam à data com os pais, sendo que a esmagadora maioria vivia em núcleos familiares de «casal com filhos» (54,9%), aos quais se somam casos em que coabitavam outras pessoas, em geral familiares próximos (3,7%). Este é um dado que reforça o conceito habitual de que a maior parte das vítimas de abuso sexual nestas idades vive diariamente com quem lhe é próximo, sendo que a maior parte das situações acaba por não ser aí precocemente identificada: isto é, a força psíquica destrutiva e paralisante deste tipo de trauma ultrapassa claramente a noção de «família» enquanto ponto de proteção e segurança para os mais novos.

A segunda situação mais comum, compreendendo cerca de 1 em cada 5 vítimas, é a das que viviam num contexto institucional à data do primeiro abuso; esta é uma percentagem muito expressiva que não só se reporta a décadas onde o número global de crianças institucionalizadas em Portugal era muito grande, como também ao facto de muitas desses mesmo locais de acolhimento serem dirigidos por ordens religiosas, alertando-se assim para o risco, já reportado noutros estudos, de abusos sexuais de crianças em que uma parte ou a totalidade da infância ou adolescência é feita em colocações institucionais e entregues à sua guarda por decisão judicial. Claro que esta situação alerta também para a eventual necessidade do seu melhor estudo futuro.

Em terceiro lugar, surgem as famílias monoparentais com 7,8% dos casos, agregando as situações de mãe ou pai a viver sozinho, com as situações de mãe ou pai e outra pessoa, quase sempre familiar próximo. Em 2,1% dos casos, as crianças viviam com os avós e num número residual de casos (0,4%) viviam sozinhas. Por fim, em 4,5% dos casos não foi possível apurar a estrutura familiar e em 3,5% dos casos as pessoas que responderam ao inquérito não forneceram dados neste campo.

Se bem que as famílias ditas «tradicionais» predominem entre os arranjos de residência das crianças vítimas, o número daquelas que estavam a viver em instituições é muito elevado. Ora, a literatura científica tem demonstrado como os abusos sexuais são mais prováveis, mais ocultados e persistentes no tempo em ambientes institucionais, estruturados em relações de poder rígidas, fortes e verticais (entre adultos e crianças), fechados ao exterior e fortemente orientados para a inculcação da ordem e da regra, da defesa da reputação (Soares, 2022), por contraste com os arranjos familiares abertos, organizados em torno de relações de proximidade e de afeto entre os seus membros, onde qualquer incidente pode ser mais facilmente detetado pelas redes envolventes (pais, escola, família extensa, amigos).

Comparando a distribuição por género à data do início do abuso, a desigualdade é expressiva. No caso dos rapazes, sobressai a situação de institucionalização (27% *vs.* 13%), ao passo que entre as raparigas é muito mais comum a situação em que viviam em grupos domésticos com ambos os progenitores (70,4% *vs.* 49,8%). Assinala-se ainda que os homens foram mais renitentes ou imprecisos na resposta a esta questão (6,1% não forneceram dados que permitam especificar a estrutura familiar e 4,8% não responderam à mesma). Esta desigualdade de género mantém-se ainda nos tempos de hoje, sendo que o grupo masculino continua a ser mais representativo em termos de população infantojuvenil que se encontra institucionalizada.

Tabela 3 – GRUPO DOMÉSTICO DE RESIDÊNCIA AO PRIMEIRO ABUSO, TOTAL E POR GÉNERO (%)

Estrutura doméstica	Total (n=512)	Masculino (n=293)	Feminino (n=216)
Institucional	20,9	27,0	13,0
Estrutura familiar não especificada	4,5	6,1	2,3
Sozinho	0,4	0,7	0,0
Avós (subtotal)	2,1	2,4	1,9
Avós com netos	1,0	1,4	0,5
Avós com netos alargada	1,2	1,0	1,4
Casal com filhos (subtotal)	58,6	49,8	70,4
Casal com filhos	54,9	48,8	63,0
Casal com filhos alargada	3,7	1,0	7,4
Monoparental (subtotal)	7,8	7,8	7,4
Monoparental	6,8	6,1	7,4
Monoparental alargada	1,0	1,7	0,0
Outra situação	2,1	1,4	3,2
Não responde	3,5	4,8	1,9

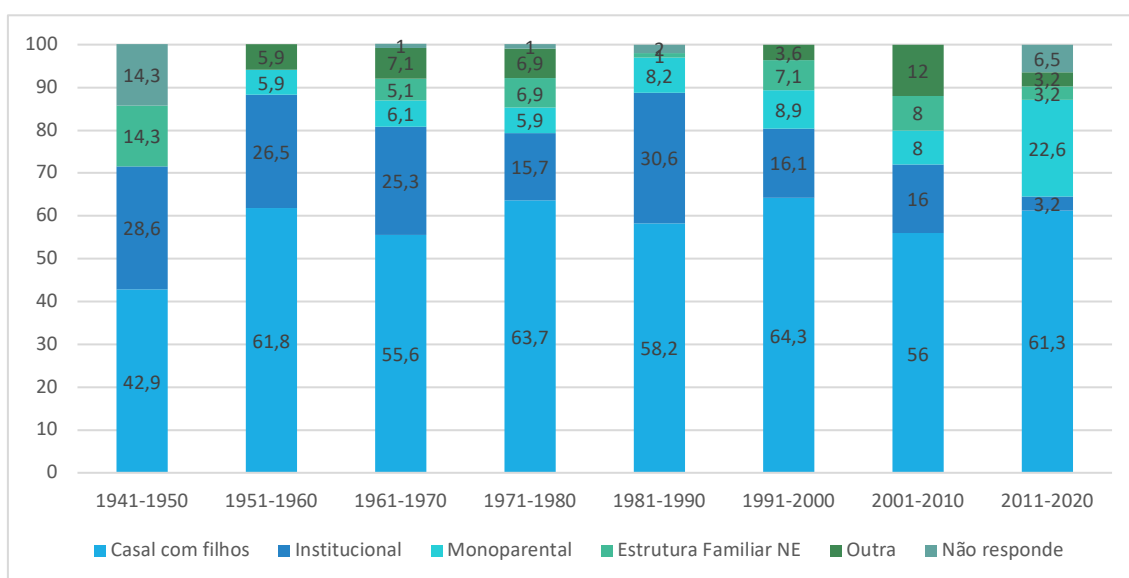
Fonte: Inquérito online

Grupo doméstico ao primeiro abuso, ao longo do tempo

Observando o grupo doméstico em que as pessoas vítimas estavam inseridas à data do primeiro abuso, ao longo do tempo, o aspeto mais saliente diz respeito à evolução das situações de colocação institucional. Até aos anos 1990, as crianças que estavam em contextos institucionais assumiam um peso significativo na amostra, ainda que a situação mais comum tenha sempre sido, de forma inequívoca, a família nuclear, isto é, uma coabitação com progenitores, irmãos e, em alguns casos, outros elementos da família. A partir dessa década, os abusos ocorridos em contexto institucional perderam relevância, provavelmente na sequência de alteração de vários fatores já acima descritos.

Em sentido contrário, entre 2011-2020 há um acréscimo percentual muito significativo de casos em que as crianças abusadas vivem em famílias monoparentais. Estas constituem em Portugal, sobretudo quanto mais se recua no tempo, e como a literatura científica tem constatado (Marinho, 2014; Diogo, 2021), um arranjo familiar particularmente vulnerável, em termos de riscos económicos (como pobreza, privação, desemprego, baixos salários, trabalho precário) e sociais (ausência de rede de apoio, isolamento); essa fragilidade torna as suas crianças presas fáceis de adultos que, sob pretexto de ajuda material, escolar ou apoio afetivo, ganham a sua confiança e depois abusam delas. Num quadro de ausência de uma rede social de suporte mais forte e que verdadeiramente ampare esta vulnerabilidade, o surgimento e a aproximação de alguém «em quem se pode confiar» podem ser bem acolhidos por parte do progenitor ou da criança, deixando a porta aberta a outro tipo de riscos, incluindo o dos abusos sexuais.

Figura 26 – GRUPO DOMÉSTICO DE RESIDÊNCIA AO PRIMEIRO ABUSO, AO LONGO DO TEMPO (%)



Fonte: Inquérito online

4.3.4. Institucionalização

Na presente amostra, em quase todos os casos em que as vítimas estavam colocadas numa estrutura institucional a mesma era de cariz religioso (94,7%). Em termos globais, a idade média de ingresso na instituição deu-se aos 9 anos de idade (com um desvio-padrão de 3,3 anos), ou seja, ainda em plena infância e em idade correspondente à frequência estimada do 1.º ciclo. A idade de institucionalização mais comum (moda) ocorreu aos 11 anos. Um quarto das situações de institucionalização ocorreu até aos 7 e um quarto após os 11 anos. Comparando os géneros, constata-se que a institucionalização dos rapazes ocorreu mais tarde (9,8 *vs.* 7,8 anos), sendo a situação mais comum (moda) também distinta (11 anos entre eles, 7 anos entre elas).

Tabela 4 – MEDIDAS DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA IDADE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO, TOTAL E POR GÉNERO

Medidas	Total (n=90)	Masculino (n=65)	Feminino (n=25)
Média	9,0	9,8	6,8
Desvio-padrão	3,3	2,8	3,6
Moda	11	11	5
Mínimo	1	1	1
Percentil 25	7	9	5
Mediana	10	10	6
Percentil 75	11	11	9
Máximo	17	17	17

Fonte: Inquérito online

4.3.5. Localidade onde ocorreu o abuso

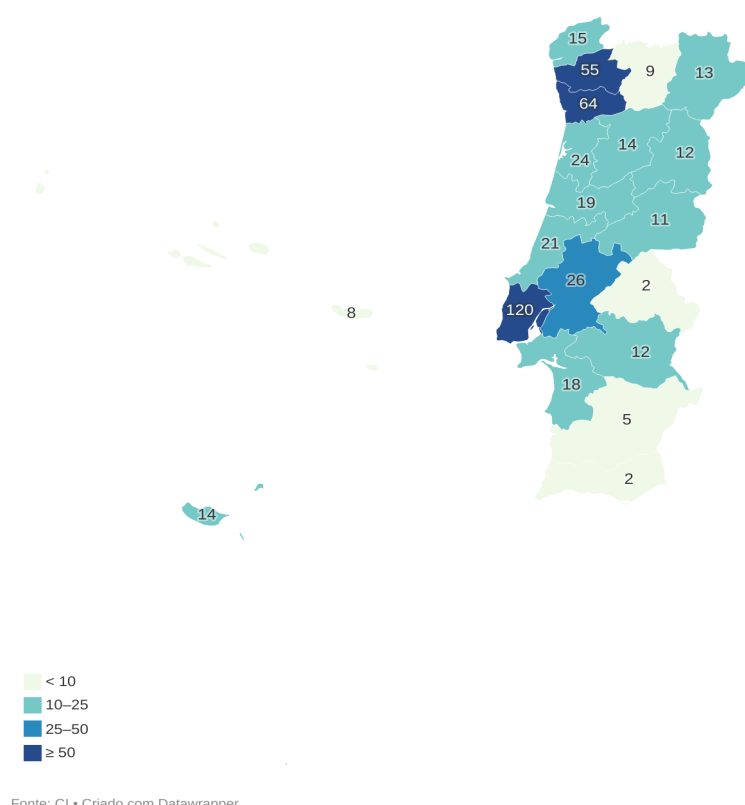
Os 512 casos de testemunhos de abuso distribuem-se por todo o território português, incluindo situações ocorridas nas ex-colónias antes de 1974 (4 casos em Angola, 1 caso na Guiné e 5 casos em Moçambique), em comunidades emigrantes (1 caso no Brasil, 1 caso no Canadá e 1 caso nos Estados Unidos da América), assim como situações de abuso perpetradas por membros da Igreja Católica portuguesa durante deslocações ao estrangeiro (2 casos em Espanha). Em 32 casos, as pessoas vítimas não forneceram dados precisos acerca da localidade onde ocorreu o abuso.

Distrito onde aconteceu o primeiro abuso

As situações de abuso ocorreram em todos os distritos do território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Contrariamente ao atual local de residência das pessoas vítimas, a dispersão das situações de abuso é mais elevada e concentra-se menos no litoral, e existem manchas específicas, sobretudo em certas décadas, que correspondem a exatas localizações de algumas estruturas como a de seminários ali existentes à época. Assinala-se ainda a maior visibilidade de casos nos distritos do Centro e Norte, por contraposição aos distritos do Sul do país.

O distrito de Lisboa concentra o maior número de casos (120). Seguem-se os distritos do Porto (64 casos) e de Braga (55 casos). O quarto distrito com mais situações é Santarém (26 casos), seguido de Aveiro (24 casos), Leiria (21 casos), Coimbra (19 casos) e Setúbal (18 casos). Ainda com mais de 10 casos encontramos Viana do Castelo (15 casos), Viseu e a Região Autónoma da Madeira (14 casos), Bragança (13 casos), Évora e Guarda (12 casos) e Castelo Branco (11 casos). Foram relatados 9 casos ocorridos no distrito de Vila Real e 8 na Região Autónoma dos Açores. Os distritos de Beja (5 casos), Portalegre e Faro (2 casos cada) completam a lista.

Figura 27 – LOCAL ONDE OCORREU O ABUSO: DISTRITOS (N)



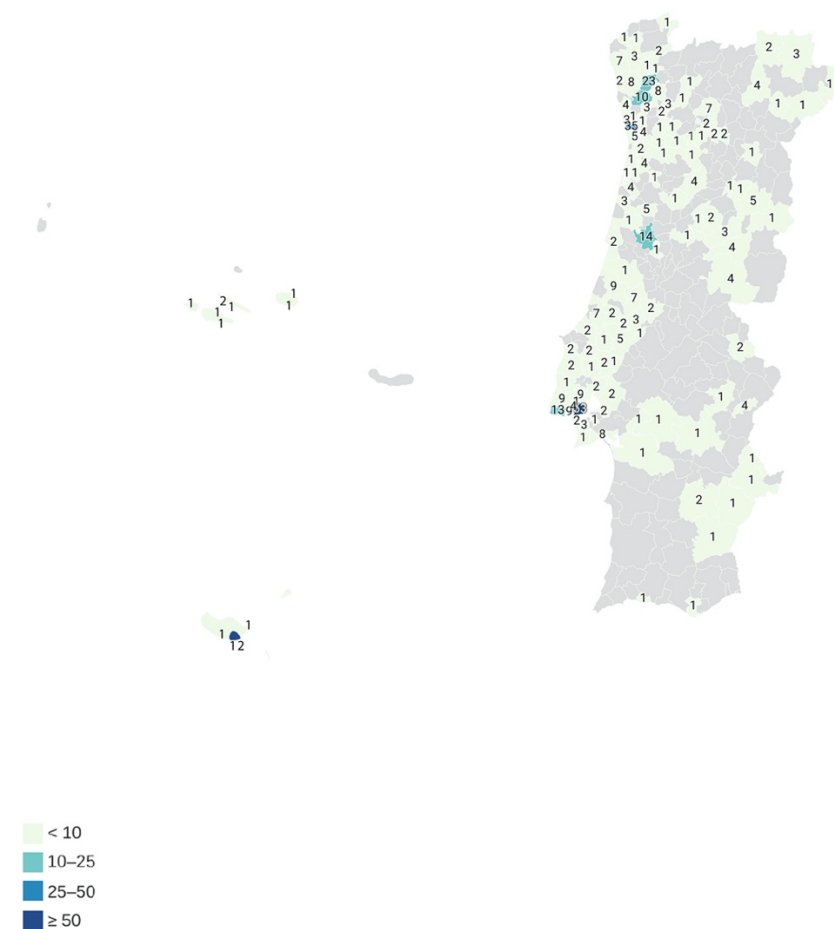
Fonte: Inquérito online; n=433

Concelho onde aconteceu o primeiro abuso

A distribuição por concelhos do continente confirma que as situações de abuso se concentram no Centro e Norte do País, tradicionalmente mais ligados à prática religiosa, bem como nas Áreas Metropolitanas e algumas sedes de distrito. Os 10 concelhos com mais casos são: Lisboa (63), Porto (35), Braga (23), Coimbra (14), Cascais (13), Funchal (12, não presente no mapa), Vila Nova de Famalicão (10), Leiria (9), Loures (9), Oeiras (9) e Sintra (9). Ainda com mais de 5 casos encontramos Barcelos, Guimarães e Setúbal (cada um com 8 casos) e Alcobaça, Ourém, Viana do Castelo e Vila Real (com 7 casos cada).

Na Figura 28 apresenta-se uma cartografia destes números que nos mostra a dispersão de casos pelo território nacional e indicia uma mancha de 118 concelhos do continente em que ocorreram os abusos, aos quais se somam casos em 11 concelhos situados nas Regiões Autónomas. Há registo de abusos em oito concelhos da Região Autónoma dos Açores (Angra do Heroísmo, 1 caso; Calheta de São Jorge, 1 caso; Faial, 1 caso; Lages do Pico, 1 caso; Praia da Vitória, 1 caso; São Roque do Pico, 1 caso; Velas, 2 casos) e 14 casos em três concelhos da Região Autónoma da Madeira (Funchal, 12 casos; Câmara de Lobos, 1 caso; Machico, 1 caso).

Figura 28 – LOCAL ONDE OCORREU O ABUSO: CONCELHOS (N)



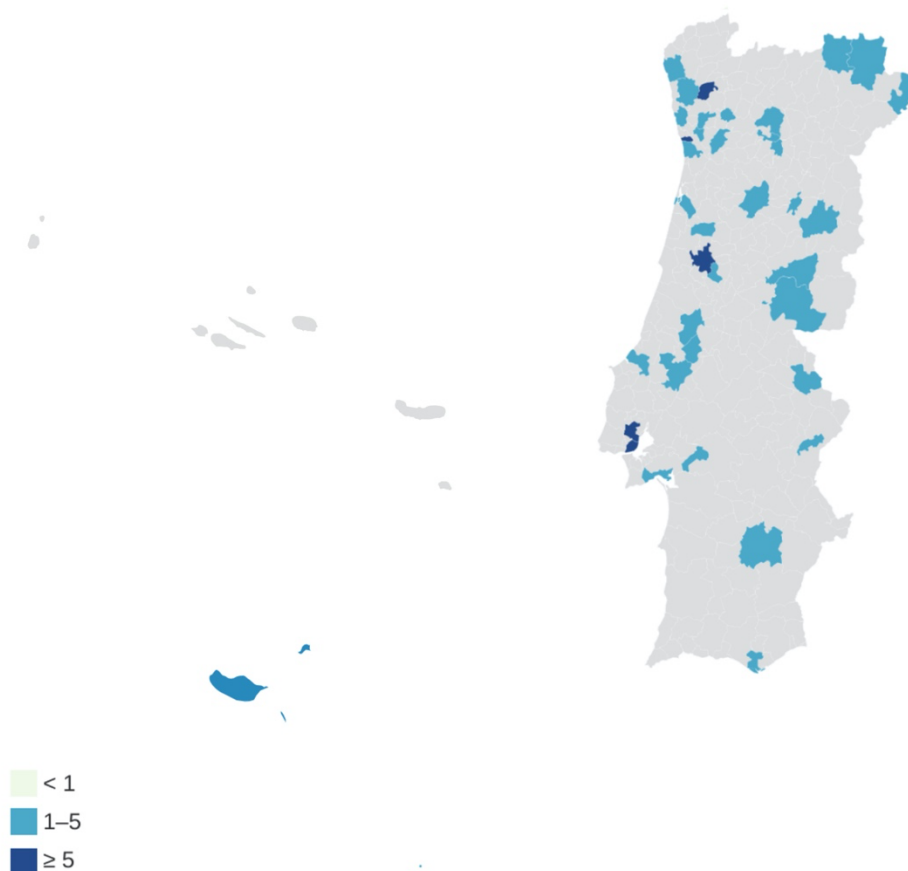
Fonte: CI • Criado com Datawrapper

Fonte: Inquérito online; n=461

No total, há casos testemunhados em 129 dos 308 concelhos do país (41,8% da amostra). Sabendo que estamos a lidar com a questão da visibilidade dos abusos sexuais, mais do que com a da sua efetiva realidade, esta dispersão territorial poderá ser interpretada como um indício não só dos pontos do País onde há tradicionalmente mais católicos e uma presença próxima da Igreja Católica (litoral a Norte do Tejo), como ainda — através dos discretos sinais no seu interior e Sul — da transversalidade do fenómeno em todo o território nacional.

Vale a pena retirar, deste mapa, um aspeto mais focado no caso das crianças institucionalizadas, que nos permite responder à pergunta: onde se situavam, no País, as instituições onde elas estavam acolhidas e foram sexualmente abusadas? Na figura seguinte, podemos notar que a imagem é bem diferente da distribuição total dos abusos. Embora as quatro grandes cidades (Lisboa, Coimbra, Porto e Braga) se destaquem aqui também, surgem bem sinalizadas áreas do interior e mesmo do Sul. Para além do território continental português, há casos em instituições situadas na Região Autónoma da Madeira (4), nas ex-colónias (Angola, 1; Moçambique, 2) e ainda na diáspora portuguesa (Brasil, 1).

Figura 29 – LOCALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ONDE OCORREU O ABUSO: CONCELHOS (N)



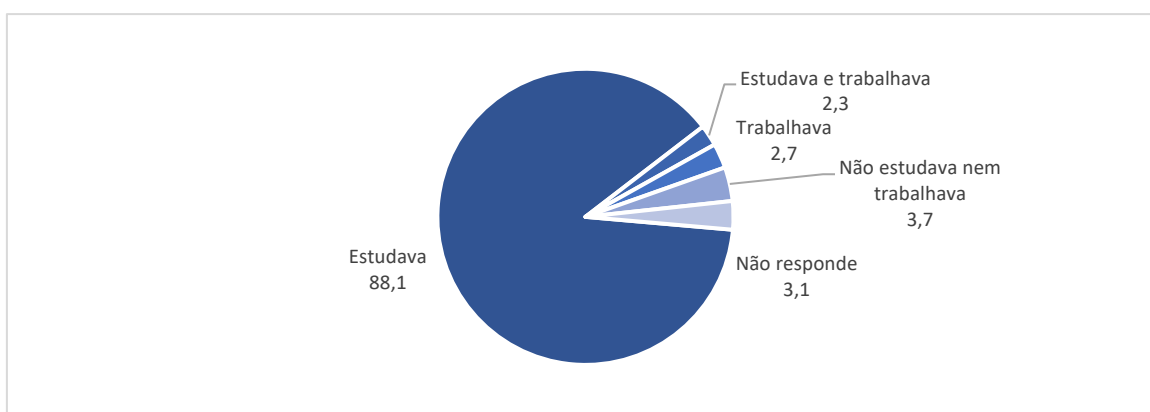
Fonte: CI • Criado com Datawrapper

Fonte: Inquérito *online*; n=101

4.3.6. Situação das crianças vítimas à data do primeiro abuso

Uma ampla maioria das vítimas encontrava-se a estudar aquando da ocorrência da primeira situação de abuso (88,1%), o que sugere a importância da escola (e dos que nela trabalham) como ambiente que as crianças frequentam e que pode ter um carácter fortemente preventivo desta situação; note-se que, ao longo do arco temporal deste estudo, a escolaridade obrigatória em Portugal evolui do 4.º ano para o 12.º ano ou 18 anos de idade. Em 3,7% dos casos, as pessoas vítimas não estavam a estudar nem a trabalhar. Em 2,3% dos casos conciliavam estudos com atividade profissional e 2,7% já tinham abandonado a escola e encontravam-se apenas a trabalhar. A ausência de respostas a esta questão perfaz 3,1% dos casos.

Figura 30 – SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS VÍTIMAS À DATA DO PRIMEIRO ABUSO (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

4.3.7. Escolaridade frequentada pelas crianças vítimas ao primeiro abuso

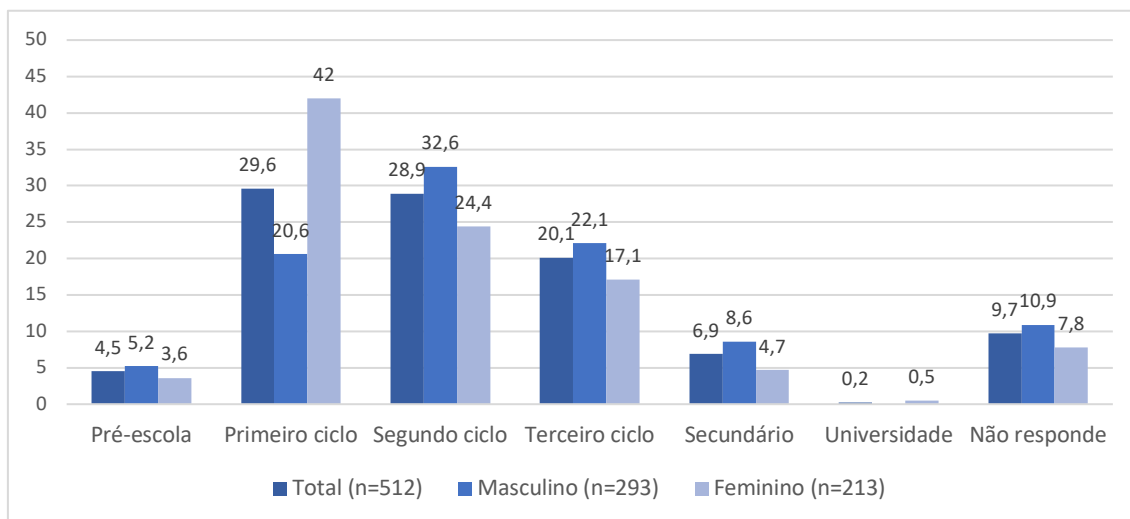
Em relação aos níveis de escolaridade frequentados pelas pessoas vítimas à data do primeiro abuso, eles associam-se naturalmente à sua idade. A maior parte estava no primeiro ciclo (29,6%), sendo a proporção das que integravam o segundo ciclo apenas ligeiramente inferior (28,9%). Pode-se inferir, em alguns casos, dado que a moda do início do abuso foram os 11 anos, que existiu um intervalo entre a idade da criança e o ano de frequência escolar, como por vezes acontece no grupo daqueles que revelam dificuldades globais de aprendizagem por pouca estimulação e/ou organização sociofamiliar e cultural.

Em 20,1% dos casos, as pessoas vítimas frequentavam o terceiro ciclo. As que frequentavam o ensino secundário correspondem a 6,9% dos casos e as que estavam na pré-primária a 4,5% do total. Existe apenas uma situação em que a pessoa vítima já tinha ingressado no ensino superior e era ainda menor de 18 anos (0,2%). Em 9,7% das situações não se dispõe de informação em relação ao nível de escolaridade frequentado. O facto de a escola se ter tornado, sobretudo a partir de 1974, um espaço de socialização

fundamental na vida das crianças, onde estão também esmagadoramente aquelas que são vítimas de abuso sexual, leva-nos a sublinhar a importância que tal instituição e os seus profissionais desempenham na prevenção e descoberta destas situações, alertando a esse propósito as entidades competentes para o seu papel preventivo nesta área.

A comparação, por género, do nível de ensino frequentado tem também paralelo com a distribuição etária ao primeiro abuso. Com mais frequência, as raparigas que sofreram abusos estavam no primeiro ciclo (42% *vs.* 20,6%). Em sentido contrário, embora de forma menos acentuada, há uma preponderância de rapazes no segundo ciclo (32,6% *vs.* 24%), no terceiro ciclo (22,1% *vs.* 17,1%) e ainda no ensino secundário (8,6% *vs.* 4,7%). Por último, assinala-se que a proporção de ausência de respostas é também mais elevada entre os homens do que entre as mulheres.

Figura 31 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE FREQUENTADA PELAS CRIANÇAS VÍTIMAS, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

4.4. O abuso

Neste ponto apresentam-se dados relativos ao tipo de abusos sofridos pelas pessoas vítimas. Referem-se as respostas percentuais totais e, onde se justifique, cruzamentos pelo género das pessoas vítimas.

4.4.1. Modalidades do abuso

A tipologia dos abusos infligida sobre as vítimas é extensa. Entre as modalidades de abuso mais frequentes evidenciam-se, por ordem de frequência, o toque em zonas erógenas (60,3%) e a manipulação de órgãos sexuais (53,6%). Segue-se a exibição dos órgãos genitais (32,4%), a masturbação (28,1%) e a prática de sexo oral (19,3%). O sugestionamento sexual, através de conversas ou insinuações «impróprias», isto é, sexualmente explícitas tendo em conta a idade da vítima e o contexto onde ocorreram, é também relativamente comum, sendo relatado em 14,1% dos casos. A ocorrência de sexo anal foi relatada em 10% dos casos. Como modalidades menos comuns surgem a cópula (6,5% dos casos), o visionamento de pornografia (5,5% dos casos) e a recolha de imagens de cariz sexual (4,1% dos casos). A título comparativo, podemos notar que noutras amostras, como a do estudo francês, as modalidades mais frequentes (agrupadas apenas em três subcategorias) são «os toques» (85,7%), «a violação» (27,3%) e as «outras modalidades» não especificadas (23%). Se considerarmos que as três formas de penetração (sexo oral, sexo anal, sexo vaginal) equivalem à «violação», a percentagem encontrada em Portugal é bem superior (35,8%)¹¹.

Esta distribuição segue o que é habitual encontrar em diversas referências e emerge de uma forma progressiva, como se o seu sentido seguisse uma lógica que é fisicamente de «fora para dentro», quebrando sucessivamente barreiras e limites até chegar aos casos mais raros de violação consumada. Contudo, como se sabe, a gravidade do impacto psíquico de um abuso não depende exclusivamente da sua modalidade, mas de muitos outros fatores, como a idade da vítima, o seu contexto familiar, a sua fragilidade ou resiliência individual, a forma como foi ou não ajudada a superá-lo, entre outros.

Existem diferenças vincadas nas modalidades de abusos praticados sobre rapazes e raparigas. Desde logo, o sexo anal é quase exclusivamente perpetrado sobre os rapazes (16,7% *vs.* 0,9%). E sobre eles é muito mais comum a manipulação de órgãos sexuais (65,2% *vs.* 38,4%), a exibição de zonas genitais (42% *vs.* 19,4%), assim como a masturbação (35,8% *vs.* 17,6%) ou o sexo oral (26,6% *vs.* 9,3%).

Na comparação com os rapazes, é mais frequente que as raparigas sejam vítimas de toque sobre outras zonas erógenas (69% *vs.* 53,9%) ou de sugestionamento sexual (17,1% *vs.* 11,9%). As restantes modalidades não se diferenciam em termos de género.

Para além da comparação geral por género das pessoas vítimas, é possível acrescentar uma análise mais fina das modalidades de abuso, em função do tipo de atos

¹¹ As percentagens relativas à «penetração» são de 49% , 36,4%, e 15,10% nos relatórios alemães (2014, 2015) e holandeses (2011), respetivamente.

praticados e da reciprocidade ou unilateralidade dos mesmos. Essa análise mostra padrões diferenciados entre os abusos exercidos sobre os rapazes e as raparigas.

Começando pela manipulação dos órgãos sexuais, ainda que o manuseamento genital apenas por parte da pessoa abusadora sobre a criança seja a forma mais comum, no caso dos rapazes é habitual a manipulação recíproca. Já sobre as raparigas predominam, de forma mais vincada, formas de abuso que implicam manuseamento genital unilateral e exercido pela pessoa abusadora.

Tabela 5 – MODALIDADES DO ABUSO, TOTAL E POR GÉNERO (%)

Tipo de abuso	A quem	Total (n=512)	Masculino (n=293)	Feminino (n=213)
Toque de outras zonas erógenas	Total	60,3	53,9	69,0
Manipulação de órgãos sexuais	Total	53,9	65,2	38,4
	<i>Ambos</i>	18,9	25,6	9,7
	<i>De outro</i>	6,3	5,8	6,9
	<i>Seus</i>	26,7	31,4	20,4
	<i>Não responde</i>	2,0	2,4	1,4
Exibição de zonas genitais	Total	32,5	42,0	19,5
	<i>Ambos</i>	16,9	24,6	6,5
	<i>De outro</i>	6,5	5,5	7,9
	<i>Suas</i>	7,7	9,9	4,6
	<i>Não responde</i>	1,4	2,0	0,5
Masturbação	Total	28,1	35,9	17,6
	<i>Ambos</i>	10,8	16,4	3,2
	<i>A outro</i>	9,4	9,2	9,7
	<i>A si</i>	6,9	8,9	4,2
	<i>Não responde</i>	1,0	1,4	0,5
Sexo oral	Total	19,3	26,5	9,3
	<i>Ambos</i>	6,3	10,9	0,0
	<i>A outro</i>	6,9	6,1	7,9
	<i>A si</i>	5,9	9,2	1,4
	<i>Não responde</i>	0,2	0,3	0,0
Sugestionamento (conversas, insinuações)		14,1	11,9	17,1
Sexo anal	Total	10,0	16,7	1,0
	<i>A outro</i>	0,8	1,0	0,5
	<i>A si</i>	8,4	14,3	0,5
	<i>Não responde</i>	0,8	1,4	0,0
Cópula consumada	Total	6,5	5,8	7,4
Visionamento de pornografia	Total	5,5	6,5	4,2
Recolha de imagens	Total	4,1	3,8	4,6

Aliás, este padrão de reciprocidade nos atos praticados sobre rapazes também se observa no caso da exibição das zonas genitais, da masturbação e, com menor evidência, na prática de sexo oral. No caso das raparigas, os mesmos tipos de abuso são, com maior frequência, unilaterais, isto é, elas são um elemento passivo ou recetivo na situação. O mesmo se observa no caso dos abusos que envolvem a prática de sexo anal, situação em que as pessoas vítimas são quase exclusivamente rapazes. Os locais tipicamente diferentes onde ocorrem os abusos de rapazes e raparigas explicam, em parte, esta distinção, facto que parece ser consequência direta do que exigem, em termos de espaço e de tempo, algumas formas de abuso de maior invasão física: por exemplo, na nossa amostra existem casos descritos como toques de zonas erógenas em confessionários fechados, enquanto práticas como o sexo oral ou anal são maioritariamente reportados a espaços mais específicos, como a sacristia ou a casa do pároco.

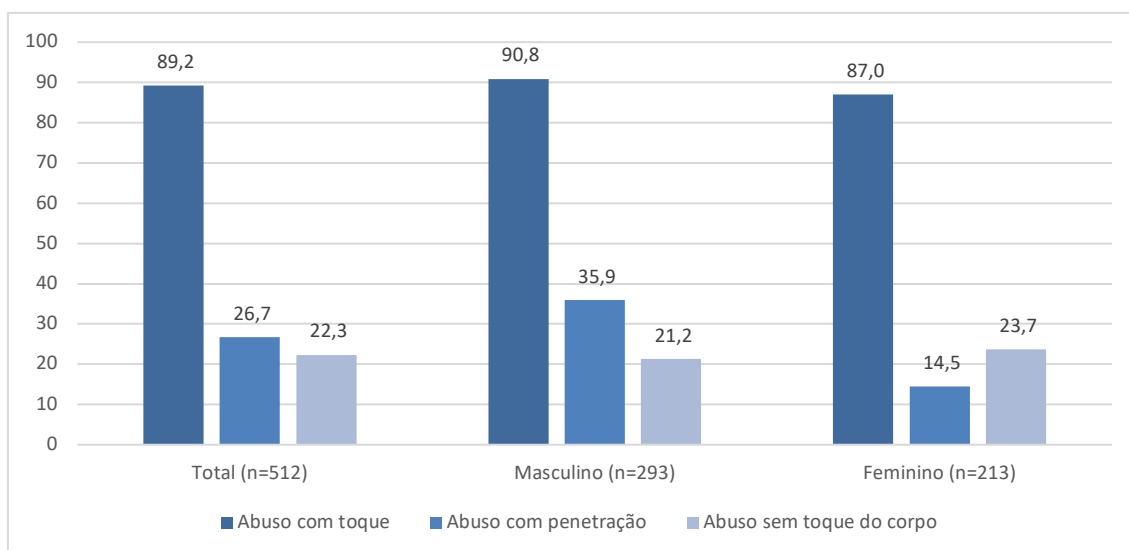
Com o objetivo de obter mais dados de caracterização sobre as modalidades de abuso e a sua associação com outras variáveis contempladas no inquérito, optámos por agrupá-las em três grandes categorias. Esta estruturação permite um tratamento estatístico mais eficaz.

Tabela 6 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO

Grandes tipos	Modalidades simples
Abuso com penetração	Sexo oral Sexo anal Cópula
Abuso com toque do corpo	Exibição de zonas genitais Manipulação de órgãos sexuais Masturbação Toque de outras zonas erógenas
Abuso sem toque do corpo	Visionamento de pornografia Recolha de imagens Sugestionamento/insinuação

Começando pelo cruzamento destes tipos de abuso pelo género da vítima, notamos que a primeira modalidade (abuso com penetração do corpo) é claramente superior entre os rapazes (35,9%), comparativamente com as raparigas (14,5%), o que diz bem da violência física que ao mesmo acresce nestas situações concretas e ao peso individual e social que o mesmo acarreta perante a possibilidade de o revelar posteriormente.

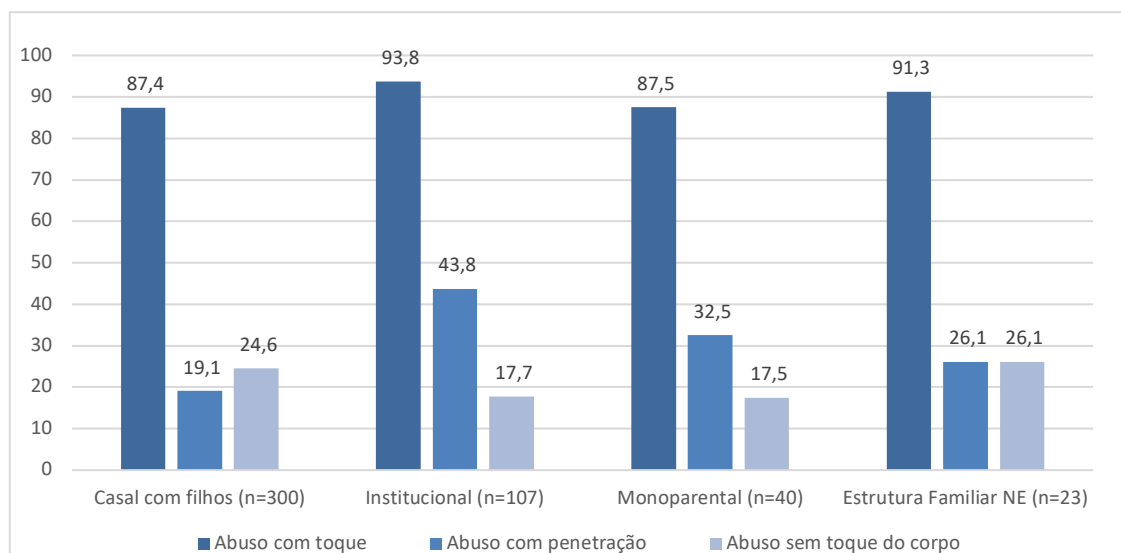
Figura 32 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)



Fonte: Inquérito online

As modalidades de abuso que envolvem a penetração são também mais comuns entre as crianças que estavam institucionalizadas, em ambientes fechados ao exterior, sob fortes relações de poder e com tempos longos de partilha da convivência entre vítimas e abusadores. É, de novo, um forte reforço da desproteção das mesmas que, encontrando-se previamente em situação de total desamparo familiar, são vítimas de crimes por aqueles que, afinal, estavam mandatados para as melhor protegerem.

Figura 33 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR ESTRUTURA FAMILIAR À DATA DOS ABUSOS (%)

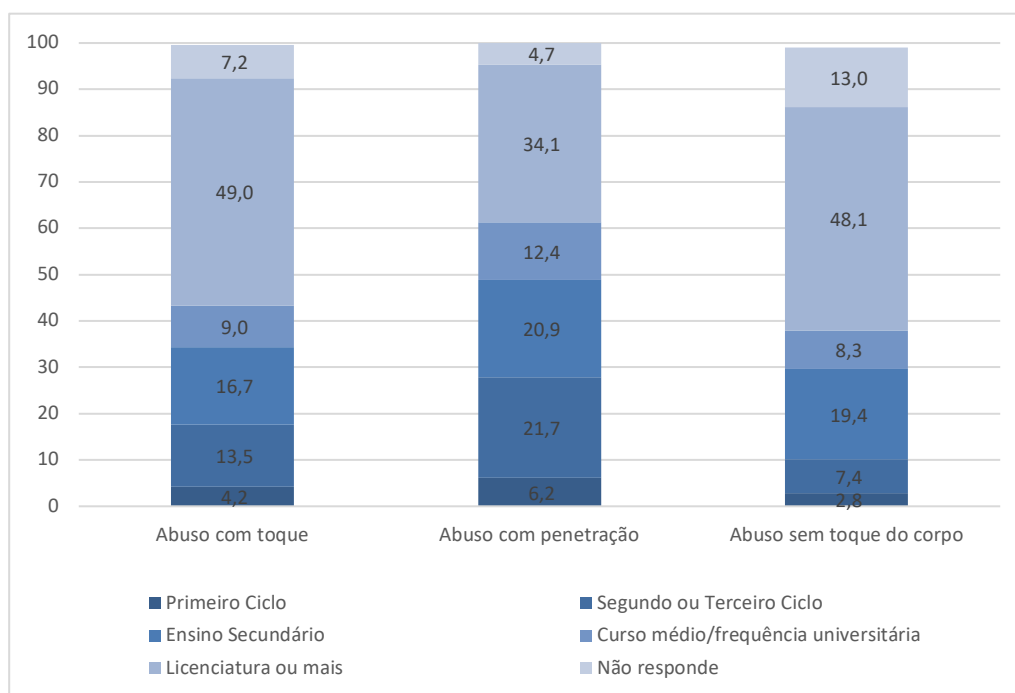


Fonte: Inquérito online

O cruzamento destes mesmos dados com o nível de escolaridade atual da pessoa abusada oferece também informações interessantes. Encontramos maior percentagem de testemunhos das modalidades mais intrusivas (abuso com penetração) relativamente

às outras (toques e insinuação) entre as pessoas com escolaridade mais baixa (graus de primeiro ou segundo ciclo), ao passo que entre pessoas com níveis de escolaridade do ensino superior, a maioria das vítimas na nossa amostra, surgem representadas nas modalidades de não-penetração. Pode, assim, pensar-se que uma maior escolarização constitua um fator que potencie nas vítimas uma maior capacidade para falar sobre «isso», não só por estarem atualmente mais informadas sobre o abuso sexual, nas suas várias modalidades, como por disporem de competências intelectuais que as habilitam a reconhecer e descrever, por escrito, as situações por que passaram.

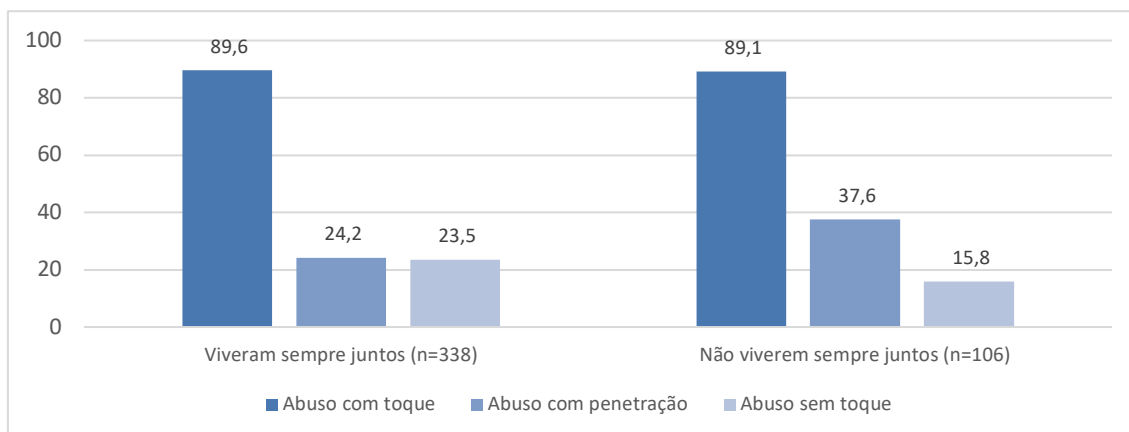
Figura 34 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

Notamos, ainda, que há abusos mais violentos sobre crianças cujos pais não viveram sempre juntos, justamente aquelas que mais frequentemente eram colocadas em orfanatos ou outras instituições tuteladas pela Igreja Católica ou as que viviam em famílias monoparentais, as mais vulneráveis em termos económicos e sociais. De novo, estes são dados que revelam a importância da presença de bons e afetivos laços de relação familiar para uma mais adequada proteção das crianças em relação aos abusos sexuais.

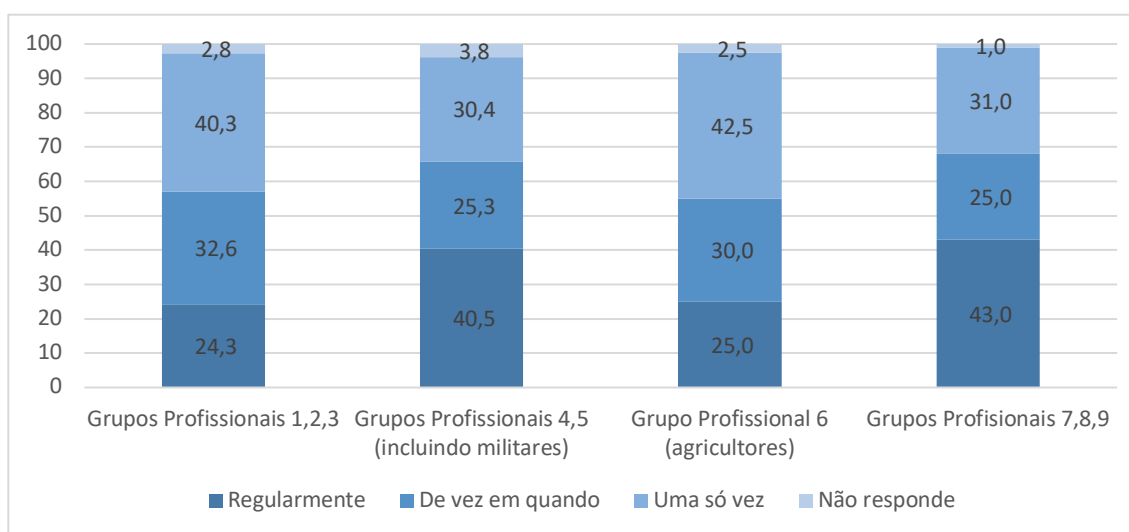
Figura 35 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR SITUAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS DAS PESSOAS VÍTIMAS (%)



Fonte: Inquérito online

Por fim, através destes cruzamentos, reencontramos o efeito implacável das desigualdades sociais enquanto fator de risco psicossocial para os abusos sexuais. Se é verdade que os abusos sexuais afetaram e afetam crianças de todos os grupos sociais, do topo à base da hierarquia, a verdade é que as crianças de meios mais desfavorecidos (económica ou socialmente) se destacam entre as modalidades de abuso consideradas mais violentas. E emergem também, como podemos verificar na figura seguinte, em que se relaciona a frequência do abuso e a profissão do pai (simplificada), como as vítimas de abusos mais regulares ou continuados: entre os grupos profissionais 7, 8, 9 (artesãos, artífices, operários e trabalhadores desqualificados) os abusos «regulares» excedem a média na amostra, enquanto entre os grupos profissionais 1, 2, 3 (profissões dirigentes e liberais, gestores) os abusos são referidos nesta amostra como ocorrendo maioritariamente na modalidade «de vez em quando» ou «uma só vez».

Figura 36 – GRANDES CATEGORIAS DE ABUSO, POR PROFISSÃO DO PAI (%)



Fonte: Inquérito online

Modalidades do abuso ao longo do tempo

Os dados recolhidos permitem analisar a evolução das modalidades de abuso ao longo do tempo (excluimos desta análise os casos ocorridos na década de 1941-1950 e os ocorridos desde 2020, pelo seu número pouco expressivo). Entre as modalidades de abuso mais frequentes, a exibição de zonas genitais e a prática de sexo oral parecem ter vindo a tornar-se mais comuns, ainda que as tendências não sejam lineares. As únicas modalidades de abuso em que existe uma tendência mais clara para o seu incremento, seguindo o que atualmente acontece no abuso sexual de crianças em geral, dizem respeito ao visionamento de pornografia e à recolha de imagens, práticas que emergem de forma mais comum ao longo das últimas três décadas, com relação direta com a própria evolução social e tecnológica. Para as restantes modalidades de abuso mais comuns, existe uma oscilação relativamente elevada ao longo do tempo, mas sem uma tendência clara de crescimento ou retrocesso.

Tabela 7 – MODALIDADES DO ABUSO AO LONGO DO TEMPO (%)

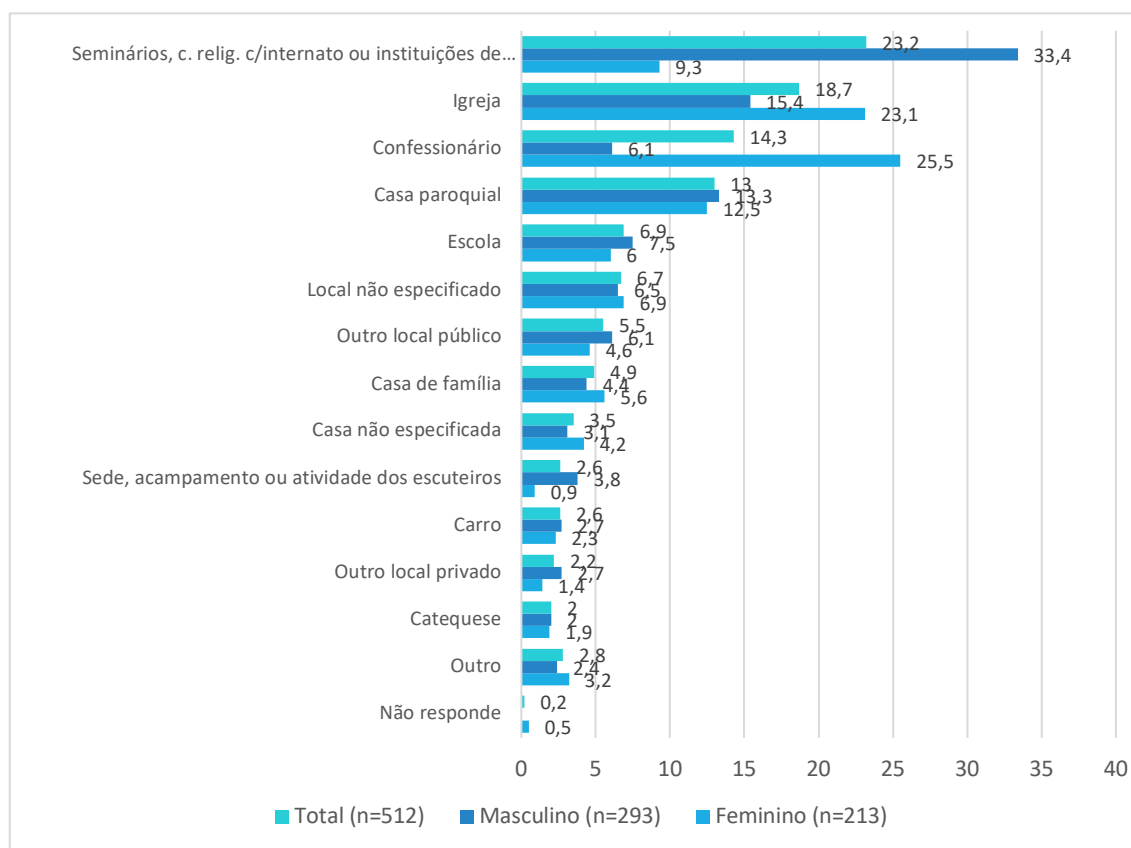
Modalidade de abuso	Total	1951-60	1961-70	1971-80	1981-90	1991-2000	2001-10	2011-20
Toque de outras zonas erógenas	60,3	44,1	58,6	62,7	72,4	58,9	64,0	51,6
Manipulação de órgãos sexuais	53,9	47,1	55,6	56,9	57,1	60,7	72,0	45,2
Exibição de zonas genitais	32,5	14,7	24,2	34,3	31,6	51,8	64,0	41,9
Masturbação	28,1	14,7	22,2	28,4	36,7	33,9	40,0	25,8
Sexo oral	19,4	11,8	13,1	17,6	23,5	25,0	44,0	25,8
Sugestionamento (conversas, insinuações)	14,1	17,6	13,1	21,6	9,2	7,1	16,0	19,4
Sexo anal	10,0	5,9	10,1	9,8	11,2	10,7	16,0	12,9
Cópula	6,5	2,9	3,0	4,9	13,3	5,4	8,0	3,2
Visionamento de pornografia	5,5	-	1,0	1,0	12,2	3,6	8,0	16,1
Recolha de imagens	4,1	-	-	1,0	9,2	3,6	12,0	12,9

4.4.2. Local onde aconteceu o abuso

Importa referir que a resposta à questão acerca do(s) local(ais) onde ocorreu o abuso foi aberta, tendo os mesmos sido codificados *a posteriori*. Nessa codificação procurámos manter referências o mais concretas possível, a partir do descrito. No entanto, algumas respostas são pouco específicas, apontando, por exemplo, para o espaço da igreja, sem indicar um local dentro da mesma. Em termos globais, a análise dos locais onde ocorreram os abusos revela que os mesmos tiveram lugar num leque muito diversificado de contextos.

Os seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento destacam-se como o local mais comum com 23% dos casos da amostra total, e predominam de forma clara nas décadas compreendidas entre os anos 1960 e 1990. Segue-se o espaço da igreja, sem especificar um lugar preciso, com 18,8% de respostas. O confessionário fechado (14,3%) e a casa paroquial (12,9%) são também locais relativamente comuns nos relatos obtidos. Ainda existem menções à escola (6,9%), locais não especificados (6,7%), outros locais públicos (5,5%), casas não especificadas (3,5%), algumas propriedades do abusador ou familiares próximos, tal como a sede, o acampamento ou a atividade do grupo de escuteiros (2,6%), carro (2,6%), outro local privado (2,2%) e ainda no decorrer da catequese (2%).

Figura 37 – LOCAL ONDE ACONTECEU O ABUSO (%)



Fonte: Inquérito online

A comparação entre género revela alguns diferenças dignas de nota. No caso dos rapazes é muito mais comum que o abuso tenha ocorrido num seminário, colégio religioso com internato ou instituição de acolhimento (33,4% vs. 9,3%), correspondente a uma realidade social e cultural concreta das décadas acima referidas. Abusos ocorridos nas atividades dos escuteiros também incidem mais sobre rapazes do que raparigas (3,8% vs. 0,9%) e aparecem em referências temporalmente mais recentes. Já entre as raparigas é mais mencionada a ocorrência de abusos na igreja (23,1% vs. 15,4%) e sobretudo no espaço do confessional (25,5% vs. 6,1%), incluindo-se aqui as modalidades de toque em zonas erógenas e o uso de linguagem sexualmente explícita, totalmente desadequada para a idade e contexto religioso.

Local onde aconteceu o abuso ao longo do tempo

Olhemos agora para a evolução do local onde ocorreram os abusos ao longo das décadas (pela razão já mencionada não consideramos os casos ocorridos na década de 1941-1950 e os ocorridos desde 2020). Um dos aspetos mais salientes é a perda de importância relativa dos locais em que crianças e jovens, sobretudo do sexo masculino, estavam numa situação de maior isolamento físico e emocional em relação ao meio exterior. De facto, nas últimas décadas, os «seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento» perderam o relevo que tiveram em décadas mais recuadas, onde aí também acolhiam muitos jovens que, simplesmente, desejavam prosseguir estudos e, ao mesmo tempo, ali eram acolhidos em regime residencial. O mesmo acontece, e de forma ainda vincada, com o «confessional», neste caso, como já vimos, um espaço em que as principais vítimas que o testemunham eram as raparigas.

A «igreja», sem que se especifique um local exato da ocorrência do abuso, mantém o seu peso relativo ao longo do tempo, embora com algumas oscilações. Com menor incidência, mas com relevo continuado ao longo de todo o período temporal do estudo, podemos acrescentar a «escola», a «casa de família» e a «catequese».

Em sentido oposto, nas últimas décadas é maior a saliência da «casa paroquial» e de «outros locais públicos» enquanto espaços onde os abusos têm lugar. Embora não haja registo de casos na última década, locais e atividades associadas ao Corpo Nacional de Escutas tiveram um pico de incidência entre 1991 e 2010. Situações de abuso ocorridas em carros, no contexto de «boleias» ou de transportes regulares entre casa e escola, tiveram uma incidência com relevo sobretudo entre 1991 e 2000.

Tabela 8 – LOCAIS ONDE OCORREU O ABUSO AO LONGO DO TEMPO (%)

Local onde ocorreu abuso	Total	1951-60	1961-70	1971-80	1981-90	1991-2000	2001-10	2011-20
Seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento	23,2	26,5	31,3	16,7	32,7	16,1	16,0	9,7
Igreja	18,7	11,8	14,1	18,6	23,5	25,0	24,0	19,4
Confessionário	14,3	29,4	19,2	23,5	7,1	5,4	0,0	6,5
Casa paroquial	13,0	14,7	9,1	10,8	7,1	32,1	28,0	12,9
Escola	6,9	5,9	8,1	6,9	7,1	3,6	8,0	3,2
Local não especificado	6,7	2,9	5,1	5,9	4,1	0,0	4,0	9,7
Outro local público	5,5	-	5,1	3,9	6,1	8,9	8,0	16,1
Casa de família	4,9	5,9	3,0	8,8	6,1	3,6	4,0	3,2
Casa não especificada	3,5	-	3,0	3,9	4,1	1,8	8,0	6,5
Sede, acampamento ou atividade dos escuteiros	2,6	-	-	1,0	3,1	5,4	12,0	-
Carro	2,6	-	-	2,9	2,0	8,9	-	-
Outro local privado	2,2	-	1,0	-	1,0	3,6	-	9,7
Catequese	2,0	-	2,0	2,0	2,0	1,8	-	6,5
Outro	2,8	2,9	3,0	5,9	1,0	1,8	-	-
Não responde	0,2	-	-	-	-	1,8	-	-

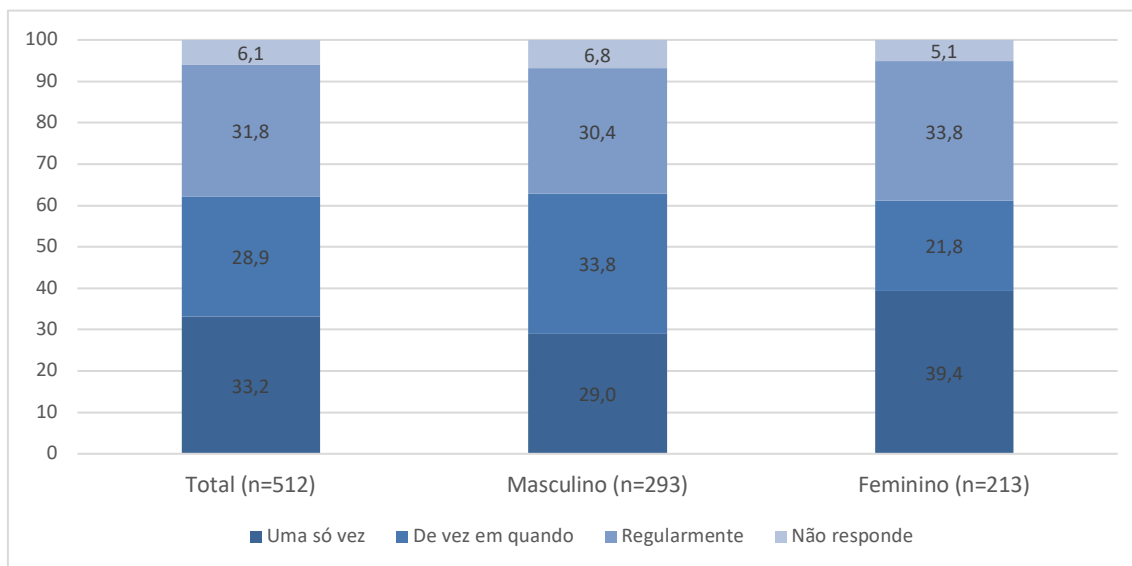
4.4.3. Frequência, periodicidade, duração do abuso e existência de mensagens associadas ao abuso

No inquérito foram colocadas questões em relação à frequência, periodicidade e duração dos abusos. No que diz respeito à frequência dos abusos, em cerca de um terço dos casos os mesmos ocorreram uma vez, sendo que em 28,9% dos casos tiveram lugar «de vez em quando» e em 31,8% dos casos prolongaram-se no tempo e tinham alguma regularidade. Como acontece na descrição dos abusos sexuais de crianças em geral, há uma ampla tendência para que os mesmos aconteçam mais do que uma vez: é o que aqui também se regista em 60,7 % da totalidade da amostra.

Só em 6,1% dos casos as pessoas vítimas não responderam à questão. Existem diferenças de género assinaláveis no que diz respeito à frequência dos abusos. As situações em que o abuso ocorreu uma vez são mais comuns entre as mulheres (39,4% vs. 29%), ao passo que os abusos que tinham lugar «de vez em quando» são mais

referidos pelos homens (33,8% vs. 21,8%), ficando por esclarecer melhor o que esse mesmo conceito significa subjetivamente em cada caso.

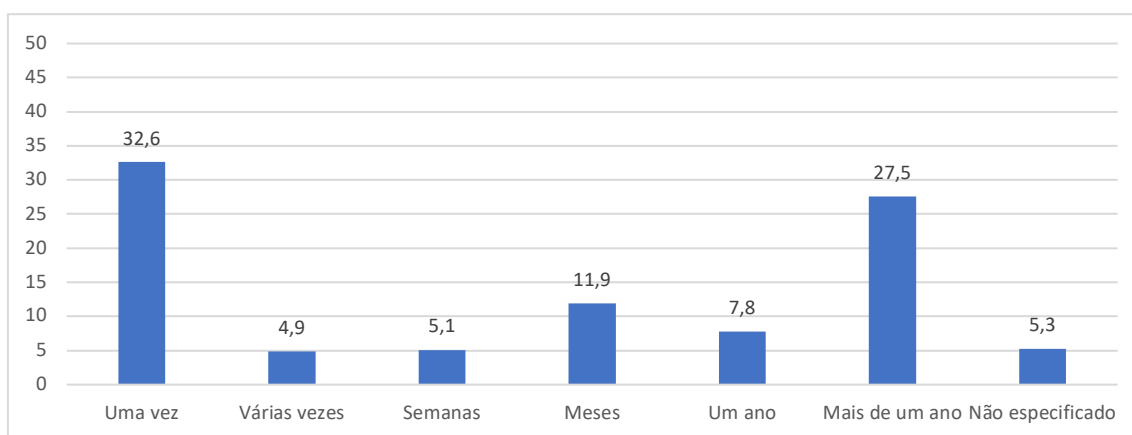
Figura 38 – FREQUÊNCIA DO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO (%)



Fonte: Inquérito online

Foi também colocada uma questão em aberto em relação à duração do abuso. As respostas obtidas nem sempre tinham uma referência temporal precisa. De qualquer forma, a partir delas criou-se um conjunto de categorias temporais que procuram resumir as situações observadas de forma próxima a uma escala. A situação mais comum que assim surge é aquela em que o abuso teve apenas uma ocorrência, correspondendo a 32,6% dos casos (em 4,9% dos casos, os abusos repetiram-se várias vezes). Continuando em crescendo, registaram-se 5,1% de pessoas que relatam abusos repetidos ao longo de semanas e 11,9% durante meses. Em 7,8% das situações, o abuso prolongou-se por cerca de um ano. E em 27,5% o abuso estendeu-se por um período superior a um ano, ou seja, numa percentagem muito significativa. Por fim, em 5,3% dos casos os dados mencionados pelas vítimas não permitem determinar a duração do abuso. Em linha com os dados mencionados no ponto anterior, as situações em que o abuso teve uma ocorrência são mais comuns entre as mulheres do que entre os homens (38,4% vs. 28,7%, dados não mostrados no gráfico).

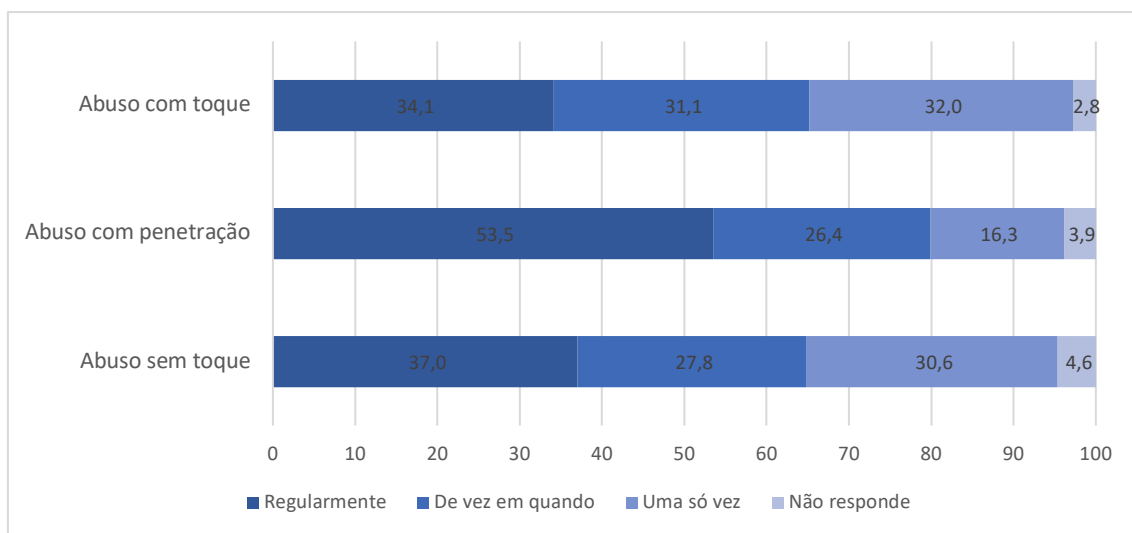
Figura 39 – DURAÇÃO DO ABUSO (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

Por fim, cruzando a frequência do abuso pelos grandes grupos, constatamos que os abusos com penetração aconteceram de forma mais regular do que as restantes modalidades. Dito de outro modo, enquanto num número elevado de casos os abusos com toque ou por via de sugestão ocorreram uma vez ou ocasionalmente, em muitas circunstâncias os abusos mais violentos aconteceram de forma reiterada e regular, dado concomitante com outros atrás já descritos, nomeadamente o local onde grande parte deles aconteceram em certas décadas.

Figura 40 – FREQUÊNCIA DO ABUSO POR GRANDE GRUPO (%)



Fonte: Inquérito online

4.4.4. O que levou ao fim da situação de abuso

As vítimas foram ainda questionadas acerca das circunstâncias que conduziram ao final do abuso. Foram apresentadas três hipóteses de resposta e deixado espaço para acrescentar outras possibilidades. A razão mais comumente apontada foi o afastamento da vítima da situação, lugar ou instituição (31,6%), seguida de muito perto

pela melhor capacidade da vítima para se defender física e psicologicamente (31,4%). De qualquer forma, o primeiro dado aponta para uma pista importante a estudar melhor: a criança não consegue libertar-se autonomamente do que lhe está a suceder, e só a efetiva ausência do abusador põe termo ao abuso.

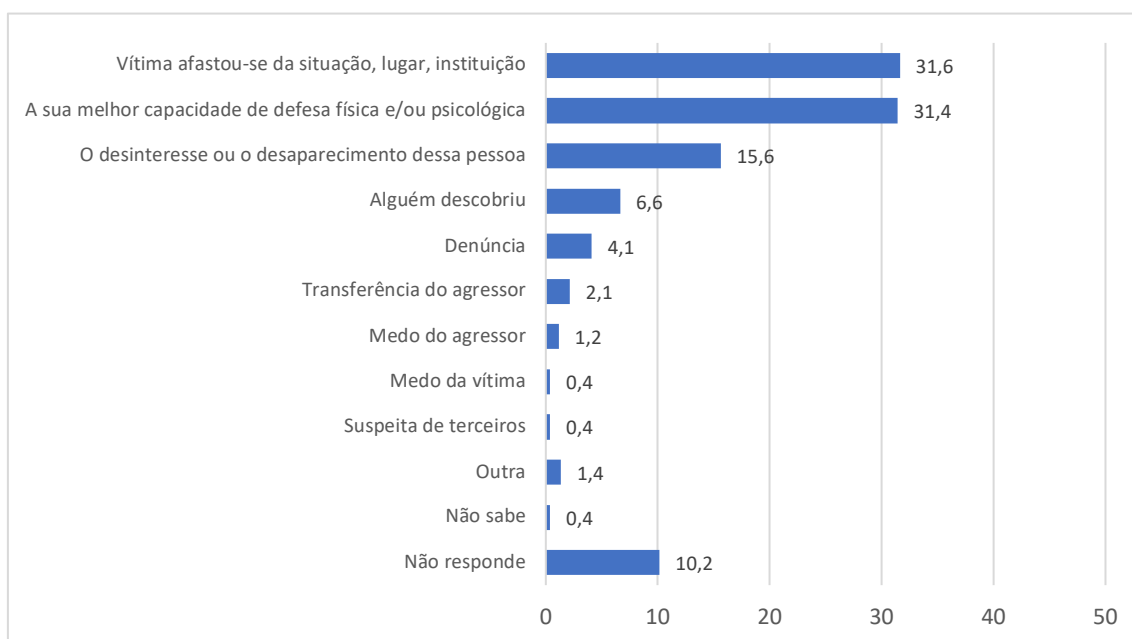
Em 15,6% dos casos, o abuso terminou por a pessoa abusadora se ter desinteressado da criança, provavelmente escolhendo outro alvo idêntico, como é referenciado também em alguns depoimentos, ou então por se ter ausentado fisicamente do local.

Só em 6,6% dos casos é que se aponta o facto de alguém ter descoberto a situação de abuso para que o mesmo tenha terminado, percentagem muito diminuta que redobra a importância de que, no futuro, quem está próximo possa valorizar melhor certos sinais ou sintomas da criança vítima.

A denúncia do abuso (a autoridades policiais ou judiciais) é mencionada em apenas 4,1% dos casos, aspeto também comum no tema em questão, e que habitualmente surge referenciada pelo próprio ou seus familiares destacando dois aspetos: preservação da intimidade e identidade da vítima, descrença no próprio sistema judicial, sua celeridade e efeitos colaterais no bem-estar da criança.

Com algum relevo são ainda mencionadas a transferência do agressor (2,1%), o medo do agressor (1,2%) e outras situações (1,4%). Refira-se que em 10,2% dos casos da amostra as pessoas vítimas não responderam a esta questão.

Figura 41 – RAZÕES PARA O FIM DA SITUAÇÃO DE ABUSO (%)



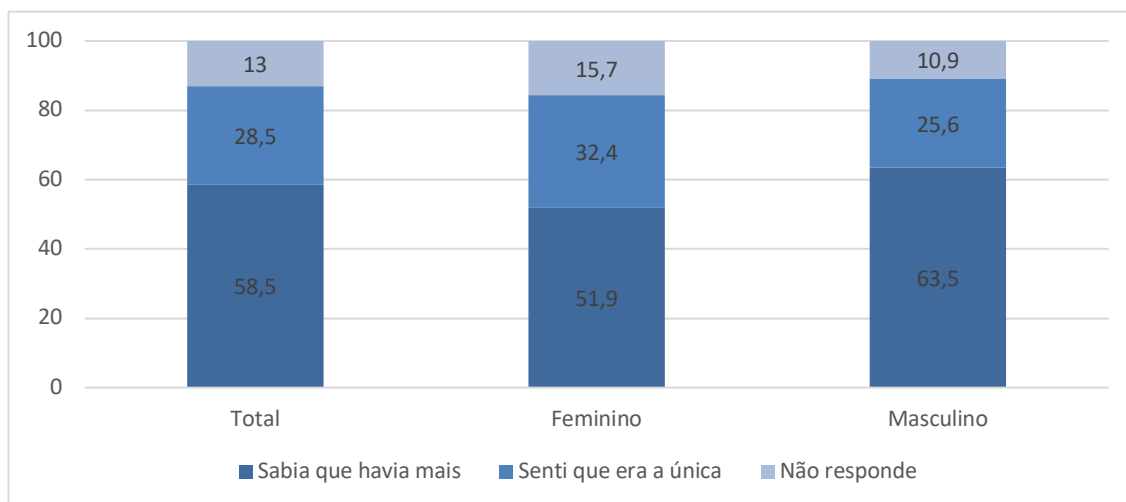
Fonte: Inquérito online; n=512

4.4.5. Estimativa de quantas outras pessoas eram vítimas

O questionário incluiu algumas questões acerca do conhecimento de outros casos de abuso sexual, tanto à data dos factos, como na atualidade. Num primeiro momento,

foi perguntado a quem testemunhou se sentia que era a única vítima ou se sabia da existência de outros casos. Na maioria dos testemunhos (58,5%), as pessoas vítimas indicam que sabiam que havia outras crianças ou adolescentes a ser alvo de abusos, sendo que 28,5% declararam que sentiam que eram as únicas vítimas. Em 13% dos casos as pessoas vítimas não responderam a esta questão. É de assinalar que a proporção das vítimas do género masculino que sabiam da existência de outras vítimas é substancialmente mais elevada do que entre as do feminino (63,5% vs. 51,9%).

Figura 42 – SENTIA SER A ÚNICA OU SABIA QUE EXISTIAM MAIS VÍTIMAS (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

De seguida, foi colocada uma questão em aberto em que se pedia para referirem se sabiam (ou suspeitavam) quantas pessoas estavam a ser vítimas de abusos. As respostas a esta questão foram muito diversificadas. Em alguns casos, apresentam quantificações muito precisas e detalhadas que incluem, por exemplo, os nomes de outras vítimas, uma referência específica ao abusador e ao local ou circunstância em que o abuso teve lugar. Noutros casos, as respostas são vagas, impressionistas e especulativas. Por esse motivo, a quantificação da rede de pessoas vítimas, que seria sempre arriscada e difícil tendo por base um instrumento desta natureza, torna-se particularmente imprecisa.

De qualquer modo, delineámos um exercício de quantificação. Nos testemunhos em que as respostas são precisas e específicas, contabilizámos o número exato de pessoas mencionadas. Nos restantes, usámos uma série de equivalências que pondera as respostas de forma muito conservadora (ver tabela abaixo). Usando essa tabela, a nossa estimativa aponta para que as pessoas vítimas tenham conhecimento de aproximadamente 4300 outras vítimas (4303). Assim, estimamos um número potencial de 4815 vítimas, valor que resulta da soma dos testemunhos individuais (512) com esta estimativa (4303).

Tabela 9 – TABELA DE EQUIVALÊNCIAS (%)

Tipo de resposta	Exemplo	Equivalência atribuída
Resposta exata	«Todas as minhas primas, 7»	Número exato mencionado
Não sabe, não específica	«Não sei»	1
Outras, uma ou mais	«Outros rapazes. Pelo menos 2»	2
Alguns; mais	«Alguns»	3
Impossível de dizer, Várias	«várias meninas que se confessaram»	5
Muitos/bastantes	«Alunos rapazes mais crescidos, 12 ano, 11 ano, impossível de quantificar, muitos»	10
As/os meninas/os da turma/catequese	«Todas as meninas da turma»	15
Todos/sem conta/incontáveis/imensos/dezenas	«Todos os rapazes daquela freguesia»	20
Todo o colégio	«Não sei precisar. 100 Miudos da minha idade e mais pequenos»	100
Centenas	«Hoje em dia sabemos que fomos imensas, dezenas, centenas até, pelo menos as raparigas que ele confessava e notem que ele ainda é vivo apesar de muita idade»	200
Pelo menos	«Outros rapazes. Pelo menos 2»	O n indicado
Entre X e Y / Um Intervalo	«2 ou 3»	O número mais baixo ou número abaixo do meio do intervalo
Mais de...	«Todas as meninas à volta dessa idade, mais de 10, com certeza»	O número seguinte

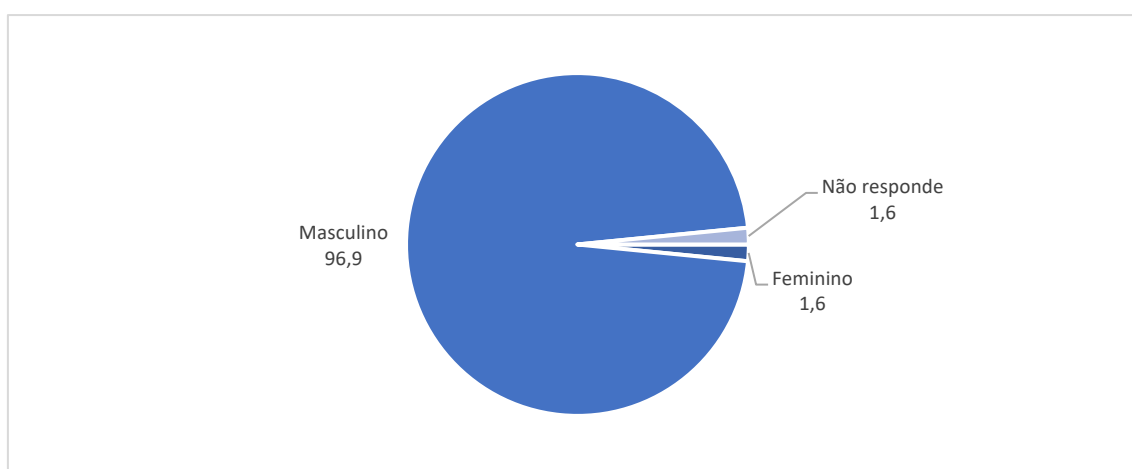
4.5. A pessoa abusadora

Neste ponto procede-se à caracterização da pessoa abusadora em termos de género, idade, relação com a vítima, estatuto na Igreja Católica, entre outros elementos relevantes para o presente estudo.

4.5.1. Género

A quase totalidade das pessoas abusadoras são do género masculino (96,9%). Em apenas 1,6% dos casos os abusos foram perpetrados por mulheres. Assinala-se que em 1,6% dos casos as vítimas não indicaram o género das pessoas abusadoras.

Figura 43 – GÉNERO DA PESSOA ABUSADORA (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

4.5.2. Escalões etários

O inquérito procurava saber que idade teria a pessoa abusadora à data da ocorrência dos abusos. Devido ao facto de as vítimas serem na altura crianças, bem como ao tempo entretanto decorrido, a resposta é aproximativa em muitos casos, pois sabe-se bem da forma como se organiza a questão da idade ou tempo no universo referencial infantojuvenil. Assim, categorizamos as referências a idades ou a intervalos etários indicadas em escalões.

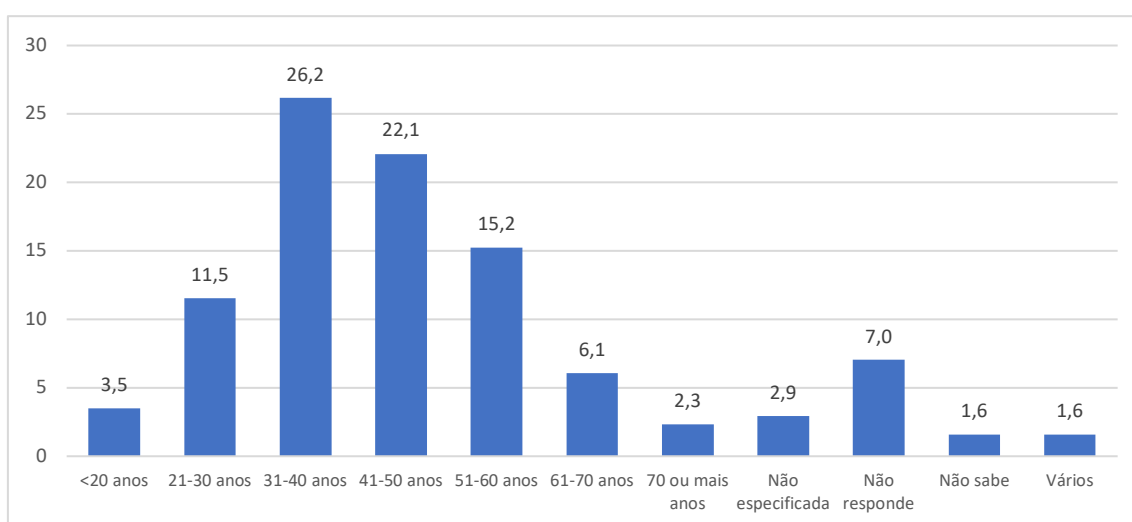
A maior parte das pessoas agressoras (48,3%) teriam entre 31 e 50 anos à data dos factos: 26,2% teriam 31-40 anos, constituindo o grupo mais importante, e 22,1% entre os 41 e 50 anos. Em 11,5% dos casos teriam entre 21 e 30 anos e em 3,5% dos casos teriam menos de 20 anos. Estamos, portanto, em presença de uma população adulta, em idade profissional ativa, distanciando-se, em muitos anos, da idade das crianças de que abusaram. A assimetria de idades entre umas e outras é evidente e esperada. As pessoas agressoras com idades entre os 51 e os 60 anos correspondem a 15,2% dos casos e as com idades entre os 61 e os 70 anos correspondem a 6,1% dos testemunhos. A proporção de situações em que não é possível determinar o escalão etário da pessoa agressora é 13,2%: em 7% dos casos não houve resposta, em 2,9% a resposta não especifica a idade, em 1,6%

dos casos a pessoa vítima não sabe e em igual proporção a pessoa abusada aponta vários abusadores em simultâneo, sem indicar idades.

Estes dados alertam para uma outra questão frequentemente referida na literatura e observada na prática: um adulto que abusa sexualmente de crianças é, na enorme maioria dos casos, alguém que cedo inicia essa prática e habitualmente se mantém nessa mesma posição, repetindo sucessivamente estes atos (crimes) que não controla autonomamente, dos quais não tem uma verdadeira consciência mórbida nem qualquer capacidade verdadeiramente empática pela vítima, impossibilitando-se assim de uma verdadeira noção de culpa e capacidade de reparação. Ou seja, sobre diversos ângulos, será sempre uma pessoa a necessitar de um projeto adequado e duradouro de suporte terapêutico e inibição continuada de proximidade isolada com crianças ou adolescentes.

Sem esta consciência ativa sobre o perfil psicopatológico de um abusador, será sempre extraordinariamente difícil a Igreja, no caso deste estudo, prevenir eficazmente a prevenção da ocorrência e continuidade destes atos cometidos por certas e conhecidas pessoas.

Figura 44 – ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

4.5.3. Estatuto na Igreja

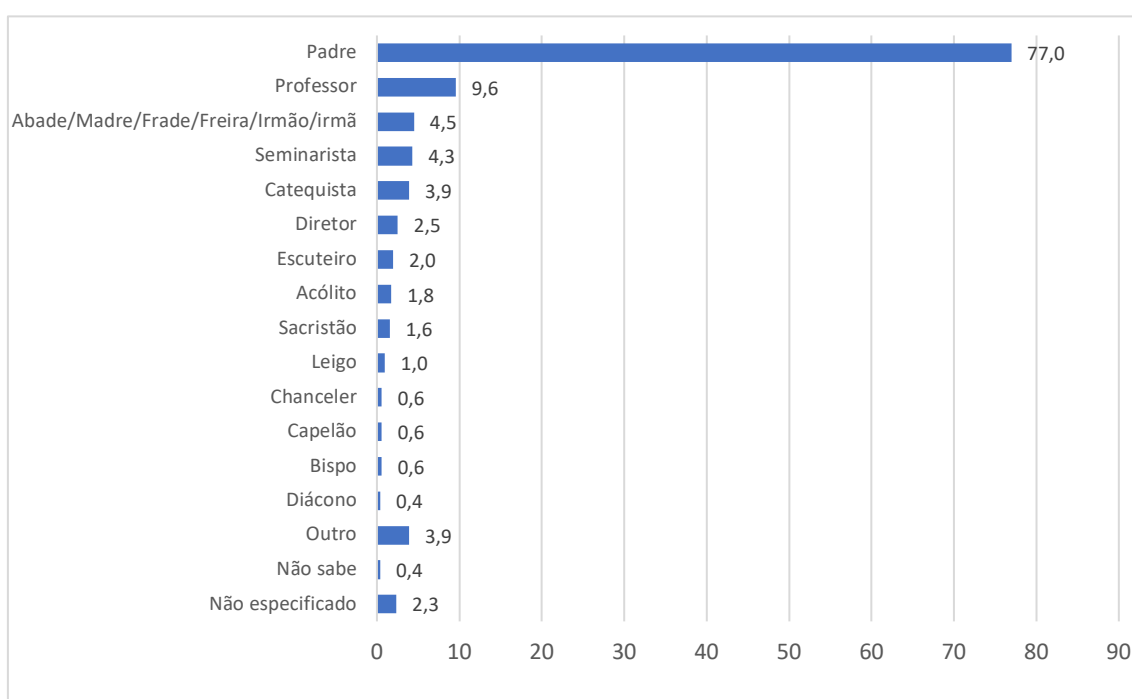
As vítimas foram questionadas igualmente acerca do(s) estatuto(s) ocupado(s) pela pessoa agressora na própria Igreja Católica. Na esmagadora maioria dos casos, os alegados agressores eram padres (77% dos casos). Esta grande expressividade do número de sacerdotes implicados nos abusos sexuais é um traço marcante da amostra portuguesa (no caso das outras, como a francesa, por exemplo, essa percentagem é bem menor: 53%).

O segundo estatuto mais comum é o de professor em colégio religioso (9,6%), situação não raramente associada à primeira, pois o professor é igualmente padre. Em terceiro lugar (4,5%), surgem os casos em que as pessoas agressoras eram membros de ordens religiosas diversas (abades, madres, frades, freiras, entre outros). Seguem-se

seminaristas (4,3%), catequistas (3,9%), diretores de escolas ou seminários (2,5%) e dirigentes ou membros de diversos agrupamentos do Corpo Nacional de Escutas (2%). Surgem ainda menções a acólitos (1,8%), sacristãos (1,6%) e leigos exercendo funções em espaços religiosos (1%). Com valores inferiores a 1% existem menções a chanceleres, capelães, bispos e diáconos.

Em 3,9% dos casos, as vítimas indicam outras situações e 2,7% dos casos não sabem ou não especificam o estatuto do agressor. Por fim, refira-se que a comparação de género (não representada graficamente) indica que, no caso das mulheres, o agressor é ainda com maior frequência um padre (83,3% *vs.* 72,7%), comparativamente ao sexo masculino, dado enquadrável em factos acima descritos.

Figura 45 – ESTATUTO DA PESSOA ABUSADORA (%)

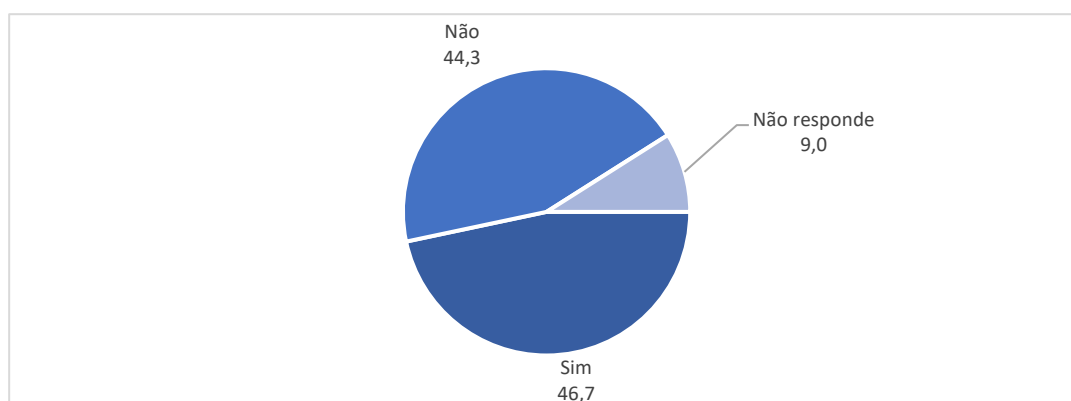


Fonte: Inquérito online; n=512

4.5.4. Relação entre pessoa abusada e pessoa abusadora

No questionário, foi colocada uma questão relativa à existência de conhecimento ou relação prévia entre pessoas vítimas e agressores. Os resultados indicam que em 46,7% dos casos a pessoa agressora já era conhecida da primeira; esta é a situação mais comum nos abusos sexuais em geral e, entre outros fatores de risco, favorece não só a aproximação inicial, como a continuidade do abuso. No entanto, em 44,3% dos casos (um valor bastante expressivo neste estudo) não havia qualquer relação anterior entre ambas, a não ser a ditada pela prática ou contexto religioso, o que também evidencia a incapacidade de defesa posterior da criança perante o que a surpreendeu e de forma aparentemente inesperada. Em 9% dos casos as pessoas não responderam à questão.

Figura 46 – CONHECIA PESSOA ABUSADORA (%)

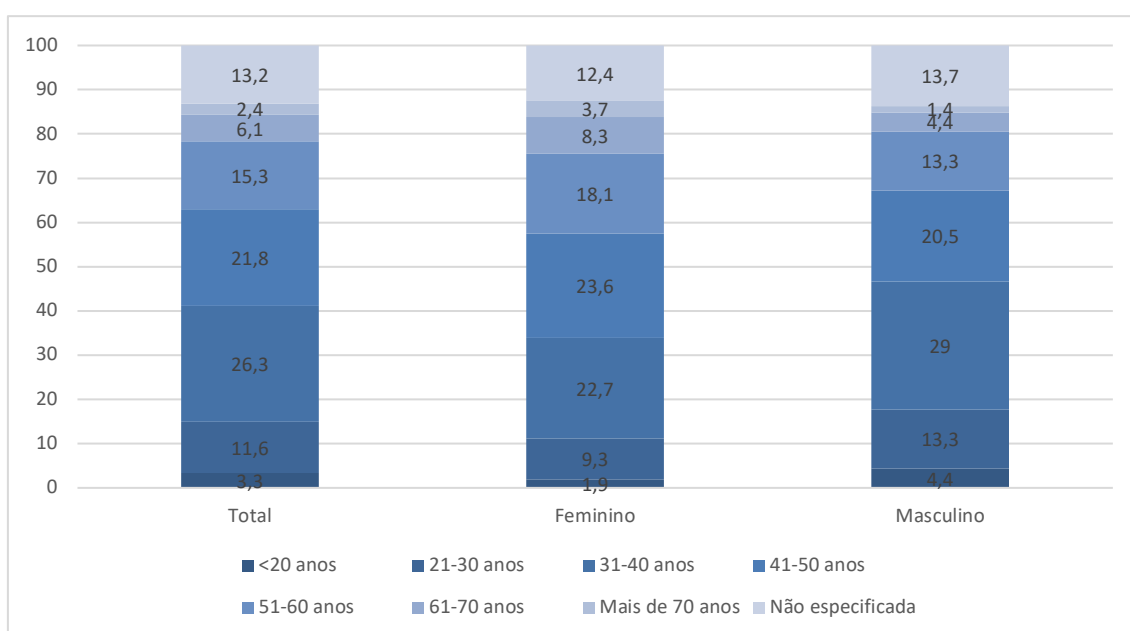


Fonte: Inquérito online; n=512

Relação entre o grupo etário da pessoa abusadora, o género e o grupo etário da pessoa vítima

O cruzamento entre o grupo etário das pessoas abusadoras e o género das pessoas vítimas (à data do primeiro abuso) indica algumas tendências relevantes. De facto, nos casos em que as vítimas são do género feminino é ligeiramente maior a prevalência de abusadores com idades entre os 61 e os 70 anos ou com mais de 70 anos (12% quando as vítimas são raparigas, face a 5,8% quando são do género masculino). No caso em que as vítimas são rapazes, pelo contrário, há uma preponderância de abusadores com idades até aos 40 anos (47,7% quando as vítimas são rapazes, face a 33,9% no caso das raparigas).

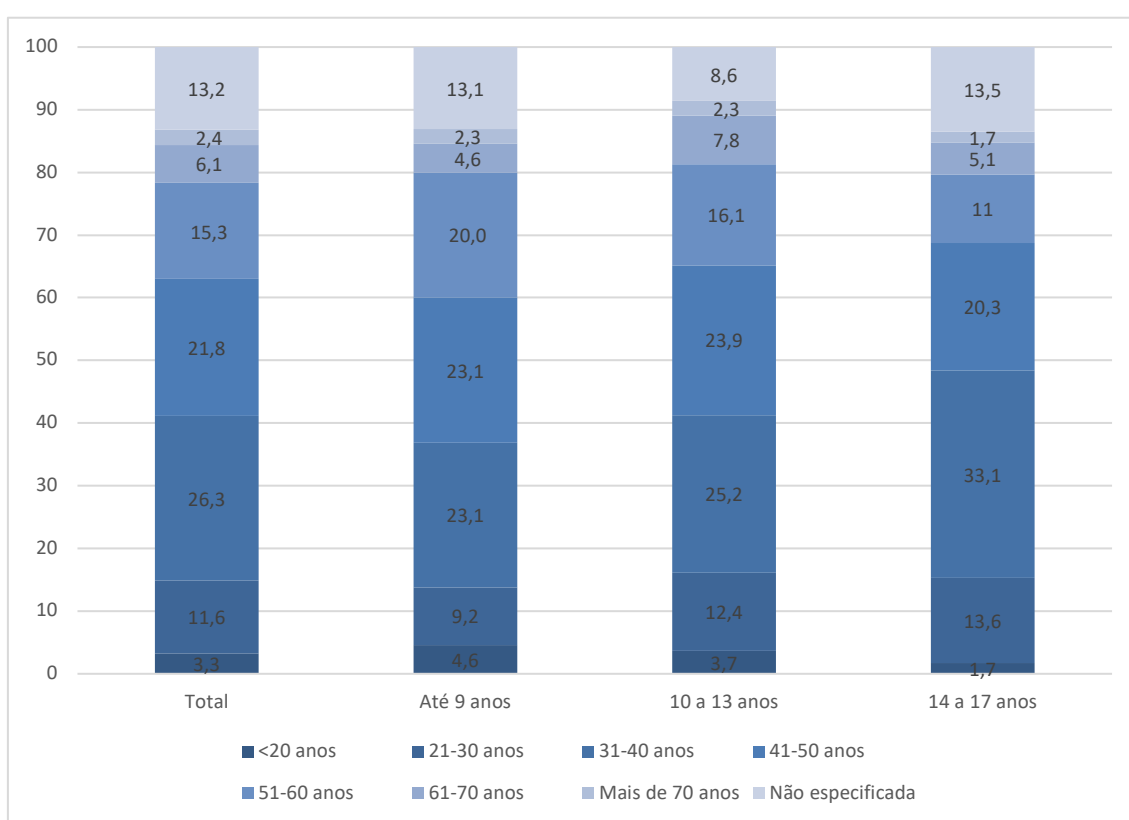
Figura 47 – ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA PELO GÉNERO DA PESSOA VÍTIMA (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

Realizámos também um cruzamento entre o grupo etário das pessoas abusadoras e o grupo etário das pessoas vítimas (à data do primeiro abuso). Os dados sugerem que nos abusos sobre vítimas mais jovens há uma ligeira sobrerrepresentação de agressores mais velhos (por exemplo, quando as vítimas têm até 9 anos os agressores com 51 ou mais anos correspondem a 26,9%, sendo 26,2% quando têm entre 10 e 13 anos e 17,8% quando têm entre 14 e 17 anos). Nas situações em que as vítimas estão em plena adolescência (idades entre os 14 e os 17 anos), há uma preponderância de agressores com idades até aos 40 anos (representam 48,4% dos casos sendo 36,9% quando as vítimas têm até 9 anos).

Figura 48 – ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA PELO ESCALÃO ETÁRIO DA PESSOA VÍTIMA (À DATA DO PRIMEIRO ABUSO) (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

Relação entre o grupo etário da pessoa abusadora e as modalidades de abuso

O cruzamento entre o grupo etário da pessoa abusadora e a tipologia de abusos infligidos releva alguns padrões. Embora seja transversalmente a modalidade de abuso mais frequente, o toque em zonas erógenas tem preponderância sobretudo entre os abusadores mais velhos. O mesmo se verifica com o sugestionamento sexual, situação pouco comum quando a pessoa abusadora tem até 30 anos, mas que assume maior relevo quanto mais velho é o abusador, tendo uma incidência máxima entre os abusadores com idades superiores a 70 anos. Em sentido oposto, a manipulação dos órgãos sexuais, bem

como a exibição das zonas genitais, a masturbação, a cópula ou a prática de sexo oral são modalidades de abuso muito mais comuns entre os abusadores com idades até aos 40 anos, diminuindo consoante avançamos no grupo etário dos abusadores. Também o visionamento de pornografia e a recolha de imagens de cariz sexual são mais comuns quando os abusadores são mais jovens. Estes dados parecem apontar para uma relação entre as modalidades de abuso e as formas como o desejo sexual é ativamente expresso ao longo da vida dos abusadores: das formas de contacto físico mais intenso às formas de contacto físico menos intenso. Embora também se enquadrem neste padrão, as situações de abuso que envolvem a prática de sexo anal têm uma distribuição algo diferente: embora mais comuns quando os abusadores têm menos de 20 anos, têm uma prevalência aproximada nos restantes grupos etários, exceto entre os abusadores com idades acima dos 70 anos.

Tabela 10 – MODALIDADES DO ABUSO E GRUPO ETÁRIO DA PESSOA ABUSADORA (%)

Modalidade de abuso	Total	<20 Anos	21-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	61-70 anos	Mais de 70 anos
Toque de outras zonas erógenas	60,3	44,4	54,2	66,4	61,1	60,3	74,2	66,7
Manipulação de órgãos sexuais	53,9	66,7	64,4	57,5	57,5	48,7	48,4	41,1
Exibição de zonas genitais	32,5	50	35,6	44	30,1	28,2	16,1	8,3
Masturbação	28,1	44,4	39	35,1	22,1	23,1	19,4	8,3
Sexo oral	19,4	44,4	28,8	26,1	12,4	15,4	12,9	-
Sugestionamento (conversas, insinuações)	14,1	5,6	8,5	11,2	11,5	17,9	22,6	41,1
Sexo anal	10,0	27,8	10,2	12,7	5,3	11,5	12,9	-
Cópula	6,5	5,6	13,6	6,7	4,4	5,1	-	-
Visionamento de pornografia	5,5	5,6	10,2	5,2	8	3,8	-	-
Recolha de imagens	4,1	5,6	5,1	6,7	4,4	1,3	-	-

4.6. Depois do abuso

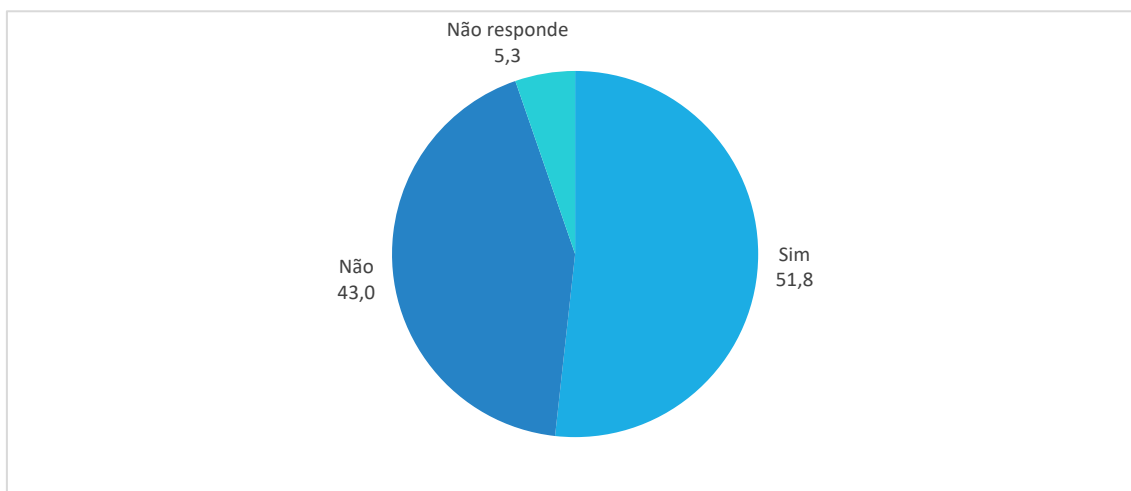
O que aconteceu após as pessoas terem sido abusadas? Procuramos, neste ponto, responder a uma questão de importância fulcral para avaliar o impacto posterior do trauma em vários dos seus planos. Entre outros aspetos, olhamos para a forma como as vítimas reagiram ao abuso, se o revelaram, quando e a quem o fizeram, e ainda que tipo de consequências houve (ou não) para as pessoas descritas como abusadoras.

4.6.1. Revelação do abuso

Na maioria dos casos, as pessoas vítimas já tinham revelado a situação de abuso antes de terem preenchido o inquérito da Comissão Independente (51,8%). No entanto, quase metade regista que é a primeira vez que o está a fazer, o que é um dado estatisticamente impressionante nesta mesma amostra e que é consonante com o mais comum neste tipo de situação: o silenciamento continuado do próprio.

Neste estudo, tendo em conta a idade média das vítimas (52 anos) e considerando que o abuso terá ocorrido pela primeira vez até aos 18 anos de idade, apercebemo-nos do tempo em que o segredo ficou guardado pela pessoa: sem dúvida que, num número muito significativo de casos, tal facto decorreu durante décadas, num convívio interior de solidão absoluta. Este dado torna-se ainda mais relevante quando, posteriormente, se apresentam os dados relativos a consequências físicas e psicológicas dos mesmos, que também nesta amostra são muitíssimo diversos e significativos.

Figura 49 – ALGUMA VEZ REVELOU O ABUSO, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

4.6.2. A quem revelou o abuso

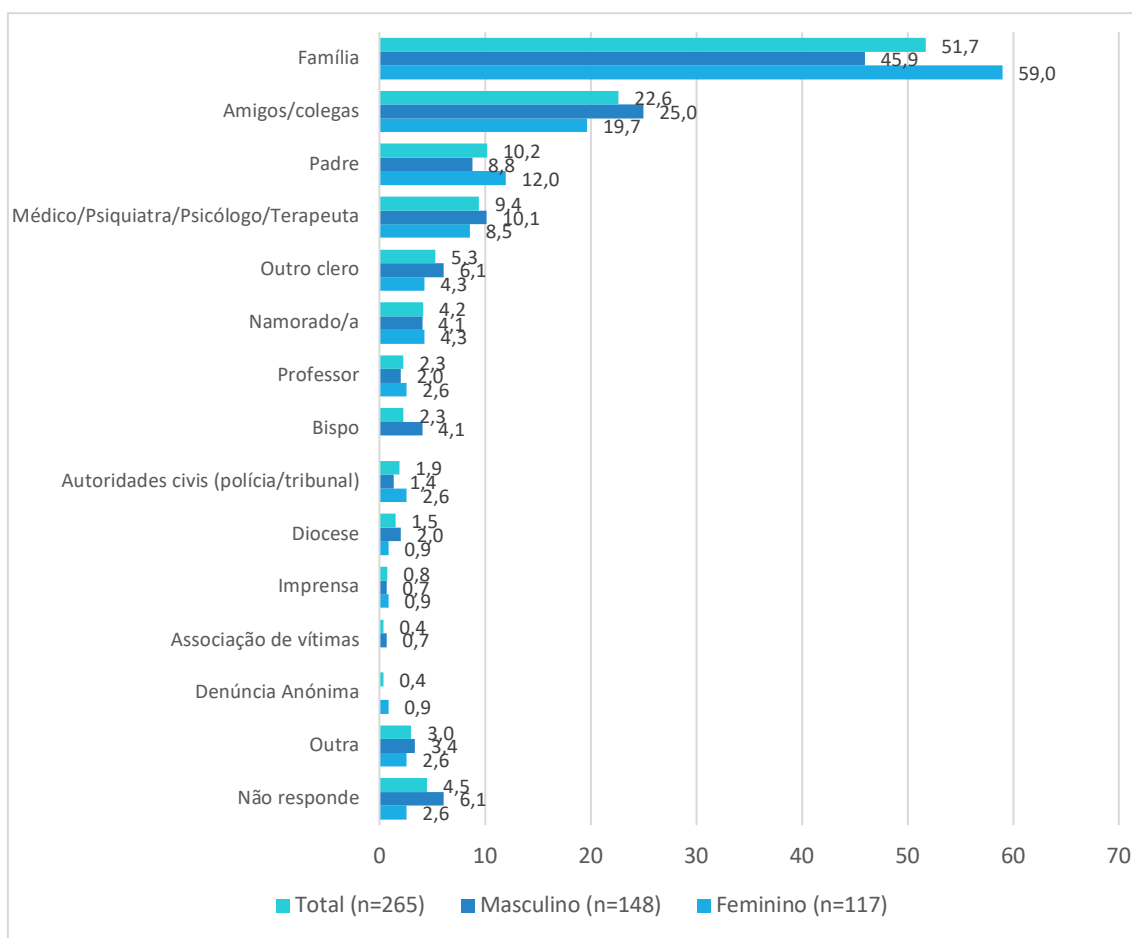
Entre as pessoas vítimas que já tinham revelado a situação de abuso, a maioria fê-lo a familiares (51,7%). Em 22,6% dos casos partilharam o caso com amigos ou colegas e em 10,2% das situações falaram com um padre. Ainda relativamente comum é as

vítimas terem revelado a situação a médicos ou outros profissionais, incluindo psicólogos/as, com quem tinham acompanhamento terapêutico (9,4%). Em 5,3% dos casos, apenas, a situação foi partilhada com outros membros do clero.

Tal como estes dados apontam, a Igreja Católica, como instituição, parece não ter sido encarada pela vítima como um lugar seguro ou confiável para se abordar o tema, nem dispor até ao momento atual de canais ou pontos de escuta acessíveis, próximos ou considerados isentos. Os/as namorados/as são mencionados por 4,2% das vítimas, sobretudo na população mais jovem, sendo professores e bispos mencionados em 2,3% dos casos.

Refira-se ainda que existem registos menos expressivos de revelação a autoridades civis (1,9%), diocesanas (1,5%) e até à imprensa (0,8%), denúncias anónimas ou associações de vítimas (0,4%). Em 3% dos casos são mencionadas outras situações não especificadas e, em 4,5% dos casos, as pessoas vítimas não indicam a quem revelaram a situação de abuso. Assinale-se, por fim, que a revelação a pessoas de família é significativamente mais comum entre as mulheres vítimas do que entre os homens (59% vs. 49,4%), que aparentemente guardam mais a revelação do tema para outra esfera.

Figura 50 – A QUEM REVELOU O ABUSO, POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

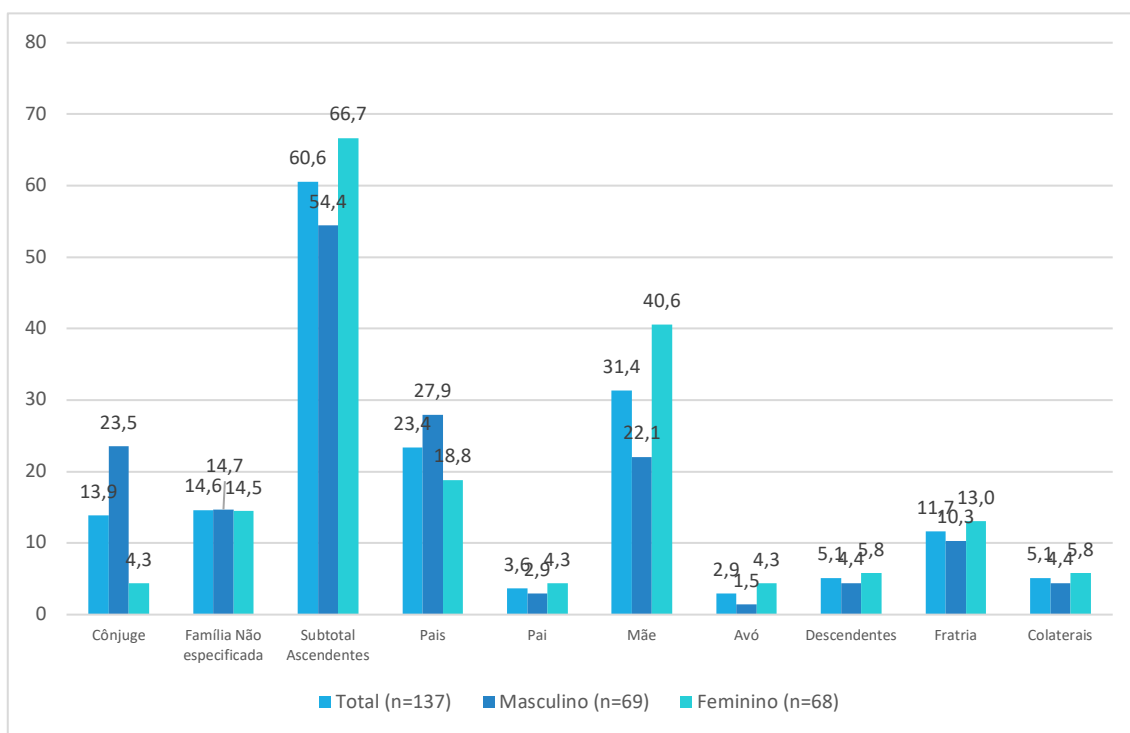
4.6.3. A quem revelou na família

Entre as pessoas de família às quais as vítimas revelaram a situação de abuso, destacam-se claramente os ascendentes, mencionados em dois terços dos casos, e entre estes tem preponderância destacada a figura da «mãe», referida em 31,4% das situações, que surge assim, claramente, como a figura de proximidade ou segurança afetiva. Em 23,9% dos casos, a revelação foi feita aos dois progenitores.

Muito mais rara é a situação em que as pessoas vítimas apenas revelaram ao «pai» (3,6%) ou a «avós» (2,9%). Em 14,6% dos casos revelaram a elementos da família que não especificam. Em 13,9% dos casos a revelação foi feita a cônjuges, isto é, só tardiamente, e em 11,7% dos casos a elementos da fratria (irmãos ou irmãs). As situações menos comuns são as de revelação a descendentes (filhos ou netos) e a colaterais (primos, tios e outros), mencionadas por 5,1% das pessoas vítimas.

A comparação por género indica que a revelação ao cônjuge é significativamente mais comum entre os homens (23,5% vs. 4,3%), enquanto a revelação às mães é muito mais comum entre as mulheres (40,6% vs. 22,1%), dado que aponta também para a importância do espaço relacional afetivo, adulto, para os elementos do sexo masculino.

Figura 51 – A QUEM DA FAMÍLIA REVELOU O ABUSO, POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

4.6.4. Idade em que revelou o abuso

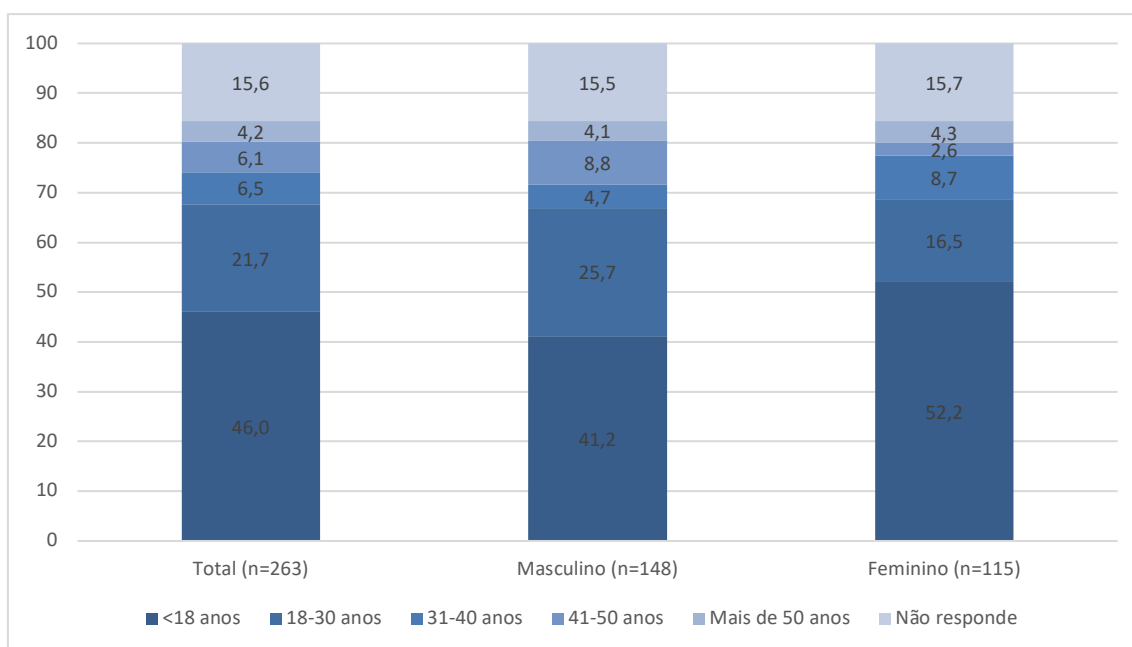
A idade em que as vítimas revelaram a situação de abuso, bem como o tempo decorrido desde o mesmo, é o outro aspeto muito relevante neste estudo. Na análise isolada de faixas etárias, na maior parte dos casos a revelação ocorreu ainda antes dos 18

anos (46% dos casos). Contudo, os que o fizeram apenas em idade adulta (os restantes 54%) acabam por tornar-se o grupo mais comum nesta mesma análise de dados.

Em 21,7% dos casos, as vítimas falaram a alguém da situação quando tinham entre 18 e 30 anos e 6,5% dos casos fizeram-no quando já tinham entre 31 e 40 anos de idade. Em 10,3% dos casos, a primeira revelação aconteceu depois dos 41 anos, isto é, décadas após a ocorrência do abuso. Em 15,6% das situações, não se apuraram elementos suficientes.

De assinalar também que a revelação tende a ocorrer mais cedo entre as mulheres do que entre os homens: só a título de exemplo, 52,2% das mulheres falaram com alguém antes de terem completado 18 anos, sendo a proporção dos homens que o fizeram significativamente menor (41,2%), dado que pode levar também à necessidade evidente de, no futuro, encorajar mais e melhor o grupo do sexo masculino a não ocultar este tipo de crime de que, afinal, também é claramente vítima

Figura 52 – COM QUE IDADE REVELOU O ABUSO, TOTAL E POR GÉNERO (%)



Fonte: Inquérito online

A análise das medidas de distribuição etária aquando da primeira revelação confirma que os homens tendem a revelar em idades mais tardias (a idade média é de 22,8 anos vs. 20,8 anos). Embora exista variação assinalável em ambos os géneros, a disparidade de idades em que ocorre a revelação entre as mulheres é ainda bastante elevada. Mas, em todo o caso, metade das mulheres revelou a situação até aos 14 anos, ao passo que entre os homens a mediana se situa nos 18 anos e, em 25% dos casos, a revelação ocorreu depois dos 29 anos.

Tabela 11 – MEDIDAS DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA AQUANDO DA PRIMEIRA REVELAÇÃO DO ABUSO, TOTAL E POR GÊNERO

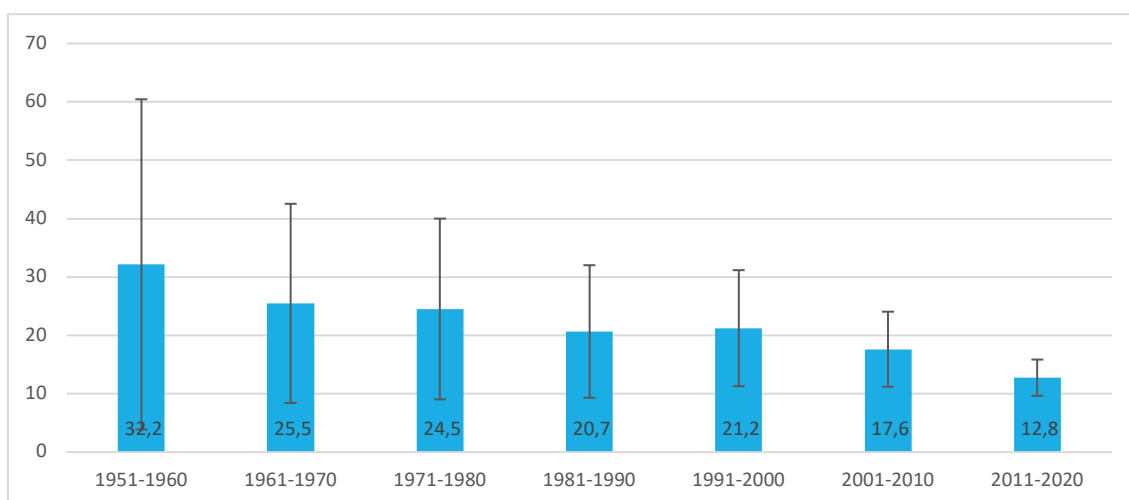
Medidas	Total (n=222)	Masculino (n=125)	Feminino (n=97)
Média	21,9	22,8	20,8
Desvio-padrão	14,4	13,7	15,2
Moda	12*	15	12
Mínimo	6	6	6
Percentil 25	12	13	11
Mediana	16	18	14
Percentil 75	27	29	26
Máximo	84	68	84

Esta disparidade entre mulheres e homens pode associar-se, em parte, a estereótipos que se colam aos dois gêneros: mais facilmente se aceita que uma mulher se assuma como pessoa vulnerável, vítima de um abuso sexual, do que um homem, sobre o qual os valores da «masculinidade hegemónica» (Vale de Almeida, 1995) lhe impõem um papel de controlo e domínio nas suas relações sociais, censurando fortemente outras identidades de género; aliás, o receio de ser conotado com «*tendências homossexuais*» — tal como alguns escreveram nas respostas abertas do guião — poderá ter levado muitos homens a guardarem esse segredo só para si. Veremos que este é um dado também revelado em respostas como as registadas no campo das consequências psicológicas do abuso, em que essa fantasia distorcida era construída pelo próprio ou, como vimos nas respostas ao tema «o que lhe dizia antes ou depois de abusar de si», projetada pelo próprio abusador na dinâmica interna da criança vítima.

Idade em que revelou o abuso ao longo do tempo

A idade em que as pessoas vítimas revelam a situação de abuso tem decrescido ao longo das décadas o que, a demonstrar-se na população em geral, seria um dado de extrema importância. Efetivamente, desde o início do século XXI que a idade média das revelações é inferior aos 18 anos. Por outro lado, o desvio-padrão associado a esta média também tem vindo a diminuir, o que aponta para uma menor variabilidade entre situações de silêncio prolongado e de denúncia imediata. Maior capacidade autónoma de reconhecimento e referenciação perante o sucedido, atitude mais proativa de pais e outros elementos próximos da criança, existência de diversas instâncias de sinalização e intervenção sociojudicial podem justificar, entre outros aspetos, esta saudável e progressiva mudança de paradigma que deve estar presente em movimentos futuros de alerta para o tema junto de crianças, adolescentes e todos aqueles que com eles/elas privam diariamente.

Figura 53 – IDADE EM QUE REVELOU O ABUSO AO LONGO DO TEMPO (%)



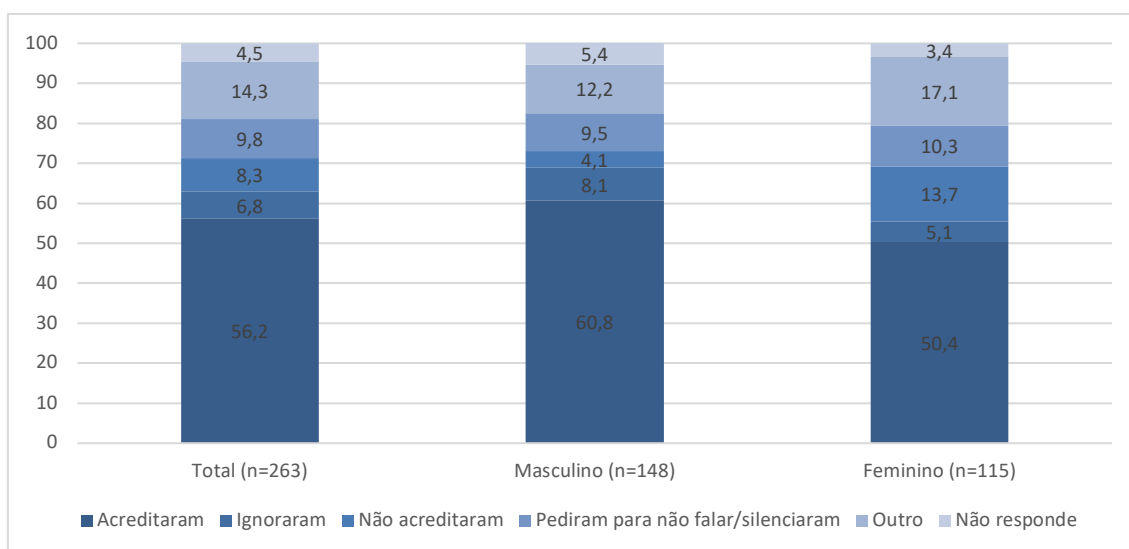
Fonte: Inquérito online

4.6.5. Como reagiram à denúncia do abuso

Na maioria dos casos (56,2%) foi dado crédito à denúncia do abuso, facto que é sempre importante para a criança se sentir amparada diante do trauma sofrido e ponto de partida fundamental para a implementação do suporte de que necessita.

Mesmo assim, é importante mencionar que existiu minimização ou «controlo de danos» em perto de um quarto dos casos, sendo que em 6,8% a denúncia foi ignorada, em 8,3% não acreditaram no relato da vítima e em 9,8% foi-lhe expressamente pedido que não falasse do caso, o que também constitui novamente outra forma de abuso.

Figura 54 – COMO REAGIRAM À DENÚNCIA DO ABUSO, TOTAL E POR GÉNERO (%)

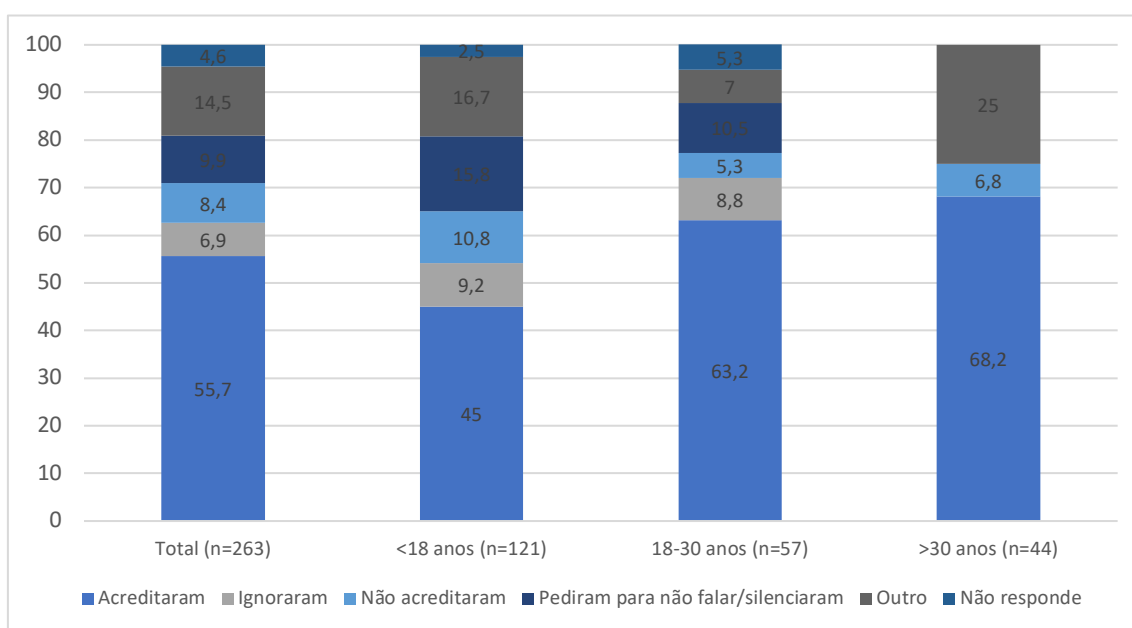


Fonte: Inquérito online

Em 14,3% das situações, o desfecho foi outro, não especificado, e em 4,5% as pessoas não responderam à pergunta. Na comparação entre os géneros é de assinalar que na presente amostra é mais comum não terem acreditado nas raparigas (13,7% vs. 4,1%) o que, como acima descrito, agrava o risco no momento e posteriormente ao sucedido.

Existe relação estatística entre a reação à denúncia e a idade em que a mesma foi feita. De facto, quando a denúncia ocorre antes dos 18 anos de idade da pessoa abusada, são mais comuns os casos em que a mesma foi ignorada, desacreditada ou em que foi pedido silêncio, como se, afinal, a voz da criança não fosse suficientemente valorizada ou, como acontece em múltiplos casos descritos na literatura, simplesmente classificada enquanto «mentira», «invenção» ou através de outras expressões encontradas nesta população como o ter agido «por inveja» ou «maldade» em relação ao próprio agressor. Ora, o que os estudos, nestes casos, demonstram é justamente o oposto: a capacidade de mentir, deturpar, confabular é muito mais comum e estagnada em forma dita de caracterial na população adulta do que na infantojuvenil. Por isso, também neste estudo, quanto mais velha é a vítima no momento da denúncia, maior a tendência para que lhe seja dado crédito.

Figura 55 – COMO REAGIRAM À DENÚNCIA DO ABUSO, TOTAL E POR GRUPO ETÁRIO DAS PESSOAS VÍTIMAS À DATA DA PRIMEIRA REVELAÇÃO (%)



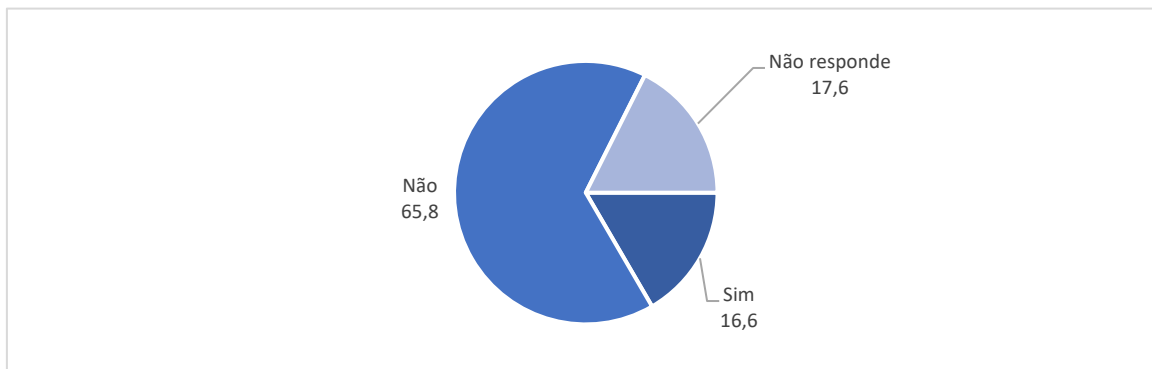
Fonte: Inquérito online

4.6.6. Tomada de medidas após a denúncia

As vítimas foram questionadas acerca da tomada de medidas após a situação de abuso e independentemente de ter havido revelação ou não. Na maioria dos casos não foi tomada qualquer medida de afastamento do abusador (65,8%), o que a deixa de novo em situação de desamparo e, como já visto, aumenta o risco de o mesmo adulto prosseguir de forma incólume com a sua atividade criminosa. Nesse aspeto, é igualmente

revelador, pela negativa, que só em 16,6% o abusador foi afastado da vítima. Em 17,8% não dispomos de dados acerca desta situação.

Figura 56 – FOI TOMADA ALGUMA MEDIDA PARA AFASTAR PESSOA ABUSADORA (%)

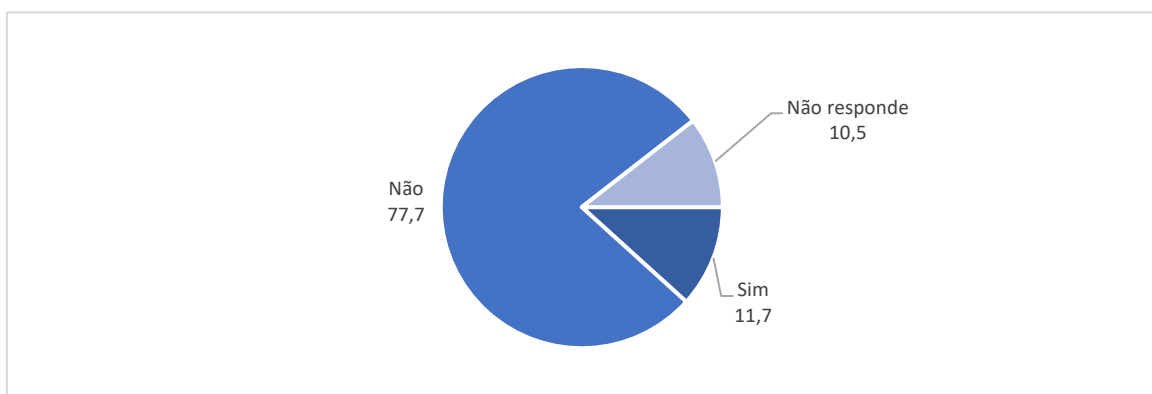


Fonte: Inquérito online; n=512

4.6.7. Apresentação de queixa(s) a membros da Igreja Católica

A apresentação de queixa(s) a membros da Igreja Católica aconteceu apenas em 11,7% dos casos. No entanto, na esmagadora maioria dos casos tal não sucedeu (77,7%), o que reafirma a importância de, no futuro, a própria Igreja ter meios humanos, profissionais, capazes de lidar como recetores destas informações, transmitindo pela sua organização e ação idoneidade perante a vítima e a instituição que representa. Reforça-se, assim, a ideia de que a própria Igreja é e deverá ser sempre a principal interessada no conhecimento destas situações, para as avaliar e agir em conformidade segundo a realidade específica de cada uma. Este resultado sugere também que, do ponto de vista do estudo dos arquivos históricos da Igreja, se possa interpretar, em parte, a escassa presença de documentação relativa ao abuso sexual de crianças justamente pela sistemática não apresentação de queixa junto das suas estruturas. Em 10,5% das situações, as pessoas vítimas não responderam à questão.

Figura 57 – FOI APRESENTADA QUEIXA A MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA (%)

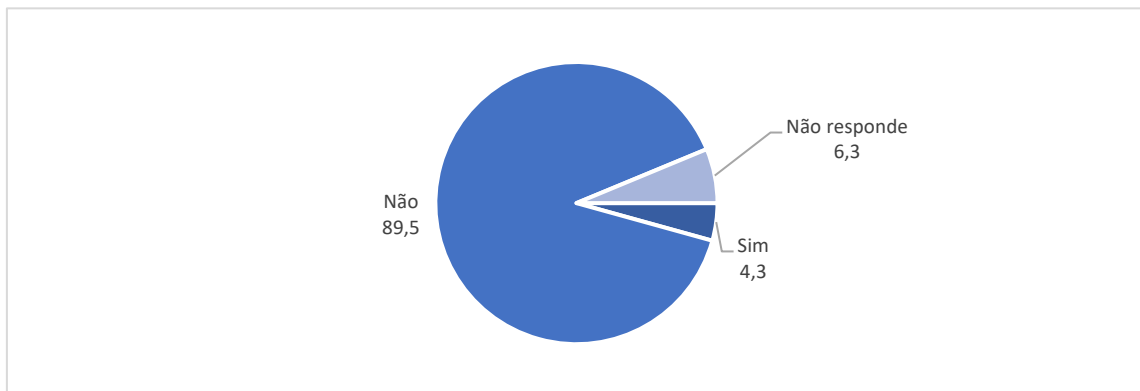


Fonte: Inquérito online; n=512

4.6.8. Processo em tribunal e consequências para a pessoa abusadora

Em apenas 4,3% das situações de abuso a situação de abuso sexual deu lugar a um processo em tribunal. Dos vinte e dois casos que seguiram esse trânsito, onze resultaram em condenação judicial com trânsito em julgado com pena efetiva, pena suspensa, obrigatoriedade de afastamento ou outro tipo de sentença. Seis casos ainda não chegaram à fase de julgamento. E em cinco casos o processo resultou em arquivamento ou absolvição.

Figura 58 – EXISTÊNCIA DE PROCESSO EM TRIBUNAL (%)



Fonte: Inquérito online; n=512

Tabela 12 – RESULTADO DOS PROCESSOS EM TRIBUNAL

Medidas	Total (n=22)
Condenação com pena (efetiva, suspensa, afastamento, etc.)	11 casos
Em fase de inquérito, acusação, julgamento	6 casos
Arquivado/Absolvido/Sem consequências	5 casos

4.7. Uma cartografia: os espaços sociais do abuso

Nesta secção recorreremos à análise estatística multivariada. O nosso objetivo é identificar e caracterizar os padrões de associação entre o local onde ocorreram os abusos, as modalidades de abuso, as características e papéis dos abusadores e as características das pessoas vítimas.

Para tal, escolhemos a Análise de Correspondências (AC). A AC é uma técnica estatística descritiva multivariada que pode ser usada em distribuições de dados em grandes tabulações cruzadas. Permite identificar padrões subjacentes aos dados, transformando-os num espaço multidimensional com 2 a n dimensões (ou eixos). O exame das relações entre as variáveis incluídas na análise e a identificação dos eixos que as separam relacionalmente é feito traçando as distâncias relativas ou proximidade entre elas (Greenacre, 2007). O significado de cada eixo determina-se interpretando as diferenças entre as categorias mais salientes em cada polo, ou seja, aquelas com contribuições acima da média. É importante assinalar que esta técnica não constitui um modelo preditivo ou de risco. De facto, uma das principais vantagens da AC é precisamente evitar leituras substancialistas da relação entre variáveis: proximidades significam associação, mas não determinação de uma variável por outra(s). Por outro lado, a associação entre categorias também não implica a existência de um grupo homogéneo, mas antes uma determinada tendência.

Na Análise de Correspondências considerámos cinco variáveis: género e grupo etário das vítimas (combinados); as modalidades de abuso (desagregadas); o grupo etário dos abusadores (considerando intervalos de dez anos); o estatuto da pessoa abusadora relativamente à Igreja Católica (em categorias agregadas); e o lugar ou contexto do abuso.

Tabela 13 – VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS

Variável	Designação das Modalidades
Género e Grupo etário das pessoas vítima (à data do abuso)	M_até 9 anos; M_10 a 13 anos; M_14 a 17 anos F_até 9 anos; F_10 a 13 anos; F_14 a 17 anos
Modalidade de abuso sexual	Exibição de zonas genitais; Manipulação de órgãos sexuais; Masturbação: Sexo oral; Sexo anal; Cópula; Visionamento de pornografia; Toque outras zonas erógenas; Recolha de imagens; Sugestionamento (conversas, etc.)
Grupo etário das pessoas abusadoras (à data do abuso)	< 20 anos; 21 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 a 60 anos; 61 a 70 anos; Mais de 70 anos
Estatuto da pessoa abusadora relativamente à Igreja	Clero com posições de destaque (bispo, capelão, chanceler); Padre; Seminarista; Auxiliares leigos do Clero (acólito, diácono, sacristão, outros); Educador (professor, diretor); Consagrado (abade, abadessa, irmã, irmão, frade, freira); Escuteiro
Lugar ou contexto do abuso	Igreja; Confessionário; Catequese; Casa Paroquial; Casa de Família da pessoa vítima; Seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento; Colégio católico; Sede, acampamento ou atividade dos escuteiros; Carro

A Análise de Correspondências permitiu identificar três eixos que explicam acima de 80% da variância das variáveis originais, sendo que nos iremos concentrar na explicação dos dois primeiros (explicam cerca de $\frac{3}{4}$ da variância).

Tabela 14 – VALORES PRÓPRIOS E PERCENTAGEM DOS EIXOS

Eixo	Valor próprio	Percentagem de inércia	Percentagem acumulada
Eixo 1	0,076	53,67	53,67
Eixo 2	0,029	20,7	74,43
Eixo 3	0,017	12,38	86,81

O primeiro eixo (na horizontal) explica perto de 53% da variância e surge claramente associado a um contraste entre os **espaços da ação ou errância quotidianas dos sacerdotes e os espaços de retiro, reclusão ou isolamento das crianças** (respetivamente o lado direito e o lado esquerdo da Figura 59). Os espaços e percursos de errância sacerdotal têm lugar sobretudo em torno da paróquia e relacionam-se com a prossecução da atividade pastoral quotidiana. O conjunto de atividades desenvolvidas pelos sacerdotes neste âmbito implicam a interação diária com as pessoas que os procuram nas igrejas e suas dependências. Embora alguns destes locais tenham acesso condicionado, a generalidade encontra-se relativamente aberta à circulação das pessoas que frequentam a paróquia. Todavia, existem algumas áreas mais resguardadas, tais como as sacristias e os confessionários. Mas, dado que os espaços desta ação pastoral quotidiana estão inseridos na comunidade, existe sempre a possibilidade de entradas, saídas, presença iminente ou observação por parte de outras pessoas. Por seu turno, os espaços de retiro, isolamento e dormida das crianças assumem características que, com frequência, os aproximam da *instituição total*, seja pelo isolamento face ao exterior, seja por via de uma vincada hierarquia das cadeias de comando, seja pela convergência destes dois aspetos, ao que se acrescenta o facto de serem espaços de dormida e situações em que um grande número de crianças está à guarda de um pequeno grupo de adultos.

Assim, este eixo tem como lugares prototípicos as situações de abuso ocorridas em confessionário (à direita na figura), que contrastam, em absoluto, com os abusos infligidos em seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento, bem como os abusos ocorridos em locais associados às atividades dos escuteiros (acampamentos, etc.) (à esquerda na figura). A distribuição das modalidades de abuso também não é alheia às características físicas dos espaços. De facto, este eixo contrapõe os casos que envolvem as modalidades de abuso mais violentas, sejam o sexo anal ou o sexo oral, bem como ainda a masturbação (à esquerda na figura), práticas em geral mais demoradas e muito mais difíceis de dissimular, às modalidades mais fugazes e fáceis de camuflar, ainda que não menos invasivas, sejam elas o toque em zonas erógenas ou o sugestcionamento (à direita na figura).

O contraste entre estes dois polos também se relaciona com as características e estatuto/s do/s abusador/es, em particular a sua idade. A idade é tanto um indicador da

capacidade física dos agressores como da intensidade com que o desejo sexual é ativamente expresso através de contacto físico. Assim, encontramos os agressores mais jovens (com idades até 20 anos) junto ao polo que corresponde aos espaços de retiro, sendo que os subseqüentes escalões etários dos agressores se vão sucedendo conforme nos deslocamos para a direita na figura, até encontrarmos os agressores mais velhos concentrados no polo dos espaços de errância sacerdotal. De facto, os abusos cometidos por seminaristas surgem associados, de forma muito evidente, aos espaços de retiro ou isolamento, bem como às modalidades de abuso mais violentas, em especial aquelas que envolvem a violação do corpo, ao passo que os padres surgem tipicamente associados ao polo dos espaços e percursos de ação ou errância quotidianas. Todavia, esta última associação é menos pronunciada por duas razões: desde logo, porque os sacerdotes, sobretudo nas idades profissionalmente mais ativas (isto é, sobretudo entre os 30 e os 60 anos), assumem, com frequência, outros papéis que lhes garantem a presença e circulação entre uma multiplicidade de espaço intersticiais; por outro lado, também por um efeito estatístico que resulta da esmagadora proporção de padres entre as pessoas abusadoras na amostra.

É ainda importante assinalar que o primeiro eixo contrasta, igualmente de forma vinculada, os abusos infligidos sobre rapazes e raparigas, independentemente das suas idades. As modalidades de abuso mais violentas, *i.e.*, aquelas que incluem alguma forma de violação física (sexo anal, sexo oral), estão claramente mais associadas às vítimas do sexo masculino e aos espaços de retiro, enquanto as modalidades de abuso com toque de zona erógena ou por insinuação estão associadas às raparigas e aos espaços e percursos de errância quotidiana dos sacerdotes.

Estes resultados sugerem-nos que a trajetória dos abusadores é um tema que merece ser explorado em trabalhos futuros. Desde logo, importa saber em que medida o contexto de socialização no seminário, incluindo a ocorrência de encontros sexuais, alguns dos quais configurando inclusivamente um quadro abusivo, potenciam disposições ou uma apetência para práticas de abuso que se concretizam, de modos diversos, ao longo da sua trajetória na Igreja. Nesse sentido, a cartografia dos locais que aqui mostramos enuncia, sobretudo, o campo de possibilidades de que os abusadores dispõem ao longo do seu percurso. Dito de outro modo, podemos colocar a seguinte questão: um padre que cometa abusos num confessionário já numa idade avançada poderá não ter um histórico de prática de modalidades fisicamente mais intrusivas em idade mais jovem? Confirmando-se esta hipótese, as questões e os problemas que estão na génese das práticas de abuso devem ser acauteladas logo na preparação para o sacerdócio, assim como em quaisquer outras funções ou papéis que envolvem o contacto com crianças, isto sem desconsiderar a necessidade imperiosa de mecanismos de vigilância e denúncia.

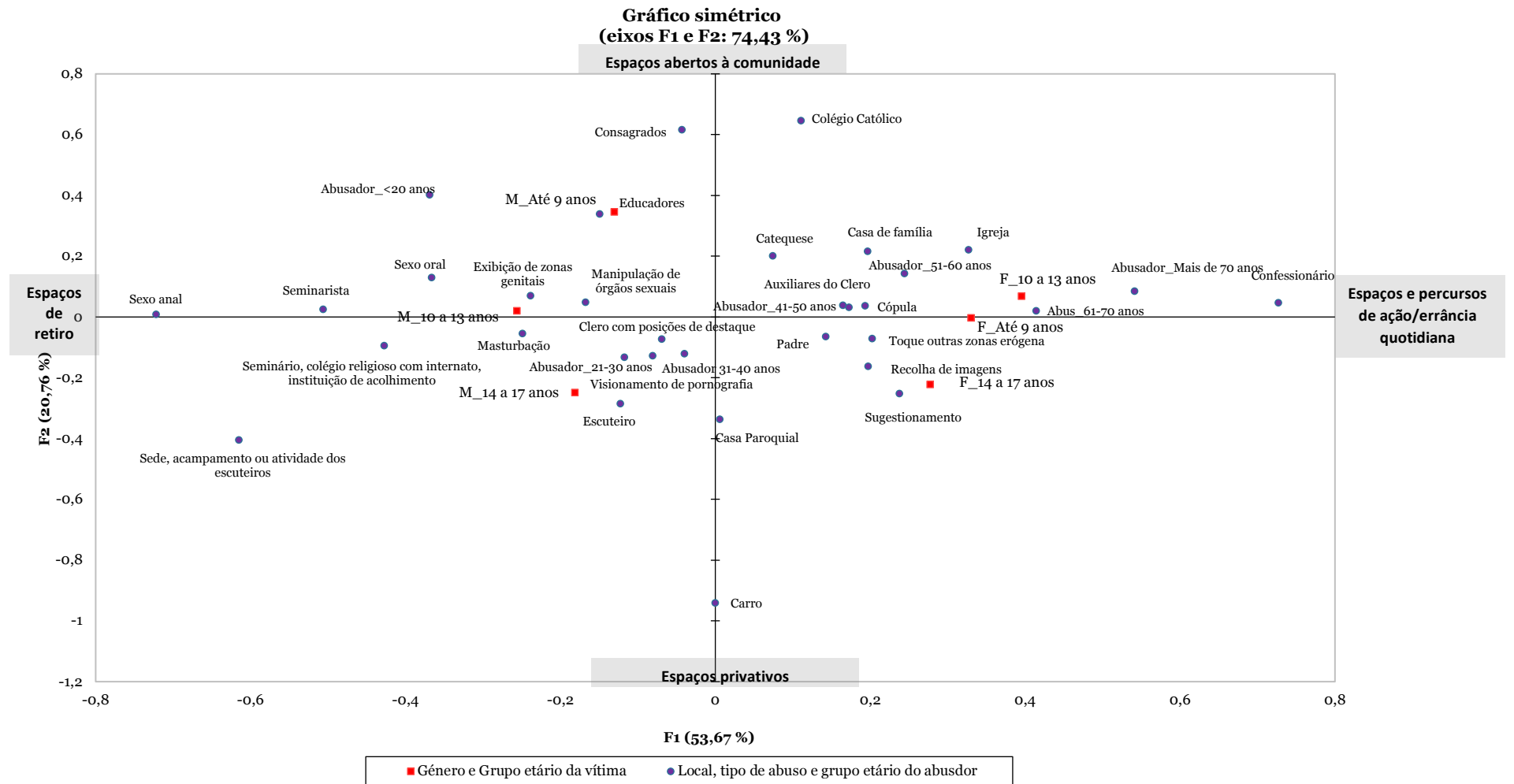
O segundo eixo, representado na vertical na seguinte figura, explica perto de 21% da variância das variáveis. Trata-se de um eixo que contrasta as **situações de abuso ocorridas em espaços coletivos com abertura à comunidade** (acima na figura), com **situações ocorridas nos espaços privativos do abusador** (na parte inferior da figura). O exemplo paradigmático dos espaços abertos são os colégios católicos, locais em que a socialização escolar e a aquisição de competências técnicas têm lugar num contexto de doutrinação religiosa, sendo que os professores são, em numerosos casos, também padres. Estes lugares são assim, com frequência, marcados por uma dupla

hierarquia entre mestres e discípulos, seja no ensino (entre professores ou diretores e alunos), seja na fé (entre padres e fiéis), o que, sem dúvida, reforça o poder simbólico dos primeiros. As situações de abuso ocorridas nestes espaços relativamente abertos contrastam fortemente com as que têm lugar nos espaços privativos dos sacerdotes, sejam elas em carros ou na casa paroquial (abaixo na figura). No entanto, os espaços coletivos da escola são frequentados por múltiplos atores, sejam eles outros alunos, professores, pessoal auxiliar e encarregados de educação, o que sem dúvida condicionará as estratégias e as práticas dos abusadores. Por sua vez, os abusos ocorridos nos espaços privativos decorrem num contexto em que tenderá a existir maior confiança pessoal e familiar no sacerdote, uma inevitável proximidade física e a ausência de potenciais observadores.

No que diz respeito a pessoas abusadoras, este eixo estabelece um contraste entre as situações em que aquelas são membros consagrados de ordens religiosas ou educadores, *i.e.*, professores ou diretores de instituições de ensino, e aquelas em que os abusadores são escuteiros. É importante referir que o segundo eixo também contrasta claramente as idades das vítimas, sobretudo no caso dos rapazes, aparecendo os mais jovens associados a abusadores mais jovens, membros consagrados de ordens religiosas e/ou educadores, enquanto as vítimas com idades acima dos 14 anos aparecem associadas a escuteiros e a membros auxiliares do clero.

Para além dos elementos mais polarizadores de cada eixo, a leitura conjugada da dispersão das categorias pelo espaço mostra algumas associações dignas de nota, sobretudo aqueles que surgem em espaços ou ocasiões intersticiais. Destacamos 1) a associação entre abusos infligidos a rapazes com idades entre os 14 e os 17 anos por abusadores com idades entre os 21-30 e 31-40 anos e que envolvem a masturbação e o visionamento de pornografia (canto inferior esquerdo da figura); 2) a associação entre abusos perpetrados sobre rapazes com idades até aos 9 anos por educadores (canto superior esquerdo da figura); ou 3) o abuso sob a forma de sugestionamento ou recolha de imagens a raparigas com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos (canto inferior direito da figura).

Figura 59 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS ENTRE AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS



4.8. A partir da cartografia: os abusos contados na primeira pessoa

Nesta secção do relatório damos protagonismo aos relatos das pessoas vítimas de abuso sexual. Cada um dos 512 casos de abuso sexual validados na base de dados tem uma história. Atrás de cada número, há uma vida e uma experiência concreta que, embora partilhe elementos com tantas outras histórias, tem aspetos singulares, únicos e irrepetíveis. Partindo dos lugares onde ocorreram os abusos, procuramos dar voz à diversidade de situações, seja em termos do género das vítimas, da década em que ocorreram os abusos ou da desigualdade socioeconómica entre famílias de origem. Assim, o nosso fio condutor é a lógica, identificada na secção anterior, que contrasta os abusos ocorridos em *espaços de retiro, reclusão ou isolamento das crianças* com os abusos que tiveram lugar nos *espaços da ação ou errância quotidianas dos sacerdotes*. De forma complementar, porque as situações não são mutuamente exclusivas, salientamos também as situações que correspondem ao segundo eixo, aquele que contrapõe as situações de abuso em *espaços privativos dos padres* às situações de abuso ocorridas em *espaços coletivos com abertura à comunidade*.

Deste modo, começamos com os relatos de abusos ocorridos em seminários e outras instituições de acolhimento, às quais se seguem aqueles que tiveram lugar em atividades relacionadas com os escuteiros (as excursões, os acampamentos, entre outras). Em seguida, apresentamos histórias que tiveram lugar em espaços da igreja, em confessionários e nas casas de família das vítimas. Por último, abordamos casos ocorridos em colégios religiosos e nos espaços privativos dos padres (casas, carros).

As narrativas aqui apresentadas têm por base os dados que chegaram à Comissão Independente. Em alguns casos, correspondem a uma síntese de relatos muito ricos prestados de viva voz aos elementos da equipa de investigação, seja através de entrevista presencial, pelo Zoom ou por via telefónica. Noutros casos, têm por base as mensagens de correio eletrónico ou cartas enviadas à Comissão. Noutros, ainda, são uma reconstrução que tem como ponto de partida o formulário de resposta *online*, sendo que nesses casos mobilizamos tanto as respostas dadas às questões fechadas, como trechos das respostas dadas às questões abertas. Em todos eles, o discurso das vítimas é reproduzido de forma fiel ao modo como foi transmitido, preservando as expressões da oralidade e incorreções gramaticais ou ortográficas. O discurso direto das vítimas é grafado em *itálico*, sendo por vezes também utilizadas as aspas. De forma a manter o anonimato e a confidencialidade das pessoas, apenas se modificaram detalhes das respostas, removendo ou alterando informações relativas a locais concretos, a nomes das vítimas, de pessoas abusadoras ou de outras que sejam mencionadas.

4.8.1. Os espaços de retiro, reclusão ou isolamento das crianças (com dormida)

Seminário no interior do País M, nascido na década de 1950

«atolado em pecado, não contava nada»

Só aos 21 anos desabafei sobre as coisas que me aconteceram no Seminário. A minha família é muito católica. Os meus pais tiveram 11 filhos, sendo que 4 já morreram. O meu pai veio para Lisboa fazer a tropa. A minha mãe vem ter com ele e aluga um quarto onde vivemos até aos meus 6 anos. Nasci em Lisboa nesta casa onde não havia nem água, nem luz. Vivíamos perto dos Jerónimos e sou lá batizado. Íamos à missa todos os domingos. Eu tinha um fascínio enorme pelo padre Alberto Neto que celebrava as missas. Já morreu. Queria imitar a sua voz, era um fascínio. Imitava-o nas brincadeiras com os irmãos e primos.

Os meus pais viam em mim a vocação para ser padre. Era assim nas famílias numerosas. Aos 10 anos vou então para o Seminário em X, era uma forma de dar menos despesas aos meus pais, que viviam muito aflitos. Era uma aparente vocação.

O padre B era o perfeito da camarata e engraçou comigo. Ia à minha cama com a lanterna e apalpava-me, perguntava-me se eu já pecara. Vivi sempre sobressaltado. Tinha medo porque era pecador e ia para o inferno. Mandava-me ir buscar rebuçados cada vez que tivesse maus pensamentos! Houve um dia em que consegui 26 rebuçados. Quando ia ao seu quarto buscar, ele apalpava-me todo e metia a língua toda!

O padre X era o que vinha à Igreja A dar a missa à RTP. Ele começava por dizer letras e eu palavras com asneiras, claro.... Até que comecei a pedir para me confessar com outros padres para não ser sempre o mesmo, só que às tantas todos sabiam dos meus pensamentos e da minha vida. Através de um amigo, chegou aos ouvidos do vice-reitor que me deu um chapadão e fui expulso por más companhias. No Seminário as coisas extrapolaram para outras coisas, relação pedófila.

Na páscoa chegou o postal a dizer que ia ser expulso. Desgosto enorme para os meus pais. Puseram-me a trabalhar, mas, não conseguiram. Fui parar a Leiria a um refúgio para infância desvalida.

Eram 20 rapazes órfãos. Estava lá o Frei W. Era bem pior porque era sádico, porco, muito mau. Não aprendia nada. Tinha modos por ter andado no Seminário e por isso no meio daqueles rapazes, era eu que acompanhava o Frei W. Um dia, fui com ele a casa de um bem feito e durante a noite disse para dormir com ele. Ia rodando entre os rapazes. Deitava-se e adormecia. Acordava com o pénis dele entre as minhas pernas e todo sujo. Depois dizia, agora tens que te ir confessar. Sentia muita culpabilidade. Atolado em pecado. Não contava nada na confissão, sabia lá!!

Quando voltava das aulas para almoçar a comida era um nojo, uma desgraça, uma pobreza! Só havia arroz e pão, água, café e cevada. Isto é pior do que cuspir na sopa. Passei muita fome e muita violência. Uma vez levei tantas reguadas que nem me conseguia sentar! Gani, que nem um porco! Um dia, para proteger um amigo que estava de castigo, levando-lhe pão e água fiquei de castigo uma semana no vão das escadas. (...)

Só contei isto à mãe das minhas filhas, e depois a um amigo ou outro, aos meus pais contei num almoço, já com 21 anos. Tive dúvidas se iriam acreditar.

Aos 15/16 anos deixei de ser sacristão na igreja de D. Adolescência muito complicada e revoltada. Fui vítima de bullying. Tinha tanta raiva de mim, que me batia a mim próprio. Achava que devia ter denunciado tudo. A culpa, a vergonha faz encolher tudo para dentro. (...) Isto está sempre presente em mim e sempre que posso, falo. Exercício de memória. Sinto alívio quando falo.

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

Seminário no centro litoral do País M, nascido na década de 1970

«Ele sentava-se numa cadeira de frente para a porta que se mantinha fechada e eu ficava noutra cadeira, em frente a ele, de costas para a porta. Cadeiras muito próximas, demasiado próximas»

Continuo sem saber se enviarei, por fim, este email, que reescrevo pela enésima vez.

Estou certo que, se tal acontecer, me incomodarei vezes sem conta com a forma como escrevi e, principalmente, com o porquê, com o porquê agora. Que seja.

Alguns familiares e amigos já me ouviram falar vagamente sobre este assunto, sem pormenores, com algumas hesitações. Parte do meu problema é este - éramos crianças inocentes, ingénuas, sem capacidade para realmente perceber o que acontecia naquele sítio, com aquela pessoa e afinal, mesmo depois de compreender e entender a medida do que todos sabíamos, todos escolhemos não falar. Não seremos culpados como os adultos que lá estavam e que tinham que saber, mas não teremos alguma culpa por manter um silêncio tão longo e tão absurdo?

Estudei em seminários diocesanos: no Seminário X de 1981 a 1984 e no Y de 1984 a 1986. Do 5º ao 9º ano de escolaridade, dos 10 aos 15 anos. O extenso grupo de rapazes com quem vivi era heterogéneo: vinha de muitas paróquias diferentes, de meios muito distintos e de famílias muito diversas (na condição, na maneira de encarar a vida e a vida dos seus filhos, nos sonhos e nos recursos). Recordo-me de amigos que nunca haviam provado muitas das comidas do Seminário, de gente que só foi ao Algarve pela mão do Padre diretor de curso, que nos premiou no final do 9º ano por todos termos obtido bons resultados escolares, de gente sem dinheiro para um casaco melhor, sem dinheiro para ir a casa ao fim-de-semana (de 15 em 15 dias...).

Recordo-me de crianças completamente influenciáveis, absolutamente crédulas, alegremente ingénuas e inocentemente voluntariosas. Recordo-me que os pedidos dos Padres eram levados a sério - ajuda nos trabalhos agrícolas e na construção do pavilhão desportivo, na reparação das instalações, no voluntariado de dias de férias para a limpeza, a pintura, os cuidados que o Verão pedia para o enorme edifício do Seminário. E muitas outras tarefas que cumpríamos e que nos cansavam, mas que alegremente entendíamos como necessárias. E que, pedidas pelos Padres que de nós cuidavam, eram tão sagradas como os pedidos dos Pais.

E recordo a religião feita assunto de vida, do levantar ao deitar. Afinal foi para isso que decidi aquele caminho: os meus Pais nunca influenciaram a minha escolha e eu mantive-me no Seminário pelo tempo que quis, nas condições que pedi e com a religião que acabei por moldar: deixei de rezar o terço aos 11 anos (estava lá, mas em vez de rezar pensava em milhentas outras coisas), deixei de dizer parte do credo aos 12, deixei de me confessar aos 15. E se os meus Pais cedo perceberam e aceitaram que tínhamos catolicismos diferentes, no Seminário as coisas eram diferentes...

No 8º ano, quando chegámos a X, disseram-nos que passaríamos a ter um Diretor Espiritual, que foi, primeiro, o Padre A, com quem continuo a falar, porque entretanto passou a ser pároco dos meus Pais. No 9º ano esse Diretor Espiritual passou a ser o Padre B e é sobre ele que quero falar. Chamava-se B e já morreu em 2007.

Uma vez por semana íamos falar com ele para orientação espiritual, num quarto que ficava num dos corredores do 1º andar. Ele sentava-se numa cadeira de frente para a porta que se mantinha fechada e eu ficava noutra cadeira, em frente a ele, de costas para a porta. Cadeiras muito próximas, demasiado próximas. Mal fazia perguntas - e eu não recordo nenhuma - a mão dele pousava nas minhas pernas e as pernas dele ficavam entre as minhas. E ele agarrava-me, mantendo-me encostado às pernas, ao peito, às mãos que me apalpavam.

Comigo nunca foi mais do que isso, mais do que as mãos e as pernas, do que o hálito e a respiração, do que os silêncios e os assuntos que eu não recordo, do que as respostas que eu não sei se dei. Mas alguém um dia contou que o Padre B tinha surpreendido o S nú, a masturbar-se, no quarto. Eu achei estranho - o que estaria o Padre Domingos a fazer no quarto de um aluno? Mais tarde achei que talvez, no fundo, eu soubesse o que estava por trás daquela história que tinha outros contornos que a vida adulta me fez juntar à história: o S, sempre triste e o mais frágil de todos os colegas, parecia quase não existir. Quando o meu Pai nos ia buscar à sexta-feira, para vírmos a casa de fim-de-semana, dava-lhe boleia até uma casa suja e muito pobre no meio do pinhal, em V. Nunca mais o vi depois de sair do Seminário.

Um dia, perto do Natal, o C - que, para além de meu colega de turma, era meu parente e conterrâneo e ainda hoje é meu amigo - perguntou-me se eu gostava de ir falar com o padre B, se não achava que ele abusava na distância e se ele também me apalpava. Ninguém imagina como aquela conversa foi, para mim, redentora. Fiquei francamente aliviado, até feliz por perceber que mais alguém pensava o mesmo que eu e decidimos, os dois, naquele dia, que não voltaríamos ao quarto do Padre B. E não voltámos.

Os outros Padres nunca nos perguntaram porque faltávamos aos momentos de orientação espiritual - eu acho que, no fundo, sabiam, ou pelo menos desconfiavam que algo estranho se passava. Eu fui suficientemente resolvido, mas também bastante insensível, porque me desliguei do assunto. Não queria pensar nisso, não queria saber de nada. Para mim ficou resolvido faltando e eu não suportei mais ouvir falar daquele assunto - fugia e não quis saber quem continuava a reunir com o Padre B e quem, como eu e o C, faltava. Um dia o Padre B cruzou-se comigo no claustro do rés-do-chão, pôs-me a mão no ombro e começou a andar. Eu acompanhei-o. Havia sempre gente no claustro e eu senti-me seguro. Perguntou-me se eu estava bem, falou-me do meu feitio temperamental, disse-me que sabia o que se passava comigo - que muitas vezes eu me deixava levar por esse feitio e tinha atitudes irrefletidas. Sugeriu que voltasse a falar com ele, como antes, para que me pudesse ajudar nessas inconstâncias. A conversa pareceu-me estranha, eu senti-me incomodado e não tardei a livrar-me dele. Algumas vezes ele orientava o terço que era rezado numa caminhada em torno do claustro - eu ficava

para trás e escapava-me na primeira oportunidade. Tentava que aquela pessoa nem sequer existisse para mim e sentia-me grato por não o ter como professor, por não me cruzar com ele.

A memória daqueles dias ficou, porém, comigo. Nunca a esqueci pela vida fora e não a consigo esquecer. Quando, anos depois, soube que o S se suicidara, lembrei-me, de imediato, do Padre B e perguntei-me porquê. A verdade é que, na minha mente, uma e outra coisa se misturam, se relacionam. Não faço ideia se estou a ser injusto, não faço ideia se estou a exagerar, mas arrisco dizer que não.

Saí do Seminário em meados dos anos 80 e nunca mais vi nem soube nada do Padre B. Nunca falei disto com os ex-colegas do Seminário (...). Não fui capaz de lhes dizer que tinha vontade de denunciar esta situação, nem sei o que eles pensariam da minha atitude.

Para além da memória triste que persiste e da recordação dos olhos sempre infelizes do S, dói-me verdadeiramente que nenhum dos Padres que diariamente estavam connosco e a quem as nossas famílias entregaram a nossa educação tenha, pelo menos na época, feito nada.

O Seminário deu-me imensas alegrias e, principalmente, excelente formação, um ensino imaculado e uma preparação de disciplina, organização e ordem para a vida. Mas esta memória que tanto me incomoda sobrepõe-se a tudo e eu agradeço a oportunidade que este "Dar voz ao silêncio" permite.

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

Seminário no Sul interior M, nascido na década de 1960

«Havia as camaratas, dos pequenos e dos grandes, onde tudo começou»

Nascido na década de 60, M residia com a família na vila onde se situava o seminário menor. Comenta: «*Nada a ver com a Manhã Submersa*»: era um «*ambiente alegre, onde brincava, havia padres muito divertidos*». Mas com muita disciplina: «*6.45 levantar; lavar duas vezes por semana; realização dos trabalhos domésticos, repartidos e à vez (limpar, cozinha, etc.); pequeno almoço; saem para a escola (fora); regresso para almoço; escola (fora); regresso ao Seminário, com 1,5 horas de estudo; missa; jantar; 1h recreio; oração da noite; cama*».

«*Havia as camaratas, dos pequenos e dos grandes, onde tudo começou. A camarata dos pequenos tinha 20 camas alinhadas em cada parede, face a face, e as camas eram separadas por divisórias muito baixas. Já as camaratas dos mais velhos tinham a mesma disposição, mas as divisórias eram de madeira e iam quase até ao teto, o que dava uma maior privacidade*». Portanto a primeira vez que «*alguma coisa aconteceu*» foi durante a ronda da noite de um padre de quem ele gostava muito («*a estrela da companhia*», muito afetuoso, cuidadoso, tocava guitarra com os miúdos). O padre começou a beijá-lo e, após esse primeiro beijo, sentiu «*estranheza*» e «*foi confessar-se*». Lembra-se de «*ter pecado*» - mas não se lembra da confissão. Depois, passa a ir ao quarto do padre, onde trocam beijos, carícias, mas nunca é violado.

Em férias, voltava ao seminário para se encontrar com o padre. Uma vez deitou-se, e «*houve toque nos genitais, sexo oral*». Sentia uma relação ambígua perante a situação: por um lado, sentia-se «*bem com as carícias; por outro, achava aquilo estranho*».

Houve entretanto um episódio estranho de que se lembrava: no 5.^o ano, dormia ainda «*na camarata dos pequenitos*», levantou-se sonâmbulo, agarrou na roupa suja e foi ter ao quarto do padre. Só se lembra de ter acordado na cama dele. É o próprio padre que lhe contará esta situação mais tarde, numa carta que lhe escreve — em plena crise de consciência, a pedir desculpa e a dizer que ele próprio fora vítima do mesmo. Ainda neste seminário menor, houve uns pais que descobriram que «*um padre se metia com o seu filho*», fizeram queixa e «*toda a gente ficou a saber que o outro padre se metia*».

No 9.^o ano, muda para o Seminário Maior da mesma vila. Voltou a ter contactos sexuais com o padre (duas ou três vezes), aliás como aconteceria ainda no 1.^o/2.^o ano da Universidade.

Alguma vez contou aos pais? Nunca lhe ocorreu. «*Desconfio que desconfiavam*». As pessoas naquela altura desvalorizavam, «*achavam que fazia parte*» e «*o poder sobre as consciências da estrutura católica é brutal*». «*Toda a gente sabe tudo*». Os pais eram muito católicos, pertenciam a movimentos de casais e a própria vítima esteve muito tempo envolvida num movimento católico, onde foi muito feliz e do qual se começará a afastar mais tarde, porque se foi descobrindo *gay* e se sentiu olhado de lado.

Para além daquela primeira confissão, a vítima contou o que lhe sucedeu a três sacerdotes, fora da confissão. Mostraram-se todos surpreendidos e muito compreensivos, convencendo-se de que acreditaram nele. Mas na prática nada foi alterado.

[Testemunho retirado do inquérito *online*, seguido de entrevista presencial]

Colégio interno ex-colónias M, nascido na década de 1960

«*Sinto culpa por não ter conseguido fugir daquilo. Ele disse; “se fugires os chineses vão te apanhar e pôr no túnel”.*»

É muito difícil, estou com isto há muitos anos. Vivo em Portugal há 1 ano. Em C. Trabalhei 26 anos num país europeu, numa firma de construção. Tenho uma filha que já trabalha e já tem a sua vida e então resolvi voltar para Portugal e neste momento vivo com a minha mãe.

Somos 5 irmãos. Eu sou o do meio. Único rapaz. Fui abusado quando tinha 5 anos. Falei com um psicólogo que a minha irmã arranjou, online mas pagava 50 euros à sessão. 3 vezes por semana. Não consegui pagar mais. Então agora medito, faço caminhadas. Estou à espera da reforma por invalidez. Tive vários enfartes (...).

O último foi no ano passado quando cheguei a Portugal.

Quando vier a reforma vou agarrar no carro e fazer pinturas, canalizações, servir as pessoas, que é o que gosto. Tenho 11 anos de trabalho em Portugal, quando trabalhei numa fábrica de montagens.

Fiz o ciclo numa das antigas colónias portuguesas. Meu pai era militar mas morre nos anos 60, eu tinha 3 anos e é por isso que tudo acontece. A minha mãe não tinha dinheiro para nos sustentar (em África), onde morava não havia colégios internos para rapazes. Só para

raparigas, então, as minhas irmãs vão e eu tenho que ir para a capital a 500 km de casa quando tinha 5 anos.

O colégio chamava-se D, católico. Tudo gerido por padres. Uma semana depois de chegar, um padre que era o diretor disse que eu precisava de proteção. Por ser novinho. Era um padre português, sim. Nessa proteção eu tinha que fazer o que ele queria que eu fizesse. Foi a primeira violação. Não aguentei e fugi para casa de um familiar que eu tinha lá perto e lembro que decorei o caminho num fim de semana que lá estive a passar com familiares. Eu não contei nada, só dizia que não queria voltar. Mas obrigaram-me. Quando voltei o padre usava daquelas chaves antigas com uma grande argola e deu-me com a chave na cabeça de castigo por ter fugido e leva-me à força para o quarto, agarrando-me com toda a força e viola-me pela segunda vez. Com penetração também. Eu pensei, “não posso ficar aqui,!”

Desta vez já não fui para casa do primo. Estive na estação de baixo de um banco até à hora da camioneta que ia partir para a cidade da minha mãe a 500 km de distância. A minha mãe deu ordem para pagar a viagem quando cheguei. Devem ter telefonado, não me lembro bem. Naquela altura uma criança de 5 anos a fazer uma viagem daquelas sozinha era uma coisa inédita e quando cheguei tinha a cidade toda à minha espera. Não sei se a minha mãe se apercebeu da gravidade porque só passados 27 anos ‘que consegui contar. Minha mãe era muito católica. Nunca mais voltei para aquele colégio. Fui fazer a escola noutra aldeia.

Tornei-me muito agressivo. Adolescência muito sofrida e solitária, poucos amigos.

Mais tarde fui para os escuteiros, só para fazer mal aos padres. Mais tarde eu e a minha mãe fomos para a capital, e as minhas irmãs mais novas foram para a chamada Metrópole, estudar num colégio quando rebenta a guerra.

Tive uma mulher, mas aos 45 anos separei-me apesar de nos darmos bem. Ela é estrangeira E tivemos uma filha. O meu psicólogo fez me entender que nem todos os padres são culpados. Mas até hoje não consigo. Não consegui ir a Roma com a minha mãe. Não deixei que me tocassem para fazer o exame da próstata.

Aos 8 anos fui sacristão e na altura da Páscoa andava pelas ruas com o sino e com um saco onde as pessoas depois de irmos às suas casas, iam pondo dinheiro. No fim roubava o dinheiro e roubava crucifixos para dar à minha mãe.

Lembro-me de acordar durante a noite a transpirar, aos gritos. Quando passava à frente do Colégio tremia com medo. Sempre fui uma pessoa muito só. Isto é muito traumático. Muito amargurado! Foi depois de ouvir um programa da Xuxa onde ela contou que foi abusada que percebi que era bom falar, para se libertar.

Sinto culpa por não ter conseguido fugir daquilo. Ele disse; “se fugires os chineses vão te apanhar e pôr no túnel”.

A minha ex mulher quis batizar a nossa filha e eu não colaborei em nada, nem nas reuniões e entreguei o envelope para pagar ao padre sem o dinheiro!

Sempre me fez impressão estes assuntos da pedofilia. Sempre me apeteceu proteger as crianças. Foram muitas crianças eram muitos dos 4 aos 14 anos mais ou menos. Muito mais de dez. Isto não pode acontecer a crianças desprotegidas! Pedir perdão, com certeza que sim!

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

**Instituição de acolhimento de raparigas
F, nascida na década de 1970**

**«Não sou um número. Sou uma pessoa. Obrigado»
«Quando contei à minha mãe, ela não acreditou e ainda pior,
disse que eu era culpada!»**

Tenho nome. CA, 50 anos e fui vítima de abusos por parte de freiras e do Padre X, na casa da infância Y.

Nasci em 1971, mas só fui registada 1 ano depois. O meu pai era caixeiro-viajante, os meus pais nunca viveram juntos. Tive uma infância muito triste, em V. A primeira vez que falei nisto sem ser com psicólogos e psiquiatras foi com a vossa colega AS. Ela escreveu muito, estivemos quase duas horas ao telefone.

Entre os 5 e os 10 anos, num orfanato, fiz ali a primária. Havia mais de 300 raparigas. Foi abusada pela primeira vez aos 5 anos, pelo padre que era «o Dr X, mais ou menos com 40/50 anos, era gordinho. (...)». No inquérito que preencheu com a Comissão Independente, revelou as seguintes modalidades de abuso: exibição de zonas genitais, manipulação de órgãos sexuais, toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas, masturbação do outro, sexo anal (a si), visionamento conjunto de pornografia. Tudo isso acontecia no quarto do padre ou na sacristia, uma vez por semana, ao longo de anos. «Com a conivência das freiras», mandava chamá-la e levava-a. Fez queixa a uma freira: «que estava maluca e era mentirosa.. Fiquei 3 dias sem comer».

Ao longo da vida fui fazendo pontes nos acontecimentos que me marcaram. A minha mãe visitou-me 3 vezes em 5 anos. Mágoa muito grande, mas não quero vitimizar-me. Mas de facto, não tive apoio de ninguém. Era deficiente de um olho e ele fazia-me sentir privilegiada.

Nunca quis ter filhos porque passei pelos maiores horrores não me sendo permitido ser criança. Acordava às 5h da manhã, e punham-me a tomar banho de água fria, porque fazia xixi na cama. Maus tratos terríveis. Mas as freiras são piores, como é possível? Maus tratos, violência física e emocional. Isto é que me fez testemunhar. Não tinham qualquer empatia por aquelas crianças.

Quando contei à minha mãe, ela não acreditou e ainda pior, disse que eu era culpada! O companheiro da minha mãe também abusou de mim, aos 13 anos. Um dia, peguei numa faca e estive quase a cometer um crime. Senti-me ferida, dorida e aos 15 anos a minha Mãe disse para eu me ir embora. A namorada do meu irmão foi a minha família. Ajudou-me muito! Fui trabalhar, aluguei um quarto. A minha mãe fazia de mim criada e dizia com pena «porque saíste uma menina!».

Procurei ajuda quando falhou o meu primeiro casamento, tinha 28 anos. Tinha uma raiva muito grande dentro de mim! Mas não sabem ajudar, nem os psicólogos nem os psiquiatras. Diziam-me coisas inacreditáveis. Não sabem, não sentiram, usam chavões que não servem de nada.

As notícias sobre este tema não mexem comigo. Não. Tenho 50 anos e já me reinventei várias vezes. Tentativas de suicídio sim, também. Da primeira vez que vocês quiseram falar comigo estive internada 3 meses. Sou muito só. Na pandemia perdi emprego. Estou à procura e

não é fácil nesta idade. Afastei-me do meu irmão porque ele é filho do meu padrasto e o clima era mau, como pode calcular. Só quero trabalho e mais nada...

Estive em Londres como consultora. Agora tenho que arranjar trabalho, nem que seja numa loja, porque tenho que pagar casa. Nas relações sofro muito e não correm bem porque tem de ser como eu quero. Não tolero que me levantem a voz.

Tem de se ter um dom para estas coisas. A pessoa com quem falei ao telefone teve esse dom e cuidado. Foi a única pessoa até hoje que disse que eu não era culpada pelo que me aconteceu! Disse naturalmente, sentindo o que estava a dizer e não como um chavão.

Só queria então dizer, para terem atenção às freiras de uma crueldade sem limites, outra é de que há poucos psis e psiquiatras que saibam lidar com isto e por último queria deixar uma sugestão. Quando uma criança é institucionalizada e é vítima de abusos, somos indefesas e ficamos marcadas para o resto da vida. Devia ser obrigatório o estado pagar apoio psicológico às vítimas, pois é incomportável para a maioria das pessoas suportar estes custos. Seria um futuro melhor. Só há apoios para os toxicodependentes, LGBT, obesidade e para isto nada. Bem hajam por perceberem que nós sofremos. Obrigada por existirem!

[Testemunho retirado do inquérito online, prestado ao telefone e, mais tarde, entrevista por Zoom]

Instituição de acolhimento de rapazes M, nascido na década de 1950

«Na verdade, estes foram os tempos terríveis da minha infância. Onde toda a miséria se abraçou em torno, da minha existência de Criança: Penúria, violações, vexame»

Neste tempo de tristeza, vou tentar dissecar o retalho Triste da minha infância do século XX. Que foi guardando ao longo do tempo, na minha memória, que por vezes, a recordação, teimosamente onera, recordar esse tempo de tristeza. No silêncio, grito em forma de monólogo o sofrimento profundo inesgotável.

Sucintamente, vou tentar dizer a verdade duma forma peculiar, limitado na dialética e da arte de bem escrever. Porém Estava na década de 60. Por razões sociais e miséria, ausência de Pais. (...) A Incapacidade Familiar de assegurar a Sobrevivência de muitos irmãos. Eram tempos de Fome, era uma Criança, perdida, abandonada numa Sociedade.

Um dia em setembro início de outono. O Sr. Reitor, responsável pela Paróquia de A, sem qualquer questão, me conduz no seu carro, com destino à “Instituição”, em B. Fui Recebido, pelo Sr. Padre X, (Falecido), Responsável pela Instituição. Foi uma receção rápida, sem diálogos aprofundados. Fui logo integrado, num espaço diferente do que estava habituado. Somente Rapazes, de diversas idades. Oriundos, também da miséria social. Os primeiros tempos, foram difíceis, muitos choros, isolamento, com agravante de que era uma criança, muito tímida, (ficava com o rosto encarnado quando falavam para mim). Em consequência, os medos, apoderam-se da minha existência, me tornaria vulnerável, para os mais Velhos.

No mesmo Ano, com 12 anos, num dia de primavera, sou abordado por um rapaz, mais velho. (...) Tínhamos saído do terço, esperamos para entrar para o jantar, (demorava algum tempo, entre 10 a 15 minutos), estava a escurecer. Olha para os sapatos/botas, estavam

danificados. Repreendeu-me, pela situação dos mesmos e de que poderia ser alvo de castigo, tendo-me sugerido ir com ele (..) Chegados, este me obriga a descer os calções e cuecas, rapidamente introduz o pénis, no Ânus. depois de se satisfazer, mandou-me rapidamente embora, Sem os Sapatos /botas e para não dizer nada a ninguém, senão sofreria as consequências. Os dias seguintes, foram dias, de muito Sofrimento...

No mesmo ano, no Verão, um rapaz mais velho, de apelido X (...). No campo, me convidou ir com ele encima do trator. Ali chegados a uma adega, com violência me obriga, a baixar os calções e cuecas. E rapidamente introduz o pénis no ânus, ali esteve algum tempo, até se satisfazer. Enquanto sofria... Na verdade. estes foram os tempos terríveis da minha infância. Onde toda a miséria se abraçou em torno, da minha existência de Criança: Penúria, violações, vexame. Dizer que nunca denunciei no tempo estas violações, por vergonha, e a própria instituição, aquele tempo, ignorava e existia um clima de impunidade, medo, castigos. Constantemente. Lembro-me que um dia fiz “xixi na cama” e o chefe me bateu com um pau nas plantas dos pés, e me obrigou a tomar banho de água fria, isto no inverno. Foi terrível, ainda hoje, pareço sentir essa dor Física.

Nunca confessei ou abordei com alguém, este assunto de violação, violência atroz da minha infância. Embora a minha médica de família, alguns anos atrás, tenha suspeitado, das violações em criança. Mas sempre disse que não era verdade. Tenho Vivido este sofrimento em silêncio, revolto-me contra o mal que o homem, consegue fazer a uma criança. Às vezes apetece-me ir à procura do homem, que me afanou psicologicamente a minha Existência. Mas essa luta seria tempo perdido, por não saber do paradeiro. Hoje vivo, numa teia psicológica: de fobias sociais, medos, irritabilidade, ansiedade, instabilidade, períodos de depressão, na minoração, do sofrimento, a minha médica me vai receitando, os químicos. E o caminho da vida vai-se fazendo desta forma.

Deixo o meu testemunho de violência, no século xxi, em liberdade, à consciência humana.

Bem hajam.

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

Instituição de acolhimento de rapazes

«Os rapazes contaram que havia geralmente um rapaz especial, que merecia do Padre uma proteção especial»

O preenchimento deste questionário baseia-se no testemunho desse e de outros rapazes que acompanhei na instituição, enquanto colaboradora, na primeira década do século xxi. Tem bastantes lacunas, mas procurei partilhar toda a informação de que disponho sobre o assunto. Houve duas ou três conversas sobre estes abusos. Aquela que melhor recorde ocorreu num Verão, na sala onde trabalhava, onde me encontrava reunida com um pequeno grupo de rapazes, que me comunicaram a saída do Padre X, então diretor da instituição. O rapaz que me fez o relato mais consistente chamava-se A tinha cerca de 15 anos na altura, frequentando o 8º ou 9º Ano. Outros rapazes corroboraram o seu relato, inclusive um rapaz chamado B, um pouco mais novo.

Segundo estes relatos, o Padre X, responsável pela instituição, teria sido chantageado por antigos rapazes (alguns fora do País), que lhe exigiam dinheiro em troca de manterem silêncio sobre abusos sexuais cometidos pelo Padre contra eles. A cedência a esta chantagem teria esvaziado os cofres da Casa, que se encontraria falida. A situação teria sido tardiamente detetada pela direção, que teria tido de intervir (na pessoa do então diretor, Padre Y) e afastar o Padre X.

Desconheço a veracidade dos relatos. Sei que eram consistentes com os acontecimentos e ambiente institucional de enorme tensão e instabilidade que se vivia nesse Verão “quente”. O Padre X, que vivia há vários anos em permanência na Casa, desapareceu abruptamente de um dia para o outro, sem despedida, e o Padre B mudou-se para a Casa, assumindo pessoalmente a sua direção. Nunca falámos abertamente sobre a situação, mas percebia-se que vivia em grande sofrimento. Ao fim de algum tempo, a diocese assumiu a direção da Casa, enviando uma nova direção. Após esse Verão, passei a colaborar apenas como voluntária ao fim de semana, para manter alguma relação com os rapazes.

No seu relato, os rapazes contaram que os abusos cometidos pelo Padre X ocorriam à noite, depois do jantar, quando se reuniam numa das camaratas (aquela que era também partilhada pelo Padre, conhecida como “a camarata do Senhor Padre”). Segundo contaram, havia contactos impróprios com os rapazes, por iniciativa do Padre, sob as mantas com que se cobriam no sofá em frente à televisão. Os rapazes contaram que havia geralmente um rapaz especial, que merecia do Padre uma proteção especial. Nessa época, seria o “N” (sei apenas a alcunha), um rapaz de 15 anos. Os rapazes manifestavam algum ciúme, diziam que era “o filho do Padre”, que o Padre fazia tudo o que ele queria, que numa viagem à EuroDisney o Padre o tinha escolhido para dormir no seu quarto, e que muitas vezes dormia no quarto do Padre na camarata. Contaram que o N tinha sido preso, e que o Padre lhe levava à prisão tudo o que ele queria (inclusive uma televisão).

Não sei aferir o grau de exatidão destes relatos. Procurei saber até que ponto esta situação tinha sido partilhada com outros adultos, e percebi que havia mais pessoas que tinham conhecimento destes relatos, nomeadamente funcionários da instituição.

[Testemunho retirado do inquérito online, após entrevista com a pessoa que o prestou depois por escrito]

4.8.2. Os escuteiros, as excursões, os acampamentos

A excursão da escola, o padre professor de Religião e Moral M, nascido na década de 1980

«Então perguntei-lhe se ele tinha medo e ele a chorar disse que sim e eu disse lhe para ele se deitar na minha cama e assim dormíamos os dois e adormecemos, mas ele demorou tanto tanto a parar de chorar»

M, nascido na década de 80, filho de professores, partiu numa viagem de finalistas de rapazes do 2.º ciclo, organizada pela escola particular que frequentava, no interior norte do País. Tinha então 12 anos e, durante a noite, foi vítima de abuso por parte do padre que os acompanhava, o seu professor de Religião e Moral Católica, na altura com cerca de 30-40 anos: exibição de zonas genitais; manipulação de órgãos sexuais; toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas; masturbação (a si) e sexo oral (a si). Sabe que não foi o único: *pelo menos os outros dois rapazes do meu quarto; eramos os mais tímidos, talvez os mais medrosos, estávamos juntos, eu fui uma noite, o F outra e o H foi duas vezes (a primeira e a última da viagem).*

Escreve ainda no seu testemunho:

Tenho vindo a ver o vosso trabalho, decidi que era agora. Sei que ele ainda é vivo mas já não trabalha naquela escola, mas penso onde andaré esse tarado pois em qualquer sítio ele fará mal a outros. Nunca me esquece que o X não aguentou e uma noite chegou a meio da noite e vinha a chorar a chorar e estava sentado na cama dele no nosso quarto. Ele não disse nada e eu também não contei que já tinha sido vítima disso na noite anterior, desse tarado. Então perguntei-lhe se ele tinha medo e ele a chorar disse que sim e eu disse lhe para ele se deitar na minha cama e assim dormíamos os dois e adormecemos, mas ele demorou tanto tanto a parar de chorar. Não sei descrever mas isto foi no verão do ano 2000 e nós estávamos de viagem de turma e estávamos ali sozinhos, longe de casa e dos Pais e não havia nada nem ninguém a quem contar e só nos consolamos um ao outro e desculpem pois agora estou a chorar que escrevo isto e não sei mais dele. No final dessa viagem acabamos a escola, separamo-nos e eu nunca mais o vi, soube que ele partiu com os pais para a emigração. Sabem o que penso, onde andaré ele? E se um dia isto for com o meu filho, fdp do padre?

Desabafei

Esta história eu nunca contei a nada nem a ninguém

Sou tímido e guardo muito para mim

Penso neles, e o A como é que ele aguentou duas vezes? Será que ele lhe fez igual a mim? E pior ao AB? Ou era este mais frágil e aguentou menos a situação? E por que nenhum de nós disse aos outros e ali ficamos todos em silêncio uns para os outros depois de ele nos ter despido, tocado, sugado, mexido até atingirmos o fim, perverso.

[Testemunho retirado do inquérito online]

Acampamento de escuteiros
O padre massagista
M, nascido na década de 1990

«meu Deus, quantos, quantos terão sido tocados desta forma por abuso por ele?»

M, nascido na época de 90, pertencia ao Corpo Nacional de Escutas e participou num acampamento quando andava no 9.º ano, tinha 15 anos. Foi abusado por um padre, de cerca de 30 anos, de nome X, que os *«chamava à sua tenda para nos fazer massagens após atividades e caminhadas chamava todos, quem não estaria cansado?»*. No inquérito que preencheu, assinala várias modalidades de abuso de que foi vítima: exibição de zonas genitais; manipulação de órgãos sexuais; toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas; masturbação (a si). *«Era em silêncio. Ia subindo pelo corpo, das pernas, até cá acima, virilhas e ia começando a aproximar-se dos genitais onde acabava por tocar, primeiro por baixo da roupa, depois chegava a estar mais à vontade e por último já baixava a minha roupa de baixo»*.

«Aconteceu várias vezes durante os dias desse acampamento e houve tentativas depois». Não foi a única vítima, como também a Comissão Independente pode comprovar através da sua base de dados. *«Como disse, penso desta forma: então se foi assim comigo, se havia muitos rapazes muito mais "excitados" do que eu à época, se o homem tinha essa tara e andou nisso dos escuteiros tanto tempo, penso: meu Deus, quantos, quantos terão sido tocados desta forma por abuso por ele?»*

[Testemunho retirado do inquérito online]

Acampamento de escuteiros
O chefe dos escuteiros
F, nascida na década de 1970

«sinto uma grande revolta»

F, nascida na década de 70, era escuteira. Quando frequentava o 9.º ano de escolaridade, com 16 anos, participou num acampamento de escuteiros. Foi vítima de abuso por parte do seu chefe, então com 25-27 anos: toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas. Sente uma grande revolta *«por ver que continua a ser (embora sem contacto com miúdos) escuteiro no ativo, com papel de relevo em situações da Igreja; é um conceituado professor universitário»*.

[Testemunho retirado do inquérito online]

Acampamento de escuteiros
Padre diocesano e dirigente dos escuteiros
M, nascido na década de 1970

«esse serial killer pedófilo abusou de... pelo menos 100. Mais até, imaginem os anos que ele andou nisto até fugir para vendedor»

M, nascido na década de 70, filho de operários, conhece o Padre X, na altura com cerca de 30-40 anos, na igreja paroquial e no agrupamento de escuteiros, que frequentava. *«Abusava. Dizia que eu tinha um órgão muito grande e que o queria vez, mexer, chupar»*. Foi assim vítima de exibição de zonas genitais, manipulação de órgãos sexuais, toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas, masturbação e sexo oral. Os abusos prolongaram-se com regularidade durante um ano e meio. *«Horrível. Esse homem de nome Padre X chegava-se a todos os rapazes escuteiros da zona e naquela época (anos 90). Quantos terão sido? Do meu agrupamento, embora de reações diferentes, penso que fomos todos sem exceção pois mais tarde vários entre nós falamos disso embora cheios de dificuldade. Se eu disse 50 é pouco. 100 é de certeza mais próximo até porque depois o psiquopata foi para outro agrupamento mais perto de Lisboa»*.

Dez anos mais tarde, contou a um padre amigo esta situação. Agora, encorajou-a a falar com a Comissão Independente.

[Testemunho retirado do inquérito online]

Atividades dos escuteiros
O chefe de escuteiros que fotografava
M, nascido na década de 1970

De uma família de classe média, M, nascido na década de 70, participava nas atividades dos escuteiros da paróquia em que vivia, perto de uma grande cidade. Andava no 1.º ano do ciclo, tinha 11 anos, quando começou a ser regularmente abusado por um chefe de agrupamento. O abuso prolongou-se por cerca de um ano e consistia na recolha de imagens do seu corpo (zonas genitais) isoladamente ou em situação de abuso, tanto em acampamentos como no barco do abusador.

Explica: *«era chefe dos escuteiros, por isso actuava normalmente. Costumava organizar algumas actividades só para alguns de nós. Dizia que era um prémio por sermos bons escuteiros. Geralmente era ir passear no seu barco. Houve alguns escuteiros que iam viajar pela Europa com ele como prémio»*. E acrescenta: *«A Igreja Católica é cúmplice. Muitos anos mais tarde, já nesta década, vim a saber que houve um chefe regional do escutismo que recebeu suspeitas da mesma pessoa e que abordou os padres responsáveis pelo movimento e que lhe disseram para abafar, porque só ia dar mau nome ao escutismo e à igreja. Também sei que esse chefe regional o expulsou do escutismo, mas que não teve nenhum apoio dos padres responsáveis. Até foi criticado por isso. Se não fosse este chefe regional, não sei se não haveria mais escuteiros a ser levados para o barco daquele senhor e a ser fotografados nus como eu fui.»*

[Testemunho retirado do inquérito online]

4.8.3. O confessorário

Confessionário na igreja
M, nascido nos anos 1930
«perguntas impróprias e sexuais»

Nascido na década de 30, M preencheu o inquérito *online* com a ajuda de um neto. Conta que, com 14 anos, foi uma vez confessar-se, numa igreja importante de uma cidade do Norte e o padre lhe fez perguntas «impróprias e sexuais. Disse: *"já namoras? Já puseste as mãos nas maminhas da tua namorada? e nas coxinhas?"* (...) *Fui-me embora e nunca mais entrei numa Igreja.*» Contou aos pais que lhe pediram «para não falar».

[Testemunho retirado do inquérito *online*]

Confessionário na igreja
F, nascida na década de 1940

«abria a portinha e naquele espaço aproveitava-se»

F, nascida na década de 40, filha de um fiscal e de «uma dona de casa», telefonou para a Comissão Independente para prestar o seu testemunho. Chorou ao falar do abuso de que fora vítima em criança, aos 10 anos, quando frequentava o 2.º ano do antigo liceu numa cidade do Norte. Passava-se no confessorário: quando entrava para se confessar, o padre religioso, com cerca de 40/50 anos, aproveitava-se da situação: tocava-a em zonas erógenas, beijava-a e estimulava-a «*no clitóris... aquilo arranhava*». Nunca contei e nem ao meu marido. Só a uma amiga, já em adulta, que me disse: «*meninas pouca sacristia e mais igreja*». E confessa: «*é triste pensar que as pessoas seriam se aproveitavam de um ser indefeso. Sofri em silêncio... Nunca contei nada fechei em sete chaves*».

[Testemunho recolhido através de chamada telefónica]

Confessionário na igreja
F, nascida nos anos 1960

«Toques e sussurro ao ouvido»

F, nascida nos anos 60, filha de comerciantes, foi vítima de abuso durante a confissão. Tinha então 11 anos e o abusador era um padre «*velhinho de 80 e tal anos*», que era muito conhecido na comunidade e «*muito simpático*». «*Pedia para eu dizer os meus pecados e quando eu dizia que fiz asneiras e disse palavrões, e tocava-me em todo o lado, maminhas, punha me as mãos nas cuequinhas e tocava no pipi.* (...) *Tocava, tocava, Foram 5 vezes até que comecei a mentir ao meu pai e deixei de ir... aquele ordinário!!!!*».

[Testemunho retirado do inquérito *online*]

Confissão Pascal
F, nascida nos anos 1960

«O padre insistia em perguntar o que eu fazia com as mãos»

Com 12 anos de idade, filha de artesãos, nascida na década de 60, F foi à confissão pascal. E conta: *«O padre perguntou-me onde punha as mãos quando ia dormir. Fiquei sempre com essa pergunta na cabeça, que não entendi na altura. O padre insistia em perguntar o que eu fazia com as mãos e depois de eu, ingenuamente, dizer que as punha na almofada por baixo da cara, ele perguntou se não arrefeciam ou ficavam dormentes e, se sim, se não as metia dentro da roupa para aquecerem. Não me lembro o que respondi a seguir, mas guardo esse episódio até hoje na minha cabeça. Tenho 56 anos. Apesar de não lembrar o que respondi na totalidade, lembro bem o nojo, a indignação, a dor que senti quando, anos mais tarde, descobri o que ele queria saber com aquela pergunta e o que provavelmente estaria a fazer dentro do confessionário à medida que ia fazendo perguntas e ouvindo as minhas respostas inocentes. Creio que não terei sido a única vítima, pois essas confissões eram organizadas pela escola no último dia de aulas do 2º período, em plena quaresma.»*

[Testemunho retirado do inquérito online]

Confessionário
F, nascida na década de 1960

«Perguntas íntimas, inapropriadas, sobre o meu desenvolvimento»

Filha de profissionais liberais, F, nascida na década de 60, com 9 anos, no 4.º ano, ia confessar-se à igreja da sua paróquia, situada numa grande cidade, onde o Padre X, com cerca de 40 anos e que exercia as suas funções no seminário diocesano de A, vinha fazer confissões. Foi abusada no confessionário, de vez em quando, durante cerca de um ano: eram sobretudo as perguntas que ele lhe fazia, mas uma vez houve «um toque». Eis o que descreve: *«o toque foi só uma vez, as perguntas íntimas, muitas vezes, a mim e a outras meninas da família (...) Muitas meninas, perto da idade da adolescência, eram incomodadas com as mesmas perguntas no confessionário. Como estranhávamos as ditas perguntas, na rua, comentávamos umas com as outras. Para além de perguntas como: «Já te veio o período?», «Tens dores de barriga» «Tens feito coisas feias?», um dia fomos à confissão depois da catequese, como era habitual. Nesse dia eu vestia um vestido de alças largas e decote quadrado. Estava joelhada no banco junto ao padre, tinha os meus braços apoiados no apoio do banco e o padre X chegou-se bem perto de mim e com o seu dedo polegar pôs-se a acariciar a minha pele quase junto do peito que já dava sinais de crescimento. Eu fiquei muito incomodada, senti que algo de errado se passava com aquele padre e disse à minha mãe o que tinha acontecido e as perguntas que ele habitualmente me fazia. Ela ficou admirada, disse para eu na próxima vez ir a outro padre. Acho que me disse que ia falar com o nosso pároco, Y. Porém o padre X continuou durante vários anos a fazer as confissões nesta paróquia».*

[Testemunho retirado do inquérito online]

Confessionário
F, nascida na década de 1970

«um monstro que nunca ninguém quis acusar dado o seu poder que por agora ainda o detém»

Com 7 anos, F, nascida na década de 70, filha de trabalhadores rurais, ia confessar-se todas as semanas à igreja da paróquia, a um padre catequista e com uma posição de destaque na diocese, no Norte, na altura com cerca de 30/40 anos. Tratava-se da preparação da primeira comunhão, correspondeu portanto a *«um ano de escola»*. Era sempre abusada no interior do confessionário: *«palavras e ditos obscenos, convidando a que eu fizesse atos obscenos com outras crianças, nomeadamente meu irmão. (...) Era no confessionário, como o de muitas outras meninas da época que toda a gente sabe muito bem identificar dado que a pessoa em causa era um animal, molestador em larga escala, um monstro que nunca ninguém quis acusar dado o seu poder que por agora ainda o detém. (...) A gente estava no confessionário e ele começava a tocar-nos pelas pernas acima até chegar bem onde queria e pelo meio dizendo obscenidades para nós e para meu irmão mais velho que estaria pelos 13 a 14 anos (...) Por exemplo, ele sabia que o meu irmão já era rapazito crescido e disse certa vez: - "Sabes que as mulheres tem de aprender a tirar leite aos homens? Como se faz às vaquinhas, nas tetas"..E não me recordo as palavras, dizia que o meu irmão era como um bicho de uma só teta (o seu órgão íntimo) e que eu fosse lá mugir... E isso eu fiz certo dia quando ele estava a tomar banho. Ele riu-se e ao mesmo tempo ficou assustado, mas eu não sabia, juro mesmo, o que estava a fazer, só dizia que o senhor padre queria que eu lhe tirasse o leite.*

O meu irmão ria-se e dizia-me assim: "Olha, tira, tira" e aquilo lá saí, o esperma claro (...) Que me lembre aconteceu três a quatro vezes.

Certo dia, o meu irmão deve ter ganho tino e disse-me: "Mana, tu não deves fazer isso. Era de brincadeira, mas agora parece que estais a sério. Quem te ensinou isso?"

Eu expliquei quem era e ele aí disse: "Nunca hás-de voltar a fazer isso a ninguém e se ele voltar a dizer isso eu conto ao nosso Tio e vamos lá para lhe partir os cornos a esse filho da..." ...Então um homem tão idoso, foi cônego em A, que toda a vida fez isto, pois pensai vocês, é uma coisa que nem imagino, centenas, centenas, centenas..»

[Testemunho retirado do inquérito online]

Confessionário
F, nascida na primeira década do século XXI

«o Padre fazia-me perguntas porcas no confessionário»

No seu 7.º ano de escolaridade, com 12 anos, F confessava-se com alguma regularidade enquanto andava na catequese. Os seus pais tinham profissões do setor dos serviços. Sentiu-se abusada pelo padre responsável pela confissão, com cerca de 45 anos. Escreve: *«o Padre fazia-me perguntas porcas no confessionário. Obrigava as miúdas a falar de coisas porcas. Ele não*

tocava nas raparigas mas perguntava se nos masturbamos, se enfiamos o dedo, se pensamos em fazer amor». O mesmo acontecia com «muitas moças dos escuteiros e da catequese». Várias delas juntaram-se e contaram à chefe, que acreditou no relato das jovens. «A chefe disse para não nos irmos confessar mais e que os chefes iam falar com o bispo. Não aconteceu nada. Nada foi feito: Nenhuma. Os escuteiros foram expulsos e o padre ainda lá está e eu sei que faz o mesmo. Fiquei com muita vergonha e com pesadelos. Tenho muita vergonha ainda e acho que sou suja. Não consigo ter namorados porque tenho medo que me perguntem coisas ou queiram fazer coisas para me sentir porca. O padre meteu muita vergonha e perguntava coisas como se fosse maluco e arfava e gritava com as raparigas. Ameaçava com o diabo».

[Testemunho retirado do inquérito online]

4.8.4. Dentro da igreja: sacristia, altar, auditório, gabinete do padre

Sacristia da Sé, na região Centro F, nascida na década de 1960

«Mas a sacristia era “sagrado” para mim»

Filha de comerciantes numa cidade da região Centro, F tinha na altura do abuso 7 anos, frequentava o 1.º ano. *Um dia um dos padres da Sé informou que em vez de fazer o ato de Confissão no Confessionário como habitualmente acontecia o faríamos na Sacristia. E fui. Era muito nova, tinha 7 anos. Mas a sacristia era “sagrado para mim”. O padre, «não faço ideia; talvez á volta dos trinta anos»* sujeita-a a uma série de abusos: mostra-lhe os genitais, obriga-a a manipulá-los e a fazer sexo oral. Aconteceu uma vez.

Mais tarde, aos 14 anos, foi vítima de novo abuso nas aulas de música, por parte de um padre religioso. *«“colava-se” ao meu corpo pelas costas, fazendo pressão e deixando transparecer que estava alterado. Tocava simultaneamente no meu cabelo o que era absolutamente desconfortável, eu já tinha uns 14 anos, e apercebia-me do que senhor estaria a fazer. Mais tarde soube que deixou a via eclesiástica.»*

[Testemunho retirado do inquérito online]

«Na sacristia, no átrio, no carro dele, em casa da minha madrinha» F, nascida na década de 1960

Era «sempre que tinha oportunidade»

Filha de emigrantes, F, nascida na década de 60, vivia habitualmente com familiares numa aldeia do interior Norte. Com 11 anos, estava no ensino básico e foi vítima de um abuso regular, que durou anos, perpetrado pelo padre *«que dava a missa, na casa dos 30-40», «conhecido e muito amigo»* da família: «manipulação de órgãos sexuais». Era *«sempre que tinha oportunidade»*.

«Sempre me senti culpada por não o revelar e evitar que fizesse isso a outras».

[Testemunho retirado do inquérito online]

No interior da igreja M, nascido na década de 1960

«nunca consegui ter uma relação íntima»

Filho de operários, M tinha 9 anos e frequentava a 3.ª classe numa cidade média do interior. Ao longo de dois anos, foi vítima de várias formas de abuso sexual: manipulação de órgãos sexuais (ambos), masturbação (ambos), sexo oral (a si). O abusador era padre, teria uns 45 anos. O abuso tinha uma regularidade bem definida: semanal, *«todos os meses do ano menos julho e agosto, sábado às 15h»*. O abuso termina quando regressa a casa dos pais, emigrantes

num país europeu. O impacto na sua vida foi devastador: *«nunca consegui ter uma relação íntima não aceito ser tocado impossível vejo o sexo como coisa suja não suporto ser beijado e não gosto beijar ninguém»*

[Testemunho retirado do inquérito online]

**A Igreja da Virgem na América
M, nascido na década de 1960**

«Fifty years later, I still be haunted by this (...) they do not know we are damaged for life».

Nascido na década de 60 numa Região Autónoma, M partiu em criança para a América do Norte, instalando-se com os pais e os irmãos numa grande cidade, no bairro dos emigrantes portugueses. Bem perto de casa, situava-se a Igreja da Virgem, coordenada por padres açorianos. A família, muito religiosa, participava ativamente nos rituais católicos. M e o irmão gémeo começaram por ser acólitos e, depois, *«altar boys»*. iam todos os dias à missa das 6: *«os meninos tratavam da roupa dos padres, arrumavam cacifos, flores, tratavam dos círios. etc.»*.

Tornam-se vítimas de abuso sexual por parte de um colaborador da Igreja, aos 11 anos — Esta pessoa estava sempre na sacristia e mesmo em lugar de destaque no altar, durante a celebração da missa. *«O homem andava sempre por lá, acompanhado de dois meninos»*. Os abusos eram muito frequentes, *«sempre que o padre se ausentava»*. Aconteciam em *«qualquer sítio: salão paroquial, escritório do padre, sacristia, até por trás do altar»*: manipulação de órgãos sexuais (ambos), toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas (ambos), sexo oral (ambos), sexo anal (a si).

«Essas situações aconteceram a todos os meninos que ajudavam na Igreja. O padre sabia, mas nunca fez nada para afastar o homem». Contou aos pais, não acreditaram: *«estão malucos!!»*. E o pai deu-lhe *«com o cinto»*.

[Testemunho recolhido em entrevista por Zoom]

**Na sacristia da Igreja matriz
F, nascida na década de 1970**

«Só mais tarde percebi o que significava»

Filha de operários, residente numa cidade do Centro Interior, F tinha 8 anos quando o abuso aconteceu a primeira vez. Ocorria na sacristia da igreja matriz e o pretexto foi o padre, com cerca de 40 anos, pedir-lhe para ajudar a *«cortar hóstias»*. *«Sentava-me ao seu colo num cadeirão e fazia movimentos. Só mais tarde percebi o que significava»*. O abuso ocorria de vez em quando, até o padre mudar de paróquia.

[Testemunho retirado do inquérito online]

**O auditório da igreja
F, nascida na década de 1970**

«conhecia-o desde sempre»

Nascida na década de 70 numa vila rural de um distrito litoral do País, tinha 14 anos na altura, estudava e trabalhava. Por ocasião das festas religiosas locais, o pároco da freguesia, que «conhecia desde sempre», então como cerca de 60 anos, atrai-a ao auditório e sujeita-a a toques e beijos em zonas erógenas. Aconteceu uma vez.

[Testemunho retirado do inquérito online]

**Os meninos na sala fechada
M, nascido na década de 1970**

**«Na altura a bem da verdade creio que nem percebi o que se passou.
Deixou-me uma sensação de aflição, de nojo, de repulsa, de verdadeiro
asco pelo padre em questão»**

Eis o que sei que de nada adianta. Sei que esta iniciativa é apenas (mais) uma tentativa de encobrimento, à laia de "tapar o Sol com a peneira". E sei que nunca haverá uma única palavra de verdadeira responsabilização institucional. Mas, ainda assim, aqui vos exponho o que se passou comigo.

Não esqueço o que se passou comigo quando tinha 6 anos.

Depois da catequese e com a desculpa da preparação para a primeira comunhão, o padre da aldeia onde eu morava chamou meninos e meninas à vez, para estar sozinho em sala fechada com cada um/uma. Não sei o que se passou com os outros, apenas sei que o menino antes de mim saiu da sala em pranto, mas comigo o padre sentou-me no seu colo, abraçou-me, beijou-me, acariciou-me por todo o corpo e nas partes íntimas, enquanto ele gemia e eu conseguia sentir-lhe a ereção nas minhas coxas e depois a humidade quente da sua ejaculação.

Na altura a bem da verdade creio que nem percebi o que se passou. Deixou-me uma sensação de aflição, de nojo, de repulsa, de verdadeiro asco pelo padre em questão, por toda a vossa igreja, por todos os vossos rituais hipócritas, por toda a vossa soberba mesquinha, por toda a vossa ostentação balofa, por todas as vossas mentiras execráveis, por todas as vossas atitudes que só deturpam os ensinamentos de Cristo

Como consequência, mal pude, abandonei por completo toda e qualquer ligação à vossa instituição (...)

Hoje o padre em questão já morreu. Na morte, dou-lhe o respeito que ele não teve para comigo e para com a minha inocência aos 6 anos e não o nomeio, mas se querem realmente a verdade, coisa que reitero não acreditar nem por um segundo, aqui vos deixo o meu testemunho.

O perdão será talvez o maior e mais nobre dos ensinamentos de Cristo, mas aqueles 10 minutos com o dito padre pedófilo deixaram-me para todo o sempre a absoluta certeza que o imperdoável também existe.

E porque de imperdoável se trata,

Fiquem em paz, se conseguirem.

[Email recebido na Comissão Independente]

Capela das Relíquias **M, nascido na década de 1970**

«Je ne me sens pas très bien... quelque chose qui ne va pas»

Nascido na década de 70, M, de nacionalidade francesa, viera com os pais e o irmão mais novo passar férias a Portugal, durante o verão. Tinha então 16 anos e, como muitos turistas, visitavam a Capela na Igreja. Sentiu-se intimidado e amedrontado ao ver as caveiras expostas. Ao saírem, em fila indiana e dirigindo-se para a porta, vê alguém que identificou como um padre a olhar para si e a chamá-lo com a mão. Tinha recebido uma educação católica muito aberta e estimulante de modo que, partindo do princípio de que *«padres eram pessoas em quem se podia confiar»*, deixa a fila e vai ter com ele. Olhou para trás para fazer sinal aos pais e ficou convencido de que estes tinham percebido para onde fora (mas não).

O padre teria uns 60 anos e vestia um casaco e umas calças cinzentas. Leva-o para o fundo da igreja, e mostra-lhe uma virgem cujo olhar parecia acompanhar o nosso (efeito de ótica). Lembra-se de achar bastante *«mágico»*. Depois, leva-o para a Capela, sempre a falar português e com gestos, para *«mostrar outra coisa»*. Só os dois. Mostra-lhe os dentes das caveiras e depois os dele. Começa a acariciar-se nas calças, sempre a olhar para M e ele nota que tem uma ereção. *«Je ne me sens pas très bien... quelque chose qui ne va pas»*. De repente, vê duas turistas entrarem na Capela e nota que um outro homem (acompanhado de um rapazito de 15 anos, talvez acólito) as impede de entrar, dizendo que já fechara. *«Elles repartent»*. Então dá-se conta de que está sozinho com o padre, que se coloca atrás de si: *«il se colle avec son sexe sur le pantalon et commence à me caresser les fesses»*. *«Pris de panique, j'entre dans un autre état»*. Entretanto, os pais lá fora notam a sua ausência e começam a procurá-lo: mandam o irmão mais novo ir ver dentro da igreja (não o encontra), a mãe fica à porta e o pai vai procurar nas ruas à volta da igreja. A um dado momento, o homem regressa e começa a falar com reverência com o padre. E este, subitamente, começa a falar em francês com M e a perguntar-lhe se o pai estava com ele, onde estava. Começa a enervar-se e repele-o, ordenando-lhe que saia.

M sai da Capela, entra na igreja completamente vazia e encontra a porta fechada à chave. Fica aterrorizado. Alguém por trás de si abre então a porta e fecha-a de novo à chave. Encontra no exterior os pais perturbadíssimos, diz-lhes que esteve com o padre e que ele lhe havia feito *«coisas»*. A mãe, muito católica, desvalorizou e ralhou-lhe: *«que mania tens de fugir, assim ficas a saber que não debes afastar-te dos pais»*. Entretanto, sai o padre da igreja e, a correr, entra num carro e desaparece.

Ainda hoje M se interroga sobre qual a razão para aquele homem ter corrido tantos riscos por causa de si. Renunciou certamente ao que queria fazer, porque percebeu que os pais estavam lá fora. Hoje não tem dúvidas que faria isso habitualmente.

[Testemunho recolhido em entrevista por Zoom]

Os acólitos e o seminarista recém-ordenado
M, nascido na década de 1970

«Muito difícil falar nisto, semana muito mal dormida»

Tinha 14 anos. Os meus pais separaram-se e foi uma separação muito conflituosa e traumatizante, eu estava frágil. Tinha integrado os acólitos nesse ano. O Bairro onde eu residia era muito pujante e dinâmico, tinha às portas o seminário, muito ligado à vida da paróquia.

Havia um seminarista com muito carisma que foi ordenado e coincidiu com o divórcio dos meus pais. Ele foi-se aproximando de mim e puxando-me para fazer coisas. Aproximação física. Começou devagar, as suas mãos primeiro, com o tempo, masturbação, sexo oral, a ele, nunca houve penetração porque não deixei. Durou 3, 4 anos este pesadelo! Dos meus 14 aos 17 anos. Acabou porque ele foi para diácono, e passou para X, depois para Y, Z e voltou para a minha paróquia. Por onde passou, deixou estragos. Havia mais rapazes, nunca falamos disso e também raparigas. Deviam saber porque houve um dia que o cônego da paróquia substituiu o sofá por cadeiras.

Um grande amigo meu, o C sabe de tudo e foi-me dando força para falar com vocês.

(...). Estava ansioso para que alguma coisa acontecesse sobre este tema dos abusos. Na minha paróquia foram muitos acólitos, raparigas,.... Entre amigos falamos por piadas, mas nunca de cada um!

Isto marca-nos para o resto das nossas vidas! Estou a suar! Acabou porque deixei de ser um boneco, comecei a dar negas, até que me afasto por completo. Fazia-me pressão para não contar.

[Testemunho recolhido em entrevista presencial]

Igreja em serviço no hospital de uma ordem religiosa
M, nascido na década de 1960

«A questão é porque é que ele fez aquilo?»

Aos 10 anos, foi-me detetado um problema e fui operado num hospital infantil que recebia muitas crianças de todo o mundo e que ficavam a viver meses e anos no hospital para recuperar de coisas graves O meu caso foi pontual e podia andar e circular pelo hospital. Havia um responsável dos enfermeiros, irmão X muito simpático, alto, prestável, 5 estrelas! Criei afinidade por ele. Tinha brinquedos, gostava de ler como eu. Só mais tarde percebi o que me fez, quando aos 14 anos me masturbei pela primeira vez! Esta é a primeira vez que conto isto!

Como eu era mimado pelos meus pais e me beijavam eu achava que os beijos que me dava eram normais, mas quando começa a fazer força com movimentos sexuais e percebo que fica todo molhado, estranhei! E como dizia para não contar eu também achei muito esquisito. Beijava sem dizer nada. Esfregava-se todo.

Quando tive que voltar ao hospital ao fim de um ano porque a cicatriz não tinha ficado bem estranhei o facto daquele homem me ter desprezado, estava diferente comigo, mais tarde percebo que alguém deve ter descoberto o que se passou comigo e acredito que com mais! Havia um enfermeiro que se chamava Y e que ainda é vivo e que sabia de tudo. Outro auxiliar V também dizia umas coisa tipo, «cuidado com os padres e com as festas»!

Tento viver a vida à procura de fios condutores na procura da razão disto tudo. Apesar de tudo este episódio não foi o que marcou a minha vida. A questão é porque é que ele fez aquilo? Mais do que a minha revolta.

Foram 3 vezes! Eu sou pai e não percebo! É mais estranheza do que revolta!

falar nisto é bom para expurgar.

[Testemunho recebido por email]

O sacerdote e os acólitos M, nascido na década de 1970

«Achava aquela conversa demasiado intrusiva, mas o que me deixava verdadeiramente desconfortável era toda aquela aproximação física»

Os factos que passo a relatar aconteceram na paróquia de X, freguesia de Y, concelho de Z. A minha mãe quando enviuvou tornou-se católica praticante e incutiu-me toda a sua crença, também desde que o meu pai faleceu. O desaparecimento do meu pai, foi uma tragédia para todos da minha família (...) Ainda assim, tenho memórias muito felizes desses tempos de início de adolescência. Por exemplo, guardo boas memórias dos períodos de catequese e dos convívios de jovens que as catequistas organizavam.

Paralelamente a estas atividades do catecismo, recebi o convite para pertencer ao grupo de acólitos que deveriam passar a acompanhar o sacerdote nas missas. Não me recordo exatamente do ano e de outros detalhes desse convite. Mas tenho quase a certeza que ele está associado ao catecismo, pois todos os rapazes que fizeram parte do grupo de acólitos, pertenciam às várias "turmas" de catequese.

Recordo-me que eu seria um dos rapazes mais novos do grupo de acólitos, teria cerca de 12 anos, pois havia colegas que já estariam nos últimos anos do secundário (portanto teriam cerca de 17 ou 18 anos de idade). Não me recordo se a questão de serem só rapazes no grupo, faz ou fazia parte de qualquer regra interna da igreja, se foi uma condição solicitada pelo sacerdote, mas os nossos grupos de catequese também eram compostos por muitas raparigas.

O ano de referência que tenho para estes acontecimentos passa pela década de 80 (tinha 12 anos). De seguida, tentarei relatar com o auxílio da minha memória, tudo aquilo que me consigo lembrar, dos períodos em que desempenhei essas atividades. (...) Diria que, por cada missa, o padre fazia-se acompanhar por cerca de 6 a 8 acólitos: cerca de 3 nas duas zonas laterais e dois no altar ao lado dele.

O que me lembro do padre? Recordo-me que sempre foi o favorito da minha mãe, ela estava sempre a dizer que esta iniciativa de formar o grupo de acólitos partiu dele e que as missas feitas por ele eram sempre muito participadas. Nós chamávamos pelo Padre D. Usava

óculos, cara arredondada e tinha cabelo encaracolado, não tenho ideia da idade, mas diria que andaria por volta dos 40s. Ainda teve na nossa paróquia durante alguns anos, não consigo precisar quantos. Depois terá sido transferido para uma paróquia de (ou da zona de) W, segundo o que a minha mãe dizia

A razão que me leva a deixar este depoimento concentra-se essencialmente nos momentos que sucediam ou antecedia as missas, sobretudo no período em que o padre aproveitava a ausência de qualquer beata ou ajudante na sacristia, para realizar as sessões individuais de confissões, numa espécie de confessionário improvisado, que não era mais que uma pequena zona fechada, que servia de passagem, entre a sacristia e a casa de banho. Era um espaço reduzido, salvo erro, tinha espaço para ter pouco mais que um armário e uma mala, onde se guardavam roupas e os panos da igreja, e uma cadeira, onde o padre se sentava. Tenho ideia de que nestas sessões eu nem sequer me sentava, ficava em pé junto do padre e quando não estava suficientemente perto, ele fazia questão de me puxar para junto dele. Era um contacto muito próximo, demasiado íntimo e desconfortável. Ele pedia baixinho ao meu ouvido para que eu revelasse os meus pecados e a conversa ia sempre parar ao sexo. Sempre. E quando isso acontecia, ele tocava-me ao de leve com a sua mão na zona da minha genitália: "Tens-te portado bem, por aqui?", "Não tens feito umas malandrices?", etc. Qualquer coisa deste género. Eu respondia desconfortavelmente sempre que não. Achava aquela conversa demasiado intrusiva, mas o que me deixava verdadeiramente desconfortável era toda aquela aproximação física, porque os toques, se não eram permanentes, eram pelo menos constantes. Não me recordo de ter havido grandes avanços para além disto que relato, mas também já coloquei a hipótese de ter acontecido algo um pouco mais traumático que a minha memória tenha feito questão de limpar, para me proteger...

Estas sessões aconteciam à vez, com todos os elementos do grupo e com alguma regularidade, mas não consigo me lembrar de qual seria. Enquanto um dos acólitos estaria na sessão, os outros rapazes aguardavam na sacristia. Não havia a permanência naquele espaço de qualquer outro adulto, para além do padre. Como estávamos sempre a tagarelar uns com os outros, não conseguíamos ouvir o que se estava a passar no confessionário, no entanto recordo-me de vez em quando ouvir umas risadas que vinham de lá de dentro.

Os abusos aconteciam regularmente e prolongaram-se durante meses.

[Testemunho recebido por email e retirado do inquérito online]

4.8.5. A casa de família

Família pobre, Norte rural interior, pequena paróquia M, nascido na década de 1940

O padre que visitava a casa após a morte do pai «voltei a olhar estava o meu irmãozito, coitado dele o que sofreu, sei lá eu o que aquela alma pode ter sofrido»

Este testemunho foi escrito «pela sobrinha do ofendido», a pedido da Mãe, sua irmã, que testemunhou o que descreve. «Julgo que ninguém sabe disto, nem os meus primos, atualmente emigrados e de verdade foi a minha Mãe que pediu para vos contar tudo o que sendo para mim um choque enorme eu acedi. Muito obrigados de todos nós, obrigada».

Eis o que consta do testemunho:

«O meu irmão faleceu agora. Ora eu penso que ele nunca contou nada do que eu vi. E o que eu vi não foi bonito e não posso ir eu para o outro mundo, falecendo e carregar comigo este segredo. Uma vez, na tal casita eu estranhei, eu estranhei e quando lá fui espreitar estava o meu irmão, coitadinho, ele era muito bonito e perfeito, branquinho de pele, estava ele despido de calças e roupa de baixo e o Padre assim meio que no chão a pôr o órgão dele na boca. Nunca tal tinha visto na vida, dantes essas coisas não se viam. Pareceu tudo muito a passar muito rápido, pois fugi com o olhar e quando voltei a olhar estava o meu irmãozito, coitado dele o que sofreu, sei lá eu o que aquela alma pode ter sofrido, estava ele agora no chão como um animal e ele por trás, o Padre, a enfiar-se nele e ele aflito de lágrimas de chorar. Peço desculpa, mais eu já não consigo contar e espero que chegue para saberem que foi tudo verdade.»

O abuso, que consistia em sexo anal e sexo oral praticados na vítima, com a idade de 13 anos, acontecia «em casa dos próprios Pais, numa casita que havia no quintal para guardar coisas. (...). O Padre, que deveria ter cerca de 40 anos, visitava a casa após a morte do nosso Pai para dar apoio à nossa Mãe e ao meu irmão que se tornou muito revoltado (...). Não esteve muito tempo na paróquia»

O meu irmão, pois sou eu a irmã mais velha que está a contar esta história através da minha filha que a está a escrever conforme eu vou dizendo, o meu irmão, só sabemos que como eu ajudava a minha mãe pois ficamos sem o meu Pai e era preciso tratar das coisas da casa, pois como dizia era eu que pelos meus 16 ou 17 anos lavava a roupa e por essa altura a roupinha dele tinha sempre sangue e eu penso que percebia que podia ser daquilo que eu vi, mas podia não ser...

Ele detestava Padres, tanto que disse que quando morresse havia de não querer nenhum, que o deixassem era ir em Paz e assim foi, quando ele faleceu agora há pouco tempo”.

[Testemunho retirado do inquérito online]

**Família operária, região industrial do Norte
M, nascido na primeira década do século XXI**

«A certa altura era sempre que ele ia dar explicações, duas vezes à semana, acabava sempre naquilo anda, vamos fazer aquilo que gostas, não tem mal»

M, nascido na primeira década do século XXI, foi abusado aos 12 anos de idade, ao longo de todo um ano letivo. Numa região do Norte litoral do País, vivia com a mãe e irmã, pois o pai falecera. Andava no 6.º ano, tinha 12 anos e muitas dificuldades na escola.

O seu padrinho de batismo (familiar pelo lado do pai), jovem seminarista, começou a dar-lhe explicações em casa para melhorar as notas da escola e conseguir passar de ano. Começam os episódios de abuso: exibição de zonas genitais de ambos, manipulação de órgãos sexuais (ambos), toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas, masturbação (ambos), sexo oral (ambos), sexo anal (a si). O abuso tinha um padrão regular: segundas e quintas nas explicações, entre as 6 e as 7 da tarde. Escreve:

A certa altura era sempre que ele ia dar explicações, duas vezes à semana, acabava sempre naquilo anda, vamos fazer aquilo que gostas, não tem mal, sou teu primo e padrinho isto é uma brincadeira, aquando estiveres com uma mulher já sabes mais que isto não é nada de paneleiro, desculpe era assim que ele explicava (...).

Acabei o 6 ano e disse a minha mãe que já estava a estudar bem não era preciso explicações e também mudei de escola e acho que ele foi para outro seminário, disso dele já não sei (...) havia mais miúdos: não sei, ele também dava explicações ao X que era meu vizinho ao lado que tinha um irmão um ou dois anos mais velho, o Y.

Por vergonha e sentir culpa, não contou a ninguém: *eu deixava que ele fizesse, pensei até se será que eu gostaria daquilo, então tinha vergonha. “Deixa, isto não é paneleirismo, tu és paneleiro? eu não, isto é só brincar para também te dar explicações disto”. Foi uma tristeza. (...) Quando acontecia anal doía muito...uma vez eu tinha o treino de futebol as terças e quintas e sextas, quinta também era explicação. Estava a correr e deitei sangue pelo ânus mas não percebi e fui gozado por outro rapaz que disse olha o D tem sangue pelo cu, os outros riram se e um mais velho disse assim olha ele anda a tomar no cu (...)*

Aquele gaijo uso me para tudo não lhe posso dar perdão e as vezes ainda o via no natal e na pascoa e festas da família e ele nada, ali na boa, a rir a conversar com todos, a viver do bem e do melhor e eu, olhe, lixei me

é tudo, obrigado a vocês

[Testemunho retirado do inquérito online]

Aldeia do Interior rural
F, nascida na década de 1950
O padre amigo e vizinho da família

«Aconteceu algumas vezes, até eu começar a fugir dele.»

Tenho n anos, sou mãe e avó.

Na aldeia onde nasci, freguesia de A, concelho de B, havia um padre, X, que após uma longa missão numa antiga colónia portuguesa, se fixou nessa aldeia. Era amigo da minha família e também vizinho. Este padre faleceu há cerca de 60 anos.

Era eu uma criança de 6/7 anos e o referido padre, já idoso, se me apanhava sozinha tinha a prática de me agarrar, levantar as saias e meter uma das suas mãos pelas minhas pernas acima, encostando-me a ele e afagando os seus genitais, com a outra mão.

Aconteceu algumas vezes, até eu começar a fugir dele.

O padre está morto e enterrado e os crimes prescreveram. No entanto há marcas que ficam para a vida.

É um testemunho, que hesitei em fazer. É inconsequente. No entanto acho que fazê-lo na atual conjuntura, conta apenas como mais um para juntar à lista.

[Testemunho retirado do inquérito online]

Família de classe média, grande cidade do País
M, nascido na década de 1990
O jovem padre que vem dar explicações a casa

«Tudo o que alguém passa nestes momentos deve ser tão horrível como o que me aconteceu»

M, nascido na década de 90, passou a viver numa grande cidade do País com a mãe e os avós, após o divórcio dos pais (ambos com profissões liberais). Frequentava o 3.º ano de escolaridade, tinha 8 anos de idade quando foi abusado pela primeira vez.

Tratava-se de um padre jovem, na casa dos 30-40 anos, considerado amigo da família, tido como muito culto e que lhe vinha dar explicações às disciplinas em que tinha mais dificuldade, bem como ajudá-lo a organizar para o estudo, «pois era distraído e desorganizado». As explicações ocorriam no escritório da casa e aí, depois de lhe perguntar «começamos por brincar ou por estudar?», eram praticados os abusos: exibição de zonas genitais (ambos), manipulação de órgãos sexuais (outro) e sexo oral.

«Não imaginam, desculpem a imagem pois estudo arte, o que é uma criança em posição fisicamente mais baixa, claro, a olhar para cima e ver em cima da sua cara um pénis durante anos e anos e ter que o chupar e mexer e ver aquela coisa a crescer, peço desculpa, fico por aqui». Por medo (de o padre divulgar a todos os seus colegas que era «um mariquitas, que era amigo de

um mariquitas que gosta de mexer na pi..») nunca contou a ninguém este abuso, que se prolongou durante quatro anos e tinha um carácter regular: nos dias de semana, ao fim do dia, a hora da explicação.

O abuso teve um impacto devastador na sua vida «mas o mais importante foi o que mexeu com a minha sexualidade. Sinto-me por vezes homossexual, já repeti várias vezes ao longo da vida com outros rapazes o que esse monstro me pedia (o sexo oral indiscriminado) mas não sei, é tudo muito muito confuso ainda para mim (...).

Tudo o que alguém passa nestes momentos deve ser tão horrível como o que me aconteceu.»

[Testemunho retirado do inquérito online]

Família de comerciantes, litoral Norte

M, nascido nos anos 1960

As férias em casa dos avós

«foi um nojo aquilo por que passei. tinha medo que os empregados dos meus avós descobrissem o meu esperma no chão»

M, nascido na década de 60, andava no 8.º ano, tinha 13 anos, e passava férias em casa dos avós quando foi vítima de abusos sexuais por parte de um padre que teria «50 anos, talvez». Esse abuso aconteceu «quase todos os dias ao longo de talvez duas semanas que nessas férias estive em casa dos meus avós (...) final da tarde quando ele visitar os meus avós que davam muito dinheiro para a paróquia que estava em obras (...) sim...dizia os meus avós que ida dar uma volta comigo na quinta e ensinar algumas coisas pois eu portava-me muito mal na escola e andava revoltado (os meus pais tinham emigrado nesse ano) (...) Ele já morreu, se não dizia o nome dele para o irem confrontar, penso muito em outros a quem ele pode não ter dado descanso.» Ao passearem pela quinta, o padre levava-o para um canto e sucediam-se modalidades de abuso: exibição de zonas genitais, manipulação de órgãos sexuais; toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas; masturbação (ambos); sexo oral (a si).

Acrescenta: «tinha uma tara, atava-me o pénis e os testículos com uma fio a volta, dizia que assim "tudo esprimidinho" era melhor para ficar "grosso e deitar mais" era noventa, ficava a achar que isso podia ter queimado os meus testículos». «Dizia que era bonito demais para ser um rapaz e que o meu rabo era muito redondinho». Conclui: «foi um nojo aquilo por que passei. tinha medo que os empregados dos meus avós descobrissem o meu esperma no chão, voltava depois atrás para tapar com terra, que lhe tentava fugir e ainda hoje penso, como? de um homem que se mostrava tão bom pela frente e era um tarado por debaixo daquela pele. Sabem, sim de certeza que imaginam pois tem aí psicólogos que durante anos o meu desejo maior era ser feio, se é que isso se pode medir alguma vez dessa maneira. (...). Chamo-me X, se alguma vez vos ligar ainda, já sabem, digo vos que sou eu se for necessário ou eu quiser contar mais»

[Testemunho retirado do inquérito online]

Família católica de classe média alta, grande cidade do País
F, nascida na década de 1950
O «amigo» religioso da família, «visita da casa»

«As mãos tremiam, só muito mais tarde percebi que ele estava sexualmente excitado»

F vivia numa família abastada, muito católica e conservadora. Com muitos irmãos: «Éramos uma trupe, um bando», «todos em escadinha». Os pais, com formação superior e profissionalmente ativos, desempenhavam papéis importantes no movimento católico português dos anos 60. Recebiam a visita de sacerdotes e religiosos ao fim do dia, os quais por vezes ficavam para jantar. «*Davam beijinhos aos meninos, distribuíam guloseimas*».

«*De vez em quando vinha cá um monge, não me lembro bem da minha idade, devia ter à volta dos 6/7 anos, não me lembro.*» O monge acompanhava-as (a ela e a outra irmã) ao quarto, bem longe da sala naquela casa grande, depois do jantar, na hora de deitar. Gostava de as ver fazer o pino contra a parede, de as ver brincar com almofadas, saltar de uma cama para a outra. Com aquelas «*Camisas de noite branquinhas, com alcinhas*». «*Depois, sentado na cama, enquanto uma fazia o pino, sentava a outra ao colo, colocava as mãos nas suas pernas e virilhas. As mãos tremiam, só muito mais tarde percebi que ele estava sexualmente excitado*». «*Educação sexual na família era zero, até mesmo na adolescência*». A idade do abusador situar-se-ia na casa dos 40-50 anos «*e aquilo durou semanas e semanas. Esteve por muito tempo. Mas acabou de um dia para o outro*».

Só 47 anos depois conseguiu falar disto a um psicoterapeuta.

[Testemunho recolhido em entrevista por Zoom]

Família de classe média alta, grande cidade do País
F, nascida na década de 1960
A orientação espiritual e as equipas de casais

«foi só uma delicadeza, um gesto de carinho, não te magoei, pois não?»

F, nascida na década de 70, provém de uma família urbana de meios favorecidos, onde os pais eram profissionalmente ativos (pai com uma profissão liberal, mãe empresária). Eram muitos irmãos. Ao tempo do abuso frequentava o 6.º ano, tinha 10 anos. Conta o seguinte no inquérito que preencheu:

Quero identificar este sacerdote, já falecido: X (paróquias de A e B) e que teria hoje mais de 100 anos. Era orientador de casais e foi quem casou os meus Pais.

Quero ainda referir que, nos anos 70, as equipas de Nossa Senhora ou casais acompanhados de mais perto por um orientador do clero, recebiam-nos muitas vezes em suas

casas, sobretudo à noite, para jantar. Era uma situação que os pais consideravam sinceramente familiar e simpática, por desconhecerem (creio eu) a índole ambígua desta pessoa.

No ambiente familiar (...), enquanto esperávamos a chegada do meu pai para jantar, o P X (cerca de 50 anos) brincava connosco e via desenhos animados, etc. No meio de nós tentava TOCAR e, uma vez apenas percebi a intenção que me repugnou: acariciar os seios por debaixo do meu pijama enquanto eu jogava. Parei, fugi para o meu quarto e ele seguiu-me, mas eu já tinha fechado a porta à chave. Falando baixinho do outro lado da porta, ele disse algo parecido com «foi só uma delicadeza, um gesto de carinho, não te magoei, pois não?». Nunca lhe respondi, nem nesse momento, nem depois. Já não jantei à mesa, não apareci mais, disse estar com uma dor de cabeça.

Quando ouvi fechar a porta da rua, altas horas, fui ao quarto dos meus pais e contei o ocorrido: julgo que não conseguiram acreditar-me, ficaram em silêncio uns segundos e mandaram-me deitar. Nunca mais tocaram no assunto comigo: nem quando, um pouco mais velha -talvez 13 anos-, cansada das habituais visitas deste padre (e, consequentemente, da minha fuga para o quarto em cada uma dessas vezes) senti o dever de iniciar de novo o tema, o que foi abafado imediatamente por eles, com desinteresse e mutismo. As suas tentativas comigo duraram meses. Adverti algumas das minhas irmãs, que nem tinham idade para perceber bem o assunto, tendo eu tido ao mesmo tempo receio de «lhes encher a cabeça com porcarias», pois eram todos muito pequenos... Felizmente, uns anos depois a família foi viver para fora da cidade. Porém, muitos anos depois, a minha irmã mais nova (...) disse-me que o mesmo se passara com ela.

O tema (ou similar) nunca foi falado em casa (no ambiente clerical e estranho daquela época). Havia uma espécie de pavor ou paralisia sobre os assuntos sexuais, mais ainda no contexto família-igreja. Não fiz mais, por mim ou por elas. Infelizmente.

[Testemunho retirado do inquérito online]

4.8.6. Os colégios católicos

Colégio de freiras A preparação para a primeira comunhão F, nascida nos anos 1960

«Fez-me engolir tudo de uma vez diante da turma inteira. Porque era uma pecadora e mentirosa e tinha que ser castigada. Em público. Ainda sinto a sensação de quase morrer asfixiada com a pimenta na garganta»

Nascida na década de 60 do século passado, frequentou durante treze anos um colégio de freiras perto de uma grande cidade do centro do País. Fazendo um balanço desse percurso naquela escola, escreve: *«No geral não tenho razões para apontar ao ensino, disciplina, tempos recreativos, colegas e professores. Era tudo seguro, bom, alegre, feliz»*. Aos 8 anos, porém, foi vítima de uma experiência traumática, que relata detalhadamente no seu testemunho:

«Quando estávamos a preparar-nos para a Primeira Comunhão, na disciplina de Religião e Moral, a nossa turma de 28 alunas dividiu-se em grupos de 10. O meu grupo foi para a Capela, onde ficamos sentadas nos bancos, à espera. Um arco à frente e por trás desse arco, do lado esquerdo, o confessional. Escondido. À medida que duas, três ou quatro colegas voltavam para os seus lugares, vinham coradas, nervosas, para mim estranhas.

Quando chegou a minha vez percebi porquê. As palavras suaves do Padre, as festas na mão, na cara, nas costas, e a seguir, dentro das minhas cuecas. E sempre com palavras suaves. Senti-me mal, aquilo não era normal era esquisito, falso, e desconfortável.

Comentei não me lembro com quem do meu grupo de colegas, e passado um tempo, talvez duas horas depois, não tenho bem a noção, a Madre chama-me ao quadro e diante da turma diz que sou uma mentirosa, pecadora e que devia ser castigada. Lembro-me de ter a cabeça a mil, sem perceber nada e olhar para as minhas colegas a tentar entender o que e que tinha feito!! Nenhuma deu sinal, apesar do ar comprometido, nada.

Então a Madre manda-me ir às cozinhas buscar uma colher de sopa de pimenta em pó, e que "não deixasse cair nem um bocadinho". E cheguei a aula com a colher cheia. Fez-me engolir tudo de uma vez diante da turma inteira. Porque era uma pecadora e mentirosa e tinha que ser castigada. Em público. Ainda sinto a sensação de quase morrer asfixiada com a pimenta na garganta, nariz, pulmões, olhos, ouvidos...Senti-me violentada pela segunda vez no mesmo dia.

Recordo, tinha 8 anos e estava a preparar-me para a Primeira Comunhão num Colégio de freiras, prestes a ser uma discípula de Cristo, e que pensava que os bebes eram abelhas, flores ou cegonhas.

No entanto, continuo a ser uma pessoa de fé.»

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

Colégio de um instituto religioso
M, nascido nos anos 1970.
Conversas pessoais no gabinete do padre

«Certo dia sentou-me ao colo dele»

Hesitei um bocado entre ligar ou escrever, mas finalmente optei por esta via (...)

Hoje tenho 51 anos e quando era criança estudei num colégio de Lisboa fundado e dirigido até aos dias de hoje por uma ordem religiosa.

Quando frequentava a 3ª classe, o que penso ter ocorrido em 1979 (teria eu 9 anos), tive um problema (repetido) com um professor que, não sendo padre, era um membro ativo da comunidade da ordem (...). Perdi-lhe o rasto desde há muitos anos, por total desinteresse sobre o seu paradeiro, mas há alguns anos soube por alguém que estava vivo e julgo que a residir noutra cidade.

Desde então nunca quis fazer nada com esta história, muito embora possa e tenha podido sempre falar nela com algum “à vontade” ou pelo menos sem ter feito dela um tabu na minha vida. Foi uma história que, em paralelo com outras situações da vida, tive que debater muitas vezes em vários ciclos de análise com alguns psicanalistas e psiquiatras, o que talvez tenha ajudado a não ter feito do tema um tabu na minha vida. No entanto, e apesar disso, nunca quis verdadeiramente em apresentar queixa ou instaurar um processo.

Ainda não percebi bem se este espaço, aberto por esta vossa comissão (que muito temos que agradecer) serve ou pretende remeter os casos para essas vias, sendo que eu próprio não saberia dizer neste momento se isso me agradaria ou não. Mas escrevo na mesma, para juntar a minha voz às demais pessoas que passaram por situações semelhantes, para que pelo menos se deixe de silenciar estas situações.

O professor em causa, de nome X, era um dos responsáveis do colégio, com um papel central no dinamismo do mesmo, bem como de um grupo existente na altura, fora da escola (...). Nunca frequentei o grupo porque tinha amigos fora do colégio e nunca me identifiquei com as atividades praticadas aos fins-de-semana, tais como futebol e acampamentos. Mas no colégio participava de atividades várias em que este professor tinha um papel de destaque, a par das aulas que também dava. É uma pessoa inesquecível por vários motivos (...). Tinha um gabinete próprio, coisa que julgo que apenas o diretor do colégio tinha, e era normal chamar alunos ao gabinete para conversas mais pessoais, muitas vezes com o pretexto do clube; da Fé; dos comportamentos, etc.

Certo dia sentou-me ao colo dele, num ato afetuosos e aparentemente inofensivo. Os meus pais tinham-se separado já há uns anos e eu tinha pouco contacto com o meu pai (...). Poderia assim existir alguma fragilidade ou carência de atenção masculina da minha parte, e terei criado ou cedido facilmente à aproximação afetiva deste homem.

Lembro-me que comigo ao colo, “prendia” os meus pés por trás das pernas dele (na zona dos gémeos), abria-me o fecho das calças, deixando-as acima dos joelhos, e masturbava-me lentamente. Eu não sabia bem o significado daquilo porque não deveria ter ainda uma noção clara da componente sexual daquele ato. Mas sabia que era estranho e por isso fui guardando para mim.

Este episódio ter-se-á repetido pelo menos três vezes, mas não saberia precisar isso, ao longo de duas ou três semanas, ou algo parecido. De todas as vezes a porta era trancada à chave antes dele iniciar este ritual e a mesma ficava guardada no bolso dele.

Da última vez acredito que eu possa ter mostrado alguma resistência pela minha incompreensão dos factos, e sobretudo pelas ameaças que exigiam o meu silêncio. Da última vez mostrou-me a faca de cortar papel que tinha sobre a secretária, em tom de aparente brincadeira, mas evidentemente com um fim intimidatório, de forma a que eu não falasse mesmo no assunto. Comecei a ter muito medo e o silêncio passou a ser insuportável. Um dia comecei a chorar em casa do B, o meu melhor amigo da época, a quem acabei por contar tudo. Ele conhecia bem o professor porque éramos da mesma aula. Nesse momento a mãe dele entrou na sala e perguntando o que se passava, obtive a explicação por parte do B, que lhe repetiu o que eu lhe havia acabado de contar.

Ela ligou à minha mãe e deixei de ir ao colégio a partir desse dia. Terminei esse ano escolar em casa, com uma professora particular, e os meus pais tiveram várias reuniões com o colégio (...).

O professor começou por negar, e o colégio exigiu que eu fosse a um psiquiatra para termos a confirmação da veracidade do meu testemunho. Uma vez confirmado, o diretor pediu aos meus pais que por favor não falassem no assunto e que o colégio se comprometeria a afastar o professor das instituições de ensino da Ordem. Os meus pais consentiram, provavelmente para me pouparem a muita exposição, mas também porque nessa época a vergonha falava mais alto e os silêncios eram mais facilmente consentidos. Imagino que hoje tivesse sido diferente, sabendo eu que com um filho meu o processo jamais se desenrolaria desta forma.

Sei que no ano seguinte foi-me dado a escolher voltar para o colégio ou mudar-me para outro sítio, mas eu tinha ali muitos dos meus melhores amigos e, sabendo que ele teria sido retirado do ensino e da cidade, optei por voltar.

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

**Colégio católico no Norte
F, nascida na década de 1970
As aulas de português**

«O Padre X mandava-nos ler um texto e ia passando entre as mesas das alunas»

Tinha dez anos e é filha de empregados dos serviços. Os abusos ocorriam durante a aula de português. O Padre X mandava-nos ler um texto e ia passando entre as mesas das alunas. Punha-se por trás das nossas cabeças, metia a mão dentro das nossas blusas/camisolas e apalpava-nos as maminhas. Ficava claramente excitado e ia roçando o pénis nas nossas cabeças. Outras vezes, em simultâneo metia os dedos que tresandavam a tabaco nas nossas bocas e ia mexendo dentro na nossa boca e na nossa língua. Íamos adotando estratégias: camisolas de gola alta, alguns colegas rapazes que percebiam o nosso desconforto interrompiam a leitura e faziam perguntas, para o fazer parar. E assim vivemos um ano lectivo, sem percebermos bem o que se passava e sem que alguém qualificasse isto como abuso.

Contou aos pais e a outros familiares: *Não sei se faziam de conta que não percebiam ou se simplesmente achavam aceitável. Ainda hoje rejeita “o toque no peito em relações adultas (consentidas obviamente)”*

[Testemunho retirado do inquérito online]

**Colégio católico na cidade
As aulas de catequese e a confissão
M, nascido nos anos 1980**

«O Padre X aproveitava esses momentos para contactos impróprios com as crianças que confessava. Eu fui uma delas»

Pensei longamente se haveria de submeter esta denúncia. Cheguei a abrir várias vezes o site Dar Voz ao Silêncio, iniciar o formulário e encerrá-lo logo de seguida. Achei-o invasivo e doloroso embora saiba que dificilmente poderia funcionar de outra forma.

As declarações de ontem do Presidente da República fizeram-me reponderar o meu silêncio. Realmente 424 casos são muito poucos. Porque acredito que, como eu, muitos dos que sofremos algum tipo de abuso – a maioria, provavelmente – optaram por manter-se calados.

Afinal, para quem revisitar memórias dolorosas se aprendemos, ou fomos aprendendo, a lidar com elas. Para quem desenterrar o que está bem enterrado no inconsciente, devidamente recalçado e reprimido?

Por uma questão de justiça, bem sei. Para evitar que estes casos se repitam no futuro. Para punir os culpados e afastá-los da Igreja. Mas será que uma comissão nomeada pela Conferência Episcopal e financiada pela própria Igreja Católica terá real capacidade de cumprir estes propósitos? Tenho dúvidas, mas espero que sim.

E é com essa esperança que, apesar de todas as dúvidas, vos envio esta denúncia.

Dos 6 aos 14 anos estudei num colégio (...) que se assume no seu Regulamento Interno como sendo “de inspiração cristã”. Hoje, tal como nesse tempo, dá opção aos seus alunos de frequentarem a disciplina de “Iniciação Cristã”, vulgo Catequese, sob responsabilidade de um sacerdote que a escola designa.

Entrei para a escola na década de 90. Não me recordo, ao certo, de quando comecei a frequentar a Iniciação Cristã. Talvez logo nesse ano, talvez um ano ou dois depois. Portanto, com 6, 7 ou 8 anos. (...) Não pelas aulas de Iniciação Cristã, que, pelo que me lembro, decorriam com normalidade, mas pelas sessões de confissão a que os alunos eram sujeitos em alguns momentos do ano.

O Padre X aproveitava esses momentos para contactos impróprios com as crianças que confessava. Eu fui uma delas.

Pedia que deitássemos a cabeça sobre o seu colo. Pegava-nos, beijava-nos, acariciava-nos, tocava-nos. Não eram abusos sexuais per se, pelo menos visíveis, mas eram contactos

íntimos, altamente impróprios entre um homem de, na altura, cerca de 40 anos e crianças em idade de escola primária.

Eu, que tenho péssima memória para episódios felizes passados nesse colégio, tenho vívidas memórias dessas sessões que aconteciam não na igreja, mas num gabinete do colégio. E que pareciam demorar horas.

Não sabia, na altura, que não era suposto ser assim. Era uma criança. Mas um dia disse à minha mãe que o padre tinha comentado alguma coisa acerca do meu peso. Ela perguntou-me como é que ele sabia. E eu disse que ele nos pegava e sentava ao colo. A minha mãe disse-me que me recusasse a fazê-lo caso ele o voltasse a pedir. E comentou o caso com uma das professoras (...).

Deixei de frequentar a Iniciação Cristã pouco depois. Sei que houve outras denúncias — percebi mais tarde que o comportamento do padre era do conhecimento geral, na escola.

Apesar disso, o padre não foi denunciado nem afastado completamente — apenas deixou, a certo ponto, de praticar as confissões. Continuou a celebrar as missas e a estar envolvido na vida do colégio. (...).

Não faço ideia se este padre continua a ter contacto com crianças em virtude das funções que desempenha. Seja no colégio ou nas paróquias onde trabalha. Espero que não. E também espero que outros o tenham denunciado e que estas denúncias possam servir para repor algum tipo de justiça. Ou, pelo menos, para encerrar de vez este capítulo nas nossas vidas.

[Testemunho recebido por email na Comissão Independente]

4.8.7. Os espaços privativos do padre: a casa e o carro

A casa do padre religioso

As roupas novas que chegaram de Portugal

F, nascida na década de 1970, numa ex-colónia portuguesa em África

«Sentia raiva da minha mãe que devia de me proteger e que me fazia tanto mal, como aquele padre que me violou».

Tive uma infância muito feliz apesar de ter nascido num país como X (em África), das poucas lembranças que me vem à mente ainda me lembro das boas coisas da minha infância (...) A minha infância transformou-se completamente na década de 80 quando os meus pais se mudaram para outra região de Y, estava feliz porque era a primeira vez que toda a minha família iria viver junta na mesma casa, eu os meus pais e os meus dois irmãos mais novos. Fomos matriculados na escola católica.

Comecei a catequese e todos os domingos ia à igreja com o meu pai que era cristão e muito crente em Deus, a minha mãe era muçulmana, mas nunca se opôs à minha ida à igreja católica e eu participava em todas as atividades da igreja e sentia que estava mais perto de Deus e até pensei ser freira.

A minha vida foi-se transformando num pesadelo porque os meus pais brigavam muito e havia muita violência doméstica que eu assistia todos os dias e eu ficava fechada no meu quarto com muito medo.

Começo a frequentar a igreja que era colada à casa do padre A. Era uma vivenda grande e do outro lado era a escola primária. Havia só raparigas, não havia rapazes. Muitas raparigas,....Ele era branco devia ter uns 40 e poucos anos, grande e gordo!

Um certo dia, tinha 8 anos, na saída da catequese o padre chamou-me e disse que tinham recebido roupas novas que vieram de Portugal para as crianças da igreja e disse para eu passar lá por casa. Fiquei muito feliz porque ia receber roupas novas e lindas que vieram de tão longe, Portugal.

Fui a casa do padre como combinado, pegou na minha mão e levou-me para um quarto onde estavam as roupas e fechou a porta à chave.

Havia tantas roupas que eu não sabia como escolher, de repente, ele disse-me para eu me despir e assim podia experimentar e escolher as roupas que eu queria. Ajudou-me a tirar a roupa e disse para eu também tirar as cuecas. Fiquei toda nua mas a pensar que ia experimentar aquela roupa nova e bonita mas estava com medo. O padre acalmou-me dizendo para eu não ter medo que eu ia receber todas as roupas que eu quisesse, mas antes tenho que fazer uma coisa que não podes contar a ninguém porque é pecado. Não podes contar a ninguém e se contares aos teus pais ou a outra pessoa vais para o inferno. Não percebi nada, mas aceitei o “nosso segredo”. O padre puxou-me e começou a tocar no meu corpo, deitou-me numa cama pequena que estava lá e introduziu o seu sexo no meu corpo. Comecei a chorar e queixei-me com dores e ele disse-me para me calar porque podiam ouvir-me e eu poderia ter problemas com ele e com Deus. Eu continuava a chorar e ele tapou a minha boca com as suas grandes mãos e continuou até ejacular. Levou-me depois para o banheiro para eu tomar banho e mais uma vez violou-me.

Eu estava com tantas dores que as minhas pernas tremiam, ajudou-me a vestir e lembrou-me mais uma vez que eu não podia contar a ninguém o que se tinha passado. Peguei num saco cheio de roupa e saí, nem conseguia correr.

Cheguei a casa e fechei-me no meu quarto para ninguém perceber como eu estava, com dores e com muito medo. Naquele momento descobri o BEM e o MAL através das palavras daquele padre. Tinha pesadelos e comecei a fazer xi-xi na cama. (...)

Os maltratos foram tão grandes que ainda hoje tudo está na minha cabeça. Não entendia porque fazia xi-xi só sabia que tinha pesadelos, mas não contava a ninguém o que se tinha passado comigo, tinha medo de ir para o inferno.

Sentia raiva da minha mãe que devia de me proteger e que me fazia tanto mal, como aquele padre que me violou. (...)

Se o inferno existe, ele vai lá parar!

[Email recebido na Comissão Independente, a que se seguiu entrevista presencial]

O padre que promete a entrada no seminário
M, nascido na década de 1970
«era a forma de estarmos em união com o divino»

Nascido na década de 70 numa família de agricultores numa região rural do centro do País, M é abusado sexualmente por um sacerdote com 15 anos, quando frequentava o 9.º ano. Os abusos aconteciam na casa paroquial e no carro do sacerdote (que teria 35 anos), de vez em quando. O padre aproveitava-se na «*confissão para me assediar e promover essas práticas, para a justificação das práticas sexuais de carácter homossexual*»: exibição de zonas genitais, manipulação de órgãos sexuais, masturbação. «*O padre dirigia-se a casa dos meus pais e levava-me para acolitar na paróquia dele que era vizinha da minha e levava-me também a passear no carro*». Alimentava uma narrativa segundo a qual esta «*era a forma de estarmos em união com o divino, justificando-a com o celibato dos padres na Igreja*». Dizia «*que ficaríamos sempre juntos e que me ajudaria a entrar no seminário e a mudar as mentalidades do cristianismo e que esse era o sinal da minha vocação*». E «*pagava-me livros, roupas, pulseiras, passeios e férias e ofereceu mobílias aos meus pais*».

«*Sofri um recalcamento emocional e sexual e uma depressão grave aos 25 anos. Porque em consequência deste processo entrei no seminário aos 18 anos, acabando por não pedir em namoro uma rapariga que amava muito e com quem acabei por nunca ter tido relações sexuais. Durante a depressão e o tratamento com a terapia fui tomando consciência do que se estava a passar em mim: saí do seminário nesse ano da depressão para me curar e ser uma pessoa normal. Casei aos 29 anos e ainda hoje tenho pesadelos regulares com acontecimentos desse período de vida. Tomo medicação para controlar a ansiedade*».

[Testemunho retirado do inquérito online]

O frade que atrai ao quarto
F, nascida na década de 1950

«que aguardasse um pouco para me oferecer um "santinho", ou seja, uma pagela de um qualquer santo, que trazia na sua mala de viagem»

Nascida na década de 50, F residia com a família de proprietários agrícolas numa região do Centro. Pequenita, com 6 anos, foi vítima de tentativa de abuso por parte de um frade menor que *«foi generosamente acolhido em casa de minha avó e pela família também. Era assim. Nas aldeias havia sempre uma família católica de referência que acolhia os membros da Igreja»*. E conta: *«Anualmente, a minha aldeia era visitada por um frade (...) que vinha durante uma semana numa suposta "missão". Hoje, percebo que mais não era do que um pretexto para angariar bens (em géneros e dinheiro) para ajudar no sustento do convento. Durante o dia descansavam e à noite faziam os seus sermões na igreja, algo tenebrosos para uma criança, confesso. Esses frades eram generosamente recebidos em casa de minha avó, senhora viúva e muito respeitada, que vivia ao lado da casa de meus pais. Em casa de minha avó tomavam todas as refeições, mas iam pernoitar a uma outra casa que estava devoluta e pertencia a um casal que vivia fora. Acontece que, tinha eu 5 ou 6 anos, não recordo bem se já estaria na escola onde entrei com 6 anos, e minha avó me incumbiu de ir indicar a referida casa de pernoita ao frade que, nesse ano, vinha pela primeira vez. Devo referir que, naquela época, era normalíssimo as crianças andarem à vontade pelas ruas da pequeníssima aldeia, onde brincavam, visitavam familiares e vizinhos... sem que houvesse qualquer receio por parte dos adultos. Conduzi, pois, o referido indivíduo à casa onde foi acolhido pela filha dos donos da casa que residia ao lado. Ao iniciar o meu regresso a casa, fui incentivada pelo "cavalheiro" a que aguardasse um pouco para me oferecer um "santinho", ou seja, uma pagela de um qualquer santo, que trazia na sua mala de viagem. Assim foi. Mas num ápice, vi-me deitada sobre a cama, sem cuecas, o homem iniciando o toque dos meus órgãos sexuais. Como que por milagre, a senhora da casa voltou, a pretexto de saber se estava alguma coisa em falta e... Salvou-me! Ainda hoje me questiono se aquela aparição repentina foi consciente ou inconsciente por parte da senhora. Anos mais tarde, já ela com bastante idade, tentei saber se ela se recordava do nome dos frades que acolhia, disse-me que não e deixou cair o assunto. Creio que ela se recusava a acreditar que algo mau tivesse acontecido com um elemento da Igreja. Seria impensável, na altura.*

Toda a vida vivi com esta imagem. Na minha infância não percebia muito bem o que tinha acontecido, só mais tarde percebi a gravidade, mas nunca esqueci.

[Testemunho retirado do inquérito online]

Na casa do padre, por cima da igreja
F, nascida na década de 1980

«Pedia-me para sentar no colo e beijou-me»

Nascida na década de 80, filha de professores, F vivia numa Região Autónoma. Quando frequentava o 5.º/6.º anos, com 11 anos, foi abusada sexualmente pelo padre da paróquia, na altura com cerca de 60 anos. *«Eu ajudava na igreja e passava muito tempo na casa dele, a minha família tinha alguma influência na terra» (...)*

«O padre “só” me beijou e não o voltou a tentar porque eu reagi. Disse-me que eu estava confusa, e ainda tentou “seduzir-me” depois, mas deve ter tido receio que eu contasse a alguém. Durante anos não contei nada porque achei que não podia, era o padre e amigo da família. E eu passava muito tempo em casa dele, de certeza que iam dizer que a culpa era minha». Foi uma única vez que tal aconteceu. Quase vinte anos mais tarde, decide contar à Mãe o que se passara: não acreditou.

[Testemunho retirado do inquérito online]

**Pároco diretor do coro na «aldeia muito pequena»
F, nascida na década de 1980**

***«Ele ia me buscar a casa porque eu cantava e havia os ensaios do coro,
que ele dirigia era essa a desculpa»***

F, nascida na década de 80, filha de pais empregados nos serviços, residia numa pequena aldeia de uma região rural do centro do País. Foi vítima de um abuso prolongado, entre os seis e os doze anos de idade. O padre abusador, pessoa de grande confiança da mãe (catequista na paróquia), teria na altura uns 50/60 anos. Entretanto, já morreu.

«Era conhecido por ser uma pessoa controversa, tocava na igreja, falava muito bem e dizia coisas que chocavam, que as pessoas não gostavam! Foi transferido como pároco para esta aldeia muito pequena, depois de ter estado na paróquia X e na paróquia Y. Dizia-se que ele conhecia famílias importantes».

«Não me lembro do princípio nem do fim». Sabe que frequentava o 1.º ano do ciclo e que pertencia ao coro. «A casa do padre ficava ao fim de uma rua, escondida, onde não havia ninguém! Ele ia me buscar a casa porque eu cantava e havia os ensaios do coro, que ele dirigia era essa a desculpa. Depois íamos para sua casa e durante mais ou menos 3 horas, via tv, lanchava e depois sentada no sofá começava a tocar-me. Nunca houve penetração. Só uma vez encostou o seu pénis ao meu corpo. (...) Despia-me mas não totalmente (...) Baixava as cuecas (...) mexia-me e masturbava-me. (...) Não me lembro como terminou, mas talvez o facto de eu ter ido estudar para outra escola fora da aldeia tivesse sido a causa... não me lembro do último dia...a última imagem de que me lembra é de eu própria a masturbar-me».

Conta ao seu treinador, de quem era muito amiga, o que se passara uns quatro anos mais tarde e, há seis anos, a um padre amigo e outro amigo católico, que a pressionaram a falar com a Comissão. Os irmãos só há pouco tempo souberam e, há umas semanas, a mãe. *«Um dia ela disse-me: “esta noite não consegui dormir a pensar nisto... aconteceu-te?!” Disse que sim».*

«Até ter contado e agora a fazer psicoterapia, percebo o sentimento de culpa que sentia e que me impediu de o fazer. Sentia que o que me aconteceu era por minha culpa e era errado! Sabia que era algo de mal, que não queria, que não devia acontecer. Mas não me lembro de ser ameaçada. Sentia-me culpada.

O padre amigo a quem contei, em 2016, aconselhou-me a ligar vos. Já na altura do caso da casa Pia eu congelava quando ouvia as notícias!»

[Testemunho recolhido em entrevista por Zoom]

**No carro, o padre amigo do tio que dá boleia
F, nascida na década de 1950**

«desabei»

Filha de pequenos artesãos, a residir numa região industrializada no Norte, F apanha uma vez boleia de dois padres, um dos quais era colega de um tio também sacerdote. Andava no 2.º ano da escola, tinha 8 anos e foi abusada sexualmente nessa viagem por um deles, na altura com cerca de 30 anos: toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas. Mais tarde, foi vítima de outro abuso, numa situação diferente: *«levaram-me e a outras pequenas para uma casa de Freiras no Porto, com 1 seminarista. Numa sala escura, enquanto o seminarista falava com uma freira, fez o mesmo que o outro padre e tocou-me nas nádegas e na vagina»*. Fez *«tentativas de suicídio, desabei, fiz terapia (psicologia e psiquiatria). Estou a tomar medicação»*.

[Testemunho retirado do inquérito online]

**No carro e em casa
M, nascido na década de 1970**

«na minha cabeça jamais se apagará»

M, nascido na década de 70, era acólito na igreja da sua paróquia. O padre, de cerca de 60 anos, começou a convidá-lo para passeios frequentemente. Teria então 14/15 anos, frequentava o 8.º ano. No carro, ou na casa paroquial, eram praticados os abusos: manipulação de órgãos sexuais (ambos), masturbação (ambos), sexo anal (ao outro), visionamento conjunto de pornografia. Os abusos duraram cerca de dois anos. *«na minha cabeça jamais se apagará e saber que a pessoa em causa aqui jamais pagou pelo que fez»*.

[Testemunho retirado do inquérito online]

**No carro do padre, em sua casa e na sacristia da igreja
F, nascida na década de 1960**

«todas as oportunidades que o padre tinha»

F, nascida na década de 60, hoje emigrante, começou a ter mais contacto com o padre da freguesia onde residia, numa Região Autónoma, quando foi aprender música. Tinha 10 anos, andava na 4.ª classe. Durante cerca de um ano foi vítima de todas as modalidades de abuso sexual consideradas no inquérito, que preencheu: exibição de zonas genitais, manipulação de órgãos sexuais (a outro), toque de outras zonas erógenas do corpo e/ou beijos nas mesmas zonas, masturbação (a outro), sexo oral (a si), cópula consumada. Deste abuso resultou uma gravidez, que foi interrompida. Foram descobertos pela mãe do padre, o qual teria cerca de 50 anos. *«A mãe do padre disse a ele na minha frente que ele nunca mais me tocasse ou ela iria mata-lo com as suas próprias mãos»*

[Testemunho retirado do inquérito online]

5. DO SILÊNCIO À VOZ: AS PALAVRAS DAS VÍTIMAS

Partindo igualmente da amostra, este capítulo recupera as narrativas das pessoas vítimas, tal como surgem nas respostas a várias questões de resposta aberta do inquérito, num complexo registo e leitura de dados qualitativos, tão importantes como subjetivos.

O facto de estarmos perante uma amostra de pessoas com altos níveis de escolaridade e grande capacidade de expressão escrita contribuiu para a produção de um material extremamente rico, do ponto de vista da reconstituição de experiências individuais mas, também, das emoções a elas associadas. As perguntas abertas tiveram níveis muito elevados de participação, o que revelava também a sua grande vontade de, por uma vez, dar voz ao seu silêncio.

5.1. Por que razão resolveu dar agora o seu testemunho?

Uma das perguntas com resposta em aberto, do inquérito elaborado, procurava saber por que razão cada pessoa adulta decidira dar agora o seu testemunho sobre o abuso sexual de que fora vítima na infância. Não só era uma oportunidade para tomar a palavra e obter-se mais detalhes sobre o contexto que envolvera cada situação como — pensando no futuro, em estratégias de escuta de pessoas vítimas ou mesmo de prevenção dos abusos sexuais — se poderia revelar um instrumento muito importante para entender o que determina que alguém, em certo momento da sua vida, consiga finalmente dar voz a um silêncio tantas vezes guardado durante décadas. Porquê agora e não antes?

Apenas 60 testemunhos (12% do total) deixaram o respetivo campo do inquérito em branco. De resto, as respostas preenchidas são de natureza muito diversa, invocando não raramente mais do que um fator que pesou na decisão de tomar a palavra e, muitas vezes pela primeira vez na vida, *«falar disso»*. Apesar desta dispersão de razões e porque na maioria dos testemunhos é sempre destacado um motivo maior, organizámos analiticamente a apresentação de resultados em função desse mesmo relevo.

5.1.1. A Comissão e as notícias

A criação da Comissão Independente, por um lado, o papel da comunicação social — especialmente da televisão, como aliás se veio a verificar noutros momentos posteriores do trabalho — por outro, sobressaem como mediadores fundamentais na tomada de decisão individual para testemunhar. A primeira foi explicitamente referida por 5,5% dos respondentes, a segunda por 15%, sendo óbvia a interdependência entre ambos os fatores

Para muitos, a Comissão surge referida como uma estrutura que ofereceu finalmente uma oportunidade segura e credível para se ser ouvido. As pessoas sentiram-se *«úteis»* e *«em segurança»*, pois não só sentiram que o testemunho que prestavam seria tido em conta (*«não ia cair em saco roto»*), como ninguém as iria *«julgar»* por comportamentos do passado, a que muitos ainda atribuíam a própria culpa. Além disso, a independência face à Igreja, apesar de se ter constituído a pedido desta, e o que foi apontado como o *«prestígio da equipa»*, que reunia nomes de grande *«seriedade e peso»*

públicos, coordenada por um profissional de grande elevação «ética e responsabilidade», são muito referidos.

As palavras-chave que parecem sinalizar a adesão ao projeto de «dar voz ao silêncio», lema tomado pela Comissão no seu apelo às vítimas, foram as seguintes: «confiança», «idoneidade», «competência», «profissionalismo», «independência», «capacidade de escuta» reportada à equipa que apela ao testemunho.

Eis alguns exemplos ilustrativos do acima descrito¹²:

Porque tenho confiança na Comissão criada e no sigilo do depoimento. (T70, M, 1963¹³)

Porque acredito na idoneidade desta comissão e quero contribuir para desocultar os crimes sexuais cometidos por agentes da igreja católica. (T81, F, 1950)

Por só agora (!) ter sido criado um grupo de trabalho independente da estrutura da Igreja, com pessoas competentes e cuja intenção é escutar as vítimas de abuso. Por o Patriarcado de Lisboa saber muito bem o que se passava e a única atitude que teve foi mudar o sr. de paróquia e, mais tarde, enviá-lo para um local distante. Porque estou farto de ouvir dizer que na Igreja Católica portuguesa não aconteceram nem acontecem estas situações. (T119, M, 1980)

Porque tive confiança na vossa comissão e acredito que a igreja quer mesmo mudar. (T121, M, 1963)

Resolvi porque apareceu esta oportunidade! Esta comissão é de pessoas idóneas. (T134, M, 1956)

Porque me parece uma iniciativa séria, independente e descomprometida. (T201, M, 1952)

Depois de ser criada esta Comissão, achei que o que ia vomitar talvez já não caísse em saco roto... (T241, F, 1964)

Porque pela primeira vez sinto que existe alguém que oiça os sobreviventes destes episódios e que conseguia de algum modo ajudar a superar estas situações e a diminuir o impacto que tem nas nossas vidas. (T276, F, 1964)

Porque só agora é que sinto que estou em segurança, me sinto capaz de falar e porque devo isto ao meu filho e a esta sociedade podre. (T316, F, 1971)

Vi na televisão. Nunca ninguém tinha acreditado em mim e, agora, posso contar a quem acredita. (T326, F, 1959)

Se não houvesse esta comissão não o faria, não encontrava motivo. Já passou muito tempo. (T488, M, 1981)

¹² Os testemunhos são transcritos tal como constavam da base de dados — não surpreende, por isso, que se encontrem erros ortográficos, gramaticais ou de pontuação, por exemplo.

¹³ Para preservar o anonimato das vítimas, cada testemunho (T) é apenas identificado pelo número sequencial do depoimento validado, o sexo da pessoa vítima (Feminino: F/Masculino: M/Outro) e o seu ano de nascimento.

Porque finalmente, acho que esta comissão pode fazer a diferença na vida de algumas pessoas! (T518, F, 1971)

Já o queria ter feito há mais tempo, mas nunca surgiu o meio ideal para o fazer sem ser dirigir-me diretamente ao Bispado. (T185, F, 1998)

O reconhecimento profissional de que gozam alguns membros da equipa, nomeadamente as suas «personalidades» mais mediáticas que têm um lugar assíduo no espaço público (especialmente a televisão), não podia deixar de ter um impacto positivo em largas franjas desta população, que as referiu desse modo, como ilustram os excertos seguintes:

Vi a constituição da equipa da comissão e agradou-me imenso! E no dia 10 vi o Dr. Pedro e o Dr. Daniel Sampaio, e o Laborinho Lúcio, e tirou um grande peso de mim! (T25, M, 1956)

Por ter essa oportunidade dada por uma equipe de prestígio. Por contribuir para o estudo da realidade dos abusos na Igreja católica Portuguesa. (T16, F, 1957)

Já andava para o fazer há tempos, vi o senhor doutor da vossa comissão no meu trabalho e achei que era verdade, pela cara dele confiei mas ainda o faço a medo. (T347, F, 1978)

Vi que a Comissão ganhou um Prémio, penso que ainda vou a tempo de dar a minha opinião. Não o fiz antes pois a gente tenta fugir de pensar nestes pesadelos. (T515, M, 1988)

O papel da comunicação social constituiu, sem dúvida, um fator-chave para captar a atenção das pessoas para o tema e levá-las a colaborar ao longo de quase dez meses de trabalho. Sem ela, não teria sido possível a Comissão Independente ter chegado à esmagadora maioria das vítimas, tanto em Portugal como no estrangeiro. Por diversas formas, com cariz mais popular ou de grande tabloide, ou por artigos, entrevistas ou comentários de fundo, é à própria fortíssima adesão da comunicação social como um todo que a Comissão deve a divulgação continuada do seu apelo, conseguindo chegar assim onde chegou no curto espaço de tempo previsto e tendo como possíveis os seus meios próprios.

A televisão foi, aliás, o meio mais poderoso para atingir este objetivo, o que não surpreende, tendo em conta a sua presença muito intensa no quotidiano dos portugueses: dados recentes registam que 90% da população vê televisão todos os dias, muitas horas, em grande contraste com outras práticas em decréscimo, como a leitura de jornais ou a audição regular de rádio, por exemplo — Machado Pais *et al.* (coord.), 2020. Sempre que se «*via na tv*» notícias sobre a Comissão, incluindo as suas regulares conferências de imprensa, as reportagens de jornalistas sobre casos de abuso sexual na Igreja, algumas entrevistas mais alargadas ao seu coordenador, notava-se de imediato uma afluência de respostas a inquéritos na respetiva base de dados. Essa realidade está bem patente nas respostas dadas por muitas das pessoas vítimas e prova como qualquer campanha pública de sensibilização para um problema não pode, atualmente, prescindir deste meio tão significativo para grande parte da população-alvo.

Atente-se então nos seguintes testemunhos:

Porque vi o anúncio nas notícias. (T54, F, 2004)

Porque apareceu na televisão e é um alívio poder gritar e vomitar esta dor. (T78, F, 1973)

Já liguei duas vezes antes, mas acabei sempre por não contar e dizer que voltaria a ligar. Hoje estava aqui sozinho no trabalho a ver notícias sobre a Comissão. E ganhei coragem. É a primeira vez que conto a alguém, é difícil. São quase 50 anos com este peso. (T388, M, 1965)

Por via da televisão e de todas as notícias que estão a dar em Portugal. (T407, M, 1959)

Porque apareceu a comissão. Vi a conferencia de imprensa. (T153, M, 1975)

Porque apareceu na TV e tive dúvidas, mas acabei por ligar. Para que abrir mais uma ferida? Não dá para carregar num botão e apagar tudo. (T179, M, 1967)

Vi em casa da minha avo a dar no programa da tarde e decorei o numero e vim ver. (T190, M, 2006)

Ouvi na televisão. Se toda a gente falar, pode ser que estas situações deixem de acontecer. (T227, F, 1953)

Porque ouvi nas notícias que são à volta de 300 casos e isso é impossível. Isso seria só no meu seminário. Se fossem 3000 era pouco!!! Devo ter sido o primeiro do meu seminário a testemunhar!!! Pensei muito e decidi telefonar! (T306, M, 1960)

As presenças do coordenador da Comissão na televisão, que de início se procuraram mais regulares e depois mais contidas, abordando apenas a mensagem genérica e não o comentário de «casos» específicos ou apenas «números», valorizando a voz de cada pessoa como importante e possível de manter em anonimato, incluíram programas de grande informação ou de entretenimento familiar, em que se desejava passar ainda uma mensagem empática de respeito e proximidade com as pessoas vítimas, tiveram um impacto global notável, como se depreende dos excertos apresentados de seguida (de notar que a Comissão decidiu concentrar exclusivamente no seu coordenador esta missão, sendo que a sua voz era, nestes momentos, a que também representava a consonância de toda a equipa):

Vi ontem o Dr. Pedro a falar e resolvi dar o meu testemunho. Perdi a confiança na Igreja. (T26, F, 1960)

Após entrevista do Dr. Pedro Strecht na Televisão no dia 11 de outubro... as suas palavras tocaram-me no coração e a minha memória recuou no tempo. (T500, M, 1963)

Vi conferência do Dr. Pedro Strecht na tv dia 11 outubro. Fiquei muito comovido e recordei estas memórias. (T501, M, 1958)

Após programa da RTP 3, mexeu comigo e certas memórias. (T425, F, 1954)

Porque acabei de ouvir a entrevista do Pedro Strecht na Grande Entrevista e acho importante, não só para o trabalho, como para mim próprio: desabafar, apesar de incógnito, porque nunca é tarde para nada. (T420, M, 1961)

Incluir a diáspora portuguesa na campanha de apelo ao testemunho, uma vez que já se incluíam alguns testemunhos de portugueses a residir atualmente no estrangeiro, e que explicitamente se realizou no mês de agosto foi importante, pois — para além da quantidade de emigrantes existentes — estas são pessoas que, ao deixarem o País, se distanciaram das suas comunidades de origem e ganharam outra capacidade crítica face a situações vividas na sua infância. Muitos deles, mais ainda, reconheceram a mensagem que lhes foi dirigida e que os encorajou a falar:

Eu vejo notícias aqui na Suíça. Estou atento, vi na televisão o vosso doutor que manda da comissão. (T172, M, 2002)

Pois vi o vosso apelo aos emigrantes e gostei, obrigado a gente parece que só existe para mandar dinheiro a Portugal e vir às festas à freguesia. (T416, M, 1968)

Vi notícias em Portugal, mas não quis de lá escrever nada. Agora escrevi com a ajuda de uma rapariga portuguesa que é ela que está a escrever isto para mim, eu não dou muito para os computadores. (T418, F, 1955)

Para além da televisão, houve pessoas que referiram ter decidido testemunhar a partir da leitura de certos jornais diários ou semanários — nacionais ou internacionais, bem como regionais ou locais e ainda revistas semanais — ou das notícias da rádio (também nacional, local ou internacional), tidas como fonte de credibilidade do trabalho da Comissão:

Vi no Expresso e resolvi recortar a notícia, guardei o. (T154, M, 1935)

Por que conheci o portal através de um jornal e quero contribuir para o fim deste absurdo. A minha experiência foi de apenas algumas horas, há quem passe por isso diariamente por anos. (T186, M, 1992)

Tenho seguido o vosso trabalho e vi a entrevista de um dos vossos membros num ponto de informação jesuíta. (T243, M, 1979)

Já tinha ouvido do vosso trabalho. Vi por colegas a entrevista do Dr. Pedro Strecht al periódico de Catalunha e depois pesquisei. (T245, M, 1998)

Ontem vi na televisão e já tinha lido no jornal do Correio da Manhã que este trabalho estava para acabar. (T513, M, 1954)

J'ai vu dans Le Monde un reportage sur votre commission. J'avais pensé de témoigner auprès de la CIASE, mais comme l'abus avait été commis au Portugal, j'ai envoyé le mail. Vous m'avez répondu tout de suite, c'était chouette, j'ai pris du courage pour parler. (T289, M, 1974)

Vi o número da comissão no jornal logo no início e fiquei a amadurecer. Tinha que dar o meu testemunho. Nunca contei a ninguém! Esta experiência deixa sempre mágoa! (T302, M, 1955)

Porque me apercebi que, através da Renascença, houve uma quebra, houve alguém, pela primeira vez, que decidiu tocar na ferida e sem vocês se aperceberem estão a ajudar muita gente. Ajudou-me a mim. Ser a rádio Renascença a passar esta informação, deu-me consciência da credibilidade do estudo. (T279, M, 1965)

O papel das redes sociais, que inicialmente se pensou facilitar a divulgação da mensagem a outras faixas de pessoas, aparece nestes registos como claramente residual (referidas apenas por três pessoas), bem como o do anúncio através de outras entidades contactadas pela Comissão, tais como Câmaras, associações de vários tipos, como Freguesias, Farmácias ou Centros de Saúde, através das quais pretendíamos chegar a meios sociais mais desfavorecidos e do interior do País. Como exemplo destes casos, justamente os de duas pessoas do sexo feminino, que se descrevem com baixos níveis de instrução académica e que pedem ajuda a outras mulheres para preencher o inquérito:

A minha avó que tem 81 anos foi ao Centro de Saúde. Eu sou uma neta, sou Auxiliar Educativa. Para meu espanto ela viu lá o vosso cartaz. Sabe ler pouco e pediu para eu explicar. Então ela disse que dantes isso acontecia muito e ninguém podia falar nada. Era calar. Perguntei-lhe se também a ela e ela disse que sim e contou-me algumas coisas que eu fiquei chocada e quis eu vir e preencher por ela. (T507, F, 1940)

Vi pelo Centro de Saúde. Já sabia do vosso trabalho mas não tinha vagar de ver os contactos e pedi a uma colega para me ajudar a preencher agora na net, pois ela percebeu-me e não é vergonha ter confiança. (T509, F, 1970)

No que constitui outro sinal da importância da televisão como meio de informação e influência na adesão à participação neste estudo, houve uma quantidade significativa de pessoas abusadas que decidiram fazer o seu testemunho perante notícias que, em certos momentos, incluíram declarações de diversas figuras públicas que as deixaram «incrédulas», considerando-as «insultuosas», «revoltantes» e «inadmissíveis». Cerca de vinte pessoas, quase todas do sexo masculino, referiram explicitamente na sua resposta que tais comentários foram responsáveis diretos pelos seus depoimentos enviados posteriormente à Comissão:

Gostaria de aqui apresentar um depoimento que reputo de denúncia, agora que julgo existirem condições estruturadas e credíveis, apesar de ainda há poucos dias ouvir um ilustre Prelado, o Bispo de Porto, falar que «... neste tempo de puritanismo, iriam aparecer muitas denúncias...», coisa que repudio em absoluto porque, para além de não me considerar, de todo, puritano, desde logo, parece consubstanciar uma espécie de justificação que anuncia o renovar do constante encobrimento por parte de muitos, ao longo de décadas, como aliás julgo que se passou no caso que agora pretendo denunciar. (T338, M, 1956)

Por causa das declarações infelizes do Sr. Presidente da República. Fomos muito mais de 400. Muitos calámos, por medo, vergonha, por ter sido há tanto tempo... Mas não esquecemos e nunca esqueceremos. (T465, F, 1974)

Por revolta. A coisa já andava mal, agora de ontem com o Marcelo a falar, deu uma revolta que não sei explicar. Achava que não valia a pena falar, pois já

muitos tinham falado por minha vez, mas assim não dá, é uma revolta que não se explica. (T468, F, 1985)

Sinceramente tenho seguido o processo em Portugal, acho lindamente o que estão a fazer. Nunca achei que o meu depoimento fosse algo de importante a realizar, pois eu estou bem, considero-me equilibrado, esse crápula já morreu, mas com sinceridade absoluta chegaram-me notícias da posição ontem assumida pelo Presidente da República que achei de uma desilusão imensa. Como é possível? Reagi e disse para comigo, se assim pensa o nosso mais alto representante, vai mais um para não achar que são «poucos» ou é «normal». (T469, M, 1991)

Por o PR ter dito aquelas aberrações. (T473, M, 1953)

Acho que, durante cerca de 60 anos, um ato que hoje se considera de abuso sexual praticado por um membro da Igreja, não me causou problemas. Foi assunto a que não dei importância talvez pela idade, ambiente e condições em que foi praticado. Tinha eu 10 anos feitos e em Outubro de 1959 entrei como seminarista do primeiro ano, na casa (...). Logo nas primeiras semanas adoeci com qualquer coisa no ventre. Fui acamado numa enfermaria onde regularmente durante o dia o Padre X julgo que na altura o diretor ou o decano dessa congregação, se sentava numa cadeira à minha cabeceira e introduzia a sua mão acariciando-me o baixo-ventre e região genital. Perguntava-me se era aí que me doía massajando-me essa zona com insistência no pénis. Não me lembro de ter tido qualquer ereção. Não teria idade para tal! O que é que me faz hoje enviar este relato: a polémica que se gerou a propósito do relatório sobre ao assunto e das declarações do Presidente da República. Afinal acho que há muitos mais casos do que os 400 e picos desse relatório. (T482, M, 1949)

Quis sempre ficar calado mas agora passou-me uma nuvem de revolta quando ouvi o Presidente Marcelo e o António Costa a dizer que era pouco, que já se esperava. Não sabem o que a gente sente no momento e para o resto da vida, mas ao menos podiam ter respeito, nada só uma vergonha. (T489, M, 1980)

Sei que o prazo vai terminar no final de outubro. Não me sentia bem comigo mesmo se não partilhasse. Fiquei extremamente indignado (e essa foi uma das razões que me fez ligar) com os comentários do Marcelo Rebelo de Sousa. Fiquei de tal modo indignado que criou muita revolta. (T505, M, 1954)

5.1.2. A relação com a Igreja Católica portuguesa: retaliação impulsiva vs. colaboração compreensiva

Um outro grupo de respondentes, também com expressão significativa na amostra (11%), refere que a sua decisão de testemunhar se deve à relação contundentemente conflituosa ou, pelo contrário, moderadamente pacífica e compreensiva, com a Igreja Católica portuguesa.

Entre os primeiros, move-os um sentimento repetidamente descrito como de «revolta», «raiva», «zanga» face à indiferença perante os crimes de abuso sexual de crianças e a referência à sua ocultação («sabiam», «mandavam calar», «mudavam-nos de lugar para ficar tudo na mesma»), sucessivamente cometidos durante décadas, a

referida indiferença perante as pessoas vítimas descritas em lugar secundário diante dos desígnios da Igreja enquanto instituição ou mesmo perante a singularidade de alguns dos seus membros (*«protegem-se primeiro a si»*, *«o senhor Bispo o que quer é comer bem e beber melhor e o resto não lhe interessa»*), a proteção sistemática das pessoas agressoras a par do silenciamento das vítimas: *«Estive diante do Bispo. Quando quis dizer o nome de quem me fez aquilo, ele olhou para mim e fez o sinal dos três macacos: não queria ouvir, nem ver, nem falar. E ainda acrescentou que se eu o dissesse mas fosse mentira, que movia um processo contra mim... Fiquei de rastos»*.

Quanto aos do segundo grupo, a sua postura é simultaneamente de aceitação desta realidade, confirmando que houve situações muito graves neste domínio mas, ao mesmo tempo, também entender ser este o momento para colaborar num esforço histórico da Igreja *«santa e pecadora»*, ou da Igreja *«que pode pagar o preço de uma boa purificação»*, vendo nessa mesma colaboração a hipótese de confirmação de mudança que esperam, neste campo e também noutros, destacando muitos deles a sua identificação com a posição assumida pelo Papa Francisco.

A maioria, porém, pretende através do seu testemunho revelar os sentimentos negativos, de *«deceção»*, *«abandono»*, *«hipocrisia»*, com a instituição que, reforçam, não os soube proteger naquelas situações, nem posteriormente reconhecer o respetivo erro e, como por muitos afirmado, *«saber pedir perdão»*. É preciso denunciar, para que a Igreja tome consciência destas tragédias humanas com impacto devastador na vida das pessoas, para que fique provado que se ocultaram crimes para proteger a instituição, que as queixas e o sofrimento das vítimas foram ignorados ou silenciados, que a mudança de sacerdotes de paróquias aconteceu ou que *«o ambiente de impunidade era total»*.

As palavras usadas para classificar estas situações e seus protagonistas foram sempre de tonalidade muito direta e dura, e, em diversos casos, mesmo no que diz respeito à descrição concreta de pessoas abusadoras (atualmente ainda vivas ou já falecidas) e locais de crime (uns, entretanto encerrados, outros ainda existentes), amplamente coincidentes em cruzamento de informação obtida em outras frentes de trabalhos: *«monstruosidades»*, *«asqueroso»*, *«nojento»*, *«desprezo»*, *«vingança»*, *«asco»*, *«hipocrisia»*, *«terror»*, *«vergonha»*.

São elas que surgem, justamente, nos exemplos que de seguida transcrevemos, alguns deles muito veementes e:

... por zanga e revolta:

Porque está tudo a vir ao de cima e quero que haja vingança e que se veja se há mais pedófilos em instituições. (T35, F, 1958)

Porque sinto revolta, não tanto pelo o que aconteceu, mas pela atitude que preside aos membros da igreja: a desvalorização e a falta de dignidade com que olham o próximo, neste caso a vítima. (T49, F, 1961)

Porque não confio na igreja e acho profundamente lamentável que instituições que devem amparar, cuidar e ajudar, configurem as monstruosidades que temos sabido nos últimos anos. O meu desprezo pela igreja católica é tamanho que fiz questão de não batizar o meu filho. (T9, F, 1964)

Já tinha dado o meu testemunho aos membros do Tribunal Eclesiástico, quando lá fui chamada. Escrevi, por duas vezes, ao Papa Francisco, das quais nunca obtive resposta. É um tema que revolta. Revolta porque quem o faz não assume

e não tem noção do mal que causou, ou se tem faz de conta que não! Tal como já disse, não sou capaz de ficar indiferente porque vivi a situação na primeira pessoa. Custou-me anos de vida. Anos que, olhando para trás, poderia ter vivido em pleno algo da minha idade e não me foi permitido por ele. (...) Não se podem continuar a omitir casos e quando estão visíveis simplesmente trocar os padres de paróquia. Para que mais pessoas não passem o que eu passei. Para que mais pessoas não tenham os sonhos fracassados e sobretudo que não passem por estes e outros tipos de abuso! (T125, F, 1990)

Por indignação com a igreja católica, que sempre compactuou com estes abusos... por raiva daquele padre asqueroso. (T152, F, 1973)

Para que quem de direito possa avaliar a «cobardia das vestes» e o que se passa na mente de pessoas que deveriam dar o exemplo de cidadãos, educadores e «pastores» ímpolitos. (T354, F, 1953)

Porque finalmente ao fim de séculos de terror e inquisição a mão pesada da igreja católica já é mais gelatinosa... (T356, M, 1953)

Por achar que a hierarquia da Igreja Católica desde há décadas que tem um comportamento miserável e hipócrita relativamente aos abusadores, à homossexualidade e à sexualidade em geral. Basicamente não percebe nada da sexualidade humana mas opina e faz doutrina do que não sabe (...). (T328, M, 1969)

Por revolta e porque me aconselharam. Ele foi colocado pelo Bispo num Convento fora de Portugal mas às vezes ainda vinha dar ali missa e tinha a lata de dizer que era tudo mentira e que só o estavam a perseguir. (T365, M, 1990)

É necessário revelar a vergonha do que se passa no interior da Igreja Católica. (T379, F, 1981)

Exatamente pelo que disse: zanga, revolta. O assunto estava em mim, mas guardado e assim há de permanecer, nunca o desabafei e vai assim pois não verão nunca a minha cara, não vão saber do meu nome, mas eu existo, eu fui abusado por um Padre e sim ele estragou a minha vida. Não é mentira, espero que já tenham alguém que vos tenha dado este nome. Mas já agora os nossos «grandes» ficam a saber que há mais, claro que há e são verdadeiros. (T484, M, 1990)

... pela ocultação, por nada ter sido feito:

Porque apresentei queixa e nada foi feito até agora, senão manobras de coação sobre mim. (T58, F, 1979)

Por amor à verdade. Por amor à justiça: tenho asco à hipocrisia, ao «dois pesos e duas medidas» e à ocultação. Porque tendo esta oportunidade, me parece importante que todos prestem o seu testemunho de modo a que a igreja seja confrontada consigo mesma e, talvez assim, reflita e se torne mais humilde e humana. (T141, M, 1966)

Porque só agora parece haver algum interesse em esclarecer estes crimes e fazer justiça. Antes, a igreja não era questionada de todo. Tudo o que o clero fazia era aceite ou escondido, mesmo que fosse crime, e sempre houve um ambiente de

impunidade total. As autoridades locais sempre tiveram uma relação pouco saudável com o clero. Num país que se declara laico, os líderes de (apenas) uma religião continuam a abusar do poder. Os padres cometem crimes de abuso sexual e as autoridades eclesásticas não os denunciam às verdadeiras autoridades, mudam-nos apenas de paróquia, onde eles voltam a cometer o mesmo crime, com a conivência de todos. Para além disso, ser vítima de abuso sexual, muitas vezes, corresponde à pessoa ser novamente violentada na «praça pública», pois em vez de se punir o criminoso, culpabiliza-se a vítima, imputando-lhe comportamentos pouco corretos. Ainda hoje, um crime de abuso sexual é uma vergonha para a vítima e quase nunca para o criminoso. (T158, F, 1969)

Porque não aguentava mais. Há 2 anos, fui então recebida pelo senhor bispo de (diocese) que me proibiu de dizer o nome do alegado abusador, pois se não teria que abrir um processo contra ele, mas eu podia ser alvo de um processo de difamação. Fui falar com a Comissão Diocesana de (diocese) apresentando queixa. (T272, F, 1979)

Custa-me saber que essa pessoa possa ter abusado outras crianças (agora, já não acredito que o faça) e a reação, na altura, do sacerdote a quem foi denunciado o abuso pela minha mãe. (T64, F, 1968)

(...) Apesar de o sacerdote ter sido chamado, ao ter negado, e por estar de saída das paróquias, não houve qualquer averiguação. Para além disso me ter feito sentir um corporativismo eclesástico, que procurava abafar estes temas, fez-me também sentir que não se tinha feito justiça. Ao perceber que com esta Comissão Independente poderia falar em tudo o que se passou, deixou-me mais tranquilo. Não que apague o que aconteceu, mas que faça com que haja uma maior consciencialização da monstruosidade que são estes atos. E que, o tempo que estive em silêncio sofrido, não aconteça com outros. (T455, M, 1995)

... o poder absoluto, a impunidade do padre:

A situação ocorreu há quase 50 anos. Felizmente para mim foi ligeira porque eu não fazia parte do meio em que aconteceu. Estava de férias lá e sentia o padre como uma figura medieval. Mas a impunidade e a falta de respeito com que avançou sobre o corpo da menina adolescente confiante que eu era permanece como um ato de domínio e de desrespeito acalentado pelo estatuto religioso, animado por uma visão corporativa e perversa do papel do padre. Quando lembro o assunto, ainda sinto ofensa pelo gesto traiçoeiro de alguém em quem eu confiava e preferia viver sem esta recordação. (T20, F, 1959)

Aliás faz muito tempo que penso em procurar o padre que me agarrou, é fácil, continua aqui no (concelho) num lugar de destaque na igreja, e dizer-lhe que estava errado, que não tinha o direito de fazer o que fez. Se pedir desculpas, o que duvido, vai-lhe fazer bem. O vosso passo ao criar esta iniciativa foi bom. Bem hajam. (T80, F, 1960)

Era pena eu morrer e o Padre X ser canonizado. (T90, M, 1960)

Contei agora porque os padres saem sempre impunes. Tive uma educação muito religiosa e eles eram os «reis absolutos». (T128, F, 1941)

Porque os padres, e outros intervenientes da igreja, usam e abusam do seu estatuto de forma impune. Nem os meus pais acreditaram: a minha mãe viu-me a sair em lágrimas e não o conseguiu confrontar por medo do que poderia ser dito pela comunidade. O meu pai sugeriu que era invenção para não ir à missa/catequese. É meu dever como cidadão, e ainda pelo pouco que posso ter de cristão, ajudar a que não volte a acontecer no futuro a outros. (T171, M, 1977)

Tenho 61 anos. Uma forma mais madura de ver o mundo. O que me rodeia e a mim mesma. Penso em um dia falar novamente com o padre X. Mas desta vez, sem medo, sem culpa, sem vergonha. Mais para bem dele, do que do meu. Porque deram este passo, criaram este inquérito, esta abertura para as vítimas falarem. Mesmo que nada resolvam de concreto, que fique só uma estatística, acredito que para muitas vítimas que foram abusadas na carne e na Alma, possa haver algum alívio. Não é fácil. Um pequeno gesto, um toque, um olhar é o suficiente para abalar e destruir uma criança. Como será viver tendo sido abusado na carne e no espírito?! Em meu nome e de todos os que de algum modo sofremos o que não deveríamos ter sofrido, nas mãos de padres e muitos outros, que nunca serão castigados pelo mal que fizeram, desejo-vos um bom trabalho. Grata por nos ouvirem e acreditarem em nós e não e apenas e só na palavra dos padres, freiras e outros abusadores. (T224, F, 1960)

Sei que o (atual) Padre em questão, Padre X, está perto da minha terra Natal (em Y). (T341, M, 1975)

Em outros casos, surgiu, de forma significativa e impulsionadora do testemunho, a questão do desamparo social e económico sentido na infância que, revisto *a posteriori*, reforçou as ideias de «revolta», «zanga» ou «humilhação», diante daqueles em quem, existindo uma confiança básica, não mais atuaram (abusando e silenciando) do que em exercício do seu próprio ascendente e sobre a fragilidade da vítima. Também por isso, a UNICEF, nos seus relatórios atualizados sobre o tema do abuso sexual de menores (UNICEF, 2022), não cessa de referir que, no geral, a maior percentagem de situações continua a existir de forma proporcionalmente dispar em lugares onde fatores como a pobreza e a exclusão social dominam os modelos sociais e económicos vigentes.

No caso do presente estudo, eis mais um exemplo de uma pessoa do sexo feminino, nascida em 1970, com menor nível de escolaridade e origens sociais desfavorecidas, que aponta para essa mesma causa de base: «os *mais pobres* (como ela) *eramos mais abusados*». Por isso decidiu prestar o seu testemunho, nos seguintes termos:

Porque mais vale tarde que nunca. E ainda bem que isto rebentou. Porque nós passamos por muita pobreza, muitas dificuldades e sempre me pus a pensar que essa gente também abusava mais dos que eram mais pobres pois ali ninguém podia falar, nem tinha-mos poder para tal. Tal facto ainda hoje me dá revolta e enche de injustiça. (T519, F, 1970)

Um outro grupo de respondentes, este definindo-se maioritariamente como católicos, alude também à relação que mantém com a Igreja Católica como motivo para dar voz ao silêncio. Neste caso, porém, trata-se de participar construtivamente, mesmo

na posição reconhecida de vítima, mas distinguindo «a parte» do seu todo, de prestar colaboração a uma iniciativa que se considera finalmente como posta em prática.

Para esses, é certo que a Igreja, ou alguns dos seus membros, «pecaram» (isto é, foram ou são abusadores ou ocultaram o que conheciam), mas o importante é dar-lhe agora instrumentos para reavaliar o passado, confrontar-se com a verdade dos factos e purificar-se através da transformação (re)construtiva dos seus erros. «*Todos devemos contribuir para uma Igreja mais sã*», para «*uma melhoria da Igreja*». O impulso dado, em particular, pelo Papa Francisco a esta mesma causa, aludindo a uma atitude de «tolerância zero», tocou muitos católicos, praticantes ou não, e contribuiu na visão dos mesmos para «*vencer receios*».

Como descreve um testemunho recebido é o «*respeito absoluto por Jesus Cristo e Sua memória*» que o levaram a participar. Eis alguns exemplos destas atitudes, transcritas nestes excertos:

Sou crente e sinto-me acolhido por uma Igreja santa e pecadora. Ainda assim considero que a Igreja deve assumir e responsabilizar-se pelos erros dos seus membros e perceber que o silêncio e o encobrimento de situações semelhantes não pode, nunca mais, acontecer. (T6, M, 1972)

Senti-me com coragem depois do santo padre ter dado liberdade para se fazer isto na igreja. (T46, M, 1957)

Tendo conhecimento da existência deste instrumento da Igreja Católica em Portugal, achei por bem colaborar. Fiquei triste pelo facto de o provincial daquela congregação nunca ter respondido ao meu mail em que lhe comunicava o facto ocorrido e o nome do padre que praticou um abuso que era aparentemente leve mas que teve consequências em mim. Além do mais, o bispo amigo ao qual me referi precedentemente, insistiu para que eu o comunicasse pois pode ter acontecido que a pessoa em questão tenha decidido tornar-se membro daquela congregação onde sabia que iria ter contacto com muitos adolescentes. Enfim porque persiste em mim uma dúvida: no final daquele ano letivo, aquele padre levou um meu colega a tomar banho num rio próximo e o colega afogou. Impressionou-me muito ver aquele menino morto. Com o tempo, removi da minha memória o abuso de que fui vítima mas, ao recuperar a memória, associei aquela morte à ideia de um possível abuso. (T52, M, 1956)

Sensibilidade da Igreja Católica para um problema real e muito comum mas sempre ignorado ou escondido. (T75, M, 1955)

O saber que finalmente a Igreja teve de se curvar perante os factos que até agora negou. Poder, com este testemunho, ser mais um número e que seja um incentivo a todas/todos que por ela foram abusados directamente ou indirectamente por todos os membros que optaram por descredibilizar, silenciar e quando muito transferiam os abusadores de paróquia em paróquia. Porque tenho a Esperança de que a Igreja Católica passe a adoptar uma atitude mais humilde e de respeito para com todas as Pessoas. Porque acredito em Vós, equipa que aceitaram levar a cabo este labor e confio que não sereis permeáveis a pressões externas e que se o forem, Acredito que Denunciem. (T100, F, 1960)

Considero que o Papa Francisco deixou bem claro a necessidade de se admitir a existência desses abusos para não se repetirem. Sinto-o como uma obrigação. (T104, F, 1959)

Pela publicitação nos media, a pedido do Santo Padre, o procurar clarificar e limpar a imagem de falta de impunidade na Igreja. (T114, M, 1976)

Vi na Internet e senti vontade de contar o que nunca falei. E poder dizer o porquê, como religiosa, sinto dificuldade de confessar. (T116, F, 1977)

Por surgir esta Comissão e por sentir a necessidade de ajudar a Igreja a purificar-se. (T146, M, 1979)

Considerar esta uma oportunidade para a Igreja alterar a sua consideração da sexualidade na formação dos seminaristas. A formação do seminário deve ser revista urgentemente, sob pena de perdas psicológicas para seminaristas que não são acompanhados de forma devida. Também se mostra o único meio possível para serem escutadas as vítimas daquele período, dado que o Reitor do Seminário X não aceita testemunhos indiretos nem escuta de forma conveniente os seminaristas. (T169, M, 1997)

Não sei... mantenho o receio da mediatização desnecessária destas situações, pois quando acontecem só têm como intuito o descrédito da Igreja. Mas ver os intervenientes promoverem-se, seguirem vida, como se nada fosse e mais, julgando-se defensores da dignidade da igreja, é uma afronta a quem sofreu situações destas. Nunca pedi condenações em praça pública nem jurídica, somente averiguações e actuação interna. Nunca aconteceram. (T176, M, 1986)

Ouvi o Padre X de Braga dizer «consigo-me libertar». Não queria falar, mas pensei nisso e noutras crianças da altura que poderiam também testemunhar e que já não estaria só. (T223, F, 1961)

Desde os anos 90 carrego este peso. Não é porque não tenha feito tudo o que me pareceu possível, mas não teve qualquer andamento. (...). Na 6a feira santa tomei a resolução de comunicar. Não pretendo (...) qualquer mal para o padre. Numa das reuniões que tive com o Bispo X disse-lhe que acreditava na Igreja de Jesus Cristo e não nesta. Com muita dor, perdoei... mas não posso esquecer, agravada com esta inquietude de não ter a certeza de que continua a fazer estragos. (T312, testemunho prestado pela Mãe de M, 1980)

Contribuir para a renovação da Igreja. (T450, M, 1963)

Porque tomei conhecimento que alguma coisa está a ser feita e porque considero este problema mais vasto e generalizado do que aquilo que pensamos. Sei que muitos seminaristas como eu, eram chamados ao quarto do padre. Sei que este fazia carícias a muitos deles (mas não a todos). Não sei de atos sexuais com penetração, mas eles deveriam existir, pois, certamente, penso-o hoje, que o padre em causa, só avançaria para o ato sexual, se o jovem que tinha ali sentado no sofá, a quem ele iniciava as carícias, se não revelasse rejeição e desse sinais claros que podia avançar, isto é, só havendo continuidade (retribuição) por parte do jovem das carícias do padre é que este avançaria para o ato sexual. (T386, M, 1966)

5.1.3. Os «outros» significativos

O papel direto de familiares, amigos, colegas de trabalho, namoradas/os, madrinhas pode também ter sido decisivo para que a pessoa vítima de abuso na infância decidisse agora testemunhar. De facto, como na unanimidade das referências bibliográficas, o abuso sexual de uma criança não a afeta apenas a ela: produz habitualmente um «efeito de cascata» sobre todos os que a envolvem em vários domínios, o mesmo acontecendo quando este é revelado anos depois.

Este ponto destaca bem a importância de uma atual comunidade envolvente e atenta ao bem-estar dos seus membros, capaz de os ouvir no seu sofrimento e orientar na sua superação posterior, facto que é visível ser registado como um avanço cultural no que muitos designam por «literacia emocional» do mundo interior dos mais novos. No nosso estudo, registaram-se 7% de respostas deste tipo. A rede de proximidade física, mas sobretudo aquela que é movida na esfera afetiva e relacional, é a que mais «convence» e se oferece para ajudar a contactar a Comissão, a preencher o inquérito, a dar «apoio» e ser solidária na revelação de um segredo tão íntimo quanto devastador.

Neste estudo, há diversos registos de sacerdotes que, por vezes, pertencem a essa rede de amigos e insistem, segundo a vítima, para que ela testemunhe. Ou então, noutros casos, e em alguns deles que até tiveram divulgação mais mediática, assiste-se a um passa-palavra entre «meninas» ou «rapazes» «daquela época», vítimas do mesmo tipo de abuso, levado a cabo pela mesma pessoa. Num caso único, por fim, a decisão foi tomada coletivamente por um grupo de pessoas abusadas, todas elas vítimas de sacerdotes que visitavam a instituição onde residiam e onde frequentavam o mesmo ano letivo: organizaram-se, encontraram-se como um pequeno todo coletivo e várias dessas pessoas preencheram individualmente o inquérito ou contactaram a Comissão.

Apresentam-se alguns exemplos do papel decisivo desta rede de proximidade no desencadear desta participação, realidade muito importante a ter em conta em registos futuros de prevenção de abusos sexuais de menores:

Porque a minha neta me mostrou este questionário e achei importante descrever o que aconteceu. (T16, F 1957)

Uma das minhas filhas aconselhou-me a fazê-lo. (T65, F, 1948)

Porque a minha filha me disse. (T255, M, 1938)

Estive a amadurecer a ideia. Hoje era o dia, eticamente, tenho duas filhas, devia fazê-lo! (T303, M, 1972)

Por a minha irmã dizer que eu deveria denunciar. (T443, F, 1979)

O meu irmão convenceu-me. Conte-lhe o ano passado, porque o assunto destes tempos de infância vinha sempre à baila no Natal. Então contei-lhe. Ele achou que, se aconteceu comigo, devia ter acontecido com mais crianças. O que eu pretendo é saber se, o que aconteceu comigo, aconteceu com mais pessoas. Gostava que ele tivesse consciência que cometeu um erro, que criou mazelas e que foi muito negativo. Ele devia ser confrontado, se for vivo, com esta situação. Seria um consolo para mim. (T98, M, 1971)

Pois vi o meu primo que me falou e disse que era altura de nós todos contarmos, mas eu disse que talvez não tivesse coragem. Mas agora sei que ele o fez e o irmão dele também disse que ia fazer e sei que todos eles, mais até esse meu

primo encorajou ao dizer que eu era a vítima e que se os levava era porque o Padre era um intrusão e isso também contava como o abuso dele para comigo. (T416, M, 1963)

Nem eu sei o porquê. O ano passado e pela primeira vez na minha vida falei com a minha «madrinha» sobre o que me tinha acontecido. Foi um ano difícil para mim de horas e horas de conversa com a minha madrinha e resolvi escrever o que tinha acontecido e finalmente cheguei à Comissão para denunciar. (T472, F, 1986)

Por sugestão de uma amiga muito próxima que sabe da minha história. (T102, M, 1976)

Um amigo enviou-me o link, e pensei «porquê não?». (T109, M, 1998)

Olhe, uma amiga minha já nos tinha alertado e vim aqui hoje à Farmácia onde trabalho vi na net e cá está a revista das Farmácias com o vosso telefone e está na net também. (T358, F, 1970)

Um conhecido meu, a quem estava a contar esta situação, disse que se podia ligar para aqui e eu resolvi contar a minha história. (T220, M, 1938)

Queria esquecer o meu passado, mas há um ano e meio quando deixei consumos estou mais realista e ando a frequentar o curso e no intervalo contei a um colega mais velho o meu passado de drogas, etc. e foi ele que me falou na comissão. Anotei o número e liguei!! (T244, M, 1983)

Fui avisado por um amigo que o vosso trabalho acaba dia 31 de outubro. Hesitei muito, muito... Para quê falar? No meu caso, tudo ficará na mesma. Ele sentado na sua mesa farta, cama larga, sucesso junto de famílias bem, eu e a minha fotografia desse Verão onde o meu olhar nunca mais foi igual. (T530, M, 1991)

Porque a minha esposa teve uma amiga que insistiu com ela e resolvemos dar os dois. (T535, M, 1968)

Aprendi que mais vale tarde que nunca e a minha companheira já o havia insistindo. (T274, M, 1986)

Uma pessoa muito próxima dessa época incitou-me. Não me disse que eu também tinha sido abusado, mas afirmou que se eu conhecesse alguém que como ele tivesse sido que fazia bem em alertar a Comissão. Esse rapaz teve a coragem que eu não tive, falou. (T375, M, 1989)

Foi uma menina do meu tempo que nos tenta motivar a não ficar caladas. Colaboro, mas para mim de nada adianta, pois vejamos: o meu sofrimento será eterno, o seu autor está morto, sem julgamento e quem sabe, até na paz de Deus. (T522, F, 1969)

A revolta não parou, tenho outro rapaz aqui que me lembrou disso. (T435, M, 1991)

Um outro rapaz da altura voltou-me a insistir comigo e eu aceitei. (T436, M, 1978)

Foi num dia de Corpo de Deus, que ontem passou, que tudo aconteceu pela primeira vez. O Senhor Padre já me tinha aconselhado a dar a cara, houve colegas que até falaram para a televisão, mas eu não sou desses, a vergonha é

algo que me persegue e como aqui é de anónimo, aceitei escrever. (T343, M, 1979)

Quando estava em África, um amigo muito católico falou-me da Comissão e pressionou-a para falar. O padre amigo a quem contei, em 2016, aconselhou me a ligar vos. Já na altura do caso da casa Pia eu congelava quando ouvia as notícias! A palavra abuso sexual não me cabia! Quando contava dizia «fui molestada!» Só agora percebo isso... (T419, F, 1989)

Porque a X se esclareceu com a comissão e partilhou connosco nas férias que resolvemos todas fazer. Garantiu a nossa segurança e se há alguém que consegue isso é ela. Abusaram da miúda mas olhe que hoje, hoje ela saiu bem mais forte... Pena que a miúda não tenha conseguido acabar os estudos e nem tenha a carta de condução, porque como ela diz ia de escola em escola, de instituição em instituição falar às crianças e aos jovens para não terem medo de contribuir para acabar com este hediondo crime (...) Estivemos até às duas da manhã a partilhar medos, testemunhos e eu senti uma vontade imensa de me suicidar como fizeram muitas amigas nossas. Da partilha ficou isto que ela escreveu no quadro e que todas guardamos e registamos no nosso «caderno de férias com a verdade»: «Se nós que vivenciamos este holocausto, não testemunhámos, somos cúmplices de um homicídio lento e atroz (...) Nós não vivemos, estamos a sobreviver nos escombros de um holocausto que jamais alguém porá fim se nos mantivermos em silêncio. E a X foi mais longe e ainda teve a coragem de nos dizer que se as pessoas de bem e boas não fizeram o que deve ser feito, o mal prevalecerá e este flagelo não terá fim...». (T404, F, 1975)

5.1.4. «Ajudar os outros»

«Para que não se repita», para «evitar que outras crianças passem pelo mesmo», são tipos de respostas que ilustram uma quinta categoria comum, na qual se incluem outros 6% de testemunhos da amostra. Se já nada de factual se consegue alterar num passado marcado pelo abuso sexual, então a vítima assume que a experiência individual se transforme num alerta e numa forma ativa de ajudar outras pessoas vítimas com quem empatiza (em tantos casos para além da sua realidade concreta) e evitar que doravante ela afete outras crianças — para que «os meus netos», «os meus filhos» não «passem pelo mesmo inferno».

Este motivo eminentemente altruísta, ou se quisermos ousar usar a palavra, profundamente «católico» no sentido de cuidado e proteção do que é sentido como mais frágil («é preciso ser feita justiça, não para mim, mas para que outras pessoas não tenham que passar por isso»), a que não raro se associam outros tantos parâmetros culturalmente superiores, como a defesa dos direitos das crianças, pode ser ilustrado através de mais alguns depoimentos:

Número um para evitar que outras crianças de 11 anos passem o inferno que eu passei na altura dos abusos e depois ao longo dos anos. Também acredito que só falando uma, duas, muitas vezes destas questões poderei eventualmente ultrapassar os traumas que ainda hoje aos 64 anos tenho. (T23, M, 1960)

Acho importante para defesa de outros no futuro se poder equacionar os factos que muitas vezes não são conhecidos. (T48, M, 1959)

Penso nos meus filhos que podiam ter passado por este episódio e sentirem também que não era suposto partilharem com ninguém (pois acontece em sede de secreta confissão...) uma coisa que devia ter sido reportada, sim. Penso noutras meninas adolescentes que possam vir a ouvir estas barbaridades, num sítio supostamente sagrado, convencendo-se também que são impuras e que não devem viver a sua sexualidade com naturalidade e na sua plenitude. (T60, F, 1977)

Com a criação desta comissão, senti que tinha chegado o momento de falar, de dar voz, de juntar o meu testemunho eventualmente a outras pessoas, toda a minha vida vivi com estes dois dramas e que sempre tentei desvalorizar. (T98, M, 1969)

Alerta para abusos de crianças. (T126, M, 1948)

Nem eu sei bem. Talvez apoiar outros silenciados. (T131, M, 1954)

Para tentar aliviar a consciência e descrever o que se passou foi negado durante anos, e evitar que aconteça a outros. (T151, M, 1950)

Oportunidade criada pela comissão, o interesse é para ajudar que não aconteça a outras pessoas! Penso nos meus netos e não quero que lhes aconteça o mesmo, nem a ninguém. (T155, M, 1958)

O Padre que me agrediu está hoje novamente em funções inclusive acumulando funções de vigário. Quero fazer o que estiver ao meu alcance para parar esta praga e se possível ajudar quem, infelizmente, passa por isto. (T242, F, 2000)

Prevenir outras situações. (T250, M, 1974)

Para que não se repita mais! As crianças tem de ser protegidas! (T277, M, 1976)

Preocupação pelo facto do indivíduo ter contacto com outras crianças e jovens e, consequentemente, a incerteza de que estes atos pudessem estar a ser repetidos para com as mesmas. (T309, F, 1998)

Não quero que aconteça mais. Por vezes parece uma memória demasiado desfocada mas tenho a certeza que um padre não deve tocar nas pernas e nas cuecas de uma criança de 8-9 anos, enquanto a tem ao colo. (T317, F, 1990)

Mesmo depois da minha amiga que nos juntou, ter deixado a dúvida de que poderíamos estar a ser perseguidas e localizadas, mesmo depois da ameaça de alguns dos padres que localizaram algumas de nós de que iam pôr na internet tudo se nós falássemos (...) Ela tem razão, esta é a nossa melhor defesa. Vocês são a nossa voz e a proteção das crianças que possam estar em risco neste momento. Porque se há alguns que nos ameaçam, há outros que estão muito quietos e a rezar para não serem apontados. (...) Não desejo a ninguém o que passei. (...) Não podemos ficar mais tempo nenhum caladas. (T414, F, 1976)

Temo que a igreja ainda esteja aberta e tenha confesso aberto aos cristãos e que sejam apanhadas crianças inocentes na mesma armadilha. (T421, F, 1954)

Tem que se dizer ao mundo, são muitos anos de abuso de poder perante pessoas fragilizadas. As crianças devem ser sempre protegidas. (T462, F, 1968)

Necessidade de responsabilização, punição no seio da igreja. Prevenção para proteção de outras crianças/adolescentes a fim de evitar a repetição da conduta. (T474, M, 1980)

Querer prevenir outros casos, dado que o padre está ainda em funções numa paróquia de X. (T485, M, 1997)

Porque espero que acabem os abusos às crianças. Este a par com outros que sofri fizeram-me morrer e viver para sempre no inferno psicologicamente. Faz-nos ser vítimas toda a vida retirando-nos toda a confiança que naturalmente teríamos se nada disto tivesse acontecido. (T527, M, 1983)

5.1.5. Participar num estudo científico

Entretanto, cerca de 5% das respostas aludem a argumentos de natureza científica, o que não surpreende tendo em conta que 60% da amostra é constituída por indivíduos com, pelo menos, a licenciatura enquanto habilitação académica de base. Se há lugar a um «estudo», então há que participar para que o caso fique «registado», «entre na contagem», para dar «evidência ao que aconteceu» ou «ainda acontece».

Como se regista noutro depoimento, «é preciso haver mais conhecimento para que se saiba», até porque — afirmam outros — certamente ocorria com «mais frequência do que parece», e apelando à sua afirmação concreta, sendo que alguns reportam a «novidade» que este estudo constitui no panorama nacional. Há também quem refira, ainda, estar a par de estudos semelhantes realizados em outros países, questão importante na demonstração de um *a priori* de interesse acentuado sobre o tema de certas franjas da população:

Este estudo é uma lufada de ar fresco. Já o queria fazer há muito tempo, mas sentia que não tinha a quem contar. (T29, F, 1977)

Para desabafar. Participar no estudo, cujos resultados vão ter repercussões. (T44, F, 1957)

Apenas por colaboração no estudo. O meu caso nem tem uma grande importância porque me consegui libertar e não me deixou grandes marcas a não ser nos momentos seguintes. (T47, M, 1947)

Para ficar registado. (T86, F, 1953)

Apesar de ser tardio (no meu caso o padre X já faleceu), é a oportunidade para contribuir para o vosso estudo. (T115, F, 1959)

Para que se saiba que existe muito abuso escondido. (T127, F, 1976)

1) Pois quero contribuir para o esclarecimento cabal deste assunto na sociedade e Igreja. 2) Quero contribuir com o meu testemunho para que se apure os factos e se saiba a verdadeira caracterização do fenómeno em Portugal. 3) para que não se volte a repetir. (T148, M, 1981)

Porque quero colaborar para terem mais um testemunho. (T165, M, 1952)

Porque acho que é necessário. Há alguns anos que ando a pensar nisto e, agora, vi esta oportunidade. É preciso haver mais conhecimento, para se poder evitar estas situações. (T174, M, 1969)

Porque sei que muitas outras pessoas vão manter o silêncio, e se bem que o meu caso não foi muito grave, quero contribuir para que entendam de uma vez por todas que os números são imensos e que, mesmo sendo sabido pela sociedade e pela Igreja, sempre preferiram silenciar-nos de várias formas: quer minimizando, quer invalidando. Isso teve consequências na vida de todos nós. A vergonha e a culpa deve ser devolvida a quem a merece! (T208, F, 1971)

Embora o considere, a nível pessoal, sem grande significado, entendi que se enquadrava num fenómeno amplo, grave e transversal a toda a Igreja e que para o estudo e erradicação do mesmo (mesmo que hoje esteja reduzido a casos pontuais) conviria que a Comissão tivesse conhecimento de todos os fenómenos passados. Só se pode transformar aquilo que se conhece. (T229, M, 1950)

Somente para contribuir para a determinação da extensão do problema dos abusos sexuais de menores na igreja católica e responder ao apelo da comissão em boa hora nomeada. (T314, M, 1951)

Sou ateu, mas muito interessado por coisas da religião, pela história. Tenho estado a par dos estudos das outras comissões noutras países e em Portugal. (T332, M, 1996)

Desde que soube da existência desta Comissão, ponderei sobre se deveria ou não tomar esta iniciativa, porque a «pessoa em causa», entretanto já faleceu (2007, 2008?), mas fi-lo, sobretudo, para contribuir com mais um «caso» (o meu) para a estatística geral do estudo e contribuir/determinar a real dimensão do problema em causa, de modo a ser evitado face a outras crianças/jovens institucionalizados. (T334, M, 1954)

Que apesar de nada mudar, valia a pena que se passasse a saber. De verdade, se assim for, fez-se história e para uma Professora dessa área como eu, ter documentação que o revele é sempre algo de importante para o futuro. Quem sabe, daqui a anos, quando nenhuma de nós cá estiver, este tema figure como matéria da história contemporânea? Quem sabe? (T339, F, 1971)

Essencialmente porque acho que o vosso projeto é muito necessário e muito meritório e que tenho o meu dever social de participar e de dar o meu testemunho, para que fique com um inventário tão rigoroso quanto possível. (T355, M, 1975)

Como notei anteriormente, considero essencial serem levantados todos os casos de abuso para efetuarem um real perfil destes abusadores. Onde e como praticam os abusos. (T480, M, 1990)

Por razões estatísticas (para que se faça uma quantificação) e preventivas (para que se tomem medidas que evitem que estes actos se repitam). (T489, M, 1968)

Para que se conheça uma realidade que faz parte da História da Educação e da Igreja. (T528, F, 1952)

5.1.6. A oportunidade enquanto imperativo ético

Um grupo de dimensão semelhante ao anterior sublinha o facto de que agora (perto de 5% do total), «finalmente», com a Comissão Independente e o desenvolvimento

deste estudo havia «uma oportunidade para contar». «Chegou o momento», escreve uma pessoa vítima, justamente para notar a diferença face ao que anteriormente acontecia. Ou, «Abriu a Comissão, não tinha com quem falar antes» é mais uma razão forte para também se dar um testemunho. Pensando no futuro, este dado evidencia como, de forma simples e direta, a existência de canais seguros e adequados de contacto e comunicação favorecem sempre que as pessoas falem sobre o seu passado traumático:

Nunca tive oportunidade de contar antes. (T32, M, 1953)

Queria muito ter tido ajuda naquela altura, e não tive! Foi esta oportunidade de contar! Desde que a comissão apareceu! (T33, F, 1953)

Porque surgiu este estudo. Nunca tinha falado antes. (T38, F, 1935)

Precisava dizer a alguém o que aconteceu. Esta é a oportunidade. (T71, F, 1950)

Porque acho que era hora de falar. Nunca contei a ninguém. (T105, F, 1973)

Por ter surgido agora a oportunidade. Não o fiz antes por ter considerado que nada adiantaria em denunciar o caso, sabendo que se o fizesse, na altura própria, ninguém acreditaria em mim. A fazê-lo, também, sabia que o mais certo seria ter que abandonar a instituição onde estava acolhido, ficando sem um lugar onde estar para poder prosseguir os meus estudos no liceu dado que meus pais não tinham recursos económicos para poder pagar a pensão. (T108, M, 1972)

Porque só agora é que houve essa oportunidade. (123, M, 1940)

Já o dei em contexto pessoal a várias pessoas conhecidas. Não o escondi, mas não havia uma fórum específico onde fizesse sentido partilhar. Sabia que nunca poderia ter alguma justiça formal pois quando tive consciência que o poderia fazer, sabia que não tinha provas e tinham-se passado demasiados anos... (T139, F, 1981)

Porque é hora de encerrar esse assunto. (T196, M, 1997)

Nunca contei a ninguém... e agora surgiu esta comissão. (T204, F, 1953)

Porque me deram oportunidade. Anteriormente houve sempre desvalorização e tendência propositada para o secretismo. (T207, F, 1956)

Porque surgiu esta oportunidade e Louvada seja. E sabem mais porque? Porque me liberto... fico mais leve. Posso morrer porque contei o meu segredo. ESTE ERA O MEU SEGREDO. Sei que fui uma guerreira (...) que só as malditas mãos me tocaram os seios e a vagina e se roçou no meu corpo, e isso foi o suficiente para destruir a minha infância, só tinha 11 anos. (T231, F, 1959)

Através desta carta (datada de 20.9.2022) venho fazer uma coisa que pensei 1000 vezes se havia de escrever (...) Quero agradecer a forma como pegaram neste assunto tabú que também para vós deve ser muito pesado... (T503, M, 1957)

Mais um conjunto de 4% de respostas parece guiar-se sobretudo pela presença de um imperativo ético: tendo sido vítima de crimes tão graves e silenciados, a pessoa sente o dever de participar no estudo, de «dar» a sua «parte ética», de «denunciar». «Quero fazer a minha parte, tinha de vir contar a minha história», escreve alguém, como se,

não o fazendo, continuasse afinal a fazê-lo sentir compactuar com uma realidade que o mesmo tão bem conheceu e que teme que se continue a reproduzir sobre outros.

Eis outros depoimentos que atestam esta realidade:

Há que revelar a verdade escondida nas pessoas da igreja. (T51, Outro, 1979)

Porque embora o criminoso já tenha muita idade soube recentemente que cometeu abusos mais graves a muitas crianças. Deve ser denunciado. (T176, M, 1934)

Porque achei que era preciso. (T183, M, 2006)

Porque achei que devia, é uma obrigação ética. Tenho a certeza que aquele padre abusou de outras pessoas caso tenha tido oportunidade. E provavelmente consumou o abuso, se as crianças ou adolescentes não foram capazes de se defender. E eu nem sequer sei o nome da besta, mas sei que a situação foi identificada. (T194, F, 1963)

Acho que é a minha obrigação. (T292, M, 1941)

Quando apareceu a Comissão achei que tinha que contar para poderem ajudar outros que tenham passado pelo mesmo. É meu dever. (T346, M, 1968)

Por sentir que devemos dar voz a quem tenha medo de o fazer e se todos dermos o nosso contributo acabaremos com estes tão deploráveis crimes. (T351, M, 1980)

Apenas achei por bem e de acordo com a minha consciência apresentar estes factos à Comissão que os estuda e trata pois haveria uma convivência tácita da minha parte se tudo deixasse passar. (T374, F, 1984)

Pensei nisso ao ouvir casos que vêm sendo revelados e entendi ser meu dever falar de algo que ainda hoje me envergonha e incomoda. (T377, M, 1974)

Porque sinto que não fico bem com a minha consciência se não denunciar estes abusos realizados pelo padre X do seminário diocesano de Y, durante as confissões, apesar da avançada idade que ele terá. Nem sei se já morreu. (T464, F, 1964)

Este sentimento hoje fez me ligar. Porque achei que devia. (T480, M, 1957)

Preciso de fazer o que está nas minhas mãos. Dizer que aconteceu para que seja conhecido que acontece e que outras crianças e jovens que passem pelo mesmo não tenham o medo e a vergonha que eu tive. (T486, F, 1988)

5.1.7. Vencer obstáculos emocionais: superar o medo e a culpa, «os fantasmas» persecutórios, «desabafar», «sentir-se mais livre»

Perante as novas condições criadas pelo trabalho da Comissão, um conjunto numeroso de pessoas vítimas decidiu dar o seu testemunho agora por este representar a possibilidade ou a capacidade de «vencer o medo», «a culpa», «o tabu», todos eles entraves a uma saudável vida individual e de relação, sob o peso dos quais se viveu durante demasiado tempo e que chegou o momento de superar: nas palavras de Dori Laub (2003), psiquiatra sobrevivente do holocausto, trata-se do «imperativo para

contar»: a necessidade de as vítimas de trauma contarem a sua própria história de superação.

«Contar», por constituir uma forma de libertação de um segredo que devasta a vida, a capacidade de finalmente ter voz, naquilo que o mesmo autor definiu como a luta contra o instinto de morte («Thanatos») e o seu impacto no conhecimento, na capacidade de pensar e também de esquecer. Nestes casos, da participação no presente estudo, desencadeada pela eclosão destes fatores internos, correspondeu a um processo de descolagem do papel passivo (e negativo) de vítima para o de um outro, ativamente comandado por alguém que se sente capacitado para tomar a palavra e, com isso, colocar-se numa posição «corajosa» e saudável de um verdadeiro sobrevivente.

Nos testemunhos abaixo apresentados, refere-se sobretudo «a coragem» que se sentiu para falar, não deixando de se lamentar «a culpa» por não o ter feito anteriormente, como se essa realidade não fosse mesmo a mais comum ainda nos dias de hoje:

Finalmente tive coragem de denunciar. (T27, F, 2001)

Acho que a vontade de falar foi mais forte. Isto vem-me afetando mais, há 2 anos os meus filhos e a minha mulher vieram do Brasil. E eu olho para o meu filho e penso que pode acontecer com ele. Já me tentei matar, auto-mutilar, estou de baixa. (T61, M, 1979)

Porque estudo medicina e tenho agora uma outra consciência de mim e do outro. (T156, M, 2003)

Por ter visto o anúncio da Comissão na televisão e decidir que tinha de ter coragem para contar a minha história. (T189, F, 1964)

Sinto me impelido pela responsabilidade cívica, assim como pelo sentimento de culpa por não ter falado na altura em que os abusos ocorreram, o que faria com que existissem menos vítimas. (T226, M, 1991)

Porque ficou meio atravessado durante 40 anos de silêncio mas consegui contar à família, finalmente. (T216, M, 1969)

Não sei talvez tenha ouvido nas notícias, talvez tenha de sair desta situação e não consigo, não sei explicar, só sei que tenho vergonha de mim próprio. (T282, M, 1977)

Finalmente ganhei coragem para falar, e dei a conhecer ao mundo que a igreja não é segura. (T378, M, 1978)

Andei a ganhar coragem. Ando a acompanhar a Comissão com muito interesse. (T381, F, 1952)

Porque percebi que além da culpa não ser minha como me fizeram crer, muitas pessoas passaram pelo mesmo. Então, a coragem de tornar público é mais fácil quando não nos sentimos sozinhos. (T457, F, 1976)

Era uma peça do puzzle que me faltava encaixar!! Já tinha tentado fazer ao telefone e não tive coragem e hoje fui ao Centro de Saúde e estava lá o número na sala de espera. Veio até mim na altura certa. Tinha que testemunhar, é hoje. Mas estou nervosa. (T458, F, 1973)

Era uma ideia antiga, mas de todo faltava-me a coragem e questionava-me pessoalmente: «Para quê?», pois o abusador faleceu, a dita X que eu era ficou em África, despedaçada na sua inocência traída, local onde não desejo nunca mais voltar, fisicamente e muito menos (só raramente acontece) em pensamento. (T512, F, 1967)

Noutros testemunhos, as pessoas consideram que «o cansaço» de guardar para si o segredo, o sofrimento diário que o abuso na infância ainda lhes provoca («é um fantasma que não me larga», «ainda me lembro e vejo-o») foram os fatores decisivos para dar o testemunho. Na esperança, por vezes, de se ficar mais «aliviado». Eis alguns exemplos:

Sofrimento muito grande! Não há dia nenhum que não me lembre disto. (T122, F, 1951)

Para ver se esqueço a situação. Porque é difícil esquecer aquilo. (T129, F, 1949)

Aliviar a minha consciência devido a uma memória que, ainda que desvanecida, sempre esteve presente e me causou um mal estar a nível psicológico. (T149, M, 1953)

É uma coisa que está sempre na minha mente... E se? E se? (T199, F, 1963)

Ficou na cabeça, é algo que me tem acompanhado e que foi traumatizante. Achei que devia testemunhar por lealdade a mim. (T213, M, 1944)

Porque nunca me esqueci e em Portugal sempre tentaram omitir este problema. (T287, F, 1954)

É uma cruz que tenho na alma... (T376, M, 1975)

Estou cansada de guardar isto para mim. (T384, F, 1974)

Tirar de uma vez por todas este episódio da minha cabeça e, ao mesmo tempo, alertar para uma forma de abuso que não vi descrita em lado nenhum. (T392, F, 1966)

Isso não me sai da cabeça. (T492, F, 1972)

Porque eu também carrego uma cruz. Tenho que ser diferente daqui para a frente. Carrego o peso de dever ter feito alguma coisa que não fiz! (T539, M, 1979)

A ideia de se sentir «mais livre» após testemunhar abertamente, «desabafar» é referida por outras pessoas:

Porque vi uma forma de falar abertamente do que se passou e dar o meu testemunho, que para além de me fazer sentir um pouco «mais livre» do que aconteceu. (T10, F, 2002)

Quase que é tirar de cima de mim algo que me pesa ao longo dos anos. Quantas pessoas terão sido abusadas e ficado magoadas com abusos. Quando ouvi o que se ia passar, pensei que era desta... tenho a certeza que o meu não foi o único. (T66, M, 1969)

Porque acho que me alivia o espírito e pode evitar abusos. (T63, M, 1961)

Um desabafo de pessoa de idade. (T137, M, 1934)

Porque tenho que desabafar o que nunca disse. Tenho que exteriorizar o que vivi e sofri, mas quero que continue em segredo, não quero que os meus filhos saibam o que aconteceu ao pai. (T160, M, 1975)

É o desabafo de uma vida. (T319, M, 1953)

Sempre tive muita vergonha, e sinceramente não me lembro se contei aos meus pais. Acho que é uma maneira de desabafar. (T470, F, 1977)

Perguntei-me muitas vezes o mesmo... Tantos anos calado. (T271, M, 1996)

5.1.8. O anonimato e a acessibilidade (inquérito e plataforma online)

Curiosamente, e por comparação com todas as categorias anteriores, o anonimato do testemunho não é invocado explicitamente nas respostas através de uma expressão percentualmente muito significativa: apenas 2,7% dos respondentes referem que a possibilidade de falar do abuso «*sem dar a cara*» foi a principal razão para preencherem o inquérito ou contactarem a Comissão.

É, contudo, uma percentagem semelhante à daqueles que aludem à «*facilidade*» com que se podia testemunhar: a plataforma criada, o inquérito *online*, surgiram para estas pessoas como instrumentos acessíveis e diretos, onde utilizadores com competências digitais (como o são, regra geral, as franjas mais escolarizadas da população portuguesa) se moviam agilmente.

De qualquer forma, sobre as vantagens do anonimato podemos apresentar alguns exemplos elucidativos:

Porque pela primeira vez tenho um local anónimo para o fazer. (T5, N, 1962)

Eu não queria falar a ninguém como aqui confiei. Isto tolhe e abafa. (T14, F, 1950)

Porque é um estudo e tenho garantia de que posso manter o meu segredo e anonimato. (T24, M, 1960)

Finalmente, porque, aos 71 anos, tive oportunidade de desabafar de forma anónima. Sem medo de julgamentos ou de dúvidas ou de ser ridicularizada. Ainda, porque desejo encerrar esta página da minha vida. (T101, F, 1950)

A iniciativa do site confidencial. (T85, M, 1964)

Porque vi o anúncio da comissão e que podia dar o meu testemunho sem ter de mostrar a minha cara, o que me faria sentir muita vergonha. (T133, M, 1978)

Por existir um meio confidencial para o fazer. Por ser urgente terminar com estas situações e limpar a instituição Igreja deste tipo de pessoas. (T135, F, 1974)

Porque é confidencial. Nunca me senti capaz de enfrentar os mecanismos legais: interrogatórios levados a cabo por diferentes pessoas com maior ou menor sensibilidade. (T451, F, 1962)

Porque foi a única oportunidade de o fazer sem receio. (T479, M, 1950)

Quanto à acessibilidade da plataforma *online*, disponível em qualquer equipamento informático ou mesmo telemóvel e assegurando um modo resguardado, sem face a face, de prestar o testemunho, é referida por um outro conjunto de pessoas vítimas:

Facilidade como o fazer. (T11, M, 1968)

Porque criaram esta plataforma e tornaram possível falar sobre o assunto. Porque aconteceu num meio pequeno em que o Pároco era uma figura de autoridade. (T69, F, 1974)

Distanciação temporal e a facilidade do processo. (T103, M, 1974)

Atrás de um formulário é bem mais fácil. (T120, M, 1965)

Pela facilidade com que é possível, sem maior exposição. (T340, M, 1976)

Porque estão a investigar a sério o abuso dentro da igreja e é possível fazer a denúncia online. Todos os estudantes sabiam que o padre pedia às meninas para se sentarem no colo dele durante as aulas de Religião e Moral. (T391, F, 1978)

5.1.9. Outras razões para testemunhar agora

Com uma expressão numérica diminuta, mas ainda assim com significado qualitativamente relevante surgem, por fim, outros quatro grupos de razões para testemunhar. O primeiro (sete pessoas) prende-se com um acompanhamento psicoterapêutico que a pessoa vítima está a receber agora, sendo fortemente encorajada para participar no estudo pelo próprio terapeuta. Nessa forma de terapia (quase sempre psicológica e/ou psiquiátrica), a pessoa sentiu-se pela primeira vez «*levada a sério e com capacidade para enfrentar o problema*», como se escreve num testemunho e, portanto, dar voz ao seu silêncio junto da Comissão, é sentido como um passo do «*processo de recuperação*».

Mais tarde fiz uma depressão, pela sobrecarga da vida, irmão com esquizofrenia, mãe com depressão grave, filho autista... Estou a antidepressivos Há 6 anos, há 2 estava mal... Fiz psicoterapia... Perdoei-o, perdoei-me, fiz as pazes com o passado, estou melhor. (T94, F, 1967)

Já partilhei com o psiquiatra e psicóloga. (T157, M, 1978)

O testemunho seguinte, escrito por um homem nascido em 1972 (T218) é particularmente profundo e comovente:

O processo terapêutico tem sido um grande apoio. Fez-me deixar de sentir vergonha (ou pelo menos começar a deixar) e aceitar que sou vítima e não culpado. Foi importante partilhar com a minha mulher, com os meus filhos, ainda que as consequências do abuso para a minha sexualidade tenham levado ao fim — ou a uma pausa — no casamento. O caminho de vivência do trauma, de integração de toda esta informação nos últimos anos, pautou-se pela mais profunda das solidões. Foi a solidão que norteou a minha vida interior. Poder testemunhar, perante uma Comissão que se dispõe a ouvir sem julgamento, sem exigir que faça prova de algo que aconteceu há mais de 40 anos e que reprimi, tem algum efeito de combate à solidão. Quero que a Igreja deixe de fazer de

conta que isto não é um assunto, que abandone os moralismos perante a vida dos outros e que olhe para dentro e para estes crimes. Quero uma Igreja que seja exemplo e testemunho de amor. Se este testemunho servir para alguma evolução e, sobretudo, para que o futuro seja melhor, vale a pena dá-lo.

Um segundo grupo, também incluindo sete pessoas, diz ter testemunhado porque a pessoa percebeu que, afinal, «*não era a única vítima*», encontrando semelhanças em casos divulgados pela comunicação social, realçando a forma como esta noção profundamente errada ainda perdura entre tantas pessoas, mesmo quando a sua condição académica é superior. Para estes, ter-se iniciado um processo em que pela primeira vez se ousou falar de abusos sexuais de crianças por membros da Igreja Católica, produziu um efeito dominó da mensagem, com grande impacto na decisão de falar, como ilustram os casos seguintes:

Porque soube que havia mais pessoas vítimas. Não sabia. (T40, F, 1955)

À data do acontecimento (era uma criança) não dei aparentemente grande importância. Só mais tarde, quando atingi a maturidade sexual é que me foi surgindo como um fantasma que me tem perseguido toda a vida e ultimamente tomou novas proporções perante as denúncias que tem vindo a lume. Parece-me que com as denúncias que estão a aparecer a Igreja e muitas delas, verdadeiras, o que acontece não só na Igreja e creio que acontece muito no seio familiar também. Pode ser que a Igreja se assuma nos erros cometidos pelos seus mais responsáveis membros e cuide de seleccionar, preparar, e sobretudo vigiar os clérigos para se evitarem situações que provoquem sofrimento físico e psíquico a crianças inocentes. (T147, M, 1946)

Porque se começou a falar. (T180, F, 1984)

Vi na televisão uma vítima a falar, se ela tinha coragem, também a ganhei. Também o facto de ser anónimo e de não saber se o abusador o fez a outras pessoas. (T476, M, 1974)

Um terceiro grupo, este constituído por nove pessoas, alude a um outro aspeto diferente: sentem-se capazes de falar agora porque a pessoa abusadora, os pais ou pessoas próximas de si (cuja memória naturalmente as remete para o tempo ou o espaço do abuso) já morreram. Contudo, é ao mesmo tempo doloroso verificar como só a ausência física de um outro é vivida como libertadora de cadeias de medo, vergonha ou culpa, sendo que a vítima se sente finalmente capaz de falar do que lhe aconteceu.

Eis alguns exemplos desse tipo de narrativa:

Para desabafar e por que me disseram que ele morreu no ano passado para um país em África qualquer para onde fugiu. (T124, M, 1981)

A pessoa faleceu e julgo que me fará bem «desabafar com alguém». (T192, F, 1962)

O padre está morto e enterrado e os crimes prescreveram. No entanto há marcas que ficam para a vida. É um testemunho, que hesitei em fazer. É inconsequente. No entanto acho que fazê-lo na atual conjuntura, conta apenas como mais um para juntar à lista. (T497, F, 1957)

Decidi agora porque sei que não causei mal a ninguém. O padre já morreu. (T524, M, 1964)

Porque tenho sempre estado a fazer um trabalho de apaziguamento e de paz e decidi que tinha de dar a conhecer isto. Para já, os meus «velhotes» já não estão cá (...). (T288, F, 1954)

De verdade quis desabafar pois nunca nada disto eu contei a alguém. É um drama para mim... Meus pais já faleceram, tal como a irmã mais velha que eu tinha do primeiro casamento de meu Pai. Ora, meu irmão que nasceu meses após essa situação em que eu vi o padre a fazer sexo com a minha Mãe e depois me violou a mim, e isto foi no Verão do ano de X e o meu irmão viria a nascer em Março do (ano seguinte), ficarei sempre na dúvida de quem ele era filho. (T239, M, 1970)

Finalmente ganhei coragem. Já todos morreram, até a casa da família foi vendida. O Padre morreu, a minha Mãe também, eu vivo sozinha mas estou bem, prossegui sempre com a minha vida, o Hospital e os doentes foram a minha casa, a minha família, Deus até. (T393, F, 1956)

Nenhuma criança tem de passar por isto. A proximidade de determinadas pessoas da minha família para com a igreja (avó) não me permitiu falar antes. (T406, M, 1993)

Pois só agora, por muita vergonha, e me ter afastado da minha aldeia e não quero que a minha família saiba disto, se tivesse contado alguém ninguém se acreditava no que dizia. Todo tempo o padre era rei na aldeia. Ainda hoje nos tempos que correm já tentei várias vezes a suicídio. (T446, M, 1969)

Por último, três pessoas declaram que deram o seu testemunho pois só agora compreenderam que o que lhes sucedeu na infância foi um abuso sexual. As palavras permitiram identificar um facto traumático do seu passado. Assim:

Porque sou mais velha e finalmente percebo o que me aconteceu e porque perguntaram. Anteriormente eu sabia que não seria ouvida. Como descrever um ato que não se percebe? Como descrever um medo que não se percebe? Durante muitos anos eu não tinha palavras, nem sabia o que é um flash-back, nem nunca o conseguiria descrever. (T177, F, 1969)

Porque ao ver notícias, percebi o que aconteceu há 30 anos. (T330, M, 1984)

Nem sabia o que aquilo era. Nunca falou com ninguém sobre o assunto. Só há umas semanas, em conversa com outros reformados num café do X, um deles falou do mesmo abuso e confrontou-se com a situação. Decidiu então falar. [testemunho prestado por conhecido da vítima (T461, M, 1958)]

A análise global destes depoimentos dá-nos pistas muito interessantes para perceber as razões que levaram estas 512 pessoas a darem o seu testemunho a partir do momento em que a Comissão Independente foi criada e anunciou o início dos seus trabalhos formais, a 10 de janeiro de 2022. Em cada um deles imbricam-se, frequentemente, vários motivos presentes, mas ainda assim foi possível encontrar tipos

de resposta-padrão que em muito caracterizam não só o passado, mas se constituem como sérios fatores a ter em conta em atitudes preventivas no futuro.

O facto de a Comissão ser percecionada, pelas pessoas vítimas, como autónoma e «independente» face à Igreja Católica (e apesar de ter sido a impulsionadora do referido estudo), aliado ao reconhecimento da competência profissional, reputação e credibilidade depositado nos seus membros, constituíram fatores decisivos para quebrar o silêncio e dar assim um testemunho que permanecia oculto.

A primeira característica, a da palavra independência e seu entendimento tanto objetivo quanto subjetivo, explicará, em muito, o contraste entre o inesperado número de testemunhos que a Comissão recebeu logo nos primeiros dias do seu trabalho, como o facto de os mesmos terem continuado a afluir regularmente ao longo de dez meses, em contraste, por exemplo, com o número diminuto de casos que chegaram às Comissões Diocesanas desde a sua criação em 2019.

O debate mediático que, entretanto, se gerou em torno da questão dos abusos sexuais na Igreja Católica portuguesa, e em particular as «*notícias na televisão*», colocaram inquestionavelmente o tema na agenda pública e esse crescendo de visibilidade teve efeitos multiplicadores a vários níveis, nomeadamente na adesão e interesse manifestado por este estudo, bem como pela apresentação dos seus resultados. Normalizou e desmistificou a referência a um problema silenciado ou adormecido ao longo de décadas, lançando a rede para a aproximação e acolhimento de experiências individuais de abuso até então muitas vezes vividas em grande sofrimento e solidão.

Sem o papel proativo e persistente da comunicação social, que a Comissão louva novamente, o estudo não teria alcançado semelhantes horizontes, já que esse foi destacado como o elo essencial presente entre a Comissão Independente e o universo das pessoas vítimas. Daqui se retira uma segunda conclusão fundamental, nos tempos atuais: qualquer política de prevenção e deteção de abusos de crianças (dentro ou fora da Igreja, aliás), deve solidamente apoiar-se numa ampla divulgação através dos órgãos de comunicação social.

Ao «*falar-se disso*» na praça pública, citando outro testemunho — através da televisão, na rádio, nos jornais, nas redes sociais — abriu-se também caminho para que, na esfera privada de muitas famílias e grupos, a comunicação incluísse o tema e se libertasse espaço para dar voz às vítimas.

Aliás, a importância da pressão de familiares (muitas vezes filhos e filhas, netos e netas), amigos, colegas, «*rapazes e raparigas daquele tempo*» para que prestassem o seu testemunho foi reconhecida por muitas destas testemunhas. Sem esse suporte emocional, muitos nunca teriam falado, permanecendo o seu silêncio talvez para sempre. Por outro lado, à medida que as notícias iam surgindo na comunicação social e que se conheciam os números, os factos e alguns atos levados a cabo pela Comissão, muitas pessoas vítimas perceberam que não eram casos «únicos» — pelo contrário, dezenas de outras crianças haviam sofrido do mesmo tipo de abuso. Não só isso as encorajou a contribuir para o Estudo como ainda, ao quebrar o seu silêncio, a ter um papel ativo na capacidade de evitar que o mesmo suceda a outras crianças, agora ou no futuro. Foram mesmo muitas as pessoas que afirmaram sentir-se «*finalmente*» «*em segurança*», vendo neste trabalho a «*oportunidade*» única para finalmente denunciarem a experiência traumática por que haviam passado ou mesmo, como muitos referem, «*apenas*» participarem num estudo científico.

A disponibilização de vários canais de comunicação para testemunhar os abusos, por um lado, o anonimato garantido pela Comissão Independente às vítimas, por outro, foram igualmente fundamentais para a concretização deste apelo para dar voz ao silêncio. A facilidade técnica de fazer uma chamada telefónica ou, para os mais familiarizados com as tecnologias digitais, preencher (num recato individual e a sós) um inquérito *online*, revelaram-se instrumentos poderosos para que as pessoas vítimas tomassem a palavra, emergindo individualmente de um todo que constitui ainda um imenso e desconhecido *iceberg* que, como noutros casos de abuso, permanece ainda por se dissipar na sua totalidade.

5.2. A aproximação da pessoa abusadora à pessoa vítima

Neste Relatório (e no estudo da Comissão, em geral), é a pessoa vítima do abuso em criança que ocupa o lugar de primeira grandeza. A ela se procurou chegar, dar voz para contar, pelas suas próprias palavras ou através de perguntas dirigidas, a experiência por que passou. Reconstituímos, da pessoa abusadora, um retrato sumário, estático, sociográfico (ver Capítulo 4) mas não dispomos, até agora, de sinais sobre a dinâmica da construção da sua aproximação à criança, esse movimento de aproximação relacional patológico que é descrito, em certos autores, como a deslocação de uma aranha que maligna, paciente e deliberadamente lança a sua teia em volta da vítima. Nem tão-pouco a «ouvimos falar». É o que procuramos fazer neste ponto: retirando a pessoa abusadora dos bastidores onde sempre esteve, colocamo-la agora na frente do palco e damos-lhe voz, através da narrativa da vítima.

No conjunto de perguntas de resposta aberta do inquérito constavam as seguintes três, a propósito da pessoa abusadora: 1) o que lhe dizia para se aproximar de si?; 2) que lhe dizia durante o abuso?; 3) que lhe dizia após o abuso?

As vítimas puderam, assim, expressar as particularidades da comunicação e da relação nos abusos pelos quais passaram. Pedindo-lhes que verbalizassem por palavras suas aquilo que era dito antes, durante e após o abuso, foi-nos possível entender e aprofundar não só a situação de fragilidade e vulnerabilidade em que se encontravam através do que agora revelaram, como também perceber a existência de determinados padrões, nomeadamente na forma como as pessoas abusadoras se acercavam das vítimas.

De entre vários tópicos referidos, surge desde logo a utilização de pretextos para se estar a sós com as vítimas, numa relação dual de óbvio ascendente e controlo por quem a inicia patologicamente (o adulto). Este movimento inicial de aproximação relacional surge como típico e, em muitos casos, contém a perceção do abusador, ainda que inconsciente, de determinadas fragilidades da vítima que, como qualquer ser humano, sempre as terá em qualquer momento.

5.2.1. O que lhe dizia para se aproximar de si?

O bloco de perguntas acerca daquilo que era expresso pela pessoa abusadora na aproximação da vítima revela, em parte expressiva das respostas, que muitos escrevem «*Nada*». E se numa primeira análise este «*Nada*» pode parecer redutor, um vazio

verbalmente expressivo, ele é bem revelador da percepção do «direito/poder» que o adulto sente sobre aquela criança em particular, sobre a qual age sem que nada lhe seja devido verbalizar. O «nada» toma uma dimensão fortíssima, pois ele é demonstrador de uma outra linguagem que percorre muitos destes abusos: a da proximidade silenciosa, não comunicada, também ela desde logo incomunicável por parte da criança que a sofre. E é um «nada» que assenta numa estrutura de poder e de domínio do adulto sobre a criança, e indicia o estatuto e lugar da pessoa abusadora como inquestionável face ela, investida como mero «objeto funcional» para satisfação dos seus desejos.

A envolvimento emocional e de posterior criação de aparente segurança e confiança é referida muitas vezes como o início da aproximação entre a pessoa abusadora e a vítima. Estando esta em situação de fragilidade, vulnerabilidade e sofrimento emocional, noutros casos identificando no adulto uma posição de proximidade e fiabilidade global, a pessoa abusadora aproxima-se com o ambivalente pretexto de ajudar, aliviar ou resolver uma certa situação:

Percebia o que eu sentia. (T4, F, 1976)

Que era muito meu amigo. (T51, Outro, 1979)

Éramos amigos. (T87, M, 1975)

Começou a falar comigo de forma a que eu confiasse nele, eu partilhei várias coisas da minha vida. (T233, F, 1990)

Que era meu amigo e me ajudaria. (T162, M, 1979)

Mostrava-se muito amigo e preocupado. (T185, F, 1998)

Explorando uma alegada relação de amizade protegida por Deus. (T485, F, 1997)

Era uma pessoa de quem eu gostava muito, era fácil aproximar-se de mim. (T352, F, 1969)

Esse apoio singular de alguém que está presente, se mostra disponível física e emocionalmente para o outro é, por vezes, estendido à família da vítima, mostrando preocupação, oferecendo proteção e ajuda aos seus círculos mais próximos, facilitando a criação de não apenas um modelo de confiança, mas também de um sentimento de gratidão perante o outro, como ilustramos nos casos seguintes:

Vou ajudar a tua família. (T83, F, 1973)

Apoiou muito a minha família durante diversas situações complicadas, inclusive a separação dos meus pais. (T242, F, 2000)

No entanto, no que toca à aproximação e apoio emocional, ela é referida, sobretudo, em situações de uma presente vulnerabilidade e forte sentimento de solidão, como se a vítima se apresentasse sem qualquer outro tipo de proteção à sua volta:

Que eu precisava de ajuda. (T286, F, 1960)

Que queria dar o carinho que eu não tinha por estar longe. (T324, M, 1972)

Que me poderia ajudar no futuro. (T146, M, 1979)

Que sabia que eu estava triste (eu tinha terminado o meu primeiro namoro) e que gostava de conversar comigo para ajudar. (T486, F, 1978)

Apoiar a minha situação de fragilidade. (T493, F, 1951)

Estas últimas respostas levam-nos a outro ponto fundamental, que é a proximidade já existente entre a pessoa abusadora e a própria vítima, facto extremamente comum nos estudos sobre abuso sexual de menores em geral. Não é, em cerca de metade dos casos da nossa amostra, um estranho que surge diante da criança, alguém de fora ou desconhecido que à força impõe o seu poder, abusa e segue incógnito o seu caminho; pelo contrário, é muitas vezes perçecionado como «alguém dos nossos», integrado no quotidiano da vítima e de quem lhe é próximo:

Não precisava de me dizer nada, era muito carinhoso e protetor, idolatrado por mim e todas as pessoas da família. (T37, F, 1991)

Relação com os meus familiares. (T130, F, 1941)

Conhecia a minha família, vivia na minha freguesia, era meu professor... todas as pessoas gostavam dele. Era alguém de confiança. (T284, M, 1992)

Era o padre da freguesia. (T385, F, 1958)

Era próximo da minha família. (T406, M, 1993)

Visitava regularmente a casa dos meus pais. (T538, F, 1963)

Os ambientes escolares (colégios, seminários, escolas) ou outros de atividades externas (como grupos de jovens ou escuteiros) também surgem na questão da proximidade relacional continuada, sendo nestes contextos que a aproximação se inicia sem que a pessoa vítima se aperceba imediatamente daquilo que lhe está a suceder. Sabendo da importância que o sucesso escolar da criança tinha para os pais, a pessoa abusadora utiliza não raro este pretexto para se oferecer como seu explicador ou tutor e, assim, intensificar o ascendente intelectual e a proximidade física, a solo, com ela:

Eu era seminarista. (T11, M, 1968)

Foi como expliquei. Tínhamos explicação no escritório do meu avô pois fomos residir para lá após separação dos meus pais. (T245, M, 1998)

Era meu superior e mantínhamos uma relação muito chegada. (T328, M, 1969)

Dava-me explicações extra da língua portuguesa e francesa. (T356, M, 1953)

O senhor padre ia todos os dias ao colégio, às vezes ia mais do que uma vez. (T414, F, 1976)

O pretexto era ensinar a fisiologia dos órgãos sexuais. (T454, M, 1952)

Dizia que precisava de completar provas físicas para ter distintivos de prova (ex.: natação). Tinha dificuldades a matemática na escola e ofereceu-se para me dar explicações em sua casa. (T449, M, 1963)

Foi o que expliquei, no fim da explicação dizia: anda, vamos lá fazer aquilo, já trabalhaste muito agora é para brincar. (T172, M, 2002)

Durante as aulas ia por trás de mim e metia a mão para apalpar o meu peito. Um dia como era hábito as meninas irem despedir-se dos professores com um beijo na cara, puxou-me e obrigou-me a beijá-lo na boca enquanto com a outra mão se tocava nos seus órgãos genitais e nos meus. (T278, F, 1974)

Nas respostas acima acentua-se a proximidade da pessoa abusadora com os estabelecimentos de ensino e com redes familiares por onde circula quotidianamente a criança e que demonstram um respeito inquestionável por ela. A aproximação da vítima é mesmo levada a um extremo quando o privilégio, a onipotência espirituais da pessoa abusadora são invocados como razão para o abuso e para a sua normalização. «Aquela» pessoa é alguém próxima de Deus, «o seu representante na terra», sendo a sua palavra inquestionável por isso mesmo:

Que era o representante de Deus por isso não era pecado. (T401, F, 1973)

Não precisava de dizer nada, era o Sr. Padre. (T411, F, 1976)

Anda cá moça, estás ao meu serviço. Estás ao serviço de Deus. (T418, F, 1955)

Que tinha de fazer o que Deus mandava. (T107, F, 1972)

Fazia parte do seu trabalho. (T27, F, 2001)

Eu estava a brincar no quintal. E o senhor padre pediu para o por a urinar. Pois tinha as mãos sujas. (T330, M, 1984)

Ainda dentro deste tipo de resposta, surge de igual modo a insinuação por parte do abusador de que o ato em si surte um efeito benéfico, contribuindo para «purificar» ou «melhorar» a vida da vítima, sendo ainda implícito, em alguns casos, que a vítima «já sabia ao que ia»:

Dizia que eu tinha que ser protegido. Para isso, tinha que fazer o que ele queria. (T517, M, 1960)

O que expliquei, ia ensinar-me a ser boa pessoa. (T238, M, 1969)

Que era para meu bem e tirar os pecados. (T92, M, 1964)

Nada, quer dizer, disse que me ia tirar o diabo do corpo. (T184, M, 1996)

Que ia dar aulas de castidade e pureza. (T342, M)

«Vais ter um sonho bom!». (T179, M, 1967)

Além da proximidade já existente e das relações de poder instituídas, é também de realçar a forma como os locais e o aliciamento para ir a determinado sítio se tornam outra das formas privilegiadas para a aproximação. Desta maneira, muitas vezes é o local aquilo que representa verdadeiramente a aproximação com a vítima, um território propício a que o abuso ocorra devido às suas próprias características físicas: resguardado dos olhares de fora, fechado como uma barreira impedindo a entrada de outras pessoas, possibilitando a copresença direta, exclusiva e face a face da vítima e da pessoa abusadora. O exemplo mais paradigmático, nestes casos, é o do confessionário, a porta de entrada para que o abuso ocorra sem que «nada» tenha de ser dito:

Sr. Padre venho me confessar, anda aqui comigo. (T446, M, 1969)

Para nos ir confessar. (T54, F, 2004)

Vem confessar-te. (T73, M, 1961)

Quando me encontrava queria que me confessasse. (T377, M, 1974)

Estava a confessar-me. (T58, F, 1979)

Não dizia, apenas durante o confesso apalpava os peitos, por fim eu já cruzava os braços por cima dos peitos e mesmo assim ele forçava. (T127, F, 1976)

Tinha de me confessar a ele. Obrigada pelos meus pais que nada sabiam. (T492, F, 1972)

Estava na fila da confissão. (T310, F, 1957)

Se o confessor apresenta características propícias a que muitos dos abusos tenham aí ocorrido e não se limitando obviamente a formas verbais, mas a outros tipos de crime, o mesmo sucede com outros locais de carácter resguardado de terceiros olhares e organizados à porta fechada. Nesse sentido, uma parte expressiva das vítimas responde que a aproximação foi feita através do aliciamento de ida a um local reservado (uma zona confidencial/resguardada da igreja, como a sacristia) ou uma zona privada da pessoa abusadora, como o seu quarto na residência paroquial, um gabinete pessoal ou uma sala particular.

Os exemplos seguintes mostram como estas crianças eram então conduzidas para um território físico completamente dominado pelos abusadores ficando, desta forma, indefesas e à mercê das suas regras, dos seus movimentos e do seu total domínio emocional:

Vai ter comigo ao quarto. (T154, M, 1935)

Chamou-me ao quarto e, alegando dores de barriga, solicitou-me que lhe fizesse uma massagem. Depois pegou na minha mão e colocou-a no órgão sexual e forçou (ensinou-me) a fazer a masturbação. (T147, M, 1946)

Mandou chamar-me ao gabinete. (T161, M, 1960)

Chamava-me ao gabinete enquanto seu aluno, supostamente também para me confessar. (T121, M, 1963)

Vem ter comigo à sacristia que eu estou lá! (T46, M, 1957)

Informou que em vez de fazer o ato de Confissão no confessor como habitualmente acontecia disse que o faríamos na sacristia. (E fui); (Era muito nova); (a sacristia era «sagrado» para mim). (T62, F, 1962)

Disse-me que me queria mostrar algo que eu ia gostar muito e convidou-me a ir à sacristia um dia que me viu a passar na rua. (T139, F, 1981)

Os pretextos para a ida ao quarto, a um gabinete de porta fechada ou à casa da pessoa abusadora, estão não poucas vezes relacionados com aulas extra, explicações ou tratamento de dúvidas sobre algum tipo de matéria escolar. O pretexto de um suposto cuidado é ainda levado a um extremo quando esta aproximação inicial acontece em situações ligadas a problemas de saúde, ainda que transitórios, como as enfermarias de escolas ou hospitais gerais, mas onde a fragilidade física e o desamparo da criança representam necessariamente um aumento da sua vulnerabilidade, como o demonstram os depoimentos seguintes:

Fui ao quarto porque era no quarto que tirava dúvidas. (T78, M, 1961)

Pedia que fosse ao seu quarto individual a propósito de algum trabalho das aulas. (T537, M, 1958)

O professor marcava os encontros filosófico-religiosos na casa dele e depois fazíamos sessões de nudismo e de oração ao cosmos. O padre dizia que eu era diferente de todos os outros jovens e da maioria das pessoas e que ele era meu irmão e me iria acompanhar e ajudar nos meus estudos. (T283, M, 1970)

Numa reunião de jovens, após o sermão deste padre que tinha vindo do Porto, ele perguntou o que queríamos ser no futuro e eu levantei a mão e disse que queria ser padre. No fim da reunião disse para eu ir ter com ele para me dar uns livros... e eu fui... (T400, M, 1968)

Acontecia em situações em que tinha de ir à enfermaria. (T355, M, 1975)

Fui lá a primeira vez sem imaginar o que me ia acontecer, apenas tratar de uma ferida! (T243, M, 1979)

Não dizia nada. Se nos magoávamos ou estávamos doentes, tínhamos de ir ao consultório. (T173, M, 1981)

O aliciamento para uma procura de aproximação, e consequente isolamento da criança por parte da pessoa abusadora, toma não apenas a forma de uma procura de locais reservados, mas também através do engajamento em atividades externas. Se, por um lado, estas atividades se traduzem em programas que se situam fora do espaço físico exclusivamente religioso da igreja (como, por exemplo, passeios no exterior ou idas à praia), muitos dos testemunhos referem que a aproximação se dava num ambiente onde a proximidade relacional já existia, nomeadamente na sequência de atividades estritamente religiosas (como a catequese, as funções de acólito, preparação para a comunhão):

Convidou-me para ir ver o nascer do sol. (T276, F, 1986)

Vamos viajar; Leva-me o saco de água quente ao quarto; Acompanha-me à cidade. (T334, M, 1954)

Disse-me para irmos passear. Eu achei que era normal, já que, na altura e para mim, o padre era o representante de Deus na Terra. (T210, M, 1958)

Disponibilidade para me acompanhar à praia. (T229, M, 1950)

Marcava algo relacionado com os acólitos. (T160, M, 1975)

Pedia para ir cortar as hóstias e depois percebi que era pretexto. (T458, F, 1973)

Que precisava de falar comigo pessoalmente para me convencer a continuar na catequese. (T171, M, 1977)

Perguntou se eu queria aprender a tocar guitarra. (T232, F, 1960)

Era chefe dos escuteiros, por isso atuava normalmente. Costumava organizar algumas atividades só para alguns de nós. Dizia que era um prémio por sermos bons escuteiros. Geralmente era ir passear no seu barco. Houve alguns escuteiros que iam viajar pela Europa com ele como prémio. (T133, M, 1978)

Eu estava a trabalhar como ajudante de picheleiro na casa dele. Estava de férias e ia desistir da escola. Ele convidou-me para ir passar o fim de semana a um seminário, em X, com vários padres. Tudo para mim era novo, e aceitei. (T388, M, 1965)

Arranjava desculpas para ficarmos a sós. Aparecia nas aulas da catequese, e depois, por último, inventou umas sessões individuais para treino para a cerimónia da comunhão solene que íamos fazer. (T208, F, 1971)

Era um convívio normal, um grupo de rapazes e raparigas e um padre novo e com uma postura arejada para aquela época. Era atraente ir acampar, fazer retiros, praia, rezar, falar sobre Deus e a Bíblia. Havia proximidade entre nós, todos nós, mas era sã. O único que se aproveitou dessa proximidade foi o padre X. Ia para o quarto da O — não vou dizer o nome dela, não tenho esse direito — ia para o quarto da O todas as noites, nos retiros, nos acampamentos ia para a tenda dela. Todos sabíamos e era um «segredo» aceite, hoje não entendo porquê. Depois da O vieram outras, a irmã dela, a X outra menina que não me lembro o nome, até que chegou a minha vez. Pode ter havido mais. Não sei. (T224, F, 1960)

A aproximação através de atividades extracurriculares ou de situações que estão relacionadas com o âmbito escolar ganharam contornos profundamente específicos na caracterização da relação entre pessoa abusadora e criança através de uma das entrevistas presenciais que tivemos. Nesta, a pessoa vítima conseguiu verbalizar de forma lúcida a situação de dicotomia em que era colocada pela pessoa abusadora, que era um elemento conhecido e presente de toda a comunidade escolar. A descrição de memórias onde tinha sentimentos ambivalentes e contraditórios resumem essa teia de filigrana que era lançada sobre a criança a ponto de esta se habituar, responsabilizar e questionar-se sobre se «gostava» da pessoa abusadora. No testemunho seguinte torna-se ainda profundamente evidente o poder com que a pessoa abusadora manipulava e usava a criança. Um abuso, que se prolongou entre os seus 4 e 12 anos, que começa, desde logo, pelo termo empregado pela pessoa abusadora e que, de forma tão clara, mostra o que sentia perante a criança: «Olá Piasca. Vemo-nos mais logo». [piasca: pequeno pião que se joga entre os dedos]

F, nascida na década de 60, frequentava um colégio religioso de uma grande cidade. Lembra-se «*da cara, do cabelo, das mãos (do abusador) como se fosse hoje*». Vestia a farda da escola com a saia curta e o homem, que acompanhava o motorista, sentava-se ao lado dela quando entrava, pequenina, na carrinha escolar. O tempo do trajeto era acompanhado de carícias e toques em zonas erógenas. A partir de certa altura, no regresso da escola, ao fim do dia, a carrinha começou a deixá-la em último lugar, dando uma grande volta antes de a deixar em casa — perto da escola. O homem observava-a no recreio e ela lembra-se de o ouvir dizer: «*Olá Piasca, vemo-nos mais logo*». Quando era mais velha, levava-a para os bancos de trás da camioneta, um veículo enorme. «*Metia as mãos dentro das saias e das cuecas*». E hoje confessa, incrédula: «*Sabe que sentia a falta dele?*». Interrogando-se: «*Gostava ou não gostava?*». «*Não sei se gostava, já vii o nojo?*». Um dia, já adulta, volta ao colégio. Pergunta ao porteiro pelo homem, e ele respondeu-lhe com uma frase estranha «*esse já não está cá, não era dos nossos*». Confrontou a sua antiga educadora com a experiência de abuso, e esta respondeu-lhe com o ar mais natural do mundo «*ah também?...*». (T189, F)

Por fim, uma das características que também transparece em vários dos testemunhos das vítimas relaciona-se com a descrição de traços físicos das próprias

enquanto pretexto para a aproximação abusiva. São verbalizações que podem tomar a forma de um elogio ou reconhecimento de qualidades positivas dessa criança (sublinha-se a sua beleza, certas características físicas como as que incluem a passagem para a puberdade ou referências a si próprias enquanto alvo de uma atenção «excessiva»). Por outro lado, a sua humilhação e consequente aniquilação da autoestima surge como forma de fragilizar e desarranjar estruturas psicológicas já de si vulneráveis e em fase de crescimento, como ilustram os seguintes excertos:

Que era muito bonita e boa menina, menina de Deus. (T18, F, 1944)

Anda cá. Ela é a minha favorita. (T30, F, 1981)

Era a escolhida! (T89, F, 1972)

Que eu era bonita, começou com carícias e a elogiar o meu corpo. (T44, F, 1957)

Que eu era especial. (T105, F, 1973)

Tens um olhos azuis muito lindos, és bonito. (T151, M, 1950)

Que eu era bonito e precoce. (T164, Outro, 1960)

Ia ficando na sacristia e depois era assim que dizia: Filho tu és muito bonito para rapaz, ficavas bem como moça, mas tens aí uma coisa que não mente e metia para lá as mãos. (T427, M, 1985)

Que ninguém me queria. (T113, F, 1951)

Por último, importa reforçar a ideia de que nesta aproximação da pessoa abusadora à criança de então, não há nunca um verdadeiro «diálogo», no sentido emocional da palavra. Existe, sim, um monólogo abusivo, impositivo sobre diversas facetas, em que a vítima é conduzida, enquanto objeto, a servir o desejo do adulto.

5.2.2. O que lhe dizia para abusar de si?

A segunda questão presente neste bloco de perguntas surgia relacionada com a necessidade de melhor caracterização da aproximação entre abusador e vítima, nomeadamente no que poderia ser descrito sob a forma de conteúdos verbais mais comuns no momento em que o abuso tivesse efetivamente lugar. Tal como na pergunta anterior, surgiram respostas que apresentam semelhanças entre si, tanto no conteúdo como na sua forma. Ao analisar todos os testemunhos recebidos, há expressões e palavras que se repetem, padrões que se revelam de forma mais expressiva.

A invocação verbal do que surgia na forma aparente de um «desígnio divino» e a necessidade de o mesmo ter de ser cumprido, era um argumento recorrente. Este poder espiritual, contido na mensagem religiosa da pessoa abusadora, tal como a designação do abuso como algo implícito à sua própria atividade profissional, traduzem-se também em discursos onde estava presente a ideia de algo descrito como «*normal*», «*natural*» e que «*não havia que ter medo*». Em determinados casos, o abuso é mesmo referido como a forma de «*tirar o mal*», «*tirar o diabo*» ou «*tirar a dor*», corrigindo assim aqueles que haviam pecado. Os excertos seguintes ilustram-no significativamente:

Que não havia mal nenhum. (T29, F, 1977)

Que não fazia mal, que não tinha mal, que era normal. (T80, F, 1960)

Eu não te faço mal! (T88, F, 1947)

Que Deus queria assim. (T41, M, 1970)

Que era vontade de Deus. (T109, M, 1998)

Que Deus gostava que as pessoas mostrassem amor e que não fazia mal dar uns beijinhos na boca. (T139, F, 1981)

Não era abuso, era «normal», era afeto, carinho, era como se fosse um irmão ou um pai. Era doente. Nós éramos crianças, se o padre fazia era porque era certo. Era muito confuso para as nossas cabeças, não podia estar certo mas ele fazia-o, afinal era certo, era errado? (T224, F, 1960)

Que eu precisava de apoio espiritual e carinho de Deus por via dele. (T171, M, 1977)

Vou tirar a tua dor. (T83, F, 1973)

Que ia tirar o diabo que o diabo entrava em nós pelas bocas do corpo e que era preciso que ele fugisse de lá, só que isso era a conversa dele para me abusar. E sei o dia certo e tudo em que foi não me vou esquecer, dizia que eu podia gritar e cuspir porque ele depois ia sair. (T184, M, 1996)

Que tinha de contar e fazer tudo para ter o perdão de Deus. E ficar em segredo para ser perdoada. (T30, F, 1981)

Justamente por, em muitos dos casos, as pessoas abusadoras serem vistas como representantes ou símbolos de um certo estatuto e papel, tal como portadores de um poder não apenas divino, como também reportado a um ascendente social e cultural em determinados meios locais, as palavras utilizadas na dominação da criança tomam a forma de imperativos, ordens e regras que não devem ser questionadas, mas simplesmente acatadas. Colocadas as vítimas numa posição de menorização (quando, pela sua própria situação, a criança devia ser investida como o bem «maior» e não «menor»), subalternidade (pressupondo a obediência devida a Deus e ao seu representante) e respetiva desumanização (pois a vítima surge como mero objeto funcional, e não um sujeito global, incluindo nos seus direitos), numa posição de total incapacidade de defesa, restava-lhes literalmente obedecer às ordens de um «representante superior» distorcidamente invocado pelo abusador, como surge expresso nestes excertos de impressionante violência emocional:

«Está calado» e ia mandando para eu fazer todas as coisas porque era por uma espécie de ordem até acabar no pior por trás. (T190, M, 2006)

Mandava fazer o que queria. (T255, M, 1938)

Tanta coisa horrível, dava ordens de coisas para eu lhe fazer e ele a mim. (T256, M, 1989)

Praticamente nada a não ser para deixar e nada dizer. (T353, F, 1965)

Dizia para eu deixar... (T94, F, 1967)

Entrega- te a mim. (T151, M, 1950)

Que tinha de o fazer, era quase uma regra. (T442, M, 1957)

Meu menino toca aqui, e faz assim, e até colocando minha cabeça sobre o pénis. (T446, M, 1969)

Davam as ordens explícitas para despir, tocar, fazer sexo de determinada maneira, não era permitido questionar. (T515, M, 1988)

Não falava, iniciava o ato sexual e instruía-me relativamente ao que pretendia. (T521, M, 1978)

Não dizia nada. Segurava-me a mão e encaminhava-a para debaixo dos lençóis (se fosse no quarto dele), ou segurava-me a mão e encaminhava-a para debaixo da batina, se fosse em viagem de carro. (T334, M, 1954)

Dava ordens, uma voz grossa, um homem muito frio de cuja imagem ainda hoje me persegue em pesadelos. (T522, F, 1969)

Fazia o que ele queria sem dar palavra a não ser a sua ordem. Era pequenita, estava só e abandonada, só tinha então esta mesma avó, nem percebia bem o que aquilo era, só metia medo e nojo, muito nojo. (T525, F, 1975)

Silêncio. Foi cumprindo com o que queria, eu apenas estarecido, totalmente só, completamente despido no corpo e na alma. (T530, M, 1991)

A referência ao abuso enquanto necessidade patológica de quem é seu autor, surge entretanto em várias outras situações, cada qual com a sua particularidade e mascarada de características distintas. Se, por um lado, se assiste a um certo «querer divino» ou a uma «divina necessidade de obediência», em que o adulto projeta para outrem («Deus») a sua própria perversão, noutras o abuso é imputado à criança como sendo, afinal, uma vontade sua, algo que verdadeiramente deseja ou que vai valorizar de forma emocionalmente positiva, sendo a esta a quem pertence, pois, a responsabilidade por tudo o que está ou irá acontecer. Atente-se nos testemunhos seguintes:

Que eu queria. Que estava à procura daquilo. (T276, F, 1986)

Que eu precisava de sexo (apalpava o seu próprio órgão sexual e dizia «tu precisas é disto». (T286, F, 1960)

Que eu ia gostar. (T389, F)

Avançava e mandava-me calar e dizia «está quieto que vais gostar». (T436, M, 1978)

Trancou a porta, agarrou-me... e depois que «estás carente, isto vai ajudar, vais-te sentir melhor». (T486, F, 1978)

Se calhares já só pensas nisto e andas todo maluco e apontava para as zonas sexuais. (T238, M, 1969)

A imputação do abuso à criança reforça obviamente a sua noção injusta de «culpa» e toma contornos de responsabilidade acrescida quando aquele é referido como um castigo ou a consequência face aos presumidos «pecados» afinal por si cometidos. Esta imputação é até relacionável com um exercício de desvalorização cognitiva e emocional da vítima, de quem parece desconhecer por completo as diversas etapas evolutivas da infância e da adolescência e, sobretudo, as suas verdadeiras necessidades individuais e sociais, pois a culpa que lhe é transmitida se enquadra no próprio processo intrínseco ao

abuso e a diversas formas de o conseguir silenciar e prolongar ao longo do tempo, sem que dele nada transpareça para terceiros, eventualmente até para «Deus». Dentro do mesmo contexto e em determinadas situações, a pessoa abusadora chegava a invocar a «penitência» ou os «castigos» a que a criança se teria de sujeitar de forma a ser «absolvida» (até no sentido literal do léxico religioso) da culpa dos seus atos:

Nada. Perguntava que pecados tinha. (T269, F, 1960)

Que pecados fizeste? Quando dizia que fiz asneiras e disse palavrões ele começava a tocar nas mamocas, no rabiosque, no pipi. Tocava tocava. (T386, F, 1962)

Ele dizia que ia dizer ao meu pai que eu não prestava. (T34, F, 1963)

Que eu era uma indigente. (T113, F, 1951)

Humilhava-me. (T195, M, 1970)

Para baixar as calças para me castigar (sem motivo). (T198, M, 1956)

Ameaçava-me de contar à minha mãe o que eu estava a fazer, fazendo sentir-me responsável pelo abuso. (T218, M, 1972)

Só para estar quieto que se contasse ele ia dizer aos meus pais o que eu tinha feito. (T219, M, 1958)

Já que me viste com a tua mãe vais saber como é. (T239, M, 1970)

Queres subir as notas de português e francês? (T356, M, 1953)

Que eu era defeituosa, e que ele era o único que gostava de mim. Senão era castigada pelas freiras. (T518, F, 1971)

Era a penitência porque Deus a tinha escolhido. (T405, F, 19779)

Que Deus corrigia os que amava. (T401, F, 1973)

Perguntava se eu queria ser perdoada, se estava mesmo arrependida, se queria ir para o inferno, se não queria ver mais os meus pais, ficar sem ir de fim de semana. (T414, F, 1976)

Se a humilhação física e emocional, bem como a degradação da imagem da criança eram afinal meios comuns para praticar o abuso, também os elogios e a admiração, aliados a um reconhecimento de partes do corpo da vítima (de novo investida na relação enquanto «objeto parcial», como descreveu M. Klein), podiam criar o mesmo espaço para que tal acontecesse.

Aí, através da construção de um discurso sedutor de proximidade e exprimindo amizade ou mesmo «adoração» pela vítima, o abuso surgia aos olhos da criança como parte dessa relação afetiva (falsa ou de qualidade distorcida) que o adulto teria por si. As apreciações e elogios acerca do corpo surgem como algo frequente, destacando-se, por exemplo, observações de carácter insinuante acerca de determinados traços físicos, partes corporais, nomeadamente dos órgãos sexuais, das zonas erógenas, e as naturais alterações físicas relacionadas com a puberdade e consequentes mudanças nos designados caracteres sexuais secundários (aparecimento de pelos, evolução genital, por exemplo) nos corpos das jovens vítimas:

Que éramos amigos e que ele me adorava. (T27, F, 2001)

Dizia que era bonito e tinha a pele macia. (T46, M, 1957)

Que gostava muito de mim. (T105, F, 1973)

Que era muito bonito e o seu preferido e o nosso segredo que não devia dizer nada a ninguém senão ia para a prisão. (T92, M, 1964)

Que eu era bom que me queria dar coisas que era o mais bonito de lá. (T124, M, 1981)

És um anjo. (T93, M, 1973)

Que era lindo. (T126, M, 1948)

Estava a crescer, a ficar uma mulher. (T192, F, 1962)

Que o meu corpo estava a mudar. (T452, F, 1969)

Que eu com 10 anos já era uma mulherzinha. (T532, F, 1969)

Que eu tinha lindas maminhas, que já era quase uma senhora e se eu não sentia também vontade de lhe tocar, pegando-me na mão para o acariciar. (T44, F, 1957)

Mas são as insinuações verbais acerca de questões sexuais explícitas, que desta forma adquirem um verdadeiro contexto pornográfico, desrespeitador de conceitos de intimidade e privacidade, entre outros, aquelas que transparecem em maior número nos testemunhos: é o caso das inúmeras referências a conversas despropositadas, de carácter abertamente transgressor, com questões específicas sobre sexo e pornografia, numa clara violação das liberdades sexuais e referentes a cada uma delas.

Se, por um lado, se insinua a ideia de que a sexualidade é um assunto «*sujo*», «*proibido*» e que por isso mesmo carece da necessidade de confissão, por outro, é através da condenação da sexualidade e da sua exposição que o abuso sexual acaba por ter lugar, incluindo por vezes na própria confissão: em muitos dos relatos acerca da forma como este acontecia mostra-se como ele é, não raras vezes, precedido por perguntas sobre pensamentos e atos sexuais que já teriam ocorrido na vida da criança. Os exemplos seguintes ilustram-no claramente:

Bem falava que teria que fazer essas perguntas sobre sexualidade, que este era um tema de pecado fácil, etc. (T150, M, 1987)

Fazia perguntas porcas, punha-se tão perto da gente que até lhe sentia o bafo e depois apalpava. (T468, F, 1985)

Se eu usava o meu órgão sexual e tocava-me. (T74, M, 1953)

Conta lá, fazes coisas feias com rapazes? (T130, F, 1941)

Perguntava se eu já pensava nos testículos e pénis e se este crescia quando manipulado. (T516, M, 1968)

Perguntas como: já andas com a menstruação? (eu nem sabia ainda o que era) Já brincas com as coisinhas dos meninos? (tens que me dizer a verdade senão Deus castiga-te). Já tens pelinhos? Enquanto me apertava entre as pernas dele. (T529, F, 1962)

Fazia perguntas pornográficas a que não sabia responder. Simplesmente ia tocando nas pernas e as mãos dele iam subindo até à nossa zona íntima. (T339, F, 1971)

Ordinarices. Se eu sabia que era pecado tocar ali mas que em confissão não tinha mal. Se via os rapazitos a namorar e se eu gostava. Se quando eu tivesse maminhas para não esquecer de ir lá, se eu já vira os meus pais a fazer tuca tuca, se o meu irmão em sendo mais velho como era a «pila» dele e que eu lhe podia tocar pois as meninas tinham de saber ser para os rapazes e para os homens para assegurar que a gente teria por dever ter filhos e isto tudo para uma criança de apenas 7 anos de idade. (T358, F, 1970)

Questionava se me masturbava e queria saber pormenores sobre isso, quantas vezes por dia e por semana, etc. (T377, M, 1974)

Depois de debitar a «fórmula inicial» e de eu ter relatado os meus pecadinhos de criança, com um bafo quente sobre a minha orelha, perguntava com o seu sotaque italiano carregado «e não fizeste coisas de aqui?» agarrando com a mão, acariciando e «brincando» com os meus genitais. (T141, M, 1966)

Ia perguntando coisas obscenas e tocando até às zonas íntimas. Estava em cima de mim, sentia-lhe o calor e o cheiro da boca horrível. (T519, F, 1970)

Nos casos anteriores, a criança vítima é o foco das questões de cariz abertamente sexual. Mas, noutros testemunhos, a atenção é colocada na pessoa abusadora e nas suas supostas necessidades. Fazendo uso de uma intenção concreta, mas dissimulada e revestida ora num suposto mal-estar físico, ora em carências emocionais, o abuso sexual é apresentado à criança como forma de afeição ou cuidado que a criança terá de prestar ao adulto, que surge como carente ou frágil:

Disse para eu lhe dar beijinhos, que tinha filhos da minha idade e que, se fôssemos amigos, ia ter tudo dele, que não ia ter nada a perder. (T98, M, 1971)

Ele dizia que o pénis dele precisava de carinho. (T191, F, 1985)

Alegou que tinha dores de barriga e precisava de uma massagem. (T147, M, 1946)

Que queria beijinhos, dizia segredinhos, perguntava que pecados tinha e se «pecava lá em baixo». (T39, M, 1961)

Vamos fazer amor. (T169, M, 1976)

Por fim, uma parte significativa dos testemunhos demonstra como alguns abusos se escudam na transmissão de supostos ensinamentos «científicos» e didáticos acerca do corpo humano e, mais concretamente, no funcionamento dos órgãos sexuais. Uma vez mais, a pessoa abusadora faz uso do seu poder não só enquanto pessoa adulta, mas também enquanto detentora de um saber superior que está a partilhar, embora de forma intencionalmente desadequada: mascarando o abuso sexual de explicação de índole biológica, a criança é, uma vez mais, colocada num lugar subalterno de «aluno» e de dupla desproteção face ao «mestre».

Aliás, surgem vários exemplos em que a pessoa abusadora declara estar a realizar algum tipo de «estudo» para o qual é importante «*analisar*» ou «*ver*» os órgãos sexuais

das crianças; a mesma necessidade é invocada em situações de internamentos hospitalares ou de cuidado médico (por exemplo, em enfermarias de colégios), onde se examinam zonas genitais, mesmo que a lesão da criança vítima não estivesse minimamente relacionada com esta. Uma vez mais, a apropriação de um argumento supostamente científico é utilizada como forma de impor o abuso necessário, dando-lhe um contexto distorcido e respeitante a fins supostamente maiores:

Quando eu acordava e percebia o que estava a acontecer e perguntava o que se estava a passar, a única lembrança que tenho era de ele me dizer que era para eu aprender, ou que me estava a ensinar algo. (T37, F, 1991)

Dava uma explicação sexual. Faz assim, e faz assim. Se tocares deitas um líquido! Isso é bom... Já estás a ser um homem!! (T321, M, 1956)

Deixa, isto não é paneleirice, tu és paneleiro? eu não, isto é só brincar para também te dar explicações disto. (T172, M, 2002)

Insistia com persistência para baixar as calças para me explicar como funcionava o pénis... (T59, M, 1963)

Falava do crescimento e das coisas que aconteciam na minha idade. (T233, F, 1990)

Nada de especial... fazia-me perguntas explícitas que ligava à matéria das aulas, por exemplo, às tantas perguntava se eu sabia que nos mamíferos não eram só as fêmeas que davam leitinho; se eu já dava leitinho; queria ver a marca das minhas camisolas e calças e pedia para eu lhe mostrar as etiquetas, o mesmo com as boxers. (T121, M, 1963)

Bem que era preciso examinar a ferida... Não estranhei, pois era na coxa, logo era necessário baixar as calças. O que se seguia é que não era com certeza suposto, a propósito de tal querer «examinar algumas zonas, sabes que os genitais dos rapazes não podem sofrer traumatismos, há riscos para a fertilidade», ou algo de muito semelhante até. (T243, M, 1979)

Que tinha de ver o meu pénis. (T527, M, 1983)

Estava a fazer exames médicos. (T526, M, 1976)

Que andava a fazer um estudo com jovens, e finalmente iria escrever um livro para os poder ajudar. (T413, M, 1946)

A variedade de respostas obtidas a partir desta questão evidencia a presença de diferentes modalidades comuns de abordagem prévia da vítima pela pessoa abusadora, todas elas configurando afinal a aproximação desejada para a concretização imediata ou posterior do abuso sexual. Em todas, sobressai o traço do exercício consciente de sedução e manipulação da criança, confrontando-a com níveis de tensão psíquica sentidas sempre como inultrapassáveis face ao seu ponto de desenvolvimento e ao entendimento da intencionalidade secundária da mesma: de novo, formas diversas de consolidar o crime e garantir a sua posterior não revelação, no que a literatura define como o movimento de «grooming» ou aliciamento, introduzido por Kenneth Lanning (1984), em que o autor destaca justamente o valor do que é verbalmente comunicado à criança, relacionando-o com a aparente complacência da vítima para com o agressor, bem como com as futuras consequências psíquicas do próprio abuso sexual.

5.2.3. O que lhe dizia depois da situação de abuso?

O conjunto de respostas abertas a esta questão permitiu-nos descobrir alguns padrões dominantes. Neles misturam-se as ideias de silenciamento pela noção de segredo imposto ao acontecimento, ameaça, humilhação e, em alguns, de «libertação» no sentido religioso do termo, todas afinal formas de manipulação emocional da criança tendentes a perpetuar o abuso e a sua não revelação.

Grande parte das pessoas que responderam a este ponto sublinharam que, após o abuso ter ocorrido, lhes era expressamente pedido um «segredo» e que jamais o contassem a alguém, sendo comum que a pessoa abusadora recorresse, por vezes, ao uso de diversas formas de chantagem e ameaça emocional da criança. A linguagem implícita nestas interações revela como o pedido ou mesmo a ordem de segredo, aliados a uma ameaça mais ou menos explícita de diversos contornos (por vezes estendida à integridade física de outros, sobretudo familiares sentidos como mais frágeis pela criança, como no caso da mãe), constituem, na maioria das vezes, a única ferramenta necessária para que o abuso se repita e iniba a sua revelação a outro por parte da criança vítima. «*Gostaste? agora caladinho que tenho o destino da tua mãe nas minhas mãos, não me esqueço*» — eis uma das muitas expressões verbalizadas a uma criança do sexo masculino no momento posterior ao abuso. Mas muitas outras ilustram situações semelhantes:

É um segredo nosso. (T438, M)

Para não contar a ninguém. (T77, M, 1955)

É um segredo nosso. Ninguém pode saber. (T366, M, 1967)

Não contes nada! Podes não voltar a ver a tua mãe. (T89, F, 1972)

Pedia segredo senão Deus ficava zangado. (T107, F, 1972)

No fim do ato, ao ver-me perturbado, ajoelhou comigo e fez-me rezar dez Avé Marias e obrigou-me a jurar que não falava a ninguém sobre o acontecimento. (T147, M, 1946)

É um segredo e não podes contar, se contares vais para o inferno. (T471, F, 1976)

«Agora já não brincamos, X, é o nosso segredo. Pois se o contares vão achar-te feia», questionando-me depois «E se o mano descobre, ai, ai X. E o papá, esse, nem pensar, chiu, chiu». (T512, F, 1967)

Para estar calada. (T509, F, 1970)

Para não falar e respeitar. Quem ali entrava tinha que aprender, Deus é sofrimento. (T513, M, 1954)

Para não falar nada porque isso ia dar-me problemas. (T124, M, 1981)

Que guardasse segredo do que era só nosso. (T146, M, 1979)

Que era segredo se contasse ia para o inferno. (T163, M, 1963)

Nada digas, porque te expulso e ficas como mentiroso. (T151, M, 1950)

Que eu não podia contar nada e que ele prometia não fazer queixa de mim. Passado umas semanas, escreveu um postal para casa dos meus pais, para mim, dizendo como foi bom conhecer-me. Hoje entendo-o como algo inibidor da minha capacidade de falar. (T218, M, 1972)

Já sabes o que combinámos, caladinho. (T219, M, 1958)

Que era para estar calado senão saía dali e ia para a rua de viver. (T274, M, 1986)

Que de nada valia pedir socorro porque a igreja já estava fechada e ninguém o iria ouvir. Pediu que não contasse a ninguém. (T295, M)

Disse-me para eu não contar a ninguém, que ninguém ia acreditar em mim e que ia fazer com que eu saísse do convento. (T247, F, 1979)

Para não contar a ninguém, era muito novo para rumores... (T284, M, 1992)

Muitas vezes, nada. Outras, «Já sabes que isto é entre nós». (T343, M, 1979)

Disse-me que se contasse à minha mãe ele negava e eu ia ficar para sempre por mentirosa. (T231, F, 1959)

Para estar calado, se não pois contava a minha Mãe e ia ser uma vergonha. (T415, M, 1968)

Como alguns destes últimos testemunhos demonstram, a obrigação e instrumentalização do segredo está, não raro, intricadamente ligada à chantagem emocional que envolve a possível divulgação do abuso a outros membros da família, como os progenitores, reforçando sentimentos de medo e de vergonha tantas vezes referidos pelas vítimas noutros pontos deste inquérito, bem como projetando de forma clara a noção de culpa para a criança.

As ameaças, humilhando e mostrando desprezo pela criança, ridicularizando-a na sua sempre mais frágil relação com o adulto, aumentam, certamente, o seu sentimento de solidão e abandono, de «dupla privação emocional» (R. Szur, 2016) (a primeira, causada pelo abuso; a segunda, pelo bloqueio da possibilidade da sua comunicação). Mas também a impossibilidade de fuga perante a situação de trauma, numa ilustração do conceito, já anteriormente referido, de «paralisia psíquica» (Fergusson, A., & Gutiérrez-Peláez, M. (2022).

Seguem-se mais alguns exemplos de depoimentos recebidos, em que de novo o impacto emocional produzido em quem os ouve ou lê é sinal direto do seu conteúdo violentíssimo:

Dizia que éramos porcas. (T54, F, 2004)

Batia. (T113, F, 1951)

Da última vez mostrou-me uma faca de cortar papel. (T143, M, 1970)

Nada digas, porque te expulso e ficas como mentiroso. (T151, M, 1950)

Quando saímos da água claro que os boxers estavam colados ao corpo, eram brancos e fiquei totalmente exposto... Ele olhou e riu e disse que havia poucos da minha idade com um crescimento assim e eu até achei um elogio. Depois, não sei explicar como, foi menos de um segundo, ele baixou-me a roupa e eu não controlei e tive uma ereção. Claro que ele disse logo «ah tu gostas disto» e começou-me a tocar lentamente e eu fui deixando, o que ia fazer, gritar, correr? Foi tudo muito rápido, ejaculei, e mal isso aconteceu ele mudou a voz e disse algo como «Grande porco, era mesmo isto que tu querias, és um ordinário» e foi-se embora e eu voltei sozinho para o acampamento, uns bons 20 minutos a pé. (T156, M, 2003)

Disse que eu era uma criança e para me ir embora. (T161, M, 1960)

Vai-te embora. (T198, M, 1956)

Na manhã seguinte chamava-me ao gabinete e dava-me raspanete por ter a cama suja... (T214, M, 1944)

Disse-me que se contasse à minha mãe ele negava e eu ia ficar para sempre por mentirosa. (T231, F, 1959)

Nada. Vai-te embora. (T255, M, 1938)

Era sádico, ria, gozava comigo. (T256, M, 1989)

Se contares mato-te. (T277, M, 1976)

Ameaçava-me para não contar nada a ninguém. (T396, M, 1980)

Mandava-o calar e dava-lhe uns dinheirinhos. (T407, M, 1959)

Não tens ereção, não consegues mas vais conseguir um dia. (T413, M, 1946)

Hás de me dar leite minha filha, nem que te engravidar. Ora foi isso que mesmo eu em sendo pequena não era parva e entendi muito bem o que se calhar ele vinha a querer fazer. (T418, F, 1955)

Não digas a ninguém senão vais direitinho ao inferno. (T446, M, 1969)

Que nem pensasse contar alguma coisa a alguém, que ninguém ia acreditar em mim, que estalava os dedos e acabava comigo, o que seria que as pessoas iam dizer de mim. (T486, F, 1978)

Ameaçava a mim, aos meus Pais, que ia contar e ia ser uma vergonha de homossexualidade para mim pois eu estava a deixar e isso ele ia dizer que era porque eu gostava. (T504, M, 1980)

Da primeira vez não disse nada, mas da segunda disse que se eu fugisse, os chineses iam me apanhar e pôr-me no túnel. (T517, M, 1960)

Para nunca falar... Senão as coisas pioravam. (T518, F, 1971)

Estes depoimentos testemunham o clima emocional de terror, de uma verdadeira atitude de «banalidade do mal», descrito por Hannah Arendt (2017), quando quem agride o outro já não é capaz de emocionalmente ter qualquer movimento empático pelo que sente e sofre dessa maneira e, sobretudo, permanece incapaz de se interrogar sobre os próprios atos que então pratica.

Tal envolvimento emocional de ameaça permanente, criado de forma consciente pelas pessoas abusadoras, fazendo uso do seu duplo poder enquanto adultos e sacerdotes da Igreja Católica, provocava facilmente a subjugação da criança vítima que, de novo, não tem autonomia nem capacidade emocional ou física para ultrapassar e vencer.

Envolvidas num clima religioso onde habitualmente a noção de mistério, a sacralização dos atos e certos rituais comuns são parte fundamental de uma cultura envolvente e tida por inquestionável, as crianças vítimas tornam-se facilmente dominadas por uma (falsa) normalização desse poder para não conseguirem reportar a ninguém o que aconteceu, reféns do que J. Symington (2018) descreveu como «dor aprisionada».

Desta forma, são também recorrentes os testemunhos que nos falam de um «agir com naturalidade» após o abuso, como se tudo o que tivesse ocorrido fosse, afinal, «normal», numa construção psíquica reforçada pela possibilidade de uma rápida

clivagem da atitude do próprio abusador. No momento imediatamente seguinte, este pode voltar a agir de forma emocionalmente adequada para com a criança ou até para outras pessoas que, estando próximas, são também por elas responsáveis: por exemplo, o padre que entrega a criança à mãe após o tempo de «explicação» escolar, durante o qual também praticou o abuso, ou um outro que faz uma descrição muito positiva e adequada à família após um fim de semana de atividades com o grupo de jovens, em que também o abuso se registou, mas que é totalmente omissivo do seu discurso. Retomando D. Winnicott (1971), a pessoa abusadora agia como se nada de relevante se tivesse passado, no modelo «*as if*» («como se») de «um falso-self adaptativo». Eis algumas ilustrações desse padrão de comportamento:

Procedeu normalmente e foi cumprimentar a família, como visita da casa. (T20, F, 1959)

Nada. Eu achava que aquilo era normal. (T26, F, 1960)

Saía da cama e agia como se nada tivesse acontecido. (T135, F, 1974)

Fingiu que nada aconteceu. (T186, M, 1992)

Que não fazia mal, saía e ia-se masturbar. (T94, F, 1967)

Disse-me «vai à tua vida que eu vou à minha. Vai com Deus». (T210, M, 1958)

Apenas a «penitência» e o «vai com Deus». (T141, M, 1966)

«Não há problemas, não tenhas medo». (T179, M, 1967)

Nada. Era como se fosse tudo normal. Não pensei que fosse um abuso na altura. (T475, F, 1973)

Que não tinha mal nenhum, que era carinho, amor, era uma confusão na minha cabeça. Sabia que um padre não podia, devia tocar, acariciar, etc., etc., uma mulher, muito menos uma menina, mas o padre X dormia com a Y, acariciava outras raparigas, tínhamos todos entre 13, 14 anos, os mais velhinhos talvez 18, alguns rapazes estavam no seminário no W. Todos sabíamos ser mal, ele fazia de tal modo que nos parecia que afinal não era tão errado assim. Manipulação pura. (T224, F, 1960)

Agora dormes aqui quietinho e amanhã isto foi como um sonho, lembro-me como se fosse hoje, um nojo. (T225, M, 1986)

Cuidado para não fazeres barulho, quando voltares à camarata. (T226, M, 1991)

Muitas vezes, como ejaculava, dizia que ia à casa de banho lavar as mãos e voltava já. (T245, M, 1998)

Por vezes, que me limpasse. (T522, F, 1969)

Nada de especial, geralmente, recomendações relacionadas com a necessidade de crescermos como homens e lembrava que podíamos estar à vontade que o que se passava na direção espiritual era segredo tal como a confissão. (T408, M, 1966)

Desejou-me sorte na vida. (T527, M, 1983)

Noutros casos ainda, a origem do abuso sexual é novamente imputada à criança vítima, sendo expiada através da ordem para que quem o sofreu se vá confessar ou rezar, esperando absolvição de um «pecado», ou seja, de um ato criminoso, de que foi vítima e não

agente. Esta forma de projeção patológica, na criança, dos acontecimentos traumáticos é extremamente poderosa no reforço do seu próprio sentimento de culpa que, como aparece referido noutras respostas abertas deste estudo, pode durar décadas até que cada qual entenda e aceite que, afinal, a culpa não é nem nunca foi sua e que o seu papel foi mesmo de vítima e nunca de agente ou coagente dos factos decorridos anos antes.

Desta forma, reforçando e alimentando o efeito emocionalmente devastador do abuso, ele é mesmo interiorizado pela criança como se a si lhe pertencesse esta culpa e como se lhe coubesse lidar sozinha com o que havia acontecido, bloqueando o que Anne Alvarez (1994) descreve como a importância terapêutica de «tornar os pensamentos pensáveis», logo, passíveis de terem um entendimento e uma posterior integração psíquica.

Nesta amostra, muitos dos abusos tiveram lugar no confessionalário e, por isso, a oração, enquanto perdão permitido pelo agressor, também surge como uma forma de encerrar a situação abusiva, embora invertendo (de novo) o papel do agente e da vítima; ou seja, é à criança abusada que se ordena que reze para obter uma pacificação da malignidade de um ato que não foi da sua autoria ou «culpa».

O mesmo sucede, aliás, quando o abuso teve lugar em ambientes escolares ou de estudo, em que a pessoa abusadora se despede da criança, aconselhando-a que «*estude mais*» e que «*pode regressar em caso de dúvidas*», utilizando um discurso patológico de duplo sentido em que certa função (estudar, ter dúvidas, por exemplo) contém o que já Sigmund Freud descreveu como um óbvio «conteúdo latente» (reportando-se a um significado oculto no que é dito) que, no caso, é um convite à própria perpetuação do abuso:

Mandava-me rezar X Pai-Nossos e X Ave-Marias. (T28, F, 1969)

Nada, ainda nos mandava fazer umas rezas para os nossos pecados. (T490, F, 1969)

Mandava-me rezar. (T492, F, 1972)

Para rezar 10 Ave-Marias. (T421, F, 1954)

Para rezar não sei quantas Ave-Marias. (T529, F, 1962)

Vamos lá acabar com a marmelada e fazer a oração. (T76, M, 1953)

Mandava-a ir de joelhos até à capela para rezar. (T405, F, 1977)

No fim do ato, ao ver-me perturbado ajoelhou comigo e fez-me rezar dez Ave-Marias e obrigou-me a jurar que não falava a ninguém sobre o acontecimento. (T147, M, 1946)

Mandava-nos embora, claro que nos considerava pecadores e mandava-nos rezar umas coisas. Esperto, não dizia para não nos masturbarmos, o que ele queria era estar sempre a saber mais, óbvio. (T150, M, 1987)

A despedida habitual de confissão. (T60, F, 1977)

Estudem bastante e até breve. (T138, F, 1970)

Agora estuda muito, se precisares mais vezes volto mais do que as duas vezes que a gente combinou. (T172, M, 2002)

Mandava-me ir para o estudo. (T454, M, 1952)

Que fosse rezar e que gostava muito de mim. (T412, F, 1976)

De forma a acomodar posteriormente o sucedido, alguns testemunhos retratam a ocorrência de elogios e da invocação de um sentido de «libertação», quer espiritual quer física (esta, sobretudo, pós-ejaculação ou orgasmo), referidos por parte da pessoa abusadora: fazendo crer que o abuso era algo de positivo, um reconhecimento de determinados traços físicos elogiados ou de comportamentos da criança perante a própria imagem de Deus, como uma forma de melhorar a sua autoestima. Estas ideias são possíveis de ilustrar nos testemunhos seguintes:

Estiveste bem, Deus está orgulhoso de ti. (T183, M, 2006)

Fiz-te isto para te libertares e começasses a aceitar-me a mim próprio. (T187, M, 1996)

Que foi muito bom. (T202, F, 1977)

Que ficava muito orgulhoso de mim. (T70, M, 1963)

O professor que tinha vencido mais uma etapa dos preconceitos sociais no processo iniciático de total libertação e fusão com o divino; o padre que ficaríamos sempre juntos e que me ajudaria a entrar no seminário e a mudar as mentalidades do cristianismo e que esse era o sinal da minha vocação. (T28, M, 1970)

Perguntava se eu tinha gostado e se eu estava mais relaxado. Eu dizia que sim, que miúdo não tem prazer no corpo quando é tocado. Achava estranho, imaginava que o homem era homossexual, mas como eu não era, deixava. Foi algo de totalmente estúpido da minha parte. (T375, M, 1989)

A minha mãe pagou-lhe, ele disse que me tinha tratado e para voltar se o problema voltasse. (T467, F, 1959)

Gostaste, ele perguntava. Eu não sabia o que responder. (T436, M, 1978)

Se me sentia melhor. (T482, M, 1949)

Que eu era muito bonita! (T49, F, 1961)

Que gostava de mim. (T109, M, 1998)

Gosto muito de ti. (T119, M, 1980)

Que Deus me amava mais do que qualquer uma ali no colégio. (T411, F, 1976)

Dizia que eu era especial! (T419, F, 1989)

Descansa e vê que ficarás mais relaxado. (T463, M, 1970)

Teve a suprema lata de perguntar: «Aqueci-te o coração?». (T530, M, 1991)

Há testemunhos que evocam a ideia de um «voltar»: um voltar a estar, um regressar ao local onde o abuso ocorreu, um «voltar para falarmos melhor». A ideia de repetição e de normalização do abuso é assim inscrita, através de uma linguagem corrente e trivial, numa rotina quotidiana «normal»:

Para voltar ali, enquanto me ia embora. (T18, F, 1944)

Que voltasse sempre para o mesmo confessionário onde ele estava, porque no próximo dia eu já estaria mais à vontade. (T44, F, 1957)

Pedi para esperar que tinha que ir à missa e daqui a pouco volto... (T57, M, 1941)

Que me queria ver outra vez; que me ia chamar durante um recreio grande. (T121, M, 1963)

Despedia-se até à próxima reunião. (T140, M, 1979)

Para voltar para falarmos melhor. (T171, M, 1977)

Que se calhar não ia logo ficar bem e se calhar era para voltar até porque a gente vivia quase ali à beira. (T184, M, 1996)

Seria necessário voltar para mudar o penso (e essa parte até era verdade, por isso aceitava embora sempre com um incómodo crescente que não sei explicar à época). (T243, M, 1979)

Teria que voltar para melhorar comportamentos. (T246, M, 1986)

Temos de fazer mais momentos de confissão. (T271, M, 1966)

Para voltar sempre. (T365, M, 1990)

Volta cá amanhã e apalpava-me o rabo. (T386, F, 1962)

Por fim, apenas uma parte residual dos testemunhos regista algum tipo de arrependimento ou pedido de desculpa por parte da pessoa abusadora, facto que também corresponde ao que é mais comum ser reportado em situações deste tipo. Mas, mesmo assim, algo que surge sempre revestido por alguma razão exterior, como uma «*tentação*» por vezes imputada injustamente à criança, uma impossibilidade de conseguir reprimir aquilo que sente ou até uma «*contextualização*» ou «*relativização*» do comportamento do adulto, adiantada pelo próprio:

Pedia desculpa e dizia que eu não o devia seduzir. (T41, M, 1970)

Que se sentia com remorsos porque era padre e precisava de se afastar, até que voltava outra vez, pedia desculpa e voltava com carícias, a dizer que gostava muito de mim e começava tudo outra vez... Fazendo-me sentir «lixo». Era tão convincente quando dizia que gostava de mim que, na época, acabava por acreditar. Só me apercebi anos mais tarde do que tinha passado nessa altura. (T125, F, 1990)

Nada, chorava e tenho um grande ódio por não estar vivo. (T282, M, 1977)

Nada. Mais tarde acabou por escrever uma carta pedindo desculpa e contextualizando o seu comportamento. Mas depois dessa carta houve mais episódios. (T328, M, 1969)

Que não faz mal / que não é pecado. (T30, F, 1981)

Para não falar, era pecado o que lhe tinha deixado fazer. (T484, M, 1990)

De novo, este grupo de respostas abertas evidenciou como, através de diferentes mensagens, se torna não só possível, como mesmo o mais comum, o facto de todas poderem conduzir a criança à subjugação pela pessoa abusadora e de a tornar incapaz, no momento posterior ao abuso, de o reconhecer como algo de negativo e traumático, facilitando a sua posterior perpetuação. Nestas narrativas, revela-se ainda como os abusos sexuais encerram outras formas de abuso, nomeadamente os de natureza emocional cujo impacto futuro é a causa de tanto sofrimento e mal-estar.

5.2.4. Prometia-lhe recompensas e/ou castigos, ou para outros membros da sua família, ou de próximos de si? Se sim, quais?

A finalizar este bloco, surge a questão referente a recompensas e/ou castigos dirigidos à criança vítima, a membros da sua família ou pessoas próximas de si. Em 36% dos inquéritos validados, a resposta está em branco. A interpretação poderia ser aprofundada noutros contextos: na verdade, não existe uma negação do facto mas, por outro lado, nada em particular é descrito. Podemos estar perante uma situação que é descrita na psiquiatria da infância e adolescência como «branco psíquico», na descrição de André Green, e que surge num contexto de impossibilidade de representação psíquica de certos factos, sobretudo os sentidos como traumáticos e/ou de índole depressiva, os quais podem, mais tarde, emergir sob a forma de sintomas físicos, como é o caso da patologia psicossomática (muito referida nesta amostra nas respostas a consequências físicas e/ou psíquicas pós-abuso).

Dos restantes respondentes, 19% afirmam que, após ou antes do abuso, lhes eram prometidos uma recompensa ou um castigo (tonalidade oposta, entre o positivo e o negativo), sendo que 45% do total da amostra responde negativamente. Estas respostas que correspondem a características ameaçadoras ou retaliatórias/punitivas, podem explicar-se através do já referido em pontos anteriores, nos quais se evidenciou a criação de proximidade relacional entre pessoa abusadora e criança vítima, através de ambientes escolares, institucionais (seminários, igreja, catequese) ou extracurriculares (escuteiros, atividades de lazer, retiros, ou ainda aliciamento para atividades externas regulares como idas à praia e estadia em casas do pároco), levando, muitas vezes, a que, sem que disso se apercebesse, a criança já estivesse envolvida numa elaborada teia de sedução e manipulação emocional antecipatória do posterior abuso.

Dentro da percentagem dos que responderam afirmativamente, regista-se a existência tanto de recompensas como de castigos, estes muitas vezes anunciados sob a forma de ameaça física ou psíquica, quer à vítima quer a pessoas da sua ligação próxima e sentidas como elos frágeis (mãe e irmãos, por exemplo). Assim, e no que se refere a recompensas, distinguem-se algumas situações-padrão tal como a oferta de bens físicos ou, sobretudo, de guloseimas ou doçarias (pequenos excessos cobijados por crianças que vivem quotidianos de grande privação). Há ainda situações em que os bens físicos são constituídos por objetos relacionados com a própria simbologia religiosa católica, tais como santos e medalhas:

Rebuçados, imagens para pôr no quarto. (T39, M, 1961)

Dava-me chocolates e caramelos. (T346, M, 1968)

Doces, guloseimas. (T63, F, 1950)

Chocolates. (T250, M, 1974)

Prometia rebuçados se ao final de cada dia lhe fosse dizer quantas vezes evitei «maus pensamentos». 1 rebuçado por cada mau pensamento evitado... (T76, M, 1953)

Bolachas, rebuçados e por vezes dinheiro. (T134, M, 1956)

Presentes (chocolates, livros...). (T340, M, 1976)

Deu-me selos de coleção, moedas de coleção, etc. (T537, M, 1958)

Recompensas: hóstias. (T29, F, 1977)

Santinhos. (T397, F, 1975)

Dava-me muitas medalhinhas, fios, pagelas, coisas religiosas algumas até de valor. (T393, F, 1956)

Noutras situações, a recompensa adquire contornos explicitamente financeiros. Através das palavras utilizadas pelas pessoas vítimas para os denominar, conseguimos perceber que, na grande maioria, as quantidades envolvidas são diminutas, não passando de «trocos» ou de «umas moedas». É o que se menciona em alguns dos testemunhos, expondo não só o nível de pobreza e de escassez de recursos com que muitas e muitos daqueles que deram o seu testemunho viviam, como o abuso de estatuto e poder de quem os utilizava como aliciamento:

Dava-nos uns dinheiritos, a pobreza era muita. (T415, M, 1968)

Dinheiro. (T61, M, 1979)

Uns trocos. (T274, M, 1986)

Dava-me umas moedas. (T227, F, 1953)

Dava dinheiro, prometia coisas a nós os mais pobres. (T435, M, 1991)

Mais dinheiro para eu levar para casa no verão. (T418, F, 1955)

Dinheiro para alimentação e procura de emprego. (T77, M, 1955)

Passeio, dinheiro e alguns presentes. (T169, M, 1976)

Oferecia dinheiro e facilitava saídas. (T256, M, 1989)

Económicas, abriu conta em instituição bancária. (T440, M, 1979)

Dinheiro para ele e para a família. (T407, M, 1959)

O apoio direto à família e a determinados membros familiares é também um dos alvos das recompensas antes e/ou após o abuso. Nos meios muito desfavorecidos em que muitas destas famílias viviam, o abuso é camuflado como se se tratasse de uma ponte para benefícios materiais para toda a rede familiar, podendo até haver casos em que os adultos teriam a intuição ou um certo grau de conhecimento destes factos, ignorando-os no seu significado mais profundo. Desta forma, a oferta de apoio às famílias coloca a criança numa posição sensível, emocionalmente difícil, reforçando um conflito de fidelidade, sublinhando não só a fragilidade associada à sua idade, como a precariedade do ambiente socioeconómico em que vive, ambos fatores de risco acrescidos para este tipo de situação:

Comida e ajuda à minha família. (T282, M, 1977)

O padre pagava-me livros, roupas, pulseiras, passeios e férias e ofereceu mobílias aos meus pais. (T283, M, 1970)

Dinheiro para ele e para a família. (T407, M, 1959)

Que ia acudir pelos Pais se houvesse fome. (T507, F, 1940)

Que iria ajudar a minha Mãe a visitar-me. (T522, F, 1969)

Recompensas, pois dizia que estava a ajudar os meus pais. (T540, M, 1960)

Entre recompensas e ameaças, muitas das famílias situam-se, pois, num papel de charneira da realidade intrapsíquica da vítima, no que diz respeito à ocorrência do abuso sexual: início, manutenção e eventual revelação. A pessoa abusadora utiliza e projeta na estrutura familiar o que se designa por forças de coação externa, obviamente reforçando assim as de características internas (promovendo o silenciamento dos atos) junto da criança e tanto pela positiva (ajudas em bens diversos) como pela negativa (ameaças, humilhação e chantagem). Nos testemunhos que referem ameaças, a grande maioria visa os pais ou outros familiares próximos que a vítima sente que, por diversas razões, tem de proteger na designada posição adultomorfa das suas vivência infantojuvenis:

O padre dizia-me sempre para eu nunca dizer nada ou ele ia dizer ao meu pai que eu é que tinha feito mal. (T34, F, 1963)

Ameaçava denunciar-me aos meus pais e pároco. (T109, M, 1998)

Que ia contar aos meus pais. (T219, M, 1958)

Dinheiro e ameaçava a minha Mãe. (T489, M, 1980)

Ameaçou-me com minha mãe. (T239, M, 1970)

Ameaçando contar aos Pais sobre maus comportamentos. (T246, M, 1986)

Que se contasse a alguém os meus pais iriam sofrer e que nunca me daria positiva. (T279, M, 1965)

Dizia que se contasse alguma coisa a alguém, nunca mais via os meus pais. (T409, F, 1975)

Ameaçava a reputação dos meus pais e irmão se eu contasse a alguém. (T19, M, 1985)

Castigos sobre mim e meus Pais até mais sobre a minha Mãe a quem de certo modo lhe estragou a vida no seu local de trabalho. Era um homem vingativo até ao osso. (T436, M, 1978)

A humilhação face ao grupo de pares também pode constituir um dos traços mais comuns das ameaças registadas: colocando em causa a sexualidade da criança, sobretudo a sua eventual orientação, a pessoa abusadora manipula e responsabiliza desta forma a imagem que a criança tem em relação aos outros, incutindo-lhe uma culpa e uma vergonha que não lhe pertencem, bem como (em não raros casos) lhe induz dúvidas fraturantes sobre a sua imagem de corpo, género ou, de novo, orientação, já de si mesmo em amplo desenvolvimento e construção nestas faixas etárias. Os próximos exemplos ilustram justamente esta situação:

Conto aos teus colegas que és um medricas sem perdão, um mariquinhas menino da tua mamã. (T225, M, 1986)

A denúncia da minha responsabilidade pelo ato. (T218, M, 1972)

Ameaçava a brincar, dizendo, «já imaginaste a vergonha pela qual ias passar se isto se soubesse... Olha só o grande X (chamo-me X do futebol)... Havia de ser lindo»... Outras vezes, não era o futebol. Por exemplo, certo dia estava lá um amigo meu, Y, e afirmou «Ah... Vê bem o que o Y pensaria... Um mariquitas, que era amigo de um mariquitas que gosta de mexer na pi...» (aí já tinha pelo menos 11 anos). (T245, M, 1998)

A ameaça de reprovação escolar, expulsão de uma dada instituição (de acolhimento e/ou formação, como lares de infância e juventude ou seminários) ou da impossibilidade de visitar a família, também presente quando em regime de internato como os colégios religiosos, em caso de divulgação do sucedido, também estão presentes nos testemunhos. Estes demonstram que, em situações altamente fragilizantes (como as da própria criança estar totalmente dependente de uma instituição, até para a prestação de cuidados básicos e perante situações de desamparo sociofamiliar ou ali mesmo colocada por decisão judicial), a ameaça de expulsão era utilizada de forma a mantê-la em silêncio, lançando um clima de terror e insegurança sobre esta, o seu presente e a saudável construção de um futuro melhor a que teria todo o direito:

Expulsão; não ter mais hipótese de continuar a estudar; ir e morrer na guerra colonial. (T151, M, 1950)

Disse que me chumbava se eu contasse. (T232, F, 1960)

Ameaçou-me que, caso eu contasse, iria fazer com que eu saísse do convento. (T247, F, 1979)

Que se contasse a alguém os meus pais iriam sofrer e que nunca me daria positiva. (T279, M, 1965)

Recompensa: chocolates. Castigo: ameaça velada de expulsão no caso de se falar. (T479, M, 1950)

Dizia que eu não ia de fim de semana, que não ia ver mais os meus pais, que ficava as férias sozinha e que tinha que fazer aquilo todos os dias e que ninguém me ia ajudar. (T414, F, 1976)

Como culminar deste tipo de ameaças verbais, elas em si mesmo configurando formas de abuso emocional, surgem os maus-tratos físicos e a ameaça à integridade da criança. Os exemplos vão desde «uma tarefa maior» até ao anúncio de «que me matava», sinalizando o clima de medo e terror em que muitas destas crianças viviam diariamente. Assim, além da violências psíquica a que eram submetidas, os exemplos abaixo demonstram que a pessoa abusadora recorria de forma deliberada aos maus-tratos (ou à sua invocação) para manter o silêncio nas crianças de que abusava:

Tomava banho de água fria, não deixava brincar, arrumar quartos, comíamos mal, pão com bolor! (T89, F, 1972)

Prometiam uma tarefa maior. (T113, F, 1951)

Que me daria mais reguadas. (T198, M, 1956)

Que me matava. (T277, M, 1976)

Dizia que para a próxima era pior. (T401, F, 1973)

Mas a violência física encontra um outro paralelo na presença de respostas que descrevem formas diretas de violência espiritual. Utilizando a imagem de Deus, do Diabo ou a ideia de Céu, era passada à criança vítima a ideia de que, caso quebrasse o seu silêncio, uma ameaça externa, de simbologia religiosa, poderia abater-se sobre si, reforçando diretamente o conceito de culpa e respetiva punição:

Deus ia ficar zangado comigo. (T30, F, 1981)

Se não fossemos voltar a confessar que o diabo vinha. (T54, F, 2004)

Não vais para o céu. (T438, M)

Castigos, também por Deus. (T513, M, 1954)

A variedade de respostas incluídas neste grupo demonstra bem o que é descrito como comum nos abusos sexuais de crianças: a presença e a força psíquica de diferentes formas de coação externa exercidas pelas pessoas abusadoras, verbalizadas sob tonalidades opostas, ora de ameaça e punição, ora de incentivo e gratificação. Contudo, e independentemente da sua estrutura, ambas funcionam sempre como controlo consciente do adulto sobre a criança, permitindo não só uma aproximação inicial, mas também a manutenção dos mesmos atos e seu posterior silenciamento.

5.3. Consequências físicas, psicológicas ou outras do abuso sexual

Um outro conjunto de perguntas abertas destinava-se a apurar que consequências físicas, psicológicas ou outras o abuso sexual na infância tivera na vida da pessoa vítima. Foi-lhe propositadamente deixada a liberdade de descrever, pelas suas próprias palavras, esse impacto: não só era uma outra porta para entrar qualitativamente nas características desse abuso, como podia ilustrar, num estilo pessoal, de forma realista e detalhada, as marcas que deixou no momento ou para sempre.

5.3.1. Consequências físicas

A análise dos 512 depoimentos recolhidos revela versões muito amplas e diversificadas sobre esta questão. De uma maneira geral, através de sinais e sintomas secundários ao trauma, revela a forma como através de múltiplas consequências o abuso perdurou vincado nas vidas de muitos dos que hoje são já adultos e dele foram vítimas em criança por membros da Igreja Católica.

Seria impossível apresentar-se a totalidade das vozes que quebraram os seus silêncios. Elas são intensas, díspares e acima de tudo dolorosas de ouvir: espelham a perceção subjetiva do próprio, mas também e em diversos casos as suas constatações objetivas a par das de outros que com elas privaram de perto ao longo da vida: família, amigos, companheiros, outros membros do clero, médicos, psicólogos, professores, entre tantos que foram apontados como testemunhas ativas daquilo que ocorreu e das marcas que, infelizmente, permaneceram de forma transitória ou até mesmo definitiva e até aos dias de hoje.

Perante a necessidade de tratamento sistemático do material recolhido, optou-se por organizá-lo em categorias que incluem algumas das consequências mais representativas não só pelas queixas abordadas, mas ainda pela sua distribuição segundo géneros, idades atuais e ao tempo do abuso, tipo de crime sofrido, entre outras variáveis. Assim, após a leitura integral dos 512 testemunhos, agruparam-se as respostas em categorias e subcategorias.

A primeira constatação importante a fazer é que, perante a pergunta sobre consequências físicas do abuso sexual, a maioria das pessoas vítimas opta por não responder: é um dado que acontece em 286 casos, num total de 55,9% da amostra recolhida. Há, depois, um número relativamente importante, o daqueles que responde à mesma questão, mas negando qualquer tipo de impacto físico da mesma: fazem-no um total de 105 pessoas, ou seja, quase metade das respostas preenchidas a esta pergunta. Deste grupo, a forma como o expressam é, contudo, variável e engloba quer um tipo de respostas mais afirmativa, quer outro de descrição mais oscilante, sinal de uma eventual dúvida ligada a recordações mais distantes no tempo (abusos que ocorreram há décadas, por exemplo) ou ainda na validação objetiva das mesmas consequências físicas, sendo que pode ser lícito perguntar após a análise integrada de certos inquéritos: as consequências não existiram mesmo, ou o próprio omite-as pela delicadeza do impacto que tiveram?

De qualquer forma, é possível destacar exemplos concretos destes dois grupos referidos, começando pelo de respostas mais assertivas:

Não. (T497, F, 1959)

Nada. (T506, M, 1949)
Nenhuma. (T481, F, 1977)
Sem consequências. (T354, F, 1953)
Não teve consequências. (T366, M, 1967)
Sem mazelas. (T487, M, 1984)

Passando-se agora a outros, com as tais características mais difusas:

Não, penso que não. (T66, M, 1969)
Creio que não existiram. (T482, M, 1949)
Julgo que nenhuma. (T176, M, 1986)
Agora, já nada dói. (T404, F, 1975)
Não houve consequências físicas, dado que tive a sorte de nunca ter passado além de tirar as calças e a manipulação das partes sexuais, com masturbação dele mesmo. (T47, M, 1952)
Acho que sim, o meu psicólogo coordena as atitudes e encontrei explicação para muita coisa. (T498, F, 1961)

Surge, assim, um terceiro grupo de pessoas, constituídas por um total de 121, de ambos os géneros e de diferentes idades atuais e ao tempo do abuso, organizando-se num grupo que refere consequências físicas de diferentes formas de abuso sofrido na infância.

A estas mesmas queixas, não é obviamente estranha a própria descrição do abuso sexual, nomeadamente quando este se constitui através de atos sexuais de contacto físico mais ativo, como, por exemplo, no caso da manipulação do corpo através da masturbação ou ainda através de formas intrusivas, que implicam penetração abusiva do corpo da criança, por via vaginal ou anal.

Ainda neste grupo que refere consequências físicas, é interessante verificar que muitas delas são claramente de origem emocional, mas focalizadas e atribuídas ao corpo, quer através de mecanismos de defesa (que se designam por deslocamento do sintoma) quer pela descrição de patologia ou queixas psicossomáticas de vária ordem.

Este tipo de situação é extremamente comum em toda a saúde mental em geral, mas no campo dos abusos sexuais de menores ainda mais e corresponde ao que alguns autores designam pelo «falar do corpo», facto que alerta para a importância de, diante de diversos sinais e sintomas aparentemente físicos, procurar e certificar a sua verdadeira origem em situações do foro emocional, já que são muitas vezes secundários ou reativos a acontecimentos externos sentidos como traumáticos. São ainda casos em que a criança ou, mais tarde, já o adulto vítima, não conseguem verbalizar as situações pelas quais passaram, tendo também por causa frequente vários tipos de defesa psíquica; de qualquer forma, a não comunicação verbal da queixa não impede a sua exteriorização por outras formas (no caso, o corpo).

Assim, por ordem de representatividade das consequências referidas pelas próprias pessoas vítimas é possível estabelecer três grandes grupos na amostra e, desde

logo, referir o seu carácter transitório na maioria dos casos, embora em muitos outros perdurem de forma duradoura, isto é, chegando até aos dias de hoje.

Num primeiro grupo, surgem afinal queixas «psicológicas» descritas pelas vítimas e também através da sua expressão ou queixa «física», de que se destacam vários subgrupos, também referidos por ordem de frequência: imagem do corpo, vivência da sexualidade, perturbações de ansiedade e do humor (depressivo), dificuldades alimentares e de sono, problemas de relação e comunicação, entre outras. Tendem, aliás, a perdurar ao longo de períodos temporais alargados.

Entre estas queixas de origem psicológica, mas descritas em expressão física, podemos dar alguns exemplos:

Ter vergonha do meu corpo. (T83, F, 1973)

Causou-me muita dor psicológica, eu já era uma criança com pouca sorte, filha de pai desconhecido, de uma mãe que foi abandonando filhos e que faleceu no ano que eu saí de lá, quando a minha tia e madrinha me puderam ir então buscar. É uma dor no coração que não sai nunca. Já tive apoios psicológicos, mas não consigo falar desta razão que só eu sei o que guardo. Tomo medicação todos os dias e há anos que quem passa é a médica de família, agora tomo Ciprallex 10 mg e Lexotan para dormir. (T522, F, 1969)

Falta de conforto com o próprio corpo. (T226, M, 1991)

Medo de me despir, mostrar o corpo, diante de outros rapazes. (T218, M, 1972)

Ele dizia que eu tinha o pénis grande, isso marcou a imagem de mim. Na altura usava-se boxers largas e eu, por vergonha, comecei a escolher roupa interior apertada para que tudo não se notasse. (T343, M, 1979)

Muitas, sim. De tal maneira que ainda era casado, aos 45 anos fui fazer o toque da próstata e não deixei que me tocassem. (T517, M, 1960)

Esconder até tarde o meu corpo. (T138, F, 1970)

Falta de intimidade, muita necessidade de exposição do corpo. (T62, F, 1962)

Tinha vergonha das minhas mamas. (T231, F, 1959)

Dava estaladas em mim, em momentos de raiva. (T56, H, 1953)

Nunca tive um amor. (T14, F, 1950)

Ainda hoje não consigo ter uma relação sexual dentro do padrão da normalidade. (T22, M, 1959)

Nunca consegui ter uma relação íntima, não aceito ser tocado. Impossível, vejo o sexo como uma coisa suja, não suporto ser beijado e não gosto de beijar ninguém. (T92, M, 1964)

Frigidez na adolescência e adulta jovem. (T100, F, 1960)

Maior grau de depravação. (T516, M, 1968)

Vaginismo, frígida. (T35, F, 1958)

Detesto que me abracem e haja contacto físico. (T254, M, 1983)

Necessidade constante de me masturbar depois do sucedido. (T199, F, 1963)

Não suporto que o meu cônjuge me toque inesperadamente. (T102, M, 1976)

Nunca consegui ter contacto físico com intuito sexual com outra pessoa. (T278, F, 1974)

As dores que tenho nas relações. (T414, F, 1976)

Cortes que sofri. (T34, F, 1963)

Fiquei com cicatrizes nos braços por tentativa de suicídio. (T521, M, 1978)

Houve alturas em que dormia muito mal, cheio de pesadelos. (T436, M, 1978)

A minha relação com o corpo deteriorou-se e comecei a engordar. (T340 M, 1976)

Obesidade, comia compulsivamente. (T444, F, 1960)

Tive problemas na alimentação. Uma obesidade e depois emagrecimento repentino (mais de 10 kg). (T188, F, 1987)

Ansiedade, depressão, tristeza, revolta. (T283, M, 1970)

Tive ansiedade e depressão, fobia social intensa. (T353, F, 1965)

Insegurança, baixa autoestima, depressão. (T485, M, 1997)

Durante certo tempo e não sei como (no seminário) tornei-me no preferido de um dos mais velhos, rapaz fisicamente possante e agressivo que me deixava marcas no corpo. (T511, M, 1987)

Um segundo grupo reúne as queixas físicas centradas em lesões de estruturas do corpo, associadas às formas de abuso com manipulação e/ou penetração que, sendo graves, em muitos casos podem não deixar marca duradoura, pois (exceto nas roturas do hímen, por exemplo) e como é habitualmente descrito na literatura sobre o tema, estas podem ser rapidamente reconstituídas do ponto de vista fisiológico (caso do esfíncter anal):

Sangramento, estive hospitalizado dois dias e estive algum tempo sem conseguir andar bem. (T46, M, 1957)

Fez-me sangue ao tentar-me penetrar. (T89, F, 1982)

Fiquei com o cú aberto. (T183, M, 2006)

Problemas no esfíncter anal. (T41, M, 1970)

Aleijou-me muito. Fingi que era do selim da bicicleta, porque durante muitos dias eu não me consegui sentar por dificuldade em dores. (T184, M, 1996)

As dores foram terríveis. (T142, M, 1962)

Inflamação no pénis. Foi a primeira vez que me puxaram a pele toda para trás. (T165, M, 1952)

Era virgem no primeiro ato de violação, sangrei muito. (T272, F, 1979)

Sim, pipi vermelho e inchado. (T345, F, 2011)

Doía muito, não quero dizer mais nada. (T190, M, 2006)

Metia os seus dedos pelo meu sexo e afastava os lábios, era doloroso. (T358, F, 1970)

Fez considerações sobre o tamanho do meu pénis, disse até que o do G. era mais fino, mas esticava mais e o meu mais grosso, mas ficava mais pequeno e que eu

o devia puxar várias vezes ao dia e puxou várias vezes, fiquei bastante inchado. Também porque ele queria ver se eu já ejaculava e talvez por eu ser novo ou estar com medo demorei muito a atingir isso e é claro que isso fez ferida na pele do órgão. (T225, M, 1986)

Depois da primeira violação houve danos na zona retal. Noutra situação, danos no pénis, onde se rompeu o prepúcio. (T187, M, 1996)

Graves, uma vez que não foi a única pessoa a fazê-lo. Um familiar também o fez, se o próprio padre apregoou que o fazia. (T490, F, 1969)

Sim, quando acontecia anal, doía muito. Uma vez eu tinha o treino de futebol às 3.^a, 5.^a e 6.^a, na 5.^a era também explicação. Estava a correr e deitei sangue pelo ânus, mas não percebi e fui gozado por outro rapaz que disse, olha o A. tem sangue pelo cú, os outros riram-se de mim e um mais velho disse assim, olha ele anda a tomar no cú. (T172, M, 2002)

Um terceiro grupo contempla as queixas físicas, mas de características psicossomáticas, como ilustram os excertos seguintes:

Apareceu-me psoríase. Mais tarde tive o diagnóstico de artrite psoriática. (T177, F, 1969)

Em situações de stress, quando entrava na igreja, tinha fortes dores nas pernas. Só mais tarde me apercebi que era psicossomática. (T335, F, 1970)

Doenças autoimunes. (T451, F, 1962)

Desgaste físico, noites perdidas. (T23, M, 1960)

Geraram problemas intestinais crónicos. (T218, M, 1972)

É difícil assegurar que existe nexo de causalidade, mas aos 12 anos comecei a sofrer de despigmentação da pele (vitiligo) que ainda hoje tenho. (T31, M, 1953)

Vale a pena sublinhar, entretanto, que na amostra (e obviamente em situações em que foi uma testemunha direta a responder ao inquérito) se registaram sete casos de morte da vítima, por suicídio. Do ponto de vista de quem preenche o inquérito, esse suicídio não terá sido estranho aos impactos devastadores do abuso na sua vida futura.

Na análise dos dados respeitantes a estas queixas, importa ainda compreender alguns pontos cuja leitura se infere dos mesmos, de novo levantando questões muito objetivas, da mesma maneira que podem indicar outras de análise mais subjetiva que deveriam ser fonte de estudo posterior mais aprofundado.

Por exemplo, as queixas físicas ligadas a formas de sexo anal em rapazes vítimas são muito significativas, tal como a descrição da agressividade física e relacional evidente nas mesmas, ou ainda o impacto pejorativo no próprio grupo de pertença. Talvez pelo facto de, na nossa amostra, o grupo do género feminino ser menos representativo, tal como é menor a ocorrência comparativa com formas de abuso com penetração (no caso, vaginal), as referências às respetivas queixas físicas aparecem menos referenciadas nos testemunhos. Por outro lado, e no que toca às expressões psicológicas ou psicossomáticas destas consequências, estas parecem ser mais vezes referidas no grupo respeitante ao género feminino, num modelo que encontra paralelo noutras queixas em saúde mental.

Perante a diversidade das respostas obtidas, pode-se aferir a presença de múltiplas consequências físicas secundárias às situações de trauma pelo abuso sexual sofrido na infância. Fica por esclarecer, obviamente, de que forma conseguiram ou não ser ultrapassadas, ou seja, se simplesmente à custa de recursos internos da própria vítima (sempre difícil de imaginar se tomarmos em consideração a idade em que se iniciaram), se através de ajudas externas diretas ou indiretas que procuraram ou acabaram por ter e, assim, minorar o seu intenso sofrimento.

5.3.2. Consequências psicológicas do abuso sexual

Ao contrário do que se refere às consequências físicas do abuso, no que diz respeito às de impacto psicológico verifica-se nesta amostra que uma imensa maioria das pessoas respondeu afirmativamente, descrevendo a intensidade da qualidade negativa das mesmas com bastante detalhe e quase sempre reportando-as a um carácter permanente, isto é, prolongando-se até aos dias de hoje, mesmo quando sobre elas existe alguma oscilação temporal. Da análise qualitativa dos dados, dois tópicos sobressaem logo de forma evidente: ora o silêncio que a grande maioria fez desse mesmo sofrimento emocional, ora a evidência de perturbações psíquicas diagnosticadas e de carácter pós-traumático (com destaque para as do foro depressivo e de ansiedade), muitas delas com necessidade de acompanhamento especializado em psicologia, psiquiatria e ainda por médicos de família.

Assim, na amostra, 401 pessoas abusadas, de género e idade distintos, respondem afirmativamente à pergunta (78,3% do total de casos) sobre impactos psicológicos do abuso sexual. Destaca-se ainda a expressão de quadros múltiplos, contendo uma expressiva diversidade de sinais e sintomas que, por vezes, emergem através de um detalhe e pormenor tocantes. São reveladores do impacto traumático do abuso sofrido e, acima de tudo, da solidão e desamparo que a grande maioria destas vítimas descreve ter vivido não só na infância, mas ao longo de décadas, incapazes que foram de transmitir a outros o sucedido ou, quando tal aconteceu, nem sempre suficientemente bem acolhidos por aqueles a quem o revelaram.

De facto, como nomear o que, no momento, não é integrado psiquicamente e nem tem nome? De que forma se pode pensar sobre o impensável? De que maneira se comunica, sobretudo verbalmente, o que é sentido com vergonha, medo ou culpa e que, dessa maneira, permanece em silêncio ou, noutras ocasiões, se expressa por sinais e sintomas tão variados e nunca específicos ou exclusivos de uma situação de abuso sexual?

Na amostra, e como sinal dessa dura realidade, 16,9% das vítimas deixam a resposta à pergunta por preencher e em apenas 24 casos respondem negando as consequências psicológicas da situação: ora de forma categórica, ora revelando dúvidas ou uma construção ambivalente das mesmas e ainda, noutras situações, respondendo negativamente para, logo de seguida e ainda na mesma frase ou espaço, dar nota de que afinal elas existiram.

Destas três situações, vejamos alguns exemplos concretos. Em primeiro lugar, casos de negação evidente do impacto:

Não. (T301, M, 1955)

Acho que não. (T476, M, 1949)

Não houve. No meu tempo não havia essa informação. Se era um padre a fazer, era porque era normal. (T502, F, 1943)

Não marcou. Casei, tive filhos e tive uma vida normal. (T410, F, 1935)

Não considero que tenha tido. (T19, F, 1964)

Não teve. (T90, M, 1960)

Em segundo lugar, situações em que a pessoa expressa dúvidas sobre a existência de consequências psicológicas do abuso — sinal de incapacidade de mentalização autônoma do trauma? de uma clivagem defensiva ou mesmo negação (incompleta) dessas ocorrências? ou indicador daquilo a que Barbara Dockar-Drysdale (1991) designa por «congelamento psíquico» da parte dolorosa de algumas memórias concretas? Em qualquer caso, passamos a ilustrar esta atitude de dúvida:

Não gosto de pensar que isso acontecia e certamente acontece. (T36, M, 1989)

Acho que fiquei com nenhuma. (T128, F, 1941)

Creio que nenhuma, pois consegui ultrapassar tudo aquilo sem nunca mais pensar no assunto. (T74, M, 1953)

Não sei. Sempre tive muitas dificuldades nos relacionamentos. Não sei se terá sido essa uma das causas. (T235, F, 1969)

Nunca me senti afetado. Somente constato que deixei de respeitar o ato sexual como uma prática de amor e somente como prazer. (T36, M, 1989)

Não sei. Toda a minha vida existiu sobre este abuso, um casamento apressado, falhado e anulado, um segundo casamento, um pensamento que me atormenta até hoje, sem conseguir libertar do sentimento de ser apenas uma menina desamparada de que alguém se aproveitou. (T182, F, 1950)

Apaguei essa memória. Quando fiz um retiro espiritual da igreja, aos 15 anos, onde fazíamos sessões de meditação e oração, passei a sentir que havia em mim algo de indescritível. Alguém a bater à porta de um sótão. Uma inquietação. (...) Grande dificuldade em reconhecer emoções e, reconhecendo, em verbalizá-las. Pouca sensibilidade à dor física: em determinadas situações tem havido médicos que não acreditaram que não sentia dor. (T451, F, 1962)

Não. Não logo. Mas na entrada na adolescência perguntei-me muitas vezes o que teria eu para ele me fazer aquilo, meter a mão primeiro no cabelo, depois no peito, descendo pela barriga, entrando por dentro das calças, comentando o tipo de tecido das minhas boxers e para que lado estava orientada a minha pilinha. Ele dizia que eu parecia um anjo, a pele muito branquinha: o que serias se fosses menina? Fiquei sempre a achar que tinha características de menina. (T271, M, 1966)

Por último, existe o esmagador número de casos em que cada vítima descreve diversas consequências psicológicas. Como referido, elas são muitas vezes múltiplas na sua expressão emocional, duradouras no tempo mesmo que por vezes pareçam atenuadas em determinadas fases da vida, de uma intensidade absolutamente clara na forma como traduzem um sofrimento fortíssimo, pós-traumático. Muitos referenciam-no como tendo

determinado o rumo negativo de várias áreas da sua vida de que são exemplo: a doença mental, sobretudo no domínio das perturbações de ansiedade (com ataques de pânico, fobia e evitamento social ou de expressão na linguagem), e do humor (depressivas), a que, não raramente surgem, ligadas a quadros clínicos de depressão, as tentativas de suicídio, comportamentos de automutilação, problemas alimentares e do sono e, claro está, dificuldades expressas no domínio da vivência de uma sexualidade saudável, isto é, na relação integrada entre corpo e mente (com uma consequente autoimagem positiva), bem integrada no campo dos afetos e vivida de forma gratificante do ponto de vista relacional.

Muitos são ainda os exemplo daqueles que, perante o seu sofrimento, procuraram por si mesmos apoio em consultas especializadas de saúde mental (psicologia e psiquiatria), não sem que um número expressivo o faça só tardiamente na sua vida, reforçando as dificuldades em o concretizar, bem como a necessidade referida de o manter durante longos períodos de tempo e, também em várias situações, tendo ainda de recorrer a suporte psicofarmacológico (com destaque para o consumo de antidepressivos e ansiolíticos).

Podemos, assim, organizar as respostas abertas que evocam impactos psicológicos do abuso em cinco grandes grupos.

No primeiro, encontramos os testemunhos que sobretudo sublinham, confirmam inequivocamente a presença, multiplicidade, intensidade sintomatológica e duração temporal desses impactos. Os seguintes excertos ilustram-no com particular assertividade. Trata-se, ainda hoje, como escreveu um homem nascido em 1980, de «*um sofrimento brutal*»:

Psicológicas, sim. 99% dos danos são psicológicos. É confuso ser educada a ver um padre como um ser especial, bom, de confiança, dar essa confiança de criança num grupo de jovens e afinal não ser nada como nos fizeram sempre crer que era. Afinal o padre é o que mente, abusa, apalpa, beija, agarra as outras raparigas, saímos em acampamentos e retiros e a rapariga X, não vou revelar nomes, vai dormir com o padre e todos sabemos. Mas ninguém fala. Lanchamos em casa dos pais da rapariga X, o padre também, os pais, a rapariga, jovens do grupo, todos sabemos que dormem juntos, mas é como se não se passasse nada. Afinal é certo ou errado? Com 18 anos conheci outro padre, na mesma igreja. (...) Um dia, no gabinete dele, tocou-me. Pensei que fosse engano. Tornou a acontecer. Iniciámos uma relação que durou anos. Fizemos sexo. Afinal não era tão errado assim, o outro padre não o tinha feito? Só que agora eu era adulta. Mas os meus valores ficaram adulterados. Anos, muitos anos depois, procurei o padre que me abusou na minha infância e fui-lhe pedir desculpa, porque o tinha julgado e afinal eu também tinha namorado com um padre... exponho isto para avaliarem como a perceção entre o bem e o mal o certo e errado ficou em mim distorcida. E esse padre, arrogante e vaidoso, em vez de me pedir desculpa, que o que tinha feito era errado, olhou para mim e reiterou que o que fez não teve mal nenhum. Não é fácil descrever e recordar. (T80, F, 1960)

Depressão. Muita tristeza. Problemas de identidade. Isolamento. Insegurança. Mau desempenho académico. Choro exaustivo e compulsivo. Exclusão. (T448, F, 1996)

Hoje vivo numa teia psicológica: fobias sociais, medos, irritabilidade, ansiedade, depressão. A minha médica vai-me acertando os químicos. E assim o caminho vai-se fazendo dessa forma. (T28, M, 1958)

Muitas consequências e só agora as percebo. (T153, M, 1975)

Muitas: complexos de culpa e pecado. Complexos de inferioridade junto dos jovens da minha idade. Conhecimento antecipado de formas de satisfação sexual que me marcaram para toda a vida. Dúvidas sobre a minha masculinidade que me afetaram sobretudo na adolescência. Medos de perda da identidade masculina e outros medos no relacionamento com outros jovens, sobretudo raparigas. Sentimento de ser impuro. Etc. (T147, M, 1946)

Brutais. Só em criança chorava todos os dias por não querer ir à escola e nem os meus pais nem educadoras valorizaram esse choro durante anos. (...) Quando aos 12 anos mudei para o ensino público, era incapaz de andar sozinha na rua. Nunca contei aos pais nem aos irmãos mais velhos, nem à irmã mais nova. Comecei a ter ataques de pânico e a Mãe leva-me um psicólogo. Este desiste e vai para outro, que desiste igualmente dizendo que não me conseguia ajudar. Mais tarde, é aconselhada pelo pai de uma amiga a fazer psicanálise — e comecei a encontrar algum equilíbrio e um certo progresso. (T189, F, 1964)

Um segundo grupo foca a sua resposta em sentimentos de medo, culpa, vergonha, nojo, humilhação, confusão, desconfiança e insegurança, revolta e solidão.

Numa visão ditada pela perspetiva da psiquiatria da infância e adolescência, em muitos dos relatos que de seguida podem ser lidos é bem notório o grau de desamparo emocional sentido perante o trauma, de que são exemplo os sentimentos vividos de «medo», «culpa», «vergonha» ou outros referidos como «humilhação», «nojo», «desconfiança/insegurança» e, evidentemente, de «solidão», que nos retroprojetam para a profundidade traumática de infâncias destruídas por crimes cometidos por aqueles de quem afinal se esperava o oposto: segurança, proteção, compreensão e, acima de tudo, e na sua mais vasta expressão, «amor incondicional» no conceito de Donald Winnicott (1990)

Muitos desses sentimentos reforçam a impossibilidade sentida pela criança de comunicar o sucedido: invadida por uma culpa que não lhe pertence, sentindo vergonha quando capaz de atribuir um significado sexual ao que sofreu, agravada nestas circunstâncias pelo facto de em altíssima percentagem o abusador ser padre, logo, alguém de suposta confiança, adulto e socialmente conotado com um certo (outro) papel e estatuto, afirmando-se no medo próprio que imagina perante o que sofreu (como reagirá/ão o/os outro/s? que ameaças ou coações externas lhe foram transmitidas?), a criança fica retida numa rede conflitual de impossível resolução perante a sua resposta num estado mental invadido pela ausência de ajuda ou de esperança possível. Ou de «paralisia» ou «sideração psíquica», traduzida numa incapacidade física e psíquica de a criança reagir perante o acontecimento que, sendo consciente, se traduz também num sentimento de impotência para o revelar.

Já no que diz respeito à referência das noções de «confusão» e «revolta», tal como a de «nojo», têm uma conotação diferente que, no entanto, importa poder valorizar. No caso de crianças vítimas de abuso, a referência à ideia de «confusão» é comum: revela,

sobretudo, a incapacidade de dar sentido ao acontecimento, ao seu impacto inesperado e a uma certa alteração, ainda que inconsciente, do que é esperado numa relação normal entre os adultos e os mais novos. No caso de crianças vítimas por parte de membros da Igreja, a noção de confusão é ainda referida em alguns casos dada a clivagem existente entre o estatuto e o papel do padre, incluindo no domínio da visão da sexualidade e o respetivo antagonismo do ato praticado. Já a palavra «nojo» surge como equivalente de repulsa por certas vivências e expressões da sexualidade, obviamente vista e sentida como diferente no corpo do adulto e no modo relacional deste: pode incluir a exposição a detalhes físicos, intrusivos e desconhecidos, cuja forma e valor a criança ignora até ao momento do abuso (por exemplo, a ejaculação), bem como a outras questões quase sempre presentes em certas formas de abuso, como são as que se organizam enquanto abuso emocional: por exemplo, certas verbalizações do abusador à vítima podem induzir esta sensação de «nojo» em relação ao próprio ou ao outro.

Há também a referência a «humilhação», um sentimento ligado à exposição desnecessária, em que o próprio é frequentemente investido pelo seu lado mais frágil, como por vezes acontece em relações de desvantagem e poder, como no caso das capacidades emocionais e cognitivas de um adulto *vs.* as de uma criança, ou ainda no que toca à desproporcionalidade física existente entre ambos. Humilhação também no sentido de subjugação ao outro numa relação de poder, de quem não é investido enquanto sujeito, mas sim como mero objeto (ou parte de objeto) funcional.

A «revolta» é, desde há algumas décadas, um termo com forte conotação negativa no campo da saúde mental infantojuvenil, pois em muitas circunstâncias ela expressa a posição emocional da criança que espera algo que não teve ou foi injustamente alterado por circunstâncias externas ou, ainda, por não ter sido devidamente compensada através de um movimento de reparação por quem cometeu o abuso.

Nos testemunhos seguintes encontramos, justamente, essas referências a sentimentos negativos diversos como «medo», «culpa», «vergonha», «nojo», «humilhação», «confusão», «desconfiança» e «insegurança», «hipervigilância», «revolta» e «solidão»:

Medo, vergonha e culpa. (T105, F, 1973)

Eu sei que fiquei com muito medo. (T133, M, 1978)

Até hoje é um peso e uma ferida muito aberta, que me levou a uma culpabilização tremenda. (T146, M, 1979)

Sentimento de culpa, ansiedade. (T4, F, 1976)

A culpabilização da sexualidade. (T60, F, 1977)

Culpabilidade em relação ao sexo. Sempre que pensava em sexo, vinha a imagem do confessor. (T87, F, 1975)

Vergonha, culpa. (T6, M, 1972)

Vergonha, apesar de não me sentir culpado. (T8, M, 1956)

Tinha muita vergonha do meu corpo, era franzino e de umas vezes aconteceu-me isso com mais velhos e está bem de ver que eu não me podia comparar, logo sentia-me inferior. Mas quando a casa retornava de férias, era muito galã e tinha muitas raparigas que me procuravam e esquecia o resto e isso bem me ajudou. A capacidade de esquecer. Não me levem a mal, ainda li, apesar da

complexidade, um livro do Senhor Professor António Damásio, que achará ele dessa humana capacidade de esquecer? (T137, M, 1934)

Fiquei confusa, humilhada, senti-me só. (T22, F, 1959)

Humilhação, abandonada em várias relações depois disso. (T40, F, 1955)

Confusão, fragilidade emotiva. (T52, M, 1956)

Revolta. (T65, M, 1948)

Rebelde e muita revolta. Tentei fazer o mesmo com o meu primo mais novo. (T246, M, 1986)

Revolta, descrença (perda de fé). (T75, M, 1955)

Muita revolta, muito grande. (T212, M, 1961)

Insegurança, desconfiança. (T50, F, 1997)

Ausência de confiança. (T62, F, 1962)

Insegurança profunda. Se os padres, homens de Deus, procedem assim, que seria possível esperar de outros homens? Nunca me quis casar, mas estar livre para dar o salto se as coisas se complicassem. (T12, F, 1989)

Desconfiança na relação parental. (T113, M, 512)

Estado de alerta frequente. (T30, F, 1981)

Constante sensação de impureza, pecado, mácula. (T31, F, 1981)

Levou-me a grande solidão, a um isolamento constante. (T24, M, 1960)

Num terceiro grupo, denunciavam-se perturbações de ansiedade (angústia e pânico, fobias, alguns transtornos obsessivo-compulsivos) e do humor, na linha depressiva e suas respetivas consequências (por exemplo, perturbações alimentares, do sono, comportamentos autoagressivos e tentativas de suicídio):

Ansiedade. (T178, M, 1971)

Esgotamento ansioso. (T187, M, 1996)

Ansiedade, angústia, agressividade. (T92, M, 1964)

Depressão e ansiedade. (T30, F, 1981)

Várias depressões, esgotamentos. (T26, F, 1960)

Mais tarde veio a ser diagnosticado depressão, stress pós-traumático e transtorno obsessivo-compulsivo. (T242, M, 2000)

Terror de sinos. (T51, outro género, 1979)

Medos e bloqueios. (T173, M, 1981)

Agravamento de doença psiquiátrica já existente. (T157, M, 1978)

Tentei o suicídio várias vezes. (T266, F, 1981)

Como acima referido, muitos destes quadros sintomatológicos são assinalados nos depoimentos como sendo prolongados no tempo, chegando mesmo até aos dias de hoje. Apresentam-se mais exemplos destas descrições:

Trauma ao longo da vida. (T59, F, 1948)

Incapacidade de esquecer e medo permanente sobre o que poderá acontecer ao meu filho. (T5, M, 1962)

Tenho 71 anos e nunca esqueci ou esquecerei. Só quando partir. (T101, F, 1951)

Alterou a minha vida. Toda a minha juventude, fiquei marcada. (T63, F, 1950)

Nunca tive amigos e até hoje sinto-me revoltado com a sociedade e este mundo tão desigual. (T540, M, 1960)

Um quarto conjunto de testemunhos sublinha impactos na vivência da sexualidade: o abuso veio desencadear dúvidas sobre a orientação sexual, atrasou ou impossibilitou o início da vida sexual com outros parceiros ou inviabilizou mesmo — do ponto de vista da pessoa vítima — a construção de relações afetivas duradouras ou gratificantes:

Mas o mais importante foi o que mexeu com a minha sexualidade. Sinto-me por vezes homossexual, já repeti várias vezes ao longo da vida com outros rapazes o que esse monstro me pedia (o sexo oral indiscriminado) mas não sei, é tudo muito confuso. (T245, M, 1998)

Isso foi horrível. Sentia-me gay. Porque me escolheu ele? Depois percebi que eram todos e fiquei com uma ideia de nojo... ele chegou a chupar o meu esperma e eu tinha um nojo muito grande. (T343, M, 1979)

Sexualmente, afeta. Não é uma coisa boa. E nunca será. (T89, F, 1972)

Condicionou a minha sexualidade. Influenciou o início da minha vida sexual. (T44, F, 1957)

Se calhar, estou solteira por causa disso. (T386, F, 1962)

Pensei que era paneleiro, como ele me dizia. (T172, M, 2002)

Qualquer coisa podia achar que a gente era maricas ou até gostava daquilo, pois isso para esse tempo era uma vergonha. (T535, M, 1968)

Um enorme problema que desorientou a minha sexualidade, pois mais tarde e nesse verão repeti tudo com o meu primo mais velho emigrante em França, pois eu pedi-lhe para lhe agradecer e ele gostou. (T515, M, 1988)

Nunca consegui ter um namorado, uma relação afetiva até aos 40 anos. (T135, F, 1974)

Muitas das vítimas evocaram, ainda, a necessidade que sentiram de procurar, em determinada fase da sua vida, apoio especializado:

Marcou todo o meu crescimento. Levou-me a ter apoio psicológico e psiquiátrico, mas até hoje nem aí revelei (estou à espera que percebam). (T245, M, 1998)

Andei em psicólogos que me diziam que eu tinha um grande segredo, a minha cabeça está muito mal. (T14, F, 1950)

Agora há acompanhamento psicológico. Antes, essa dor, esse espanto, está tudo aqui dentro. É um nó, mesmo quando estou ao pé de muita gente, sinto-me sempre só. (T223, F, 1961)

Fiz terapia psicológica e psiquiatria. Estou a tomar medicação. (T35, F, 1958)

Desde 2012 que tenho um acompanhamento psicológico por causa de um esgotamento. (T178, M, 1971)

Muitas. Estou num sofrimento muito grande. Tive consultas de psicologia e psiquiatria. Neste momento estou sem apoio, porque não tenho capacidade financeira. Destruí a minha vida, o abuso, e todo o procedimento desta diocese está a piorar tudo. Fiz 3 tentativas de suicídio, comportamentos auto-lesivos e ideação suicida. Tentei lidar com a situação como fui capaz, mas é mais forte que eu, é uma dor psicológica muito grande, há alturas em que não consigo pensar em mais nada. É uma grande angústia. (T247, F, 1979)

Depois da análise das respostas às perguntas em aberto sobre se houve consequências físicas e/ou psicológicas dos abusos sexuais sofridos na infância (e se sim, quais?), alguns pontos sobressaem e merecem por isso mesmo um comentário final.

As respostas confirmam, no geral, o que é comum nas referências bibliográficas sobre o impacto deste tipo de trauma não só na criança vítima, como no adulto em que posteriormente ela se torna. Nenhum abuso sexual deixa uma criança indiferente. A sua marca existe sempre, mesmo quando negada, controlada pelo próprio ou através da presença de outros recursos a quem os mais novos recorrem, de forma consciente pedindo ajuda ou, inconscientemente, dando os mais diversos sinais e sintomas, tantas vezes não valorizados no seu devido contexto.

No caso específico destes depoimentos, assistimos a descrições verdadeiramente tocantes sobre o grau maligno de sofrimento infligido a estas pessoas enquanto crianças, claramente agravado pelo contexto em que ocorreram. A pessoa abusadora é investida num papel e estatuto que representam o oposto do que as vítimas esperariam dela, dada a sua frágil posição de crianças, ou ainda pelo facto de, movidas pela fé católica, integrada nas suas próprias famílias, se aproximarem da pessoa abusadora através de relações de confiança, segurança física e emocional, bem como de respeito espiritual.

O sofrimento vivido é não só pressentido como grave, como raramente é revelado em tempo devido, arrastando-se num silêncio de décadas, em muitos casos até à atualidade e ainda na perspetiva negativa da sua continuidade futura. E se alguns o encaram numa posição de triste resignação, conformados com factos a que injustamente foram expostos, muitos olham-no com sentimentos de injustiça e revolta que, certamente, aguardam ainda uma necessária e possível reparação emocional que até hoje nunca chegou. São de resto sentimentos que surgem, como se viu, na origem da decisão da pessoa vítima em prestar, hoje, o seu testemunho à Comissão Independente.

Este mal-estar físico e psicológico do abuso sexual de crianças na Igreja Católica portuguesa devolve-lhe, inequivocamente, várias das palavras utilizadas por estes (agora) adultos e que deveriam levar a uma ponderação de todas estas situações, que aqui se assinalam em forma inversa de pergunta:

- a) Que «culpa» sente a Igreja perante a existência e a descrição das consequências destes atos em cada uma destas pessoas?
- b) Que «vergonha» evidencia a Igreja perante aquilo que ocorreu, não certamente de forma isolada, mas de maneira grave, continuada e de alto impacto em tantos dos seus crentes?
- c) Que «consequências» poderá a Igreja vir a sofrer com esta realidade efetiva e de que forma pode e deve pensar no seu próprio «apoio psicológico», ou seja, desenvolvendo um processo longo e coeso de conhecimento pessoal, aberto a análise e crítica que, a médio e longo prazo, conduza a formas de se «curar» não só destes crimes cometidos por alguns dos seus elementos, bem como de os prevenir no futuro de uma maneira eficaz e comprometida com o melhor de si mesma?

5.4. Impacto na sua relação com a Igreja Católica

Outra das perguntas abertas sobre os impactos do abuso versava a relação da vítima com a Igreja Católica. Sabemos agora, a partir do estudo estatístico da amostra, que a maior parte dos participantes no estudo se descreve como «católico» (53% do total), predominando os que se consideram «não praticantes» (27,2%), embora o grupo que se considera «praticante» ultrapasse ainda um quarto do total de inquéritos válidos (25,8%). Mas o que descrevem hoje, usando as suas próprias palavras, as vítimas que, em esmagadora maioria, cresceram em famílias católicas e que eram próximas da Igreja? O que nos contam sobre a maneira como o abuso veio perturbar a sua vida espiritual?

É interessante verificar que os textos abertos revelam mais ambivalência, dúvida, desencanto, afastamento e até revolta face à Igreja do que a simples leitura estatística dos resultados obtidos através da grelha fechada podia fazer crer. A maior parte dos que respondem à pergunta aberta confessa ter-se afastado da Igreja, ao longo dos anos e certamente de modo proporcional à tomada de consciência do trauma. Afinal, e como se descreveu anteriormente, nos pontos relativos às consequências físicas e psicológicas dos abusos, estes deixam marcas profundas em várias dimensões da vida de cada pessoa, incluindo num domínio tão íntimo e subjetivo como a sua relação com a fé e a Igreja.

Logo no início dos seus trabalhos, o coordenador da Comissão recebeu uma longa carta escrita por um homem adulto, sexualmente abusado em criança por um sacerdote da Igreja Católica portuguesa. Intitulava-se «Carta a um Pedófilo» e é um extraordinário e pungente exemplo do que pode significar, também no campo espiritual, o abuso que se sofreu em criança. Na última parte dessa carta, a pessoa vítima, «*fortemente crente*» ainda hoje, escreveu:

Deixo para o fim desta carta, que já vai demasiado longa, uma dimensão muito interna, muito íntima. Porque me recordo de ti num encontro da Igreja, quero que saibas o que fizeste à minha fé.

Cresci cristão, católico, no seio de uma família praticante e que me disseram ser ativamente empenhada numa Igreja humanizadora e humanizada. Acreditei desde pequeno e mantenho-me fortemente crente. Cresci em ambientes em que a fé era apresentada com música, alegria e presença. Não foi um crescimento de incenso e velas, embora a luz das velas tenha sido companheira de muitas orações.

Fiz equivaler a palavra Deus a Amor, sempre, ainda o faço. Um amor que nós não conhecemos, nem experimentámos com verdade. Talvez o amor que sentimos pelos filhos quando no-os depositam nos braços pela primeira vez, quando esboçam o seu sorriso, que parece o centro do mundo naquele momento, quando 38 graus de febre são a nossa única preocupação e principal fonte de alegria quando desaparecem, talvez tudo isto seja a centelha mais próxima que conseguimos ver desse Deus de amor em que acredito.

Ter fé implica ter confiança, ter esperança, agir por amor. Confiar que alguém nos ama, como os pais amam os filhos e que esse amor repousa em nós. Como os pais amam os filhos. Puseste-me a crescer numa dialética tremenda e demasiado complexa para uma criança. Confiar que nos amam como os pais amam os filhos. Os meus confiaram em ti. Eu confiei em ti. Foi lá, naquele espaço

tão bonito. Confiei, confiámos. E aqueles que me amaram sempre, tornaram-se objeto da minha desconfiança.

E Deus no meio disto? A serenidade do amor, onde ficou pousada? Depois de abusares de mim, ainda recebi um postal teu. Escrito com uma caneta azul-claro. Não me lembro completamente do conteúdo, mas sei que dizias como tinhas gostado de me conhecer e estar comigo. Nojo. Tê-lo-ás enviado a outras crianças? Compravas assim o nosso silêncio e apagavas o horror? A minha mãe achou o teu postal uma ternura. E eu, na minha amnésia, só podia confiar. Mas confiava, na suspeita constante de que havia um mal à minha volta. E aqui entra Deus, que me deu tanta serenidade, mas de quem eu desconfiava. Porque desconfiava sempre dos que diziam que me amavam.

Foi isto que fizeste à minha fé. Levaste-me a desconfiar, a não querer crer. Se eu mostrasse esta carta a alguns dos meus amigos, dir-me-iam: «Esse foi o menor dos teus males!» e rir-se-iam. Mas tive sempre sede deste amor que se humanizou num Jesus Cristo que olhou, com confiança, para aqueles que eram atirados para a sarjeta e perdiam a esperança. O Jesus dos leprosos, das prostitutas, dos publicanos, dos romanos, da samaritana. O Jesus que repeliu quem o tentava afastar das crianças.

Quis inspirar-me n'Ele para guiar a minha vida. Ainda quero. Mas desconfiava. Dava testemunho de fé mesmo quando não me apetecia acreditar. Não desejava transmitir as minhas incertezas aos outros. Nunca foi uma fé de rito ou de idolatria a imagens. Foi a procura constante por uma força, por uma luz, que tardava em se fazer ver. Tu tiraste-me a confiança, entregaste-me a noites escuras. Porque confiei em ti, quando tocavas músicas divertidas naquele lugar, músicas que metiam Jesus ao barulho. E puseste lá Jesus para poder confiar em ti, para gostar, para te deixar seduzir-me e seguir-te sem medo. E a minha vida foi tentar devolver Jesus à expressão do amor.

Quantas vezes chorei sozinho em igrejas vazias. Porque as sentia verdadeiramente vazias. Porque não confiava. Perturbaste a minha fé, mas felizmente alguma Igreja a manteve viva, mesmo em períodos de grande escuridão e solidão. Quando perturbas a fé, arrasas a esperança. Diziam-me há dias que a esperança não se consegue enganar. Posso fazer umas coisas bonitas e aparento caridade. Posso entrar em ritos e viver nos ritos e aparento fé. Mas a esperança está cá dentro, é a capacidade que posso ou não posso ter de desenhar um futuro para mim e para os meus. Mataste-a.

Durante anos olhei para o futuro de muitas maneiras. Como o fruto das circunstâncias, numa lógica determinista em que o Deus decide, por vezes com imensa crueldade, sem a minha participação e sem me deixar entrar no esboço do desenho, porque não mereço. Como o desejo de não o chegar a conhecer, nos momentos em que acabar com tudo é pôr fim à vida ou desejar a doença rápida, porque não sei se Deus está lá, no fim de tudo. Como o que só depende de mim e das minhas decisões, porque esta é uma caminhada solitária, porque não há Deus a olhar por mim. Como um futuro que construo de testemunho, de oração, mesmo quando não acredito em nada. Frio e vazio, vestido da aparência de uma felicidade que não está lá.

Tudo porque me retiraste a capacidade de confiar. Procurei ajuda e senti desilusão. Falei com um padre, que ficou em silêncio. Chamou-me uns dias depois e quis saber o que não interessava. Se tinha sido um padre. Como tinha sido. O que me tinha feito. Se os meus pais não viram. Saí dali a sentir-me sujo, com vontade de o insultar. O importante era se tinha sido um padre. Vi nele o rosto de uma Igreja que abafa escândalos. Em que o clero se isola e se protege. Senti a força da podridão de uma certa Igreja. «Estamos safos? Não te lembras se foi um padre? Então está tudo bem. Segue lá com a tua vida e eu rezo muito por ti, talvez não com a força com que rezo pelos padres caluniados por suspeita de pedofilia.» Este não era um padre desconhecido. Era o da minha paróquia. Não só não me acolheu, como teve a crueldade desta abordagem. Ainda tentei entendê-lo, jovem que é, sem maturidade para lidar com uma bomba destas. Passo a passo, vi que não tenho lugar ali. Olhava para ele e sentia a solidão de uma Igreja que repele, para que não haja escândalo.

Procurei mais ajuda e fui acolhido. Sem ser fácil, mas compreendendo a solidão, ouvindo-me, reconfortando-me, chamando-me. Fazendo-me sentir mais do que vítima. Sentir-me vivente e sobrevivente. Ajudando-me a perceber que há caminhos que percorremos que não conseguimos entender. A fé convida ao perdão, disse-me um dos dois. Interpelou-me e desafiou-me dizendo que só me livrarei da culpa se um dia, sem pressa, te conseguir perdoar. Não consigo ainda esse perdão, nem sei se alguma vez vou conseguir. Eu era o frágil, tu eras o grande. O Papa fala no perdão sem esquecimento, sem passar borrascas por cima. Para te perdoar, tenho de saber pôr-me no teu lugar. Eu, porém, não quero olhar pelos teus olhos, tenho medo do que possa ver e sentir. Não há empatia possível entre nós. Não sei se a capacidade de perdoar alguma vez virá.

A Igreja não é responsável pelo que tu fizeste, exceto se teve conhecimento e não agiu. Por isso, ponho-te longe dela. Se continuaste padre, lembra-te do meu sofrimento e para. Para. Não arrancarás a minha fé. Recuperarei a esperança. Darei testemunho. Não sei se te perdoo alguma vez. Por agora, não posso, não sei como e, honestamente, não quero. Preciso da lentidão e do silêncio.

Perante este texto, tão profundo e íntimo, quase ideal-típico — no sentido weberiano do termo — é difícil acrescentar outras perspetivas. Voltemos, porém, à base de dados e às mais de quatro centenas de respostas, quase sempre extensas, em que a questão é abordada e desenvolvida pelos participantes. Essas respostas organizam-se em três grandes grupos, que apresentaremos por ordem decrescente de representatividade numérica.

No caso de um primeiro grupo, registou-se um abandono ou corte com a Igreja ou com a prática religiosa. Nestas situações, a propósito do trauma individual, tudo é posteriormente objeto de dúvida, desconfiança e assim, ao longo da vida, assume-se uma posição de desligação (imediate ou progressiva) com a Igreja e respetivas práticas (como em exemplos concretos, a confissão, a comunhão, a participação regular na eucaristia), muitas vezes rompendo também com o que era assumido pelo todo familiar e de forma variável consoante experiências sociais, culturais e até temporais presentes no momento

do abuso. São depoimentos que espelham claramente tristeza, zanga, revolta e mesmo ódio. Eis alguns exemplos dessa atitude, por vezes revelada de forma brutal:

Afastei-me. (T18, M, 1956)

Distanciamento dos membros da Igreja, grandes dúvidas de fé. (T162, M, 1975)

Afastei-me da Igreja. (T320, F, 1941)

Afastamento total. (T335, M, 1984)

Cortei. (T156, M, 2003)

Corte total e radical com a Igreja Católica. (T9, F, 1964)

Deixei de ser praticante, ainda que seja católico. (T123, M, 1940)

Assim que pude, deixei todos os contactos e práticas religiosas. (T73, M, 1961)

Abandonei os escuteiros por causa desse padre. (T365, M, 1990)

Tenho dificuldade em confessar-me. (T86, F, 1953)

A partir desse momento nunca mais me confessei. Ainda tentei recentemente ultrapassar esta situação pois queria ser catequista, mas não consegui! (T49, F, 1961)

Nunca mais me confessei e cortei com a Igreja a partir dos 11 anos. (T21, F, 1954)

Afastei-me da Igreja e de religiões organizadas. Nos anos seguintes não conseguia entrar numa igreja, sentir o cheiro a incenso, a flores e ao perfume que usava. Durante uma década entrava facilmente em discussões com católicos, culpando-os do que me tinha acontecido. (T19, M, 1985)

Nunca mais lá pus os pés. (T35, F, 1958)

Odeio a Igreja Católica. (T41, M, 1970)

Desapareci do radar da Igreja... e tornei-me uma pessoa espiritualmente independente de tutores. (T72, F, 1959)

Odeio. É a única coisa que odeio na vida. A Igreja, o credo, as crenças e pessoas ligadas a ela. Desde que sou autónoma, nunca fui a uma igreja e não acredito em Deus. (T139, F, 1981)

Detesto a Igreja e acho de uma hipocrisia criminoso a continuidade do poder dela no mundo que faz com que homens perversos saiam impunes de crimes hediondos. (T188, F, 1987)

Perdi toda a relação com a Igreja, que passei a considerar hipócrita e demagógica. Apesar deste não ser um abuso grave, era do meu diretor espiritual que se tratava. Alguém que eu admirava profundamente, com quem fiz retiros de silêncio, que eu procurava para me esclarecer nas dúvidas que eu tinha sobre a minha adolescência, o despontar da minha vida como mulher. Afastei-me sem dizer nada a ninguém mas tornei-me uma anticlerical feroz — o que no meu meio relativamente privilegiado e conservador foi sempre entendido como uma certa excentricidade. (T475, F, 1973)

Descrença. Raiva. Desconfiança. Hipocrisia, afastamento. Sentimento de injustiça. (T30, F, 1981)

Completo desprezo pela instituição. (T103, M, 1974)

A minha revolta não é com Deus, é com a Igreja. Havia uma violência muito grande por parte dos padres. (T67, M, 1973)

Abandonei completamente, até hoje. (T131, M, 1954)

Apenas que teve um impacto muito negativo no sentido de que sigo o catolicismo um pouco à minha maneira e dificilmente suporto um padre a falar na homilia na missa. (T454, M, 1952)

Dentro deste grupo de pessoas vítimas que se afastaram da Igreja na sequência do abuso, podemos apesar de tudo destacar testemunhos que enfatizam uma posição de desconfiança ou descrença, de contornos muito diversificados, mas particularizando-a sobre os seus membros, os padres, já que entre eles estão as pessoas abusadoras. Essa desconfiança é, de resto, algumas vezes projetada defensivamente sobre a geração seguinte, nomeadamente a dos seus próprios filhos ou outros familiares próximos. Mais do que a Igreja, em geral, é dos sacerdotes que se desconfia e neles que se foca a revolta:

Era católico porque tinha de ser. Tenho uma fé qualquer cá dentro, não me falem é em padres. (T39, M, 1961)

Desconfiança. (T169, M, 1976)

Descrença e desilusão. (T192, F, 1962)

Desconfiança relativamente aos padres. (T263, M, 1980)

Não quero saber deles, nem educo os meus filhos nessa lei. (T427, M, 1985)

Não batizei a minha filha. (T135, F, 1967)

Repugnância pelos padres. (T20, F, 1959)

Sempre que vejo um padre penso sempre no que ele poderá ter feito a outros. (T24, M, 1960)

Não consigo olhar para um padre; sinto nojo e ódio. (T40, F, 1955)

Muito má e não consigo ver padres e bispos. (T42, M, 1956)

Vou à missa com a minha mãe mas tenho medo dos padres. (T54, F, 2004)

Não posso com freiras nem padres. (T63, F, 1950)

Tenho nojo dessa gente. (T404, F, 1975)

Até determinada altura teve impacto. Achei que a Igreja tinha pessoas que não tinham escrúpulos. A Igreja é feita de homens, não é de anjos. A Igreja não tem a culpa na sua essência, os humanos é que a estragam. Não culpo a Igreja. (T98, M, 1971)

Acho que a Igreja é uma máquina de fazer pedófilos. (T532, F, 1969)

Num segundo grupo, as pessoas afirmam a fé católica, podendo ter havido (ou não) uma rotura com a Igreja (enquanto instituição). Nestes casos, também em número significativo, embora menor que os do grupo anterior, as pessoas vítimas conseguem, apesar de tudo, distinguir do ponto de vista psíquico a «parte» do seu «todo», isto é, a pessoa abusadora é apontada de forma clara e sobre ela é projetado o negativo vivenciado na situação traumática, distinguindo-o, contudo, da instituição de que esta faz parte: por exemplo, a Igreja no seu todo, cuja imagem não surge fundida com o abuso, a escola que

se frequentou de que mantém vivas boas imagens internas, o conceito de «deus» ou de «um deus» que não aquele que antes estava corporalizado naquela pessoa (abusadora) ou até mesmo no local do trauma. Houve mesmo quem conseguisse, após um processo psicoterapêutico ou com a passagem do tempo, reestabelecer uma relação gratificante com a fé e a Igreja Católica:

Depois de um certo «arrefecimento» durante a minha juventude, retomei uma participação plena na vida da Igreja. (T52, M, 1956)

Continuo a ser uma pessoa de fé, apesar de tudo. (T241, F, 1964)

Acredito em Deus, no meu Deus. (T422, F, 1968)

Poucas consequências, porque eu amo a Deus. (T183, F, 1950)

Sinto-me nas «margens». Mesmo nas missas, nunca entro na igreja, tendo a ficar à porta... Não sou uma praticante só de missas, vivo uma fé profunda, possuo há 30 anos um grupo de reflexão bíblica (Igreja doméstica!) com amigos que me ajudam a crescer na fé e em ações missionárias de vulto. Em jovem, gostaria de ter sido missionária num grupo religioso, cursei antropologia nesse sentido, mas não ganhei confiança no servilismo das freiras face aos padres, no domínio deles sobre o protagonismo que elas poderiam desempenhar, afastei-me. (T12, F, 1989)

Deixei de frequentar, mas acredito. (T254, M, 1983)

Deixei de ir a missas embora tenha a minha espiritualidade. Quando vou a missas de casamento ou Batizados comungo. Deus não me condena! (T25, M, 1956)

Sinto que sou uma sortuda por ter tido a oportunidade de ter acompanhamento psicológico e por ter integrado este acontecimento na minha vida. Sinto que Deus me salvou, sempre, e que me deu força para lutar, ainda que me sentisse sempre frágil e fraca. Não sinto revolta nem culpo ninguém. Hoje consigo perceber que esta ferida me abriu o coração e me ajuda a estar mais atenta às pessoas mais frágeis, invisíveis, como eu me senti. Ajuda-me a acolher com amor e faz-me querer dizer a toda a gente que Deus é bom, que nunca nos deixa sozinhos e que nos dá todos os dias oportunidades para recomeçarmos. (T37, F, 1991)

Só Deus sabe a força que eu tenho. A fé ultrapassa montanhas! Só Deus pode julgar! Se Deus perdoa eu também perdoo. (T46, M, 1957)

Nenhuma. Uma árvore podre não faz a floresta. (T59, M, 1963)

No início, nenhuma, porque senti antes que era eu quem não estava à altura. Mantive o esforço de cumprir o desígnio de uma «menina bonita», sem pecados (mas também «pecando» e com isso sentindo uma culpa incomensurável). Com o tempo, compreendi que aquilo não devia ter acontecido, por menor que tenha sido (não tem comparação com outros abusos muito sérios e muito graves). Atualmente, vejo a Igreja como uma construção social e cultural natural e como uma instituição com funcionários incompetentes e abusivos (sem hábitos de auditoria interna), como qualquer outra. E com pessoas boas, como qualquer outra. É a minha herança cultural, apenas. Cumpro rituais pontuais, apenas

por amor e respeito às pessoas de quem gosto e que se mantêm na sua fé (e salto muitas partes do Credo). (T60, F, 1977)

Na altura, era tão inocente que tanto eu como as minhas amigas pensávamos que todo esse «ritual» fazia parte da confissão. Nós entrávamos para dentro do confessionário em pé, entre as pernas do padre (que estava sentado). Hoje, considero-me católica praticante, mesmo sem ir à missa, pois não preciso de ouvir nenhum padre, basta-me falar com Deus. (T28, F, 1969)

Continuo a ser muito católico, tenho muita fé em Nossa Senhora de Fátima. Independentemente de tudo, a Igreja tem-me ajudado muito. Mas lembro-me muito. Quando me vou confessar, penso sempre que pode ser ele. Levo os meus filhos à missa e a igreja ajuda a minha família. Eu acredito, mas, quando estou na igreja, penso nisso. Foi muito trauma, vou levar para o resto da minha vida. (T61, M, 1979)

A minha relação com a Igreja é boa. Raramente vou à missa, mas vou. Gosto da parte espiritual. Levo lá os meus filhos. Também há gente boa. (T90, M, 1960)

Segui como católica, uma pessoa não estraga a Igreja. (T509, F, 1970)

Deus é superior ao desígnio humano. Deus é misericordioso e, de alguma forma, olha por nós. Logo, a minha fé permanece pois ela é superior à pessoa humana. (T511, M, 1987)

Deus é superior a estas bestas, Deus um dia fará a sua Justiça. (T530, M, 1991)

Num terceiro grupo, por fim, muitas pessoas declaram ter não só cortado qualquer tipo de relação que mantinham com a Igreja ou as práticas católicas, como ainda ter-se tornado ateias ou mesmo anticlericais. Ao contrário dos pais, deixaram de educar os filhos na fé católica, e nunca mais entraram numa igreja. «*A fé foi abalada para a vida toda!*», escreve alguém. Sucedeu um movimento de rotura total, com fusão da imagem da pessoa abusadora, da Igreja e da própria fé ou crença religiosa anteriormente sentida e até vivida de diversas maneiras. É possível que, nestes casos, a insuportabilidade do trauma sofrido tenha sido de tal forma sentida que a «expulsão psíquica» dessa dor só foi conseguida através de uma forclusão total com o que até então era sentido como vivido ou vivível, de forma natural, culturalmente assimilada e tida como absolutamente inquestionável. Eis alguns exemplos destas formas de rotura total:

Tornei-me ateu. (T170, M, 1952)

Perda da fé. (T421, F, 1954)

Hoje sou ateu. (T85, M, 1964)

Fiquei agnóstico. (T473, M, 1953)

Tornei-me ateu anticlerical odiando os terroristas dos padres católicos sempre baseados nas suas palestras na mentira e utopia espalhando o terror entre o povo e subjugando um povo ignorante iletrado com o perseguido medo da morte onde a Igreja Católica tem o seu calcanhar de Aquiles... (T356, M, 1953)

Impossível acreditar na fé, na palavra dos padres. (T83, F, 1973)

Aos 17 anos vim a compreender que tudo estava errado na Igreja e desde então, EU GRAÇAS A DEUS SOU ATEU. Sim, foi graças àquilo que me fizeram em

nome de um deus! E graças à compreensão dos males na sociedade e das diferenças sociais e dos acontecimentos em todo o mundo nessa época. (T76, M, 1953)

Completo desprezo pela Igreja e falta de fé. (T521, M, 1978)

Numa população originalmente católica, que se descreve abusada sexualmente por membros da Igreja, é natural que esse facto traumático tenha tido impacto negativo na sua relação com a instituição, com alguns dos seus membros ou com aspetos da prática religiosa e ainda, de forma mais íntima e profunda, com a noção que cada um tinha ou tem sobre o conceito de fé. Acabámos de apresentar um retrato das várias atitudes mais frequentes encontradas entre os testemunhos recebidos, pondo-nos na pista de desafios exigentes e distintos, se se quiser pensar em estratégias de prevenção e, sobretudo, reparação.

Este conjunto de respostas abertas implica, assim, uma profunda reflexão por parte da própria Igreja Católica portuguesa e de todos os seus membros enquanto pessoas que, para outras em crescimento e formação, são representantes máximos de valores em que estas acreditam, em muitos casos praticam regularmente, e que eram parte intrínseca das suas próprias vivências familiares, sociais ou culturais.

Para que não existam agora ou no futuro vítimas que ainda respondam em descrença e, pior, em desistência, como num último exemplo de que se transcreve parte:

Desisti... Quem tem forças para prosseguir, depois de tanta traição? (T 504, M, 1980)

5.5. O que pode a Igreja fazer para evitar estas situações?

A Comissão procurou, neste estudo, manter-se fiel ao conceito central de «dar voz ao silêncio» e, através destas perguntas abertas, criar um espaço de comunicação, opinião, livre e construtivo, que pudesse ajudar a conhecer o passado e, sobretudo, a construir o futuro.

Ganhou, assim, dimensão inequívoca uma outra pergunta dirigida aos que quiseram dar o seu testemunho, centrada numa visão preventiva da repetição deste tipo de crimes: como pode a Igreja evitar estas situações? E em bom momento ela foi colocada, pois a quase totalidade das pessoas respondeu expressivamente (em 97,1% dos casos) não só fazendo evidenciar um inequívoco desejo de ser ouvida, mas também de ativamente dar o seu contributo (facto a que não é, com certeza, alheio tratar-se de uma amostra onde a maioria dos participantes se afirmam como católicos). Pode então sobre este ponto lançar-se uma outra questão, de alerta reflexivo: ouve a Igreja Católica suficientemente bem os seus crentes? Valoriza de forma ativa o que estes sentem, pensam e parece terem um desejo inequívoco de expressar? No dia a dia de um católico, praticante ou não, existe espaço físico e emocional para que estes temas sejam abordados, debatidos e as suas eventuais conclusões postas em prática?

Mas, se a maioria das pessoas ouvidas neste estudo expressam uma opinião séria e concreta, tantas vezes sublinhando da mesma maneira alguns temas comuns que adiante se agrupam para melhor leitura e interpretação, e isto para além de outros que também emergem com uma expressividade muito marginal, muito dura e criticável diante do que se designa hoje em dia por um «Estado de direito» (por exemplo, «*Sei lá, era capar os padres*» [T63, F, 1950]), é de igual forma nítida, no tom expressivo em que alguns o fazem, a presença de uma baixa expectativa sobre o impacto real das suas afirmações no futuro da dinâmica da própria Igreja sobre o tema dos abusos sexuais de crianças e das formas de os prevenir:

É um assunto da Igreja. Não me apetece mais ajudar. (T444, F, 1960)

Talvez só acabando com esta Igreja e começar com outra nova. (T41, M, 1970)

Mas, sem dúvida alguma, sobressai na imensa maioria dos depoimentos recolhidos o claro apelo à tomada de consciência e a necessidade de mudança de normas e práticas da Igreja, facto que não será estranho à grande percentagem de católicos na amostra, mesmo após a situação de abuso sofrido na infância, e aos seus elevados níveis de escolaridade. Assim, muitos expressam a importância do acolhimento sentido ao darem voz ao seu silêncio e questionam até, num movimento oposto, o que pode afinal fazer a Igreja por eles, no futuro:

Gostava de dirigir a mesma pergunta à Igreja como um todo. E vós, que pensais fazer de agora em diante, pois que sobre este passado, nada mais? (T511, M, 1987)

Inverter a pirâmide, dando mais voz aos leigos como recomendou o Concílio Vaticano II. (T478, M, 1965)

«AR NOVO, PRECISA-SE», escrito em maiúsculas. (T469, M, 1981)

Sobressai também, na esmagadora maioria das opiniões recolhidas sobre este tópico relativo à prevenção, a quase ausência de sentimentos psicologicamente menos

estruturados, de carácter impulsivo e/ou agressivo ou destrutivo, tal como os centrados exclusivamente no caso específico da vítima, e que indiquem como forma preventiva respostas desadequadas ou desfasadas da própria realidade, como por exemplo:

Todos castrados quimicamente antes de exercerem. (T138, F, 1970)

No meu caso já não há nada a fazer. A Besta já deve ter morrido, agora resta pagar no Inferno. (T231, F, 1959)

Existe também um grupo importante de respostas que engloba várias medidas, de uma extensão e variedade notáveis, embora predominem as que se fixam em áreas específicas que, no geral, se podem agrupar, pela sua incidência, da seguinte maneira: formação em geral de padres e membros da Igreja; aspetos do seu conhecimento e vivência da sexualidade (com destaque para a questão do celibato); formação e supervisão externa em estruturas religiosas (incluindo seminários, escolas particulares, grupos de escuteiros); organização e atitude geral da Igreja atual e futura (com a intensa expectativa de um forte pedido de perdão ou desculpa pelo atos cometidos no passado); presença de uma justiça reparadora e punitiva mais rápida e ativa.

Sobre respostas muito vastas e englobantes de vários tópicos, que expressam maturidade na sua elaboração, eventualmente provenientes de quem está bem por dentro não só deste tema em particular, mas do funcionamento estrutural da própria Igreja (por exemplo, não esquecer que dentro das vítimas existem depoimentos de atuais sacerdotes, eles próprios abusados enquanto crianças), correspondente a um pensamento crítico com certeza já bem organizado ao longo do tempo, podem apresentar-se os seguintes exemplos:

Evitar encontros a dois. Expulsar os prevaricadores. Punir quem conhece e não divulga. Fazer com regularidade auditorias. Falar com os jovens. Ter sites como este. Garantir a confidencialidade das queixas. Produzir informação preventiva adequada a crianças. Ter maior acompanhamento de adultos nos grupos de jovens. Treinar pessoas de confiança, saber ler sinais. Organizar residências de vários habitantes. Evitar casas paroquiais de um Padre só. Particular atenção a colégios/escolas privadas (religiosas). Transparência de salas e gabinetes, sem portas ou com paredes de vidro. Maior exposição dos locais de confissões, de preferência nos bancos das igrejas. Divulgar publicamente os nomes de prevaricadores, depois de confirmados os respetivos casos. Manter uma equipa de vigilância como a que está constituída para este estudo. (T47, M, 1947)

Encarar dentro da Igreja que o tema é muito sério e destrutivo da própria instituição. (T46, M, 1957)

A solução é por certo demasiado complexa para caber no âmbito de um inquérito, mas: 1. Os padres são pessoas como as outras e devem poder viver a sua sexualidade; 2. Não podendo consentir comportamentos desviantes, reforço sério da vigilância sobre membros da igreja que lidem regularmente com crianças; 3. As mulheres são a metade do mundo e bem se faria se pudessem ser a metade da própria igreja. (T228, M, 1956)

Ser menos clerical, vigilante quanto ao perfil psicológico e moral das pessoas que exercem uma certa autoridade, estabelecer órgãos de controle locais, a nível

de diocese ou de unidades pastorais, informar e formar a opinião pública. (T52, M, 1956)

«Clientes mistérios» na confissão. Admitir, em primeiro lugar, que estas coisas ocorrem também na Igreja e que devem ter em funcionamento sistemas de fiscalização e vigilância ativa. Facilitar o «despedimento» de padres e outros. Preparar um documento/livro entregue aos jovens e crianças (adaptado às suas idades) que têm contacto com pessoas da igreja, não acompanhados pelos seus pais, sobre o que não é suposto vivenciarem na Igreja (nem em lado nenhum), com canais simples de denúncia anónima, com espaços de diálogo francos sobre estes assuntos com os mais velhos. Nenhuma criança sozinha enquanto não solucionam este cancro sistémico na Igreja. (T60, F, 1977)

Extinguir a sua obsessão com a sexualidade humana, erradicar da sua doutrina orientações nessa área (já que são as pessoas menos qualificadas para as dar e muito menos impor). Humanizar de uma vez por todas a sua visão sobre as ligações emocionais saudáveis entre seres humanos, independentemente do género, bem como da eventual sexualidade que a elas possa estar associada. Acabar com o celibato obrigatório (doentio para os cumpridores, fonte de desequilíbrios, com as consequentes «taras», mentiras, ocultações e até crimes tanto para cumpridores como para transgressores). (T141, M, 1966)

Nas respostas abertas a esta pergunta há, de igual modo, um número significativo de outras que neste campo preventivo se ligam diretamente à criação e ao trabalho da própria Comissão, entendida como espaço de escuta e receção de testemunhos em espaço anónimo e considerado idóneo. Vejamos, desde já, alguns desses relatos que parecem indicar mais um outro caminho possível como forma de evitar a continuidade futura destes crimes:

O que estão agora a fazer, com a Comissão criada. (T129, F, 1949)

O que se está agora a fazer nesta Comissão, finalmente. (T114, M, 1976)

Manter uma equipa de vigilância como a que foi constituída para este estudo, independente. (T48, M, 1950)

Apostar no acompanhamento destas situações por técnicos, profissionais e independentes. (T53, F, 1982)

Métodos de ser fácil e anónima a queixa. (T157, M, 1978)

Utilizar um site para denúncias anónimas. (T119, M, 1980)

Deixar plataformas abertas para poder receber denúncias anónimas. (T126, M, 1980)

Seguir o exemplo desta Comissão e do Papa Francisco. (T25, M, 1956)

Destes depoimentos, entre outros, sobressai a necessidade de se manter um possível canal de comunicação para pessoas que não só se sintam vítimas e assim possam falar das suas situações individuais, mas também, e como aconteceu em diversas ocasiões, para de igual modo poderem veicular informação que considerem pertinente

sobre o assunto, alertando para situações do seu conhecimento ou simplesmente procurando partilhar ou obter informação sobre o tema dos abusos sexuais de crianças.

Destacam ainda, muitos deles, a necessidade de continuação temporal de uma estrutura com este tipo de funcionamento, na qual identificam a presença positiva de alguns pontos em comum: anonimato, rapidez e eficácia de contacto e resposta, bem como independência, palavra que surge em outros testemunhos como sinónimo de autonomia em espaço físico e de trabalho em relação a estruturas da própria Igreja, bem como o perfil multiprofissional da mesma.

Em muitos casos, há respostas que realçam o impulso dado pelo Papa Francisco à abordagem deste tema, esperando que a sua posição seja cumprida no presente e até ampliada no futuro, num movimento emocional que espelha a expectativa de mudança e esperança numa atitude diferente da assumida até agora por grande parte dos membros da Igreja Católica portuguesa:

Fazer o que o Papa Francisco agora determinou. (T 482, M, 1949)

A igreja portuguesa devia ser mais como o Papa, ser mais aberta, fazer a sua reforma. (T34, F, 1963)

Afastar uma geração de clérigos que conviviam (e convivem) com naturalidade com este tipo de situação. Renovar as cúpulas hierárquicas por padres imbuídos deste espírito novo. (T463, M, 1970)

O contrário do que sempre fez: valorizar o sofrimento do outro e não proteger o abusador. (T49, F, 1961)

Seguindo a presente ordem, voltam a citar-se alguns exemplos de respostas obtidas nesta parte do estudo, escolhidas pela sua representatividade e também variedade entre temas, géneros, idades, entre outros pontos possíveis.

Num primeiro grupo, o mais numeroso, evidenciam-se múltiplas respostas que se reportam ao valor dado à necessidade de formação global de padres e outros membros do clero, com ênfase nos seminaristas e com destaque particular para a questão específica da sexualidade: conhecimento do tema, vivência pessoal e social do mesmo em toda a sua diversidade, no que é algo que deve ser reconhecido sempre do ponto de vista evolutivo e dinâmico. Algumas respostas salientam também a importância de um acompanhamento psicológico regular dos membros da Igreja, para além de uma mera triagem inicial dos perfis psicológicos individuais à entrada do seu percurso formativo ou, ainda, a necessidade de apoio emocional de que deviam beneficiar no seu quotidiano.

Este último ponto tem destaque em outras áreas profissionais que, diariamente, se centram no domínio da relação com o outro, quer do ponto de vista físico quer emocional. Na verdade, é fácil de constatar a presença de elementos emocionais, quase sempre inconscientes, de identificação ou projeção entre pessoas que são próximas e/ou estão em relação próxima ou regular: negá-los é excluir a dimensão afetiva, natural, entre duas ou mais pessoas e do que delas resulta para ambas as partes. Por isso, de uma maneira geral, todos os profissionais destas áreas (padres, educadores, professores, psicólogos, médicos, entre outros) podiam e deviam ter acesso a uma boa formação e suporte continuado, também tanto mais importante quanto, nesse mesmo desempenho

e/ou nas suas vidas individuais, possam partilhar de forma livre, construtiva, os seus pensamentos e os sentimentos respeitantes a estas situações.

Eis alguns exemplos desta visão que insiste na qualidade da formação e acompanhamento psicológico ou emocional dos sacerdotes:

Prevenção. Falar sobre a temática, investir e fazer prevenção constante. (T28, F, 1969)

Formar melhor. (T200, F, 242)

Formação para a sexualidade e amor. (T6, M, 1972)

Dar formação aos padres. (T4, F, 1996)

Rever a forma como formam os padres, traçar um perfil psicológico, até. (T171, M, 1977)

Avaliar psicologicamente os seminaristas. (T3, M, 1990)

Oferecer acompanhamento psicológico e afetivo aos padres. (T162, M, 1979)

Apostar na formação dos sacerdotes, cuidá-los e ajudá-los a perceber a sua verdadeira vocação. (T37, F, 1991)

Falar deste assunto e tomar conta dos seus membros do ponto de vista psicológico. (T21, F, 1954)

Prevenção. Falar sobre a temática, investir e fazer prevenção constante. Falar do corpo, de sexualidade com as crianças. Explicar que é errado fazer isto e que as crianças devem falar quando acontece. Abordar estas temáticas na Igreja. (T29, F, 1977)

Um segundo número vasto de respostas obtidas dedica-se, em exclusivo ou em amplo destaque de conteúdo, a abordar a área da vivência da sexualidade dos membros do clero que, segundo as normas da própria Igreja, a excluem de forma dogmática. Ao exercício da vocação do sacerdócio pede-se, desde há séculos, a aceitação obrigatória do celibato, facto que na presente amostra muitos católicos participantes não deixam de abertamente questionar, fazendo vários deles a ligação direta entre esse tema e o maior risco de abuso sexual de crianças. A questão é cientificamente alvo de debate e sobre a mesma podem e devem ser observados mais estudos de relevo. Hans Zollner, padre jesuíta e psicólogo, nega a importância desta conexão, ao afirmar que a maior parte dos abusos sexuais de menores é cometida, em geral, por adultos não celibatários, muitos deles casados ou em união heterossexual, facto também verdadeiro.

Contudo, é de igual forma inequívoco que o ser humano, como acontece em outras espécies, desenvolve em certo ponto do seu trajeto maturativo não só uma natural tensão como uma consequente pulsão para, de diversas formas, agir a sua própria sexualidade, aqui também já entendida sob o «primado da genitalidade», como descreveu Moses Laufer (1997) nos seus estudos clínicos sobre a adolescência. Estão classicamente descritas várias formas de psiquicamente canalizar essas mesmas pulsões, incluindo através de defesas sobejamente referenciadas por autores como S. Freud, de que se destacam o «recalcamento», a «projeção», a «racionalização» ou a «sublimação», entre outras possíveis e presentes no ser humano.

De qualquer forma, cabe aqui reproduzir a opinião firmada pela maioria dos seus participantes ativos que, e isso sim, não deixaram de estabelecer conexões entre a forma como a sexualidade é vivida (ou não) pelos membros do clero e as respectivas implicações nas suas vidas individuais relacionais, no caso com as crianças e os adolescentes. Eis alguns exemplos:

Imagino que o fim do celibato poderia fazer diminuir este tipo de situações. (T314, M, 1951)

Deviam por os padres a casar. Terem uma vida normal. O padre é uma pessoa normal. Tem necessidades sexuais, erra, vai abaixo. A Igreja é muito fechada, tudo é um tabu. Deviam abrir os horizontes. (T26, F, 1960)

Os padres têm necessidades sexuais, eles não podem passar sem sexo, então aí não se pode negar o problema. (T35, F, 1958)

Terminar com o celibato obrigatório. (T450, M, 1963)

O celibato obrigatório é, no meu ponto de vista, a raiz deste problema. (T351, M, 1980)

Só posso comentar: a) livrarem-se de tabus da/s sexualidade/s; b) apostar numa vasta e aberta educação sexual de todos, desde a catequese. (T12, F, 1989)

Mais informação e dedicarem-se a entender a sexualidade humana. (T19, M, 1985)

Acabar com o celibato e com o machismo das suas hierarquias. (T76, M, 1953)

Estas situações ocorreram e ocorrem. Os padres são homens iguais aos outros. Sendo pessoas de responsabilidade, a Igreja deveria ter um papel muito mais pedagógico das pessoas que a representam. Os padres deveriam poder-se casar (com mulheres ou com homens). Se a Igreja quer evoluir e acompanhar os tempos, deve começar a modernizar-se e a atualizar-se. (T98, M, 1971)

Por outro lado, entre as variadas respostas à questão de como pode a Igreja evitar esta realidade, existe um número significativo delas que destaca a importância de uma supervisão externa das próprias estruturas religiosas não tanto na expectativa de um controlo punitivo, mas na forma de uma abordagem preventiva de uma instituição que também muitos consideram demasiado fechada sobre si mesma (fisicamente e na relação entre os seus próprios membros) e, assim sendo, pouco permeável a uma saudável abertura ao que a rodeia. Sobre esta ideia, apontam-se exemplos deste terceiro grupo de testemunhos:

Tudo em aberto, nada de sítios fechados. (T171, M, 1977)

Maior exposição dos locais de confissões, de preferência nos bancos de igreja. (T47, M, 1947)

Evitar a confissão das crianças. Os padres deviam falar com os meninos todos juntos. (T33, F, 1953)

Sobre a questão específica da supervisão, realçam-se as opiniões sobre a importância de estruturas, pessoas ou grupos que lidam e têm responsabilidades sobre e com crianças poderem ter apoio exterior, de preferência por equipas profissionais, idóneas, onde pensar sobre diversas situações possibilite a partilha de dúvidas entre

todos os que se relacionam individualmente ou em grupo com crianças e adolescentes. O trabalho terapêutico com grupos teve um grande impulso com os trabalhos de Wilfred R. Bion (1968), que os definiu como «funcionando sempre entre duas formas simultâneas, opostas e interativas»: as de um nível consciente, que unem em objetivos comuns o grupo, e outro que diz respeito ao nível conflitual resultante do funcionamento próprio de cada pessoa e das suas «valências» próprias (capacidades de interagir com o outro). No entanto, um verdadeiro trabalho deste tipo pressupõe também uma mentalidade própria aberta à dúvida, à possibilidade do erro próprio e da aprendizagem em geral com o outro. A exigência dessas parcerias externas está de facto presente em muitas respostas, de que são exemplo as seguintes:

Promover ações de formação, com formadores externos à igreja. (T308, F, 1977)

Ter provedores externos à igreja. Fazer estudos como este. (T9, F, 1964)

Auditorias internas/surpresa. Maior rotação do clero. (T29, F, 1977)

Fiscalizar os grupos de escuteiros. (T49, F, 1972)

Um quarto grupo importante de respostas obtidas surge tomando uma tonalidade muito dura e crítica para com a Igreja enquanto instituição, recordando-se de novo que, neste estudo, o grupo predominante que o reporta é de católicos, muitos deles praticantes. De várias maneiras, o discurso que sobressai é de uma franca expectativa de mudança, numa atitude muito mais proativa de «abertura» da Igreja à sociedade em geral, numa aposta positiva sobre o futuro. Nessa abertura inclui-se não só uma desconstrução do poder clerical dominante e distante, mas também a exigência de proximidade e capacidade de escuta do outro, no caso a vítima, a empatia com o seu sofrimento. Apresentam-se alguns exemplos significativos desta exigência:

Abrir mais à sociedade os segredos que eles escondem! A participação dos cidadãos é muito importante. (T185, F, 1998)

Emergir. Dedicar-se mais aos desafios sinodais. (T13, F)

Estar atenta e agir com coragem, coisa que nem sempre fez. (T167, M, 1956)

A igreja tem de se abrir mais à sociedade, em vez de permanecer nos seus dogmas fechados. (T177, F, 1969)

Repensar o estatuto do poder eclesiástico. (T218, M, 1972)

Falar. Desmistificar a perfeição do clero. Um padre é um homem com formação específica, não é Deus. Uma freira a mesma coisa. São pessoas como as outras. O comum é ter receio de os confrontar, ninguém contraria um padre ou freira. Retirar esse poder que pesa sobre nós e cria medo, encobrimento, dor e pecado. (T80, F, 1960)

Falar abertamente. Arrepiar caminho. Aceitar que aconteceu. (T258, F, 1944)

Ouvir, não «calar» e investigar imediata e cuidadosamente as situações, à mínima denúncia. É sempre um sofrimento imensurável e com repercussões tremendas para a criança/adolescente abusada, na maior parte das vezes, impotente. Deixar prolongar estas situações pode ter consequências devastadoras e irremediáveis no seu desenvolvimento psicossocial. Quem se tem de proteger são as vítimas e não os abusadores! (T64, F, 1968)

Ser realmente mais próximas das pessoas, sem assuntos tabus, apresentarem-se como Gente e como tal passíveis de serem postos em causa. Deixar cair totalmente por terra o estatuto de autoridade e apresentarem-se como trabalhadores da sua obra, em constante construção como pessoas, tal como o mais comum dos mortais e nunca, mas nunca mesmo estar acima das Leis, serem sempre julgados pelos mesmo tribunais que o comum dos mortais. (T100, F, 1960)

Tanta coisa! Em primeiro lugar, ser SÉRIA. Deixar de esconder. Enfrentar, pedir perdão, prevenir. Despir-se da sua altivez e ser verdadeiramente humilde. Deixar de ser uma hierarquia só de homens tantas vezes perversos e manipuladores. Uma sociedade normal e saudável é composta por homens e mulheres. De que têm medo? Uma igreja aberta e acolhedora, misericordiosa e humilde. (T101, F, 1950)

Surge ainda um grupo percentualmente significativo daqueles e daquelas para quem a solução aparece centrada quase exclusivamente no papel da justiça civil, embora se saiba que a própria Igreja Católica pode agir dentro da sua lei canónica, incluindo a possibilidade de suspender de funções algum dos seus membros que considere suspeito.

Neste grupo de respostas, parece destacar-se a mais baixa idade de alguns dos respondentes como aquela a que correspondem as expectativas de ação/reação mais gravosas para o suposto abusador:

Punir estes comportamentos recorrendo imediatamente a processos judiciais e fazer da radicalidade das medidas tomadas para a punição deste tipo de crimes um exemplo para toda a comunidade cristã. (T10, F, 2002)

Punir estes comportamentos recorrendo a processos judiciais e afastar, ainda que temporariamente, quem os praticou. (T308, F, 1972)

Registo criminal de 6 em 6 meses e mais informação sobre pessoas que trabalham em instituições da igreja. (T28, F, 1981)

Expulsar os membros em causa. (T257, M, 1976)

Afastar os prevaricadores e não transferi-los para outras paróquias ou locais recônditos. (T55, M 1975)

Tomar responsabilidade, investigar e acusar estas pessoas e deixar de os proteger. (T55, F, 1986)

Punir severamente estes predadores. (T113, F, 1951)

Por último, emerge de forma importante um outro grande grupo de respostas supostamente ditadas na expectativa de «evitar» situações de abuso: todas aquelas que expressam de uma forma clara, inequívoca, a expectativa de assunção de culpa e pedido de «desculpas» ou de «perdão» da Igreja diante dos seus que acabou por vitimizar. Como se, num sentido psicossocial, muitos adultos mantivessem a expectativa de que essa atitude de reconhecimento de culpa e respetivo movimento de «reparação» emocional lhes fosse devida. Esse é um movimento comum de quem claramente se sentiu lesado, violentado, traumatizado, sem que até hoje «*nada nem ninguém*» o tivessem

reconhecido, ou seja, «nem a Igreja, nem o abusador em si», como se, aliás, um fosse a imagem do outro (e/ou vice-versa).

Contudo, surgem também outras respostas daqueles que conseguem isolar o sujeito (abusador) da instituição a que este pertence, distinguindo-os de uma forma que lhes permite manter a sua crença, a sua fé em algo que claramente se distingue daquela pessoa que, a proclamando, a vitimizou enquanto criança. Por outro lado, e esse facto esteve presente em todas as respostas obtidas neste estudo, não se revelou qualquer resposta centrada num desejo vingativo sobre qualquer abusador em concreto: mesmo naqueles em que o nome era revelado, a vítima agora adulta não proclamava expectativas de reparação que não mais do que a «moral». Vejamos alguns exemplos disso mesmo:

Pedirem desculpa com um D grande. Pedirem perdão com um P grande e, depois, tentar mudar. (T519, F, 1950)

Ter vergonha e pedir perdão. (T268, M, 1961)

Pedir desculpa em letras grandes. A primeira página de todos os jornais de um dia qualquer paga pela igreja a dizer: PERDÃO. (T275, M, 1977)

Lançar uma mensagem de perdão, clara e objetiva. (T282, M, 1977)

Começar por reconhecer que faltou para com as crianças abusadas e pedir perdão. (T307, F, 1963)

Tanta coisa. Em primeiro lugar, ser séria. Deixar de esconder. Enfrentar e pedir perdão. (T100, F, 1960)

Pedir perdão. E devia-se começar pela própria casa. (T346, M, 1968)

Com todo o coração, mostrar arrependimento. (T37, F, 1978)

A literatura é bem clara neste assunto. Os abusadores sexuais de crianças só muito raramente reconhecem os seus atos. É um facto inegável que possuem uma estrutura de personalidade perversa, tantas vezes já enquistada no que se designa por um «funcionamento caracterial» que não lhe permite ascender a três pontos essenciais para que tal acontecesse e que se designam da seguinte maneira: ausência de consciência mórbida (incapacidade de, conscientemente, aceitar que não está ou não esteve bem), incapacidade de perceção do impacto dos seus atos no outro (assim investido como mero objeto funcional), fragilidade no que a psicologia clássica designa por «super-eu», ou seja, uma capacidade autónoma de regular, ou melhor, autorregular determinados impulsos, e por isso mesmo ter capacidade de entender que, agindo mal, deveria espontaneamente ter o respetivo movimento de reparação sobre o outro (no caso, a vítima).

Neste domínio, que restará então como o mais provável na grande maioria dos casos? A instituição Igreja, através dos seus membros mais sãos, verdadeiramente empáticos, e por isso próximos do outro que sofreu e ainda sofre com este trauma, terá de assumir esse mesmo pedido de desculpa pelos atos criminosos cometidos pelos seus membros que, infelizmente, não terão qualidade nem capacidade psíquica para o fazer.

Mas, atenção, pois nesse aspeto o estudo foi inequívoco: as vítimas esperam-no, de forma sincera e digna. E, acima de tudo, merecem-no.

5.6. Como pode a Igreja reparar estas situações?

Uma das últimas perguntas abertas pretendia saber, junto das vítimas, como poderia a Igreja reparar estas situações de que haviam sido vítimas. O nível de resposta foi alto (89,2% dos testemunhos validados) e no geral as pessoas escreveram textos longos e elaborados no seu conteúdo, de que são exemplo os seguintes:

Pedir desculpa. Em primeiro lugar, levar os culpados à justiça. Deixar de proteger os abusadores. Acompanhar cada caso para dar apoio psicológico às vítimas e se for preciso avaliá-las para futuras indemnizações. Negar qualquer encobrimento, independentemente do cargo ou do posto do agressor. Colaborar como com o MP (Ministério Público) e tornar célere qualquer processo existente. Deixar de olhar para dentro, como se estes casos de abusos da igreja não tivessem de implicar a sua mudança. (T486, F, 1978)

Para mim — e só referir o que me conferiria alívio — há várias atitudes que poderiam ser tomadas: i) Reconhecer publicamente a gravidade do que se passou e passa; ii) Condenar e repudiar publicamente todos os atos de relativização sobre este tipo de abusos; iii) Mostrar que não se é complacente e afastar dos cargos todos os prevaricadores; iv) Fazer um pedido de desculpas formal àqueles que assim foram abusados enquanto crianças; v) Apresentar um plano concreto e efetivo que transmita a todos segurança para o futuro, com a não repetição destas situações (tolerância zero). (T271, F, 1962)

Este facto pode ser também interpretável dentro de aspetos já anteriormente referidos, como a alta escolarização da amostra obtida, contrastando com a realidade em geral da população portuguesa, ou a ligação direta que uma alta percentagem destas vítimas teve e tem com a Igreja Católica (crentes, praticantes).

Contudo, uma análise qualitativa e detalhada das mais de quatro centenas de respostas aqui obtidas revela desde logo um dado digno de destaque. Sobre a ideia de possibilidade de «reparação» destes abusos sofridos na infância e adolescência, o maior grupo de pessoas responde pela negativa, ou seja, considerando que não existe mesmo essa hipótese. Pode, assim, inferir-se que, sobre o que aconteceu no passado, são mais os que sentem que não existe qualquer hipótese de alterar aquilo que ainda hoje sentem ou pensam sobre o assunto, facto descrito como comum quando qualquer situação traumática não é passível de ser integrada do ponto de vista psíquico; aliás, na grande maioria dos casos, é habitual que essa situação possa ser apenas atingida à custa de uma intervenção terapêutica especializada que a maioria destas pessoas não procurou ou não pode usufruir (aliás, este tópico é também referido num grupo significativo de respostas neste grupo).

De verdade, uma experiência de abuso sexual na infância ou adolescência não se apaga nunca de uma certa memória traumática; ou seja, não tem propriamente uma cura emocional, apenas a possibilidade de com ele conviver de forma mais harmónica, contextualizando factos concretos com a vivência psíquica que lhe foi sendo sucessivamente atribuída, mesmo quando a mesma se reporta ao conceito de «dor aprisionada (ou encarcerada)» desenvolvido por Sydney Klein e revisitado por Joan Symington (2018).

Eis alguns exemplos deste perfil de respostas, que constituem um primeiro grupo:

Não pode. Não tem como reparar. (T29, F, 1972)

Nunca vai conseguir reparar estes danos que fez a tantas crianças. (T85, M, 1964)

Não tem reparação. Quanto a mim, vivo há mais de 50 anos com esta dor. (T182, F, 1950)

Não tem reparação. Não se esquece. (T310, F, 1957)

Agora é tarde. (T502, F, 1962)

É irreparável. (T130, M, 1954)

Não pode. Não há nada que consiga apagar estas vivências. (T203, M, 1973)

Não tem como. Nunca iria apagar o mal que fez. (T388, M, 1965)

Não há reparação possível. Eu não fui protegida e isso transformou por completo a minha vida. (T53, F, 1982)

Mas a verdade é que o dano é tão profundo que não há reparação possível, há simplesmente a oportunidade de querer verdadeiramente ouvir as vítimas e tirar as conclusões para fazer de tudo para que não se repitam. (T188, F, 1987)

São crimes impossíveis de reparar. (T130, F, 1941)

Esta atitude emocional de tantas pessoas conformadas não só com o sucedido, mas sobretudo com o impacto daí resultante e a irreversibilidade do mesmo, relembra bem a gravidade que este tipo de crimes tem sempre na vida imediata e futura de quem os sofre. Seria fundamental que sobre este ponto surgisse uma reflexão muito séria sobre tudo o que aconteceu em matéria de abuso sexual de crianças por membros da Igreja Católica portuguesa, partindo do princípio que não se tratou de poucos casos, de contornos ligeiros e impactos diminutos. Antes pelo contrário: o que aconteceu neste campo foi algo de extenso, afetando milhares de crianças ao longo do tempo delimitado por este estudo, foi grave nas formas em que sucedeu e a grande maioria das vítimas ainda hoje sofre com o que lhe aconteceu e sente-se sem reparação possível.

Como notámos em ponto anterior deste Relatório, o conceito de «reparação» foi desenvolvido por Melanie Klein, que o concretiza como surgindo em resposta à introjeção de uma ideia de «culpa» (aliás, ausente de forma comum do perfil psíquico deste tipo de pessoas abusadoras), característica do que a autora designou por «posição depressiva». Não havendo noção de culpa, não existe por isso necessidade de reparação possível por parte da pessoa abusadora. Quanto ao facto de a vítima não o esperar ou, pior ainda, sentir que o mesmo é «impossível» ou «já não vai a tempo», descreve bem a posição de desistência de muitas delas, num estado psíquico designado por James Garbarino (2000) como «ausência de (possibilidade) de ajuda e de esperança», ambos característicos do que o mesmo autor designou «pensamento terminal», presente até em crianças e adolescentes que observou em cenários extremos de guerra, desamparo e desespero, como as de Angola ou da Bósnia, nos relativos períodos de guerra civil.

Talvez pelo facto de o conceito de «reparação» ter um significado vago para a população em geral, aparecem de facto outro tipo de respostas a esta pergunta aberta. Um segundo grupo revela a expectativa de um pedido verbal de desculpa ou de «perdão», assim mesmo referido, claro e inequívoco, centralizado quase sempre na Igreja,

enquanto instituição, implicando-a como um todo neste processo, logo, muito mais do que destacando abusadores em particular.

Um pedido de desculpas, mais do que isso não. Estive para escrever ao padre mas depois não escrevi. Nunca contei isto a ninguém, foi a primeira vez. Aproveitei a minha mulher ir à rua! (T154, M, 1935)

Um pedido de desculpas. (T160, M, 1975)

Olhe, devia pedir desculpa a todos nós. (T172, M, 2002)

Ao menos pedir desculpa a tanto inocente. (T184, M, 1996)

Fazendo uma declaração pública e universal de culpa. Porque todos são culpados: não só os que praticaram os crimes e os que os encobriram, mas também todos os católicos que não exigiram uma mudança radical da sua igreja. (T199, F, 1963)

Ao menos pedir desculpa e mostrar vergonha, arrependimento como eles dizem. (T238, M, 1969)

Pedir as desculpas que deve a tanta criança e a tanto jovem. (T239, M, 1970)

Acho que o mínimo era um pedido de desculpas. Não quero vingança, nem castigo para o padre que me fez isto. Quero evitar que outros façam o mesmo. Gostava que me ajudassem, tendo em conta a minha situação financeira, para ir às consultas e tentar reerguer-me. Era só o que eu queria. (T247, F, 1979)

No mínimo, algo de simples: pedir perdão, mas fazê-lo em voz alta, escrito, fixando e durante muito tempo. (T339, F, 1971)

Pedir perdão individualizado a cada um, porque somos uma pessoa individual que foi ferida interiormente por alguém que tinha funções importantes na igreja. (T376, M, 1975)

Este é um dado extremamente comum em situações de abusos sexuais de menores, quando mais tarde são objeto de revisitação pelas vítimas, já pessoas adultas. A expectativa emocional de que exista por parte do outro o reconhecimento do ato que cometeu, de que foi o único e verdadeiro culpado e que, diante da vítima, assumia pelo menos de forma verbal todo o ocorrido, mostrando sobre os factos uma posição empática para com aquela pessoa que maltratou. A reparação emocional surge muitas vezes referida em vários estudos; porém, a prática demonstra o quão longe ela está de ser efetivada. Talvez por isso, de maneira consciente ou não, também no presente estudo a maior parte dos que esperam um «pedido de desculpa» ou de «perdão» dirigem-no à Igreja como um todo e só mais raramente ao abusador em particular. Também porque, muito provavelmente, a análise individualizada e atenta de cada um dos 512 relatos obtidos revela que algumas vítimas evocam o conhecimento posterior de terceiros, quase sempre superiores hierárquicos dos próprios abusadores, que eventualmente estariam a par de muitas destas situações sem que nada de concreto e efetivo tivessem feito ao longo de décadas, reforçando assim silêncios sobre silêncios que deixaram ainda mais frágeis os que, neste aspeto, esperavam outra resposta.

Um grande número de respostas, constituindo outro grupo, sublinha a necessidade de apoio psicológico atual, centrada nos adultos anteriormente vítimas, destinado a reparar danos ainda hoje sentidos como relevantes e afetando várias áreas

das suas vidas: individual, relacional, familiar, profissional e até na própria relação emocional e de fé para com a Igreja.

É impressionante o vasto número de pessoas que, tantos anos depois, possuem feridas emocionais ainda abertas que, mesmo não visíveis para terceiros, ainda pedem suporte especializado. É, e também desta forma, um enorme contraste que se levanta perante o grupo das respostas anteriores, de tonalidade desistente, resignada, não reveladoras de uma esperança reparadora; nestas, a pessoa vítima espera que, de outra forma, através de uma ajuda técnica especializada (psicológica ou psiquiátrica, mas claramente psicoterapêutica) e essencialmente centrada nas suas verdadeiras necessidades individuais, a sua dor venha a ser ouvida, aceite, compreendida e eventualmente melhor integrada. Neste grupo, surge ainda um tipo de respostas absolutamente congruente com as registadas na pergunta aberta (anterior) sobre o impacto psíquico do abuso, em que a imensa maioria dos participantes não só o confirma, como dele dá intenso sinal até à atualidade. De novo, apresentam-se alguns exemplos tomados como significativos:

O apoio psicológico que sempre nos foi negado. (T23, M, 1960)

No mínimo, pagar ajuda psicológica. (T418, F, 1971)

Fornecer apoio psicológico e médico especializado a quem necessitar dele. (T120, F, 1965)

Promover meios de apoio psicológico às vítimas que não tenham condições. (T64, F, 1968)

Ajudar com terapia os que quisessem. (T483, F, 1952)

Facultar acompanhamento psicológico gratuito às pessoas vítimas. (T56, F, 1948)

Mas gostaria que viessem a público reconhecer cada crime e pedir desculpa. Para os casos mais graves, em que as vítimas tenham ficado com as vidas destroçadas, quer com danos físicos, quer com danos psicológicos, deveria haver indemnizações para possíveis tratamentos de recuperação. (T158, F, 1969)

Não sei. Não consigo seguir em frente por mais que tente não consigo falar disto... o dinheiro para reconstruir a vida, comprar uma casa, pagar a um psicólogo mas não consigo estar com ninguém e falar sobre isto... é demasiado doloroso e vergonhoso... (T282, M, 1977)

Dando um futuro a essas pessoas que abusaram e dando tratamento psicológico. (T329, M, 1971)

Um último grupo corresponde a um conjunto de respostas que expressa o desejo primordial de intervenção/penalização judicial para aqueles que são descritos como alegados abusadores, com a respetiva punição civil e/ou canónica, mesmo quando muitas vítimas revelam estar conscientes dos tempos vigentes sobre a prescrição temporal deste tipo de crimes. A diversidade das respostas é grande, cobrindo um espectro de medidas claramente mais agressivas e não previstas em lei como «a castração química deles todos» [sic], que constitui a minoria delas, a outras de expressão muito variada de que se juntam agora alguns exemplos:

Indemnizar os ofendidos. (T91, M, 1964)

Indo para tribunal. (T27, F, 2001)

Punir. (T241, F, 1964)

Castigos severos e expulsão da igreja. (T385, F, 1958)

Sancionando severamente os culpados. (T87, M, 1975)

Pagando indenizações a quem tanto se magoou. (T18, F, 1944)

Não sei, o direito é uma ciência que exige factos e cada caso é um caso. (T440, M, 1979)

Os estragos estão feitos, mas ver a pessoa culpada levada a tribunal e ser expulsa da igreja seria o mínimo. (T157, M, 1978)

Tal como em outras perguntas abertas, as respostas são muito diversas e induzem, mais do que tudo, a sensação de que a grande maioria destas pessoas abusadas nunca foi devidamente protegida, ouvida, valorizada no seu sofrimento pós-traumático que, ficou claro, chegou na grande maioria dos casos até aos dias de hoje. Por isso, para terminar, talvez seja importante dar voz a mais duas vítimas que, de forma diferente mas complementar, deixam vincadas duas ideias centrais neste processo, que são o conflito entre um passado traumático e omissos perante o desejo de um futuro diferente, melhor:

Tenho 62 anos e só agora conto este meu segredo. (T229, M, 1960)

Impedir que tudo volte a acontecer. (T391, F, 1978)

Assim seja possível.

6. VOZES DA HIERARQUIA: BISPOS, SUPERIORAS E SUPERIORES GERAIS EM 2022

Neste capítulo, mudamos o foco da abordagem qualitativa. O olhar em profundidade desloca-se de um universo amplo de pessoas vítimas de abuso sexual no seu quotidiano anónimo, enquanto crianças e jovens, para o topo da hierarquia da instituição que tutelava as pessoas abusadoras. Enquanto a informação, abundante, chegava através dos vários canais que a Comissão Independente criou para o efeito, sobre experiências de adultos que haviam sido vítimas, na infância, de abusos sexuais na Igreja, procurávamos conhecer e aprofundar o conhecimento que os detentores do poder eclesiástico teriam sobre essa realidade.

Deparámos com um contraste surpreendente: o fluxo, intensidade e gravidade dos sinais dados pelas pessoas vítimas, recém-chegados do terreno, pareciam não encontrar tradução nos testemunhos desta elite. Tratar-se-ia de uma posição defensiva perante a Comissão Independente, face ao risco de eventuais suspeitas e acusações de ocultação? Uma ilustração inequívoca de clericalismo e da prioridade concedida, antes de tudo, à defesa da reputação da instituição a que pertenciam? São perguntas em aberto. Mas talvez a estes fatores juntar-se-á um outro: a criação da Comissão Independente, a visibilidade pública do problema dos abusos sexuais de crianças, o crescendo de notícias sobre casos de «pedofilia na Igreja» gerou, a partir de um certo momento, um processo de constatação irreversível e irrefutável do problema junto da sua hierarquia. O facto de as entrevistas terem decorrido no início de 2022 explicará, em parte, a afirmação maioritária do desconhecimento concreto de casos.

A Igreja Católica está longe de constituir uma estrutura compacta e uníssona, com cadeias de comando hierarquicamente verticais ou de autoridade bem definida e impessoal. Pelo contrário, e apesar de pesadas missões, rotinas, funções e estatutos que perduram há séculos, a sua diversidade interna e o papel individual dos seus líderes são uma marca clara da sua identidade. A imagem que transparece, para quem a observa de fora, é a de uma paisagem com contrastes, lugares de poder e intervenção distintos e fragmentados, onde várias sensibilidades se geram e mantêm ao longo do tempo — e agora no presente. Tornou-se crucial caracterizar «a elite» que ocupa atualmente esses cargos eclesiásticos e a quem se deve — designadamente — a proposta deste Estudo.

Daí a importância de entrevistar, por um lado, *cada um* dos bispos, a solo, pois — todos homens, em lugares de dependência direta do Papa — são notáveis não só o cunho pessoal que colocam no que fazem e dizem junto dos crentes e dos pares, como a autonomia de que parecem gozar na gestão da sua diocese. «*Cada bispo é rei no seu reinado*», «*cada um vive na sua capelinha*» são alguns dos comentários que surgiram durante estas entrevistas e que simbolizam esse poder e a sua singularidade¹⁴.

Em paralelo, realizámos também entrevistas a superiores e superioras gerais de institutos religiosos. Este diferente grupo de dirigentes na Igreja, muito mais numeroso (estão registadas na CIRP 90 congregações femininas e 40 masculinas) constitui um

¹⁴ A lista de bispos e superiores e superioras gerais entrevistados consta dos Anexos deste Relatório.

universo distinto do que diz respeito aos bispos diocesanos. Aqui a diversidade é desde logo introduzida pelos diferentes carismas ou âmbitos de intervenção das diversas ordens religiosas. Como nos explicou SG7, M¹⁵ «*as ordens religiosas são expressões diferentes de viver a espiritualidade... captam uma dimensão dos Evangelhos... são uma resposta histórica a certas situações*». Na nossa amostra, também diferenciada por género (pois há congregações masculinas e congregações femininas), privilegiámos aquelas cuja ação intervém no domínio da infância — sobretudo através da educação, mas também de evangelização, assistência a «doentes e necessitados» ou «reabilitação psicossocial», entre outros.

Curiosamente, se bispos diocesanos e superiores gerais se posicionam no topo da hierarquia — embora se perceba, tanto pelos discursos de uns como pelos dos outros, que os bispos tenham proeminência —, o modo de escolha de uns e outros não é igual. No caso dos primeiros, trata-se de um processo mais seletivo e sigiloso, no qual o Núncio Apostólico em Lisboa desempenha um papel-chave. Quando vaga um lugar na diocese (por reforma ou morte de um bispo) inicia-se um processo de consulta sobre certos sacerdotes vistos como adequados para o lugar, através de inquérito dirigido a padres, bispos ou outros agentes da ação pastoral, a quem se pede segredo. Não sem que, por vezes, «*corram uns zunzuns*» (B8) que vão chegando aos ouvidos dos pré-selecionados. Uma curta lista de potenciais candidatos é então enviada pelo Núncio ao Dicastério dos Bispos, da Santa Sé, que propõe uma escolha ao Papa, o qual toma a decisão final, confirmando a opção feita e convidando e nomeando o escolhido para o cargo. «*Uma vez bispo, bispo para sempre*», diz-se. Já no caso dos superiores gerais, a escolha é descrita como mais democrática: apesar de haver procedimentos que podem variar entre congregações, na maior parte dos casos há uma votação secreta entre as comunidades de pares dos institutos religiosos, que apreciam perfis e trabalhos realizados de uns e de outros. Dessa sondagem da base, nacional, segue a proposta do nome mais votado para a «*casa mãe*», que o aprova e nomeia. «*Um provincial é igual a toda a gente*». Faz um, dois mandatos «*e volta à base*». O cargo é, portanto, rotativo, de tal modo que uma das irmãs entrevistadas (SG9, F) afirma: «*Não gosto da palavra “topo”. Nós, nas congregações, não temos essa hierarquia*». E outra (SG10, F) insiste: «*o tempo da hierarquia já lá vai... agora somos uma igreja circular*».

Um terceiro traço distintivo refere-se ao facto de os padres religiosos e freiras (e seus/suas superiores/as gerais) viverem sempre em comunidade — por contraste com os padres e bispos diocesanos, que residem muitas vezes sozinhos. Essa «*partilha de vida, experiências, afazeres*» é considerada «*essencial*», pela irmã SG4, que não hesita em acrescentar: «*É difícil mas maravilhoso... e uma Igreja mais inclusiva, viva e orante torna-se um verdadeiro oásis, uma fonte de felicidade*». Viver em comunidade tem outra implicação ainda: (SG10, F) «*Se viverem em grupo, há menos fraquezas humanas. O isolamento faz mal e são menos controlados*». «*São mais observados, são mais*

¹⁵ Para manter o anonimato dos entrevistados, optámos por designar (simplificando) os dois grandes grupos por B (bispos no ativo) e SG (superior/a geral, provincial, vigário regional), sendo que nos últimos M/F se referem, respetivamente, ao sexo masculino ou feminino. A numeração de uns e outros segue uma ordem aleatória, resultante de um sorteio.

ajudados a não terem certo tipo de comportamentos» (SG13, M). «A solidão» do padre ao fim do dia, em que regressa a casa depois de um dia de trabalho nas paróquias, pode ser — entendem alguns — uma fonte de *«comportamentos impróprios»*. Mais do que o controlo mútuo acima referido, o sacerdote diocesano vê-se sobretudo privado da possibilidade de partilha com os outros de dúvidas, certezas, angústias ou alegrias, experiências concretas do seu dia a dia.

Bispos e superiores e superiores gerais entrevistados distinguem-se, ainda, do ponto de vista etário. Os primeiros constituem um grupo mais envelhecido que os segundos: a média de idades dos primeiros é de 67 anos (máximo 75, mínimo 55). A média de idades dos/das dirigentes das congregações é de 55 anos (máximo 73, mínimo 49). E se o género é um fator de exclusão para os primeiros, já os institutos religiosos e as suas lideranças estão abertos às mulheres. Nunca em regime misto, é certo, mas às mulheres são concedidos cargos de direção e de poder.

Curiosamente, do ponto de vista das regiões de origem, bispos e superiores gerais nasceram quase todos a Norte do Tejo ou nas Regiões Autónomas; alguns, em antigas colónias portuguesas ou em cidades internacionais da diáspora — muito embora as respetivas famílias fossem provenientes do Portugal «profundo», rural e interior. O eixo Leiria-Fátima assume uma expressão significativa na amostra: as aparições da Cova da Iria podem estar na origem de muitas destas vocações religiosas.

Os percursos de mobilidade social ascendente nos dois grupos são notáveis. A elite eclesiástica portuguesa (com raríssimas exceções) provém de famílias (muito) desfavorecidas de meio rural, numerosas, pouco escolarizadas, sobrevivendo do trabalho duro do campo — os seus ascendentes próximos eram camponeses, agricultores de subsistência, caseiros, pastores de ovelhas, pequenos artesãos ou mineiros. Esta «terra» *«daqueles tempos»* onde se nasce é quase sempre retratada como comunidade de *«ambiente saudável e tranquilo»*, apagando-se na memória, com aparente naturalidade, os seus traços de grande privação e dureza de condições de vida.

Entre os de origens mais favorecidas, contam-se as pessoas filhas de motoristas, professores primários, pequenos empresários ou comerciantes *«de boas referências»* (B14), não raro de meio urbano. Apenas três entrevistados da nossa amostra se situavam, quanto às suas origens familiares, em lugares cimeiros da estrutura social, nascendo em famílias de industriais ou de profissionais liberais. Para todos os outros, chegar ao topo representou uma impressionante descolagem do meio social de origem — através, sobretudo, da escolarização básica e formação avançada posterior.

Talvez um dos casos mais paradigmáticos destas *«trajetórias improváveis»* (como as designou Lahire, 1995) seja o de B15. Nasce em meio rural, numa família muito pobre de agricultores, sendo o quinto de oito irmãos vivos, *«graças a Deus»*. Cedo aprendeu o que era a desigualdade entre ricos e pobres assente na propriedade. Nem o Pai nem a Mãe sabiam ler — mas *«juraram que nenhum dos filhos havia de passar pelas mesmas dificuldades que eles»*. *«Pequenito»*, levantava-se cedo, ia vender leite à vila e voltava para a escola às 9 da manhã. Depois das aulas, trabalhava no campo com os pais. *«Andava-se descalço. Era-se feliz com pouco. Toda a gente era pobre»*. Depois de um longo percurso de formação, realizado em instituições nacionais e internacionais, é hoje uma das figuras proeminentes da Igreja portuguesa, cujo mérito sai reforçado por este mesmo trajeto.

Tendo como pano de fundo a questão dos abusos sexuais de crianças, pareceu-nos, assim, importante traçar, a montante, as experiências de vida e de fé daqueles que hoje estão na linha da frente de um processo histórico de mudança, crítico para a Igreja, fonte de expectativas quanto ao reforço do seu papel junto dos crentes e de toda a sociedade em geral. Nem todos terão sido tão assertivos como dois dos bispos entrevistados, que claramente afirmaram «*É o problema mais grave que a Igreja vive há oito séculos*» (B12), «*tão grave como o da Inquisição*» (B4). Contudo, e de forma direta ou genérica, nenhum desvalorizou o problema dos abusos sexuais na Igreja Católica.

Em que famílias crescem e encontram a fé estes e estas dirigentes? Que trajetória formativa os/as marca? Como caracterizam as dioceses que tutelam ou a ação da sua congregação? Qual o seu entendimento da relevância do problema dos abusos sexuais na Igreja portuguesa? Que experiência possuem de contacto direto com casos de abusos sexuais de menores, praticados por pessoas, consagradas ou leigas, ligadas à Igreja Católica portuguesa? O que pensavam, então, do trabalho da Comissão Independente. Eis as questões que inspiram os próximos pontos.

6.1. «A fé vem do berço»

A fé, para estas pessoas, é um pilar estruturante da sua própria socialização familiar. Nascem em famílias católicas praticantes, não só no sentido dos rituais comunitários (missa aos domingos ou diária; frequência da catequese; realização de primeiras comunhões, profissões de fé, crismas; participação nas festas religiosas, como Páscoa e Natal, «o mês de Maria»), como também no dos rituais domésticos (ex.: oração do terço, oração antes e depois da refeição). «*Deus fazia parte da família*», sublinhou SG3, M. Há, portanto, um natural ambiente externo que desde os primeiros anos de vida modela de forma contínua a relação de cada um com Deus e a Igreja, favorecendo a construção de personalidades assentes em referências e modelos sólidos que, nestes aspetos, são inquestionáveis.

As expressões utilizadas para descrever a naturalidade e identidade desta mesma fé, que representa sobretudo o facto de estar incrustada no quotidiano e nos valores da família de pertença, são tão primordiais quanto reveladoras: «*vem com o leite materno, nasce-se nela*».

Era uma respiração fundamental. (B13)

Quase genético. (B8)

A fé? Nasci nela. (...) conheci Jesus muito cedo. (B5)

Desde o ventre materno. (SG8, F)

Quando dava de mamar aos bebés, a Mãe fazia o sinal da cruz com a mãozinha. (B15)

A fé bebe-se com o leite materno. (B19)

Comecei a falar, a ser eu, e comecei a ser cristão ao mesmo tempo. (SG5, M)

Bebemos a fé como o leite materno. (B9)

A fé sempre presente... desde o berço. (SG2, M)

A fé surge, assim, como um alimento espiritual, integrada nas relações com a Igreja e na ligação com os outros, na família e na comunidade, como uma forma de leitura da ordem do mundo. Inicia-se depois um percurso de crescimento, de aprendizagem, de treino «na relação com Deus» (SG9, F), praticados dentro e fora de casa. «Ao despertar para a vida fui crescendo na consciência e educado na fé, na oração, nos ritos, nos valores familiares» (B3). Foi como «seguir as pisadas naturais», um deslizar contínuo, pacífico, entre etapas distintas. Outros referem uma construção exigente, com encontros e desencontros. É o caso de B9: «comecei a assumir lentamente a fé, a pensar pela própria cabeça. Houve momentos de entusiasmo, momentos de crise — sobretudo de pertença à Igreja, não de fé».

O exemplo da mãe e do pai em casa é decisivo. É nessas figuras de referência e de identidade que os alicerces estão claramente assentes. A fé incute-se através de práticas e rotinas concretas no seio da vida familiar. SG9, F frequentava com eles a missa e todos os dias rezavam o terço em casa. «O pai tinha uma relação direta com Deus e passou-nos a todos... ninguém se deitava sem agradecer o dia». O mesmo sucedeu com SG8, F, mas sobretudo pela mão da mãe: «os meus pais eram pessoas simples mas com muita fé. Uma fé vivida muito naturalmente e pouco beata... a minha mãe ensinava a rezar, sentada connosco, a ler a palavra de Deus». Deus é pois uma palavra de relação, partilha, numa representação de segurança e conforto, imagem forte a quem se recorre diariamente, numa atitude de reconforto perante as graças obtidas.

Destoando um pouco da generalidade das narrativas, SG7, M responde, com humor, à pergunta de partida sobre como descobriu a fé: «A fé é que me descobriu!». Nasce numa família cristã, crente, crítica, onde a fé era «discutida e óbvia» e implicava «opções claras de todos pela justiça social». O «pai puxava» por eles «com perguntas sobre religião. Tínhamos de responder porquê, tínhamos de dar resposta porque fazia parte das nossas vidas». A fé aqui representa uma asserção mais ampla: embora assente numa certeza fundadora (a existência de Deus), o seu reforço obtém-se através de diálogos adversativos, onde a pergunta confrontativa era apresentada aos filhos pelo pai. SG5, M, por seu turno, insiste na ideia de «construção da fé». Nasce numa família cristã onde, desde pequeno, a fé é «quase natural». Mas aprendeu, depois, «a peregrinar na fé... fui aprendendo a fé, como uma relação que precisa de ser cultivada. A fé é dinâmica, é como uma relação com encontros e desencontros; exige cuidado». Não hesita em afirmar: «Vacilei tantas vezes».

Eis, portanto, um ponto de partida comum a homens, bispos diocesanos e a superiores e superiores gerais de institutos religiosos: a família, quase sempre biparental (excetuam-se alguns casos de famílias temporariamente monoparentais devido à emigração do pai), envolvida numa teia comunitária densa onde a igreja ocupa um lugar central, é o lugar primeiro da transmissão da fé. Os passos formativos seguintes dão-se para os rapazes, regra geral, naquilo que Goffman (em 1961) cunhou como «instituição total». O seminário onde, mais ou menos afastados do mundo exterior por um período longo, vivem uma vida comunitária austera, com regras explícitas, regulamentadas e disciplina, e onde as relações de poder entre padres e seminaristas são claras e de sentido unívoco, um mundo exclusivamente de referências masculinas. Apenas uma estreita franja foge a este modelo de socialização predominante entre os homens, aproximando-se das religiosas: faz estudos em escolas ou colégios, públicos ou privados, como

quaisquer outras crianças e jovens e, só na idade adulta, toma a decisão de enveredar por uma vida religiosa.

6.2. O seminário

A trajetória mais frequente dos atuais bispos diocesanos é a entrada, entre os 7 e os 12 anos, num seminário menor. Muitas vezes, esta era a única oportunidade apresentada como forma de continuar os estudos, pelo que nem sempre nela estava implícita uma vocação precoce. «*Se for a vontade de Deus, logo se vê*», dizia-se. Nos anos 50, 60 e 70, cada um destes seminários abrangia, em regime de internato, uma população de dezenas, às vezes centenas de rapazes cujas famílias investiam, dessa maneira, na sua escolarização e eventualmente na sua carreira vocacional profissional. No País pobre da ditadura, onde os indicadores de analfabetismo são confrangedores, é a ambição de «*dar estudos aos filhos*» que leva os pais a optarem por esta alternativa. O caso de B19 ilustra bem este percurso: nascido numa aldeia transmontana à beira do rio Douro, numa família de agricultores de subsistência, é o mais novo de seis irmãos. Será o único que «*teve a possibilidade de estudar depois da 4.^a classe*»: é a professora primária, que notou nele grandes capacidades, que o inscreve no seminário.

Destes grupos de crianças que então entram anualmente em cada seminário, apenas uma pequena parte seguirá a via sacerdotal ou religiosa. «*Éramos ao todo uns 70-80 alunos no seminário. No meu ano, na década de 70, entraram 25 rapazes, só dois foram ordenados*». «*Éramos muitos: 200 alunos, 10 padres*». «*Entrei aos 12, éramos 400 internos*». «*Éramos 150 rapazes*». O contraste que muitos dos entrevistados descrevem existir com a vida anterior é notável, reiterando traços de uma organização rígida de comportamentos seculares, onde a ordem e a obediência estavam com certeza omnipresentes: «*Era tudo muito marcado, o dia intenso*» (B11). «*Fazíamos fila desde que acordávamos até que nos deitávamos... hoje era impossível*».

Os seminários referidos nas entrevistas:

Seminário de Almada, Seminário de Monfortinho, Seminário de Santa Joana Princesa—Aveiro, Seminário de Vila Real, Seminário Diocesano de Leiria, Seminário Diocesano de Lisboa, Seminário Diocesano do Funchal, Seminário dos Missionários Claretianos —Carvalhos, Vila Nova de Gaia, Seminário dos Olivais, Seminário Maior de Angra, Seminário Maior de Braga, Seminário Maior de Bragança, Seminário Maior de Évora, Seminário Maior do Porto, Seminário Médio de Coimbra, Seminário Menor de Braga, Seminário Menor de Figueira da Foz, Seminário Menor de Resende, Seminário Menor de Vinhais, Seminário Menor de Viseu, Seminário Menor do Fundão, Seminário Menor do Porto, Seminário Nossa Senhora de Fátima, Seminário Poiares da Régua

Concentrados num espaço, geralmente amplo e austero, sujeitos a um quotidiano comunitário de disciplina e inteiramente preenchido por atividades cronometradas (oração, estudo, práticas desportivas e culturais, leitura, lazer, tempos de refeição, recolhimento e sono), vigiados por uma equipa de adultos («*os padres*»), os sacerdotes confessam terem sido felizes, em criança, no seminário (por vezes designado paradoxalmente por uma alcunha — caso da *Tamanca*, ou do *Vietname*). Apesar dos

castigos muitas vezes aplicados aos que «*transgridem as regras*», as narrativas sublinham essa «*felicidade*» e mais do que um dos entrevistados referiu a *Manhã Submersa* de Virgílio Ferreira como contraexemplo:

Fui feliz no seminário. (B16)

Tenho tudo para ser traumatizado, mas não me deu para isso! (B15)

Fui muito feliz... Nunca me traumatizou. (B18)

Que felicidade possível de imaginar nas experiências infantis destes sacerdotes de hoje, crianças na altura? Certamente a equivalente a um espaço afetivo de acolhimento, partilha (aí se fizeram, por vezes, entre os rapazes «*amigos para a vida*»), assegurando meios básicos de que não raro eram privados nas famílias de origem, organizado e previsível enquanto meio contentor orientado para determinados fins.

Para muitos, a entrada no seminário representou um corte brutal com o passado familiar, com as ligações emocionais de referência, num momento de vida hoje considerado precoce, depois descrito como ultrapassado. Conta B13: «*O momento mais marcante da minha vida foi deixar os meus pais aos 10 anos e ir para o seminário*», onde viviam 200 alunos e 10 padres. A disciplina era severa — «*aprendi a guardar silêncio, a calar-me à noite*». «*Mas não me portei sempre bem (...) — não andava na forma, bata mal ordenada, não usava gravata... Mas fui feliz*». Para B3, esse corte foi também doloroso: entra no seminário «*aos 11 anos mas tem as aulas no liceu... fui feliz? Fui, dentro das limitações. Chorávamos com saudades dos Pais*». Também para B19, a experiência no seminário menor podia ter sido de uma violência emocional muito grande se não fosse a proximidade de uma irmã e um cunhado «*e o facto de os padres serem italianos, verdadeiramente humanos e compreensivos*».

O dia a dia é contado por muitos dos entrevistados como sendo vivido num ambiente «*tranquilo*», numa «*sociedade organizada*». O ensino era «*exigente e de muita qualidade*». E a disciplina férrea. Mas não surgem nas suas narrativas relatos de violência física ou castigos severos sobre os seminaristas ou, muito menos, de contactos sexuais impróprios. «*Não havia nada disso*». É uma constatação que contrasta com os resultados obtidos na amostra — onde, como notámos, e justamente nessas décadas, o seminário é um dos lugares de maior risco de abuso de crianças do sexo masculino.

Apesar de tudo, surgem referências sugestivas a certas regras de controlo de comportamentos entre rapazes (mas não entre adultos e crianças). Os padres evitavam a formação de grupos de dois amigos e quaisquer «*amizades especiais*» entre alunos eram fortemente vigiadas, num código implícito aparentemente vigilante de afetos entre rapazes ou da própria sexualidade. Também nos dormitórios não eram permitidos «*comportamentos inapropriados*».

Alguns excertos de entrevistas ilustram o quotidiano no seminário:

B15 descreve, com algum humor, o seu dia a dia cronometrado. «*Às 6h30 começava o dia. Higiene e todos em fila. Capela. 1h e meia de orações da manhã. Missa, Ação de Graças. Depois da última, tocava a campainha e começavam a salivar. 8h pequeno-almoço. Silêncio com a oração. Sala de estudo, preparação de aulas. 9h aulas. 10-10h30 só aí podia falar! (...) A sociedade era toda assim. Aulas à tarde. Estudo 2h. Cento e tal no dormitório. Ao mínimo deslizar, levavam uma chapada. “Mão ligeira”*». Apesar deste regime, os encarregados

encorajavam «a fazer coisas», «a aprender coisas. E depois, havia a Biblioteca... lia muito, lia».

Já B11 constatava: «Chegava ao fim do dia cansado (...). Às quartas e domingos podíamos sair; íamos a casa nas férias do Natal, Páscoa e verão (...) tinha muitos colegas e atividades culturais organizadas. Discutia-se, escrevia-se à família». E confessa: «Hoje seria impossível! (...) Mas ali fui feliz e fiz muitas amizades».

Pouco depois da 4.^a classe, aos 11 anos, B8 tomou a decisão de continuar estudos no seminário próximo de casa. Eram 150 rapazes. A vida estava perfeitamente programada, com horários e funções distribuídas... «tocar sineta, servir à mesa». Os professores eram todos padres e residiam com os alunos no seminário de três andares. Dormiam em camaratas, algumas grandes, com 30 rapazes. Os padres dormiam por perto, resguardados por um biombo. As vivências acontecem em espaço comum, sem grande intimidade ou privacidade, favorecendo a desvalorização da singularidade em face da integração em comunidade.

B1 retrata um quotidiano semelhante, com tempos e atividades predefinidas, diariamente repetidas. «às 7h00 levantar e correr; lavados; pequeno-almoço; aulas; 4h30-5h30 recreio; 5h30-7h30 estudo; 7h30 missa; 8h00 jantar; 8h30-9h30 recreio, pequenos teatros, mas a minha paixão era a leitura, não via telenovelas; 9h30 oração da noite e terço; deitar nas camaratas; luz apagada (...) era impensável fazer barulho. (...) se se portassem mal, iam de castigo de joelhos no corredor». O silêncio imposto representa outro sinal da contenção, da impossibilidade de sair da norma e também, de certo modo, de ser ainda criança.

B17, de uma geração mais jovem, destaca-se dos colegas por ter vivido uma experiência de seminário que caracteriza como «mais aberta, democrática e plural», certamente associada ao pós-Concílio Vaticano II. Aos 12 anos, entra com outros «cerca de 20-30 meninos» num seminário menor de uma grande cidade do País, com 200 alunos. «Era novo, estilo anos 60». «Havia muita abertura, até política... era muito saudável, ensino muito bom, nos exames públicos conseguíamos notas excelentes (...) tínhamos teatro, literatura, desporto». Não havia castigos físicos. Por exemplo, o chefe de turma era escolhido por eleição de colegas. Lembra-se inclusivamente de um movimento de protesto que liderou: «No 4.º/5.º ano, numa aula, um professor puxa a orelha a um colega e faz sangue». No dia seguinte liderou uma greve «e o problema foi imediatamente corrigido». Os alunos do seminário iam depois para a secundária. Aí, encontrou de tudo: «desde a UEC até ao Opus Dei». «Permitiu-me perceber muitas coisas».

Os superiores gerais, homens, passam por uma formação de tipo semelhante, em seminários da própria congregação. Das suas narrativas depreende-se inequivocamente o modelo disciplinar, com controlo e vigilância, mas também o sentimento de «felicidade», não raro «abertura» de quem por lá passou. Nas gerações mais novas, aliás, as aulas aconteciam em escolas públicas ou colégios privados (da congregação), funcionando o seminário como local de residência. Eis duas descrições, a primeira das

quais se refere a esse modelo mais aberto ao outro enquanto membro de uma sociedade plural, enquanto a segunda tende a ilustrar o modelo de fechamento ao exterior:

SG5, M recorda que as aulas eram fora, só às 5h30 regressava ao seminário, onde permaneceria até ao 11.º ano. Sentiu o corte com a família: ia uma vez por mês a casa e nas férias. «*O ambiente era bom, fui muito feliz, era apoiado pelas equipas formadoras, várias*». «*Vinha muita gente de fora*». O que o deslumbra? «*Alegria, entrega, cultura, fé, proximidade*».

Ligeiramente mais novo, os pais de SG2, M viram no seminário uma «*oportunidade para estudar. Era outro tempo*». «*Muito rigor, muita disciplina, horas todas marcadas*». Sentiu que os amigos o olhavam «*com pena*»: «*está no seminário, é um rapaz do seminário... como se estivesse num mundo à parte, do outro lado*». E foi tendo dúvidas até à tomada de decisão: «*porque é que Deus olharia para mim?*».

Se os padres diocesanos prosseguem depois para um seminário maior, onde, muitas vezes, e com a frequência de um curso de Teologia, ao fim de cinco anos são ordenados, já os membros das congregações religiosas seguem um percurso mais longo e cadenciado de formação. Haverá certamente diversidade, mas, entre os entrevistados masculinos, foi-nos descrito por dois deles um percurso multietápico: um ano de noviciado, ao fim do qual fazem uma primeira «*profissão religiosa*» — que vai sendo renovada durante seis a nove anos — e finalmente os «*votos perpétuos*», o «*Sim definitivo*», em que professam os votos de castidade, pobreza e obediência. «*É como se fosse o dia do nosso casamento. Casar com a Igreja. Para sempre. Por esse amor renuncia-se a tudo o resto*» (SG12, M).

SG7, M argumenta que a opção da ordem que tutela, mesmo num contexto de «*falta de sacerdotes*», é a de formar os seminaristas «*devagarinho e bem*», através de um percurso de grande exigência e procura espirituais: é preciso «*encontrar-se a si próprio, permitindo assim encontrar a vontade de Deus na sua vida*». Entrando no seminário da Ordem perto dos 30, ele próprio fez durante dois anos o noviciado numa casa de formação no País, num «*ambiente fechado e muito espiritual*». Depois disso, praticou serviços em hospitais, experiências que o fazem sentir-se «*pobre e vulnerável*». Seguem-se estudos de Teologia numa universidade portuguesa, trabalha em missões em bairros das periferias e centros universitários e frequenta um doutoramento internacional. Oito anos mais tarde, é ordenado sacerdote.

No caso das mulheres religiosas entrevistadas, para as quais não houve seminário menor, é este também o caminho. SG8, F decide aos 17 anos e meio seguir votos religiosos para freira, conseguindo a autorização do pai, que resistia à ideia e lhe pedia expressamente «*não vás*». Tinha interiormente «*um fascínio pelo campo espiritual*» e, portanto, manteve-se firme na sua decisão. Faz o postulante (um ano), seguido do «*noviciado*», que pressupõe já um vínculo à instituição e que se traduz numa «*profissão simples*», realizada apenas entre irmãs. Segue-se o «*juniorizado*», um tempo entre seis e nove anos, ao fim dos quais se faz o compromisso definitivo, «*os votos perpétuos*». Estudou entretanto a Bíblia, a vida religiosa, os objetivos e missões da congregação, e foi fazendo experiências de terreno ligadas às atividades específicas da Ordem.

Por sua vez, SG4, F entra na Congregação aos 18 anos, para o aspirantado (aproximadamente um ano), a que se sucede o postulanteado (outro ano). Ao fim de dois anos de noviciado fez os primeiros votos, uma cerimônia pública em que a noviça é apresentada publicamente, e em que se emite já votos de obediência e, implicitamente, de castidade e pobreza. Torna-se então uma professa, caminhada que se faz entre de um a nove anos. «*Para mim, foram seis anos*». No fim, votos perpétuos até à morte. «*É nessa altura que se recebe a aliança*» — símbolo da união e do casamento com Deus.

Vale a pena sublinhar, na amostra, o caso de três bispos diocesanos e três superiores gerais que apenas em adulto tomaram a decisão de seguir uma vocação religiosa e, portanto, não passam na infância por esta experiência de instituição total. Quatro deles, aliás, pertencem à estreita franja de entrevistados com origens sociais mais favorecidas, o que ilustra, *a contrario*, a importância que os seminários menores desempenham na formação escolar das gerações de jovens provenientes de famílias economicamente mais frágeis.

6.3. A vocação

Tivemos igualmente ocasião de abordar nas entrevistas a questão do surgimento da vocação; para além da fé aprendida em casa e depois discernida no seminário, quando e como surge a vocação para tornar-se sacerdote ou religioso/religiosa?

Para alguns, tratou-se de um desejo, em abstrato, que existia desde sempre. B4, nascido numa família minhota, afirma perentoriamente: «*Desde que me conheço quero ser padre! Quando me perguntavam o que queria ser quando fosse grande respondia... Padre!*». Outros sentem «*o chamamento*» (B2, B7), muitas vezes imposto à família. Aos 10 anos, contra a vontade dos pais, B7 apanha sozinho o comboio para o seminário, bem distante de casa: «*reconhecia os nomes das estações pelo que aprendia na escola... não há força humana que ponha isto a andar. Para mim, foi Deus!*». Caso único, estamos aqui perante uma fuga ativa do meio familiar, na procura idealizada de um mundo melhor, símbolo não só do corte com o atual (e passado), mas eventual esperança num futuro diferente. SG4, F reconhece que «*foi a vontade de Deus por uma opção mais radical... se essa é a vontade de Deus, que se faça*».

Muitos já provêm de famílias com vocações religiosas ou referem explicitamente o papel inspirador de figuras de referência cujo exemplo os levou ao sacerdócio ou à vida consagrada. No caso de B11 e B16, é reconhecida a influência dos párocos locais: «*desde pequeno queria ser como o senhor prior*»; «*tinha o dom de nos transmitir a sua confiança em Deus*». No caso de duas religiosas, com participação muita intensa na vida paroquial das suas comunidades de origem, o papel local de freiras da sua futura congregação foi decisivo. SG8, F conheceu nessas atividades uma Irmã catequista cujos passos virá a seguir: «*era uma missionária nata: contava-lhes histórias fascinantes*». Uma terceira, SG10, F, nascida numa família numerosa, com duas irmãs já religiosas, interrogou-se sobre a sua vocação aos 17 anos: casar ou ser religiosa? A mãe contrariou-a: «*Já lá estão duas, não vai mais ninguém!*». «*Será que a minha Mãe tem razão ou não?*». Dois anos passam, ela sem coragem de voltar a falar do assunto, mas a mãe finalmente anuiu: «*se é mesmo isso que queres, deixa!*». As três ficaram na mesma congregação. Já para SG4, F, a importância dos milagres de Fátima, muito presentes no quotidiano familiar — «*o meu avô paterno esteve presente no milagre do Sol e isso*

marcou-nos a todos muito» — e a própria figura de Nossa Senhora de Fátima — indicaram-lhe o caminho: *«quando eu for grande quero ser como aquela Senhora»*. O mesmo diria B1 cuja tia era amiga da *«vidente Lúcia»* e, com ela, assistiu a uma das aparições: *«Nossa Senhora era uma pessoa da família»*.

Acontecimentos traumáticos nas vidas pessoais ou o contacto muito próximo com o sofrimento (próprio ou dos outros) constituíram também pontos de viragem decisivos no curso de vida. No caso de B10, a morte prematura do Pai consolidou a sua vocação. Num frio e ventoso mês de janeiro da década de 70, B1 é apanhado pelas chamas da fogueira que acenderam no recreio da escola; ficou progressivamente sem conseguir andar com a perna queimada. Sucedem-se cirurgias, tratamentos e um enorme sofrimento físico e emocional. Conta que rezava o terço e trazia na alma uma confiança em alguém que não a ciência ou os médicos: foi essa fé que o salvou e lhe permitiu recuperar o andar. No caso de SG6, F, o seu processo vocacional começa aos 22 anos. Sempre frequentara a igreja, mas sem grande intervenção. Faz um estágio entre doentes mentais e é aí que decide ir para religiosa. *«Deus falou através dos doentes. Deus encarna e revela-se no sofrimento. Foi uma decisão tardia mas curiosamente sem dúvida»*.

A própria experiência do seminário para onde se entrara para estudar pode ser o fator decisivo na tomada de decisão. B6 confessa ter *«achado piada à disciplina, ao estudo, à organização da casa»* e isso deu-lhe o desejo de ser padre.

A importância dos movimentos associativos juvenis, dos encontros e experiências em comunidades de jovens é também referida por três entrevistados. Para B5, foi marcante a experiência de escutismo (os acampamentos, privilegiar o saber fazer sobre as *«conferências moralizantes»*, o trabalho em conjunto, a relação com a natureza) e a participação ativa, durante os tempos da faculdade, na Juventude Universitária Católica. Estabelecendo um paralelo com as próximas Jornadas Mundiais da Juventude de 2023, evoca o Encontro da JEC de todo o País, em maio de 1963, em Lisboa, sob o lema *«Os Jovens escolhem Deus»*. *«Dezenas de milhares, com archotes a descer as colinas de Lisboa»*. *«Foi uma experiência marcante. Alimenta a vida»*. Aqui se nota a importância da identificação com o grupo e, através dele, com uma *«causa»*, um sentido *«de»* e *«para»* a vida.

Para SG7, M, a questão vocacional nasce *«mais pelo aspeto social»*. Aos 20 anos entra num grupo de Irmãs de uma congregação religiosa e dá apoio a um bairro social, um fim de semana por mês. *«Ação social, visitar as famílias, atividades para ajudar os miúdos»*. A esta componente prática e próxima do outro que é frágil e sofre, juntava-se também a componente espiritual: oração da manhã, oração da noite, *«avaliação espiritual das coisas»*. A partir daí, com um grupo de amigos, parte para um trabalho em favelas do Brasil durante as férias de verão. *«Estive muito tempo a dizer que não, a fugir de Deus. Depois, torna-se uma questão insuportável e incontornável (...) Entrei no seminário por exaustão!»* — desabafa, numa expressão da existência de um conflito interior em que naturalmente a escolha recebe certezas que as dúvidas alimentam.

Aos 17-18 anos, SG9, F decide acompanhar as jovens da terra a um encontro na cidade mais próxima; regressou com o desejo de ser freira, missionária em África e aos 21 anos entrou para o Ordem... No início, foi difícil dizer aos Pais, que aliás já desconfiavam de alguma coisa pois *«trocava as festas pelos retiros»*. Para SG11, F, a experiência foi um pouco idêntica: aos 19 anos, desafiada por um rapaz por quem se tinha

apaixonado, decide ir a um encontro religioso de três dias, aproveitando uma ponte entre feriados. A sua vida mudou, mas noutro sentido: «*Foi o fascínio de ter encontrado a Jesus de Nazaré... descobri a pessoa de Jesus*». Só conseguiu entrar para a Ordem aos 21 anos, pois confrontou-se com a oposição frontal do Pai: «*foi de rachar*», sublinha, talvez por ser a única menina de três irmãos e porque entendia que «*tudo o que fosse padres e Igreja era do pior*». Eis-nos perante a afirmação de uma vocação individual contra a ideia e ordem familiar preestabelecidas.

A vontade de perseguir um sonho «*misto de fé e de aventura*» (B15) esteve na origem da decisão de outros. Trabalhar em missões, em locais distantes, revelou-se um atrativo muito forte, como conta SG5, M, que sonhava ser missionário em África. Nos testes psicotécnicos que realizou num verão perguntaram-lhe o que queria ser; respondeu: «*sacerdote, médico ou astronauta*». A partir daí, orientou-se e cresceu: «*queria ser missionário como o Indiana Jones*». Também SG9, F entra na congregação com o objetivo de ser «*missionária em África*», identificando-se com o espaço da aventura, do obstáculo e do desejo de testar e ultrapassar dificuldades. Para SG2, M, na base da sua decisão contou a vontade de fugir do mundo apertado em que vivia; com grande gosto pela leitura, pela ciência, orientou a vida no sentido de «*conhecer mais mundo*», isto é, da expansão do conhecimento de si e do outro.

A partir do momento em que deixam a família e o lugar de origem, quase sempre ainda em criança, a formação dos bispos diocesanos e religiosos portugueses fez-se, assim, em ambientes e circuitos institucionais fechados, inscritos em novas regras, ritmos muito bem definidos, com grande contenção das emoções e afetos orientados para um fim muito claro. São universos fortemente controlados, vividos apenas entre homens e rapazes. Apesar de poderem ter aulas em escolas ou colégios próximos, essas saídas tinham sempre um retorno ao seminário, onde decorria o resto do dia e o seu quotidiano privado — sempre organizado, protegido dos olhares de fora e vigiado. Mesmo a formação superior, mais tarde, ocorre maioritariamente no seio de estruturas da Igreja Católica, sobretudo no País, mas também com temporadas no estrangeiro (sobretudo Itália e Espanha, mais raramente nos Estados Unidos, França ou Alemanha). Quanto às mulheres religiosas entrevistadas, a sua entrada em comunidade acontece bem mais tarde no seu percurso de vida (a partir dos 17-18 anos) e a formação implica muitas vezes — facto que também acontece com os seus pares masculinos — períodos de experiência em terrenos sociais concretos.

6.4. Dioceses e carismas

Tenho cá uma horta «Laudato Si» que têm de vir conhecer! (B)

A Igreja em Portugal abrange hoje vinte dioceses e o Ordinariato Castrense, a Diocese das Forças Armadas e de Segurança (total: vinte e uma). Três delas (Setúbal, Bragança, Angra) estavam no momento das entrevistas em «sede vacante», isto é, não tinham qualquer bispo à sua frente. A diversidade entre elas é muito acentuada, tendo em conta os próprios terrenos, geográficos e sociais, em que se implantam e a história (mais ou menos longa) a que se associam. Os bispos entrevistados traçaram um retrato a várias dimensões desta rede de dioceses.

Há dioceses muito antigas (como Braga, Porto, Lisboa, Évora, por exemplo) e dioceses mais recentes (casos de Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real). Há dioceses de grande dimensão territorial (Évora, Beja, Portalegre-Castelo Branco) e outras mais pequenas (Setúbal, Viana e Leiria-Fátima). Há dioceses populosas (urbanas, ao longo do litoral, destacando-se a do Porto como a maior em população) e outras muito despovoadas (do interior rural). Há dioceses com muitos católicos praticantes (a Norte do Tejo, nas Regiões Autónomas) e outras onde este grupo é bem menos significativo («a Sul do Tejo»).

Sob o pano de fundo do fenómeno global de perda de vocações sacerdotais nas décadas pós-Vaticano II, existem dioceses em que se está «*com a corda na garganta*», lutando-se com grande falta de sacerdotes e um clero envelhecido: é o caso do Algarve e o de Portalegre-Castelo Branco. «*Desde que aqui estou ordenei quatro padres, fiz o funeral de cinquenta*», afirma um dos bispos entrevistados.

Mas há situações opostas. Como Aveiro, onde o bispo «*não se pode queixar em termos de sacerdotes*»: «*é das poucas dioceses que cresceu em população; as missas estão cheias e nenhum sacerdote tem mais de três paróquias*». Acontece o mesmo em Lamego: «*Graças a Deus não tenho falta de sacerdotes... Cobrem as necessidades pastorais da diocese*». Braga é considerada «*um paraíso no contexto nacional*», com os seus «*400 padres distribuídos por 522 paróquias*», reforçando a religiosidade de certas manchas do nosso País.

Há dioceses caracterizadas pelos entrevistados como «*estruturalmente católicas*», com níveis intensos de prática dominical, onde o «*catolicismo naturalizado*», as formas de religiosidade considerada «*tradicional e popular*», «*com muita piedade e devoção*» são significativas (casos de Bragança, Vila Real, Lamego, Funchal). Outras onde a religião, e sobretudo nos seus polos urbanos, é vivida como uma escolha individualizada, «*em que a mentalidade não passa pela profissão de fé católica*» (Coimbra, Porto, Lisboa). Nelas encontramos, nas comunidades de paroquianos, desde «*católicos liberais pró-aborto e pró-eutanásia*» até «*grupos de jovens fundamentalistas que acorrem a missas em latim*», onde «*as mulheres usam véu negro e as raparigas véu branco*» («*às vezes pergunto se não há véu bege!*», remata com humor um dos superiores gerais a propósito desses rituais). A Sul, em Portalegre-Castelo Branco, onde o cristianismo nunca esteve historicamente tão enraizado nas comunidades e na população, nota-se ainda uma diferença entre as paróquias do Alto Alentejo («*onde as pessoas não praticam mas são muito dedicadas e disponíveis*», «*ajudam e vivem a fé à sua maneira*») e as da Beira Baixa (onde as pessoas «*adoram*» mais). Há o Minho, onde «*se vai à missa porque é costume*», e o Alentejo, «*onde não vou à missa porque nunca fui*».

Há dioceses descritas como «*multiculturais*», que beneficiam com a abertura a «*outras culturas*» como se refere a propósito do Algarve, onde existe uma convivência com a fé anglicana, tendo em conta a importante comunidade residente de britânicos — à qual se empresta, de resto, as igrejas quando necessário. O Funchal, que acolhe não só residentes europeus, como mantém laços com a diáspora portuguesa na América. Ou Aveiro, onde, através da universidade e da pastoral universitária, envolvendo brasileiros, venezuelanos, ucranianos e timorenses, se dialoga em permanência com culturas religiosas diferentes. Também Lisboa, com o seu tecido urbano muito cosmopolita e altamente diversificado. E Coimbra, onde a influência secular da universidade marca a

diocese de uma forma considerada muito positiva, já que a pluralidade de pontos de vista, a cultura, *«implicam uma maior capacidade de aceitar os outros»*. Aliás, foi referido que a diocese se viu empobrecida com a saída das *«cabeças mais pensantes»*.

Instados a referir problemas com que se defrontam atualmente nas suas dioceses — para além de alguns já referidos anteriormente —, os bispos mostram um claro conhecimento criterioso e fundamentado das realidades sociais e culturais que se lhes associam. Desde a economia local (*«o fecho de indústrias que davam trabalho a tanta gente»*), a demografia (*«desertificação do interior e envelhecimento da população... não há crianças, não há futuro»*), até aos desafios morais dos nossos tempos — *«secularização, «descristianização», «indiferença religiosa que cresce todos os dias», «a perda do holismo e a individualização da fé», «muita ignorância religiosa, contentam-se com pouco», «divórcio entre a fé e a vida», «fragmentação familiar terrível», «os jovens não gostam de fazer sacrifícios», «hoje em dia não se educa, treina-se pessoas», «estamos em mudança, mudar é difícil»*. Não esquecendo as classes e as desigualdades sociais, as condições de vida predominantes (*«pobreza e exclusão social», «os pobres, os novos pobres, a precariedade»*).

Ao contrário dos bispos, as congregações religiosas e a Prelatura do Opus Dei não se associam a territórios delimitados na geografia portuguesa. O seu carisma traduz-se numa missão, dedicada a certas dimensões de intervenção social, inspiradas no Evangelho. Na nossa amostra privilegiámos, propositadamente, ordens religiosas que se relacionam com a infância, nomeadamente através da formação, educação e acolhimento institucional. Envolvem dezenas de colégios e escolas em todo o País, cobrindo os vários níveis de ensino (do pré-escolar ao universitário) mas, também, *ateliers* de tempos livres e clubes de jovens; destacam-se no apoio à evangelização dos mais novos (preparação para a catequese e outros sacramentos) e também em serviços prestados às crianças em risco social, doentes e portadoras de deficiência.

Os Missionários Claretianos, por exemplo, são *«filhos do coração de Maria... (...) o coração da Mãe põe-nos no coração dos filhos»*, *«ouvintes e servidores da Palavra»*. Para as religiosas da Congregação de Cluny, há que *«estar em toda a parte onde há bem a fazer e sofrimento a aliviar para que haja vida em abundância»*, *«o que fazer hoje e aqui? Estar onde é preciso»*. Para as irmãs do Amor de Deus, o *«carisma dá forma a toda a missão evangelizadora “Amor de Deus”, que se realiza a partir da valorização do mundo e da pessoa como obra do amor de Deus e tem como estilo e método a educação “por amor de Deus e para Deus”»*. Os Dominicanos empenham-se no *«estudo e a pregação, cuidada e fundamentada... é contemplar e oferecer o que se contempla aos outros... ir ao encontro dos outros»*. As Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Siena são *«cem por cento missionárias no sítio onde estão. Queremos estar junto daqueles sem vez e sem voz»*. As irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora sublinham no seu carisma a necessidade de *«tornar presente o espírito franciscano, através da união e da comunhão, é a razão de ser e de estar na Igreja e no mundo»*.

Já as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus elegem a *«doença mental»* como foco privilegiado da sua intervenção, área ainda tão esquecida perante os números que evidenciam o seu necessário reforço. Procurando trazer ao mundo *«a missão sanadora e salvífica de Jesus, preferencialmente em favor dos doentes mentais e deficientes físicos e psíquicos, com uma atenção especial aos mais pobres»*. Quanto aos Jesuítas, têm na sua génese inaciana o desafio de *«aprofundar a formação e o*

sentido da vida, compreender por dentro como se pode levar Deus aos outros... a espiritualidade é a fonte... procurar e encontrar a vontade de Deus em todas as coisas». Em virtude do seu carisma, os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus são «consagrados pela ação do Espírito Santo» e assim se tornam participantes do «amor misericordioso do Pai», em especial pelos mais fracos, os pobres, os doentes e os necessitados. Os Irmãos Salesianos de São João Bosco procuram seguir o «sistema preventivo» proposto pelo fundador: «*Estai com os jovens, evitai o pecado pela razão, religião e amabilidade. Tornai-vos santos, educadores de santos. Os nossos jovens sintam que são amados*».

Entre os Maristas, são também a educação e a evangelização dos jovens que constituem a sua principal missão: proteger e acompanhar dentro e fora das aulas, participantes do seu compromisso para a transformação social. Considerando-se «*enviada por Jesus a todas as gentes*», a Família Verbum Dei pretende formar apóstolos através da palavra de Deus, da oração, do testemunho de vida e do ministério da palavra — trata-se de «*dar-te o futuro de pessoa*». O Opus Dei não é uma congregação, mas uma prelatura pessoal, em que os fiéis correntes, todos os batizados (independentemente do seu estatuto na Igreja), tendo consciência de uma vocação, vivem a proximidade com Deus no seu quotidiano — na família, no trabalho, na oração e no sacrifício, nomeadamente.

Depois desta breve descrição, apercebemo-nos da quantidade de dimensões da realidade e do quotidiano que bispos e superiores e superioras gerais tocam no seu dia a dia. As redes de conhecimento e intervenção sobre extensas franjas de população portuguesa — em particular, no caso de crianças e jovens, ao longo das etapas-chave da sua socialização escolar ou religiosa — é de destacar. Um grande número de colégios tutelados por estas congregações religiosas constitui-se como referências no sistema de ensino privado português, envolvendo milhares de professores, alunos e suas famílias. Surpreende, pois, como veremos mais adiante, a sua escassa experiência pessoal de contacto com casos de abuso sexual de crianças, nomeadamente os praticados por membros da Igreja Católica. Tomando em conta o que foi dito nas entrevistas, é uma realidade que lhes passou ao lado.

6.5. O problema dos abusos sexuais na Igreja Católica

Como valorizam, os entrevistados, a viragem histórica protagonizada pela Igreja Católica, nomeadamente a portuguesa, no modo de reconhecer o problema dos abusos sexuais de crianças praticados no seu seio? O que terá contribuído para o seu ganho de visibilidade institucional e para a proclamação de uma política de «tolerância zero» face a estes crimes? Desde o primeiro século depois de Cristo, é explícita na doutrina cristã a condenação veemente de atos sexuais com crianças, «o aproveitamento de uma criança para a satisfação dos desejos sexuais dos adultos», crimes, aliás punidos com as penas mais graves (Gomes, 2021, p. 30). As práticas assumidas no passado e agora comprovadamente factuais, vieram abalar estes princípios severos, mas raramente transpareceram para fora da própria Igreja. Pessoas vítimas e alegadas pessoas abusadoras foram silenciosos e/ou silenciados por eles mesmos ou superiores hierárquicos. Isso mesmo nos foi confirmado por alguns entrevistados: «*Havia um secretismo de todos. Uma condescendência. Depois... todos estremeçemos. Um abalo*»

(B5). Algo começa a mudar desde o início do milénio, mas sobretudo nas últimas décadas. Porquê agora?

Quase todos os entrevistados veem na ação dos Papas, desde João Paulo II até Francisco, mas particularmente deste, um elemento crucial para a viragem. A consciência de que a revelação destes crimes veio de cima, do topo da hierarquia, é quase unânime, tal como o presente desejo e a necessidade de os enfrentar. Para muitos outros, veio também de fora, através da comunicação social, da pressão da sociedade civil ou de contactos internacionais que estabeleceram em certas fases da sua vida. Curiosamente, dos discursos não se pode depreender que a consciência do problema tenha surgido no desempenho da sua função, de uma descoberta autónoma feita no terreno. Apesar de anos e anos do exercício do ministério, o novo olhar foi mais construído de fora para dentro, do que seguindo um movimento interno.

Há, de facto, um grupo significativo de entrevistados que destaca sem hesitação o papel e a força nova do Papa Francisco, afirmando, por exemplo: ele sim *«atacou de frente, os outros não sabiam como fazer»*. Para B19 *«foi depois de 2000 que tomou consciência, começou a falar-se mais e a assumir-se. Bento XVI não teve força nem apoio»* e por isso renunciou. Para B11, *«o Papa Francisco apanhou a caminhada desde Bento XVI»*. Já B10 comenta: *«com vergonha, há que aceitar o que está a acontecer. O nosso modelo é o Papa Francisco, que encara o problema de frente. Com Jesus, aprendemos que só a verdade liberta»*. Para B9, estamos perante uma viragem histórica: *«uma coisa a que se assistia na sombra, no silêncio, altamente prejudicial para as pessoas e para as instituições. Estamos num momento de verdade, de clarificação, de prática e vida diferentes. O passado tem de ser reparado»*. O movimento é da sociedade toda. Mas o Papa Francisco foi o grande motor, com uma *«destemida coragem»*. B15 sublinha de resto os obstáculos com que aquele luta com a sua nova abordagem do problema: *«a minha adesão ao programa do Papa Francisco é total. Mas há uma resistência grande e sistémica da Cúria Romana — não se sabia a dimensão do problema, as dimensões dramáticas do problema da vítima»*. B3 insiste igualmente no papel fundamental do Papa Francisco: *«até à eleição de Bento XVI a questão não tinha relevo... era tratada como deslize sexual, sem mais... a própria resignação de Bento XVI revela que não conseguia... venha outro lidar com isto... e é o Papa Francisco que toma o dossier como prioritário»*. O mesmo relevo lhe é dado por SG4, F: *«O Papa Francisco tem sido extraordinário. Amar a Deus sobre todas as coisas. Todos temos de dar as mãos e estar atentos na sociedade, na Igreja»*.

SG3, M confessa ter dificuldade ainda agora em compreender como estas situações gravíssimas puderam acontecer. *«Na Igreja?! O que é isto?!»*. Acrescentando: *«A primeira vítima é Deus Nosso Senhor que nos confiou um tesouro e a quem atraioámos. Consolai o vosso Deus... e depois há as vítimas propriamente ditas... o que fazer para as acompanhar?»*. É preciso conhecer a realidade, por mais dura que seja. *«São João Paulo II já tinha começado... e Bento XVI defende que só a verdade salva e começa a tomar medidas, as primeiras medidas (...)*. Mas *«o Papa Francisco toma a questão muito a sério... não há falinhas mansas... Não se sabia da gravidade... conhecia-se uma falha... depois outra... sem dúvida, há que reconhecer a falta de firmeza de algumas direções... talvez ligada a uma certa crise de autoridade da Igreja depois do Concílio do Vaticano II»*.

SG2, M começou a ficar atento ao problema com o caso do padre Frederico na Madeira. E as notícias começaram a surgir. Lê livros, começa a ficar com a sensação de que não é exagerado. *«Não se pode ficar pelo diz que diz. Tem de se conhecer. Descredibiliza o trabalho de todos nós, o papel da Igreja»*. Está em jogo um grande desafio, *«o de recuperar a credibilidade»*. Só o Papa Francisco *«teve a coragem de colocar um travão»*. SG6, F dá destaque ao ano de 2010, quando Bento XVI *«transfere a resolução destes casos da área canónica para a área civil (...) Mas é depois o Papa Francisco que dá lugar a quem o pertence, vítimas e abusadores»*.

Reconhecendo o papel da cúpula do Vaticano, há entrevistados que relevam o papel dos seus contactos internacionais na tomada de consciência do problema. Para B17, combinou-se uma experiência concreta com o papel decisivo do Papa Francisco. Estudava Filosofia em Roma, nos primeiros anos do novo milénio, quando rebentam as questões na América. Um amigo sacerdote conta-lhe na primeira pessoa os abusos que sofreu e aí tomou conhecimento da gravidade do problema. Quando vem nas férias a Portugal, *«não se falava disso, ninguém sabia... (...) aquilo é com eles, cá não há nada disso»*, afirma. Francisco introduz o mote decisivo: *«tolerância zero»*. *«Hoje seria diferente... mas antes era mudar padres de paróquia para atenuar o problema»*, sublinha, aludindo ao modelo clericalista então vigente.

O mesmo sucedeu com SG7, M. A combinação entre uma experiência internacional e a posição assertiva do Papa Francisco tiveram um impacto decisivo na sua consciencialização do problema. Aterra numa cidade americana para fazer o doutoramento, e *«apanha o ambiente de cortar à faca... todos os padres diocesanos estão sob ataque»*. Mesmo assim, interpretou o que se passava como um problema específico da Igreja norte-americana. Com Bento XVI começa a perceber que *«há um mundo subterrâneo»* que desconhecia, mas continuava a acreditar que *«os portugueses são diferentes»*. Com o Papa Francisco tudo muda. Percebi que era *«um problema global, estrutural, afetando a Igreja em todo o mundo»*. E sistémico, como revela a sua reação: *«o instinto de defesa da estrutura e da instituição sobrepôs-se a tudo o resto»*. E prossegue: *«abala e toca a estrutura da Igreja (por exemplo, a formação). A Igreja autodefende-se, esconde, encobre. Recusa-se a aceitar a vulnerabilidade.»* Interroga-se: *«como se tornou sistémico o encobrimento?!»*, referindo-se logo de seguida ao *«clericalismo, o pior pecado da Igreja»*, e lembrando, de qualquer modo, que este *«é um problema também laico»*.

B4 afirma, chocado e revelando uma identificação empática à posição da vulnerabilidade infantil: *«nunca pensei que houvesse uma coisa destas! (...) Tenho vergonha de ser homem. Uma criança dá-me o sentido de beleza, inocência e ternura (...)»*. Nas idas aos Estados Unidos ao longo do seu percurso universitário, confronta-se com o problema nos anos 90: *«Aí cai-me a conta... falava-se de 2% dos padres (...) uma podridão imensa que mancha a Igreja. Perante um horror tem de se atuar. É o único caminho: extorquir todas as metástases»*. Para si, *«é uma dor tremenda, mas isso é secundário; a dor das pessoas é que é muito dramática»*. Sugere que se construa uma *«frente cívica global que leve até às últimas exigências a carta dos direitos universais da criança»*.

O papel positivo da pressão da sociedade civil e da imprensa é sublinhado por uma estreita faixa de entrevistados. Um deles é B4, que afirma sem hesitar: *«o facto é que a Igreja não foi capaz de resolver o problema. O problema está a resolver-se com*

a ajuda da sociedade civil e dos jornalistas». Também B18 reconhece a importância das «notícias que foram chegando... fiquei alarmado, tomei consciência da gravidade do assunto. Isto nunca me passou pela cabeça, mas é uma vergonha... descredibiliza a Igreja, vai ser difícil limpar a nódoa. Agora é levar até ao fim».

Há quem procure, para além destas razões mais próximas, enquadrar a questão da nova visibilidade do abuso sexual em valores sociais sobre a criança e a infância que emergem nas sociedades contemporâneas. B11 insiste *«na maneira de pensar a sociedade hoje»*. Como explica B9, *«há uma nova representação da criança, um progresso cultural e civilizacional. A criança é uma pessoa integral»*. Também B15 relembra que *«hoje todo o sistema é completamente diferente... há uma evolução da humanidade... a noção de criança é nova... dantes era um pecado como outro qualquer. Confessava-se e estava a andar»*. No passado, *«a consciência das pessoas era outra»*. Havia uma *«complacência cultural, não se imaginava o sofrimento das crianças... a sociedade ignorava os efeitos dramáticos. Em boa hora a ciência veio esclarecer o que significava o sofrimento dos frágeis»*.

Durante este estudo, os discursos de dois bispos destacaram-se, porém, dos restantes. Não atribuem ao Papa Francisco o papel decisivo e pioneiro que os outros lhe reconhecem. Pelo contrário. B2 considera que nos anos 90 já existia o problema, muito antes da entrada em cena de Francisco. *«Não gosto de rótulos. Houve uma tentativa de setores tradicionais de ligar o Papa a casos de encobrimento»* no seu País de origem. Por isso esteve interessado *«em lançar esta campanha»*, na medida em que essa era uma maneira de repor a verdade sobre a sua ação como cardeal argentino. Aliás, *«tudo começou com João Paulo II e Bento XVI»*. B7 declara, por seu turno, não *«ter a mesma visão do Papa Francisco, que aliás já voltou atrás. Entrou demasiado depressa. Há brechas que se abriram e não havia necessidade»*. Elogia, pelo contrário, Bento XVI: *«nunca arriscou demasiado nesse assunto»*. Quanto à pedofilia, mantém uma visão mais prudente; *«há que atacar as coisas do ponto de vista certo. Se as premissas são viciadas... muito cuidado nas afirmações que se fazem... não gosto de confusões»*.

Um pouco na linha desta perspetiva mais cética, exclusivamente presente nos discursos de uma estreita minoria dos bispos entrevistados, nota-se por vezes a relativização do problema dos abusos sexuais na Igreja Católica portuguesa. Sai-se do que está verdadeiramente em jogo para apontar para temas laterais. Defende-se, por exemplo, que a viragem acontece em Portugal não porque a realidade o exige, mas porque se *«vai atrás dos outros»*: *«se acontece a todos, acontece a nós... são as notícias»* (B6). Desvia-se, também, a questão para outra, revelando um papel defensivo: *«e o abuso sexual na família?! Porque não se fala nisso?!»*. Surgem, também, discursos mais projetivos que responsabilizam o declínio moral das sociedades contemporâneas por estes comportamentos: *«problemas de fundo... o resto é panorama. Abrimos comportas em tudo o que seja liberdades sexuais... os problemas que se passam na sociedade passam para a Igreja»* (B13). E encontrámos, finalmente, entrevistados (B8) que parecem estar sobretudo preocupados com *«o dano moral que falsas acusações podem ter nos sacerdotes (...) tenho o clero acabrunhado que não tem culpas... sente-se uma chantagem sobre membros da Igreja: alguém que se quer vingar por não ter recebido um emprego faz uma denúncia imprópria. Imagina-se na pele dos sacerdotes e sobre os quais recaem suspeitas?!»*. Tudo se passa como se predominasse uma posição mais global persecutória sobre o próprio clero.

6.6. E no dia a dia? O conhecimento direto de abusos sexuais de crianças

Numa outra parte da entrevista, colocámos diretamente a questão a nível prático e pessoal, procurando saber: com quantos casos de abuso sexual de crianças, praticados por pessoas ligadas à Igreja Católica portuguesa, haviam contactado durante a sua longa vida pastoral? A resposta da maioria dos bispos foi dizer que nunca lidaram com casos deste tipo. Apenas oito bispos referenciaram, no total, treze casos do seu próprio conhecimento e, curiosamente, apenas a partir do momento em que se tornaram bispos (nunca como párocos ou simples sacerdotes) e bispos da atual diocese — portanto, com processos pendentes que vêm do seu antecessor.

Ilustramos, a seguir, as respostas mais frequentes, as quais, aliás, destoavam dos testemunhos já recolhidos ou mesmo de factos que, entretanto, vieram a público na comunicação social. Como se entre o conceito abstrato (o abuso sexual de crianças) e o seu real acontecimento em solo seu conhecido, se estabelecesse uma clara distância defensiva. Sendo manifestamente difícil defenderem perante membros da Comissão que «o problema não existia», resguardaram-se em posições defensivas do tipo «existe, mas não comigo» ou, eventualmente «se comigo (isto é, nalguma diocese por onde tenha passado), nunca fui informado».

Nunca lidei com nenhum caso de abuso sexual de crianças. Nunca. Nem em seminários. (B8)

Não conheço nenhum caso (...) no meu tempo não havia... na minha geração não vejo nenhum colega. (B6)

Nem como bispo em X nem em Y alguma vez tive uma denúncia de abuso sexual contra crianças. (B3)

Não tenho conhecimento. Diretamente nunca lidei com nenhum caso, a não ser agora nesta diocese. Indiretamente, sim. Tenho conhecimento de falatório, diz que diz, sacerdotes jovens da paróquia. (...) Quanto ao padre (julgado e preso), a sensação é que ele foi injustamente castigado (...) confesso que tenho mais em que pensar. (B2)

No seminário o assunto de abusos sexuais não era falado. Nem sequer «ruidinho». Andavam sempre em grupo, o que dificultava qualquer abordagem. Os padres nunca falavam individualmente com os alunos. (B16)

Houve também alguns superiores gerais que sublinharam exatamente o mesmo aparente desconhecimento. Como a resposta de SG10, F permite ilustrar:

Não conheço na congregação ninguém vítima de abuso sexual. Falava-se, não é novo para mim. Mas muito vago, não aprofundava polémicas. Nunca tive casos concretos por perto.

Mas nem todos os entrevistados mostraram esse alheamento sobre a realidade concreta do tema. «Acho muito estranho que lhe digam que nunca contactaram com casos de abusos sexuais», comenta aliás um dos bispos (B10) que claramente assumiu que já contactara com situações de abuso sexual de crianças, praticados por membros da Igreja. Não foi o único. B19 esclarece que «lidou com um caso ou outro não explícitos;

havia reuniões mas saía-se delas com o sentimento de que havia um problema, mas não se sabia como lidar»; tem presentemente em mãos uma denúncia que teve, aliás, repercussão mediática. Já B17 declara com naturalidade: «como bispo, tenho vários assuntos em cima da mesa, entre os quais uma queixa contra uma pessoa». Inteira-se e dá seguimento ao caso. «Antes de ter aqui chegado, houve casos que foram resolvidos», esclarece-nos.

Como pároco ou padre, B11 nunca teve *«conhecimento de denúncias»*. E colocando ao mesmo nível realidades distintas e dissociadas, prossegue: *«Nada de nada. Nem homossexualidade, nem pedofilia nos seminários e nas paróquias»*. Agora, como bispo, *«já tive de lidar com determinados problemas, que seguiram a via judicial»*. Foi também só como bispo que B4 teve conhecimento de casos em colégios religiosos da sua diocese, ambos com seguimento judicial. B15 não hesita em responder que, ao longo da sua vida, teve contacto *«com casos destes»*, fazendo questão de lembrar que *«também há casos falsos»*. B5 confere: *«Passei por muitos sítios. Nunca eu nem os meus colegas tiveram consciência. Nunca apareceu... como bispo, um ou outro caso (...) Todos eles tiveram seguimento, alguns para tribunal*. Um último exemplo ilustra o facto de que é o bispado, mais do que o sacerdócio a nível local, que traz o conhecimento destes crimes. B12 explica: *«Nunca contactei... não passava pela minha imaginação que isto fosse possível. Se se fez um percurso vocacional não se percebe como acontece»*. E prossegue: *«Nem na minha aldeia, nem em X, nem no seminário, nunca! Nas paróquias, durante 22 anos, sempre em equipa, a trabalhar com mais novos. Nunca tive problema»*. Até como bispo auxiliar *«nunca tive problema com padres...»*. Só agora, como bispo diocesano, lhe chega um caso às mãos, vindo do seu antecessor: *«foi condenado no civil e no canónico»*.

Os superiores e superiores gerais das congregações religiosas respondem, com mais frequência, ter lidado com casos de abuso contra crianças, sobretudo em instituições educativas, talvez por estarem mais diretamente no terreno e atentos a aspetos desta realidade. E alguns explicam, aliás, como foram criados nos últimos anos, nas escolas que tutelam, estruturas e processos de denúncia e acompanhamento de vítimas, com o apoio de equipas multidisciplinares de profissionais externos à congregação. Depois de ser ordenado padre, e se antes não lhe *«passava pela cabeça que havia abusos»*, SG5, M começou a ter contactos com casos. No ano 2000 sentiu os primeiros sinais na sua congregação: *«quando começam a aparecer casos e acontecem cada vez mais ao teu lado, nos colégios... quando essas coisas são apanhadas, são logo tratadas.»* SG9, F lidou com muitos casos de abuso sexual de meninas, *«dramáticos»*, mas não na Igreja e confessa-se *«muito sensível a este tema (...) as crianças sofrem imensíssimo»*. Que saiba, SG6, F não tem ninguém vítima de abuso sexual à sua guarda. Mas no passado, na década de 80-90 e mais tarde, em África (por volta de 2008), teve conhecimento direto do problema. Conta: *«Uma vez, em X, um padre gostava de passear os miúdos e eles iam muito nervosos. Falou-se disso e imediatamente a superiora falou ao bispo e o padre foi afastado (...)»*. Nas missões em África, *«falava-se muito mais mas não se atuava, não era uma coisa muito pública. Mas pelo que observava, suspeita ter havido comportamentos inapropriados... mas não se dava seguimento (...) Aqui em Portugal? A humanidade é toda idêntica. Não é porque não se vê que não existe»*. SG11, F declara ter conhecido *«casos de religiosas abusadas em crianças e adolescentes por padres... jovens, alguns, mas poucos»*.

6.7. O que dizem sobre a Comissão Independente?

O modo como encaram o problema dos abusos sexuais de crianças na Igreja e o contacto, mais ou menos direto, que tiveram com casos concretos, reflete-se nas considerações que os entrevistados tecem sobre a criação, pela própria Conferência Episcopal Portuguesa, da Comissão Independente. Todos, sem exceção, sublinham genericamente a importância deste passo e, no caso dos bispos diocesanos, o aval que lhe deram no âmbito das discussões no seio da Conferência Episcopal Portuguesa. Contudo, e através de pequenos comentários tecidos ao longo das entrevistas, descobre-se que a Igreja portuguesa não fala a uma só voz.

Historicamente, contam-nos que desde 2015 se começa a falar na criação de estruturas de escuta, acolhimento e acompanhamento de vítimas. As Comissões Diocesanas são criadas em 2019 e, após a pandemia, começa-se a perceber que «não estavam a funcionar», pois não lhes chegam casos. *«Um deserto (...) não podia ser assim»*. Numa assembleia de bispos, em novembro de 2021, é tomada a decisão de criação de uma Comissão de âmbito nacional, de fora da Igreja, com liberdade total, que assegurasse *«um nível de segurança às vítimas»*, pois a *«desconfiança no sistema era grande»*. Um pouco à semelhança da confissão, *«as pessoas querem ser ouvidas, mas não expostas»*. Ainda assim, reconhecem com realismo alguns, não é fácil: *«Sinto preocupação com as pessoas que não tiveram condições para desabafar em segurança esta condição (...) no Portugal profundo há pessoas que não querem falar de coisas que aconteceram há muito tempo. Arrumaram numa prateleira»*. O mesmo sublinha outro bispo: *«Quanto mais pequenas forem as comunidades, mais poder tem o padre. Não há médico, não há professor. A figura única de autoridade é o padre, e o presidente da Junta, se lá vive. Este ambiente não favorece a visibilidade»*.

Todos os bispos reunidos em assembleia queriam, assim, pôr a funcionar uma estrutura desse tipo, de tal maneira que *«as decisões foram tomadas por consenso»*. *«Mas alguns não tomaram consciência do que isso significava»*. É que, como exclamou B4, *«Lidar com a verdade queima!»*

Os mais entusiastas da criação da Comissão veem nela a possibilidade de a Igreja Católica retomar a confiança, severamente abalada com a revelação de casos de abuso. Assim se exprime B19: *«Vejo como uma possibilidade de a Igreja reconhecer as suas limitações. Uma boa decisão da CEP. Criar ambientes sadios para os pais nos confiarem os seus filhos. Felizmente se criou a Comissão Independente. A primeira a beneficiar é a Igreja!»*. O mesmo afirma B16: *«Vejo com muito bons olhos a criação da Comissão Independente. Peca por tardia»*.

Para muitos, com o Estudo que está a ser feito, pode-se encontrar a verdade e voltar a ganhar credibilidade. Isto é, *«construir a casa sobre a rocha»* (B11). Apesar de *«a verdade não ser fácil de atingir, pois é sempre um poliedro, feita de pequenos fragmentos, mas só a verdade liberta»* (B19). Eis alguns excertos que ilustram essa exigência:

Temos de nos purificar. Construir na verdade. Ser credíveis. (B11)

A decisão da CEP parece-me muito bem. Ainda bem que aconteceu! Agradecemos. É uma ajuda grande para olhar para esta situação sem medo e com vergonha (...) a descredibilidade neste momento é total... ora olhar de frente liberta e faz crescer. (SG5, M)

Tínhamos de fazer alguma coisa para que a Igreja tenha credibilidade, ter o rosto que deve ter, fazer o bem. Tem de se afirmar pela segurança, pela fidelidade a Deus, aos homens, à sociedade... não como comunidade de malfeitores. Não há volta a dar. (B12)

Foi uma decisão muito acertada a da CEP. É preciso sair de si e pensar no outro. A Igreja pode querer defender o seu bom nome. Mas para além disso tem de ir para o lado dos «sem voz». (SG6, F)

Vi a criação da Comissão Independente como uma graça para esclarecer e ver a situação dos abusos resolvida. De modo a melhorar o futuro. A pacificar. A viver em paz. (SG8, F)

Temos de colaborar com quem faz o bem. Rezo muito por vós. (SG4, F)

O trabalho da Comissão Independente? Um grande obrigado. (SG11, F)

Entre os bispos diocesanos, porém, o entusiasmo não é unânime, facto aliás expectável. Não quanto à criação da Comissão propriamente dita, que dizem ter visto aparecer «*com muita alegria*». Mas, sobretudo, relativamente ao seu modo de trabalho e à sua exposição pública.

Para B8, houve «*algumas escorregadelas*» que não esperava e de que não gostou. «*Feriu-nos muito a vossa conferência de imprensa, realizada em plena Semana Santa, e em que confirmaram haver ocultação de casos... ora as suspeitas de ocultação recaem sobre todos os bispos que estão no ativo, isso é inaceitável... a data não foi feliz, naquele contexto não gostámos*». Por outro lado, o coordenador da Comissão garantiu que a Comissão iria «*trabalhar no silêncio... ora isso não aconteceu... é como se fossem pregoeiros na praça pública*». Depois destes percalços, tornou-se ainda mais difícil convencer os sacerdotes à sua volta, que reagiram mais negativa do que positivamente à criação da Comissão. «*Então os bispos querem destruir a Igreja?!*»

Para B2, a sucessão de notícias e de suspeitas é lamentável. «*Há sempre tentativas de denegrir uma pessoa eclesial e nada melhor do que uma acusação de abuso. (...) esta perspectiva é que os bispos são os acusados*». «*Todas as semanas aparecem notícias sobre a Comissão*». Por seu turno, B7 acrescenta um outro argumento, o da multiplicação deste tipo de estruturas no seio da Igreja, prejudicial para o bom funcionamento do sistema: «*mesmo em Portugal, são mais as comissões do que o trabalho que há para fazer... comissões diocesanas, comissão de coordenação interdiocesana, comissão independente... é uma nebulosa, tudo muito confuso*». Retoma, com alguma irritação, a questão da visibilidade pública da Comissão: «*O silêncio devia ser a base do vosso trabalho. Assim, não ajuda*».

Entre superiores e superioresas gerais, apenas uma exprimiu alguma reserva quanto ao arco temporal do Estudo e focou claramente o seu discurso no ponto de vista da atenção que à Igreja devem merecer os agressores. Reconhecendo que «*este trabalho é precioso, é uma missão*» não entende por que razão o estudo se estende entre 1950 e o presente. «*Para quê 50 anos de estudo?! Se estão mortos não interessa... as coisas acontecem, mas isto não é só a Igreja que tem de atuar! Essas pessoas têm de ser tratadas. A par da punição que a Igreja possa ter. O que se vai fazer a essas pessoas?*» (SG10, F).

Em suma, o reconhecimento do problema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa é muito recente. Parece claramente emergir de uma posição

descrita como de «fora para dentro», diante de casos e escândalos sucedidos de grande dimensão pública, e ainda hierarquicamente vivida de «cima para baixo», atribuindo-se ao/s Papa/s o movimento inicial e fundamental deste duro processo de confronto com esta realidade.

Embora registássemos graus de desconhecimento diferente no interior do grupo de bispos e na comparação entre bispos e superiores e superiores gerais, ao tempo das entrevistas a questão é ainda aparentemente negada pela maioria enquanto algo de que possam ter tido vivência direta, quer durante a sua formação quer já dentro das respetivas atividades pastorais. O que não deixa de ser estranho, tendo em conta a longevidade da sua trajetória religiosa, a extensão dos domínios da infância em que diretamente intervêm, bem como a diversidade desses modos de contacto direto com crianças, jovens e famílias. Tanto mais flagrante quanto contrasta, intensamente, com os resultados da recolha de informação empírica que a Comissão foi realizando, junto de pessoas vítimas, ao longo do seu mandato.

Alguns — muito poucos — já introduzem na sua narrativa o evoluir recente da própria representação da infância, da sua vulnerabilidade e dos seus direitos, bem como de formas anteriores de lidar com os acontecimentos, em que uma atitude clericalista denegava ou projetava defensivamente a ocorrência da situação, resultando numa total paralisia real de reconhecer e responder adequadamente ao problema. A prioridade era proteger a reputação da instituição, pouco importando a condição de sofrimento da criança vítima. Acresce a referência a práticas de minorização da importância ou da ocultação desses abusos sexuais, ou ao expediente de «mudança de paróquia» da pessoa abusadora, explicitamente reconhecidas por alguns dos entrevistados, tanto bispos como superiores e superiores gerais.

No que respeita à dimensão formativa da elite masculina, consolidada nas suas etapas iniciais durante o período da ditadura, podemos constatar, em primeiro lugar, a importância decisiva que teve na construção de notáveis percursos individuais de mobilidade social ascendente, face às famílias de origem. Para além dos fatores espirituais na origem da decisão, «ir para padre» implicou «ir estudar» e obter um diploma de ensino superior, facto muito raro entre os filhos das classes desfavorecidas da época. Depois, e focando-nos agora nas experiências subjetivas que estão por detrás de tais «trajetórias improváveis», das entrevistas masculinas parece deduzir-se uma enorme contenção de vivências emocionais e afetivas próximas (físicas e psíquicas) a partir da entrada em formação no seminário, bem como a incapacidade de abordar o tema e a vivência da sexualidade em geral (a própria e a dos outros) e muito menos o da diferença de entendimento, leitura e aceitação do problema dos abusos; ou o reconhecimento de que cada padre, bispo, religioso ou religiosa é, antes de o ser, uma pessoa, homem ou mulher, marcado pelas suas próprias vivências, a visão do outro e de um mundo em abrupta mudança. Mundo este tão distante daquele que conheceram durante a própria infância, vivida em famílias ditas hoje «tradicionais», orientadas por princípios morais vigorosos, inseridas em pequenas comunidades rurais, onde os valores religiosos do catolicismo eram sólidos e praticados nos gestos e ritmos, privados e coletivos, do dia a dia.

7. O QUE NOS DIZEM OS ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS?

7.1. Contextos da análise

7.1.1. A diversidade eclesiástica: administração e demografia

A administração eclesiástica

Para o propósito de entender o funcionamento administrativo da Igreja Católica em Portugal importa ter presente que «a Igreja portuguesa» é um ente abstrato. O termo pode designar uma vinculação afetiva do conjunto dos católicos portugueses, mas não corresponde a uma realidade institucional centralizada, unitária e de âmbito nacional. A eclesiologia católica — ou seja, a autocompreensão da Igreja Católica — estrutura-se a partir da relação, de natureza tensional, entre a Igreja local (cada diocese) e a Igreja universal (o centro romano).

Importa esclarecer que o panorama administrativo que de seguida se apresenta nos seus contornos essenciais respeita, apenas, ao espaço continental e insular europeu, não se considerando os territórios ultramarinos até 1975, a saber: em África, a missão *sui juris* da Guiné e as dioceses de Luanda, Nova Lisboa e Silva Porto (Angola); Cabo Verde (arquipélago homónimo), Lourenço Marques, Beira e Nampula (Moçambique); São Tomé e Príncipe (arquipélago homónimo); na Ásia, as dioceses de Macau (China), Goa e Damão (Índia); e, até 1976, Díli (Timor).

Assim, do ponto de vista administrativo, a Igreja Católica em Portugal organizou-se em três Províncias Eclesiásticas, também designadas Metrópoles, cuja igreja tem o título de arquidiocese, a saber: Braga (compreendendo as dioceses de Aveiro, Braga, Bragança-Miranda, Coimbra, Lamego, Porto, Vila Real e Viseu), Lisboa (composta por Angra, Funchal, Guarda, Leiria-Fátima, Lisboa (Patriarcado), Portalegre-Castelo Branco) e Évora (integrando as dioceses do Algarve, Beja e Évora). O número atual de 20 circunscrições diocesanas resultou da ereção canónica das dioceses de Santarém e Setúbal, em 1975, por desanexação de territórios do Patriarcado e que integram a Província Eclesiástica de Lisboa, e da diocese de Viana do Castelo, em 1977, desanexando-se da arquidiocese de Braga e integrando o território da respetiva Província Eclesiástica.

Cada diocese compreende um conjunto de paróquias — cujo número e dimensão geográfica e humana é muito variável de diocese para diocese — organizadas em distritos eclesiásticos, designação genérica por que são conhecidas unidades que têm nomes diferentes nos vários territórios diocesanos (arciprestados, vigararias da vara ou ouvidorias). Além da malha paroquial, as diferentes dioceses podem compreender estruturas e organismos de outra natureza: capelanias, reitorias, santuários, instituições de ensino e de solidariedade social.

A estas unidades diocesanas de carácter territorial somam-se duas de índole similar, mas sem uma correspondente circunscrição geográfica, pelo que não se aplica a divisão em distritos eclesiásticos e paróquias: a Diocese das Forças Armadas e das Forças de Segurança, também referida como Ordinariato Castrense, erigido canonicamente em 1966; e o Opus Dei, erigido em prelatura pessoal (a Prelatura da Santa Cruz e Opus Dei) no ano de 1982.

Cada diocese subsiste por si, salvaguardada a vinculação à Igreja de Roma. Isto significa que o bispo diocesano é a autoridade última de cada diocese, não dependendo

para efeitos administrativos ou jurídicos de outros prelados diocesanos, que não o bispo de Roma.

Este quadro não se alterou com a institucionalização e universalização das Conferências Episcopais levadas a cabo pelo Decreto conciliar sobre o múnus pastoral dos Bispos, *Christus Dominus* (1965). Antes disso, a partir dos anos de 1830, os prelados de alguns países procuraram coordenar a sua atuação e intervenção pública à escala dos respetivos países, criando estruturas que prenunciavam as futuras Conferências Episcopais. Essa iniciativa foi estimulada durante o pontificado de Leão XIII, período em ocorreu a primeira Conferência dos Prelados, como então se designou (Dezembro de 1891). Segundo as instruções que nessa ocasião foram transmitidas pela Nunciatura Apostólica em Lisboa, essa dinâmica deveria prolongar-se no tempo, devendo os bispos portugueses realizar um encontro anual, o que sucedeu nas décadas seguintes, com algumas interrupções esporádicas. Mesmo que com uma configuração diferente da que veio a assumir após o Vaticano II, mantiveram-se os encontros dos bispos portugueses desde as décadas finais do século XIX até à institucionalização da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) com a aprovação dos seus estatutos em 1967.

As tendências manifestadas ao longo dos anos de 1960 e 1970, propondo competências de supervisão das Conferências Episcopais sobre as igrejas locais e os respetivos prelados, não ficaram consagradas no CIC de 1983, pelo que as Conferências não têm autoridade direta e imediata sobre os prelados das dioceses que a compõem (Cf. Gomes, 1999).

Além do ramo secular acima descrito, a administração eclesiástica católica compreende o ramo regular. Sob a designação genérica de Institutos Religiosos abrigam-se as várias Ordens, Congregações e Sociedades de Vida Apostólica, masculinas e femininas.

Estas diversas instituições dão corpo a uma determinada espiritualidade, também designada carisma, que se expressa nas atividades de que se ocupam. Um leque amplo que compreende a educação e ensino, a assistência social, a missionação, a comunicação social, entre outras áreas.

Essas instituições são realidades autárquicas: autónomas entre si e face às lideranças seculares diocesanas. Salvo no seu início, quando se encontram sob a autoridade episcopal, a esmagadora maioria dessas instituições assume uma feição transnacional: as diversas comunidades ou casas de uma Ordem ou Congregação podem formar uma Região ou Província — correspondente a um país, mas podendo agregar comunidades de vários — liderada por um ou uma Superior ou Superiora Regional ou Provincial — ainda que o cargo possa assumir outras designações —, eleito pelos membros do respetivo instituto. As diversas Províncias ou Regiões estão vinculadas ao governo geral do seu instituto, geralmente, mas não exclusivamente, sediado em Roma.

No que respeita ao universo regular masculino, importa ter presente que nem todos os religiosos, também ditos consagrados — formulações genéricas que compreendem as várias designações que podem assumir aqueles que emitiram os respetivos votos, como monges e frades — são ordenados presbíteros, o que popularmente se designa por padres, ainda que a maioria o seja. Não podem, por isso, desempenhar uma parte significativa das funções pastorais dos presbíteros, sobretudo no que respeita à administração dos sacramentos (celebrar a missa ou confessar).

Apesar da diversidade de percursos formativos, enquadramento institucional e atividades desenvolvidas entre os ramos secular e o regular, é possível encontrar religiosos no desempenho de funções primordialmente desempenhadas por padres seculares, nomeadamente no que respeita à vida paroquial. Nesses casos, o membro de uma ordem ou congregação que desempenhe, exclusiva ou cumulativamente funções paroquiais encontra-se dependente — além do seu superior provincial — do bispo que o nomeou para esse múnus, com o acordo do provincial respetivo.

Em 2005, instituiu-se a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), unindo as, então existentes, Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos (CNIR) e a Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos (FNIRF). O seu propósito é a coordenação entre os diversos institutos, pelo que não tem competências administrativas ou disciplinares sobre os mesmos, que conservam a sua autonomia.

A demografia eclesiástica

A história religiosa portuguesa é, ainda, muito insuficiente, sobretudo se comparada com outros panoramas historiográficos europeus, mercê do acantonamento académico a que tem sido votada. Este panorama é agravado no que respeita ao período contemporâneo e, em particular, no que concerne às estruturas institucionais da Igreja Católica — que até 1911 correspondiam ao ramo eclesiástico da administração do Estado Português — e, especificamente, ao universo eclesiástico, compreendido, numa parte numericamente muito significativa, entre o funcionalismo do Estado até à mesma data.

A escassa bibliografia existente para o período até 1911 (cf. Fonseca, 2000) é praticamente inexistente no que respeita às décadas seguintes e não existe nenhuma que compreenda a totalidade do território nacional. A investigação atualmente em curso compreende o período entre 1833 e 1911, englobando, apenas, o clero paroquial (cf. Pinto 2017).

Desconhece-se, por isso, o número total dos efetivos eclesiásticos e a respetiva evolução ao longo da segunda metade do século XX; a sua distribuição pelo território e o peso da sua presença social face à população existente em cada diocese; a sua proveniência geográfica e a sua extração social; a sua formação intelectual e as instituições em que tal ocorreu; os seus percursos e, entre outras, as atividades religiosas, sociais e académicas desenvolvidas.

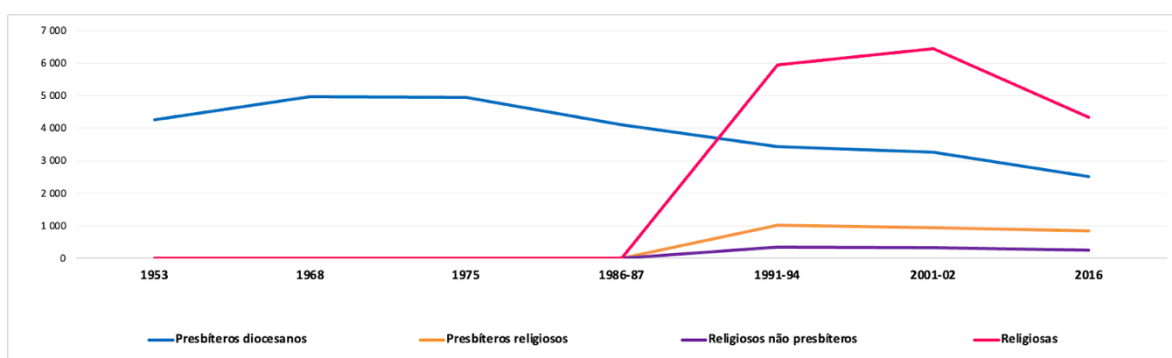
Os elementos que aqui se apresentam não podem responder às questões enunciadas, tendo um propósito muito circunscrito: determinar, no quadro da distribuição dos casos de abuso sexual de menores pela administração eclesiástica católica, a eventual intersecção entre clero secular e clero regular no âmbito das tarefas paroquiais entre 1950 e 2020. Em concreto, se a evolução numérica do clero secular terá exigido uma maior presença do clero regular num espaço de enquadramento da larga maioria dos fiéis católicos habitualmente servida pelo clero diocesano.

Recorreu-se a uma única fonte, o *Anuário Católico de Portugal*, cujos dados foram compulsados e operacionalizados pelos serviços da CEP. A partir deles, elaborou-se o gráfico I, que considera, além dos presbíteros seculares e regulares, os religiosos que não são presbíteros e as religiosas.

Esta fonte apresenta, no entanto, algumas debilidades resultantes de características que importa ter presentes: a sua publicação não foi contínua (apenas cinco anuários entre 1953 e 1981) e nem sempre se manteve a cadência da publicação; em algumas edições compreende mais que um ano (1984-1985; 1988-1990, a título de exemplos). Além disso, construído a partir das informações prestadas pelas dioceses, observam-se discrepâncias que resultam de eventuais lacunas na prestação de informação (não são referidos os números de religiosos, presbíteros e não presbíteros entre a década de 1960 e o final dos anos de 1980; em 2003 não se regista a presença de qualquer religiosa numa diocese que no ano de 2001-2002 contabilizava 371), pelo que a representação no gráfico referido necessitaria de um apuramento sistemático e mais abrangente, compreendendo outras fontes, o que não seria possível no tempo útil desta investigação.

Em face destes elementos, optou-se por escolher um anuário por cada década, quanto possível o mais próximo cronologicamente do seu início, sendo que na década de 1960 só foi publicado um anuário.

Figura 60 – EVOLUÇÃO NUMÉRICA DO CLERO SECULAR E REGULAR (INCLUINDO RELIGIOSAS) EM PORTUGAL (1953-2016)



Fonte: *Anuário Católico de Portugal*, 1953-2019

Consideradas estas precauções, o gráfico mostra o aumento do número de presbíteros diocesanos quando comparado o ano de 1953 com o de 1968, respetivamente 4257 e 4969, sendo este o número máximo encontrado entre os anos escolhidos. A diminuição registada no anuário de 1975 é ligeira (4954), acentuando-se nas décadas seguintes: 4099 em 1986-1987; 3431 em 1991-1994; 3267 no ano 2001-2002 e 2502 no ano 2016, cifrando-se o total registado neste ano próximo do número de presbíteros diocesanos do ano de 1953.

Também se registou uma evolução decrescente do número de religiosos presbíteros ao longo das décadas para as quais há dados, embora essa diminuição tenha sido menos acentuada, como também foi sempre menor o seu número, quando comparado com o clero diocesano: em 1991-1994 eram 1024; em 2001-2002, 931 e, em 2016, contabilizaram-se 848 religiosos presbíteros.

A tendência foi similar no que respeita aos religiosos que não eram presbíteros: o seu número era de 348 em 1991-1994, 327 em 2001-2002 e 247 no ano 2016.

O segmento numericamente mais significativo, nas três décadas para a qual essa comparação é possível, é o das religiosas: o seu número cresceu das 5937 registadas no anuário de 1991-1994 para as 6445 apresentadas pelo anuário de 2001-2002, registando-se, depois, uma diminuição no ano de 2016, que contabiliza 4326.

Ainda que sem o detalhe desejável, destes dados resultam um conjunto de elementos que importa reter para o vetor quantitativo da análise do GIH.

Em primeiro lugar, a insuficiência do número de presbíteros seculares, considerando o número global de paróquias de Portugal que, no período em apreço, se situava acima dos quatro milhares (o anuário católico em linha regista atualmente 4375); assim, não terá sido possível ter um pároco por cada paróquia ao longo do arco cronológico apreciado, levando em linha de conta a natural variação etária do clero em cada período.

Em segundo lugar, a muito forte probabilidade de muitos presbíteros seculares terem desempenhado, simultaneamente, funções em mais que uma paróquia, ou de terem acumulado com o serviço paroquial outras tarefas no quadro do funcionamento da diocese.

Finalmente, a possibilidade de um número crescente de religiosos presbíteros terem assumido encargos de natureza paroquial, pelo que se torna necessário distinguir a condição de pároco da pertença a um determinado presbitério diocesano.

7.1.2. A realidade arquivística: documentação e sondagens

Do quadro administrativo apresentado resulta que não existe, nem poderia existir, um arquivo da Igreja Católica em Portugal. Assim, no contexto da investigação histórica levada a cabo, foi preciso consultar os arquivos correspondentes a cada uma das instituições enunciadas: os de cada diocese, o da CEP e o de cada uma das ordens e congregações.

No caso das dioceses, dados os limites cronológicos da investigação (1950-2020), importavam o Arquivo Secreto e o Arquivo Corrente.

Relativamente ao Arquivo Secreto, nos casos em que existe documentação relativa ao objeto da investigação, encontraram-se: inquirições e investigações prévias e processos administrativos e penais canónicos relativamente às queixas que chegaram às autoridades diocesanas, bem como cópias de inquéritos, despachos de acusação e sentenças judiciais remetidas pelas autoridades civis aos respetivos prelados.

Apesar das determinações canónicas relativas à destruição dos «documentos de causas criminais em matéria de costumes, cujos réus tiverem morrido ou que tenham terminado com sentença condenatória há dez anos, conservando-se um breve sumário do facto com o texto da sentença definitiva» (CIC, can. 489, §2), foram escassas as evidências deste procedimento que se encontraram no arquivo secreto das dioceses e dos institutos religiosos.

O recurso ao Arquivo Corrente foi necessário dada a amplitude da cronologia em apreço e o objetivo de chegar a um conhecimento circunstanciado das eventuais situações de abuso e dos procedimentos das várias autoridades diocesanas.

A primeira constatação prende-se com a diversidade de procedimentos arquivísticos no que concerne à organização dos documentos compreendidos nos

arquivos correntes das várias dioceses. O trabalho desenvolvido também teve níveis de intensidade diferentes.

Tabela 15 – INTENSIDADE DO TRABALHO GIH NOS ARQUIVOS DIOCESANOS

DIOCESES	Processos judiciais referenciados	Processos individuais dos padres	Processos de redução ao estado laical	Processos das paróquias	Correspondência
Algarve	D	A	O	O	O
Angra	X	D	B	O	C
Aveiro	D	A	O	A	O
Beja	D	O	O	O	O
Braga	D	X	A	O	C
Bragança-Miranda	D	X	A	O	O
Coimbra	D	C	O	O	O
Évora	D	A ¹⁶	O	O	O
Forças Armadas	O	O	O	O	O
Funchal	D	A	O	O	O
Guarda	D	A	O	O	O
Lamego	D	X	X	X	B
Leiria-Fátima	D	B ¹⁷	O	O	B
Lisboa	D	D	D	O	B
Portalegre Castelo Branco	X	A	A	A	A
Porto	D	C	O	O	O
Santarém	D	A	O	O	O
Setúbal	D	O	O	O	O
Viana do Castelo	D	X	O	O	O
Vila Real	D	X	O	O	C
Viseu	D				

Legenda

X- Não existe

O - Sem pesquisa

A- Pesquisa pontual (1-10 processos)

B- Pesquisa parcial 1 (11-50 processos)

C- Pesquisa parcial 2 (mais de 50 processos)

D- Pesquisa total

¹⁶ Os processos foram sistematicamente analisados pela arquidiocese.

¹⁷ Os processos foram sistematicamente analisados pela diocese.

Consultaram-se os processos individuais dos presbíteros nas dioceses em que existem. Em algumas dioceses, porém, essa tipologia ou não existe, de todo, ou foi de constituição tardia — século XXI. Nestes casos, as dioceses deram continuidade a uma prática arquivística já encontrada nos finais do século XIX ou inícios do século XX: a elaboração de fichas individuais de cada presbítero em que eram registados os dados biográficos essenciais e as datas de nomeações, autorizações ou dispensas que receberam, bem como de procedimentos disciplinares de que tivessem sido alvo, ou outros elementos significativos do seu percurso eclesiástico (cartas demissórias, incardinações, excardinações, condecorações, etc.).

Consultou-se, ainda, a correspondência, habitualmente organizada segundo a cronologia dos sucessivos episcopados de cada diocese. Procurava-se, além da correspondência entre as autoridades eclesiásticas e civis, a troca entre autoridades eclesiásticas (entre bispos; de bispos para presbíteros e vice-versa; entre bispos e os seus vigários da vara ou arceprestes, assim como destes para os primeiros; entre os prelados e a Cúria Romana) e a remetida pelos fiéis leigos aos seus bispos. Em algumas dioceses, a correspondência está organizada cronologicamente, incluindo a que diz respeito a cada um dos presbíteros, tanto a expedida como a recebida. Noutras, a correspondência está dispersa pelos processos individuais, conservando-se em cada processo a remetida pelo respetivo presbítero, bem como cópias das respostas dos prelados ou anotações de que este lhes remeteu correspondência.

Foram consultados, também, os processos de dispensa das obrigações do estado clerical e do celibato ou, na designação em uso no período correspondente à maior parte da cronologia desta investigação, de redução ao estado laical. Nalguns casos, o GIH teve acesso aos processos de ordenação, quando o solicitou.

Relativamente à CEP, solicitou-se que o seu secretariado investigasse as referências à problemática dos abusos, eventualmente existentes nas Atas das Assembleias Plenárias. A CEP forneceu o extrato das referidas Atas entre 1950 e 2022, juntando, ainda, os extratos das Atas do Conselho Permanente da CEP entre 2019 e 2022.

No que concerne aos arquivos das instituições regulares masculinas, todos os arquivos consultados continham processos individuais dos religiosos. Em alguns casos, foram ainda exploradas as Atas das Visitas Canónicas, as Crónicas das Casas e as Atas dos Conselhos Provinciais. Se, em algumas situações, e à semelhança do que acontecera nas dioceses, consultámos apenas os processos individuais relativos a religiosos identificados pelo GIH ou pelas casas e congregações em resposta ao inquérito preliminar, noutras tivemos oportunidade de levar a cabo uma pesquisa exaustiva nos processos individuais de presbíteros que estavam no activo no período considerado neste estudo - 1950-2022. Dado o curto período de tempo de pesquisa em arquivos - de Outubro de 2022 a Fevereiro de 2023 - não tivemos contacto directo com arquivos de institutos femininos, embora tenhamos apurado que também aí existem casos, ainda que em muito menor número.

Uma última palavra quanto ao grau de organização e tratamento dos arquivos diocesanos e dos institutos religiosos. Na generalidade, a documentação estava em boas condições físicas e satisfatoriamente tratada - embora nas dioceses como mais clero e de maior dimensão haja ainda um longo caminho a percorrer. Há no entanto que referir que a informatização e digitalização da documentação está quase totalmente por fazer. Apenas duas dioceses têm os inventários em formato digital e imagens digitais dos

documentos. O trabalho teria sido muito beneficiado se a mesma metodologia tivesse sido adotada por todas estas entidades.

No domínio das tecnologias, o GIH confrontou-se ainda com outra situação. Muita da documentação produzida nos dias de hoje é apenas digital e encontra-se nos computadores dos prelados e das restantes pessoas que trabalham nas cúrias diocesanas e dos provinciais e outros religiosos e funcionários que atuam no âmbito dos institutos e congregações religiosas. Essa documentação está muitas vezes dependente da organização de cada uma destas pessoas envolvidas, sem que seja assegurada uma gestão integrada da informação. Na maioria das vezes, também não é adotada nenhuma medida de preservação digital, correndo o risco de a documentação vir a desaparecer no futuro, devido às evoluções nos *softwares* e ao tempo limitado de vida dos computadores pessoais. Valeria a pena que todos estes aspectos fossem tomados em consideração para assegurar uma longa vida à história que estes documentos têm para contar.

7.1.3. A localização dos casos: o quadro eclesiástico

A investigação histórica nos arquivos das instituições da Igreja Católica obrigou à inscrição dos testemunhos à CI no quadro eclesiástico, isto é, nas dioceses e nos institutos religiosos. Este processo de deslocação da geografia administrativa civil, onde o inquérito da CI tinha assentado a sua base, para a geografia eclesiástica exigiu operações sucessivas e morosas de confronto dos dados, numa tarefa que se foi configurando como estratégica para a abertura de linhas internas e externas de esclarecimento das situações, de averiguação documental das possibilidades de sondar os arquivos eclesiásticos onde eventualmente existisse informação. Estas operações produziram, entre outras, as seguintes possibilidades:

- Quantificar as incidências dos testemunhos nos níveis de enquadramento máximo, isto é, nas dioceses e nos institutos religiosos, num primeiro esforço de avaliação da responsabilidade institucional.
- Conseguir um contraste entre os testemunhos à CI e as respostas que o GIH recebeu por parte das dioceses e dos institutos religiosos relativamente à documentação que tinham nos seus arquivos sobre casos de abusos sexuais de crianças.

Nas tabelas seguintes, a das dioceses e as dos institutos religiosos femininos e masculinos, nas três colunas principais, quantificamos os testemunhos à CI, registamos as respostas ao nosso inquérito, fazemos um balanço dos novos casos que conseguimos detetar. Fazemo-lo, distinguindo nas eventuais pessoas abusadoras se são membros do clero, leigos ou indeterminados. Apresentamos, também, os dados da Obra da Rua e da Prelatura do Opus Dei, procurando atender às suas especificidades organizacionais. O mesmo sucedeu relativamente ao Corpo Nacional de Escutas (CNE); no entanto, os casos referidos ao CNE estão contabilizados na diocese em que ocorreram.

A leitura destes dados deve ser feita com certas cautelas metodológicas. A inscrição dos dados na geografia eclesiástica respeitou o território histórico das dioceses, o que fez com que a informação relativa à arquidiocese de Braga e ao patriarcado de Lisboa abrangesse os territórios das futuras dioceses de Viana do Castelo (1977), Santarém (1975) e Setúbal (1975) até à data da sua criação respetiva. Tendo sido obtidos de maneira diferente, os números das três principais colunas das tabelas não podem, por exigência de rigor, ser simplesmente

somados, daí termos optado por cartografar o espaço diocesano apenas com o número dos testemunhos à CI. A inscrição dos dados na geografia eclesiástica foi nalguns casos impossível por falta de detalhe geográfico ou institucional na informação, inviabilizando a sua localização numa ou outra diocese, num ou outro instituto religioso. A atenção aos enquadramentos de responsabilidade institucional exigiu deslocar um número assinalável de casos das dioceses para os institutos religiosos, deslocalizando geograficamente a sua incidência. Decidimos não discriminar as diversas obras ou instituições dentro de cada instituto religioso para oferecer, antes de mais, uma imagem agregada.

Tabela 16 – QUANTIFICAÇÃO DOS CASOS NAS DIOCESES

DIOCESES	COMISSÃO INDEPENDENTE		DIOCESES			GRUPO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA		
	TESTEMUNHOS LOCALIZADOS		LEVANTAMENTO PRÓPRIO			ESTUDO NOS ARQUIVOS		
	PV	PAb [T] - C/L/I	PAb [T] - C/L/I	PV	PAb (=CI)	PAb [T] - C/L/I	PV	PAb (=CI)
Algarve	3	[2] – 2/0/0	[1] – 1/0/0	1	1			
Angra	9	[9] – 9/0/0						
Aveiro	10	[10] – 9/1/0	[4] – 4/0/0	3	1			
Beja	5	[5] – 4/1/0	[3] – 2/1/0	3	0			
Braga	54	[45] – 40/5/1	[6] – 6/0/0	9	3	[2] – 2/0/0	7	-
Bragança-Miranda	11	[9] – 8/1/0	[4] – 4/0/0	6	0			
Coimbra	16	[14] – 10/1/3	[2] – 2/0/0	4	0	[4] – 4/0/0	>4	1
Évora	11	[10] – 10/1/0	[1] – 0/1/0	0	0	[1] – 1/0/0	1	0
Forças Armadas	1	[1] – 1/0/0				-		
Funchal	6	[5] – 4/1/0	[1] – 1/0/0	1	1	[1] – 1/0/0	>1	0
Guarda	13	[13] – 13/0/0	[4] – 4/0/0	6	1			
Lamego	8	[6] – 6/0/0	[2] – 2/0/0	2	0			
Leiria-Fátima	23	[23] – 17/5/1	[3] – 3/0/0	4	0			
Lisboa	84	[76] – 66/10/0	[3] – 3/0/0	3	2	[8] – 8/0/0	8	7
Portalegre Castelo Branco	5	[5] – 5/0/0	[1] – 0/1/0	1	0			
Porto	42	[40] – 35/5/0	[1] – 1/0/0	>1	1	[2] – 2/0/0	4	-
Santarém	9	[7] – 7/2/0	[1] – 1/0/0	2	1			
Setúbal	19	[16] – 7/8/1				[5] – 5/0/0	>5	2
Viana do Castelo	7	[7] – 5/1/1	[1] – 1/0/0	1	0			
Vila Real	7	[7] – 7/0/0	[3] – 3/0/0	6	1			
Viseu	9	[7] – 7/1/0	[7] – 7/0/0	2	1			

Legenda

PV – Pessoas vítimas

PAb – Pessoas abusadoras

[T] – Total C/L/I – Clero/Leigos/Indeterminados

PAb(=CI) – Pessoas abusadoras: Casos coincidentes com a CI

Nesta fase exploratória dos dados, a sistematização eclesiástica que fica aqui registada permite assinalar duas grandes clivagens que funcionam como dois patamares de aprofundamento dos capítulos anteriores, a exigir mais investigação nos arquivos eclesiásticos:

- A dispersão e ao mesmo tempo a hierarquização quantitativa dos espaços diocesanos e dos institutos religiosos no que diz respeito aos abusos sexuais de crianças;
- O contraste entre os níveis quantitativos dos testemunhos à CI e a pouca documentação identificada relativa aos abusos sexuais de crianças.

Este contraste assinala, de modo flagrante, a evolução da consciência social do fenómeno, mas, também, uma alteração da consciência individual do que presentemente se entende como abuso sexual. Conjugados, estes elementos têm impacto na produção documental, que vai de menos a mais conforme nos deslocamos dos anos de 1950 para o presente, com particular aumento nos anos mais recentes.

Tabela 17 – QUANTIFICAÇÃO DOS CASOS NOS INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS

INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS	COMISSÃO INDEPENDENTE		INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS			GRUPO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA		
	TESTEMUNHOS LOCALIZADOS		LEVANTAMENTO PRÓPRIO			ESTUDO NOS ARQUIVOS		
	PV	PAb [T] C I ^a /(P/I)/L/I	PAb [T] C I ^a /(P/I)/L/I	PV	PAb (=CI)	PAb [T] C I ^a /(P/I)/L/I	PV	PAb (=CI)
Dominicanas de Santa Catarina de Sena	2	[2] – 0/2/0/0						
Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias	1	[1] – 0/0/1/0						
Irmãs de Santa Doroteia / Doroteias	2	[3] – 2/1/0/0						
Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima	8	[1] – 1/0/0/0						
Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres	1	[1] – 0/1/0/0						
Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus						[1] – 0/0/1/0	1	-
Religiosas do Amor de Deus	3	[1] – 1/0/0/0						
Religiosas do Sagrado Coração de Maria	1	[1] – 0/0/1/0	[1] – 0/0/1/0	1	1			

Legenda

PV – Pessoas vítimas

PAb – Pessoas abusadoras

[T] – Total C I^a/(P/I)/L/I – Clero/Irmãs/(Padres/Irmãos)/Leigos/Indeterminados

PAb(=CI) – Pessoas abusadoras: Casos coincidentes com a CI

Tabela 18 – QUANTIFICAÇÃO DOS CASOS NOS INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS

INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS	COMISSÃO INDEPENDENTE		INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS			GRUPO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA		
	TESTEMUNHOS LOCALIZADOS		LEVANTAMENTO PRÓPRIO			ESTUDO NOS ARQUIVOS		
	PV	PAb [T] C(P/I)/L/I	PAb [T] C(P/I)/L/I	PV	PAb (=CI)	PAb [T] C(P/I)/L/I	PV	PAb (=CI)
Congregação do Espírito Santo /Espiritanos	2	[2] – 2/0/0	[3] – 3/0/0	3	-			
Congregação Ordem do Carmo	1	[1] – 1/0/0						
Irmãos Maristas	5	[5] – 3/2/0	[2] – 1/1/0	7	2			
Missionários Claretianos	2	[2] – 1/0/1	[1] – 1/0/0	1	-			
Missionários Combonianos	2	[2] – 2/0/0						
Missionários da Consolata	2	[2] – 2/0/0						
Missionários do Preciosíssimo Sangue						[1] – 1/0	2	-
Missionários do Verbo Divino	1	[1] – 1/0/0						
Missionários do Verbo Divino / Verbitas	1	[1] – 1/0/0	[1] – 1/0/0	1	-			
Monfortinos						[1] – 1/0	1	-
Ordem de S. Bento / Beneditinos	1	[1] – 1/0/0						
Ordem dos Frades Menores Capuchinhos/Capuchinhos	3	[2] – 2/1/0				[1] – 1/0	3	-
Ordem dos Frades Menores/Franciscanos	11	[10] – 9/1/0	[1] – 1/0/0	1	-			
Ordem dos Pregadores (Dominicanos)	2	[2] – 2/0/0	[1] – 1/0/0	1	-			
Ordem Hospitaleira de S. João de Deus			[2] – 2/0/0	2	-			
Província Portuguesa da Companhia de Jesus/Jesuítas	12	[7] – 7/0/0	[12] – 11/1/0	12	5			
Redentorista						[1] – 1/0	2	-
Sacerdotes do Coração de Jesus/Dehonianos	2	[2] – 2/0/0	[2] – 2/0/0	2	-			
Salesianos	18	[18] – 18/0/0	[1] – 0/1/0	3	0	[4] – 3/1/0	4	-
Sociedade dos Missionários da Boa Nova	1	[1] – 1/0/0						

Legenda

PV – Pessoas vítimas

PAb – Pessoas abusadoras

[T] – Total C/L/I – Clero/Leigos/Indeterminados

PAb(=CI) – Pessoas abusadoras: Casos coincidentes com a CI

Tabela 19 – QUANTIFICAÇÃO DE CASOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

OBRA DA RUA	COMISSÃO INDEPENDENTE		OBRA DA RUA		
	TESTEMUNHOS LOCALIZADOS		LEVANTAMENTO PRÓPRIO		
	PV	PAb [T] - C/L/I	PAb [T] - C/L/I	PV	PAb (=CI)
	7	[2] – 1/0/0	[1] – 1/0/0	1	-

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS	COMISSÃO INDEPENDENTE		CORPO NACIONAL DE ESCUTAS		
	TESTEMUNHOS LOCALIZADOS		LEVANTAMENTO PRÓPRIO		
	PV	PAb [T] - C/L/I	PAb [T] - C/L/I	PV	PAb (=CI)
	11	[11] – 5/6/0	[19] – 4/15/0	19	4

OPUS DEI	COMISSÃO INDEPENDENTE		OPUS DEI		
	TESTEMUNHOS LOCALIZADOS		LEVANTAMENTO PRÓPRIO		
	PV	PAb [T] - C/M/L/I	PAb [T] - C/M/L/I	PV	PAb (=CI)
	5	[5] – 1/2/2/0	[1] – 0/0/1/0	1	-

Legenda

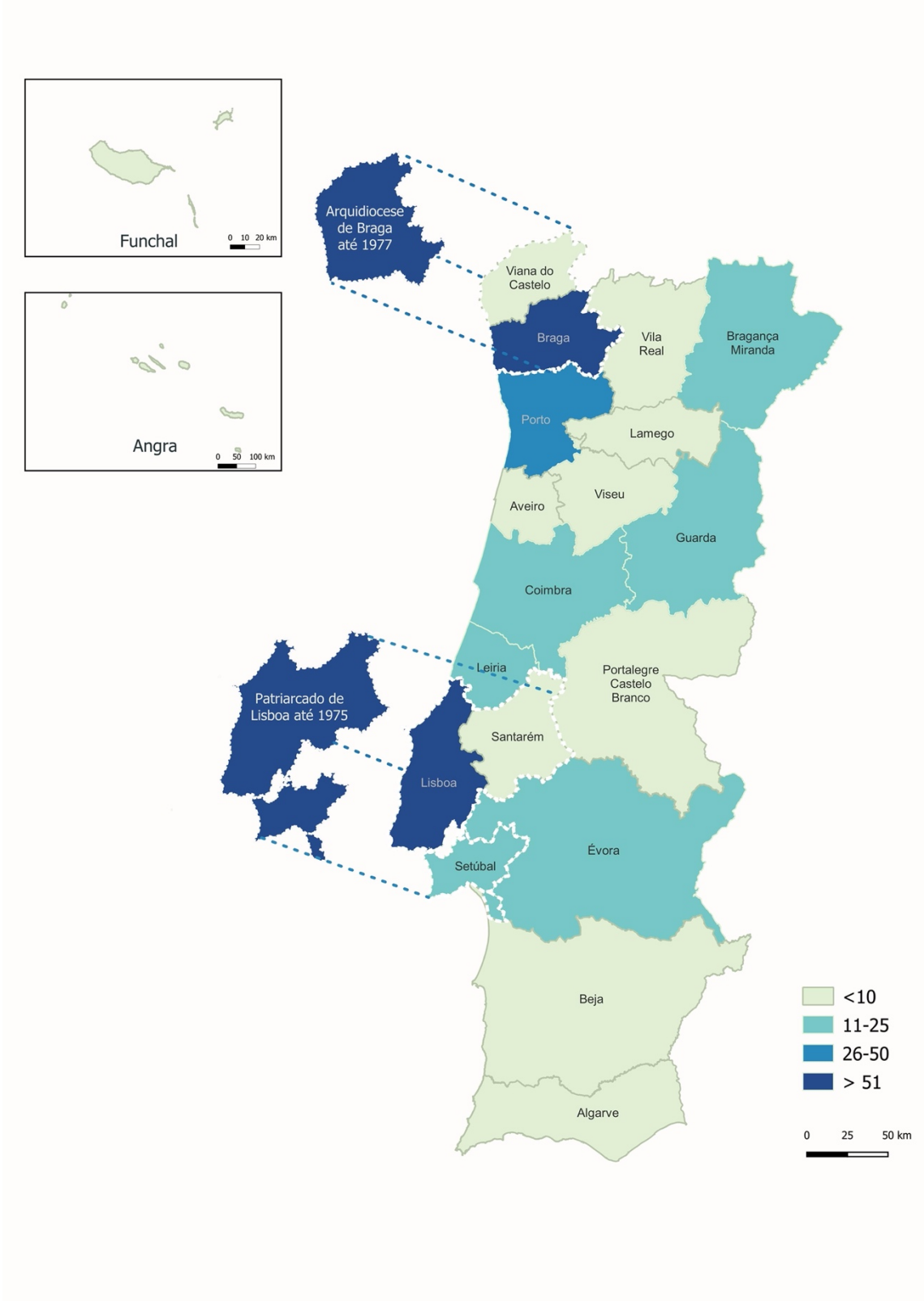
PV – Pessoas vítimas

PAb – Pessoas abusadoras

[T] – Total C/M/L/I – Clero/Membros/Leigos/Indeterminados

PAb(=CI) – Pessoas abusadoras: Casos coincidentes com a CI

Figura 61 – DISTRIBUIÇÃO DOS TESTEMUNHOS À COMISSÃO INDEPENDENTE, POR DIOCESE



Fonte: Inquérito online

7.2. Dentro do arquivo: estudos de caso

De seguida são apresentados 20 estudos de casos selecionados a partir da documentação estudada nos arquivos eclesiais. Trata-se de uma análise qualitativa complementar ao estudo quantitativo anteriormente apresentado. Através da descrição e análise exploratória de casos concretos, o/a leitor/a terá acesso às dinâmicas internas de gestão das situações de abusos sexuais de crianças e adolescentes reportadas à Igreja Católica Portuguesa. A leitura comparada dos vários casos também contribui – assim esperamos – para um conhecimento mais informado das profundas mudanças verificadas na Igreja Católica e da própria sociedade portuguesa no período em análise.

Os nossos critérios de seleção foram norteados por princípios de diversidade, exemplaridade e singularidade. Assim, os casos que se apresentam refletem a diversidade de situações no que se refere a:

- 1) tipo de abusos reportados (desde situações de assédio às situações mais graves de violações);
- 2) vítimas (masculinas e femininas e de diferentes idades e estratos socioeconómicos);
- 3) agressores sexuais (clérigos com diferentes graus de poder na hierarquia da Igreja Católica e leigos);
- 4) temporalidades;
- 5) realidades geográficas em que ocorreram os abusos;
- 6) clero regular e secular;

7) modos de atuar distintos das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis. A exemplaridade foi outro dos critérios adotados. Neste sentido, os casos selecionados traduzem dinâmicas e formas de atuação características da época em que ocorreram. Todavia, prestou-se também atenção à singularidade de certos casos, incluídos não necessariamente com o objetivo de identificar dissonâncias entre as tendências gerais, mas sobretudo como complemento aos padrões dominantes. Atendendo a que as hierarquias atuaram a partir de contextos moldados por estruturas macro e micro da sociedade portuguesa e da Igreja Católica e por convergências, cumplicidades e fricções entre as duas esferas, os casos selecionados permitem identificar as pressões endógenas e exógenas sobre as hierarquias católicas na gestão dos abusos, mas sem encobrir o papel de cada indivíduo em particular na avaliação das situações. Os casos foram também selecionados na medida em que espelham o complexo mecanismo de decisão da Igreja Católica, que envolve uma multiplicidade de atores.

A seleção de estudo de casos não deixa de revelar uma clara distorção temporal, pois traduz-se numa maior representatividade de denúncias feitas na última década. Contudo, tal não pode ser interpretado como revelador de um maior número de abusos ocorridos no século XX. No nosso entender, este aumento das denúncias com rasto arquivístico no século XXI resulta antes de mais da obrigação atual de realização de investigações prévias a situações de (suspeitas de) abuso sexual em contextos eclesiais, ao abrigo das Diretrizes para a Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis que, em conformidade com as orientações dos Papas Bento XVI e Francisco, têm vindo a ser implementadas pela Conferência Episcopal Portuguesa desde 2012 e levaram à

criação de Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis. Para além disso, este aumento das queixas na última década traduz tendências socioculturais mais vastas de denúncia de agressões sexuais e que se prendem com vários fatores, entre os quais se destacam: 1) uma maior visibilidade internacional dos abusos sexuais no seio da Igreja Católica concomitante com a criação de associações de vítimas e de comissões de investigação em vários países; 2) um maior espaço para a denúncia deste tipo de abusos, num contexto de “libertação da palavra” facilitada por iniciativas como as associações de vítimas de agressões sexuais e fenómenos mediáticos como o #metoo. Ao incluirmos na seleção de casos várias situações da última década, pretendemos também conferir visibilidade ao trabalho das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis. A nossa análise da documentação revelou fortes disparidades no entendimento do que são as suas funções e no seu *modus operandi*. Se o trabalho de algumas comissões se traduziu em apoio às vítimas e adoção de medidas de prevenção, noutras predominou um entendimento estritamente judicial, por vezes com consequências penosas, senão contraproducentes, para as vítimas¹⁸. Nesse sentido, os vários casos selecionados convidam também a uma reflexão sobre o funcionamento destas estruturas e os impactos das diversas modalidades da sua implementação local.

Ao contrário do que se verifica em vários relatórios de comissões que investigaram abusos sexuais na Igreja Católica noutros países – relatórios nos quais os bispos e as respetivas dioceses são identificadas nos estudos de caso –, no presente relatório a anonimização estendeu-se às hierarquias religiosas e aos espaços geográficos. Tal deve-se, antes de tudo, ao compromisso de confidencialidade assumido pelo GIH perante a Conferência Episcopal Portuguesa e reiterado em cada diocese e congregação. Esta opção foi condição para o acesso aos arquivos diocesanos e dos institutos e congregações religiosas. Acabou por contribuir para um maior grau de anonimização das vítimas, sobretudo no que diz respeito a casos mais recentes e ocorridos em dioceses de menores dimensões. Ainda no plano da anonimização, cabe dizer que a cada estudo de caso foi atribuída aleatoriamente uma letra do alfabeto, que identifica no texto o sacerdote denunciado por abusos sexuais. A escolha da letra não tem assim qualquer relação com o nome ou o apelido do sacerdote.

Optámos por apresentar os casos cronologicamente pela data da queixa, e não do abuso. Esta decisão prende-se com o nosso foco nos mecanismos usados pelas estruturas eclesiais perante as denúncias recebidas. É assim que se poderão tornar mais perceptíveis as ruturas, transformações e continuidades no modo de atuação da Igreja Católica Portuguesa nesta área.

Por fim, uma breve consideração sobre a estrutura dos casos aqui apresentados. O GIH é composto por cientistas sociais de diferentes áreas com metodologias distintas. A preparação da metodologia de abordagem e a pesquisa nos arquivos foram realizadas em equipa, bem como o apuramento dos resultados quantitativos. A redação dos estudos de caso foi, porém, um processo individual, ainda que o texto tenha sido revisto

¹⁸ Num caso não incluído neste estudo para proteção da vítima, a atuação da Comissão traduziu-se numa experiência traumática para o/a denunciante, dada a ausência de resposta a sucessivos e-mails e falta de empatia e apoio à vítima.

posteriormente por toda a equipa. Para reforçar também a anonimização, optámos por não identificar a autoria de cada caso, ainda que esta se possa tornar perceptível em face das diferentes formas de estruturação dos casos e dos diferentes estilos linguísticos. Em vez de um formato único, optámos por assumir a diversidade de abordagens, acreditando que também esta pode enriquecer este capítulo.

Caso N.
Um castigo proporcional ?
Década de 1950

N. é um religioso de uma congregação. O abuso denunciado à Comissão Independente reporta a meados da década de 1950. A partir do inquérito foi possível à congregação identificar o abusador. A vítima é do sexo feminino e à data tinha 6 anos de idade. Revela no inquérito que «em momentos mais sombrios da [sua] vida [lhe] apeteceu saber onde era a sua sepultura para lhe poder cuspir em cima». O religioso, de visita à região, tomava as refeições em casa de familiar da vítima e pernoitava numa outra casa nas proximidades. A pedido de um adulto, a criança acompanhou o religioso até à casa em que ia pernoitar. Chegando ao local, este pediu à criança que aguardasse para lhe oferecer uma pagela de um santo que trazia consigo. Subitamente a vítima viu-se «deitada sobre a cama, sem cuecas, o homem iniciando o toque dos [seus] órgãos sexuais». O abuso não se consumou na totalidade porque a dona da casa apareceu para verificar se estava tudo em ordem para receber o presbítero.

De família muito religiosa, a vítima teve uma educação rigorosa. Denunciou o sucedido mais de seis décadas depois para se libertar do peso da sua memória. Não o fez antes com medo de ser julgada ou ridicularizada.

Apesar do sucedido, continua católica e identifica-se com o Papa Francisco. Deseja para a Igreja Católica humildade e transparência e, no que aos abusos sexuais diz respeito, capacidade de enfrentar, prevenir e pedir perdão.

Segundo informação da congregação, no início da década de 1970 este caso, ou outro da mesma natureza, perpetrado pelo mesmo presbítero, terá subido à Congregação para a Doutrina da Fé (CDF). O Dicastério proibiu então o religioso de ouvir confissões aos fiéis. Cerca de vinte anos depois, a autoridade diocesana da região, a pedido do provincial, solicitou junto da CDF «a reabilitação [do religioso] para ouvir confissões de fiéis». O Dicastério romano autorizou, excetuando, porém, nos territórios eclesiais da diocese onde se dera o abuso.

Embora muitos contornos deste caso careçam de mais investigação — para a qual o GIH não dispõe de tempo —, o religioso sofreu um castigo. Porém, esse não parece ter sido proporcional à gravidade do crime que cometeu.

Caso E.
Abusos sexuais entre muitos outros delitos
Década de 1960

A reconstituição do caso e do percurso do padre E. foi feita a partir da documentação de uma inquirição diocesana que se encontra no arquivo secreto da diocese e nos documentos do processo individual do padre visado.

O percurso do padre E.

O padre E. nasceu na década de 1920 e foi ordenado no final da década de 40. Depois de curtas passagens por três paróquias, permaneceu cerca de oito anos na mesma paróquia. Foi então transferido dentro da diocese, mas permaneceu apenas sete meses na nova paróquia, sendo então transferido para uma paróquia onde ficou dois anos. Foi aqui, no início da década de 60, que foi alvo de uma inquirição diocesana, que levou à sua destituição e envio para retiro espiritual num mosteiro. A permanência neste mosteiro foi de apenas um mês e, logo a seguir, foi nomeado pároco de uma nova paróquia. Quatro anos depois foi novamente transferido dentro da mesma diocese. Após vários anos a solicitar a ida para uma grande cidade, alegando questões de saúde, o padre E. conseguiu, no final da década de 60, a desejada autorização do bispo, mantendo-se, todavia, incardinado na sua diocese de origem. No início da década de 70, fez um pedido ao Ministério da Educação para professor e diretor de ensino liceal privado. Obtida a autorização, exerceu estes cargos em duas escolas até ao final da década seguinte, quando, invocando questões de saúde, reduziu drasticamente as suas atividades. Permaneceu na grande cidade até à morte, já na primeira década do século XXI.

A inquirição no início da década de 60

Desde inícios dos anos 50, o padre E. foi alvo de várias queixas envolvendo má gestão de dinheiros, uso de linguagem imprópria e contactos indevidos com mulheres, o que motivou diversas convocatórias, advertências e repreensões da parte do bispo. Receando o escândalo e a ira da população, o bispo optou por transferir sucessivamente o padre E. das várias paróquias em que a sua presença era contestada. Na correspondência com o bispo desta década nota-se um padrão recorrente: o padre E. diz-se inocente e vítima de calúnias e invoca motivos de saúde para solicitar tratamentos longe das paróquias onde era criticado.

A inquirição diocesana terá sido motivada pela acumulação de queixas. Numa carta do ano anterior à inquirição, um outro padre, em resposta ao pedido de avaliação que o bispo lhe pedira, informava que o comportamento do padre E. tinha causado muito «falatório» entre o «povo malicioso». Numa carta ao bispo, um paroquiano chamava leviano e devasso ao padre E. e dizia que, se não fossem tomadas medidas, o padre era «corrido pelo povo». Numa carta do padre E. ao bispo, também datada do ano anterior à inquirição, há referência ao que poderia ser assédio sexual e relacionamento com uma adolescente. Em tom de justificação, o padre E. dizia que «nunca a incitou para o mal, sempre a ajudou e amparou no confessional e fora e todos os carinhos foram inocentes» e que só esteve sozinho com ela uma vez «a conselho da mãe, por causa do namoro». As cartas do bispo sinalizam várias tentativas de resolver a situação através de

repreensões e alertas ao padre E. para tomar «cuidado e toda a prudência», mas a certo momento o bispo optou por nomear um promotor para fazer uma inquirição diocesana que seria concluída no mesmo ano.

Com base no parecer resultante desta inquirição diocesana, nos documentos recolhidos (correspondência) e em outras «discretas inquirições» por parte do bispo, este emitiu um decreto em que dava por provado que o padre E. tinha incorrido em três tipos de irregularidades: (1) «linguagem, duma inqualificável insensatez, o que lhe fica muito mal e muito escandaliza os fiéis». Entre os exemplos citados conta-se o conselho que deu a um rapaz não correspondido no amor: «Agarre-se a ela, arranje-lhe um filho, e verá que muda de ideias»; (2) «atitudes inconvenientíssimas e escandalosas». Entre os exemplos refere-se que era comum dar-se à «desvergonha e apalpar os seios às raparigas». Quando tentou apalpar os seios a «uma pequena» que «ia ajudar a irmã do Rev. Pároco» e ela fugiu disse-lhe: «Fugiste agora, mas não escapas de outra vez. Tenho de apalpar-te os marmelos». A par dos abusos sexuais são referidas atitudes como estar no café a jogar, andar de «fato laico» e permanecer sozinho na sala de aula com uma professora; (3) Incumprimento das tarefas de pároco. Entre os exemplos conta-se o desvio de dinheiros da igreja e a recusa de acompanhar os funerais a pé. O inquérito refere que havia outros «factos e imprudências» que levavam os fiéis a frequentar a igreja de uma outra paróquia, concluindo que o padre E. «perdeu a confiança daquela gente. Os Pais não lhe confiam facilmente os filhos. Não está a construir, está a destruir».

Dando estes factos como provados, o bispo, «com os olhos postos em Deus e nos superiores interesses espirituais da Santa Igreja e não menos do infeliz sacerdote que temos de ajudar», decidiu destituir o padre E. até que ele «verdadeiramente humilhado e sinceramente contrito nos peça perdão do seu mau comportamento como homem, como cristão, como sacerdote». O texto alude às queixas e repreensões anteriores que não surtiram qualquer mudança no padre: «sem que até agora tivéssemos tido a alegria de o ver sinceramente contrito e arrependido não obstante todas as suas repetidas promessas feitas perante Nós de viver uma vida em tudo irrepreensível». O bispo ordenou então a ida do padre para retiro espiritual num mosteiro para que meditasse na sua «vida desregrada e peça a Deus a graça da sua conversão» e ainda pudesse decidir se desejava passar ao estado laical ou se estava disposto a mudar de vida. Por fim, o bispo afirmava que a sua decisão foi feita «diante de Deus e os interesses das almas a começar pela alma desse querido mas infeliz sacerdote», ordenou o arquivamento do documento no arquivo secreto e deu a indicação de que, no caso de o padre se sentir agravado pela decisão, o caso fosse reportado à Santa Sé.

Na correspondência que se segue ao decreto episcopal, o padre E. continuou a posicionar-se como vítima, tentando despertar compaixão através da referência constante aos seus problemas de saúde. Na resposta ao decreto, o padre escreveu que iria obedecer à ordem de retiro espiritual, mas afirmou que estava de «consciência limpa», reafirmou a sua «inocência contra a insidiosa acusação», pediu que o bispo o defendesse das «insidiosas calúnias» e ouvisse testemunhas que esclarecessem as «terríveis infâmias» pois era «o bem da Igreja, sobretudo» que o exigia, sugerindo mesmo que a polícia judiciária fosse chamada para «desmascarar» os «caluniadores». Nas semanas seguintes, foram enviadas ao bispo algumas cartas e declarações de apoio ao padre E.: carta de um médico a atestar o «carácter nobre» do padre; declaração do marido da professora a assegurar que o padre não tivera

relações sexuais com a mulher; declaração da professora a garantir que nunca observou no padre atitudes que merecessem «algum reparo».

Em resposta, o bispo repreendeu o padre duramente pela falta de humildade no reconhecimento das culpas. Disse-lhe que o tinha poupado ao tribunal eclesiástico por tal ter consequências nefastas no seu futuro (e significar um maior escândalo) e ameaçou-o de informar a Santa Sé, caso continuasse a pôr em causa o decreto. Na resposta, o padre pediu apenas autorização para celebrar missa. Tal ter-lhe-ia sido concedido de imediato, pois, passados dez dias, escreveu novamente ao bispo a agradecer-lhe a autorização, afirmar que continuaria a lutar pela Igreja e a queixar-se dos seus problemas de saúde, que se teriam agravado no mosteiro. Na resposta, o bispo saudava a reação do padre E. e manifestava o desejo de que este aproveitasse o retiro para no futuro ter «vida exemplar» evitando tudo o que pudesse «escandalizar o próximo e trazer desdoura para a Santa Igreja».

O percurso do padre E. após a inquirição

O retiro espiritual do padre E. foi breve e, cerca de cinco semanas após o decreto episcopal, o bispo nomeou-o pároco numa freguesia da mesma diocese. Poucos meses depois, concedeu-lhe autorização de diploma de professor particular dos ensinos liceal e técnico e, no ano seguinte, autorizou-o a lecionar num externato. Alguns meses depois, o padre E. demitiu-se do externato alegando más relações com o diretor. Um documento do episcopado com indicações com vista a «resolver assunto de forma mais discreta» sugere que esta demissão foi precedida de queixas contra o padre E. envolvendo maus-tratos e assédio sexual de crianças e adolescentes. Nesse documento exigia-se ao padre que não usasse linguagem imprópria, deixasse de aplicar castigos físicos e de «pretender ser beijado por alunos nem de tenra idade». A passagem por esta paróquia, que não excedeu os quatro anos, foi marcada por vários períodos de afastamento alegadamente para tratamentos médicos.

Alguns meses depois de iniciar funções numa nova paróquia da mesma diocese, começaram os pedidos do padre E. de transferência para uma cidade grande, invocando problemas de saúde. Só cerca de meia década mais tarde conseguiu a desejada autorização do bispo. Os pedidos de afastamento da paróquia podem prender-se com as várias queixas e investigações de que foi alvo nessa altura. Uma carta do bispo marcada como «confidencial» aponta neste sentido: «Bem sabe também que a atmosfera que tem no posto onde ultimamente tem exercido o seu ministério não lhe é nada favorável, tenha ou não tenha V.^a Rev.^a culpa disso. Só há portanto vantagem em sair airoso antes que sobrevenham novas tempestades». Apesar disso, o padre E. terá continuado a gozar do apoio do bispo. Numa carta a justificar a impossibilidade da desejada transferência para outra diocese, um cônego diz ao padre E. que sabiam que o seu «temperamento» lhe criava «situações críticas», mas também conheciam as suas «qualidades» e, por isso, devia ver a recusa de dispensa como «sinal de confiança do seu Prelado».

Enquanto esteve nesta paróquia, o padre E. foi alvo de uma investigação informal, precisamente cinco anos após a inquirição diocesana acima descrita. O processo individual do padre E. conta com significativa correspondência e várias declarações relativas ao relacionamento do padre com uma adolescente. Uma parte dessa correspondência é de um padre que conhece bem a paróquia e que aparece como mediador do caso. Numa primeira carta ao bispo, assegurava que «tudo o que se diz é

verdade» e que o comportamento do padre E. escandalizava e revoltava o povo que o via como um «doido» e «alguém que não tem fé». Numa carta a um cônego, o mesmo padre alertava para os danos provocados pelo comportamento do padre E. e para o perigo de os representantes da Igreja o defenderem: «Caso o façamos, julgam-nos pela mesma medida». Dizia que tinha feito esforços no sentido de «afastar o caso de tribunal» e que julgava que «por agora» «a mãe da garota» não seguiria «o caminho da justiça, esperando talvez qualquer oferta». Relatava que o padre E. tinha perseguido «uma menor de 16 anos até ao descalabro de diversas vezes sair de noite só com ela». Alegando precisar de «criada menor», tinha insistido «com a mãe para a deixar ir, o que terminantemente lhe foi recusado». Quando a rapariga fugiu com o padre E., a mãe provocou grande alvoroço na aldeia a exigir o seu regresso, mas o padre E. apenas a foi mudando de casa até a levar para a cidade-sede da diocese, onde a mãe e o padre mediador a foram buscar. No regresso, «embora ensaiada pelo padre A. e pelo padre E. para nada dizer, vomitou tudo à sua mãe que a chamou com os piores nomes». O padre mediador considerava que o padre E. devia ser afastado da paróquia, mas desaconselhava a inquirição: «Julgo até desnecessário o inquérito porque podem surgir outras coisas que nos envergonhem». Seguem-se outras cartas do mesmo padre que permitem perceber a dimensão do escândalo e os seus esforços com vista a evitar que o caso causasse mais danos à Igreja. Numa longa carta posterior ao regresso da adolescente a casa da mãe, o padre mediador falava da necessidade de lhe dar «casa boa» que lhe desse «apoio moral». Descreve a adolescente como sendo uma vítima do padre E.: «A garota não é tão doida como alguns a querem julgar. Devemos ver que é uma miúda com 16 anos que ainda não tem ponderação nem reflexão, órfã de pai, com mãe muito doente, simples e católica praticante». Escreve que «ensinaram-na a mentir. Nunca tão nova julgou encontrar um sacerdote que a arrastasse para tão mau caminho e também nunca julgou que a ensinassem a deturpar a verdade. Como vê, num ambiente como este e devido a tantas promessas e dádivas, é fácil levar uma criança ao caminho que se deseja, ou melhor, a tudo. Veja que até lhe sugeriram cartas para mentir ao Senhor Bispo.» Conta que a adolescente lhe expôs «com toda a franqueza a sua odisseia que é a odisseia de todas as pessoas simples e fáceis de conquistar... Apareceu-lhe um lobo com pele de cordeiro». Conclui: «Não sei quem será mais criança e com menos juízo, se é ele, se é ela. Na verdade, ele parece uma criança com conhecimento de tudo o que é mau e ela uma criança pervertida por ele. Os factos estão consumados e com um requinte que não admitem desculpas».

Numa carta posterior a um cônego da diocese, o padre E. nega ter mantido qualquer relação com a adolescente, chama-lhe «atrasada mental», acusa-a de roubo, diz-se vítima da «escória» e pede ao cônego que interceda por ele junto do bispo, que já lhe teria garantido que o caso se resolveria. Numa declaração assinada pela adolescente cerca de um mês após esta carta, ela escreve que «todas as afirmações que fiz, sujando o nome do Senhor Padre E. são absolutamente todas falsas. Existe na verdade um homem chamado [...], cobrador das camionetas [...] que me arrastou à desgraça e que me deu conselhos no sentido de dizer que o senhor padre E. é que vivia maritalmente comigo.»

Na mesma paróquia, o padre E. foi posteriormente alvo de outras queixas sempre resolvidas a seu favor. Por exemplo, as denúncias de que manteria relações com uma mulher casada foram contrariadas por carta da própria em que se dizia vítima da «maledicência do povo». Foi também alvo de queixas envolvendo dinheiro.

Na primeira década de 1970, quando já se encontrava na cidade grande, o padre E. desenvolveu esforços para obter licença de professor e diretor de ensino liceal privado. O novo bispo da sua diocese pediu-lhe que retirasse o pedido do Ministério da Educação, mas teria dado a autorização, uma vez que, no ano seguinte, o Ministério da Educação concedeu-lhe o diploma solicitado. A partir deste ano, há documentos no arquivo que mostram que o padre E. doava regularmente dinheiro para o seminário da sua diocese. Numa carta no final da década seguinte, o padre E. dava a conhecer ao seu bispo que, devido aos problemas de saúde, tinha reduzido as suas atividades, deixando as duas escolas e mantendo apenas missas e confissões. O GIH não investigou o percurso do padre E. nestas duas escolas.

Conclusões

A inquirição diocesana ao padre E. foi ordenada pelo bispo para dar resposta a uma revolta crescente da população perante comportamentos que eram considerados devassos num sacerdote e que estariam a causar um «falatório» nocivo para a Igreja Católica. Esses comportamentos incluíam um rol de delitos — abusos sexuais de adolescentes, desvio de dinheiro, linguagem imprópria, vestuário secular, entre outros — sem que se note da parte da inquirição uma ênfase à violência sexual como dano infligido a vítimas. Os abusos sexuais são antes tratados pelas hierarquias religiosas como parte de um padrão comportamental atentatório à moral católica. Não se nota da parte das hierarquias religiosas uma preocupação para com as vítimas nem esforços de compensação e apoio. Na investigação informal ao caso da adolescente, há medidas com vista à sua integração social, mas estas parecem ter-se devido sobretudo aos esforços para apaziguar e silenciar a mãe de modo a conter o escândalo e evitar que o caso transitasse para tribunal ao abrigo do artigo 392, que previa pena de prisão para «aquele que, por meio de sedução, estuprar mulher virgem, maior de 12 e menor de 18 anos». As preocupações da diocese vão primeiramente para com a reputação da Igreja e, em segundo lugar, para com o padre E., tratado como alguém que precisava de ajuda para entrar no bom caminho.

O breve retiro espiritual imposto pelo decreto episcopal, tal como as sucessivas transferências de paróquia, enquadram-se num conjunto de advertências do bispo que não surtiram mudança no comportamento do padre E., como se depreende do teor das queixas no externato e do caso da adolescente. Da parte do padre E. nunca se notou qualquer reconhecimento ou arrependimento perante os atos de que foi acusado. Pelo contrário, posicionou-se sempre como vítima de caluniadores, aludindo repetidamente os seus problemas de saúde e insultando mesmo as vítimas.

A inquirição diocesana, as investigações informais na diocese e as numerosas queixas da população envolvendo abusos sexuais de crianças e adolescentes, maus-tratos e apropriação de dinheiros não impediram os bispos de o apoiarem nos seus esforços para trabalhar em escolas. A concessão do Ministério da Educação para exercer o cargo de diretor e as funções de professor exigiram uma autorização prévia do bispo. Desta maneira, o caso E. mostra exemplarmente como a opção das hierarquias diocesanas pelo apaziguamento da revolta da população através da transferência do padre a par de esforços de contenção/abafamento dos escândalos se traduziram, na prática, na proteção efetiva ao padre E, que pôde não só reincidir nos abusos sexuais nas paróquias para onde era transferido, como também obter posições de poder no contacto privilegiado com

crianças e adolescentes. A autorização do Ministério da Educação dificilmente teria sido concedida se os bispos tivessem dado a conhecer às autoridades civis a inquirição diocesana, as queixas no externato e o caso da adolescente. A proteção, o silêncio e o encobrimento das hierarquias possibilitaram a reincidência dos abusos sexuais e a desproteção e humilhação das vítimas.

Caso W.
Abuso sexual entre outros comportamentos clericais:
os vários «tempos» eclesiais
Década de 1960

O caso do padre W. foi identificado na resposta do bispo diocesano ao inquérito preliminar remetido pelo GIH. A documentação relativa ao mesmo encontra-se na pasta individual do padre, guardada no arquivo da diocese.

O percurso do padre W.

O padre W. nasceu no final da década de 1910, sendo ordenado presbítero na década de 1930. De família socioeconómica modesta, mas revelando capacidades intelectuais, a condição eclesial e o apoio financeiro da diocese permitiram-lhe realizar estudos superiores fora do país.

Regressado à diocese depois de concluídos os estudos, desempenhou atividades diversificadas até ao final da década de 1940: foi brevemente professor no seminário e pároco; serviu várias capelanias; desempenhou funções de nomeação civil num asilo para jovens durante cerca de meia dezena de anos; teve diversificada colaboração em órgãos de imprensa eclesial e civil; foi explicador e professor em diversas escolas e colégios. Faleceu no início da década de 1990.

A denúncia do abuso sexual

A documentação conservada assinala a variedade de polémicas em que se envolveu nas diversas funções que desempenhou. Entre elas consta a resposta que preparou às acusações de recurso a castigos corporais aos jovens a cargo e da deficiência da alimentação servida na instituição civil que dirigiu. Responde acusando: as acusações seriam motivadas politicamente, dizendo ser vítima daquele a quem tinha sido prometida a direção da instituição; ao mesmo tempo que confirma os castigos corporais, enquadra-os nas práticas em uso, apresentando-os como resposta à agressividade que asilados lhe dirigiam.

Depois disso, em meados da década de 1940, o vigário da vara a que pertencia a capelania onde o padre W. desempenhava funções escreveu ao bispo diocesano julgando «da maior necessidade a [sua] remoção daqui para outro lado» para «seu próprio bem e desta freguesia onde ele, muito por sua culpa, é considerado, em geral, pessoa de mau exemplo, e com esta fama muito concorre para a desmoralização e perda da fé de parte da mocidade».

O arrazoado de queixas contra os comportamentos do padre W. culminam no processo intitulado «de sollicitatione» datado de 1966, sobre factos que tinham ocorrido há «cerca de cinco anos».

O bispo da diocese ordena ao vigário-geral a recolha do testemunho, por escrito, que uma «criada de servir» lhe tinha feito «oralmente queixa» em matéria «relacionada com o can. 904» e «proceder em conformidade com a Instrução canónica referente a esta matéria».

O vigário-geral deu cumprimento ao ofício em menos de duas semanas. É no contexto da recolha deste testemunho que é perguntado à queixosa se tinha conhecimento de outros casos de solicitação envolvendo o padre W.

A vítima dá conta, então, do que se passara com uma sobrinha, que teria, à data dos factos, «cerca de 16 anos». Notou que a sua sobrinha desenvolvera «uma evidente afeição ou apego pelo confessor — o que se verificava em querer ir sempre à sua missa, de semana, não obstante de, para isso, ter de levantar-se muito cedo, pois a missa era às 7 da manhã».

Aconselhou-a a não se confessar ao padre W. «pois, nessa altura já se tinham passado comigo os factos que contei». Por ter começado a «notar nela qualquer preocupação ou falta de tranquilidade interior», perguntou à sobrinha o que a incomodava. Esta contou-lhe o «pedido» do padre «para ir a casa dele»; que este a tinha «sentado nos joelhos, lhe tinha tocado com as mãos no corpo, nomeadamente no peito e nas partes desonestas, por debaixo da roupa. Que a tinha abraçado e beijado e que lhe dissera: “não te faço outra coisa porque ainda é muito novinha”»

Perguntada, ainda, pelo motivo da demora na denúncia, a depoente respondeu: «logo que expus estas coisas a outro confessor, e que ele me disse do dever de fazer a denúncia, fi-la, sem demora, oralmente» ao bispo da diocese.

Na sequência do texto do inquérito consta a anotação do bispo, datada do mês seguinte à abertura do processo que tinha determinado: «Em vista de ser a primeira vez que me chegou acusação deste género a respeito do incriminado, chamei-o e disse-lhe que tinha acusações muito graves contra ele. Que, por ser a 1.^a vez, deste género, não procedia; mas que tivesse a máxima cautela nesta matéria e o máximo respeito para com o sacramento da Penitência».

A admoestação verbal e a ausência de procedimento penal canónico teriam encerrado o caso.

Porém, entre a documentação encontra-se uma carta — não datada e não assinada, que as circunstâncias textuais permitem levantar a hipótese de se tratar da autoria do bispo da diocese — dirigida ao padre W.

Refere o autor: «sempre fugi[a] e fujo de escrever cartas destas», mas que, perante a «força das circunstâncias, vejo-me forçado a escrever esta». Esperava ser «a única e que produza o efeito que muito desejo e que a sua qualidade de sacerdote impõe».

Dava conta de lhe ter aparecido «há mais de um ano» uma «pobre penitente, autêntica vítima arrastada às mais degradantes abominações, não só diante de Deus, mas até diante dos homens, se lhes fosse dado conhecê-las, não faltando até o uso sacrílego da SS.^a Eucaristia para fins inacreditáveis, e outras práticas execrandas a que a Santa Igreja liga as mais graves penas, como V. Rev.^a muito bem sabe. Como se tudo não bastasse já para arruinar a fé e o equilíbrio moral duma pobre rapariga, aconselhou V. Rev.^a a leitura de livros que nem pessoas de sólida formação devem ler. Etc. etc...»

O documento não é explícito, pelo que se torna impossível determinar se a «pobre penitente» referida é a autora da queixa do processo de solicitação ou, eventualmente, a

sua sobrinha, menor quando dos factos reportados no âmbito do processo, mas de maioria na altura em que o mesmo tramitou.

A missiva em questão é elucidativa quanto ao cuidado das autoridades diocesanas no tratamento discreto do caso, ao mesmo tempo que insinua a percepção da gravidade do mesmo, cujas incidências ultrapassariam o âmbito da solicitação: «De tudo se tem guardado o mais absoluto segredo (apenas foi denunciado o caso de solicitação, porque não podia deixar de o ser), e só eu sei tudo o resto que se passou».

Em lugar de um procedimento administrativo ou disciplinar, o prelado intimava o padre W. à mudança de comportamentos, ameaçando com a exposição dos mesmos se continuasse «a persegui-la, a falar com ela quando a encontra» ou se fosse «mais alguma vez a casa dela, ou» procurasse «estabelecer qualquer contacto com ela, seja em público, seja às escondidas ou em particular». Nesse caso, afirmava, «eu estou autorizado pela penitente a publicar tudo quanto sei a seu respeito, primeiro, entre os colegas, de muitos dos quais V.R. foi Superior e Professor; e, se não houver emenda, serão acautelados e prevenidos os próprios leigos (e sobretudo as leigas) para que não venham a cair na mesma desdita».

O percurso posterior do padre W.

A documentação relativa ao caso dá a entender que a atuação da autoridade episcopal ficou pela ausência de procedimentos disciplinares e pela admoestação com que concluía a carta não datada a que se referiu, a ser da autoria do bispo diocesano: «Somos padres para edificar e salvar e não para destruir e desorientar. Cumpramos a nossa excelsa missão com zelo e dignidade, e não nos façamos mal uns aos outros com procedimento menos coerente com as responsabilidades que livremente assumimos, no dia da nossa ordenação sacerdotal, perante Deus e perante os homens.»

No entanto, no processo individual do padre W. consta uma longa carta do próprio, datada dos primeiros anos da década de 1980, dirigida ao bispo da sua diocese, diferente daquele que determinara a abertura do processo de solicitação.

O padre W. refere, então, os seus problemas de saúde, aliados a uma condição financeira débil. Esta seria devida à ostracização a que fora votado dentro da sua diocese e que teria principiado por ocasião do caso aqui descrito: «há mais de trinta anos que me encontro marginalizado, apesar de estar, graças a Deus, no exercício regular das ordens sacras».

De facto, entre a documentação que refere os encargos para que fora nomeado, não consta algum que implicasse contacto direto com os fiéis, reportando-se, apenas, a nomeação como «juiz adjunto» do tribunal diocesano. O que é corroborado pelo seu relato: «Nestes trinta anos de constante e íntima reação em que me tenho procurado manter, como homem e como padre, nos hábitos e no hábito, nunca os meus Superiores me vieram perguntar se eu tinha de que viver honestamente, naturalmente por eu o não merecer. Nem sequer uma capelania [...] vendo-me eu obrigado a fazer dezenas de quilómetros, em domingos e dias santificados, com o peso dos» seus quase oitenta anos.

Conclusões

O caso do padre W., a documentação conservada pela diocese a seu respeito e a sua referenciação são elucidativos dos vários «tempos» e sensibilidades sociais e eclesiais relativas ao fenómeno do abuso sexual de menores por parte de membros da Igreja Católica em Portugal.

Em primeiro lugar, o caso do padre W. é exemplificativo do aproveitamento da condição eclesial para comportamentos índole clerical, sendo que estes podem frequentemente ser referidos a indivíduos que não são eclesiais. Esses comportamentos, e a noção de exercício do poder que lhe está subjacente, é identificável no caso relativo à gestão da instituição civil que o padre W. teve a seu cargo, valendo-se do seu capital intelectual, social e simbólico. E é reforçado, no caso de abuso sexual de menores, pela condição servil da vítima e da denunciante, esta maior de idade.

Em segundo lugar, a diferença de atuação entre o bispo que lidou com o caso e o atual prelado. O primeiro desvalorizou, objetivamente, a condição de menoridade de uma das vítimas, dando relevo à continuação do que considerou ser a «perseguição» do padre W. à vítima, censurando o seu comportamento no quadro da infidelidade à promessa de celibato. Isto porque o caso se estendeu por mais de seis anos: este período compreende o abuso reportado por uma vítima que não a menor e a carta não datada em que se refere ter transcorrido mais de um ano desde que o bispo teve conhecimento da queixa apresentada verbalmente.

O atual bispo da diocese identificou a documentação num processo individual em que o abuso de menores não é referido explicitamente nos seus identificadores externos, valorizando um elemento mencionado de passagem no inquérito produzido no âmbito de um caso de solicitação.

Finalmente, a documentação relativa ao caso do padre W. dá conta de uma interpretação restrita, na diocese em questão, da determinação canónica relativa ao expurgo periódico dos arquivos diocesanos de «causas criminais em matéria de costumes» (can. 489, § 2): ou seja, o cânone em questão indica que, quando da morte dos «réus» ou nos casos em que os processos canónicos «tenham terminado com sentença condenatória há dez anos», os documentos devem ser destruídos. O mesmo cânone exige que esse procedimento seja acompanhado da elaboração de um «breve sumário do facto com o texto da sentença definitiva», referindo-se a data da destruição dos documentos; sumário esse que terá de ser conservado no arquivo da diocese. Como o caso do padre W. não foi objeto de processo, o arquivo diocesano manteve a documentação existente, ao contrário de outros em que, no cumprimento das determinações canónicas, se encontrou no mesmo arquivo o «breve sumário» já referido, em cumprimento do que prescreve o CIC.

Caso G.
O «desequilíbrio moral» de um padre estimado na paróquia
Década de 1960

A reconstituição do caso e do percurso do padre G. foi feita a partir da documentação de uma inquirição diocesana que se encontra no arquivo secreto da diocese e nos documentos do processo individual do padre visado.

O percurso do padre G.

O padre G. nasceu na década de 1920 e foi ordenado nos anos 50. Foi pároco em algumas paróquias da mesma diocese. Foi também professor de Religião e Moral numa escola pública. Faleceu na década de 1980.

A inquirição de meados da década de 60

No final da década de 50, o padre G. foi nomeado pároco da paróquia onde ocorreram os acontecimentos que motivaram uma inquirição diocesana espoletada por uma longa carta ao bispo por parte de uma mulher ligada a organizações católicas. A mulher dizia que o padre G. era querido da população, tinha feito um bom trabalho, mas tudo isso fora inutilizado pelo seu «desequilíbrio moral» a partir do momento em que começou a frequentar uma família de reputação questionável e se envolveu sexualmente com a mulher da casa, dando azo a muito «falatório». A denunciante relatava o envolvimento do padre G. com outras mulheres (uma professora, criadas, freiras...), algumas das quais lhe teriam contado pormenores de encontros sexuais que aparentavam ser consensuais. Ela própria o teria surpreendido em flagrante numa dessas relações consensuais e tê-lo-ia mesmo repreendido em várias ocasiões, nomeadamente quanto ele a «tentara». As respostas do padre G. às suas repreensões eram, todavia, de desvalorização da quebra de promessa de celibato alegando que «não havia nenhum sacerdote que não tivesse mulher» e que eram as mulheres que o procuravam. A denunciante acusava também o padre de ter abusado de uma criada de 15 anos e da sobrinha de 12 de uma família do seu círculo familiar. Contou que o pai desta última lhe tinha pedido que «comunicasse tudo aos superiores não por causa da filha que não voltará [à paróquia] enquanto ele lá estiver, mas por causa das crianças inocentes que estão sujeitas a serem apanhadas».

De forma a apurar a verdade, o bispo ordenou uma inquirição diocesana em que foram ouvidas várias testemunhas, desde padres e pessoas respeitadas na terra a algumas das mulheres referidas na denúncia. Os testemunhos de terceiros tendem a apresentar a denunciante como mulher credível, a elogiar o trabalho do padre G. e a confirmar as suspeitas de que ele se teria envolvido pelo menos com a professora e uma freira. O padre G. é descrito como homem bom, mas leviano e fraco perante as más companhias. Uma mulher afirmou que «as mulheres, criando-lhe perigos, têm muita culpa. Se elas tivessem juízo, ele não chegaria a tal ponto. Ele é cheio de boas qualidades, mas é muito fraco» e «a sua fraqueza é própria de todos padres novos». Relativamente ao depoimento das mulheres que se teriam envolvido com ele, a professora admitiu que por causa da sua relação com o padre G. «poderia ter sido mãe», mas as freiras negaram qualquer envolvimento. A adolescente do círculo familiar da denunciante também foi ouvida. Contou que quando tinha 12/13 anos, o

padre começou a «meter-se» com ela quando a encontrava sozinha (punha-lhe as mãos nos ombros, beijava-a, apertava-a contra ele, tocava-lhe nas «partes desonestas do corpo», tinha «conversas ambíguas»). Disse que «não teve culpa», que ficou «muito incomodada» e relatou que a criada de 15 anos lhe tinha confidenciado que ele também lhe tinha feito «coisas impróprias» «piores». Afirmou que a criada «andava parvinha com ele», mas achava que não tinham tido «relações completas».

No mês em que decorreu a inquirição, o bispo recebeu uma carta anónima de Angola de alguém que acusava o padre G. de ter praticado «o crime de violação e estupro numa pobre rapariga ingénua» da sua família na paróquia, mas cujo nome não divulgava «com receio de escândalo e desprestígio para a nossa nobre e sublime religião». Esta carta não foi referida no relatório da inquirição.

A inquirição deu como provado que o padre G. manteve relações com a professora, que era «quase certo que no confessionário tem apalpado as pessoas», que o seu comportamento causou grande falatório entre a população que o considerava fraco e que naquela paróquia «não se emenda».

Concluída a inquirição, o bispo retirou o padre G. da paróquia e, em carta, manifestou-lhe o seu desagrado, exigindo-lhe «vida recolhida» após a transferência. A saída do padre desencadeou, nos meses seguintes, uma reação furiosa da população. Na pasta do arquivo secreto e no processo individual do padre G. encontram-se dezenas de cartas e vários abaixo-assinados a implorar e/ou exigir o seu regresso. As catequistas escreveram ao bispo a elogiar o trabalho do padre G. Uma rapariga com fama de ser sua amante escreveu a negar qualquer envolvimento com o pároco. Noutra carta lê-se que ele foi «vítima de uma maldade sem qualificação». Uma paroquiana escreveu ao bispo em nome da população para contar que tinham arranjado uma camioneta para levar as crianças a visitar «o nosso tão estimado Senhor Padre G.» e que gostariam de ser recebidas também pelo bispo. Algumas cartas adotam um tom quase insultuoso e mesmo ameaçador, acusando o bispo de ser vingativo e de estar a ajudar à expansão dos protestantes na zona.

As palavras mais duras desta correspondência vão para a mulher ligada a organizações católicas que fez a denúncia contra o padre G.: é acusada de mentirosa, pecadora, doida, falsa católica e de não ter escrúpulos. Numa carta diz-se que a origem das «calúnias» contra o padre G. são «os ciúmes de uma solteirona que nunca teve quem a procurasse para casamento». Os documentos do arquivo sugerem que esta mulher teria sido alvo de queixa civil por parte de uma outra mulher da paróquia, mas o GIH não conseguiu apurar o teor da denúncia (difamação?). Numa folha manuscrita não assinada, o bispo é convidado a assistir ao julgamento para «presenciar de que lado está a RAZÃO». Numa carta ao padre G. meio ano após a inquirição, o bispo exigia-lhe que falasse com a denunciante e o seu advogado para que fosse retirada a queixa de tribunal e assim se evitasse maior escândalo e danos à Igreja. Na carta, escreveu que, apesar de considerar o padre G. culpado, em público sempre o tinha defendido e, por isso, era «indispensável fazer-se tudo o que seja possível em ordem a evitar o deflagrar desta tempestade que traria terríveis consequências para V. Rev^a, para alguns membros do clero e para a Santa Igreja de que são sacerdotes». O bispo acusava o padre G. de se sentir seguro «porque o seu Prelado nunca o acusou em público, nem alegou nunca razões especiais que determinasse a sua transferência», mas advertia-o já que «o seu Prelado

também nunca o declarou inocente de certas acusações que lhe eram feitas e que infelizmente estão mais que documentadas e provadas.»

O percurso do padre G. após a inquirição

Alguns anos após a transferência, houve um novo conflito em torno do padre G. Na carta de um outro padre, este falava em «autêntica vergonha», dizia querer ajudá-lo, mas que ele [*padre G.*] era o «culpado disto tudo». Por sua vez, nas suas cartas, o padre G. queixava-se da «perseguição dos seus inimigos», mas a correspondência não permite perceber o teor do conflito. Alguns anos depois, numa carta enviada ao bispo em pleno verão quente de 1975, o padre G. escrevia que, na sua vida como sacerdote, tinha sofrido «calúnias, perseguições de leigos e irmãos no sacerdócio», tinha sofrido «horas bem amargas», sentido «a incompreensão de muitos, mas os pobres, os doentes, as crianças e os jovens estiveram sempre» com ele. Nesta década, o padre G. foi também professor numa escola pública.

Conclusões

O caso G. ocorreu na mesma década e na mesma diocese do caso E. O bispo teve de lidar com reações opostas da população perante os delitos sexuais dos párocos em causa: enquanto no caso E. o bispo foi alvo de ira da população, que exigia o afastamento imediato do padre, no caso G., o mesmo bispo enfrentou a ira popular por punir os comportamentos do padre ao transferi-lo de paróquia.

As reações díspares da população parecem dever-se ao facto de, no caso G., as queixas visarem «apenas» questões sexuais, a maioria dos contactos sexuais serem com mulheres adultas e consensuais e o pároco ser considerado muito prestável no desempenho dos serviços paroquiais. É assim que o padre G. é visto aos olhos da população como «pecador» devido às «fraquezas de homem novo» «tentado» por mulheres, algumas de má fama. Estas reações são fruto de um contexto conservador marcado pela regulação da sexualidade feminina, nomeadamente noções de moral sexual partilhadas pela Igreja Católica e pela população em geral. É assim que mulheres que se envolveram sexualmente com o padre são apelidadas de levianas, enquanto a adolescente de 12 anos sente a necessidade de frisar que não teve culpa pelo abuso que sofreu. A misoginia também marca a hostilidade que a denunciante enfrentou ao ser acusada de mentirosa e de ser movida por ciúmes de «solteirona». A inquirição diocesana permite também identificar a importância do estatuto social como fator determinante na legitimação do testemunho. São ouvidas apenas pessoas com algum capital social na freguesia, tanto enquanto terceiros como mulheres/adolescentes referenciadas na denúncia. Apesar de a carta-denúncia fazer referência ao envolvimento do padre com criadas, uma delas de 15 anos, nenhuma criada é ouvida, ao contrário do que acontece com a professora, as freiras e a adolescente da família da denunciante. Neste caldo cultural, o padre G. adotou um discurso de vitimização — vítima de mulheres que o seduziram e de inimigos que o perseguiram — sem que se note na documentação arquivada qualquer indício de reflexão autocrítica da sua parte.

Tal como no caso E., a atuação do bispo foi norteadada pelos esforços de evitar o escândalo. Isso conduziu à proteção pública do padre G., mas também da sua denunciante, quando foi alvo de queixa em tribunal. Relativamente às mulheres que se

envolveram sexualmente com o padre e às adolescentes abusadas, não parece ter havido qualquer preocupação para com elas da parte das autoridades eclesiais. Em suma, tanto a população como o bispo trataram o caso G. como atentado à moral e quebra de promessas sacerdotais sem que se tivesse atendido à dimensão de abuso sexual de crianças e adolescentes que o caso também incluía. É assim que o padre G. pôde continuar a manter contacto próximo com crianças e adolescentes através da catequese e, posteriormente, do ensino numa escola pública.

Caso B.

Encobrimento e uma teia de cumplicidades

Década de 1970

A reconstituição do caso e do percurso do padre B. foi feita com base na documentação do processo individual do padre, no arquivo da diocese e no processo do Ministério Público que lhe foi movido por crime de atentado ao pudor.

O percurso do padre B.

O padre B. nasceu nos anos 1910 e foi ordenado na década de 1930. Foi pároco em três freguesias da mesma diocese. A correspondência dos anos 1940, 1950 e 1960 indica que esteve envolvido em vários conflitos em torno de serviços diocesanos (batizados, casamentos, obras na igreja, compra de terrenos, etc.). Houve várias queixas de paroquianos/as relativamente à «pouca moral» do padre, acusado de comportamentos incorretos e desregrados e de criar espaços de divertimento com atividades «impróprias» para a juventude (jogos, teatro). No final dos anos 60 foi nomeado pároco da freguesia onde ocorreu a situação de abuso sexual. Faleceu na década de 2000.

O julgamento por atentado ao pudor

No processo individual do padre B. encontra-se uma notícia de início da década de 1970 emitida pelo comandante do posto da GNR, com carimbo «confidencial», e destinada ao governo civil do respetivo distrito. Na notícia, o comandante da GNR refere que se tinha realizado, na junta de freguesia, uma «sessão com o fim de ser resolvido o caso de graves comentários, sobre presumíveis factos desonestos praticados na Igreja Matriz daquela freguesia, nas pessoas das crianças que ali vão frequentar a catequese. Pois consta que o referido pároco, manda as meninas, algumas das quais já com mais de doze anos de idade, tirem as calças, quando não lhas tira ele pároco, brincando-lhes com a vagina, ao mesmo tempo que as beija, apalpando-lhes os seios, apertando-as contra si com certa violência. Aos meninos, mando-os tirar o pénis, ou tirando-lhe ele próprio, brincando com o mesmo.» Algumas crianças tinham relatado os factos aos pais, que as proibiram de participar nas atividades religiosas. Na notícia, o comandante da GNR dizia desconhecer as decisões tomadas na dita reunião ou se os factos já teriam sido relatados ao bispo. Referia que até ao momento não tinha sido apresentada nenhuma queixa no posto da GNR, que procedia «a discretas averiguações». No final do texto lê-se: «Muito conviria, dado o melindre da questão, que o assunto fosse apresentado às autoridades

Eclesiásticas, para o procedimento que for julgado mais conveniente, antes que venha a haver motivos para participar o caso a Tribunal, com o consequente desprestígio que daí resultar para essas Autoridades.»

No processo individual do padre B. não se encontram documentos com referências diretas a esta notícia da GNR. Há, porém, uma carta dirigida ao bispo redigida dez dias após a notícia em que, sem se especificarem os motivos nem os intervenientes, se referia um «encontro», a sugestão de «ausentar-se, por algum tempo, da freguesia», e a necessidade de manter «absoluto sigilo» e de salvaguardar «os valores morais, pessoais e coletivos da Santa Igreja». Cerca de três meses depois iniciou-se uma troca de correspondência entre um paroquiano, o padre B., o bispo e outros padres, que se prolongou por cerca de seis meses e que teve como motivo o pedido, da parte do primeiro, de que um jornal diocesano publicasse uma declaração sua a exigir que o padre B. esclarecesse publicamente se se sentia caluniado por ele e o teor das calúnias. Nas cartas ao padre B., o paroquiano refere, em tom de lamento, que na freguesia se tem falado muito, mas que «as línguas tão faladoras tendem agora a calar-se», fala de um «trágico acontecimento» e diz querer «levantar-se deste lodaçal fastidioso em que submergiu». Três meses após a primeira tentativa de publicação da declaração, o paroquiano escreveu ao bispo no mesmo sentido. Aí expressava a «desilusão quanto à espécie de Sacerdócio praticada nesta freguesia» e dizia que comportamentos como o do padre B. «conduzem os povos à desconfiança, confusão e descrença» e comprometiam «o bom nome do autêntico Cristianismo». A carta do bispo, uma semana depois, lamentava que o diferendo entre o padre B. e o paroquiano se estivesse a prolongar «com azedume público e nada conducente à paz autêntica que deve existir numa comunidade paroquial». Dizia não compreender que entre os dois não pudesse haver «um diálogo franco e leal em que, sem escândalo para a comunidade, o assunto se aclarasse e os nervos e ressentimentos se dissipassem.» O bispo aconselhava o paroquiano a «seguir por esse caminho». Na resposta do paroquiano, este afirmava que sempre tinha tentado evitar a «saída da triste notícia a público», mas que, perante o «duplo mal», se tornavam necessárias «obras reparadoras». Falava de si como alguém que, «além de vitimado», foi «espezinhado e alcunhado de aldrabão». Um mês depois, o paroquiano escreveu ao bispo afirmando que a ausência de resposta o levava a concluir que o bispo não tinha «autonomia ou coragem» para intervir no caso, solicitando, por isso, autorização para «apresentar o assunto superiormente» e a «indicação da Entidade Eclesiástica» a que se deveria dirigir. Numa carta confidencial da diocese ao padre B. é-lhe perguntado o «resultado do projetado encontro» com o paroquiano para que a diocese pudesse «estudar uma possível, digo, possível resposta.» A última carta do paroquiano que se encontra no arquivo é do mês seguinte e é dirigida ao bispo. Refere as tentativas em curso de realizar um encontro com o padre B. na presença de uma comissão. Dizia esperar que o «encontro seja com vista a uma decisão imediata e concreta da sua parte, sem subterfúgios nem hipocrisia, em real prol dum Cristianismo a sério e dum humanismo mais puro.» Afirmava que, no caso de não ter resposta no prazo de uma semana, tomaria «medidas enérgicas imediatas».

O cruzamento com o processo civil movido contra o padre B. permite perceber a que medidas o paroquiano se referia. Duas semanas após o envio da última carta ao bispo, este homem apresentou queixa na polícia contra o padre B. O homem contou que a sua filha ainda criança começou a recusar ter instrução do padre e, perante a pressão dos pais, descreveu abusos sexuais. A família não acreditou inicialmente, mas o pai

acabou por confirmar a verdade do testemunho da criança. No processo encontram-se as cartas que o homem tinha escrito ao bispo na tentativa de obter «reparação moral que evitasse o procedimento criminal». Para além das cartas guardadas no arquivo diocesano acima referidas, há uma anterior dirigida ao bispo em que o homem refere explicitamente os abusos sexuais. Nessa carta diz que tinha aceitado o silêncio inicialmente por acreditar no afastamento do pároco e por causa do pedido de desculpas e das promessas de regeneração, mas que, perante o movimento popular em defesa do padre B. e a ostracização social de que estava a ser vítima, recorria ao bispo com um pedido de ajuda.

O Ministério Público abriu então uma instrução preparatória pelo crime de atentado ao pudor, que iria prolongar-se por mais de um ano e durante a qual foram ouvidas numerosas testemunhas e se realizaram vários autos de acareação para confrontar testemunhas com versões divergentes dos mesmos acontecimentos. É perceptível uma cisão na freguesia entre quem corrobora a versão do homem e quem toma partido pelo padre B. Várias crianças testemunharam dizendo que também tinham sofrido abusos sexuais na catequese. Vários pais e mães reforçaram os seus testemunhos.

Terá havido desde o início uma confluência entre hierarquias católicas e autoridades civis com vista ao abafamento do caso. Várias testemunhas relataram que o bispo convocou algumas famílias insatisfeitas para uma audiência na qual lhes disse que «era preferível porem uma pedra sobre o assunto» e que dificilmente conseguiria substituir o padre B. não só por causa da falta de padres, mas também pelo facto de grande parte da freguesia o apoiar. Teria havido pressão também para que as vítimas e os seus familiares não testemunhassem contra o padre. Uma mulher relata que, quando confrontou uma criança vitimizada, ela lhe teria respondido «Cale-se, não diga nada. A minha mãe não quer que diga nada que anda por aí uma polícia para nos prender.»

Também foi ouvido o comandante da GNR responsável pela notícia acima referida. O comandante relatou que, perante o que se dizia na aldeia, informou os seus superiores, «tendo inicialmente citado ordem de agir [...], e um ou dois dias depois recebeu ordem em contrário, com fundamento de que seria dado conhecimento aos superiores do Padre B.» O comandante da GNR contou ainda que posteriormente ouviu o denunciante, mas que este «não queria mexer mais no assunto da filha para não a prejudicar no futuro» e que entretanto ele próprio «recebeu ordens superiores para não mexer nem participar contra o padre B. e por isso não fez mais diligências nem ouviu mais ninguém.»

Na fase de instrução, foram ouvidas várias testemunhas a favor do padre B., entre as quais se contam vários padres e o bispo de uma outra diocese. Alguns limitaram-se a falar do «bom carácter» do padre B., outros lançaram dúvidas sobre a credibilidade do denunciante. Entre as testemunhas a favor do padre B. contam-se pais e mães de crianças identificadas como tendo sido abusadas e mesmo algumas destas crianças. Estes testemunhos tendem a fazer descrições abonatórias do padre B. e a acusar a existência de uma campanha contra o padre movida por pessoas anticatólicas que teriam instruído as crianças a deturpar a verdade. Uma mulher em particular é apontada como sendo a obreira da «campanha de difamação para expulsar o pároco». A mulher em causa tinha andado de casa em casa a perguntar às crianças da catequese se o padre B. tinha abusado delas. Algumas crianças testemunharam dizendo que o padre só tinha tido gestos de carinho para com elas. Vários pais e várias mães depuseram no mesmo sentido. O pai de

uma criança referenciada disse que acreditava que os gestos do padre B. tinham sido sem «intenção maldosa, pois parece-lhe que se o prior quisesse praticar atos sexuais com mulheres o faria com mulheres adultas».

A defesa do padre B. partiu destes depoimentos para alegar que a queixa contra o padre não passava de «mais uma» conspiração movida pelo ódio à Igreja Católica que se aproveitou de um homem manipulável que teria inventado o caso da filha para «criar as condições que lhe permitissem recuperar a clientela perdida». O Ministério Público não se mostrou sensível à defesa do padre B. e, já após o 25 de Abril, decidiu que «das instruções (preparatória e contraditória) resultam indícios suficientes ou provas bastantes», ou seja, considera que existe forte suspeita de o padre B. ter «perpetrado atentado ao pudor». A decisão é justificada com o seguinte argumento: em crimes sexuais, como o atentado ao pudor, «domina o entendimento de que, pela explicável deficiência de outros elementos de prova, por motivos que são intuitivos, as declarações da ofendida assumem particular relevância.» Considera que as declarações da criança e do pai são convincentes, e corroboradas pelo testemunho de outras crianças, pelo que se conclui que o «processo transporta abundante e significativa base judiciária».

Cerca de meio ano depois, teve lugar o julgamento que culminou na absolvição do padre B. O apoio da população foi decisivo para este desfecho: «O réu tem sido um sacerdote zeloso, respeitado, com plena aceitação na generalidade dos paroquianos e promotor do progresso social da terra [...] É ele pessoa muito amiga das crianças, que costuma, em manifestação de ternura, beijá-las e sentá-las ao colo. A quase totalidade das pessoas [...] estão convencidas da sua inocência». A palavra das crianças foi desacreditada: [*as crianças*] «referiram tais coisas passado mais de um ano depois de dizerem que tinham acontecido e a instância de uma testemunha de personalidade muito vinculada»; «dada a forma como esses relatos foram conseguidos, o facto de algumas crianças virem depois a negá-los, as circunstâncias em que os referiam, o modo como diziam eles terem ocorrido, o facto de referirem que o réu os praticava diante de todas, de algumas dizerem que nunca nada tinham visto, vieram a convencer a quase totalidade das pessoas de que isso não passava de imaginação infantil».

O percurso do padre B. após o arquivamento do inquérito civil

O padre B. continuou como pároco da mesma freguesia até aos anos 90, quando pediu dispensa por motivos de saúde e velhice.

Conclusões

O caso B. exemplifica as ambiguidades, silêncios e limitações dos arquivos diocesanos relativamente ao apuramento da dimensão da incidência de abusos sexuais de crianças e adolescentes por sacerdotes da Igreja Católica. Uma parte da correspondência referente aos abusos sexuais do padre B. apenas se torna inteligível a partir da consulta do processo do Ministério Público. Sem este processo, o GIH não poderia associar alguma correspondência do processo individual do padre B. às queixas de abusos sexuais e aos esforços do bispo com vista a evitar a visibilidade pública das mesmas. O caso B. sinaliza também a possibilidade de negligência, manipulação ou expurgo do arquivo. Não existe rasto no arquivo diocesano da primeira carta do paroquiano ao bispo (na qual descreve o abuso sexual da filha), nem da correspondência

e dos eventuais despachos referentes ao afastamento inicial do padre nem das diligências com vista à audiência do bispo às famílias descontentes. Essa documentação pode nunca ter sido arquivada, devido aos esforços do bispo de então para tratar o assunto de maneira sigilosa, ou pode ter sido expurgada posteriormente. A ter acontecido um expurgo, este terá sido no passado, uma vez que foram os próprios bispo e vigário diocesano atuais que chamaram a atenção do GIH para a notícia da GNR.

O caso B. aponta para uma situação de cumplicidade das autoridades civis no encobrimento de abusos sexuais perpetrados por sacerdotes católicos. O teor da notícia da GNR dirigida ao Governo Civil (a indicação de que as autoridades eclesiásticas deveriam ser alertadas; a não abertura imediata uma investigação oficial), a presença desta notícia no arquivo diocesano e a sua ausência da pasta do processo do Ministério Público sinalizam uma promiscuidade entre autoridades civis e eclesiásticas na gestão de denúncias de abusos sexuais por sacerdotes. O depoimento do próprio comandante da GNR aponta para o papel dos seus superiores nas diligências para que o caso não fosse investigado.

No encobrimento do caso, as hierarquias católicas não só protegeram o padre B. da justiça civil como também terão prescindido de medidas punitivas eclesiásticas. No início houve uma tentativa de transferência, mas foi abandonada de imediato, sem que se identifiquem, através do arquivo, quaisquer outras medidas internas de punição. Esta proteção ao agressor foi concomitante com uma indiferença para com as vítimas, que enveredou mesmo por hostilidade e atitudes persecutórias a quem recusou o silêncio. O caso B. aponta para um contexto socioeconómico de pequena comunidade em que as autoridades religiosas detinham forte capital simbólico, tinham tratamento privilegiado por parte das autoridades civis e, em alinhamento com elas, encontravam mecanismos para silenciar testemunhas. Apesar de a notícia da GNR indicar várias crianças vitimizadas, apenas uma família avançou com a queixa oficial e várias famílias de crianças vitimizadas acabaram por testemunhar a favor do padre B. Foi a família que levou o caso ao tribunal que acabou por ser ostracizada socialmente, não o padre.

O caso B. aponta para um contexto sociocultural em que a possibilidade de um padre ser objeto de processo em tribunal surge como algo improvável aos olhos da população. As próprias famílias das crianças abusadas parecem favoráveis à transferência do padre abusador da paróquia como a solução para o problema — sem exigirem a comunicação dos abusos às autoridades civis como forma de prevenção. A atuação do denunciante aponta neste sentido. Foi a perceção de ausência de qualquer punição por parte das autoridades eclesiásticas — o que terá dado confiança ao padre B. para chamar caluniador a quem falava dos abusos sexuais — que intensificou o conflito. O avançar com a queixa em tribunal surge assim como uma reação não apenas ao dano feito à sua filha, mas como reação do homem a um dano feito a si próprio (a acusação de caluniador). O processo no Ministério Público é o culminar de um caminho de descrença nas autoridades católicas perante o encobrimento dos abusos e a proteção dos agressores sexuais.

Os abusos sexuais perpetrados pelo padre B. foram investigados pelo Ministério Público como «crime de atentado ao pudor», ou seja, enquadrados no domínio da moralidade e dos bons costumes sociais, e não no da violência. O bem jurídico ofendido era a «honestidade» (sexual, leia-se) e não a liberdade sexual, como está hoje consagrado no Código Penal. Nesse sentido, o caso sinaliza as mudanças significativas operadas nas últimas décadas na perceção do abuso sexual com implicações no quadro jurídico. Tendo em conta

que as vítimas tinham menos de 14 anos, os abusos sexuais reportados seriam investigados atualmente como «abuso sexual de crianças». Com vítimas de outras idades, seriam investigados como outros atos contra a liberdade e autodeterminação sexual.

O processo no Ministério Público permite observar ainda formas díspares de (in)validação do testemunho das vítimas de violência sexual, que, neste caso, podem estar associados às transformações profundas operadas em Portugal — a queixa foi apresentada antes do 25 de Abril, a decisão de levar o caso a julgamento e a sentença foram proferidas no ano após a revolução, período marcado por fortes tensões e oscilações socioculturais. A decisão de levar o caso a julgamento sustenta-se na credibilização do testemunho das vítimas como prova em crimes sexuais; a sentença, porém, proferida no mesmo ano, sinaliza um processo inverso de descridibilização do testemunho da vítima frente à opinião dominante na comunidade.

Caso Y.
O primado da oralidade
Década de 1990

O padre Y. tem uma queixa no inquérito da Comissão Independente, sendo que é a primeira vez que a vítima revela o abuso. Estando esta em idade puberal, o abuso terá ocorrido na igreja paroquial que frequentava. A credibilidade da queixa é reforçada a partir da leitura da documentação do arquivo diocesano. O padre Y. provém de famílias com recursos no seio da qual há já vários religiosos. Terá feito estudos superiores no estrangeiro e em Portugal, não chegando a concluir nenhuma licenciatura. Foi ordenado no final do século XX. Era tido pelos seus pares como megalómano e conflituoso. Sem saber o que fazer com ele, o bispo fê-lo capelão de uma instituição de ensino superior, colocando-o sob vigilância do seu diretor. Nestas funções, revelou traços de mitómano e deu-se a «intimidades» com as alunas, que se queixaram. Foi retirado da instituição de ensino e enviado para uma paróquia, para junto de um outro pároco que lhe era familiar. A experiência não correu bem e o padre Y. pediu para sair. Primeiro, foi colaborar noutras paróquias, depois, foi designado coadjutor noutra local. Desempenhando cada vez mais funções civis, desligou-se progressivamente da sua ocupação pastoral. Já no século XXI, viria a pedir dispensa das obrigações sacerdotais, alegando dificuldades de relacionamento com o seu prelado, a vontade de constituir família e de prosseguir uma carreira política. Em menos de seis meses é dispensado, após o que contrai matrimónio.

Caso V.
Entre a discrição, o castigo e a caridade
Década de 1990

O GIH teve conhecimento do caso por via da congregação a que V. pertence.

V. é fundador de um movimento católico e é neste contexto que se dão os abusos sexuais e os episódios de violência física. Das várias vítimas que denunciam a situação,

apenas uma era menor à data do abuso. O caso ter-se-á passado na última década do século XX.

O superior de uma residência da congregação informa o provincial de que as queixas de abusos de menores por parte de V. se tornaram do domínio público. O superior manda V. sair imediatamente da residência onde se encontra, preferencialmente para longe dos distritos mais próximos. Deste modo, procura evitar «perturbações públicas». V. terá de informar o superior do local para onde vai a fim de terem posteriormente uma conversa de viva-voz. O superior esclarece que este afastamento não é um castigo, mas uma medida de prudência que se irá manter até que se apure a verdade dos factos — que V. nega categoricamente.

O provincial tenta apurar os factos, aconselha-se com várias pessoas e considera que os testemunhos das alegadas vítimas são «credíveis e coerentes entre si». Decide então afastar V. da obra que criara. Participa ainda ao superior geral.

O provincial depara depois com a existência de um grupo que acusa o religioso e um outro que o defende. O advogado da congregação aconselha-o a não tomar posições a favor de nenhum deles. O providencial considera que ambos são compostos por «pessoas de valor, generosas e com qualidade».

Enquanto aguarda instruções do superior geral, o provincial procura conselho junto da autoridade diocesana da localidade e de outras pessoas mais experientes no seio da congregação. O prelado concorda com o afastamento físico de V. da região. O superior geral também concorda com a medida, mas recomenda ao provincial que trate V. «com toda a caridade». Adianta que se deve evitar uma acareação entre os grupos, que poderia ter resultados contraproducentes.

O provincial informa V. que terá de deixar a obra que fundara e dirigia. V. resistiu, mas acabou por anuir. Não há documentação do restante andamento do processo.

Caso P.

A dimensão interclassista dos abusos sexuais de menores

Década de 2000

O pároco P. foi denunciado por três vezes no âmbito do inquérito promovido pela Comissão Independente. À data do abuso, as alegadas vítimas tinham idades pré-puberal e puberal. Todas identificam explicitamente o nome do abusador e abusos, que vão desde a masturbação do próprio e do abusado aos toques, sexo oral e atos de natureza sexual de violência extrema. Dois dos episódios terão ocorrido na casa paroquial

A pesquisa nos arquivos diocesanos revelou a existência de outras queixas ocorridas nos séculos XX (1.º caso) e XXI (2.º caso).

Num primeiro momento, estas deram origem a uma investigação prévia levada a cabo pela autoridade diocesana, a qual posteriormente se constituiu em processo administrativo penal. Todas as queixas reportadas ao bispo referem que os abusos ocorreram no contexto de alegados exercícios de autoconfiança. As vítimas eram convidadas a ir à casa paroquial, onde se desnudavam em frente ao espelho. Em certas

situações, eram convidadas a permanecer nuas em outros locais da casa. Noutros casos, o alegado exercício implicava a nudez do próprio pároco, toques no pénis e masturbação.

A documentação aponta para que o número de abusados seja substancialmente maior do que o apurado no âmbito do inquérito da Comissão Independente. Por um lado, porque não há coincidência entre as datas de nascimento das vítimas que se queixaram à Comissão Independente e as dos menores que foram ouvidos durante as averiguações internas da diocese. Por outro lado, no primeiro inquérito promovido pelo prelado, as alegadas vítimas indicam terem conhecimento de outros casos.

O mesmo abusador foi objeto de uma outra investigação prévia mais recente já sob a égide de outro prelado. Trata-se de uma denúncia de um ex-seminarista maior de idade que refere ter sido abusado também em contexto de alegados exercícios de autoconfiança. A serem provados, tais abusos terão ocorrido ainda antes de ter sido encerrado o processo administrativo penal.

P. possuía um perfil sociocultural elevado e relacionava-se com figuras públicas e membros destacados de dois movimentos católicos considerados, teologicamente, dos mais conservadores. Um destes clérigos é referido numa denúncia como amigo muito próximo do pároco. Outro dos clérigos, popular entre os católicos do meio urbano e com presença regular mediática, é a primeira escolha do presbítero para se constituir seu advogado e procurador no processo administrativo penal — embora o seu nome tenha sido recusado por não ser especialista em Direito Canónico, como a Santa Sé exigia. Todos eles convivem com o pároco no contexto de uma organização leiga do Vaticano aberta a eclesiásticos. A esta organização pertence ainda outro pároco com uma queixa à Comissão Independente.

Nesta medida, este estudo de caso é ilustrativo de que o abuso de menores é um fenómeno interclassista, pois não estamos perante um modesto pároco de aldeia que entra no seminário para fugir à dureza da vida rural.

Mas existem outras dimensões que vale a pena destacar. A primeira, é a longa duração temporal do primeiro processo que se arrasta por sete anos — vulnerabiliza o menor e não serve os interesses do denunciado, cujo destino fica suspenso por um longo tempo. Contudo, os dois processos ilustram cabalmente as diferenças de procedimento à medida que nos aproximamos da atualidade. No primeiro caso, quase todas as etapas do processo levam um tempo desmedido; no segundo caso, todas as ações empreendidas pela autoridade religiosa têm lugar ao longo de apenas um ano.

Saliente-se ainda que, não sendo a autoridade diocesana legalmente obrigada a comunicar os abusos sexuais no seu seio às autoridades civis, a omissão de denúncia não pode deixar de representar um risco acrescido para eventuais vítimas.

Este caso é também paradigmático no que se refere à dificuldade de provar abusos sexuais de menores, o que, porém, não é exclusivo do modo de proceder da Igreja Católica, pois é um traço comum aos processos que correm no Ministério Público.

Sucessão temporal do primeiro caso

ANO 1

1. Vítimas e alguns familiares são recebidos pelo prelado.
2. O alegado abusador terá sido informado de que não poderia voltar à paróquia sem antes a situação se esclarecer. O sacerdote é privado de celebrar Eucaristia e de confessar outros crentes que não sacerdotes ou religiosas.

3. O pároco aceita retirar-se da paróquia e desloca-se para instituição religiosa no estrangeiro.

ANO 2

1. A pedido do prelado, a vítima entrega queixa formal ao bispo.
2. O prelado entrega ao sacerdote externo à diocese o processo de averiguações.
3. Meses depois, este sacerdote escusa-se à tarefa.
4. Bispo nomeia outro sacerdote da sua diocese.
5. Bispo recebe o guia para a compreensão dos procedimentos da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) sobre as acusações de abusos sexuais, que estipula o dever de enviar o caso à Congregação sempre que os indícios tivessem fundamento.
6. No âmbito do inquérito preliminar, queixoso e testemunhas, também elas alegadas vítimas, são interrogadas.

ANO 3

1. Sacerdote da diocese entrega ao bispo *dossier* com os depoimentos dos jovens.
2. Bispo participa o caso ao Prefeito da CDF e pede instruções sobre o que fazer. Faz notar que, de acordo com a legislação portuguesa, não se trata de pedofilia, mas de abuso de menores, e que o Direito Civil não obriga a denúncia.
3. Cerca de dois meses depois, o Núncio Apostólico informa o prelado de que a documentação foi remetida à CDF.
4. Cerca de cinco meses depois, o bispo insiste junto da CDF para obter esclarecimentos sobre o modo de proceder. Reclama urgência, pois o padre, à revelia do bispo, continua a celebrar a Eucaristia e a confessar outros crentes que não sacerdotes ou religiosas, ainda que não na sua diocese. Além disso, a organização leiga do Vaticano tinha pedido o *nihil obstat* quanto à distinção que pretendia oferecer ao pároco.
5. Prelado volta a insistir no pedido de instruções à CDF.

ANO 4

6. A CDF autoriza o bispo a levar a cabo um processo administrativo penal e manda perguntar ao padre se está disposto a apresentar voluntariamente ao Santo Padre o pedido de dispensa de todos os deveres sacerdotais, incluindo o celibato. Se o pároco assim o fizesse, não seria necessário o processo. Diz-se ainda que é conveniente que até ao final do processo, para evitar escândalo e proteger os menores, o ministério sacerdotal do pároco seja limitado e que não será possível transferi-lo para outra diocese.

ANO 5

1. Tem início o processo administrativo penal.

ANO 6

1. O acusado é informado da abertura do processo. É solicitado que nomeie advogado doutor em Direito Canónico.
2. O nome indicado pelo alegado abusador não é aceite por se tratar de pessoa não especialista em Direito Canónico.
3. O alegado abusador nomeia outro advogado doutorado em Direito Canónico.

4. O advogado entrega um relato dos acontecimentos feito por P., declarando que se trata de manobra de alguém com quem conflituara e que deseja retirá-lo da paróquia. P. põe também a hipótese de em tempos ter dito que para afastar um pároco de uma paróquia bastava criar uma suspeita de abuso sexual de menores. Acrescenta ainda que, no seu caso, tal seria ainda mais fácil pois o pároco não tinha boas relações com o seu prelado. Juntamente com o relato, é entregue uma série de testemunhos a favor do pároco, entre os quais o da mãe do queixoso e o de um outro pároco também alvo de uma denúncia no âmbito da Comissão de Inquérito.
5. Cerca de quatro anos e meio depois da primeira queixa, o decreto sentença conclui que não há provas suficientes que sustentem a culpabilidade do acusado e que, na dúvida, se decide em favor do acusado. O alegado abusador é declarado inocente, com os seguintes fundamentos:
 - 1) o acusado ter desistido de colaborar no processo;
 - 2) a mãe deste ter justificado a denúncia como desejo de vingança;
 - 3) falta de credibilidade do queixoso e testemunhas;
 - 4) desejo de protagonismo do pai do queixoso.
6. A sentença é enviada à CDF para confirmação.
7. O pároco regressa às funções pastorais.

ANO 7

1. O bispo pede à CDF que o decreto seja apreciado, lembrando o Dicastério que a demora acarreta sofrimento para os envolvidos.
2. O processo é considerado fechado.

Sucessão temporal do segundo caso

Todos os factos abaixo referidos tiveram lugar em menos de um ano e são os seguintes:

1. Vítima envia carta de denúncia e disponibiliza os seus contactos.
2. Prelado contacta a vítima por telefone.
3. Vítima formaliza por escrito a sua queixa.
4. Bispo informa a CDF.
5. CDF mandata o bispo para realizar uma investigação prévia.
6. Decreto dá início ao processo e simultaneamente nomeia instrutor e notário.
7. Padre a quem a vítima terá contado o sucedido e que se oferece para falar com clérigo muito amigo do alegado abusador confirma que ouvira a vítima e falara com o referido clérigo.
8. Vítima presta declarações e confirma que fora abordado pelo seu amigo clérigo.
9. Instrutor da investigação apresenta ao prelado o seu relatório, no qual considera mais credível o denunciante do que o denunciado. Desde o momento em que a Santa Sé mandataria o bispo até esta data, tinham passado cerca de três meses.
10. Bispo envia informação para a CDF, considerando que, embora não pareça ter subsistido matéria para dar origem a um processo penal, o acusado deve desculpar-se junto do acusador e deve haver lugar a uma admoestação formal. De saída para outra diocese, a conclusão do processo fica a cargo do futuro bispo.
11. Encerramento do processo de investigação prévia.

12. CDF considera não ser da sua competência o caso em questão, pelo que o mesmo será arquivado. Por fim, remete a responsabilidade pelo acompanhamento do caso ao prelado.
-

Caso T.
A homossexualidade tratada como indício de prova
Década de 2010

A reconstituição do caso e do percurso do padre T. foi feita com base na documentação do processo do padre, no arquivo secreto da diocese, e em informações complementares fornecidas pelo bispo.

O percurso do padre T.

O padre T. nasceu no início da década de 1980 e foi ordenado no final da década de 2000.

A denúncia de abuso sexual

Na década de 2010, o bispo foi contactado por um seminarista já adulto, que lhe contou que aos 17 anos iniciara uma relação homossexual com o padre T. O bispo decretou que a investigação prévia ao caso se realizasse numa outra diocese de maiores dimensões e com mais recursos jurídicos. Foram ouvidos o seminarista, o padre T. e várias testemunhas. O seminarista relatou que mantivera uma relação com o padre T. marcada por momentos tensos e de ciúmes, que teria terminado quando descobriu que o padre T. mantinha um relacionamento homossexual com um outro padre da diocese. Este último, chamado a depor, negou qualquer envolvimento com o padre T. e atribuiu a denúncia a uma suposta «obsessão» do seminarista pelo padre T. O padre T. negou as acusações do seminarista, alegando que nunca tivera atração sexual por pessoas do mesmo sexo e que, na juventude, tivera relações sexuais com mulheres. Algumas testemunhas, que tinham contactado com o padre T. no passado, afirmaram, porém, que este tivera uma juventude marcada por vivências homossexuais. No relatório final da investigação prévia, consta que a investigação não conseguiu «qualquer prova irrefutável acerca da veracidade ou não das denúncias feitas», mas que parece haver «maior coerência e transparência no discurso do denunciante». Refere-se, também, a agressividade do padre T. nalguns momentos da investigação. O caso investigado é descrito como situação complexa e «doentia». O relatório questiona a capacidade de o padre T. exercer o ministério sacerdotal de forma autónoma; questiona também se o seminarista reuniria condições para enveredar pelo sacerdócio.

Quando o bispo enviou a documentação à Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, nem o seminarista nem o padre T. se encontravam em Portugal. Logo após a denúncia, o seminarista revelou sinais de depressão e, a conselho do bispo, teve acompanhamento espiritual numa congregação religiosa no estrangeiro. Foi posteriormente aconselhado a abandonar o seminário e acabou por mudar-se para outro país. O bispo relatou este desenvolvimento na carta ao Vaticano, acrescentando que o

seminarista «não voltou a insistir na acusação inicial». O padre T. também começou a manifestar sinais graves de esgotamento nervoso. O bispo afastou-o da diocese, enviando-o para uma congregação num país do Sul para realizar uma «cura interior» que lhe permitisse também a «reabilitação da sua imagem» na diocese. Era aí que se encontrava quando o bispo enviou a documentação do caso para o Vaticano.

Enquanto aguardava a resposta da Congregação para a Doutrina da Fé, o bispo recebeu uma carta do ex-seminarista com um pedido de perdão, na qual dizia que a denúncia não fora movida por uma vontade de purificação, mas pela raiva. O bispo interpretou estas palavras como uma retração. Invocando esta carta e argumentando que a investigação prévia não tinha constatado a veracidade da acusação, decidiu arquivar o processo. Porém, a Congregação para a Doutrina da Fé considerou que o caso não estava suficientemente esclarecido, com base no argumento de que a função das investigações prévias não era «chegar à certeza moral dos factos», mas apenas apurar a existência de *fumus delite*. A diocese responsável pela investigação prévia foi, assim, novamente convocada, desta vez para a instauração de um processo penal administrativo.

O processo instaurado contra o padre T. teve como base jurídica o entendimento do abuso sexual de menores estipulado nas Diretrizes para a Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis, aprovadas pela Conferência Episcopal Portuguesa: «o abuso sexual de menores ocorre quando um adulto recorre à sedução, à chantagem, a ameaças e/ou à manipulação psicológica para envolver crianças, adolescentes ou jovens menores em atividades sexuais ou eróticas de qualquer índole, que inclua contacto direto ou indireto, por qualquer forma de comunicação». Foi analisada a informação da investigação prévia e recolheram-se novos depoimentos. O processo concluiu que não se viu provado o delito de abuso sexual de menores (*sexum cum minore*, cânone 1395), uma vez que o denunciante «não apresentou, além da sua palavra, outra prova conclusiva», e que o padre T. sempre negou a acusação e não recaíam sobre ele «outras acusações semelhantes, anteriores à denúncia ou posteriores». O processo conclui que «[n]o entanto, existem nos autos várias referências à possibilidade de o padre T. ter tendências homossexuais e ter tido comportamentos correspondentes, sobretudo antes da ordenação sacerdotal, mas também posteriormente com o denunciante [...]. Não sendo este o objeto do presente processo, sugere-se atenção a esta questão. Tendo em conta as observações acima apontadas, recomenda-se vivamente [ao bispo] que vele para que o padre T. continue a ser acompanhado de perto no exercício do seu ministério pastoral.»

O percurso posterior do padre T.

O padre C. permaneceu cerca de um ano na congregação, no país do Sul. A partir de uma carta enviada ao bispo, percebe-se que as suas atividades, algumas de grande responsabilidade, envolviam contacto próximo com jovens de meios carenciados. No regresso à diocese, retomou as suas atividades sob vigilância episcopal.

Conclusões

As diretrizes da CEP relativas à definição de abuso sexual de menores como conjunto de situações diversas, que vão da violação à sedução para atos de cariz sexual, permitiram que o padre T. fosse investigado por abuso sexual de menores por um relacionamento com um adolescente de 17 anos. Este alargamento na perceção do que é

um abuso sexual de menores repercutiu-se nos procedimentos eclesiásticos de cariz judicial, mas não necessariamente no campo da prevenção. O padre T. pôde continuar a manter contacto próximo com adolescentes durante o tempo que passou numa congregação religiosa no estrangeiro. Noutros casos da mesma década, os sacerdotes investigados foram impedidos de manter contacto com crianças e adolescentes enquanto decorriam as investigações eclesiásticas. Neste caso não foram tomadas tais medidas, apesar de o relatório final da investigação prévia considerar a versão do denunciante mais coerente do que a do acusado. Tal poderá ter que ver com o que se tornaria o foco da investigação.

Tanto na investigação prévia como no processo penal relativos ao padre T., o apuramento da verdade sustentou-se na averiguação da credibilidade dos depoimentos prestados. O apuramento da verdade — se o padre T. mantivera relações sexuais com o seminarista — passou em grande parte pela averiguação da orientação sexual do padre T. Este alegou, precisamente, a heterossexualidade como prova de inocência. É pouco provável que a inquirição tivesse dado um tal enfoque à orientação sexual do acusado, como meio para apurar a verdade, se a denúncia implicasse uma vítima do sexo feminino.

Caso H. O poder da palavra Década de 2010

A documentação relativa ao caso H. encontra-se numa pasta do arquivo secreto da diocese. A reconstituição do caso foi feita com base nesta documentação e em informação complementar fornecida pelo bispo.

O percurso do frei H.

O frei H., de nacionalidade estrangeira, pertencia a uma congregação com casas em Portugal. Passou vários anos em Portugal. Faleceu há várias décadas.

O caso H.

No final da década de 2010, o bispo recebeu uma carta de uma mulher estrangeira. Nessa carta, que foi imediatamente traduzida para português, a mulher relatava que, quando era adolescente, na década de 1950, a sua família viveu três anos numa cidade portuguesa. O pai, católico devoto, encarregou o frei H., que falava a mesma língua da família, de dar catequese aos filhos. A partir do segundo ano, essas sessões de instrução católica passaram a ser momentos de abusos sexuais (toques nas zonas genitais). A mulher atribuiu a sua incapacidade de reagir aos abusos ao seu carácter — era «envergonhada, insegura e introvertida, sem coragem para falar ou protestar» —, à educação repressiva em questões de sexualidade que recebeu na sua família e à autoridade moral do agressor perante os seus pais. A mãe tinha falado com ela apenas sobre menstruação, tendo-a instruído a não deixar os rapazes tocar-lhe nos seios: «Nunca me ocorreu que alguém estivesse interessado em tocar-me naquela zona. Mas não era um rapaz, era um homem, um padre, um homem de Deus em quem os meus pais

confiavam e de quem gostavam. Fiquei perplexa, envergonhada e miserável. Eu queria recusar ir à catequese, mas sabia que o meu pai ia querer saber o porquê e eu não podia dizer-lhe nada, bem como à minha mãe. Eu sabia que eles não iam acreditar em mim, que me acusariam de dizer mentiras, só para não ir à instrução. Eu pensei que o que o frei H. fazia era por minha culpa, por alguma coisa que eu tinha feito e que causava isso, e que teria grandes problemas em casa por isso mesmo. Estava muito assustada». Descreve os seus 13 e 14 anos como os piores da sua vida. Depois de regressar ao país natal e reingressar numa escola católica, as aulas de um padre idoso sobre questões sexuais adensaram os sentimentos de culpa: «Eis a sua mensagem: era responsabilidade da rapariga não despertar sexualmente os rapazes, os rapazes não conseguiam evitá-lo. E fazê-lo antes do casamento era pecado mortal. Eu sabia por eles o que era despertar. Por isso, a minha mente foi diretamente para trás, para o frei H. — era minha responsabilidade! Fiquei em choque. Fiquei a tremer. Estava em pecado mortal e não sabia o que fazer. Não podia ir à comunhão, mesmo se já tinha ido confessar-me porque nunca fiz uma confissão perfeita, então tinha um novo pecado. A minha consciência extremamente escrupulosa era muito ativa. O meu pai parecia zangado comigo (provavelmente preocupado), mas eu tornei-me boa a mentir criativamente. Estava aterrorizada e sabia que iria para o inferno. Eu desejava deixar a Igreja Católica, mas senti que isso só iria aumentar os meus pecados. Passaram-se décadas, para que esse medo desaparecesse.»

Décadas mais tarde, voltou a Portugal e visitou a igreja da congregação do seu abusador. Tentou escrever-lhe para lhe expressar a raiva e o perdão, mas um padre informou-a da morte do frei H.: «Eu fiquei aliviada, porque se ele estivesse vivo, teria de me confrontar com ele». Depois escreveu aos pais «expressando a minha dor e perdão», mas acabou por rasgar as duas cartas, atirar os pedacinhos ao mar e fotografá-los: «Agora posso olhar para essa foto e lembrar-me que o perdão é um processo, uma deliberada vontade».

A mulher contou que tinha abordado os abusos apenas de forma muito restrita na esfera privada, como mãe, quando alertou os filhos para a possibilidade de se confrontarem com situações semelhantes. A decisão de escrever ao bispo da diocese onde fora abusada sexualmente foi motivada pelas dolorosas memórias que foram sendo reativadas através das notícias de encobrimento de abusos sexuais de crianças por membros da Igreja Católica noutras partes do mundo: «Muitos dos abusos não tinham sido comunicados antes, ou se foram, tinham sido ignorados, encobertos e negados. Eu nunca comuniquei o meu. Eu devia ter feito isso muitos anos antes, mas, porque não o fiz, percebi agora que o meu silêncio contribuiu para o mesmo encobrimento. Peço desculpa por isso.» A mulher esperava assim que o seu testemunho pudesse ajudar a confirmar o testemunho de outras eventuais vítimas do mesmo sacerdote.

No final da carta, a mulher descreve os efeitos devastadores que os abusos tiveram nas suas relações familiares, no seu casamento, na sua relação com a Igreja Católica: «Agora tenho 76 anos de idade, sou mãe e avó, sei que os meus pais me amaram, apenas se preocupavam muito comigo, com razão. Eles teriam ficado devastados se tivessem sabido, particularmente o meu pai. Eu não deixei a Igreja Católica Romana. Encontrei uma paróquia e comunidade que amo, mas o mais importante é a minha relação com Deus e a Criação, e os contínuos atos de perdão. Mas, à medida que mais

casos de abusos são reportados, o meu coração ainda chora por aquela menina perplexa e assustada de 13 anos.»

O bispo partilhou a carta com o superior da casa da congregação a que pertencia o frei H. e, cerca de seis semanas depois, a mulher recebeu duas cartas com teor semelhante. Na sua resposta, o bispo manifestou a «profunda tristeza e revolta» pelos factos relatados e agradeceu a coragem e a «maneira muito viva e de fina sensibilidade psicológica» como os relatou. Informava que o frei H. não era da diocese — ou seja, os seus arquivos diocesanos não continham documentação relativa ao sacerdote — e que nunca lhe tinham chegado outras queixas relativas ao sacerdote. No entanto, a sua carta servia para «humilde e contritamente, pedir perdão e desculpa». Atendendo a que o sacerdote em causa já tinha falecido, o bispo apelava à oração: «rezemos por ele: que a misericórdia do nosso Deus o absolva desse tremendo pecado. E que o sofrimento pelo qual a senhora teve de passar seja agora transformado em bênção, em paz, em felicidade para si e a sua caríssima família». No final, pôs-se à disposição para o que ela considerasse útil.

Na carta que escreveu à mulher, o superior da casa da congregação do frei H. manifestava surpresa e choque perante os acontecimentos, já que tinha conhecido o sacerdote no final da década de 50 e nutria admiração por ele. A sua carta vai no sentido semelhante à do bispo: «Admiro a sua coragem, em ter confiado em nós, e em nos relatar tudo o que lhe acontecera, e as marcas que tudo isto deixou em si. Que Deus perdoe ao nosso irmão frei H., que já faleceu. Ele já deu contas a Deus, e estou certo que se terá arrependido do que fez, e que Deus lhe tenha perdoado, pois acreditamos na Misericórdia Divina». Pede perdão à mulher em nome da congregação e apela à reconciliação: «Penso, e espero, que a sua carta tenha sido uma maneira de se libertar desse problema, que trouxe consigo tantos anos. Desejo que fique em paz consigo, com o frei. H., e com os [*membros da congregação*] portugueses»; «estou solidário consigo, e desejo-lhe muita paz, em Cristo Jesus, e que se sinta mais liberta, para viver futuramente, com mais esperança.»

Na mesma altura, o bispo reportou o caso à Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, dando conta dos passos por si adotados (contacto com o superior da casa da congregação, pedido de desculpas) e da inexistência de outras queixas na diocese contra o sacerdote visado. A resposta da Congregação para a Doutrina da Fé chegou um mês depois: «Considerando a informação de que o referido clérigo já faleceu, este Dicastério comunica-lhe que não é possível proceder ulteriormente, e recomenda paternal cuidado em relação às necessidades que eventualmente supostas vítimas possam manifestar».

Conclusões

A carta da mulher formula de forma exemplar os mecanismos que impedem tantas crianças e adolescentes de reagir no momento da agressão sexual e de denunciar os agressores, bem como descreve as consequências devastadoras do silêncio e do trauma sexual na vida das vítimas. Como em tantos outros casos, a denúncia foi feita apenas décadas mais tarde, sem a possibilidade de a queixa ser sustentada por provas materiais nem de o agressor vir a enfrentar a justiça civil e/ou eclesiástica, não só devido à prescrição do crime, mas também por causa da morte do agressor. Neste sentido, o caso H. é semelhante a outros com rasto nos arquivos da Igreja Católica Portuguesa. A

resposta das autoridades eclesiais neste caso merece, todavia, especial atenção. Em algumas outras denúncias *a posteriori*, as hierarquias — e nalguns casos as próprias comissões de proteção de menores — adotam um tom jurídico com vista ao apuramento da verdade: em primeiro lugar, solicitam provas que corroborem as queixas, convocam denunciante para depoimento, e, em casos pontuais, apontam para as repercussões e riscos de falsas denúncias. No caso H., apesar de as autoridades religiosas manifestarem surpresa e desconhecimento de outros abusos sexuais imputados ao mesmo sacerdote, as suas respostas não vão no sentido de questionar a credibilidade da mulher como denunciante exigindo-lhes provas, mas, pelo contrário, expressam empatia para com a mulher enquanto vítima, ou seja, na resposta das hierarquias manifesta-se uma disponibilidade para acreditar sem provas materiais.

Não nos cabe, enquanto GIH, encontrar explicações para estas reações diversas. Há, todavia, alguns aspetos que merecem reflexão. A denúncia contra o frei H. foi feita sem pedidos de punição do agressor nem de compensação pelos danos sofridos, mas articulada pela vítima como tentando fazer parte de um processo em curso no seio da Igreja Católica de reconhecimento pelo sofrimento das vítimas de abusos sexuais e de implementação de medidas preventivas. Não menos significativo é o facto de a queixa ser articulada como um processo individual de gestão do trauma que se cruza com a capacidade de perdoar e empenho em continuar a fazer parte da comunidade católica. Nesse sentido, mais do que um pedido, o testemunho da mulher apresenta-se como uma dádiva: um exemplo de perdão e de permanência na Igreja Católica apesar da injustiça sofrida. Por fim, a reação das hierarquias religiosas não terá sido alheia ao facto, sublinhado tanto pelo bispo como pelo superior da congregação, de a mulher revelar uma capacidade notável no uso da palavra para dar voz ao trauma provocado pelos abusos sexuais de crianças em contextos católicos.

Caso O. Mecanismos de (des)confiança Década 2010

A documentação relativa ao caso O. encontra-se numa pasta do arquivo secreto da diocese. A reconstituição do caso foi feita com base nesta documentação e em informação complementar fornecida pelo bispo.

O percurso do padre O.

O padre O. nasceu na década de 1930 e foi ordenado no final da década de 1950. Foi pároco de algumas paróquias da mesma diocese e, nas décadas de 60, 70 e 80, foi formador em seminários da sua diocese. Na década de 2010 deixou as funções de pároco por motivos de saúde e pela idade avançada.

A denúncia contra o padre O.

Na década de 2010, a diocese recebeu um *email* no qual um homem afirmava que no seminário que tinha frequentado na adolescência «existiram casos de pedofilia» que

«foram abafados e esquecidos» e que «seria ótimo e talvez necessário ouvir pela primeira vez um pouco do que se passou» para que se pudesse «prevenir casos futuros». No dia seguinte, a diocese pediu-lhe o contacto telefónico, o que o homem facultou de imediato. Poucos dias depois, o homem recebeu uma convocatória da parte de um sacerdote diocesano, para tal designado pelo bispo, na qual constava que a sua denúncia de «delitos canónicos de pedofilia» fora feita «sem indicar factos concretos reveladores das circunstâncias de tempo, lugar e modo em que foram cometidos e sem indicar eventuais suspeitos da sua prática. Não se sabendo se o eventual suspeito é um leigo ou um clérigo, não se sabe a lei aplicável, pois esta é diferente conforme cada um dos casos». A convocatória cita a seguir o direito canónico aplicável — a necessidade de inquirir de forma cautelosa delitos que pareçam verosímeis — para argumentar que a denúncia recebida «carece de verosimilhança, pois não indica factos concretos, limitando-se a dizer, abstratamente, que “existiram casos de pedofilia” no Seminário [...]». A convocatória conclui que tal afirmação se trata de «um juízo, uma conclusão, uma dedução, mas não de factos materiais e concretos». Cita ainda o artigo 16 de 21-5-2010 da Congregação para a Doutrina da Fé, que também refere a necessidade de haver verosimilhança nas denúncias investigadas, para concluir que a denúncia feita pelo homem «deveria ser arquivada liminarmente». Porém, perante a «regra da “tolerância zero”, propugnada pelo Santo Padre Francisco», a convocatória dá «uma oportunidade» ao homem «de colaborar com a justiça eclesiástica, fornecendo factos indiciadores das circunstâncias de tempo, lugar e modo em que os delitos terão ocorrido». Assim, é convocado para prestar declarações na diocese na presença desse sacerdote e de uma outra pessoa duas semanas depois, de modo a poder tornar a denúncia verosímil.

O homem não compareceu na diocese na data indicada. Recebeu posteriormente uma segunda convocatória com indicação de nova data para prestar declarações e assim colaborar «com a justiça eclesiástica para o esclarecimento da verdade». Aí se referia que, caso o homem faltasse uma segunda vez, o responsável por este processo seria «forçado a tomar as medidas que a lei impõe nestes casos». O homem não compareceu e, ao telefone, teria dito que se recusava a assinar documentos (tinham sido lavradas atas das duas reuniões a que ele não tinha comparecido).

Como o próprio forneceu à diocese a sua identidade e a data da frequência do seminário, foi fácil chegar à documentação de arquivo existente. Mas a documentação ali existente sobre ele tinha que ver somente com o ingresso escolar e as notas.

Perante isto, o bispo da diocese dirigiu-se ao antigo responsável pelo seminário com uma série de questões para este responder por escrito. Cerca de seis semanas após a segunda data proposta ao homem, a diocese recebeu um documento com as respostas desse antigo responsável do seminário, referenciado na denúncia. Num registo sintético, confirmou que «houve uma denúncia de uma família sobre coisas que não estavam bem [...] onde estava o filho». Disse que se tratava de um agressor, que identificou como sendo o padre O., e que as vítimas eram vários adolescentes, mas não sabia «precisar idades (13-15 anos?)». Questionado sobre as medidas tomadas após a denúncia da família, respondeu: «Aconselhei-me com o meu diretor espiritual, fui falar com o pároco e fui dizer ao padre em causa que teria de deixar a responsabilidade direta dos alunos e assim foi feito». Indagado sobre a eficácia das medidas tomadas, afirmou: «Diligências foram feitas para resolver o problema de vez. Mas, a esta distância, não posso assegurar que tenha acabado tudo de imediato». À pergunta sobre se os adolescentes abusados

«sofreram especiais traumas psicológicos ao longo das suas vidas» respondeu: «Isso não sei. Os alunos em questão e os seus companheiros ficaram sob a responsabilidade do, então, Diretor espiritual do Seminário (já falecido) e, por aí, devem ter tido algum acompanhamento espiritual». No final, o então responsável acrescentou: «Na altura, fizemos o que era costume e o que pareceu mais indicado.»

A documentação reunida foi então enviada pelo atual bispo da diocese à Congregação para a Doutrina da Fé. Na resposta, cerca de um mês depois, esta entidade, «considerando a ausência do denunciante nas duas vezes em que foi convocado para ser escutado e apresentar concretamente sua denúncia», concluiu que não era «possível dar continuidade ao caso, pelo menos diante do que foi apresentado até ao presente momento».

O percurso do padre O. após os abusos

O padre O. deixou o seminário na década de 1980. Encontra-se atualmente num estado de saúde muito debilitado que não permitiu que fosse questionado sobre o teor da denúncia.

Conclusões

Atendendo ao facto de o denunciante ter frequentado o seminário em meados da década de 1970 e o padre O. ter deixado o mesmo seminário apenas na década de 1980, podemos suspeitar que a denúncia da família, na altura, não levou ao afastamento definitivo do padre do contacto próximo com adolescentes e/ou que o denunciante se refere a outras situações de abuso sexual para além da referenciada pelo então responsável da instituição. O agressor não foi referenciado à Polícia Judiciária. A documentação disponível no arquivo não faz referência a punições eclesiais, nem a estratégias concertadas de apoio às vítimas ou de prevenção de abusos no seminário. Assumindo que o responsável pela instituição fez o que, nas suas palavras, era costume na altura, o caso O. permite identificar um contexto institucional que se torna permissivo à ocorrência de abusos sexuais de crianças e adolescentes pela ausência de medidas eficazes de punição dos agressores identificados e de prevenção da reincidência.

O caso O. também sinaliza a origem de um dos principais silêncios do arquivo na questão dos abusos sexuais por membros da Igreja Católica: a frequente gestão oral das denúncias. Os vários momentos do caso O. na década de 1970 — desde a queixa da família até à decisão relativa ao afastamento do agressor das vítimas — foram tratados em conversa, sem deixar rastros escritos que pudessem ser arquivados e, assim, funcionar como alerta em futuras nomeações do padre visado. A forma de tratar situações de abuso sexual acarretava assim o seu encobrimento.

Quando a denúncia de abusos no seminário foi feita à diocese, décadas depois, numa altura de grande visibilidade mediática dos abusos sexuais na Igreja Católica, o processo de gestão enveredou por uma formalidade escudada nas referências à legislação canónica e no registo de todos os procedimentos (atas, convocatórias). A opção pelo apuramento da verdade traduziu-se, neste caso, na exigência ao denunciante de provas e de dados concretos, ou seja, num questionamento da credibilidade do seu testemunho num tom judicial. O registo adotado poderá ser lido mesmo como tendo alguma hostilidade. Quando, por exemplo, na segunda convocatória, o encarregado de tratar este caso fala em «medidas que

a lei impõe nestes casos», não se percebe se estará a referir-se ao arquivamento da denúncia ou se tal poderá indicar uma referência velada a um eventual processo de difamação. Apesar de o depoimento do responsável pela instituição dar credibilidade à queixa, a diocese não esgotou todas as possibilidades que tinha ao seu dispor com vista ao apuramento da verdade: solicitar um depoimento mais pormenorizado do responsável pela instituição; procurar pessoas que tivessem contactado com o padre O. nos seus anos de seminário; repensar a abordagem adotada face ao denunciante e tentar eventualmente um novo contacto. Talvez a sua não comparência na diocese para credibilizar a queixa possa ter sido potenciada pela abordagem jurídica da parte da diocese que, em vez de fomentar um espaço de confiança para o testemunho, poderá ter gerado insegurança perante as repercussões jurídicas que uma tal denúncia poderia acarretar para o denunciante. Neste caso, o apuramento da verdade não teria qualquer impacto junto do padre O. devido à sua saúde debilitada; poderia, todavia, oferecer às vítimas o reconhecimento e o apoio que não tiveram nos anos 70.

Caso L.
O regresso ao estado laical como forma
de evitar o processo administrativo penal
Década de 2010

A reconstituição do caso e do percurso do padre L. foi feita com base na documentação que se encontra no processo do padre no arquivo secreto da diocese e em informação complementar fornecida pelo bispo.

O percurso do padre L.

O padre L. nasceu na década de 1950 e foi ordenado na década de 1980. Na década de 2010 foi incardinado numa outra diocese.

A denúncia de abusos sexuais

Numa altura em que a Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa estava prestes a iniciar trabalhos, a Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis (CDPMVA) da primeira diocese do padre L. foi contactada via *email* por um homem que pretendia denunciar o padre por uma situação de pedofilia ocorrida cerca de trinta anos antes. Poucos dias depois, teve lugar uma reunião na diocese, na qual o pároco que tinha substituído o padre L. na freguesia onde tinham ocorrido os atos denunciados relatou que, anos antes, uma mulher lhe tinha comunicado «sem grandes pormenores» que o padre anterior tinha abusado sexualmente de vários rapazes, o que levou as mães, «na altura, a assumir uma relação de desconfiança prudencial para com ele».

Na resposta ao homem, a CDPMVA faz voto das palavras do Papa Francisco de «tolerância zero e transparência total» e diz que «a partir deste momento é nossa prioridade acompanhar o [*homem*] nesta caminhada que em boa hora decidiu iniciar. Creia que tudo faremos para que não se sinta novamente vítima. Propomos que caso se sinta confortável possa ter uma conversa pessoal com um dos membros desta comissão,

pode ser um eclesiástico ou um dos membros civis da Comissão, homem ou senhora, o que lhe der maior conforto e segurança». Teve início então um processo de comunicação entre o homem e a CDPMAV, no qual se denota disponibilidade da parte da comissão e um tom amigável na transmissão de informação. Há um encontro com o homem e, num *email* posterior, a CDPMAV explica como a queixa deve ser feita pois, «atendendo à prescrição civil, no âmbito canónico há caminho a percorrer». É dito ao homem que pode optar por «apresentar uma queixa formal com todos os riscos inerentes à sua eventual reabilitação e à visibilidade mediática do caso» ou «apenas proceder a uma denúncia informal minimizando os inconvenientes supra-referidos». A CDPMAV afirma que, qualquer que seja a decisão, estarão «sempre disponíveis para o acompanhar» e no final renova «gratidão pela decisão corajosa que tomou e força».

O homem decidiu avançar com queixa formal. Uma vez que o padre L. estava incardinado noutra diocese, a queixa foi enviada para o bispo respetivo, que, de imediato, afastou o padre L. da atividade pastoral e decretou a realização de uma investigação prévia. O bispo também comunicou o abuso ao Ministério Público, ao qual informou que já tinha dado início aos passos previstos do ponto de vista canónico e solicitou que fossem tomadas «outras consequências do foro civil», manifestando disponibilidade para colaborar na investigação. As duas dioceses fizeram, na altura, comunicados de imprensa sobre o caso.

A investigação prévia decorreu com a maior celeridade e respeitando todos os trâmites previstos nas Diretrizes da CEP relativamente a casos de abuso sexual de menores. O homem foi ouvido cerca de dois meses após ter feito a queixa. Aí relatou os abusos sexuais sofridos durante vários anos na adolescência e afirmou que não tencionava fazer a denúncia ao Ministério Público, mas apenas «junto das autoridades eclesásticas por temer que este sacerdote pudesse vir a causar danos a outras crianças». Afirmou também que o fez «porque, na atual situação, vi abertura na Igreja para o fazer e julgo que este tipo de comportamento também deve ter consequências».

A seguir foi ouvido o padre que substituiu o padre L. na paróquia onde se deram os abusos. O seu testemunho revela que o caso era do conhecimento da diocese. Contou que, anos antes, uma paroquiana lhe relatara que o filho e outros rapazes tinham sido vítimas do padre L., mas na altura ele não comunicou a situação. Apenas anos mais tarde, «quando na Igreja se começou a falar nestes casos de pedofilia» e soube que o padre L. tinha funções de contacto próximo com jovens, comunicou ao bispo da sua diocese, que não deu seguimento ao assunto. Porém, não comunicou ao bispo da diocese onde se encontrava o padre L. «com medo que ele [*bispo*] lidasse mal com o tema».

Durante a investigação prévia, foram ouvidos também padres e um jovem do círculo de contactos do padre L. na sua segunda diocese. Todos disseram ter ficado surpreendidos perante a denúncia e afirmaram que o padre L. gozava de muita estima e boa reputação na sua paróquia.

Quando foi chamado a depor, o padre L. fez-se acompanhar por uma advogada e recusou colaborar: «Não presto declarações. Remeto-me ao silêncio pelo facto de a denúncia ser demasiado vaga.» Disse também que não pretendia solicitar a passagem ao estado laical.

Foram ainda contactados dois homens cujos nomes tinham sido indicados pelo denunciante como vítimas prováveis do padre L. Um desses homens manifestou indisponibilidade para prestar declarações, mas acabou por falar ao telefone, mostrando-

-se muito nervoso e incomodado por ver o seu nome associado ao caso e dizendo que «não se sentia abusado». A sua ansiedade foi, todavia, interpretada como sinal de que poderia ter sido de facto vítima. O outro homem confirmou que tinha sido abusado pelo padre L. na adolescência.

Valorizando estes depoimentos e o do padre que sucedeu ao padre L. na paróquia dos atos denunciados, a investigação considerou que «existem fortes indícios de que o caso era do conhecimento dos meios eclesiais da diocese. A existir um processo penal estes indícios deverão ser devidamente averiguados». A recusa, do padre, de prestar declarações e o seu pânico quando confrontado com a possibilidade de mais duas denúncias sinalizarem à investigação a «existência de *fumus delicti*». A investigação concluiu assim que, «portanto, é verosímil a existência de factos delituosos. A denúncia tem fundamento nos factos e em direito».

Perante este resultado, o padre L. decidiu solicitar a passagem ao estado laical. Escreveu ao Papa Francisco nesse sentido, obtendo de imediato autorização do Vaticano e ficando assim dispensado “das obrigações inerentes à Sagrada Ordenação, inclusive celibato”.

O bispo reportou o caso à Congregação para a Doutrina da Fé, com toda a documentação. Uma vez que o padre L. tinha passado ao estado laical, a Congregação para a Doutrina da Fé encerrou o caso.

O percurso do padre L. após o arquivamento do caso

O padre L. regressou ao estado laical e, assim, não enfrentou processo penal administrativo. Alguns meses depois, o Ministério Público arquivou o processo por prescrição do crime.

Conclusões

O caso L. permite observar mudanças significativas no seio da Igreja Católica de atuação perante denúncias de abusos sexuais de crianças e adolescentes. Os abusos sexuais ocorreram ainda na década de 80, sem que os adolescentes vitimizados tivessem encontrado espaço para a denúncia. Foi a mãe de um deles que, anos mais tarde, comunicou a situação ao pároco que sucedeu ao padre L. No início, não reportou o caso na diocese, mas depois, num contexto em que se começava a falar publicamente sobre pedofilia, deu-o a conhecer a outros eclesiais. Terá havido algum conhecimento na diocese, mas o bispo decidiu não atuar. Não foram tomadas medidas punitivas relativamente ao padre L. nem se efetivou qualquer tentativa para aferir a situação das vítimas, entretanto já na idade adulta. Tão-pouco foram tomadas medidas preventivas, apesar de o padre L. manter contacto com jovens. Quando a denúncia foi feita por uma vítima num momento de significativo interesse mediático pelo tema através da criação da Comissão Independente, a reação da diocese, através da CDPMAV, entretanto criada, sinaliza mudanças relativamente ao passado: disponibilidade para dar seguimento à queixa, disponibilidade para apoiar a vítima. A diocese em que o padre estava incardinado também reage no mesmo sentido: suspensão do pároco, realização imediata de uma investigação prévia durante a qual se tentam ouvir outras vítimas potenciais, comunicação do caso ao Ministério Público, emissão de um comunicado de imprensa. Todo o processo é célere e marcado pela abertura para com a sociedade civil.

O caso L. convida a uma reflexão sobre os limites da justiça civil e da canónica perante abusos sexuais reportados décadas depois de terem acontecido. Tendo em conta a prescrição do crime prevista pelo Código Penal português, a lei canónica surgia como a única que poderia promover o apuramento da verdade e oferecer algum tipo de punição ao padre V. Perante os resultados da investigação prévia, a Congregação para a Doutrina da Fé teria certamente ordenado a realização de um processo penal administrativo, que também serviria para investigar o encobrimento da denúncia do caso anos antes na primeira diocese do padre L. Porém, a solicitação de passagem ao estado laical implicou o arquivamento imediato do processo, ou seja, impossibilitou que o caso fosse investigado com mais profundidade e julgado nos foros eclesiais. Para além disso, uma vez que não foi julgado na justiça civil, o padre L. não está impedido de contacto com menores nem terá de se sujeitar a medidas de acompanhamento psicológico.

Caso C.

Entre a atitude defensiva e a empatia com a vítima

Década de 2020

C., membro não presbítero de um instituto religioso, foi denunciado quatro vezes no inquérito da Comissão Independente. As vítimas são todas do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 7 e os 11 anos de idade. Os abusos terão ocorrido entre o final da década de oitenta e o início da década de noventa. Nenhuma das vítimas os revelou no momento da ocorrência e duas delas fizeram-no pela primeira vez no inquérito. A vergonha foi a razão que apontaram para permanecer em silêncio.

Os episódios a que as vítimas se referem passaram-se na enfermaria do colégio. Sempre que um aluno se feria ou magoava, era comum ir à enfermaria. Eram assim muitas as oportunidades para que os abusos ocorressem. As vítimas referem que o comportamento do enfermeiro era até motivo de piadas entre os alunos. De acordo com um dos testemunhos, o colégio, apesar de, anos depois, um dos pais ter feito queixa, não terá afastado o abusador. Os denunciantes referem que os abusos consistiam em beijos na boca e toques nos órgãos genitais. Todos consideram que se tratou de um episódio marcante nas suas vidas e referem a necessidade de garantir que «este tipo de situações não volte a acontecer».

Um dos denunciantes afirma claramente que a sua denúncia se deveu às declarações do Presidente da República quanto à quantidade de denúncias à Comissão Independente. Sentiu com elas «uma desilusão imensa» e resolveu denunciar para que «o mais alto representante da nação» não pensasse que os abusos sexuais eram «poucos» e que o número de denúncias era «normal». Dirá ainda que espera que outros tenham a mesma reação.

O instituto religioso disponibilizou ao GIH um memorando escrito por um antigo provincial a propósito de uma situação análoga perpetrada pelo mesmo abusador. Na década de 2000, um antigo aluno terá apresentado uma queixa por abusos sexuais cometidos por C.. A sua motivação principal terá sido evitar que o religioso continuasse a praticar tais abusos. Nessa data, o suspeito já tinha falecido há mais de 10 anos.

O então provincial ter-se-á encontrado com a vítima. Nessa ocasião, a vítima contou que a sua mãe terá sabido do caso quando o abuso ocorreu, mas desvalorizou o assunto. O provincial soube depois que, apesar de ter procurado demonstrar empatia, o abusado sentiu que apenas pretendia «recolher informação». De qualquer modo, considerou o testemunho da vítima credível.

De Roma terão vindo indicações sobre os procedimentos a seguir. Nessas instruções, insistia-se «na importância de procurar aconselhamento jurídico e que [se] preparasse para o pior», tanto mais que a vítima tinha referido que o caso estava para sair na imprensa e a sensibilidade para o problema dos abusos sexuais na Igreja Católica era cada vez maior.

O provincial discutiu depois o caso com alguns religiosos e um jurista. Está tê-lo-á que o crime já havia prescrito, além do que o suspeito já tinha morrido. Todos se preparam para a possibilidade do abuso se tornar público. Entre as medidas a tomar caso o assunto viesse a público, decidiu-se preparar uma carta para os pais dos alunos do colégio. Nela, seriam informados de que o abusador já tinha falecido e que, de qualquer modo, se iria apurar cabalmente o que se passara.

Ao mesmo tempo, foram recolhidos testemunhos de várias pessoas que trabalhavam no colégio e que poderiam ter tido conhecimento do ocorrido. Todos alegaram desconhecer tais factos.

Entretanto, o caso não chegou a vir a público. Contudo, o presbítero afirmou agora ter plena consciência de que, «refletindo [à luz dos] critérios de hoje», a sua atuação «foi mais de tom defensivo do que de apoio à vítima». Dirá ainda que, se fosse hoje, «teria feito um pedido de desculpas explícito e procurado encontrar um caminho concreto de apoio à vítima, para além da ocasião de escuta que lhe proporcion[ou]».

Quer as denúncias à Comissão Independente, quer o depoimento prestado pelo antigo provincial permitem extrair conclusões. A primeira é a de que, à época, situações de abuso sexual sem penetração tendiam a ser socialmente desvalorizadas, dando origem a piadas entre os jovens. A segunda conclusão é a de que na última década, a forma como a Igreja Católica actua em face a casos desta natureza mudou radicalmente, passando o apoio à vítima no centro das suas preocupações.

Caso X.

O que o GIH não conseguiu apurar

Década de 2020

O inquérito da Comissão contém uma queixa relativa a abusos sexuais, com tentativa de penetração, cometidos por um sacerdote contra uma criança de sexo feminino com 6 anos de idade. Os abusos terão ocorrido em finais da década de 1970, com regularidade e durante um período de dois anos. Tudo se passou numa instituição vocacionada para o acolhimento de crianças em risco, fundada e dirigida pelo eclesiástico. A alegada vítima refere também que era obrigada a tomar banhos de água fria e a ingerir comida estragada.

O GIH encontrou referências a este eclesiástico em duas ocasiões: 1) numa pesquisa aleatória em processos individuais da congregação a que pertencia; 2) numa

pesquisa em processos individuais na diocese onde o mesmo sacerdote se instalou depois de ter deixado a vida comunitária na sua congregação. Porém, esta documentação eclesiástica não comprovou a existência de abusos sexuais.

Este eclesiástico nasceu na década de 1920 e faleceu recentemente. Pertencia a uma congregação religiosa, tendo sido ordenado presbítero no início da década de 1960. Desempenhou vários cargos em instituições de ensino da congregação, até que em princípios dos anos 1970 fundou um orfanato, com seis crianças, número que em poucos anos se elevou a cerca de quarenta. Uma década depois de ter deixado a vida em comunidade, é incardinado numa diocese, com a anuência do provincial da sua congregação.

A passagem do religioso da congregação para a diocese foi atribulada. Na verdade, ele tinha autorização para ir para a diocese apenas por um ano, para aprofundar os seus estudos, mas por lá ficou durante mais seis anos, sem autorização do seu superior. Durante este período, a congregação pressionou-o insistentemente para que voltasse para junto da comunidade ou se desvinculasse dela. Desejando manter-se fora da comunidade mas continuar a pertencer à congregação, o religioso chegou mesmo a ensaiar ir a Roma para convencer a cúria geral da bondade do seu pensamento. Para este efeito, pediu à congregação que pagasse as despesas da deslocação — o que, naturalmente, não aconteceu. O problema só foi resolvido quando o vice-provincial transmitiu ao padre que, se o religioso não se desvinculasse da congregação, seria instaurado um processo canónico que terminaria com a excomunhão compulsiva.

Resolvido o problema, o provincial explicará o caso ao superior geral. Nesta ocasião, aponta os inúmeros defeitos do presbítero e diz que, entre os membros da congregação, este era tido por pouco equilibrado e megalómano, desejoso de glória e de comando. Acrescenta ainda que, enquanto o religioso dirigiu uma das comunidades da congregação, terá feito coisas «incríveis e extravagantes», acabando por ser removido das funções.

É então que resolve fazer uma experiência fora da comunidade. Vai aprofundar os seus estudos e cria um orfanato. Para obter recursos financeiros, vai ao estrangeiro pedir donativos, chegando o vigário de uma diocese onde realizou essas atividades a pedir informações sobre o padre em questão, pois a instituição que ele dirigia não constava do *Anuário Católico de Portugal* e desconhecia se se tratava de pessoa idónea. Aí o padre fez apelos na imprensa local e organizou sessões de filmes portugueses para recolha de fundos.

Voltamos a ter notícia do sacerdote através da imprensa e a propósito de um alegado abuso sexual ocorrido no final da década de 1990. Trata-se de uma acusação do Ministério Público por atentado ao pudor — o abuso não chegou a ser consumado — cometido contra uma criança de sexo feminino, com 12 anos, que estaria em regime de internato numa instituição que o presbítero dirigia.

Aí se diz que o caso foi denunciado na sequência de uma ação da Inspeção-Geral da Segurança Social, que englobava várias instituições fundadas pelo referido padre, em relação às quais havia também queixas de maus-tratos sobre crianças. De entre toda a panóplia de castigos infligidos às crianças, o mais suave seria o de banhos de água fria, também referidos na denúncia à Comissão Independente.

No julgamento civil, o padre foi absolvido.

Surpreendentemente, não há inquirições nem processo canónico. Também não há correspondência entre clérigos sobre o caso. Na verdade, a este respeito, o processo individual do eclesiástico na diocese onde estava incardinado à data dos alegados abusos continha apenas dois recortes de imprensa reportando-se ao abuso.

Entretanto, o padre faleceu recentemente, com uma idade vetusta.

As várias referências que aqui se mencionaram permitem enunciar suspeitas, mas a documentação conservada nos arquivos eclesiásticos, por si só, não permite confirmar a existência de abusos sexuais. Daí que as autoridades diocesanas tenham destacado, por ocasião da sua morte, as atividades deste padre em favor das crianças e dos jovens.

Na investigação deste caso, teria sido de grande utilidade consultar o processo do Ministério Público. Porém, o curto período em que decorreu a pesquisa do GIH em arquivo não permitiu levar a cabo as diligências necessárias para o acesso a esta documentação. Teria também sido importante ouvir as pessoas da região para definir melhor os contornos do caso. Também aí o prazo de entrega do presente relatório inviabilizou este último projeto.

Caso M.

Proteger a vítima ou o abusador

Década de 2020

Este estudo de caso não foi denunciado no Inquérito da Comissão Independente, tendo sido referenciado pela autoridade diocesana.

O abusador é leigo, chefe dos acólitos e, à data da primeira ocorrência, desempenhava funções de catequista. Terá abusado de duas crianças em idade pré-puberal, uma delas com défice cognitivo, de quem era padrinho de batismo. Em ambos os casos, tratou-se de apalpação dos seios, na primeira situação, sobre a roupa, na segunda, elevando a camisola da menor e tocando diretamente na pele. As queixas terão sido comunicadas ao pároco pelas respetivas mães.

Perante a primeira denúncia, o padre proibiu o adulto de contactar com crianças e adolescentes na catequese. Porém, o alegado abusador foi autorizado a permanecer nas funções de acólito e continuar a frequentar a igreja. No segundo caso, ocorrido cerca de um ano depois do primeiro, o pároco suspendeu de imediato o alegado abusador de todas as funções na paróquia. Em ambas as situações, não informou nem o seu bispo nem as autoridades policiais.

O prelado terá tido conhecimento dos dois casos através do despacho de acusação do Ministério Público. Neste, 1) o abusador é acusado de abuso sexual de crianças; 2) o padre é considerado culpado, por omissão e ocultamento, pelo Ministério Público; 3) a autoridade diocesana é ilibada porque, apesar de se considerar que «a Igreja Católica tem um dever de garante, e é perfeitamente configurável que seja responsabilizada por crimes contra menores que possam ser praticados por omissão», o bispo de nada tinha conhecimento.

Em face destes factos, o bispo mandou imediatamente que se procedesse a uma investigação, colocando-a a cargo da Comissão Diocesana de Proteção de Menores e

Adultos Vulneráveis. À cautela, ordenou a suspensão do padre e contactou com vários canonistas, procurando saber se lhe cabia iniciar um processo canónico. Não sendo as respostas unânimes, pediu instruções à Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), juntando um testemunho abonatório do pároco referido. Aí refere, também, que a decisão de manter o primeiro caso sigiloso foi acordada entre a mãe e o padre, com o fim de evitar escândalo público com possível repercussão na criança. Quanto ao segundo caso, o padre terá alegado desconhecer a obrigatoriedade de o participar às autoridades civis. Em ambos, as famílias das vítimas prestaram apoio e solidariedade ao pároco.

Na resposta da CDF às dúvidas apresentadas pelo bispo, o Dicastério mantém que o pároco não agiu de modo doloso, pecando apenas por não ter agido «de modo mais incisivo», pelo que não se configura um delito canónico. Acrescenta ainda que um eventual delito de omissão não seria da competência da CDF, cujo âmbito de atuação se limita aos delitos sexuais de menores cometidos por clérigos.

Mais recentemente, o caso ganhou repercussão mediática e a diocese viu-se obrigada a emitir um comunicado com esclarecimentos. Nele informa que o abusador, que confessou os crimes, irá ser julgado nos tribunais civis, tendo-lhe sido fixada obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e proibição de contactar com menores de 16 anos. Quanto ao pároco, o tribunal civil considerou que não houve «vontade de encobrir ou menosprezar» os abusos, tendo apenas subestimado «o risco futuro de tal voltar a acontecer». Anuncia ainda que, face às decisões canónica e civil, o pároco será reintegrado nas suas atividades pastorais.

Caso I.

Há um antes e um depois... do Papa Francisco

Década de 2020

O caso foi denunciado, uma vez, no inquérito da Comissão Independente. A pesquisa nos arquivos diocesanos permitiu documentá-lo.

O denunciante, muito perturbado, dirige-se a uma casa de acolhimento de jovens desvalidos para confrontar o padre responsável pela instituição durante o período em que lá viveu (anos 1970-1980). Não sendo possível falar com o antigo diretor que, embora residisse na diocese, havia sido incardinado numa outra, a vítima é recebida pelo atual diretor. Contou-lhe os abusos que sofreu durante anos e o modo como comprometeram irremediavelmente uma vida adulta saudável. Segundo descreve, numa primeira fase, quando se encontrava ainda em idade pré-puberal, os abusos ocorriam na sua própria cama, na camarata, e consistiam em toques nas zonas íntimas. O abusado nunca referiu estes episódios a ninguém por medo e vergonha. Numa segunda fase, já em idade puberal, uma funcionária (identificada) mandava-o ao quarto do diretor. As situações ocorriam entre as 22 e as 23 horas. Quando a vítima entrava no quarto do padre, este já se encontrava nu e exigia massagens, que iam do peito aos pés e incluíam a zona pélvica.

No mesmo dia em que é feita esta denúncia, o diretor da instituição tem uma segunda conversa com a vítima, oferece acompanhamento de um psicólogo no seu lugar de residência — que era longe, e informa-a das alternativas de que dispunha: denunciar

o caso à Comissão Independente, ao Ministério Público ou à Comissão Diocesana de Proteção de Menores. O abusado opta por falar com esta última.

No dia seguinte à denúncia, o padre diretor da instituição, muito preocupado com a enorme angústia da vítima, expõe o problema à autoridade diocesana e solicita orientações. Nesse mesmo dia, a vítima é ouvida pela Comissão Diocesana de Proteção de Menores.

Nesta audição, o denunciante reitera os factos acima referidos, acrescentando que, já depois de ter saído da instituição, soube de outros dois colegas que eram vítimas das mesmas práticas.

A Comissão considera que, à data dos abusos, estes eram já qualificados pela legislação civil como crimes e envia a denúncia ao Ministério Público. A Comissão Independente também é informada. Por sua vez, o responsável diocesano contacta a diocese onde o antigo diretor está incardinado, dando conta do que se passara. Outro bispo da diocese que tutela a referida instituição de acolhimento é também informado. Estas duas últimas diligências foram realizadas por indicação da Comissão Diocesana de Proteção de Menores.

Por fim, tendo passado cerca de dois meses após a denúncia, a autoridade diocesana envia os documentos para a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), pedindo instruções para iniciar a investigação canónica. O responsável diocesano faz ainda saber que a situação é «extremamente dolorosa» para os clérigos e leigos da diocese não só devido à idade avançada do abusador, mas também porque o padre em questão gozava de grande estima devido à sua obra em favor dos desfavorecidos.

Pouco tempo depois, a CDF mandata a autoridade diocesana para conduzir uma investigação prévia.

Entretanto, a Comissão Diocesana de Proteção de Menores ouve mais três testemunhas que, sem relação perceptível com o denunciante, reportam situações de abuso sexual de menores na instituição. Outros dois padres são referidos por saberem o que se passava e não tomarem medidas. Um desses padres é o atual diretor. Perante esta situação, a Comissão alerta para a necessidade de serem tomadas medidas imediatas que protejam as crianças e os jovens à guarda da Instituição. O Ministério Público e a diocese em que o padre está incardinado e a diocese que tutela a instituição são novamente informados.

Sobre o andamento deste processo, não foi possível recolher mais informações, até porque a denúncia é muito recente.

Caso A.

Indícios reveladores

Década 2020

O Padre A. nasceu em meados do século passado. Foi denunciado à Comissão Independente por um antigo aluno que frequentava a escola onde A. lecionava e que terá sido abusado em idade puberal. Os abusos ocorreram no princípio deste século. O denunciante, que à data teria 14 anos, menciona ainda um primo, também menor, que

também terá sido abusado. Refere que os abusos ocorreram no gabinete de A. e que se prolongaram por dois anos. Em concreto, alude à manipulação de órgãos de abusado e abusador.

A pesquisa nos arquivos diocesanos permitiu referenciar uma carta que professores e pais da mesma escola enviaram ao prelado queixando-se de A. Aí se afirma que tiveram uma reunião com o prelado e que ouviram da parte dele «frases criteriosamente preparadas e dúbias». Transmitem ainda ao responsável da diocese que não aceitam que a escola se venha a transformar «numa nova versão da casa pia». Nessa carta, não só o nome de A. é explicitamente mencionado como é também referido o cargo que desempenha junto do seu prelado. Numa outra missiva, um clérigo com responsabilidades na cúria diocesana faz duras críticas ao sacerdote, designadamente quanto a irregularidades nas contas paroquiais e a práticas homossexuais. A. continua no ativo e tem vindo a desempenhar cargos de relevo na diocese onde está incardinado, que é a mesma onde ocorreram os abusos.

Caso K.

Cumprindo as diretrizes da Conferência Episcopal Portuguesa Década de 2020

A reconstituição do caso e do percurso do padre K. foi feita com base na documentação de uma pasta do arquivo secreto da diocese e em informação complementar fornecida pelo bispo.

O percurso do padre K.

O padre K. nasceu na década de 1970 e foi ordenado no final do século XX.

A investigação prévia

Na década de 2020, um homem escreveu à Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis da diocese (CDPMVA) para reportar, dois dias depois do acontecimento, uma situação de assédio e tentativa de abuso sexual sofrida pelo seu filho adolescente por parte do padre K. e da qual tinha provas (mensagens de telemóvel). Dizia estar disposto a fazer tudo ao seu alcance para que a situação não se repetisse e pedia uma reunião com o bispo.

Na pasta do processo encontra-se um parecer médico, feito três dias depois, que indica que o adolescente foi sujeito a avaliação médica, na companhia do pai e sozinho, com vista a aferir as repercussões dos atos denunciados no seu estado psíquico. O parecer descreve-o como tendo atitudes corretas: «adequadamente vestido», «calmo, colaborante», com discurso «organizado, tendo respondido a tudo o que lhe foi perguntado, com clareza. Manteve contacto sintónico e uma atitude afável.» Este perfil de testemunha credível é corroborado pelo pai, que o descreve como «bom aluno, atleta, sociável, responsável e meigo». Confrontado com o facto de apenas ter denunciado o padre no dia seguinte aos atos denunciados, o jovem explicou que tinha ficado «incrédulo e com a sensação de ter sonhado, “isto aconteceu mesmo?!”». Uma vez que a avaliação

médica não identificou no adolescente sinais de «tristeza, ideação suicida ou outros comportamentos disruptivos, alterações dos ritmos biológicos ou manifestações de ansiedade» e a relação pai-filho parecer «adequada e contentora», o parecer concluiu que não havia necessidade de dar «continuidade a nenhum tipo de acompanhamento».

O bispo encontrou-se de imediato com o padre K. Este enviou posteriormente um *email* ao bispo em que negava qualquer intenção sexual no seu contacto com o adolescente, ainda que lamentasse «ter sido imprudente». Anexou um memorando do que tinha feito no dia dos atos denunciados. Tentou também, através de terceiros, contactar a família do adolescente para se justificar.

Poucos dias depois, a advogada da família do adolescente enviou à CDPMAV uma procuração que a nomeava representante do adolescente e, passada uma semana, num *email* em que comunicava que a família iria avançar com queixa-crime nas instâncias civis, solicitava que a diocese a informasse das diligências efetuadas pela CDPMAV relativamente à denúncia. Passados três dias, a CDPMAV enviou um *email* à advogada no qual apresentava o seu modo de funcionamento e indicava que a correspondência trocada não deveria incluir o bispo, de modo a garantir independência de atuação das diversas instâncias diocesanas.

No decurso da investigação prévia decretada pelo bispo, prestaram depoimento o adolescente, o seu pai, o padre visado e uma outra pessoa que estava no local onde tinham ocorrido os atos denunciados. O adolescente corroborou a denúncia feita anteriormente através do pai. O padre K. negou qualquer «pendor malicioso» ou gesto sexual no seu contacto com o adolescente e tentou justificar o teor das mensagens enviadas como enquadradas por uma «conversa muito humorística». O pai e a outra pessoa disseram que, na altura, não se aperceberam de atitudes impróprias, por parte do padre, para com o adolescente.

O percurso do padre K. após a conclusão da investigação prévia

O padre K. foi suspenso de todas as suas funções enquanto aguarda o julgamento civil. O bispo enviou a documentação da investigação prévia à Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, que aguarda o desfecho do julgamento civil para concluir o processo canónico.

Conclusões

A investigação diocesana ao caso K. foi célere e, perante a existência de provas a sustentar a denúncia, o sacerdote foi de imediato suspenso. O processo sinaliza medidas preventivas a nível diocesano — impedimento ao sacerdote de contactar com a vítima, crianças e adolescentes — a par da obediência à justiça secular como instância suprema na punição de crimes sexuais: o processo canónico terá em conta o desfecho do julgamento civil. O adolescente foi sujeito apenas a dois momentos de inquirição: a avaliação médica (que atestou a sua robustez psicológica e ausência de marcas de trauma e o credibilizou como testemunha) e o posterior depoimento à CDPMAV. Todo o processo foi tratado com sigilo e confidencialidade, procurando garantir o anonimato do adolescente, essencial para o seu bem-estar. Nesse sentido, este caso, tratado de acordo com as Diretrizes para a proteção de menores e adultos vulneráveis, aprovadas pela

Conferência Episcopal Portuguesa em 2020 (com base nas Diretrizes de 2012), sugere a eficiência e adequação destas medidas perante queixas de abuso sexual por eclesiásticos.

É de notar, porém, que o caso K. se apresenta como caso «fácil» na medida em que existiam provas materiais a sustentar a denúncia (mensagens explícitas de teor sexual). A reação imediata e atitude assertiva da família — denúncia formal à CDPMAV no dia seguinte aos atos, solicitação de audiência com o bispo, submissão do adolescente a avaliação médica, nomeação de uma advogada expedita, apresentação de queixa-crime na Polícia Judiciária — poderão ter contribuído para o empoderamento da denúncia e a celeridade com que o caso foi tratado pelos órgãos diocesanos. O perfil do adolescente, validado pelo parecer médico, também o credibilizou como testemunha: discurso organizado e coerente, historial de bom aluno e adolescente não problemático. Todavia, estes últimos fatores teriam sido provavelmente insuficientes se não existisse o registo de mensagens de telemóvel a sustentar a denúncia. O assédio e a tentativa de abuso deram-se num espaço onde o pai do adolescente também se encontrava, sem que ele ou as outras pessoas presentes se tivessem apercebido dos comportamentos do padre K. Sem o registo de mensagens, o facto de o adolescente não ter pedido ajuda no momento do assédio e da tentativa de abuso, a par da ausência de queixas anteriores contra o sacerdote, teria provavelmente conduzido ao arquivamento da queixa por falta de provas. Neste sentido, o caso K. atesta um fenómeno analisado na literatura especializada sobre julgamentos de assédio e violência sexual: a importância de a vítima se apresentar com um perfil considerado socialmente como sendo credível (aspeto para o qual contribui o estatuto económico e sociocultural) e de ter provas materiais para que o seu testemunho seja considerado credível.

Nesse sentido, é preciso que as CDPMAV prestem especial atenção às implicações de a ausência de provas não significar necessariamente denúncia falsa. Tal não significa que se deva proceder à punição de sacerdotes sem provas. Implica, porém, que as CDPMAV, tendo como função o apoio à vítima, devem implementar mecanismos de contacto com as pessoas que denunciam abusos sexuais que se pautem pela celeridade de resposta e pela disponibilização imediata de apoio independentemente de as denúncias virem acompanhadas de provas ou não.

Caso D.

Os diferentes entendimentos das competências das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis

Década de 2020

A reconstituição do caso e do percurso do padre D. foi feita com base na documentação que se encontra em duas pastas do arquivo secreto da diocese, nas atas das reuniões da Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis da diocese (CDPMAV) e em informação complementar fornecida pelo coordenador da CDPMAV.

O percurso do padre D.

O padre D. nasceu na década de 1980 e foi ordenado na década de 2000, tendo permanecido sempre ao serviço da mesma diocese.

A denúncia de assédio sexual

Na década de 2020, uma criança do sexo masculino de tenra idade, que costumava acompanhar uma tia à missa, disse aos pais que o padre D. lhe tinha mexido nos órgãos genitais quando estavam sozinhos na sacristia. Ao sabê-lo, a tia confrontou o pároco, que terá reagido com grande nervosismo e negado qualquer intenção sexual da sua parte, alegando que poderia ter tocado inadvertidamente no corpo da criança quando lhe arranjava a roupa de acólito, que estaria mal colocada. A seguir, o padre D. comunicou a situação à CDPMAV, que contactou de imediato a tia da criança. Esta manifestou-se positivamente surpreendida pelo telefonema e contou que os pais do menino, que não frequentavam a igreja, preferiam pensar que tudo não teria passado de um acidente, não pretendendo assim avançar com uma queixa formal contra o padre. Ela, porém, tinha a intenção de escrever ao bispo a relatar o sucedido; argumentou que o padre D. fora «ardiloso» ao antecipar-se e contactar a CDPMAV.

Teve então início uma investigação prévia ao caso, no decorrer da qual a CDPMAV ouviu o padre D. e a tia da criança, que, entretanto, se afastara progressivamente da paróquia e começara a frequentar outra igreja. Os pais da criança não depuseram e não permitiram que o menino fosse ouvido. O relatório final da CDPMAV considera que a tia da criança reagiu com espontaneidade, revelou vontade de evitar escândalo, mas também de proteger futuras vítimas, tendo, por isso, confrontado o padre D. e, perante a impossibilidade de avançar com queixa formal (por recusa dos pais da criança), relatado o caso a profissionais de uma instituição que poderiam impedir o padre D. de ter contacto com crianças. Relativamente ao padre D., a CDPMAV considerou que tinha impressionado negativamente o facto de o sacerdote não ter tentado esclarecer a situação com a família da criança e ter revelado «imaturidade, frieza afetiva, falta de sentido de missão» perante o afastamento da tia do menino da paróquia. Considerou ainda que a atitude de procurar ajuda imediata na diocese, ao relatar o incidente à CDPMAV, sugeria uma «fuga em frente — ir denunciar ele primeiro». A investigação concluiu que não havia factos que demonstrassem a «existência de um crime», não sendo assim possível avançar com «processos civis e canónicos», mas que, perante o comportamento desadequado do padre D. na reação à situação, recomendava que o padre tivesse «acompanhamento psicoterapêutico e espiritual», não fosse posto a trabalhar com crianças e fosse mudado de paróquia.

A investigação tinha implicações imediatas, já que o bispo tinha de decidir se o padre D. reunia condições para assumir funções previstas anteriormente de moderador de um padre recém-ordenado. O parecer da CDPMAV desaconselhava-o. O bispo, porém, nomeou o padre D. moderador do padre jovem, alegando que o padre D. iria ter acompanhamento espiritual e psíquico e que as inquirições não tinham dado como provados os atos denunciados. O bispo arquivou o processo e manteve o padre D. nas mesmas funções, apoiando-se na opinião de religiosos da diocese junto dos quais se aconselhara.

Esta decisão provocou uma reação enérgica da CDPMAV, que motivou reuniões extraordinárias e discussões com o bispo. As atas dessas reuniões expressam a

perplexidade dos membros da CDPMAV. Alguns consideram que a decisão de nomear o padre D. moderador do jovem padre foi «imprudente» e «incompreensível», «contrariando a sua própria posição na nossa reunião conjunta». Um membro da CDPMAV afirmou mesmo que o bispo «desautorizou (para não dizer traiu) esta Comissão» e que assim a CDPMAV «parece mais uma máscara das instruções papais do que a obediência às mesmas».

Entretanto, a tia da criança, perante a ausência de resposta, decidiu escrever ao Papa Francisco. Nessa longa carta, relata como colaborou com a CDPMAV para que o caso fosse investigado e manifesta um «sentimento de tristeza» por «por parte da diocese nenhuma ação ter sido tomada». As suas palavras são de desalento: «Nunca mais fui contactada. Não me deram qualquer retorno sobre o sucedido. Permanece tudo igual.»; «É triste e revoltante ver a inércia da Igreja perante estas questões». Diz que é «urgente mudar os comportamentos», «agir de facto» e que «é um dever moral e cívico tentar exterminar este flagelo.» Diz que o tinha tentado através da diocese, mas esta, «como constatamos, prossegue inerte relativamente a estas questões».

Uma cópia da carta foi remetida à diocese pelo núncio, o que levou à reabertura do caso. O bispo reuniu a documentação da investigação prévia, recolheu informação adicional e reportou o caso à Congregação para a Doutrina da Fé. Este Dicastério decidiu pelo arquivamento do caso, mas indicou que se impusesse ao acusado «uma advertência canónica [1339 §1], mantendo uma atitude de paterna vigilância para com ele».

O percurso do padre D. após o arquivamento do caso

O padre D. continuou a exercer as suas funções na mesma paróquia.

Conclusões

O caso D. convida a uma reflexão sobre as competências das CDPMAV. A CDPMAV em questão entende a sua função primordial como sendo de proteção de abusos sexuais e apoio às vítimas. Apesar de não ter dado o abuso sexual como provado, considerou que havia indícios que deveriam levar a uma maior vigilância ao pároco de maneira que não se verificassem condições em que os abusos pudessem vir a ocorrer. Nesse sentido, esta CDPMAV manifesta um entendimento das suas funções distinto do que o GIH verificou relativamente a algumas CDPMAV de outras dioceses, onde prima um entendimento das funções destas comissões como sendo essencialmente de apuramento da verdade — nalguns casos até através de um tom judicial em que o apoio às vítimas e a prevenção parecem secundarizados. A CDPMAV que geriu o caso D. argumentou, num encontro com o GIH, que a eventual «prudência excessiva relativamente à presunção de inocência» se justifica pelo facto de a prevenção ser uma das suas primeiras funções.

O caso D. também convida a uma reflexão sobre as respostas dos bispos ao trabalho destas comissões. As CDPMAV emitem recomendações. Neste caso, o bispo não as seguiu, com base, em parte, noutros agentes de recolha de informação e de aconselhamento, o que levou a CDPMAV a sentir-se desautorizada. Alguns membros verbalizaram mesmo o receio de a CDPMAV se tornar uma entidade meramente decorativa na diocese.

Caso F.
Os diferentes tempos transnacionais de atenção mediática aos abusos
sexuais na Igreja Católica
Década de 2020

A reconstituição do percurso do padre F. foi feita com base em vários conjuntos documentais: 1) documentos enviados à Congregação da Doutrina da Fé guardados num envelope selado do arquivo secreto; 2) documentos do processo individual do padre; e 3) documentos dispersos em outros *dossiers* de correspondência enviada/recebida do/no arquivo diocesano.

O percurso do padre F.

O padre F. nasceu na década de 1940 em Portugal e emigrou com a família para um país estrangeiro, onde foi ordenado na década de 1980. Sacerdote nesse país, foi condenado por abuso sexual de menores. Depois de cumprir a pena, veio para Portugal para ser incardinado na diocese de onde provinham as suas origens familiares. Já nesse território, foi pároco em diversas freguesias até que, recentemente, se recolheu num lar por motivos de saúde e dada a sua idade avançada.

O processo penal por abuso sexual de menores

A informação relativa ao processo penal do padre F. no país estrangeiro foi recolhida em cartas do bispo da diocese estrangeira ao bispo português e datam de inícios do século XXI, ou seja, mais de uma década após a condenação. Aí o bispo informa que o padre F. fora preso por «atividade sexual inadequada e ilegal com dois rapazinhos da paróquia de 11 e 13 anos». Declarando-se culpado, foi condenado sem ter de cumprir a sentença na prisão. Foi colocado em liberdade condicional, sob compromisso de prestar serviço comunitário e se registar como agressor sexual. Posteriormente, a mãe das duas vítimas moveu um processo civil contra a diocese, alegando que esta era responsável pelas ações do padre F. e se revelara negligente. O caso foi resolvido fora dos tribunais através de uma compensação às vítimas que envolveu uma elevada quantia de dinheiro. O padre F. concordou em não exercer funções sacerdotais e submeteu-se a terapias para pedófilos. Por isso, a diocese estrangeira não considerou necessário emitir uma «declaração formal de impedimento de ministério».

O percurso do padre F. após o cumprimento da pena

Poucos anos após o término do processo penal, o padre F. regressou a Portugal, onde tinha familiares e casa de família. Terá então desenvolvido contactos com o bispo local com vista à sua incardinação na diocese. O motivo da mudança seria o «gosto de trabalhar» na «diocese donde [*eram*] originários os seus familiares». O prelado ter-lhe-á dito que o receberia na diocese se o pároco obtivesse a excardinação da sua diocese no estrangeiro. Um outro padre da diocese portuguesa terá sido decisivo enquanto mediador do processo. O bispo português refere numa carta ao padre F. que, no caso de

a incardinação se concretizar, começaria por «trabalhar [...] com o [*padre mediador*], ao menos por tempo limitado.» Noutra carta, o bispo escreveu que, sendo favorável o parecer do bispo estrangeiro, não se opunha a que o padre F. viesse para a sua diocese e ali usasse «das faculdades que tem na diocese a que pertence, no tempo em que permanecer». O bispo estrangeiro terá dito inicialmente que precisava de algum tempo para «reconsiderar a situação», mas, após concordar com a excardinação com vista à mudança para Portugal, todo o processo foi relativamente rápido. Na correspondência transparece uma profunda gratidão do padre F. relativamente ao bispo português. Antes da excardinação, o bispo estrangeiro terá comunicado ao bispo português o passado do padre F., como condenado por abuso sexual de menores, para que este último pudesse tomar uma «decisão informada», mas o GIH não conseguiu encontrar esta carta no arquivo. A documentação consultada sugere que o padre F. pôde refazer a sua vida sacerdotal em Portugal sem ser sujeito a medidas especiais de vigilância e prevenção de reincidência de abusos sexuais.

Já no século XXI, o padre F. protagonizou um incidente diplomático entre a sua diocese portuguesa e duas dioceses estrangeiras do país onde fora condenado por abuso sexual. O padre F. foi convidado para participar em festas da comunidade portuguesa imigrante nesse país, numa diocese que não aquela onde fora condenado. O acaso fez com que uma foto sua a presidir a uma cerimónia litúrgica nas referidas festas fosse publicada num jornal de significativa circulação. Esta informação chegou à diocese que o excardinara e o respetivo bispo escreveu de imediato ao bispo português uma carta de teor confidencial na qual expressava a sua «preocupação por o padre F. se encontrar a exercer o seu ministério sacerdotal neste país, apesar dos seus antecedentes criminais, e apesar da plena revelação feita por esta diocese à [*diocese portuguesa*] antes da sua admissão à incardinação». O incidente deixou a diocese estrangeira onde se tinham realizado as festas numa situação delicada já que, aparentemente, não seria a primeira vez que o padre F. ali exercia o ministério sacerdotal, apesar de nunca ter apresentado a carta de recomendação solicitada nestas situações.

Na resposta aos bispos estrangeiros, o bispo português explicou que só emitia carta de recomendação aos padres quando estes o solicitavam (o que não teria sido o caso no incidente) e comprometeu-se a não emitir qualquer carta de recomendação ao padre F. e a avisá-lo da proibição de exercer o ministério sacerdotal no país estrangeiro.

Na resposta ao bispo português, o bispo da diocese estrangeira onde o padre F. fora condenado lamenta o que parece ter sido uma «falha de comunicação» e agradece as medidas em curso com base na «informação atualizada». Recorda que toda a informação relativa ao processo penal do padre F. tinha sido partilhada pelo seu antecessor com o antecessor do bispo português. Informa ainda que os crimes praticados pelo padre F. o colocavam na categoria de pedófilos de risco mais elevado de reincidência, sendo por isso necessária vigilância apertada. Uma vez que a Conferência Episcopal do seu país tinha entretanto assinado o protocolo de proteção de crianças e adolescentes, o padre F. estava interdito de exercer o ministério sacerdotal em qualquer diocese daquele país. Por isso, iria informar todos os bispos do seu país da interdição ao padre F. de ali exercer o ministério sacerdotal.

No seguimento desta correspondência, o bispo português comunicou ao padre F. a receção da «advertência» do bispo estrangeiro e que «provavelmente» não seria mais convidado para participar na vida religiosa daquele país. Informa-o também de que não

lhe poderia dar cartas de recomendação para aí se deslocar, concluindo da seguinte forma: «Sei que isto custa a todos. Mas não podemos arranjar mais atrapalhões para a Igreja Católica [*do país estrangeiro*]. Recomendo que te atendas a estas orientações».

Ao longo de mais de duas décadas, o padre F. foi pároco de várias freguesias da diocese portuguesa, esteve ligado a instituições católicas de serviço social (inclusivamente instituições com a polivalência de jardim de infância) e deu aulas de religião e moral. Pelo menos em dois momentos esteve envolvido em conflitos com paroquianos/as e outros sacerdotes. O arquivo guarda documentação que permite perceber a dimensão significativa de um conflito em finais da década de 2000, e do qual se guardam cartas de apoio ao padre F. e abaixo-assinados com centenas de assinaturas em sua defesa, a favor da sua permanência e com duras críticas aos seus detratores dentro e fora da Igreja. Nessas declarações de apoio, o padre F. é descrito como vítima de «“queixas” de pessoas mesquinhas e intriguistas», «pessoas retrógradas, preconceituosas, invejosas do bem comum». É elogiado pelo seu trabalho «excelente», como exemplo de «humildade, de modéstia, de educação e de respeito» e pela disponibilidade de trabalhar nas paróquias menos solicitadas da diocese. Numa dessas missivas, diz-se que deveria ser «reconhecido e louvado e não criticado», «nomeadamente por atrair à prática católica muitas pessoas que a haviam abandonado».

Não é possível identificar com precisão o teor desses conflitos, que poderão estar relacionados com uma miríade de questões: gestão de dinheiros; tensões na gestão de cargos de liderança; participação na vida partidária; questões relacionadas com a sexualidade, que, por sua vez, podem prender-se com a orientação sexual (suspeitas de homossexualidade) ou apontar para relações sexuais consensuais ou para abusos sexuais. O indício que causa suspeitas na documentação encontrada prende-se com o que parece ser uma folha perdida da carta de um outro sacerdote que, criticando as «represálias» tomadas por alguns padres contra o padre F., o defende por estar «mais que convencido que [*o padre F.*] pautou sempre o seu comportamento por querer ajudar o rapaz», concluindo que o caso do padre F. mostra que o «prelado terá que ser muito cauteloso em não se deixar levar por juízos precipitados». Esta folha foi encontrada pelo GIH num *dossier* com documentação diversa, não sendo possível identificar o remetente nem a data.

Como na generalidade das transferências de padres, a documentação arquivada relativa ao padre F. não permite identificar as razões das suas transferências, nomeadamente quando foi enviado para uma das paróquias mais remotas da diocese. Percebe-se, porém, que em certos momentos houve da parte do padre F. vontade de ser transferido e/ou de mudar de funções. A saúde física é invocada nalgumas cartas, noutras nota-se insatisfação com o trabalho desenvolvido e referências à sua «doença de nervos». Numa carta do início da década de 2010 ao bispo, o padre F. lamenta-se das «dificuldades» que teve em várias paróquias no passado: «A minha ingenuidade e forte complexo de inferioridade impelam-me [*sic*] a dizer “sim” a tudo para agradar às pessoas, e isto tem-me metido em grandes alhadas.» Noutra carta da mesma época, queixa-se de um certo catolicismo de fachada e pede para passar a acompanhar apenas idosos e doentes: «onde há sofrimento, doença, a cruz, há fé profunda». Escreve ainda que o seu trabalho não foi sempre «tranquilo» por causa de «uma certa ingenuidade da [*sua*] parte e da confiança que sempre [*depositou*] na bondade das pessoas, o que às vezes [*o*] tem prejudicado».

Não é de excluir que, atendendo à imigração portuguesa no país onde o padre F. foi condenado, alguma população da diocese portuguesa tenha tido conhecimento do passado do padre e o tenha confrontado. Esta suspeita foi aliás confirmada oralmente, pela diocese, ao GIH.

Em 2022, enquanto decorriam os trabalhos da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais na Igreja Católica Portuguesa e a questão ganhava visibilidade mediática em Portugal, a diocese portuguesa escreveu à Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, para «no cumprimento das orientações sobre os casos de abusos sexuais na Igreja Católica», apresentar o caso do padre F. e o seu passado como condenado por crimes sexuais no estrangeiro. A carta refere ainda que «não existem, nos arquivos diocesanos, quaisquer queixas contra este sacerdote». Na carta de acusação da receção da missiva, a Congregação da Doutrina da Fé questiona os seus motivos, nomeadamente se havia «porventura algum facto novo relativo ao caso» ou «se seria apenas para dar conhecimento de uma situação pretérita».

Conclusões

O caso do padre F. permite observar, por um lado, a complexidade e as limitações do arquivo como fonte para aferição da ocorrência de situações de abuso sexual de crianças e adolescentes por membros da Igreja Católica e, por outro, visibilizar o trabalho de (re)construção da história do padre por parte do GIH como um trabalho em progresso feito de tentativas de organização de um *puzzle* a partir das pistas lançadas por documentos dispersos pelo arquivo, um *puzzle* em que subsistem diversas lacunas e dúvidas. Também aqui deparamos com uma situação observada em muita correspondência eclesial: o uso de formulações vagas nas referências a situações de conflito e a motivos de transferência de párocos. Atendendo ao passado do padre F. como condenado por crimes sexuais, poderá haver uma predisposição para querer associar qualquer ambiguidade ou indício a uma eventual reincidência do abuso sexual; esse passado, porém, não permite excluir outras possibilidades de interpretação.

O percurso do padre F. sinaliza de maneira paradigmática os diversos tempos de reação das Igrejas Católicas dos diferentes países às denúncias de abusos sexuais de crianças e menores, bem como durante muito tempo se privilegiaram soluções locais (ou nacionais) para um fenómeno transnacional que exigia uma resposta concertada da Igreja Católica como um todo. Ao excardinar o padre F. com vista à sua incardinação em Portugal, o bispo estrangeiro passou a responsabilidade de vigilância para o bispo português sem que aparentemente tivesse recebido qualquer garantia nesse sentido. O seu sucessor atua de forma idêntica: a sua reação enérgica centra-se na gestão do problema no seu país, sem aparentemente considerar a comunicação do caso ao Vaticano. Da parte dos bispos portugueses não terão sido tomadas medidas específicas com vista à vigilância e prevenção de reincidência dos abusos. Terá prevalecido uma abordagem que considerava que o padre F. tinha cumprido a pena no país onde cometera o crime, tinha-se submetido a terapias para agressores sexuais, e, por isso, poderia recomençar a sua atividade sacerdotal.

O caso sinaliza também a importância da comunicação social e da pressão mediática na reação das Igrejas Católicas dos diferentes países às denúncias de abusos sexuais. O facto de a diocese portuguesa ter comunicado a situação apenas quando

decorriam os trabalhos da Comissão Independente parece sugerir os efeitos da pressão mediática na atuação das hierarquias da Igreja Católica portuguesa.

O facto de os abusos sexuais na Igreja Católica ter ganho projeção mediática relativamente tarde em Portugal permitiu que o padre F., depois de cumprir a pena, recomeçasse a sua vida de sacerdote num país onde o seu passado não era conhecido. Atualmente, atendendo à presença mediática do tema em Portugal, tal teria sido menos provável; o padre F. teria sido eventualmente convidado a solicitar a passagem ao estado laical ou colocado sob vigilância apertada sem qualquer contacto com crianças e adolescentes. Assumindo que a expulsão da Igreja Católica não «resolve o problema» no sentido de evitar a reincidência do crime noutros espaços, situações como a do padre F. convidam a uma reflexão sobre como lidar com sacerdotes condenados pela justiça civil que manifestem vontade de permanecer no seio da Igreja Católica.

7.3. Conclusões e pistas para investigações futuras

Ao terminar a investigação sobre os arquivos eclesiásticos, o GIH considera relevante elencar um conjunto de dez conclusões preliminares de natureza prospetiva, sobretudo, dado o carácter exploratório do seu estudo; e, no mesmo quadro, referir o que permanece por aprofundar, no que respeita à investigação empírica.

1. Foi impactante a dimensão do «silêncio» em torno dos abusos sexuais de menores com que o GIH deparou. As ausências de vestígios arquivísticos devem-se, em muito grande medida, ao número diminuto de denúncias. Este sinaliza um enquadramento social geral e, especificamente, um ambiente eclesial que importa conhecer melhor para medir com rigor o peso dos constrangimentos que contribuíram para um tão baixo número de denúncias e o seu deferimento no tempo. Os estudos que o procurem perceber poderão contribuir para que se chegue a uma consciência comunitária nacional mais aguda da dimensão dos abusos sexuais de menores: os que ocorreram no quadro institucional da Igreja Católica são uma parte diminuta, ainda que muito relevante, de um fenómeno cuja amplitude importa conhecer em toda a sua extensão;
2. Uma parte numericamente relevante dos abusos denunciados no quadro da Comissão Independente refere-se aos ambientes dos seminários, das instituições educativas da Igreja Católica e ao exercício do sacramento da reconciliação (confissão) durante o período cronológico abordado (1950-2020). Isso significa que um número elevado de padres foi formado na primeira metade do século XX e nos anos imediatamente posteriores. Serão necessários, por isso, estudos que incidam sobre a formação desse clero, do ponto de vista intelectual, doutrinário, teológico e, particularmente, no que respeita à teologia moral sexual (Langlois, 2005): um número não despidendo de queixas resultou da alteração da sensibilidade dos fiéis que retrospectivamente ressentiu como intrusivas as perguntas de incidência sexual no quadro da confissão; de igual modo, importa estudar com profundidade os seminários ao longo do século XX, instituições que desempenharam um papel muito relevante na educação e formação intelectual da juventude masculina portuguesa, cuja esmagadora maioria não chegou a ordenar-se;
3. A autonomia das dioceses e dos institutos religiosos, a sucessão das suas lideranças e o tratamento informal dos casos de abuso de que as mesmas tiveram conhecimento conjugaram-se para impedir uma perceção mais exata da dimensão do fenómeno dos abusos sexuais na Igreja Católica. A decisão da CEP em promover esta investigação e fazendo-o à escala nacional representou, por isso, um corte decisivo com o passado, permitindo uma primeira aferição da extensão deste fenómeno. De facto, a inexistência de um órgão centralizado teria permitido um conhecimento comum mais atempado por parte do conjunto dos bispos e a possibilidade de uma ação conjunta. Essa hipótese gorou-se em 1955 quando, no quadro de uma das Assembleias Plenárias dos bispos portugueses, foi sugerida a criação de uma «Casa de correção para sacerdotes», à semelhança do que aconteceu, por exemplo, em França (Langlois, 2005). Na Ata referida mencionam-se casos de sacerdotes infelizes que necessitam de amparo moral e precisam de ser «retirados do seu território porque dariam escândalo», não havendo

qualquer referência explícita aos abusos de menores. Mantendo-se uma gestão descentralizada desses casos, será conveniente investigar o «Livro de Hóspedes» dos mosteiros e conventos que receberam os eclesiásticos punidos dessa forma; pelo menos num dos casos foi possível ao GIH identificar a sua existência e conteúdo. Ainda que muitos dos indivíduos aí referidos tenham sofrido essa pena por outros motivos, o estudo dessa fonte, conjugado com outras, poderá permitir um conhecimento mais preciso da dimensão do fenómeno dos abusos sexuais no quadro da Igreja Católica;

4. O GIH pôde perceber, através da consulta dos arquivos, as profundas mudanças que ocorreram na gestão de situações de abuso por parte da Igreja Católica em Portugal: a documentação consultada permite compreender que, na segunda metade do século XX, a existência de procedimentos canónicos coabitou com uma grande flexibilidade na sua gestão, variando com a sensibilidade do bispo ou do superior do instituto religioso. Desde a execução das Diretrizes para a Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis, verificou-se uma padronização que se refletiu não só na uniformização de procedimentos, como também no seu registo. A gestão oral que era comum no século XX (afastamento, transferência sem explicitar os motivos e/ou admoestação) passou a ser menos frequente. Importa perceber, ainda, que elementos contribuíram para as tornar mais efetivas que a intervenção antecedente, mas significativa, empreendida no pontificado de Bento XVI;
5. Para essa tendência de uniformização de procedimentos contribuiu a constituição, ao abrigo das Diretrizes, das Comissões Diocesanas para a Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis. Todavia, foi possível sinalizar fortes disparidades entre essas instituições, quer relativamente às suas funções e objetivos quer ao seu *modus operandi*. Enquanto algumas entendem como principal a função de prevenção e o apoio à vítima, outras concebem-se como instâncias de apuramento da verdade. Tal reflete-se no tratamento das denúncias feitas e na linguagem usada no contacto com quem denuncia. Se nas primeiras predomina uma linguagem de empatia e prestação de apoio, nas segundas há frequentemente um tom característico dos processos judiciais, o que pode contribuir para retraumatizar a vítima;
6. A documentação compulsada permite perceber, ainda, as alterações relativas ao modo como foram geridas as denúncias e o modo como essa evolução reflete as profundas mudanças sociais verificadas em Portugal no período em análise no que diz respeito à sexualidade e violência sexual. Nas primeiras décadas do estudo predomina um entendimento do abuso como problema de moral em que a instituição eclesial (a «Igreja», a diocese, o instituto religioso) é a principal lesada. Privilegiam-se, então, soluções que evitem a exposição pública dos casos (compromissos e indemnizações a vítimas, transferência de sacerdotes, encobrimento dos crimes). Os agressores são tratados como pecadores que devem ser colocados no bom caminho e as vítimas tendem a ser ignoradas. Os processos mais recentes denotam mudanças, com uma maior tendência para a investigação das queixas e participação à Polícia Judiciária e, em alguns casos, uma atenção ao bem-estar das vítimas;

7. Atualmente nota-se uma maior conformidade entre os processos eclesiais e os civis: as vítimas tendem a enfrentar dificuldades semelhantes relativamente à sua credibilidade — a apresentação de provas materiais e a sua credibilidade cidadã, frequentemente associada ao estatuto socioeconómico como fator de credibilização (Ventura 2018). Todavia, resiste, pelos menos, uma diferença significativa: a prescrição do crime. De acordo com a lei canónica, o sacerdote acusado terá de enfrentar investigação ou processo penal mesmo se o abuso se refere a uma época anterior. Desta maneira, no caso de crimes prescritos no âmbito civil, a justiça canónica pode ser a única forma de investigar e punir o agressor. Apenas a passagem ao estado laical pode parar o processo no seio da Igreja Católica;
8. Para uma mais precisa determinação da extensão do fenómeno dos abusos sexuais de menores no quadro da Igreja Católica em Portugal é necessário dar continuidade à identificação de documentação, procedendo-se a uma pesquisa completa em todos os arquivos eclesiais (correspondência de bispos, todos os processos individuais de padres, seminários), cruzando essa informação com a eventualmente existente noutros arquivos (do Ministério Público, de escolas privadas, do Ministério de Educação, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, etc.);
9. Ulteriores pesquisas terão de levar em linha de conta as complexas transformações operadas na sociedade entre o momento do registo do abuso e o momento da pesquisa no que diz respeito a linguagens e imaginários referentes à moral sexual e ao entendimento do que configura um abuso. A pesquisa não pode limitar-se a procurar o que se considera, na fase de investigação, abuso ou violência sexual. Deverá considerar a diversidade de contextos e linguagens, uma vez que muitas situações designadas por abuso ou a violência sexual tendiam, no passado, a ser articuladas no campo da moralidade e dos bons costumes. Terão de ser consideradas, também, as mudanças no quadro legislativo e suas implicações discursivas; de igual modo, convirá ter presente as profundas transformações no que diz respeito a noções de género, de autonomia, de identidade e moral sexual. Estes elementos ganharão densidade interpretativa se cruzados com uma forte tendência da correspondência eclesial para uso de formulações vagas em situações de conflito e tensões (o privilegiar de abordagens marcadas pelo sigilo para evitar «falatório» e preservar a imagem de autoridade moral da Igreja Católica). Este aspeto colocou acrescidas dificuldades e dilemas ao GIH: foram numerosas referências a problemas considerados graves, muitas vezes resolvidos através da transferência de padre, sem que seja possível identificar o teor do problema em causa. Verificou-se esta situação tanto nas pesquisas aleatórias nos processos individuais de presbíteros, como na documentação referente a sacerdotes referenciados no inquérito da Comissão como abusadores sexuais. Se é certo que muitas destas situações poderão remeter para casos de abuso sexual de menores, não pode ser excluída a possibilidade de outras situações (desvios de dinheiro, relacionamentos com mulheres adultas e/ou casadas, filhos, homossexualidade, etc.);
10. O alargamento e sistematização do *corpus* documental permitirá: a) perceber melhor como se processaram e evoluíram as dinâmicas entre sociedade civil e hierarquias eclesiais, compreendendo como as denúncias operaram no interior das comunidades, as cisões que provocaram, os efeitos dos casos em que a sociedade

civil consegue desfiar as estruturas, que tensões ou promiscuidades operaram entre poderes civis e estruturas eclesiais); b) alargar o conhecimento do fenómeno com estudos que comparem as situações ocorridas em ambiente eclesial com as sucedidas noutras esferas da sociedade portuguesa (em que medida há especificidades nos casos de agressores eclesiais não apenas em incidência mas no tratamento, gestão e perceções sociais); c) como se traduziu a aplicação do direito canónico e as mais recentes Diretrizes da Santa Sé (de que modo foram efetivadas e como funcionam as Comissões de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis das várias dioceses).

O trabalho do GIH não teria sido possível sem a disponibilidade, hospitalidade e apoio de todos aqueles que nos receberam nas dioceses e institutos religiosos e nos criaram condições para a consulta da documentação arquivística. O nosso agradecimento a D. José Ornelas, presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, ao cardeal patriarca de Lisboa, aos arcebispos de Braga e de Évora e a todos os bispos diocesanos, à irmã Graça Guedes, presidente da Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal, aos superiores das congregações e dos institutos católicos pelas facilidades concedidas. Ao padre Manuel Barbosa, por tudo. Ao padre José Alfredo Patrício pelos preciosos esclarecimentos sobre o direito canónico. Gostaríamos de agradecer também a quem, nos arquivos, acompanhou mais de perto as nossas pesquisas, prestando-nos todo o apoio: cónego José Pedro Martins (Algarve); padre João Maria Mendes (Angra do Heroísmo); Pedro Ventura (Aveiro); padre Rui Manuel Carriço (Beja); cónego João Paulo Abreu, Miguel Teixeira e Carlos Alberto Pereira (Braga); Sandra Vale (Bragança); padre Manuel Ferrão (Coimbra); José Carvalho, irmã Pilar Moreira e irmã Maria de Jesus Faneca (Évora); Nuno (Guarda); cónego João Morgado (Lamego); Marco Daniel Duarte, Sónia Duarte e Joana Peres (Leiria-Fátima); cónego Tito Espinheira (Lisboa); padre Luís Lencastre, Belmiro Pinto e João Carvalho (Porto); cónego Bonifácio Bernardo (Portalegre); padre Aníbal Vieira e Alexandra Xisto (Santarém); padre Aires Lobato (Setúbal); monsenhor Sebastião Pires Ferreira (Viana do Castelo); Miguel Silva Gonçalves (Vila Real); Sofia Marques (Companhia de Jesus), sr. Gomes (Sociedade Salesiana), irmão Fernando Mota (Ordem Franciscana).

Gostaríamos de agradecer também a várias pessoas da sociedade civil que, de diferentes maneiras, contribuíram para este trabalho. À Isabel Ventura agradecemos o seu valioso trabalho científico sobre a violência sexual nos tribunais portugueses e a disponibilidade com que respondeu a todas as nossas solicitações. À Fátima Moura Ferreira pela lucidez com que foi interpelando o processo de trabalho. Agradecemos à Mafalda Alves a inteligência da solução cartográfica, à Irina Castro a perícia na revisão do conceito de projeto exploratório, e ao Sr. Júlio Roque as diligências arquivísticas.

O nosso agradecimento a Ulrich Wastl e a Martin Pusch, da comissão alemã que investigou os abusos sexuais na arquidiocese de Munique e Freising, pela partilha de experiências e valiosas sugestões.

Estamos igualmente gratos pelo convite da Comissão de Independente. Foi uma honra trabalhar com cada um dos seus elementos, com especial destaque para a Ana Nunes de Almeida que connosco trabalhou mais de perto até ao último minuto.

Por fim, entre os mais sacrificados no decorrer dos nossos processos de investigação e escrita, estão sempre as nossas famílias. Não podemos por isso deixar de agradecer à Helena e à Laura; ao Fabrice, ao Alexandre e à Lara; à Ana; e à Maria do Mar e ao Duncan.

8. NOTAS FINAIS E RECOMENDAÇÕES

No final do presente relatório, a Comissão Independente entende ser útil apresentar breves notas que destaquem alguns dos resultados do seu trabalho ao longo deste ano, bem como algumas recomendações para o presente e para o futuro, visando a Igreja Católica portuguesa e a sociedade em geral. Eis alguns dos **resultados** que vale a pena sublinhar:

— Tema delicado e muito sensível, pouco estudado em Portugal, os abusos sexuais de crianças na Igreja tomaram uma visibilidade inédita com o Estudo realizado. Afinal, havendo vias de comunicação abertas, seguras, independentes, nas quais a pessoa vítima se sente em segurança para «falar disso», aparecem testemunhos consistentes que são passíveis de tratamento científico, tanto numa ótica qualitativa como quantitativa.

— Os abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa existiram no passado e existem ainda no presente. Portugal não é um caso à parte nem um oásis, face a outros países onde este tipo de estudo já foi realizado e a realidade posta a nu. As 512 vítimas diretas põem-nos no encalço de, pelo menos, outras 4300 e, se pensarmos que os abusos aconteciam, na esmagadora maioria dos casos, muito mais do que uma vez sobre a mesma criança, levam-nos a muitos milhares de abusos praticados. Encontrámos, no tempo e no espaço, uma notável diversidade de contextos em que aqueles aconteceram; e ilustrámos como a intensidade traumática dessas situações permanece sob diversas formas até aos dias de hoje. Com este estudo, a Comissão conseguiu captar a ponta de vários *icebergs* respeitantes a vertentes deste fenómeno, vividos em certos tempos históricos e lugares institucionais.

— Todas as modalidades de abuso descritos na atual Lei Penal foram encontradas na amostra, desde as menos invasivas às mais invasivas, embora estas acabassem por ser, relativamente às outras, predominantes. As modalidades do abuso não se distribuem estatisticamente ao acaso: dependem do tempo em que ocorreram, de lugares/espacos, de perfis de vítimas e de suas famílias, de perfis de pessoas abusadoras, no caso esmagadoramente padres, e pertencentes a franjas etárias distintas.

— Num tratamento estatístico mais sofisticado, propusemos uma cartografia espacial do abuso, na qual é possível detetar tendências muito significativas, estruturadas em torno de dois eixos: o primeiro, claramente associado a um contraste entre os espaços da ação ou errância quotidianas dos sacerdotes (ex.: confessionário, sacristia) e os espaços de retiro, dormida, reclusão ou isolamento das crianças (ex.: seminários, colégios internos, instituições de acolhimento de crianças); o segundo, que contrasta situações de abuso ocorridas em espaços coletivos com abertura à comunidade (ex.: colégios católicos) com situações ocorridas nos espaços privativos da pessoa abusadora (ex.: casa paroquial, carro do sacerdote).

— Muitas daquelas pessoas abusadoras, que assim foram referenciadas, ainda permanecem em atividade eclesial.

- Em alguns contextos, esses abusos tiveram carácter sistémico, isto é, ancoravam-se na estrutura de funcionamento de certas instituições da própria Igreja, durante certos tempos históricos, como no caso de seminários, colégios internos ou instituições de acolhimento de menores em risco, sobretudo nas décadas compreendidas entre os anos 1960 e 1990.
- Uma atitude clericalista, o desconhecimento ou a desvalorização dos direitos da criança, o fechamento aos olhares de fora, tudo isso ditou a perpetuação dos abusos e reforçou o silenciamento das vítimas.
- O carácter sistémico dos abusos não pode, porém, generalizar-se a toda a Igreja, pois diz respeito a uma minoria percentual da totalidade dos seus membros. Sistémica foi, isso sim, a ocultação, pelos próprios desde logo, e pelos outros membros superiormente colocados na hierarquia que deles tiveram conhecimento e não os valorizaram, não sinalizaram ou reprimiram de uma forma adequada à verdadeira proteção da vítima. Foi dada prioridade à defesa da reputação institucional da própria Igreja em detrimento da empatia com a voz, o sofrimento e a credibilidade da vítima.
- Noutra perspetiva, o trabalho dos meios de comunicação social para o suporte de divulgação da mensagem da Comissão e respetivo apelo a «dar voz ao silêncio», bem como algum jornalismo de investigação, revelaram-se fundamentais para a adesão, de pessoas vítimas, ao Estudo. A visibilidade mediática crescente que o tema foi adquirindo ao longo dos meses contribuiu também, de certa maneira, para a correspondente tomada de consciência por parte de muitos bispos e outros membros da Igreja que, no início dos trabalhos da Comissão, pareciam mostrar-se ainda alheados e distantes do problema.

Entretanto, se caracterizar o que está a montante é útil, mais o é poder pensar o futuro de uma forma que evite a repetição de erros anteriores. Ou seja, que para além do que aconteceu anteriormente e da sua possível caracterização, fiquem claras propostas para o espaço a jusante, um esteio para debate futuro para o qual se pede a ação proativa da Igreja, bem como de toda a sociedade civil, pressupondo-se que para ambas existe uma ideia de bem comum sobre a proteção de crianças em relação a este tipo de crimes de abuso sexual.

Assim, a Comissão decidiu referir no final do presente relatório algumas medidas inspiradas nos dados obtidos e acrescentar ainda outras recolhidas através de contactos realizados ao longo destes meses (membros da Igreja, testemunhos recolhidos para além do inquérito, pontos de análise avaliados entre os seus próprios membros, entre outros), desejando-se por esta forma dar espaço público a um debate que se pretende frutífero e do qual resulte como absolutamente necessário não esquecer nunca o tema dos abusos sexuais de crianças, agora também já em geral, os seus principais fatores de risco, a importância da prevenção primária, do diagnóstico e da intervenção precoce, bem como das respostas terapêuticas e de proteção/reparação, para pessoas vítimas e abusadoras, sempre numa perspetiva multidisciplinar.

Centrando-se num universo determinado, afinal o da amostra obtida, conclui-se que este Estudo e os seus resultados não podem constituir um «ponto de chegada», mas sim, um «ponto de partida» que implica a existência de muitas outras perguntas que agora ficam em

aberto e permanecem enquanto apelo ao trabalho futuro de outros que queiram vir a desenvolvê-las, não só na área específica da Igreja, como na sociedade em geral.

Destacam-se, assim, algumas sugestões e recomendações sentidas como mais importantes pela Comissão, que se agrupam em diferentes temas destinados à Igreja Católica e à sociedade em geral.

8.1. Recomendações Gerais

1. Com a apresentação pública do presente Relatório, a Comissão Independente dá por terminado o Estudo que lhe foi solicitado pela Conferência Episcopal Portuguesa, nenhuma razão subsistindo para que ela venha, neste ou noutro modelo, a prosseguir a sua atividade.

Tal não significa, porém, que não deva, no seio da própria Igreja, ser constituída uma outra, diferente na sua composição, com novo estatuto, incluindo psicólogos, assistentes sociais, terapeutas familiares, psiquiatras, juristas, sociólogos e outros, e com novos objetivos, prosseguindo, a partir dos conhecimentos agora adquiridos, o propósito de assegurar um canal de comunicação aberto à receção de denúncias ou testemunhos de abusos sexuais de crianças por membros da Igreja Católica portuguesa.

Composta por membros externos e membros internos, com os primeiros em maioria, à Comissão competiria receber os dados que chegassem ao seu conhecimento, validá-los e remetê-los, consoante os casos, tanto ao Ministério Público, como às estruturas de investigação e julgamento da própria Igreja, nos termos das normas do Direito Canónico em vigor.

Dada a natureza desta Comissão e o modelo previsto para a sua composição, a ela caberia ainda, na remessa dos dados recolhidos às estruturas próprias da Igreja, propor as soluções a adotar, nomeadamente quanto ao tipo de medidas a aplicar ao infrator, à eventual indemnização a atribuir às pessoas vítimas e ao acompanhamento de que estas mostrassem carecer.

Com uma área de competências de dimensão nacional, em cada diocese seria definida uma sua extensão executiva, sem autonomia própria, agindo de acordo com as orientações daquela Comissão Nacional.

Uma vez que a amostra aqui obtida não foi estatisticamente representativa da população portuguesa e os dados recolhidos reforçam a ideia da necessidade de chegar mais longe e definir melhor o que aconteceu com certas vítimas e alegados abusadores em determinados espaços e anos, a esta nova Comissão seria também cometido o aprofundamento do mesmo tema, em outra população, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

2. Por outro lado, e tendo em conta a sociedade portuguesa no seu todo, a consciência de que os abusos sexuais de crianças excedem em muito os praticados na Igreja Católica portuguesa, constituindo estes apenas uma parte de um todo de expressão bastante mais significativa, permite concluir pela importância da criação de uma estrutura semelhante à da Comissão Independente, com novos membros, bem mais alargada e com outros meios de intervenção, com vista a estudar a situação dos abusos

sexuais de crianças em geral, na comunidade. À semelhança dos Inquéritos de Vitimização, tudo parece apontar para que tal iniciativa, desejavelmente do Governo da República, possa vir a caber ao Ministério da Justiça, seja pela natureza das suas atribuições e competências, seja pela sua natural comunicação com as entidades públicas sobre quem venha a recair a responsabilidade do prosseguimento da investigação, já em sede criminal, dos dados que assim venham a ser recolhidos.

3. Do presente Estudo, entretanto, não resulta evidente a necessidade de propor qualquer alteração ao nível tanto das penas previstas, entre nós, para os crimes sexuais, como dos prazos de prescrição do respetivo procedimento criminal, aliás, a elas indexados.

Já, porém, tendo em conta a idade a partir da qual as pessoas vítimas se dispõem a denunciar os crimes de que foram alvo e bem assim a necessidade de conceder um mais alargado tempo de maturação sobre as possíveis consequências de uma denúncia sua, parece ser de recomendar uma alteração ao artigo 118.º, n.º 5, do Código Penal, aumentando para 30 anos (atualmente 23) a idade do ofendido antes da qual o procedimento criminal não se extingue por efeitos da prescrição.

4. Dada a natureza pública dos crimes sexuais contra «menores», tudo parece apontar para o dever moral e cívico que impende sobre a Igreja Católica portuguesa no sentido de proceder à respetiva participação ao Ministério Público logo que de algum deles, cometido por membro seu, tenha conhecimento, independentemente dos seus procedimentos internos.

Recomendar-se-ia, assim, que a Comissão referida em 1., ou outra estrutura equivalente, procurasse protocolar com o Ministério Público os termos dos procedimentos a adotar, com vista a preservar o segredo de justiça; a garantir a segurança da pessoa vítima, nomeadamente na recolha de declarações para memória futura; e a agilizar a comunicação.

5. Do mesmo modo, tendo em conta a multiplicidade de efeitos provocados pelos crimes sexuais na pessoa das vítimas, muitas delas carecendo de apoio psicológico ou psiquiátrico mesmo decorridas décadas sobre os acontecimentos, deve a Igreja assumir a iniciativa e o encargo da respetiva resposta, nomeadamente, concretizando protocolos com Serviços de Psiquiatria do Serviço Nacional de Saúde (pelo menos um em cada distrito), para atendimento prioritário em consultas de Psiquiatria, de modo a realizar a avaliação e tratamento psiquiátrico das vítimas e eventual referenciação posterior para consultas de Psicologia.

Também se recomenda a articulação com organizações ou instituições já existentes e credenciadas (incluindo ONG e IPSS) com atuação sobre o problema, em procedimentos a definir.

Na situação de quem já se encontra em acompanhamento em clínicas e estruturas da esfera privada, deve ser garantido o reforço do apoio, incluindo o económico.

No caso dos alegados abusadores, a Comissão Independente recomenda, para além do importante acompanhamento espiritual, a necessária avaliação e intervenção terapêutica em Psiquiatria.

Finalmente, e dada a relevância que neste processo veio a ser reconhecida aos meios de comunicação social, sugerir-se-ia que, com estes, e através das suas estruturas representantes, fosse protocolada a forma de melhor se garantir a divulgação regular das medidas preventivas e das respostas dadas pela Igreja em casos deste tipo, bem como para o estabelecimento de um guia de boas práticas para abordagem e exposição pública de pessoas vítimas e abusadores.

8.2. Recomendações específicas à Igreja Católica portuguesa

8.2.1. Uma outra cultura

1. A primeira recomendação, enquanto pressuposto do sucesso de todas as restantes, aponta para a necessidade do reconhecimento inequívoco, por parte da Igreja Católica portuguesa, da existência de abusos sexuais de crianças, cometidos por um número significativo de membros seus, dos quais o presente Estudo revela apenas uma muito pequena parte.

2. Na mesma linha se sugere a edificação de uma cultura que privilegie, no interior da Igreja e em todos os degraus da hierarquia, o conhecimento aprofundado e o respeito pelos direitos humanos em geral e pelos direitos da criança em particular, enquanto direitos das pessoas.

3. Como expressão da mesma cultura e enquanto compromisso com a sua prática, recomenda-se o lançamento de uma publicação anual sobre o lugar da criança na Igreja Católica portuguesa, tratando a matéria dos direitos, a referência destes aos direitos humanos em geral e reportando aos princípios a adotar pela Igreja na senda da construção de uma verdadeira «Igreja Cidadã».

4. Também na mesma linha, importa assumir a tomada de consciência da resposta «clericalista» até agora predominante, caracterizada por negação, clivagem, projeção e ocultação hierárquica da existência do tema e seu impacto. Assim, e face à lei canónica, a atitude institucional a tomar será a de assumir o problema, sinalizá-lo e atuar de forma rápida.

5. Cumpre valorizar, em termos práticos, o lema «tolerância zero» aos abusos sexuais de crianças por membros da Igreja, sugerido pelo Papa Francisco a zonas do mundo de presença e influência católica. Os abusos acontecem e acontecerão, mas podem ser amplamente evitados a partir da noção consciente do tema e do seu risco para todos: os que abusam, os que são abusados, a instituição Igreja no seu todo, sendo que o seu impacto é sempre traumático e duradouro em diversas áreas da vida individual e de relação de quem os sofre.

Assim, cabe à Igreja assumir:

- a) A existência de ações eventualmente criminosas por parte dos mesmos agressores, também elas repetidas no tempo, sendo que muitos deles não só se encontram atualmente vivos e localizáveis, como se constituem enquanto agentes eventualmente perpetuadores destes atos;
- b) A consciência de que todo o caso terá de ser sempre tratado como importante ou, pelo menos, capaz de levantar uma «dúvida» que procure «esclarecimento» efetivo, cumprindo valorizar a «presunção de continuidade de risco para a vítima e/ou outras», segundo demonstra a prática de intervenção psicológica;
- c) A sinalização atual e futura das pessoas abusadoras, por forma a evitar a continuidade de novos abusos sexuais por elas perpetrados e, dada a natureza pública dos crimes sexuais contra menores, incluir o dever moral de denúncia, por parte da Igreja, às entidades competentes, não se restringindo esta tão-somente ao que se encontra inscrito na área do direito canónico, promovendo canais de articulação com o próprio Ministério Público;
- d) A identificação da existência de espaços físicos que, pela sua estrutura fechada, pouco permeável ao exterior, hierarquicamente assente em desigualdades de poder, estatuto e papel, facilitam a existência endémica de abusos sexuais de crianças por parte de membros da Igreja, sobretudo em determinadas décadas e contextos, com destaque para certos seminários, instituições de acolhimento de crianças em perigo, e confessionários, cuja existência deve ser revista e mesmo abolida nos casos dos confessionários fechados. Urge, pois, transformar profundamente o funcionamento institucional de algumas estruturas religiosas, reportadas neste estudo como de alto risco e que implicam práticas assentes em modelos física e psicologicamente «fechados», sobredimensionados no *ratio* número de crianças/número de adultos, sem valorização de espaços de intimidade e privacidade próprios;
- e) A perceção da evolução temporal dos locais preferenciais de abuso, agora também reportados a espaços ditos «fora da Igreja», como em atividades com grupos de jovens, agrupamento de escuteiros, estabelecimentos de ensino, entre outros, e da continuidade da possibilidade evolutiva dos mesmos.

6. Daí, por último, a necessidade de uma reflexão conjunta e profunda da Igreja Católica portuguesa sobre os abusos sexuais de crianças e da parte que daí se revela no presente relatório, para que, de forma transversal e num verdadeiro movimento emanado do seu próprio interior, em franca e aberta articulação com os seus crentes e até com toda a sociedade, possa surgir uma atitude mais coesa e proativa na prevenção futura destes casos e/ou na resposta a dar a cada um deles.

8.2.2. O lugar da vítima

1. Impõe-se a centralização da vítima e a tutela da sua autodeterminação sexual não só como forma de prevenir ofensas e abusos em muitos casos irreparáveis, mas também como dever absoluto da Igreja, ela própria, além do mais, dada a desequilibrada relação de poder que se joga na relação entre os seus membros e as crianças que a frequentam.

2. Para a garantia da centralização da figura da vítima, recomenda-se não só o estudo, por parte de toda a hierarquia da Igreja, dos direitos da criança, desde logo a partir do texto da Convenção das Nações Unidas, como a sua divulgação em todas as estruturas, sobretudo naquelas que lidam com crianças e jovens. Esse estudo deve iniciar-se logo nas primeiras etapas de formação de sacerdotes ou consagrados.

3. Na linha do número anterior, importa reter e dar expressão concreta ao reconhecimento da criança como um ser autónomo e completo, embora diferente do adulto, portador de dignidade humana e verdadeiro sujeito de direito e de direitos, entre os quais o direito à sua proteção, direito, este, que a Igreja tem um especial dever de respeitar e garantir.

4. Questão fundamental a considerar, ao recentrar a criança, é a que se refere ao valor a conceder pela Igreja aos efeitos dos abusos sexuais de crianças praticados no seu seio, tudo apontando para a necessidade de introduzir uma inflexão no ponto de vista em torno da definição do valor ou bem violado pelo abuso. Se, como já vimos, algum caminho foi percorrido pela Igreja nesse sentido, o que é certo é que a pessoa da vítima e os efeitos por ela sofridos tendem a surgir desvalorizados quando colocados em confronto com o desvalor resultante da ofensa tanto ao Mandamento Sexto do Decálogo, como ao bom nome da própria Igreja. No fundo, a Igreja surge como a principal vítima dos abusos sexuais, cujos efeitos, para lá disso, atingem também a pessoa concreta da vítima. Ora, esta é uma visão que tende a inquinar qualquer propósito de mudança, levando, no limite, a considerar ser a Igreja a principal vítima dos crimes em presença.

Recomenda-se, assim, que, de forma inequívoca, no quadro do Direito Canónico, a criança seja trazida à condição de principal vítima do crime de abuso sexual cometido por membros da Igreja Católica, considerando-se expressamente os efeitos nefastos deste num desenvolvimento saudável da criança, em vários dos seus aspetos.

Para tanto, além da consagração deste ponto de vista, mostra-se fundamental:

- a) Repensar a ligação dos abusos sexuais de crianças, por membros da Igreja Católica, ao Mandamento Sexto do Decálogo;
- b) Rever a imposição de sigilo de confissão em matéria de crimes sexuais contra crianças por membros da Igreja Católica;
- c) Consagrar, nas normas próprias do Direito Canónico, todo o tipo de crimes previstos pela Lei Penal do Estado, por forma a não criar ruído de interpretação na relação a estabelecer entre o Direito Penal e o Direito Canónico;
- d) Repensar todo o tema da sexualidade, enquanto matéria a tratar aos vários níveis no interior da Igreja e ligando-a a princípios e estratégias próprias da doutrina social da Igreja, o que, uma vez mais, só será possível quando os abusos em causa deixarem de estar em relação com o Mandamento Sexto do Decálogo.

8.2.3. A reparação da vítima

Impõe-se a reparação dos danos tanto materiais, como morais e psicológicos das vítimas que ousaram «dar voz ao silêncio» e que dela necessitem agora, bem como de mais outras pessoas que possam ainda vir a reportar-se como tendo sofrido no mesmo quadro. Para tal, refere-se a importância de:

- a) Valorizar a expectativa global das vítimas em ouvir um digno e comum «pedido de perdão» ou de «desculpas», por parte do respetivo abusador ou, como na esmagadora maioria dos casos tal não se efetivará, da própria Igreja Católica portuguesa como um todo, reconhecendo-se assim a dignidade moral da vítima; e
- b) Materializar fisicamente aquele pedido de perdão, em algo que simbolicamente perdure no tempo enquanto espaço de evocação das pessoas vítimas, católicas ou não católicas (ou, simplesmente, já não crentes), dos abusos sobre elas praticados e do firme compromisso de um esforço efetivo pela sua não repetição¹⁹;
- c) Promover ações de formação (palestras, colóquios, debates) por parte de membros da Igreja, de forma regular e junto de crianças crentes, praticantes, bem como das suas famílias, sobre o presente tema e a possibilidade de todos referenciarem sem «medo, vergonha ou culpa» factos reportáveis como formas de abuso sexual, «ousando falar», num modelo que pede nova mentalidade e prática diferente, em maior e aberto modelo de relação e comunicação entre membros da Igreja e seus seguidores;
- d) Criar ou manter uma linha telefónica, aberta sete dias por semana, e de um endereço eletrónico disponível, gerido por equipa multidisciplinar (a Comissão acima referida) que garanta o anonimato de todos os que quiserem contactar, dando continuidade de referência de casos e estruturação do apoio necessário para todos os que o quiserem fazer agora ou no futuro;
- e) Constatar que, tal como estão atualmente organizadas, as Comissões Diocesanas não se adequam a estes objetivos ou fins, embora possam ser importantes como meios ativos em projetos de prevenção primária, importando, assim, reformular o modelo e/ou o seu foco primordial;
- f) Reconhecer a responsabilidade civil e social da Igreja nos casos reportados pela Comissão, independentemente de qualquer prévia responsabilização civil ou criminal.

8.2.4. Da ocultação à desocultação

1. A uma cultura de reconhecimento inequívoco da existência de abusos sexuais de crianças no interior da Igreja Católica portuguesa, só pode corresponder uma atitude e uma prática que recusem a ocultação ou o encobrimento dos factos que lhes dão corpo, atitude e prática, estas, hoje ainda mais justificadas dada a natureza pública dos crimes

¹⁹ A Comissão contactou o Arq. Álvaro Siza Vieira para elaborar um projeto nesse sentido, convite que aceitou e propôs realizar *pro bono*. A proposta de memória descritiva foi entregue à CEP.

cometidos e que tudo recomenda como indispensável a um verdadeiro desígnio de mudança.

2. Do mesmo modo, não pode deixar de ser recomendada a recusa definitiva de um movimento de negação da ocultação anterior que, a subsistir, transformaria, a partir daqui, os «problemas» detetados «no» seio da Igreja em problemas estruturais, afinal, próprios «da» Igreja e por esta vividos como tal.

8.2.5. Arquivos históricos da Igreja

Os arquivos históricos e correntes da Igreja Católica portuguesa refletem uma realidade administrativa complexa, heterogénea e em constante mudança. A importância dos arquivos eclesiásticos ultrapassa o âmbito estrito da Igreja Católica e da história religiosa. Estes arquivos devem constituir-se como acervos úteis para o estudo da sociedade portuguesa, globalmente considerada.

O acesso efetivo aos arquivos eclesiásticos, com níveis e ritmos diferenciados, permitiu aferir o seu estado de organização. Se alguns estavam exemplarmente organizados, noutros a desorganização imperava. Esta desorganização impediu que a equipa tivesse acesso cabal a toda a documentação. Um melhor tratamento dos acervos documentais teria elevado consideravelmente os dados apresentados na análise quantitativa e qualitativa agora apresentada.

Neste sentido, recomenda-se que os arquivos eclesiásticos sejam devidamente organizados não só fisicamente, mas também digitalmente. Entende-se que esse tratamento deve ser articulado pela Igreja Católica portuguesa no seu todo e não levado a cabo por cada diocese ou congregação isoladamente, pois tal resultaria em sistemas de organização distintos e numa multiplicidade de meios de recuperação da informação.

Uma mesma organização intelectual, critérios de descrição documental normalizados e uma mesma ferramenta digital de recuperação de informação não só facilitam a comunicação entre arquivos, como também potenciam o conhecimento histórico e conduzem a uma enorme poupança de recursos.

O problema dos arquivos eclesiásticos deve ser pensado de modo abrangente, permitindo a investigação efetiva da documentação, sem serem necessárias autorizações excecionais.

8.2.6. Medidas de prevenção

1. Cumpre reforçar a prevenção do abuso sexual de crianças, adotando um conjunto de medidas preventivas, nomeadamente e a título meramente exemplificativo:

- a) Controlar os antecedentes criminais dos membros da Igreja, ou de quem nela exerce funções, vocacionados para atuar junto de crianças;
- b) Impedir que aqueles sobre quem recaia alguma suspeita nesta matéria sejam destacados para atuar na proximidade de crianças e de jovens;
- c) Preparar e fazer publicar um guia de boas práticas a seguir no domínio do acompanhamento espiritual de crianças e jovens no seio da Igreja;

- d) Assegurar o afastamento físico entre o padre e a criança, sobretudo durante a confissão, recomendando-se que esta decorra num espaço e num tempo que preservem a intimidade e a privacidade da comunicação estabelecida, sempre em zona visualmente aberta;
- e) Promover ações de formação dirigidas simultaneamente aos sacerdotes e à comunidade onde se inscrevem as famílias das crianças que frequentam a Igreja.

2. Mostra-se também necessário que, perante a lista de alegados abusadores ainda vivos, obtida através dos testemunhos recolhidos pela Comissão Independente e, aí, também pelo seu Grupo de Investigação Histórica (GIH), e sabendo-se do risco comum de perpetuação do mesmo tipo de crime por esse tipo de alegados abusadores, estudar caso a caso, diocese a diocese, depoimentos que os referem e, sempre que necessário, atuar dentro do previsto na Lei Canónica e/ou Lei Penal.

3. Importa assegurar uma supervisão continuada, preferencialmente externa e de qualidade profissional, de todos os membros da Igreja que se encontram em lugares profissionais de proximidade direta com crianças e/ou dirijam estruturas de acolhimento, educação ou atividades diversas, desde as religiosas a outras, bem como a todos os outros que, na sua dependência direta, exerçam o mesmo estatuto ou papel em locais geridos por membros da Igreja Católica.

4. Impõe-se uma análise periódica da verdadeira vocação religiosa e uma avaliação psicológica externa em caso de dúvidas vocacionais e/ou de comportamentos que indiciem risco no campo dos abusos sexuais de menores.<

5. É indispensável a Igreja cuidar das condições de vida dos seus sacerdotes e membros de ordens religiosas que lidam, no dia a dia, com grande sobrecarga de trabalho e atividades de elevada intensidade emocional. Sobretudo no caso dos sacerdotes diocesanos, o facto de viverem frequentemente sozinhos traduz-se em sentimentos de grande solidão, o que pode conduzi-los a comportamentos de risco (do ponto de vista da sua saúde física e mental). Criar espaços de convívio e partilha entre sacerdotes no seu quotidiano, onde as experiências são contadas e integradas, é um passo importante.

6. A CEP deve proceder a uma reflexão/avaliação sobre o funcionamento efetivo das Comissões Diocesanas já que, independentemente dos Regulamentos existentes, a sua concretização é desigual: desde logo quanto a prioridades e foco da sua atuação, mas também quanto ao protocolo de boas práticas que deve nortear a sua conduta junto das vítimas (como responder a quem faz a queixa, capacidade de escuta e empatia, celeridade das respostas, necessidade de manter contacto, etc.).

7. Cumpre ainda reforçar a exigência, a vários níveis, nas ações de recrutamento.

8.2.7. Formação

1. Em matéria de formação, mostra-se essencial privilegiar fortemente a formação tanto inicial, como ao longo da vida, reformulando conteúdos e garantindo adequada avaliação dos respetivos resultados, observados nas práticas subsequentes, aí incluindo:

- a) Formação sobre a perspetiva histórica, teológica, social e cultural do tema da sexualidade em geral, bem como dos seus aspetos fundadores na infância e adolescência, para o exercício do ministério presbiteral (no tempo de preparação e atividade atual ou futura);
- b) Conhecimentos gerais na área científica do desenvolvimento global infantojuvenil e suas etapas físicas e psicológicas, nas vertentes individual e relacional, do normal ao patológico, com amplo destaque para o conceito evolutivo de sexualidade e sua ligação às respetivas vivências afetivas;
- c) Uma saudável abordagem destes temas junto de crianças e adolescentes, no contexto e formas adequados, em ampla articulação/colaboração e com total conhecimento das famílias e/ou responsáveis legais por cada criança e seu saudável desenvolvimento, com a organização de um «guia de boas práticas»;
- d) Uma capacidade de integração de diferentes formas do desenvolvimento maturativo da sexualidade e respetiva diversidade de vivências relacionais, em termos de género e identidade; o mesmo para o conhecimento e integração de uma noção múltipla de «famílias» e da importância dos seus diversos elos e suportes emocionais;
- e) A integração, na área da sexualidade adulta, da sua natural estruturação e manifestações, impacto na dinâmica pessoal e de relação com os outros, incluindo a respetiva consciência própria da presença de pulsões, defesas e vivências sexuais diversas, possíveis em qualquer pessoa;
- f) A informação sobre as diversas formas que constituem abuso sexual de crianças, das vulnerabilidades pessoais, familiares, sociais e culturais de algumas possíveis vítimas, sinais e sintomas mais comuns e sua identificação precoce, atitudes-«padrão» de abusadores, impacto traumático nos menores e seu futuro evolutivo, bem como da necessidade de intervenção terapêutica especializada para vítimas e agressores;
- g) O conhecimento dos Direitos Universais das Crianças, bem como do que diz respeito ao que atualmente se inscreve enquanto crimes de abuso sexual de menores, qualificados como de natureza pública, bem como das molduras penais que atualmente os delimitam, incluindo prazos de prescrição e dever moral de referenciação e colaboração com entidades competentes;
- h) O desenvolvimento da capacidade de escuta ativa e atitude empática proativa com o outro, sobretudo quando este é criança e, por isso mesmo, se encontra em situação de desvantagem física, cognitiva e emocional perante o adulto. Estruturação de maior literacia emocional, assente em relações de maior presença, proximidade e verdadeira empatia.

2. Por outro lado, importa:

- a) Trocar experiências com outros centros de formação, envolvendo docentes leigos, refletindo sobre a questão do poder e do exercício deste em contextos de relação entre superior e inferior;
- b) Aprofundar a consciência crítica dos seminaristas e das noviças também em assuntos de complexa abordagem, nomeadamente do ponto de vista teórico;
- c) Integrar nos programas de formação especialistas em outras áreas como, a título de exemplo, médicos, juristas, psicólogos, psiquiatras, sociólogos e outros;
- d) Cuidar da formação dos formadores e assegurar uma formação ao longo da vida a todos os membros da Igreja; e, por último,
- e) Distinguir a formação inicial da formação na prática quotidiana e da formação permanente e complementar.

8.3. Algumas sugestões para a sociedade em geral

Um aparente alheamento da sociedade civil, sem que, ainda assim, não tivesse deixado de corresponder a certos apelos da Comissão, sugere a necessidade de alinhar um breve conjunto de sugestões, não mais do que isso, que se elencam:

1. Necessidade de um estudo alargado sobre o tema dos abusos sexuais de crianças em Portugal, com uma amostra estatisticamente representativa de toda a população e sua respetiva caracterização, para melhor conhecimento da realidade, abrir uma ótica comparativa (por exemplo, entre abusos dentro e fora da Igreja) e estruturação de medidas preventivas e de resposta multidisciplinar.

2. Consciencialização da transversalidade do fenómeno, isto é, podendo abranger crianças de diversas idades, géneros, meios sociais, culturais e económicos, mas com especial incidência no próprio meio familiar, restrito e alargado.

3. Reconhecimento da eficácia de medidas de prevenção primária, isto é, todas as que possam evitar a ocorrência de abusos sexuais de menores, inclusivamente pelo reforço progressivo e consciente do assunto ao longo do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

4. Empoderamento da criança enquanto agente ativo na sua própria defesa: noções do corpo e seus limites, conceitos de intimidade e privacidade, capacidade de verbalizar e nomear o sucedido junto dos que lhe são afetivamente mais próximos ou aos quais se sente mais ligada.

5. Desenvolvimento de competências parentais para o tema: proteção, segurança, confiança e bom padrão de comunicação afetivo com a criança sobre a questão da sexualidade e afetos, conhecimento de respostas existentes para sinalização e resposta multidisciplinar.

6. Reforço do papel da Escola e da «educação para a sexualidade», em articulação e respeito com as diversas singularidades das famílias e seus contextos socioculturais, conforme já anteriormente publicado na Lei 6/2009 de 6 de agosto.

7. Inclusão, na história clínica médico-psicológica, a maiores de 18 anos de idade, nos dados da anamnese, da pergunta acerca de eventuais abusos sexuais sofridos na infância ou na adolescência; o mesmo devendo adotar-se, com as necessárias adaptações, na clínica pediátrica.

8. Suporte terapêutico continuado, universal e gratuito a crianças vítimas, passível de ser reativado em idade adulta, sempre que necessário: criação de «linha prioritária de atendimento» no Sistema Nacional de Saúde.

9. Celeridade nos mecanismos judiciais respeitantes à possibilidade de referenciação de crianças alegadamente vítimas, sua rápida avaliação psicológica, proteção de contacto com o suposto agressor, suporte continuado à sua família ou elos afetivos primordiais, bem como aos seus meios de inserção natural.

10. Recomendar uma alteração ao artigo 118.º, n.º 5, do Código Penal, aumentando para 30 anos (atualmente 23) a idade do ofendido antes da qual o procedimento criminal não se extingue por efeitos da prescrição. Isto tendo em conta a idade a partir da qual as pessoas vítimas se dispõem a denunciar os crimes de que foram alvo e bem assim a necessidade de conceder um mais alargado tempo de maturação sobre as possíveis consequências de uma denúncia.

11. Manutenção de um debate recorrente sobre o tema dos abusos sexuais de menores, para que o mesmo não cesse de ser recordado enquanto risco possível e de impacto severo, atual e futuro, no desenvolvimento infantojuvenil.

12. Criação, se constitucionalmente possível, da figura do «Provedor da Criança», enquanto entidade independente, autónoma, em articulação com a Provedoria de Justiça e outras estruturas julgadas necessárias, mas com atuação específica na área da criança e da família.

8.4. Uma última recomendação

É necessário que, sobre o tema dos abusos de crianças, a Igreja assumira um movimento claramente oposto ao até agora verificado, designadamente construindo formas de reflexão de «dentro para fora», hierarquicamente estruturadas de «baixo para cima», isto é, indo do seu próprio interior e organização para as pessoas, dos padres, dos membros do clero até aos seus superiores, para o que urge definir um plano comum de organização transversal e longitudinal homogêneo, ultrapassando o modelo atual em que cada diocese ou paróquia tem, afinal, o seu modelo próprio. Na verdade, se é certo que cada membro pode e deve ter a sua sensibilidade natural sobre os assuntos a abordar, a mensagem e a prática global final têm de revelar uma perspetiva comum ao todo que a Igreja Católica constitui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberto, I.M. (2022). Crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, in *Grande Livro sobre a Violência Sexual*, coordenação de Alexandra Anciães e Rute Agulhas, Lisboa: Edições Sílabo.
- Almeida, A. Nunes de (2011). *História da Vida Privada em Portugal — Os Nossos Dias*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Almeida, M. Vale de (1995). *Senhores de Si — Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Etnográfica Press.
- Alvarez, A. (1994). *Psychoanalytic Psychotherapy with Autistic, Borderline, Deprived and Abused Children*, UK: Routledge.
- Arendt, H. (2017). *Eichmann em Jerusalém: Uma Reportagem sobre a Banalidade do Mal*. Lisboa: Ítaca.
- Ariès, Ph. (1973). *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil.
- Bajos, N., Ancian, J., Tricou, J., Valendru, A. (2021). *Rapport Sociologie des violences sexuelles au sein de l'Église catholique en France (1950-2020)*. Paris: Inserm-IRIS-EHESS.
- Bancroft J. (2009). *Human Sexuality and its Problem*. London: Churchill Livingstone Elsevier.
- Bion, W.R. (1968). *Experiences With Groups*. UK: Routledge.
- Bowlby, J. (1998). *A Secure Base*. Basic Books.
- Brazelton, T. B. (1992). *Touchpoints: Your child's emotional and behavioral development*, Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company.
- Castro, A., Ibanez, J., Maté, B., Esteban, J. & Barrada, J.R. (2018). Childhood Sexual Abuse, Sexual Behavior, and Revictimization in Adolescence and Youth: A Mini Review. *Front. Psychol.*, 10: 1-5.
- CIASE (2021). *Les violences sexuelles dans l'Église catholique France 1950-2020*. Rapport de la Commission indépendante sur les abus sexuels dans l'Église, Octobre.
- Clayton, E.; Jones, C.; Brown, J. & Taylor, L. (2018). Child Sexual Abuse the Etiology of Child Abuse: A Critical Review of Empirical Evidence. *Child Abuse Rev.* 27, 181-197.
- Cyrulnik, B. (2002). *Un merveilleux malheur*. Paris: Odile Jacob.
- Dias, J.F. (1999). *Comentário Conimbricense do Código Penal Português, Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, M.C.S. (2022). Enquadramento Legal dos «Crimes Sexuais» em Portugal. *Grande Livro sobre a Violência Sexual*. Alexandra Anciães e Rute Agulhas (coord.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Diogo, F. (2021). *Faces da Pobreza em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Dockar-Drysdale, B. (1991). *The Provision of Primary Experience*. London: Karnac Books.
- Dolto, F. (2015). Françoise Dolto and Child Psychoanalysis, Walter, P.F. (ed.). Createsape Independent Publishing Platform.
- Dreßing, Harald *et al.* (2018). *Sexueller Missbrauch an Minderjährigen durch katholische Priester, Diakone und männliche Ordensangehörige im Bereich der Deutschen Bischofskonferenz [Abuso sexual de menores por padres católicos, diáconos e membros de ordens religiosas ao serviço da Conferência Episcopal Alemã]*. Projektbericht (= Abschlussbericht der Studie). Mannheim/ Heidelberg/ Gießen. Disponível em www.dbk.de/fileadmin/redaktion/diverse_downloads/dossiers_2018/MHG-Studie-gesamt.pdf.
- Eleutério, J. (2022). *Uma anatomia do poder eclesiástico*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Fergusson, A., & Gutiérrez-Peláez, M. (2022). *Sándor Ferenczi: A Contemporary Introduction*. UK: Routledge
- Ferreira, T. (2001). *Em Defesa da Criança*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ferreira, V. (1986). O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos. *Metodologia das Ciências Sociais*, Augusto S. Silva, José Madureira Pinto (orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 165-196.
- Fonseca, F. T. (2000). Demografia eclesiástica II. Do século XVI aos inícios do século XX. Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (C-I). s.l.: Círculo de Leitores; CEHR-UCP. 47-58.
- Freud, A. (1992). *The Ego and the Mechanisms of Defence*. UK: Routledge.
- Frings, B. *et al.* (2022). *Macht und sexueller Missbrauch in der katholischen Kirche. Betroffene, Beschuldigte und Vertuscher im Bistum Münster seit 1945 [Poder e Abuso Sexual na Igreja Católica. Afetados, acusados e encobrimento na Diocese de Münster desde 1945]*. Freiburg/ Basel/ Wien: Herder. Disponível em https://www.uni-muenster.de/imperia/md/content/wwu/journalisten/macht_und_sexueller_missbrauch_im_bistum_muenster.pdf.
- Garbarino, J. (2000). *Lost Boys*. USA: Anchor.
- Glaser, D. (2018). Child Sexual Abuse, in *Rutter's Child and Adolescent Psychiatry*. London: John Wiley & Sons.
- Goffman, E. (2022). *Asylums — Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. London: Penguin Books.
- Gomes, J.F. (2021). *Roma, Temos Um Problema — Como a Igreja Católica Lidou com Dois Mil Anos de Abusos Sexuais*. Lisboa: Tinta da China.
- Gomes, S. (1999). Conferências Episcopais. Algumas reflexões. *Didaskalia* XXIX: 375-415.

- Greenacre, M.J. (2007). *Correspondence Analysis in Practice (2nd edition)*. Boca Raton: Chapman & Hall / CRC.
- Hailes, H., Rongqin, Y., Danese, A. & Fezel S. (2019). Long-term outcomes of childhood sexual abuse: an umbrella review. *Lancet Psychiatry* 6: 830-839.
- Heckathorn, D. (1997). Respondent-driven sampling. *Social Problems*, 44(2): 174-199.
- Helander, E. (2004). *The World of the Defenseless*. Asrom.
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Censos População (consulta online).
- Javeau, C. (1988). *L'Enquête par questionnaire — Manuel à l'usage du praticien (3^{ème} édition)*. Paris: Éditions de L'Université de Bruxelles.
- Kolwalski, M. (2018). *Sexueller Kindesmissbrauch im Kontext der evangelischen und katholischen Kirche*. Disponível em: <https://www.aufarbeitungskommission.de/wp-content/uploads/2018/06/Fallanalyse-Sexueller-Kindesmissbrauch-im-Kontext-der-katholischen-und-evangelischen-Kirche.pdf>.
- Lahire, B. (1995). *Tableaux de familles. Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*. Paris: Gallimard/Seuil.
- Langlois, C. (2005). *Le crime d'Onan. Le discours catholique sur la limitation des naissances (1816-1930)*. Paris: Les Belles Letres.
- Langlois, C. (2020). *On savait, mais quoi? La pédophilie dans l'Église de la Révolution à nos jours*. Paris: Seuil.
- Lanning, K. (1984). Child Pornography and Sex Rings. FBI, US Dep. of Justice.
- Laub, D. (2003). Trauma and Severe Psychopathology. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, vol. 51, n.2, Spring 2003.
- Laufer, M. (1997) *Adolescent Breakdown and Beyond*. London: Karnak Books
- Lúcio, L. (2010). As Crianças e os Direitos — O Superior Interesse da Criança. *Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio e Paulo Guerra (coord.). Coimbra: Almedina.
- Maniglio, R (2011). The role of child sexual abuse in the etiology of suicide and non-suicidal self-injury. *Acta Psychiatrica Scandinavica* 124: 30-41.
- Marinho, S. (2014). *Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança. Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, 177-195.
- Mause, L. (1995). *The History of Childhood*. Jason Aronson, Inc.
- Melícias, A., Duarte, M.D. «Acessos e interdições: os arquivos da Igreja como lugares de tensão». *Lusitania Sacra* 45 (janeiro-junho 2022): 85-106.
- Moscovici, S. (1976). *La Psychanalyse — Son image et son public*. Paris: PUF, 48.
- Ng, Q.X., Yong, B.Z.J., Ho, C.Y.X., Lim, D.Y. & Wee-Song Y. (2018). Early life sexual abuse is associated with increased suicide attempts: an updated meta-analysis. *Journal of Psychitric Research*, 99: 129-141.

- Observador (2019). *Em Silêncio*. Disponível em <https://observador.pt/em-silencio/>.
- Pais, J.M., Magalhães, P. & Antunes, M.L. (orgs.) (2022). *Práticas Culturais dos Portugueses — Inquérito 2020*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pinto, S.R. (2023). Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea (1833-1911). <portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/CleroSecular/index.php/Site/registoParoquialidade>.
- Sauvé, J.-M. (2021). *Les violences sexuelles dans l'Église catholique France 1950-2020*. Rapport de la Commission indépendante sur les abus sexuels dans l'Église. Disponível em: www.ciase.fr/medias/Ciase-Rapport-5-octobre-2021-Les-violences-sexuelles-dans-l-Eglise-catholique-France-1950-2020.pdf
- Singly, F. (2017). *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- Soares, I. (2022). Trauma e impacto no desenvolvimento. Conferência na Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 11 de maio.
- Stern, D. (2000). *The Interpersonal World of the Infant*. Basic Books.
- Stoltenborgh, M., Ijzendoorn, M., Euser, E. & Bakermans-Kranenburg, M. (2011). A global perspective on child sexual abuse: meta-analysis of prevalence around the world. *Child maltreatment* 16(2): 79-101.
- Symington, J. (2018). *Imprisoned Pain and its Transformations*, UK: Routledge.
- Szur, R. (2016). *Psychotherapy With Severely Deprived Children*. London: Karnac Books.
- UNICEF. (2022). *Moldar o futuro*. Relatório com WeProtect Global Alliance
- Ventura, I. (2018). *Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual*. Lisboa: Tinta da China.
- Westpfahl, M. et al. (2022). *Sexueller Missbrauch Minderjähriger und erwachsener Schutzbefohlener durch Kleriker sowie hauptamtliche Bedienstete im Bereich der Erzdiözese München und Freising von 1945 bis 2019 – Verantwortlichkeiten, systemische Ursachen, Konsequenzen und Empfehlungen* [Abuso sexual de menores e de adultos em situação de dependência por clérigos bem como funcionários a tempo integral da Arquidiocese de Munique e Freising de 1945 a 2019 — Responsabilidades, causas sistêmicas, consequências e recomendações]. Disponível em: <https://westpfahl-spilker.de/wp-content/uploads/2022/01/WSW-Gutachten-Erzdioezese-Muenchen-und-Freising-vom-20.-Januar-2022.pdf>
- Winnicott, D. (1990). *The Maturation Process and the Facilitating Environment*. UK: Routledge.
- Winnicott, D. (2005). *Playing and Reality*. UK: Routledge.

ANEXOS

CURRICULOS DOS PARTICIPANTES

Francisco Azevedo Mendes

Francisco Azevedo Mendes é professor auxiliar no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) que integra o IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. É coordenador da área de História e Geografia no projeto de Reforma Curricular do Ensino Básico da Guiné-Bissau, financiado pela UNICEF e pela Fundação Calouste Gulbenkian. Entre outras publicações, foi coautor de «História, memória e justiça transicional - formulações críticas» (revista *Anistia Política e Justiça de Transição*, 5, 2011), e coordenou, em colaboração, *Justiça na Res Publica (sécs. XIX-XX). II. Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade* (2011); *A conquista social do território: arquitectura e corporativismo no Estado Novo* (2016); *Organizar o país de alto a baixo: políticas de edificação corporativa do Estado Novo* (2016); *Sociedade, autoridades e (pós)memórias* (nº temático da revista *Configurações*, 17, 2016). Integra, atualmente, o projeto exploratório do IN2PAST “*Landscapes of Terror, Violence and Forensic Heritages in the Postcolonial Lusophone space*”.

Júlia Garraio

Júlia Garraio é investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, onde integra a linha temática Democracia, Justiça e Direitos Humanos. Faz parte da coordenação dos grupos de trabalho do CES *POLICREDOS–Religiões e Sociedade* e *GPS – Grupo de Pesquisa em Sexualidades*, bem como do observatório masculinidades.pt. É membro co-fundador do grupo de investigação internacional *SVAC-Sexual Violence in Armed Conflict*. Faz parte do Conselho Editorial da revista *European Journal of Women's Studies*, onde é responsável pela secção das resenhas. Nos últimos dez anos, participou em sete projetos de investigação nas áreas dos Estudos de Memória, Género, Media, Comunicação e Literatura, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), do Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) e do European Research Council (ERC). Em 2007-2012, desenvolveu um projeto de pós-doutoramento sobre as memórias culturais das violações de mulheres e adolescentes alemãs no contexto da Segunda Guerra Mundial, financiado pela FCT. Posteriormente, alargou a sua investigação sobre narrativas, discursos e representações de violência sexual a outros contextos histórico-culturais: migrações contemporâneas, colonialismo português, guerra na Líbia, ativismo feminista. Em 2023, iniciou o projeto *Dis/entangling Rape: Sexual Violence in Portuguese literature and cinema in the 21st century*, ao abrigo do Estímulo do Emprego Científico da FCT, na categoria de investigador principal. No mesmo ano, também iniciou, como co-PI, o projeto de investigação *UnCoveR – Sexual Violence in Portuguese Mediascape*, financiado pela FCT. Entre as suas publicações na área da violência sexual contam-se os artigos: “Framing Sexual Violence in Portuguese Colonialism”. *Violence Against Women*, 2019, 25:13; “Cologne and the (un)making of transnational approaches to sexual violence.” *European Journal of Women's Studies*, 2020, 28:2; “Forward and backwards: Sexual Violence in Portuguese News Media.” *Routledge Companion to Gender, Media & Violence*, edited by Karen Boyle, Routledge (no prelo).

Rita Almeida de Carvalho

Rita Almeida de Carvalho é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Lisboa (ICS-UL), doutorada em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Possui formação pós-graduada em arquivística. Atualmente, é investigadora contratada no ICS-UL, ao abrigo do Estímulo do Emprego Científico da FCT, na categoria de investigador auxiliar (38/2019/CEEC). É também docente no Programa de Doutoramento Inter-Universitário PIUDHist e na Escola Superior de Comunicação Social. Trabalha sobre o Estado Novo e as ditaduras europeias do período de entre-guerras. Tem publicado vários estudos sobre as relações entre o Estado e a Igreja, de que se destaca *Correspondência António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira, 1928-1968* (Lisboa: Temas e Debates, 2010), *A Concordata de Salazar. Portugal-Santa Sé* (Lisboa: Temas e Debates, 2013) e 'Interwar Dictatorships, the Catholic Church and Concordats' (*Contemporary European History*, 25: 37-55, 2016). No âmbito dos arquivística, dirigiu a equipa que procedeu à reconstituição e à inventariação dos arquivos do Ministério do Ultramar, sob a coordenação científica de José Mattoso, e foi responsável pelo Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 2012 a 2022, onde coordenou o projeto de digitalização dos seus fundos documentais e a respetiva disponibilização *online*. Publicou o ensaio *Arquive-se, uma viagem pelos arquivos nacionais* (Lisboa: FFMS, 2019). Recentemente tem centrado a sua investigação na relação entre arquitetura e poder político em Portugal e nos regimes políticos autoritários e totalitários do período de entre-guerras. No âmbito desta investigação publicou *Ideology and Architecture in the Portuguese 'Estado Novo': Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932–1945)* (*Fascism, Journal of Comparative Fascist Studies* 7 (2), 141-174, 2018). Ainda sobre este tema, iniciou neste ano de 2023, como Investigadora Principal, o projeto de investigação *Construindo o Povo de Salazar: Arquitectura, nacionalismo e identidade nacional (1932-1945)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2022.03543.PTDC).

Sérgio Ribeiro Pinto

Sérgio Ribeiro Pinto é investigadora do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR) da Sociais (CES) da Universidade Católica Portuguesa, onde integra o Grupo de Trabalho Lideranças e Universos Religiosos. Integrou a direção do UCP-CEHR a Comissão Redatorial da Revista *Lusitania Sacra* entre 2014 e 2019. É professor auxiliar convidado da Faculdade de Teologia da UCP, tendo lecionado no Instituto Superior de Teologia de Évora e na University of Saint Joseph, Macau. É, desde 2017, bolseiro de pós-doutoramento da FCT, investigando o funcionalismo eclesiástico do Estado liberal português, com vista à elaboração da prosopografia do clero paroquial português («As tonsuras de Leviatã: os funcionários eclesiásticos e a administração do Estado liberal em Portugal (1862-1911)» - Ref. SFRH/BPD/114747/2016). Sobre a Igreja Católica, o catolicismo e o clero português publicou, entre outros estudos, «O pároco, funcionário do Estado Liberal. Alguns aspectos fundamentais» (2013); «O clero paroquial e a I República. Nova abordagem à querela das pensões (1910-1917)» (2014); *Servidores de Deus e funcionários de César. O clero paroquial da Monarquia à República (1882-1917)* (2017); «Metodologias digitais no estudo da administração periférica do Estado. O caso do clero

paroquial (1833-1911)» (2022). É autor do Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea (1833-1911) portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/CleroSecular/index.php.

Vasco Ramos

Vasco Ramos (Lisboa, 1976) é sociólogo, com doutoramento pela Universidade de Lisboa. Atualmente é Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Os seus interesses de pesquisa são múltiplos e interdisciplinares, com um enfoque particular nas questões da desigualdade social, alimentação e vida familiar. Nos últimos 15 anos integrou diversas equipas de investigação em projetos nacionais e internacionais acerca de temas tais como: trajetórias familiares e redes sociais; impactos da pobreza alimentar na vida quotidiana de famílias com filhos; relações de amizade entre crianças e animais de companhia; abuso sexual de crianças e a emergência pediátrica. Neste momento, desenvolve um projeto de investigação individual acerca das transformações das práticas alimentares ao longo do percurso de vida (CEECIND/00864/2018/CPI541/CT0003). No ICS-UL integra o Grupo de Investigação LIFE – *Percursos de Vida, Desigualdade e Solidariedade: Práticas e Política*, o OFAP – *Observatório de Famílias e Políticas Familiares* e o FoodHub – Plataforma de investigadores em temas relacionados com a alimentação. No seu percurso profissional conta também com mais de 10 anos de atividade na área dos estudos de mercado e marketing.

Ana Sofia Varela

Ana Sofia Varela (Lisboa, 1992) é mestre em psicologia clínica, pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Tem atividade clínica, de vertente integrativa, em Beja, acompanhando maioritariamente crianças e jovens, quer inseridas em contexto comunitário, que em consultório privado. Trabalhou na Comunidade Terapêutica – ART, em Castro Verde, fazendo acompanhamento de jovens adolescentes com perturbações a nível dos comportamentos aditivos.

Catarina Pires

Catarina Pires (Lisboa, 1974), é jornalista e mãe do João e da Rita. Licenciada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, foi jornalista e editora da Notícias Magazine (DN e JN), da DN Life e do Diário de Notícias. Atualmente, é freelancer e colabora com a Mensagem de Lisboa, a Humanista (Amnistia Internacional) e o Observador. É ainda membro do Conselho Editorial da Seara Nova, vice-presidente da Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada e autora do livro “Cinco Conversas com Álvaro Cunhal” [1999].

GUIÃO DO INQUÉRITO ONLINE

Introdução

Sobre o que quiser ou puder relatar, terá sempre a total garantia do seu anonimato e do nosso sigilo, bem como a de que as suas respostas serão apenas utilizadas no contexto deste Estudo. Se sentir que não quer ou não pode responder a certas perguntas, passe à frente – nenhuma pergunta é de resposta obrigatória. E pode, a qualquer momento, interromper o preenchimento, fechando a página. Contudo, saiba que quanto mais informação nos der, melhor podemos definir o que aconteceu. Qualquer dúvida pode sempre contactar-nos pelo telemóvel **91 711 00 00** ou enviar mail para **geral@darvozaosilencio.org**

Declaro que li e compreendi as informações dadas e aceito participar de livre vontade neste estudo: SIM (**Contactos APAV: 116 006 – linha de apoio à vítima gratuita – das 8h às 22h**
800 219 090 – linha internet segura)

I. Hoje

1. Género:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro: _____

2. Ano de Nascimento: _____

3. Em que país reside: _____

Se Portugal, distrito: _____

Se Portugal, concelho: _____

4. Profissão: _____ (se desempregado, colocar profissão anterior)

5. Nível de Escolaridade:

- ☐ Até 4º Ano/Antiga 4ª Classe
- ☐ Até 9º ano/Antigo 5º ano liceu
- ☐ Até ao 12º ano do ensino secundário/Antigo 7º ano do liceu
- ☐ Curso médio ou frequência ensino superior
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento
- ☐ Outro – qual? _____

6. Com quem reside? _____

(todas as pessoas com quem partilha residência)

7.Estado Civil:

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Divorciado
- ☐ Viúvo

8.Tem filhos:

- ☐ Sim. Quantos? _____
- ☐ Não

9.Considera-se católico?

- ☐ Sim. Praticante? _____
- ☐ Não

10.Os seus pais viveram sempre juntos?

- ☐ Sim
- ☐ Não. Qual o motivo?
 - ☐ Divórcio/separação
 - ☐ Emigração
 - ☐ Nunca viveram juntos
 - ☐ Outro. Qual? _____

(Apenas para se a resposta for Não.)

Que idade tinha quando se separaram? _____

11.Profissão do pai: _____

12.Profissão da mãe: _____

II. Ao tempo do abuso

Propomos-lhe agora que regresse à sua infância e adolescência (até aos seus 18 anos) e recorde o passado e o abuso sexual de que foi vítima. Pedimos-lhe que nas perguntas seguintes se foque apenas na **primeira situação**. Começaremos, assim, com um conjunto de perguntas sobre Si nesse tempo:

13.Que idade tinha quando ocorreu a primeira situação de abuso sexual? _____

14.Com quem residia nessa altura? _____

15.Vivia numa Instituição?

- ☐ Sim

Se sim, Instituição religiosa?

- ☐ Sim

☐ Não

Em que localidade? _____

Desde que idade estava institucionalizado? _____

☐ Não

16. Número de irmãos: _____

Se mais de 0, a sua posição entre eles (mais velho, mais novo): _____

17. Onde residia no momento do abuso? _____

Concelho: _____

Distrito: _____

18. Qual era a sua situação na altura?

☐ Estudava. Em que ano? _____

☐ Trabalhava

☐ Estudava e trabalhava

☐ Não estudava nem trabalhava

19. Como caracteriza esse abuso de que foi vítima? (Pode seleccionar mais do que uma resposta)

☐ Exibição de Zonas Genitais

☐ Suas

☐ De outro

☐ Ambos

☐ Manipulação de Órgãos Sexuais

☐ Seus

☐ De outro

☐ Ambos

☐ Toque de Outras Zonas Erógenas do Corpo e/ou Beijos nas mesmas zonas

☐ Masturbação

☐ Feita a Si

☐ A outro

☐ Ambos

☐ Sexo Oral

☐ A Si

☐ A Outro

☐ Ambos

☐ Cópula consumada

☐ Sexo Anal

☐ A Si

- ☐ A Outro
- ☐ Ambos
- ☐ Visionamento conjunto de pornografia
- ☐ Recolha de imagens do seu corpo (zonas genitais) isoladamente ou em situação de abuso
- ☐ Outra. Qual?

20. Onde ocorreu essa situação de abuso?

- ☐ Dentro da Igreja
- ☐ Fora da Igreja

21. Identifique exatamente o local ou os locais onde ocorreu essa situação de abuso:

22. Frequência do abuso:

- ☐ Só uma vez
- ☐ De vez em quando
- ☐ Regularmente

Com que periodicidade? _____

Duração temporal do abuso, isto é, ao longo de quanto tempo aproximado persistiu esse abuso: semanas, meses, anos?

23. O abuso tinha um padrão regular, isto é, acontecia em certos meses do ano, dias da semana ou horas do dia/noite?

- ☐ Sim

Mês ou meses do ano: _____

Dias da semana: _____

Hora ou horas do dia/noite mais frequentes: _____

- ☐ Não

24. Existia algum tipo de mensagem que a pessoa que abusava de si lhe enviava para consumir o facto (por exemplo: vem sempre ter comigo a tal local...)?

25. O que levou ao final dos episódios de abuso?

- ☐ A sua melhor capacidade de defesa física e/ou psicológica
- ☐ O desinteresse ou o desaparecimento dessa pessoa

- ☐ Alguém descobriu
- ☐ Outra. Qual? _____

26. Senti que era a única vítima dessa pessoa abusadora ou sabia que havia mais?

- ☐ Senti que era a única
- ☐ Sabia que havia mais

Se havia mais, quantas seriam (indique um número)? _____

Passamos agora a um conjunto de perguntas sobre a pessoa que praticou esse abuso

27. Género da pessoa que praticou o abuso:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro. Qual? _____

28. Idade aproximada dessa pessoa: _____

29. Estatuto na Igreja ou relativamente à Igreja (por exemplo: padre, catequista, professor/a):

30. Como a conheceu?

31. Onde a conheceu?

32. Era próxima de Si, conhecia-a anteriormente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

33. O que lhe dizia para se conseguir aproximar de Si?

34. O que lhe dizia para abusar de Si?

35. O que lhe dizia depois da situação de abuso?

36.Prometia-lhe Recompensas e/ou Castigos ou para outros membros da sua Família ou de próximos de Si?

☐ Sim. Quais?

☐ Não

37.Em caso de relação sexual e/ou ejaculação, foi usado preservativo?

☐ Sim

☐ Não

38.Do abuso resultou gravidez?

☐ Sim

Se sim, prosseguiu até ao nascimento da criança ou a gravidez foi interrompida?

☐ Prosseguiu a gravidez

☐ A gravidez foi interrompida

☐ Não

39.Alguma vez revelou esse abuso a alguém?

☐ Sim

Com que idade? _____

A quem revelou (exemplo: membro da igreja, familiar, amigo, namorado/a, cônjuge): _____

Quanto tempo depois do abuso o conseguiu fazer? _____

Como reagiu/reagiram aquele/s a quem revelou esse abuso?

☐ Ignoraram

☐ Pediram para não falar/silenciaram

☐ Não acreditaram

☐ Acreditaram

☐ Outro. Qual? _____

☐ Não

40.Tomaram alguma medida para o/a afastar dessa pessoa?

☐ Sim. Qual? _____

☐ Não

41.Apresentou queixa por si ou por outro familiar a outro membro da Igreja?

☐ Sim.

- ☐ A quem na igreja? _____
- ☐ Que resposta efetiva obteve? _____

☐ Não

42. Houve processo em Tribunal?

☐ Sim. Quais as consequências para a pessoa que abusou de Si?

☐ Não

43. Alguma vez a pessoa que abusou de Si reconheceu o que lhe fez?

☐ Sim. Pediu desculpa, procurou compensá-lo de outra forma em consequência do crime que _____ cometeu?

☐ Não

Se não, o que a terá levado a manter silêncio?

- ☐ Medo
- ☐ Vergonha
- ☐ Culpa
- ☐ Ameaça Concreta (física e/ou psicológica)
- ☐ Não ter percebido ou valorizado o que estava a acontecer na altura
- ☐ Outra. Qual? _____

Descreveu até agora uma primeira situação de abuso sexual de que foi vítima. Pode ter sido a única. Mas sabe-se também que houve crianças e adolescentes que sofreram abusos sexuais praticados por *mais do que um* membro da Igreja católica.

44. Foi vítima de abusos sexuais praticados por *outros* membros da Igreja católica ou por pessoas que colaboravam em suas organizações ou iniciativas?

☐ Sim

Pode contar-nos o que aconteceu?

Ao todo, e durante a sua infância ou adolescência, quantas pessoas diferentes da Igreja católica abusaram sexualmente de si?

☐ Não

Pensando no que lhe aconteceu ao longo da vida, que consequências teve para si o abuso sexual de que foi vítima durante a infância ou adolescência?

45.Físicas (pode especificar):

46.Psicológicas ou outras (pode descrever):

47.Impacto na sua relação com a Igreja Católica:

III. Para Acabar

48.Conhece outras crianças/adolescentes que também tenham passado por situações de abuso sexual praticadas por membros da Igreja ou leigos que trabalhavam para ela?

☐ Sim

Essas crianças/adolescentes eram de dentro ou de fora da sua família:

☐ Dentro da sua família

☐ Fora da sua família

☐ Dentro e fora da sua família

Quantas crianças/adolescentes seriam? _____

☐ Não

49.Por que resolveu agora dar o seu testemunho?

50.O que deveria fazer a Igreja para evitar estas situações?

51.Como poderia a Igreja reparar estes crimes?

52.Gostaria de acrescentar mais algum ponto ao seu testemunho?

i. NOTA FINAL

Qualquer dúvida ou questão por favor não deixe de nos contactar pelos outros meios disponíveis,
email: geral@darvozaosilencio.org ou telemóvel: 91 711 00 00

Agradecemos a sua colaboração.

ENTREVISTAS A BISPOS

Diocese	Data	Bispo
Algarve	01/04/2022	D. Manuel Quintas
Angra	16/03/2022	Pd. Armando Domingues
Aveiro	16/03/2022	D. António Ramos
Braga	07/04/2022	D. José Cordeiro
Bragança-Miranda	19/05/2022	Pd. José Bento
Beja	NR	
Coimbra	22/04/2022	D. Virgílio Antunes
Évora	09/05/2022	D. Francisco Coelho
Forças Armadas e de Segurança	30/05/2022	D. Rui Valério
Funchal	13/04/2022	D. Nuno Martins
Guarda	21/03/2022	D. Manuel Felício
Lamego	26/09/2022	D. António Couto
Leiria-Fátima	05/05/2022	D. José Ornelas
Lisboa	21/03/2022	D. Manuel Clemente
Portalegre-Castelo Branco	03/03/2022	D. Antonino Dias
Porto	04/05/2022	D. Manuel Linda
Santarém	23/03/2022	D. José Traquina
Setúbal	NR	
Viana do Castelo	25/02/2022	D. João Lavrador
Vila Real	03/03/2022	D. António Azevedo
Viseu	14/03/2022	D. António Costa

ENTREVISTAS A SUPERIORES E SUPERIORAS GERAIS DE INSTITUTOS RELIGIOSOS

Instituto	Data	Entrevistado
Congregação das Religiosas do Amor de Deus	28/06/2022	Ir. Maria da Graça Guedes
Dominicanas de Santa Catarina de Sena	27/06/2022	Ir. Alzira Rodrigues Ferreira
Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo	NR	
Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora	29/06/2022	Ir. Ludovina Ferraz
Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	29/06/2022	Ir. Sílvia Maria de Carvalho Moreira
Irmãs de S. José Cluny	21/07/2022	Ir. Maria de Fátima Machado
Irmãs Doroteias	NR	
Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição	NR	
Maristas - Província de Compostela	30/03/2022	Ir. António Leal
Missionários Claretianos - CMF	20/07/2023	P. Carlos Alberto Candeias do Nascimento
Ordem Hospitaleira de S. João de Deus	21/07/2022	Ir. Vítor Manuel Lameiras Monteiro
Prelatura da Opus Dei	17/10/2023	P. José Rafael Santos Rebelo do Espírito Santo
Província Portuguesa da Companhia de Jesus	27/07/2022	P. Miguel Nuno Maria de Siqueira de Almeida
Província Portuguesa da Ordem dos Pregadores (Dominicanos)	17/08/2022	Frei José Manuel Correia Fernandes
Província Portuguesa da Sociedade Salesiana	12/10/2023	P. José Aníbal Mendonça
Verbum Dei	12/08/2022	Ir. Núria Frau



Dal Vaticano, 9 giugno 2022

N. 569.196

Eccellenza Reverendissima,

con Lettera del 19 maggio u.s., relativa all'iniziativa di codesta Conferenza Episcopale di creare una Commissione Indipendente per lo studio del fenomeno degli abusi sessuali su minori commessi da membri della Chiesa, Vostra Eccellenza chiedeva che la medesima Commissione potesse "accedere agli archivi ecclesiastici, inclusi gli archivi segreti e riservati, nel rispetto della normativa vigente".

RingraziandoLa per la cortese consultazione, mi pregio di comunicare quanto segue.

L'Istruzione *Sulla riservatezza delle cause*, del 6 dicembre 2019, ha rimosso il Segreto pontificio dalle denunce, dai processi e dalle decisioni relativi ai delitti *contra sextum* commessi da chierici o membri di Istituti di Vita Consacrata o di Società di Vita Apostolica, che restano comunque coperti dal Segreto d'ufficio. Spetta pertanto a ciascun Ordinario autorizzare il Gruppo di investigazione storica della Commissione Indipendente a consultare la documentazione custodita negli archivi ecclesiastici, anche segreti, sempre sotto la supervisione del Vescovo diocesano o del Superiore maggiore. Si dovrà avere speciale cura – raccomandandolo espressamente ai membri della Commissione - di trattare con riservatezza le informazioni di cui verranno a conoscenza, al fine di tutelare adeguatamente la *privacy* e il buon nome delle persone coinvolte.

A Sua Eccellenza Reverendissima
Mons. José Ornelas CARVALHO
Vescovo di Leiria-Fátima
Presidente della Conferenza Episcopale Portoghese
LISBOA

Infine, considerato l'obiettivo che la Commissione intende raggiungere, converrebbe rivedere le *Note metodologiche*, per distinguere adeguatamente: a) le diverse fattispecie secondo la loro gravità; b) i casi provati da quelli non provati.

Profitto della circostanza per confermarmi con sensi di distinto ossequio

dell'Eccellenza Vostra Reverendissima
dev.mo



Card. PIETRO PAROLIN
Segretario di Stato

LISBOA, FEVEREIRO 2023